SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 28 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3866

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
PORTARIA 015/2026 - PROPOSTA ORÇAMENTARIA DO CONISA 2027

PORTARIA N.º 015/2026-PO/CONISA
Em, 26 de agosto de 2026.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA – CONISA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027, APROVA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA – CONISA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o Orçamento Geral do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Serra de Santana – CONISA, para o exercício financeiro de 2027, que estima a Receita e fixa a Despesa no valor de **R$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais)**, na forma da legislação vigente, especialmente da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas aplicáveis.
Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação das contribuições dos usuários do Consórcio, decorrentes dos serviços de distribuição de água, bem como de outras receitas correntes, observadas as normas legais e as especificações constantes da Lei Federal nº 4.320/1964, totalizando:
RECEITAS CORRENTES ..... **R$ 6.600.000,00**
TOTAL GERAL DAS RECEITAS ..... **R$ 6.600.000,00**
Art. 3º A Despesa será realizada no montante de **R$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais)**, observadas as categorias econômicas, classificações orçamentárias, fontes de recursos e demais detalhamentos constantes do **Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD**, integrante desta Portaria como **ANEXO I**.
Art. 4º A despesa orçamentária será distribuída da seguinte forma:
I – Despesas Correntes ..... **R$ 6.439.977,00**
II – Despesas de Capital ..... **R$ 132.250,00**
III – Amortização da Dívida ..... **R$ 27.773,00**
TOTAL GERAL DAS DESPESAS ..... **R$ 6.600.000,00**
Art. 5º A execução da despesa observará as seguintes ações orçamentárias:
2.001 – Manutenção do Consórcio ..... **R$ 3.600.000,00**
2.002 – Fornecimento de Água pela CAERN ao CONISA ... **R$ 3.000.000,00**
TOTAL ..... **R$ 6.600.000,00**
Art. 6º Fica aprovado o **Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Serra de Santana – CONISA, para o exercício financeiro de 2027**, constante do **ANEXO I desta Portaria**, que detalha as dotações orçamentárias por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte/destinação de recursos.
Parágrafo único. O QDD integra o Orçamento Geral do CONISA para o exercício financeiro de 2027 e constitui instrumento de detalhamento e execução das dotações orçamentárias nele consignadas.
. 7º Fica a Presidência do Consórcio autorizada a:
I – Abrir créditos suplementares até o limite de **20% (vinte por cento) do total do orçamento**, observado o disposto no art. 43 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.320/1964;
II – Promover as alterações e reformulações necessárias no Orçamento e no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, observadas as disposições legais e estatutárias;
III – Anular total ou parcialmente dotações orçamentárias para servir de recurso à abertura de créditos adicionais, observada a legislação vigente;
IV – Efetuar os ajustes necessários no detalhamento das dotações orçamentárias, desde que observados os limites e condições estabelecidos na legislação aplicável.
Art. 8º A execução orçamentária e financeira do CONISA observará as normas da Lei Federal nº 4.320/1964, as normas de contabilidade aplicadas ao setor público e demais disposições legais pertinentes.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em **1º de janeiro de 2027**, revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Serra de Santana – CONISA, em 26 de agosto de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

ANEXO I
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA – QDD
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA – CONISA
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027
Valores em R$ 1,00

Órgão: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA
Valor: R$ 6.600.000,00
Unidade Orçamentária: 01.001 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA
Valor: R$ 6.600.000,00
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Valor: R$ 6.600.000,00
Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Valor: R$ 3.600.000,00
Programa: 0001 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO
Valor: R$ 3.600.000,00
Ação: 2001 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO
Esfera: Fiscal
Valor: R$ 3.600.000,00

Fonte 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Valor: R$ 3.520.650,00
Destinação 0001 – SERRA DE SANTANA

Natureza da Despesa	Especificação	Valor (R$)
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	727.375,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	238.050,00
3.3.50.41	Contribuições	11.757,00
3.3.90.14	Diárias – Civil	50.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo	500.000,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	39.675,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	100.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.500.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tec da Infor e Comunicação – Pessoa Jurídica	66.125,00
3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	100.000,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	25.000,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.645,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	66.125,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	66.125,00
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	27.773,00

Fonte 1.880 – Recursos Próprios dos Consórcios
Valor: R$ 79.350,00
Destinação 0001 – SERRA DE SANTANA

Natureza da Despesa	Especificação	Valor (R$)
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	79.350,00

Subfunção: 605 – ABASTECIMENTO
Valor: R$ 3.000.000,00
Programa: 0001 – MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO
Valor: R$ 3.000.000,00
Ação: 2002 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA CAERN AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – CONISA
Esfera: Fiscal
Valor: R$ 3.000.000,00
Descrição: Compreende o pagamento de faturas referentes ao consumo de água, taxas e demais encargos vinculados ao abastecimento hídrico das unidades administrativas e operacionais do CONISA, assegurando a continuidade dos serviços públicos e o adequado funcionamento das instalações utilizadas na execução de suas atividades institucionais.
Fonte 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 3.000.000,00
Destinação 0001 – SERRA DE SANTANA

Natureza da Despesa	Especificação	Valor (R$)
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.000.000,00

TOTAL GERAL DO QDD
R$ 6.600.000,00
Fonte: QDD – Quadro Detalhado da Despesa do CONISA, exercício de 2027.

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:7397B260

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 033/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000374/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE ACARI, com endereço na rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ary de Pinho, inscrito no CNPJ nº **08.097.008/0001-20**, através de seu Pregoeiro, designado pela **Portaria nº 0082/2026**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na modalidade de **PREGÃO** na forma **MENOR PREÇO POR ITEM,** cujo objeto **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTIVO PARA SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE SAÚDE** A realização do certame está prevista para o dia **11 de Setembro de 2026**, às **09:01 horas** (horário de Brasília/DF).
O Edital e seus componentes encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 07:00 às 13:00 horas e nos seguintes sites: www.acari.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Acari/RN, 27 de Agosto de 2026.

JACKSON SOARES
Pregoeiro

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:50E65FD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111/2026 – PMA – GP

Dispõe sobre a autorização e designação de servidor público para assuntos do Município de Acari junto ao DETRAN-RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidor público municipal para tratar de assuntos referente a frota de automóveis de propriedade do Município de Acari junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte.

RESOLVE:

Art.1º Autorizar e designar FRANCISCO LINDEMBERG PEDRO DANTAS CORTES, Secretário Adjunto de Transportes do Município de Acari/RN, para proceder aos trâmites necessários e legais, bem como praticar os atos pertinentes à representação do Município de Acari/RN perante o Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte – DETRAN/RN, relativamente à frota de veículos pertencentes ao patrimônio público municipal.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 24/2024-PMA-GP.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 26 de agosto de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:69AC59D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 02/2026

AUTORIZA A ABERTURA DE NEGOCIAÇÃO ADMINISTRATIVA (DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL) DE IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especialmente a possibilidade de desapropriação por via administrativa (amigável);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 182/2026, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação administrativa, a área verde do loteamento Alívio de propriedade do Espólio do Sr. Moacyr Avelino, localizado em área contígua ao terreno destinado à implantação da Escola Padrão FNDE;

CONSIDERANDO a Justificativa Técnica e Administrativa emitida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que demonstra a necessidade do imóvel para atingir a totalidade da área necessária à construção de escola municipal em tempo integral;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico datado de 21 de agosto de 2026, da Procuradoria Geral do Município, que opinou favoravelmente à desapropriação administrativa, com observância das exigências legais;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR a abertura de negociação administrativa (desapropriação amigável) com o proprietário do imóvel declarado de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 182/2026, com a finalidade de aquisição do bem pelo Município, mediante indenização justa, prévia e em dinheiro, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º. Fica designada a Comissão Administrativa específica para conduzir a negociação administrativa, competindo-lhe:

I – promover tratativas com o proprietário do imóvel;
II – solicitar e analisar avaliação prévia do imóvel;
III – formalizar termo de acordo, se houver consenso;
IV – submeter o resultado da negociação à apreciação do Chefe do Poder Executivo;
V – adotar as providências necessárias à instrução e conclusão do processo administrativo.

Art. 3º. A negociação deverá observar os limites da avaliação técnica oficial e a disponibilidade orçamentária, vedada qualquer pactuação em desacordo com o interesse público ou com os parâmetros legais.

Art. 4º. Na hipótese de insucesso da negociação administrativa, fica desde já autorizada a adoção das medidas judiciais cabíveis, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941, mediante nova deliberação fundamentada.

Art. 5º. Esta Autorização entra em vigor na data de sua assinatura.

Afonso Bezerra/RN, 25 de agosto de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:DB2EE992

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 14-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 14/2026-SRP

O Município de Afonso Bezerra-RN, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados o Pregão em sua formaEletrônica nº 14/2026, Critério de Julgamento: maior percentual de desconto. Objeto REGISTRO DE PREÇOS – para contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos listados na revista do abc farma, não constantes no rol da farmácia básica deste município, para atender as demandas das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Afonso Bezerra/RN. A sessão eletrônica será realizada no dia 10.Setembro.2026 às09h00min(horário de Brasília). O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: portaldecompraspublicas.com.br e PNCP: www.pncp.gov.br e também na sede da Prefeitura, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sitio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br , o edital também pode ser lidos e/ou obtidos no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Afonso Bezerra/RN em 27.agosto.2026.

FÁBIO F. VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:0B127166

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 15/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 15/2026-SRP

O Município de Afonso Bezerra-RN, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados o Pregão em sua formaEletrônica nº 15/2026, Critério de Julgamento menor preço por lote. Objeto REGISTRO DE PREÇOS – aquisição de materiais esportivos, destinados a atender às demandas das atividades esportivas, recreativas e de lazer promovidas pela Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer do Município de Afonso Bezerra/RN. A sessão eletrônica será realizada no dia 11Setembro.2026 às09h00min(horário de Brasília). O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: portaldecompraspublicas.com.br e PNCP: www.pncp.gov.br e também na sede da Prefeitura, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sitio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br , o edital também pode ser lidos e/ou obtidos no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Afonso Bezerra/RN em 27.agosto.2026.

FÁBIO F. VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:55DE0E4C

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 16-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2026-SRP

O Município de Afonso Bezerra-RN, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados o Pregão em sua formaEletrônica nº 16/2026, Critério de Julgamento menor preço por lote. Objeto REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando à eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, limpeza e higienização, instalação e carga/recarga de gás refrigerante em aparelhos de ar-condicionado, câmaras de conservação de vacinas, refrigeradores, freezers e bebedouros tipo pressão e garrafão, compreendendo mão de obra especializada e os insumos necessários à execução dos serviços, sem fornecimento de peças de reposição, para atender às necessidades das diversas Secretarias e órgãos do Município de Afonso Bezerra/RN. A sessão eletrônica será realizada no dia 14.Setembro.2026 às09h00min(horário de Brasília). O edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: portaldecompraspublicas.com.br e PNCP: www.pncp.gov.br e também na sede da Prefeitura, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sitio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br , o edital também pode ser lidos e/ou obtidos no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Afonso Bezerra/RN em 27.agosto.2026.

FÁBIO F. VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:4273448F

LICITAÇÃO
(*) RERRATIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO, 2ª CHAMADA PUBLICA LICITAÇÃO N° 005/2026 – (ITENS REMANESCENTES) PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 771/2026

No dia 25/08/2026, Edição:3863, código identificador: B5CF0CCD, no Diário Oficial dos Municípios do RN - FEMURN, na publicação extrato da Ata da Sessão de recebimento dos envelopes Proposta e Habilitação. E abertura, analise e julgamento dos envelopes 1 Habilitação e 2 Projeto de Venda da 2ª Chamada Publica (itens remanescentes). Corrija-se:

Onde lê: ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTOCANTINHOS: para os itens 41522, 41525, 41523 e 42671 com valor total de 69.835,5 (sessenta e nove mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).
Leia-se: ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CANTINHOS: para os itens 41522, 41525, 41523, 42671 e 42677. com valor total de 79.205,5 (setenta e nove mil duzentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:438B2D5E

LICITAÇÃO
TERMO DE DISTRATO (EXTINÇÃO) DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1269/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 08.294.688/0001-71 sediado, Praça da Criança, nº 1000, Centro, CEP 59.510-000, Afonso Bezerra/RN, neste ato representado pelo PREFEITO, o senhor Haroldo Jose Bezerra da Paz, portador(a) da Carteira de Identidade nº 002.***.**0, expedida pelo ITEP/RN, e CPF nº 049. ***.***-00, doravante denominado CONTRATANTE, institui este termo de rescisão/distrato, decorrente da inexigibilidade de Licitação n 20/2026, do outro lado como CONTRATADA, a Sra. Katarina Monaliza da silva Costa, com registro no CPF 075.***.***-43. Cujo objetivo deste instrumento fora a formalização deste termo de Distrato/Rescisão. O qual constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 137 c/ art. 138, da Lei nº. 14.133/2021 e os artigos e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 A rescisão contratual foi feita por ato bilateral da Administração segundo às prerrogativas legais conferidas pelos dispositivos retro mencionado.

1.2 Firmam o presente TERMO DISTRATO/EXTINÇÃO, que passar a vigorar a partir do dia 27/08/2026 com amparo no contrato administrativo nº 23/2026 oriundo da INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 20/2026 e obediência à Lei Orgânica do Município, e, também pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas a seguir:

CLASAULA II – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Inicialmente cabe inferir que a rescisão do contrato administrativo se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a entidade analisa e julga, os fatos ocorridos e a prática legal dos quais a rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 137, inciso VIII c/ Art. 138 inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições pertinentes, bem como na Cláusula nº 11 do Contrato.

2.2 Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre um controle por parte do poder público. Esse controle que a administração exerce sobre seus atos, caracteriza o princípio administrativo da autotutela. Esse princípio foi firmado legalmente.

CLAUSULA III – DA JUSTIFICATIVA

3.1 Considerando o pedido de distrato de contrato de forma unilateral remetido pela secretaria demandante enviado em 06/08/2026, conforme protocolo geral por sua Representante Legal a Sra. Maria Margareth de Fatima de Souza Bezerra, tal pedido justifica-se no fato da secretaria passará a desenvolver suas atividades em prédio público pertencente ao Município, o qual reuni as condições necessárias para o funcionamento de sua sede, tornando-se desnecessária a manutenção da locação do imóvel atualmente utilizado, soma-se a isso, nos termos do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021 e da Cláusula 11. do contrato, a extinção contratual não obsta o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONTRATADA, se houver, sendo cabível a apuração de indenização por meio de termo indenizatório específico. A pedra angular que sustenta o presente pedido de distrato unilateral repousa no princípio basilar do Direito Administrativo que dispõe que o contratado, durante toda a execução do contrato administrativo, de manter todas as condições exigidas no momento da licitação ou do procedimento de contratação direta.

3.2 O TCU explicita a possibilidade de extinção consensual quando houver interesse da Administração, inclusive com uso de meios consensuais, desde que formalmente motivada. Passamos a analisar:

3.3 Considerando que a regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de, dentre outras, a de rescindi-los, unilateralmente ou bilateralmente, nos casos especificados no inciso VIII do art. 137 e inciso I do art. 138 desta Lei da de licitações e contratos.

3.4 Assim considerando que a extinção unilateral dos negócios jurídicos administrativos constitui uma cláusula leonina conferida à Administração a qual lhe é facultada exercer, no estrito cumprimento do dever legal, como também a bem do interesse público e, além do mais, da economicidade, eficiência, da legalidade e da probidade administrativa.

3.5 Ademais considerando que a possibilidade de a Administração, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante que deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei.

3.6 Com efeito, considerando também que o exercício da prerrogativa conferida a Administração Pública ora invocada diz respeito às razões

de interesse público recomenda pôr termo ao negócio firmado entre este Ente Federado e a pessoa jurídica de direito privado supracitado.
3.7 E, além disso, considerando que constituem motivos alegados pela contratada para extinção do contrato, A própria Cláusula Décima Primeira do contrato, ao tratar da extinção contratual, remete aos motivos do art. 137 c/ art. 138 da Lei nº 14.133/2021, verbis:
Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
Além disso, as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, conforme estatui o artigo 138, incisos I da Lei nº 14.133/2021.

CLASULA IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Ante o exposto, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos legais, técnicos, econômicos e financeiros, que fundamentam à análise Jurídica e administrativa, e pelos fundamentos apresentados, conclui-se e opina-se que a Administração Municipal, com base no ***Parecer Jurídico***, pode realizar a rescisão Bilateral do contrato administrativo nº 23/2026 devendo resguardar os efeitos produzidos a sua efetiva concretização.
4.2 Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação.
4.3 Independentemente da extinção do presente negócio jurídico constitui prerrogativa conferida à Administração Pública Municipal a acautelar apuração de possíveis danos, podendo, inclusive, instaurar o competente Processo Administrativo Disciplinar para o fim de apurar a(s) responsabilidade civil pelos danos que por ventura tenha havido durante a execução do Contrato nº 23/2026.
E, assim sendo, assina o presente Instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se.

Afonso Bezerra/RN, 27 de agosto de 2026.

HAROLDO JOSE BEZERRA DA PAZ
Pela Contratante - Prefeito Municipal

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:4560C476

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00008/2026
A Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alexandria manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERTO DE CHAVES SOFT–STARTER, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS JUNTO AO SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Raimundo Pires, 95 - Centro - Alexandria - RN. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até as 08h00min do dia 02 de setembro de 2026, nos horários e endereço abaixo indicados, e que as propostas poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: cplalexandria@hotmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 147/14; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08h00min do dia 27/0/2026, até as 08h00min do dia 1º de setembro de 2026, O termo de referência deste certame poderá ser adquirido através do endereço de cplalexandria@hotmail.com, PNCP e no TCE/RN. Informações e dúvidas através do E-mail acima e/ou pelo Telefone: (84) 33812380.

Alexandria - RN, 27 de agosto de 2026

TIAGO ANDRÉ DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alinauba Rodrigues Vieira
Código Identificador:DBB5E97C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de ALMINO AFONSO-RN, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 068/2026** da Dispensa de Licitação **nº 041/2026**, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, com base no Decreto Federal nº 12.807/2025 e amparada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na segurança e saúde do trabalho (SST) para atender as necessidade deste município**, no valor de **R$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais), sendo em doze parcelas mensais de **R$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais) cada.

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exma. Sra. JÉSSICA LOURINE, DE ASSIS AMORIM, Prefeita Municipal de Almino Afonso, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Almino Afonso – RN, 21 de agosto de 2026.

RUREMBERG ANDRADE LIBANIO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:9379449A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026

CONTRATO Nº 068/2026

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 041/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN**

CONTRATADO: **LUIS GONZAGA DO REGO NETO - EPP**

OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na segurança e saúde do trabalho (SST) para atender as necessidade deste município**.

VALOR TOTAL: **R$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais), sendo em doze parcelas mensais de **R$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais) cada.

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 – Poder Executivo – 02.003 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos - 04.122.0007.2003 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos - 3000.00 –

Despesas Correntes 33.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoas Jurídica.

VIGÊNCIA: 21 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2027.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:5F1BE523

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de ALMINO AFONSO-RN, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos deste município de Almino Afonso/RN, em cumprimento a ratificação procedida pela Sra. JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM, Prefeita Municipal de Almino Afonso, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na segurança e saúde do trabalho (SST) para atender as necessidade deste município**.

CONTRATADO: **LUIS GONZAGA DO REGO NETO - EPP**

VALOR TOTAL: **R$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais), sendo em doze parcelas mensais de **R$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais) cada.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto Federal nº 12.807/2025, e Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação e ratificado pela Sra. JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM, Prefeita Municipal de Almino Afonso.

Almino Afonso – RN, 21 de agosto de 2026.

RUREMBERG ANDRADE LIBANIO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:4645511F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026

RECONHEÇO: a dispensa de Licitação **nº 041/2026**, com base no Decreto Federal nº 12.807/2025, e fundamentada no art. 75, inciso II, da lei nº 14.133 de 01.04.21, e suas atualizações posteriores, para **Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na segurança e saúde do trabalho (SST) para atender as necessidade deste município**.

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. RUREMBERG ANDRADE LIBANIO DA SILVA, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Almino Afonso – RN, 21 de agosto de 2026.

JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal de Almino Afonso

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:AF3EF604

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO – SRP - Nº 021/2026.

PROCESSO Nº 02027.000063/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2026. Fica ADJUDICADA E HOMOLOGADA a decisão prolatada pelo Agente de Contratação conforme ata da sessão de julgamento e dos Autos do Parecer do Controle Interno desta Prefeitura; nos termos e com fundamento no disposto no inciso IV do Art. 71 da Lei n° 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como demais legislações pertinentes, à (s) empresa (s) vencedora (s): **ANTONIO ERINALDO DE LIMA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 10.608.429/0001-10 -** Endereço: Rua Manoel Estevão do Nascimento - CEP: 59161700 - UF: RN - Município: Parnamirim - Telefone: (84) 99935-0354, vencedora dos itens: 2 e 3, com o valor global de **R$ 19.000,00; CLECIO MARTINS ARAUJO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 08.664.928/0001-82 -** Endereço: RUA 19 DE ABRIL - CEP: 44820310 - UF: BA - Município: Capim Grosso - Telefone: (74) 99969-5358, vencedora do item: 05, com o valor global de **R$ 71.000,00; M B COSTA ACESSORIOS LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 40.183.585/0001-47 -** Endereço: R ERONDINO ANTONIO PINHATA - CEP: 87047437 - UF: PR - Município: Maringá - Telefone: (44) 99893-0092, vencedora dos itens: 04, 06 e 07, com o valor global de **R$ 19.580,00; MACROTEC EQUIPAMENTOS LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 11.615.335/0001-30** - Endereço: Avenida Governador Agamenon Magalhães - CEP: 52030210 - UF: PE - Município: Recife - Telefone: (81) 3499-2659, vencedora do item: 01, com o valor global de **R$ 13.500,00.**
Valor global da licitação R$ 123.080,00... E, que a vencedora ofereceu as melhores condições financeiras ao erário municipal. que tem como objetivo ao REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O ABATEDOURO PÚBLICO, pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Pesca do Município de Apodi/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Apodi/RN, 27 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:FE842916

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO – SRP - Nº 022/2026.

PROCESSO Nº 02034.002008/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2026. Fica ADJUDICADA E HOMOLOGADA a decisão prolatada pelo Agente de Contratação conforme ata da sessão de julgamento e dos Autos do Parecer do Controle Interno desta Prefeitura; nos termos e com fundamento no disposto no inciso IV do Art. 71 da Lei n° 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como demais legislações pertinentes, à (s) empresa (s) vencedora (s): **CONCEITOS NET SERVICOS DE COMUNICACAO EMULTIMIDIA EIRELI | Tipo: ME - LC123: Sim -Documento 05.548.307/0001-45 - Endereço: RUA: JOSÉVITALINO - CEP: 59695000 - UF: RN - Município: Baraúna - Telefone: (84) 99121-1519, vencedora dos itens:01, 02 e 03, com o valor global R$ 470.600,00**.. E, que a vencedora ofereceu as melhores condições financeiras ao erário municipal. que tem como objetivo ao REGISTRO DE PREÇO PARA ACONTRATAÇÃO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DEINTERNET DE ALTA QUALIDADE, POR MEIO DEMÚLTIPLOS PONTOS DE CONEXÃO COM IPDEDICADO, INCLUINDO O ALUGUEL DEEQUIPAMENTOS DE REDE E A PRESTAÇÃO DESERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA AIMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, GESTÃO EMANUTENÇÃO DE UMA

SOLUÇÃO DETRANSMISSÃO DE DADOS INTEGRADA, CONTÍNUAE GERENCIADA, BEM COMO A CONTRATAÇÃO,IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DETELEFONIA POR RAMAIS PARA COMUNICAÇÃOINTERNA. OS SERVIÇOS SERÃO DESTINADOS AATENDER ÀS NECESSIDADES DE CONECTIVIDADEE COMUNICAÇÃO DAS SECRETARIAS E UNIDADESDO MUNICÍPIO DE APODI/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Apodi/RN, 27 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:E19C484F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0284/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para planejamento, indicação, análise, execução, acompanhamento, transparência, rastreabilidade e prestação de contas das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória previstas no art. 91-A da Lei Orgânica do Município de Apodi/RN, estabelece procedimentos para a superação de impedimentos de ordem técnica e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APODI**/RN, o Sr. **LUIS SABINO DA COSTA NETO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no art. 91-A da Lei Orgânica do Município de Apodi, que estabelece a obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares individuais, observadas as disposições constitucionais, legais e orçamentárias aplicáveis;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 163-A da Constituição Federal, que determina à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a disponibilização de informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade;

CONSIDERANDO o dever de transparência ativa estabelecido pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de transparência, publicidade, rastreabilidade e controle social sobre a execução das emendas parlamentares municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os recursos públicos decorrentes de emendas parlamentares sejam aplicados em objetos de interesse público, com metas mensuráveis e compatíveis com a programação orçamentária;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e na legislação orçamentária municipal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando a execução dos recursos envolver Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Decreto Municipal nº 0539, de 08 de julho de 2022, diante do aperfeiçoamento das normas de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos relativos à indicação, ao planejamento, à análise, à execução, ao acompanhamento, à transparência, à rastreabilidade e à prestação de contas das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória previstas no art. 91-A da Lei Orgânica do Município de Apodi, bem como a identificação e a superação de impedimentos de ordem técnica, observado o disposto na Constituição Federal, na legislação federal aplicável, na Lei Orgânica, na LDO e na LOA.

Art. 2º A execução das emendas parlamentares individuais observará, além deste Decreto:

I – a Constituição Federal;
II – a Lei Orgânica do Município de Apodi;
III – a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
IV – a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
V – a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
VI – a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicável;
VII – a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando aplicável;
VII – a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
VIII – a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do respectivo exercício;
IX – as demais normas constitucionais, legais, regulamentares e contábeis aplicáveis.

Art. 3º A execução das emendas parlamentares individuais observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, rastreabilidade, economicidade, finalidade pública e controle social.

CAPÍTULO II
DA INDICAÇÃO E DO PLANEJAMENTO

Art. 4º As emendas parlamentares individuais deverão guardar compatibilidade com:

I – o Plano Plurianual;
II – a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
III – a Lei Orçamentária Anual;
IV – as políticas públicas municipais;
V – as competências constitucionais e legais do Município.

Art. 5º A indicação da emenda deverá conter, sempre que aplicável:

I – identificação do autor;
II – número da emenda;
III – valor;
IV – órgão ou unidade orçamentária responsável;
V – programa;
VI – ação orçamentária;
VII – função e subfunção;
VIII – natureza da despesa;
IX – descrição do objeto;
X – beneficiário, quando identificado;
XI – demais classificadores orçamentários necessários à sua execução.

Art. 6º Quando a execução da emenda envolver projeto, atividade específica, aquisição de bens, prestação de serviços ou parceria com entidade privada sem fins lucrativos, deverá ser apresentado plano de trabalho contendo, no mínimo:

I – descrição detalhada do objeto;

II – justificativa;
III – objetivos;
IV – metas quantitativas e qualitativas;
V – público-alvo;
VI – etapas de execução;
VII – cronograma físico-financeiro;
VIII – valor total;
IX – previsão das despesas;
X – resultados esperados;
XI – indicadores de acompanhamento;
XII – prazo de execução;
XIII – identificação do responsável pela execução;
XIV – demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

Art. 7º O plano de trabalho deverá demonstrar que o valor destinado à emenda é suficiente para a execução integral do objeto ou, quando se tratar de etapa de projeto maior, que a etapa possui funcionalidade e utilidade próprias em benefício da população.

CAPÍTULO III
DA ANÁLISE TÉCNICA

Art. 8º Compete à unidade administrativa responsável pelo objeto analisar a viabilidade técnica, orçamentária e jurídica da emenda.

Art. 9º. A análise deverá verificar, especialmente:

I – compatibilidade do objeto com a programação orçamentária;
II – compatibilidade com a política pública correspondente;
III – pertinência entre objeto, metas e valor;
IV – existência de recursos suficientes para execução do objeto ou etapa útil;
V – adequação do plano de trabalho;
VI – regularidade da documentação apresentada;
VII – existência de impedimentos legais ou técnicos;
VIII – compatibilidade do objeto com as competências do Município;
IX – possibilidade de execução dentro do exercício e dos prazos legalmente estabelecidos;
X – observância dos princípios da Administração Pública.

Art. 10. O parecer técnico jurídico poderá concluir por:

I – aprovação;
II – aprovação com ressalvas ou condicionantes;
III – necessidade de complementação;
IV – reprovação parcial; ou
V – reprovação total.

CAPÍTULO IV
DOS IMPEDIMENTOS DE ORDEM TÉCNICA

Art. 11. Constituem impedimentos de ordem técnica, entre outros devidamente fundamentados:

I – incompatibilidade do objeto com a programação orçamentária;
II – ausência de pertinência entre o objeto e a finalidade pública pretendida;
III – incompatibilidade do valor da emenda com o plano de trabalho;
IV – insuficiência de recursos para conclusão de etapa útil;
V – ausência de plano de trabalho, quando exigido;
VI – apresentação intempestiva do plano de trabalho ou da documentação necessária;
VII – não atendimento de diligência ou solicitação de complementação;
VIII – reprovação do plano de trabalho;
IX – ausência de documentos indispensáveis;
X – irregularidade ou inconsistência documental;
XI – incompatibilidade do objeto com a legislação aplicável;
XII – inexistência de dotação ou impossibilidade de execução orçamentária;
XIII – incompatibilidade com as políticas públicas municipais;
XIV – violação aos princípios da Administração Pública;
XV – impedimento decorrente de determinação legal;
XVI – impossibilidade de execução dentro do prazo legal;
XVII – outras razões de ordem técnica, jurídica ou administrativa devidamente justificadas.

§ 1º A indicação incorreta de elemento ou classificação da despesa não constituirá impedimento de ordem técnica quando puder ser corrigida nos termos da legislação orçamentária, sem alteração do objeto, da finalidade ou do valor da emenda.

§ 2º Não será admitida a utilização de fundamento genérico ou abstrato para caracterizar impedimento de ordem técnica.

Art. 12. A identificação de impedimento será formalizada em manifestação técnica fundamentada, com indicação dos fatos, documentos, normas aplicáveis e providências necessárias à superação.

Parágrafo único. Quando o impedimento envolver questão jurídica relevante, o processo será submetido ao órgão jurídico competente, sem prejuízo da manifestação técnica.

Art. 13. Identificado impedimento sanável, a unidade responsável notificará o autor da emenda e, quando for o caso, o destinatário ou beneficiário, indicando de forma objetiva as providências necessárias, o prazo para saneamento e as consequências do não atendimento.

§ 1º O prazo será contado da ciência comprovada e observará o calendário de execução previsto na Lei Orgânica, na LDO, na LOA ou em ato complementar regularmente publicado.

§ 2º A unidade responsável deverá registrar no processo a análise da documentação apresentada em resposta à notificação.

Art. 14. Persistindo o impedimento após o encerramento do prazo de saneamento, a autoridade competente proferirá decisão motivada e comunicará o resultado ao Poder Legislativo e ao autor da emenda, adotando as providências previstas no art. 91-A da Lei Orgânica do Município, na LDO, na LOA e na legislação orçamentária aplicável.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS

Art. 15. A execução da emenda parlamentar deverá observar rigorosamente o objeto aprovado.

§ 1º É vedada a alteração unilateral do objeto da emenda após sua aprovação.

§ 2º Alterações de natureza meramente operacional, que não modifiquem o objeto, poderão ser admitidas mediante justificativa técnica e observância da legislação aplicável.

Art. 16. A execução deverá manter vínculo identificável entre a emenda, a programação orçamentária, o empenho, a liquidação, o pagamento, o contrato ou instrumento jurídico correspondente e o objeto executado, de modo a permitir a rastreabilidade da origem, da aplicação e da destinação dos recursos.

Art. 17. Os recursos deverão ser depositados e movimentados exclusivamente em conta bancária específica, devendo possíveis rendimentos em decorrência dos referidos valores serem devolvidos para o município.

Art. 18. Enquanto não utilizados, os recursos deverão observar o regime de aplicação financeira determinado pela legislação e pelo instrumento jurídico correspondente.

Art. 19. A execução das despesas deverá observar a legislação orçamentária, financeira e de contratações públicas aplicável.

CAPÍTULO VI
DA EXECUÇÃO POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 20. A destinação de recursos de emendas parlamentares individuais às Organizações da Sociedade Civil – OSC observará a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, este Decreto e demais normas aplicáveis.

Art. 21. A parceria deverá estar vinculada à finalidade de interesse público e recíproco compatível com as finalidades estatutárias da organização beneficiária.

Art. 22. A entidade beneficiária deverá comprovar o atendimento dos requisitos legais, estatutários, documentais e de capacidade técnica exigidos para celebração e execução da parceria.

Art. 23. O plano de trabalho da OSC deverá individualizar:

I – o objeto;
II – as metas;
III – os resultados esperados;
IV – o cronograma de execução;
V – o orçamento detalhado;
VI – as despesas previstas;
VII – os indicadores de cumprimento;
VIII – a forma de acompanhamento e fiscalização;
IX – a forma de prestação de contas ou apresentação do relatório de execução, conforme o instrumento jurídico adotado.

Art. 24. A execução dos recursos por OSC não afasta a obrigação de comprovação da regular aplicação dos recursos públicos, devendo ser preservada a rastreabilidade de cada despesa.

Art. 25. As despesas realizadas pela entidade beneficiária deverão ser comprovadas mediante documentação idônea, incluindo, conforme o caso:

I – notas fiscais;
II – apresentação de no mínimo 03 (três) orçamentos para a comprovação da vantajosidade da proposta;
III – contratos;
IV – comprovantes de pagamento;
V – extratos bancários;
VI – documentos relativos à contratação de fornecedores e prestadores;
VII – outros documentos necessários à comprovação da despesa.

CAPÍTULO VII
DA TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE

Art. 26. O Município manterá, em seu Portal da Transparência ou em plataforma eletrônica de amplo acesso público, informações individualizadas sobre as emendas parlamentares.

Art. 27. As informações deverão permitir a identificação, no mínimo:

I – do número da emenda;
II – do autor;
III – do valor;
IV – do órgão ou unidade responsável;
V – da função;
VI – da subfunção;
VII – do programa;
VIII – da ação;
IX – do objeto;
X – do beneficiário;
XI – do plano de trabalho, quando houver;
XII – da dotação orçamentária;
XIII – dos empenhos;
XIV – das liquidações;
XV – dos pagamentos;
XVI – dos contratos ou instrumentos jurídicos vinculados;
XVII – dos fornecedores ou executores;
XVIII – das notas fiscais e documentos fiscais, observadas as hipóteses legais de restrição;
XIX – dos valores efetivamente executados;
XX – dos saldos;
XXI – dos resultados e metas alcançados;
XXII – da prestação de contas ou relatório de gestão;
XXIII – das informações relativas à conclusão do objeto.

Parágrafo único. A divulgação de notas fiscais e documentos deverá preservar dados pessoais, bancários e informações protegidas por sigilo legal, mediante anonimização, ocultação ou disponibilização parcial quando necessário e possível.

Art. 28. As informações deverão ser disponibilizadas de forma clara, completa, atualizada, acessível e individualizada, de modo a permitir o acompanhamento da execução da emenda pelo Poder Legislativo, pelos órgãos de controle e pela sociedade.

Art. 29. A Administração Municipal deverá promover a atualização das informações relativas à execução das emendas em prazo compatível com os registros contábeis e administrativos correspondentes.

Art. 30. A divulgação das informações observará a Lei Federal nº 12.527/2011 e a legislação de proteção de dados pessoais, vedada a exposição indevida de dados protegidos por sigilo legal.

CAPÍTULO VIII
DA COMUNICAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 31. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo Municipal, na forma e nos prazos estabelecidos na legislação aplicável, as informações relativas à execução das emendas parlamentares.

Art. 32. A Controladoria Geral do Município poderá acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das emendas parlamentares, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos municipais e dos controles externo e social.
Art. 33. Os órgãos responsáveis pela execução deverão fornecer à Controladoria Geral, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle externo as informações e documentos necessários ao acompanhamento das emendas, quando regularmente solicitados.

CAPÍTULO IX
DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 34. Os responsáveis pela execução das emendas deverão apresentar relatório de gestão ou prestação de contas, conforme a natureza do instrumento jurídico utilizado e a legislação aplicável.

Art. 35. O relatório de gestão e a prestação de contas deverão conter, no mínimo:

I – descrição do objeto;
II – metas previstas e alcançadas;
III – resultados obtidos;
IV – execução física;
V – execução orçamentária e financeira;
VI – relação das despesas realizadas;
VII – contratos e instrumentos celebrados;
VIII – notas fiscais e documentos comprobatórios;
IX – comprovantes de pagamento;
X – extratos bancários, quando aplicável;
XI – saldo remanescente;
XII – justificativa para eventual diferença entre o previsto e o executado;
XIII – registro fotográfico ou documental da execução, quando pertinente;
XIV – demais documentos necessários à comprovação da aplicação dos recursos.

Art. 36. A documentação relativa à execução dos recursos deverá ser mantida pelo prazo previsto na legislação aplicável, sem prejuízo de prazo maior estabelecido pelo instrumento jurídico ou pelos órgãos de controle.

Art. 37. A aprovação da prestação de contas ou do relatório de gestão não impede a atuação posterior dos órgãos de controle, quando identificadas irregularidades, omissões ou fatos supervenientes.
CAPÍTULO X
DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

Art. 38. O objeto da emenda será executado nos prazos previstos na Lei Orgânica, na LDO, na LOA, no calendário de execução e no instrumento jurídico correspondente, observadas as normas de empenho, liquidação, pagamento e inscrição em restos a pagar.

Parágrafo único. A execução de investimento cuja duração ultrapasse um exercício financeiro dependerá de previsão no Plano Plurianual ou de lei que autorize sua inclusão, nos termos do art. 167, § 1º, da Constituição Federal, sem prejuízo da correspondente previsão orçamentária em cada exercício.

CAPÍTULO XI
DAS VEDAÇÕES

Art. 39. É vedada a utilização dos recursos provenientes de emendas parlamentares:

I – em finalidade diversa daquela aprovada;
II – em despesa sem pertinência com o objeto;
III – para finalidade de promoção pessoal de agente público ou parlamentar;
IV – em benefício privado sem finalidade pública juridicamente reconhecida;
V – em despesas vedadas pela legislação;
VI – mediante fracionamento artificial da despesa com finalidade de afastar procedimento legal obrigatório;
VII – em qualquer finalidade incompatível com os princípios da Administração Pública.

CAPÍTULO XII
DA RESPONSABILIDADE

Art. 40. A responsabilidade pela execução da emenda será atribuída aos agentes públicos e demais responsáveis conforme suas respectivas competências legais e regulamentares.

Art. 41. A entidade privada beneficiária responderá pela correta aplicação dos recursos recebidos e pela apresentação da documentação comprobatória exigida.

Art. 42. A identificação de irregularidades poderá ensejar a adoção das medidas administrativas, financeiras e jurídicas cabíveis, inclusive determinação de correção, restituição de valores, instauração de procedimento de apuração de responsabilidade e comunicação aos órgãos de controle competentes, conforme o caso.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 43. As emendas parlamentares cujos recursos tenham sido empenhados, transferidos ou cuja execução esteja em andamento na data de publicação deste Decreto deverão observar, no que couber, as disposições relativas à transparência, rastreabilidade e controle.

§ 1º A aplicação das novas exigências deverá respeitar os atos jurídicos já praticados e os instrumentos regularmente celebrados.

§ 2º As obrigações de transparência e rastreabilidade deverão ser implementadas inclusive para permitir a adequada identificação da origem e aplicação dos recursos.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. A Secretaria Municipal de Administração, a Secretaria Municipal de Finanças, a Controladoria Geral do Município e os demais órgãos responsáveis poderão editar atos complementares, no âmbito de suas respectivas competências, necessários à execução deste Decreto.

Art. 45. O Poder Executivo manterá mecanismo eletrônico integrado que permita o acompanhamento individualizado das emendas e sua vinculação aos registros orçamentários, financeiros, contábeis, administrativos e, quando houver, ao contrato, à parceria ou ao instrumento jurídico correspondente.

Parágrafo único. O mecanismo deverá permitir, observadas as normas de proteção de dados, consulta pública, pesquisa, extração de relatórios e acesso aos dados necessários ao controle.

Art. 46. Fica revogado o Decreto Municipal nº 0539, de 8 de julho de 2022, a partir da vigência deste Decreto, preservados os atos praticados, os processos em curso e os instrumentos jurídicos celebrados sob a vigência do ato anterior, nos termos do art. 43.

Art. 47. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE APODI/RN, em 27 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:7E4A0E03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO - LRO

A **Prefeitura Município de Apodi,** inscrito no CNPJ N° **08.349.011/0001-93**, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – **IDEMA**, a **Licença de Regularização de Operação - LRO**, para o empreendimento denominado de **Calçadão de Apodi**, localizado na Rua Raimundo Cristiano da Silva, SN, Malvinas, Apodi - RN, 59700-000.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito De Apodi

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:0771192D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1321/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Designa Gestor e Fiscais de Contratos Administrativo do Executivo Municipal de Apodi - RN derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, **LUIS SABINO DA COSTA NETO,** no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e legislação pertinente.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispondo que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para atuar como **GESTOR** e **FISCAIS DE CONTRATROS E CONVÊNIOS**, exercendo todas as funções inerentes e designadas em Legislação pertinente e nesta Portaria, competindo-lhes gerenciar todas as atividades pertinentes à execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Prefeitura Município de Apodi - RN, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

JOSÉ ALCIDES NORONHA, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATOS**, competindo-lhe gerenciar todas as atividades pertinentes à execução contratual derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021;

NALINE KAROLINE GOMES DE FREITAS (portaria: 0413/2025), para exercer a função de **FISCAL TITULAR DOS CONTRATOS e CONVÊNIOS** administrativos e de prestação de serviços relacionados aos contratos de auxilio funerário, cesta básica e todos os contratos administrativos e de prestações de serviços ligados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA COSTA, (portaria 0788/2025), para exercer a função de **FISCAL SUPLENTE DOS CONTRATOS e CONVÊNIOS** administrativos e de prestação de serviços relacionados aos contratos de auxilio funerário, cesta básica e todos os contratos administrativos e de prestações de serviços ligados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

Art. 2º - Cabe ao GESTOR DE CONTRATOS a observância do disposto na Lei 14.133/2021 e regulamentos do Município de Apodi e, em especial:

I - Gerenciar a parte administrativa da execução contratual, no intuito de que o contrato transcorra de forma regular, gerindo o cumprimento do cronograma físico-financeiro, pela contratada;

II - Avaliar a condução contratual e, quando necessário, balizado pelas diretrizes contratuais, sugerir métodos de racionalização de atividade e gastos inerentes ao contrato de sua responsabilidade;

II - Gerir a vigência dos contratos sob sua responsabilidade, a necessidade de prorrogação ou de nova contratação e tomar as providências cabíveis que estiverem na esfera de sua atribuição;

IV - Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo projeto Básico ou Termo de Referência, com a antecedência mínima necessária à realização da nova contratação;

V - Conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais

VI - Consultar, com 90 (noventa) dias de antecedência do término da vigência dos contratos de serviços/fornecimentos continuados, os fiscais técnicos e a contratada sobre interesse na prorrogação e, em havendo interesse mútuo e adequação jurídica, promover a respectiva prorrogação;

VII - Demonstrar a vantajosidade econômica na manutenção do preço contratado frente ao mercado, quando se tratar da prorrogação contratual;

VIII - Informar à Direção do órgão o percentual de aumento dos contratos, sob sua gestão, decorrentes de convenções coletivas;

IX - Acompanhar a execução orçamentária dos contratos sob sua gestão, demandando da Contabilidade, quando for o caso, o remanejamento de recursos entre estes contratos.

X - Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

XI - Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e devolução de prazos, submetendo-as à autoridade competente;

XII - Informar a área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de acréscimos, supressões ou outras alterações no objeto do contrato e promover as respectivas alterações;

XIII - Propor à Autoridade competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato e dar início a esse processo;

XIV - Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.

Art. 3º - Cabe ao **FISCAL DO CONTRATO** a observância do disposto na Lei 14.133/2021 e regulamentos do Município de Apodi e, em especial:

I - Conhecer detalhadamente o processo de contratação, de modo a acompanhar fielmente o cumprimento do contrato (objeto, proposta comercial da empresa, forma de execução, fornecimento de material, vigência contratual, sanções, formas de pagamento);

II - Solicitar formalmente à contratada a indicação de um preposto (representante da contratada);

III - Fiscalizar a execução do serviço (fornecimento de materiais na quantidade e qualidade adequada, acompanhar o recebimento e o estoque dos itens, pessoal, obrigações trabalhistas, forma de prestação do serviço), zelando pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;

IV - Acompanhar saldo do contrato;

V - Avaliar a execução do objeto do contrato, podendo utilizar o Instrumento de Medição de resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

1. Informar ao Gestor sobre atrasos ou outros problemas que estejam fora de sua área de atuação;
2. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida.
3. Deixar de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizar com qualidade ou quantidade inferior.

VI - Manter o controle das ordens de serviços emitidas e cumpridas;

VII - Atestar as notas fiscais e faturas correspondentes, emitindo relatório para autorizar o pagamento certificado a manutenção da regularidade fiscal do contratado.

VIII - O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

IX - Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;

X - Providenciar, quando necessário ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento contratual;

XI - Registrar todas as ocorrências, qualitativas e quantitativas, relacionadas com a execução do contrato pelo qual for responsável, prestando nos autos os esclarecimentos que se fizerem necessários;

XII - Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações.

Art. 4º - A designação dos gestores e fiscais de contratos de que trata esta Portaria observará os requisitos e vedações previstos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 10 do Decreto regulamentador, devendo os agentes públicos designados:

I – ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II – possuir atribuições relacionadas à gestão e fiscalização de contratos ou formação compatível, ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público;

III – não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, nem possuir com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil.

§ 1º Para os fins do inciso III deste artigo, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

§ 2º A vedação prevista no inciso III aplica-se ao agente público que atue em processo de contratação cujo objeto pertença ao mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual mantenha o relacionamento referido no inciso III.

§ 3º A autoridade competente deverá observar o princípio da segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
§ 4º Os gestores e fiscais designados deverão comunicar imediatamente à autoridade competente a superveniência de qualquer hipótese de impedimento, conflito de interesses ou incompatibilidade que comprometa o exercício imparcial de suas atribuições, para fins de substituição.
§ 5º Aplicam-se, no que couber, as disposições deste artigo aos respectivos substitutos eventualmente designados.

Art. 5º - Ficam revogadas todas as Portarias e demais disposições em contrário que disponham sobre a designação de gestores e fiscais de contratos e convênios no âmbito Administração Pública Municipal, especialmente aquelas cujas disposições sejam incompatíveis com a presente Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Dê-se ciência aos interessados, a saber, o Gestor e o Fiscal ora designados, que deverão apor o CIENTE no campo próprio abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 27 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Ciente,

_____
Gestor de Contrato

_____
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:294576B3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 271001/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134126/2025

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 271001/2025, firmado em 27/10/2025, com a empresa **G2 CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **43.082.789/0001-80**;

Objeto: alterar o cronograma de execução e prorrogar a vigência do Contrato nº 271001/2025, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 001/2025, por mais **05 (cinco) meses**, a contar do dia **27/08/2026,** encerrando-se no dia **27/01/2027;**

Fundamento Legal: fundamentado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Concorrência Eletrônica nº 001/2025;

Cobertura Orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02 – PODER EXECUTIVO 02.006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
Ação:	1041 – CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS
Função:	15 - URBANISMO
Sub-Função:	451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	15001001 - Recursos Ordinários 17540000 – Recursos de Operações de Crédito
Região:	0001 - Arez

Signatários: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pelo **Contratado,** Gustavo Carvalho de Melo.

Arez/RN, 27 de agosto de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:DC5A868D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 082401/2026 - PROCESSO Nº 144383/2026

OPrefeito Municipal de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar dispensável e faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.161.234/0001-22; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AREZ/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.802.520/0001-34;

CONTRATADA: **STA CAMINHOES RN VEICULOS E SERVICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.365.912/0001-92;

OBJETO: Revisão do veículo CDI SPRINTER VAN 516CDI, de placa QGU-7H66, pertencente a Frota do Município de Arez/RN, com substituição de peças e serviços necessários a sua manutenção.

VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026.

VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 967,00** (novecentos e sessenta e sete reais);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Prevista no Orçamento Geral do Município para o **exercício de 2026, prevista na Lei Municipal 676/2025, de 27 de dezembro de 2025.**
Unidade Orçamentária: 02 .007 - PODER EXECUTIVO – Secretaria Municipal de Saúde; Ação: 2059 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde; Função: 10 –Saúde; Sub-Função: 301 - Atenção Básica; Programa: 0027 - FORTALECIMENTO DO ACESSO E MELHORIA DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 0001 – Arês
02 .007 - PODER EXECUTIVO – Secretaria Municipal de Saúde; Ação: 2059 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde; Função: 10 –Saúde; Sub-Função: 301 - Atenção Básica; Programa: 0027 - FORTALECIMENTO DO ACESSO E MELHORIA DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 0001 – Arês

BASE LEGAL: Art. 75, §7, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Arez/RN, 27 de agosto de 2026.

FABIANA DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE
Secretária Municipal de Saúde

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:2C3C4384

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026 - PROCESSO Nº 144263/2026

O Pregoeiro do Município de Arez/RN, torna público a quem interessar que foram realizadas alterações no Edital (Termo de Referência) da licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônica sob o nº 16/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para a Aquisição de pneus automotivos novos, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes e/ou incorporados a frota do Município de Arez/RN, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente. Dessa forma, a sessão pública agendada para às 09h30min do dia 02/09/2026, fica **REMARCADA para às 09h30min do dia 10/09/2026**, em cumprimento ao art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. O edital retificado encontra-se disponível no site: www.arez.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações E-mail: cplarezpma@gmail.com.

Arez/RN, 27 de agosto de 2026.

FRANCIMÁRIO BARBOSA
Pregoeiro

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:BDE764EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 082401/2026 - PROCESSO Nº 144383/2026

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, §7, (PNCP), e suas atualizações posteriores, para a contratação do proponente **STA CAMINHOES RN VEICULOS E SERVICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.365.912/0001-92, com o valor total de **R$ 967,00** (novecentos e sessenta e sete reais), referente à Revisão do veículo CDI SPRINTER VAN 516CDI, de placa QGU-7H66, pertencente a Frota do Município de Arez/RN, com substituição de peças e serviços necessários a sua manutenção.

Em razão disso reconheço ser dispensável, a licitação, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído. Para tanto, RATIFICO, determinando que se proceda à publicação do devido extrato no Portal Nacional de Compras Públicas, e Diário Oficial do Município, em cumprimento ao disposto no artigo 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Arez/RN, 27 de agosto de 2026.

FABIANA DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:20DAD4B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026 – SME/AREZ - PROCESSO DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A) DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AREZ/RN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ – RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026 – SME/AREZ

PROCESSO DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A) DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AREZ/RN

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AREZ/RN**, no uso de suas atribuições legais e administrativas, considerando a necessidade de fortalecer a gestão democrática, pedagógica, administrativa e participativa das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, torna público o presente **EDITAL DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A)** das unidades escolares municipais, mediante processo seletivo composto por **análise documental, análise curricular, apresentação e avaliação de Plano de Ação da Escola e entrevista**, observadas as normas e condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital estabelece normas, procedimentos, critérios e etapas para a seleção de candidatos(as) às funções de **Diretor(a) Escolar e Vice-Diretor(a)** das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino de Arez/RN.
1.2. O processo seletivo tem como finalidade identificar profissionais que apresentem perfil técnico, pedagógico, administrativo, ético e de liderança compatível com as atribuições da gestão escolar.
1.3. A seleção deverá considerar, especialmente:
I – formação acadêmica e profissional;
II – experiência na área da educação;
III – experiência em gestão, coordenação, docência ou funções educacionais;
IV – conhecimento das políticas educacionais;
V – capacidade de planejamento e organização;
VI – capacidade de liderança e trabalho coletivo;
VII – compromisso com a aprendizagem dos estudantes;
VIII – capacidade de elaboração e execução de ações pedagógicas e administrativas;
IX – compromisso com a gestão democrática e a participação da comunidade escolar;
X – apresentação de Plano de Ação coerente com a realidade da unidade escolar pretendida.

2. DAS FUNÇÕES E DAS VAGAS

2.1. Serão disponibilizadas **13 (treze) vagas**, sendo **08 (oito) para Diretor(a)** e **05 (cinco) para Vice-Diretor(a)**.

Nº	Unidade Escolar	Cargo	Quantidade
01	Escola Municipal João Guió – Fundamental I e II	Diretor(a)	01
02	Escola Municipal João Guió – Fundamental I e II	Vice-Diretor(a)	01
03	Escola Municipal Felipe Ferreira	Diretor(a)	01
04	Escola Municipal Felipe Ferreira	Vice-Diretor(a)	01
05	Escola Municipal Ezilda Smith	Diretor(a)	01
06	Escola Municipal Ezilda Smith	Vice-Diretor(a)	01
07	Escola Municipal Clidenor – Fundamental I	Diretor(a)	01
08	Escola Municipal Clidenor – Fundamental I	Vice-Diretor(a)	01
09	Escolas do Campo – Cmera (04 escolas)	Diretor(a)	01
10	Escolas do Campo – Cmera (04 escolas)	Vice-Diretor(a)	01
11	CMEI Providência	Diretor(a)	01
12	CMEI Maria Aparecida	Diretor(a)	01
13	CMEI João Marinho César	Diretor(a)	01
	TOTAL DE DIRETORES(AS)		**08**
	TOTAL DE VICE-DIRETORES(AS)		**05**
	TOTAL GERAL DE VAGAS		**13**

2.2. A distribuição dos candidatos aprovados observará a opção de unidade escolar indicada no ato da inscrição, a classificação final e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.
2.3. Caso não haja candidatos classificados em número suficiente para determinada unidade/função, a Secretaria Municipal de Educação poderá adotar os procedimentos administrativos cabíveis, observada a legislação vigente.

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do processo seletivo os profissionais que atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação municipal aplicável.
3.2. São requisitos mínimos para participação:

I – ser profissional da educação, conforme legislação vigente;
II – possuir formação compatível com a função pretendida;
III – possuir experiência profissional na área da educação, conforme os requisitos estabelecidos pela legislação municipal;
IV – estar em pleno exercício de seus direitos civis e políticos, quando aplicável;
V – não possuir impedimento legal para o exercício da função;
VI – apresentar toda a documentação exigida neste Edital;
VII – apresentar currículo atualizado;
VIII – apresentar Plano de Ação da Escola;
IX – participar das etapas previstas no processo seletivo;
X – apresentar declaração de disponibilidade para o exercício da função, caso selecionado(a).
3.3. O candidato deverá comprovar documentalmente todas as informações declaradas no currículo.
3.4. A prestação de informação falsa, a apresentação de documento falso ou a omissão de informação relevante implicará a eliminação do candidato, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas presencialmente na **Secretaria Municipal de Educação de Arez/RN**, no período de 27 **/08**/2026 a 28/08/2026, no horário das 8h às 14h.
4.2. O local e o horário poderão ser divulgados por meio dos canais oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação.
4.3. A inscrição será realizada mediante preenchimento e assinatura da ficha de inscrição fornecida pela Comissão Organizadora.
4.4. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar:
I – nome completo;
II – CPF;
III – RG;
IV – endereço;
V – telefone e e-mail;
VI – formação acadêmica;
VII – unidade escolar pretendida;
VIII – função pretendida;
IX – demais informações solicitadas pela Comissão.
4.5. Para fins de organização administrativa do processo seletivo, será solicitada a entrega de **02 (duas) resmas de papel A4, 500 folhas cada**, totalizando 1.000 folhas, destinadas ao apoio material das atividades administrativas e documentais relacionadas ao processo.
4.6. A exigência prevista no item 4.5 deverá ser previamente validada pela Assessoria Jurídica do Município e observar a legislação aplicável, não podendo constituir cobrança de taxa de inscrição.
4.7. Não serão aceitas inscrições fora do prazo estabelecido neste Edital.
4.8. A inscrição somente será considerada efetivada após a conferência da documentação pela Comissão Organizadora.
4.9. A entrega da documentação incompleta poderá resultar no indeferimento da inscrição, caso o documento ausente seja considerado indispensável à comprovação dos requisitos previstos neste Edital.

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar:
I – ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;
II – documento oficial de identificação com fotografia;
III – CPF;
IV – comprovante de residência atualizado;
V – diploma ou certificado de conclusão da formação exigida;
VI – histórico escolar, quando solicitado;
VII – currículo profissional atualizado;
VIII – documentos comprobatórios das informações constantes no currículo;
IX – comprovantes de cursos de formação continuada;
X – comprovantes de experiência profissional;
XI – comprovantes de experiência em gestão, coordenação ou outras funções educacionais, quando houver;
XII – Plano de Ação da Escola;
XIII – declaração de disponibilidade para o exercício da função;
XIV – declaração de inexistência de impedimento legal para o exercício da função;
XV – certidões ou demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação municipal;
XVI – 02 (duas) resmas de papel A4, conforme previsto no item 4.5 deste Edital, caso a exigência seja validada juridicamente.
5.2. As cópias dos documentos deverão ser legíveis e poderão ser acompanhadas dos respectivos originais para conferência.
5.3. A Comissão Organizadora poderá solicitar documentos complementares exclusivamente para fins de comprovação das informações apresentadas.

6. DO CURRÍCULO

6.1. O currículo deverá ser apresentado em formato impresso, atualizado, assinado pelo candidato e acompanhado dos documentos comprobatórios.
6.2. O currículo deverá conter, no mínimo:
I – identificação do candidato;
II – formação acadêmica;
III – formação continuada;
IV – experiência profissional;
V – experiência na área educacional;
VI – experiência em gestão escolar;
VII – participação em projetos educacionais;
VIII – cursos, capacitações, seminários e formações;
IX – outras experiências relevantes para o exercício da função.
6.3. Somente serão consideradas para pontuação as informações devidamente comprovadas por documentação.

7. DO PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

7.1. O candidato deverá apresentar **Plano de Ação da Escola**, elaborado especificamente para a unidade escolar pretendida.
7.2. O Plano de Ação deverá demonstrar conhecimento da realidade educacional da unidade e apresentar propostas viáveis para melhoria da gestão e da aprendizagem.
7.3. O Plano de Ação deverá conter, obrigatoriamente:
I – identificação da unidade escolar;
II – diagnóstico da realidade escolar;
III – caracterização dos principais desafios;
IV – objetivos gerais e específicos;
V – metas educacionais;
VI – ações pedagógicas;
VII – ações de acompanhamento da aprendizagem;
VIII – estratégias para melhoria dos indicadores educacionais;
IX – ações de combate à evasão e ao abandono escolar;
X – estratégias de busca ativa;
XI – ações de fortalecimento da participação da família e da comunidade;
XII – ações de inclusão e respeito à diversidade;
XIII – estratégias de gestão democrática;
XIV – ações para melhoria da frequência e do desempenho dos estudantes;
XV – ações de valorização e integração da equipe escolar;
XVI – estratégias de acompanhamento dos resultados das avaliações internas e externas;
XVII – cronograma de execução;
XVIII – indicadores de acompanhamento;
XIX – mecanismos de monitoramento e avaliação;
XX – considerações finais.
7.4. O Plano de Ação deverá possuir, preferencialmente, entre **08 (oito) e 15 (quinze) páginas**, excluindo capa e anexos.
7.5. O Plano de Ação deverá ser entregue impresso no ato da inscrição e também poderá ser solicitado em formato digital pela Comissão.
7.6. O Plano de Ação deverá ser de autoria do candidato.
7.7. A apresentação de plano copiado integralmente de terceiros ou de material não produzido pelo candidato poderá resultar em desclassificação.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O processo seletivo será composto pelas seguintes etapas:
ETAPA I – Inscrição e análise documental;

ETAPA II – Análise curricular;
ETAPA III – Avaliação do Plano de Ação da Escola;
ETAPA IV – Entrevista individual;
ETAPA V – Classificação final.
8.2. As etapas serão conduzidas pela Comissão Organizadora designada pela Secretaria Municipal de Educação.

9. DA ANÁLISE DOCUMENTAL

9.1. A análise documental terá caráter eliminatório.
9.2. Será considerado apto o candidato que apresentar a documentação exigida e comprovar o atendimento aos requisitos previstos neste Edital.
9.3. Os candidatos com documentação irregular ou que não comprovarem os requisitos mínimos serão considerados **inaptos**, mediante justificativa da Comissão.

10. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

10.1. A análise curricular terá caráter classificatório.
10.2. Poderão ser considerados os seguintes critérios:

Critério	Pontuação Máxima
Formação acadêmica compatível com a função	10 pontos
Pós-graduação lato sensu	10 pontos
Mestrado	10 pontos
Doutorado	10 pontos
Formação continuada relacionada à educação e gestão	10 pontos
Experiência profissional na educação	10 pontos
Experiência em gestão ou coordenação educacional	10 pontos
Participação em projetos e ações educacionais	05 pontos
Cursos, seminários e capacitações relevantes	05 pontos
TOTAL	**80 pontos**

10.3. A pontuação não será cumulativa quando se tratar de títulos de mesmo nível que ultrapassem o limite estabelecido pela Comissão.
10.4. Somente serão pontuados títulos e experiências comprovados documentalmente.

11. DA AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

11.1. O Plano de Ação será avaliado pela Comissão Organizadora considerando:

Critério	Pontuação
Diagnóstico da realidade escolar	10 pontos
Clareza dos objetivos e metas	10 pontos
Coerência entre diagnóstico e ações propostas	10 pontos
Estratégias para melhoria da aprendizagem	10 pontos
Ações de acompanhamento dos resultados	05 pontos
Estratégias de busca ativa, frequência e permanência	05 pontos
Gestão democrática e participação da comunidade	05 pontos
Inclusão e equidade educacional	05 pontos
Viabilidade das ações propostas	05 pontos
Cronograma e mecanismos de monitoramento	05 pontos
TOTAL	**70 pontos**

11.2. O Plano de Ação será avaliado individualmente, considerando a realidade e as características da unidade escolar indicada pelo candidato.

12. DA ENTREVISTA

12.1. Os candidatos habilitados nas etapas anteriores serão convocados para entrevista individual.
12.2. A entrevista terá pontuação máxima de **50 (cinquenta) pontos**.
12.3. Serão avaliados:
I – conhecimento sobre gestão escolar;
II – liderança;
III – capacidade de tomada de decisão;
IV – conhecimento das políticas educacionais;
V – capacidade de resolução de conflitos;
VI – comunicação e relacionamento interpessoal;
VII – compromisso com a aprendizagem;
VIII – capacidade de planejamento;
IX – compreensão da função de Diretor(a) ou Vice-Diretor(a);
X – disponibilidade para o exercício da função.

13. DA PONTUAÇÃO FINAL

13.1. A pontuação final será obtida pela soma das notas das etapas classificatórias:
Análise Curricular: até 80 pontos
Plano de Ação: até 70 pontos
Entrevista: até 50 pontos
TOTAL: 200 PONTOS
13.2. Será considerado classificado o candidato que obtiver, no mínimo, **60% da pontuação total**, além de cumprir todos os requisitos documentais e legais.
13.3. A classificação será realizada em ordem decrescente de pontuação.
13.4. O candidato será classificado para a função e unidade escolar escolhidas no ato da inscrição, observada a disponibilidade de vagas.

14. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

14.1. Em caso de empate na pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – maior pontuação no Plano de Ação;
II – maior pontuação na análise curricular;
III – maior pontuação na entrevista;
IV – maior tempo de experiência na educação;
V – maior idade.
14.2. Persistindo o empate, serão adotados os critérios previstos na legislação aplicável.

15. DA COMISSÃO ORGANIZADORA

15.1. O processo seletivo será conduzido por Comissão Organizadora especialmente constituída pela Secretaria Municipal de Educação.
15.2. Compete à Comissão:
I – receber e conferir as inscrições;
II – analisar a documentação;
III – analisar os currículos;
IV – avaliar os Planos de Ação;
V – realizar ou acompanhar as entrevistas;
VI – elaborar os resultados preliminares;
VII – analisar os recursos;
VIII – publicar o resultado final;
IX – resolver os casos omissos no âmbito de sua competência.
15.3. A Comissão deverá atuar com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e isonomia.

16. DO CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	**27/08/2026**
Período de Inscrições	**27 e 28/08**
Análise Documental	**28/08/2026**
Prazo para Recursos	**29/08/2026**
Resultado dos Recursos	**31/08/2026**
Análise Curricular	**01/09/2026**
Divulgação dos Candidatos Habilitados para Entrevista	**02/09/2026**
Realização das Entrevistas	**03/09/2026**
Divulgação do resultado final	**04/09/2026**

17. DOS RECURSOS

17.1. O candidato poderá apresentar recurso contra:
I – indeferimento da inscrição;
II – resultado da análise documental;
III – pontuação curricular;
IV – avaliação do Plano de Ação;
V – resultado preliminar.
17.2. O recurso deverá ser apresentado por escrito, devidamente fundamentado, dentro do prazo estabelecido no cronograma.
17.3. Não serão aceitos recursos apresentados fora do prazo.
17.4. A Comissão Organizadora analisará os recursos e divulgará as decisões nos canais oficiais definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

18. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO

18.1. O resultado final será homologado pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação.

18.2. A convocação dos candidatos classificados observará a ordem de classificação, a função pretendida e a disponibilidade das vagas.
18.3. A aprovação no processo seletivo não gera direito automático à nomeação/designação, ficando a convocação condicionada às necessidades administrativas e à legislação municipal aplicável.
18.4. O candidato convocado deverá apresentar, quando solicitado, documentação complementar necessária à formalização do exercício da função.

19. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) DIRETOR(A)

19.1. Compete ao(à) Diretor(a), sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação municipal:
I – coordenar a gestão geral da unidade escolar;
II – garantir o cumprimento das normas educacionais;
III – acompanhar o desenvolvimento pedagógico da escola;
IV – promover a melhoria da aprendizagem;
V – acompanhar indicadores educacionais;
VI – coordenar a elaboração e execução do planejamento escolar;
VII – promover a participação da comunidade escolar;
VIII – acompanhar a frequência e a permanência dos estudantes;
IX – fortalecer as ações de busca ativa;
X – promover ambiente escolar inclusivo, democrático e seguro;
XI – acompanhar a atuação dos profissionais da unidade;
XII – zelar pelo patrimônio público;
XIII – promover a adequada utilização dos recursos disponíveis;
XIV – articular ações com a Secretaria Municipal de Educação;
XV – apresentar relatórios e informações quando solicitados;
XVI – cumprir e fazer cumprir as determinações legais e administrativas.

20. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) VICE-DIRETOR(A)

20.1. Compete ao(à) Vice-Diretor(a):
I – auxiliar o(a) Diretor(a) na gestão da unidade;
II – colaborar com o planejamento e execução das ações escolares;
III – acompanhar a rotina administrativa e pedagógica;
IV – apoiar o acompanhamento da frequência dos estudantes;
V – colaborar com as ações de busca ativa;
VI – apoiar projetos e ações pedagógicas;
VII – substituir o(a) Diretor(a) em seus impedimentos, conforme legislação;
VIII – colaborar com a organização da equipe escolar;
IX – promover o diálogo com estudantes, famílias e profissionais;
X – exercer outras atribuições determinadas pela legislação e pela gestão da unidade.

21. DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO ESCOLAR

21.1. Os candidatos deverão demonstrar compromisso com:
I – gestão democrática;
II – educação pública de qualidade;
III – garantia do direito à aprendizagem;
IV – equidade;
V – inclusão;
VI – respeito à diversidade;
VII – participação da comunidade escolar;
VIII – valorização dos profissionais da educação;
IX – transparência;
X – responsabilidade na utilização dos recursos públicos;
XI – combate à evasão e ao abandono escolar;
XII – melhoria dos indicadores educacionais;
XIII – proteção integral dos estudantes;
XIV – articulação entre escola, família e comunidade.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas e pela documentação apresentada.
23.2. A constatação de qualquer irregularidade poderá resultar na eliminação do candidato em qualquer fase do processo.
23.3. Não será permitida a participação de candidato que não cumpra os requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação municipal aplicável.
23.4. A Secretaria Municipal de Educação poderá solicitar informações adicionais aos candidatos para fins de comprovação documental.
23.5. O candidato deverá acompanhar todas as publicações referentes ao processo seletivo pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação.
23.6. Não serão fornecidas informações por canais não oficiais.
23.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observada a legislação vigente e, quando necessário, mediante manifestação da Assessoria Jurídica do Município.
23.8. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

23. DA PUBLICAÇÃO

24.1. O presente Edital deverá ser publicado nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Arez/RN e da Secretaria Municipal de Educação, garantindo ampla divulgação e acesso às informações pelos profissionais interessados.

Arez/RN, 26 de Agosto de 2026.

DAIANE DA SILVA CHACON
Secretária Municipal de Educação

BERGSON IDUINO OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Arez/RN

Publicado por:
Geovane Chacon de Carvalho
Código Identificador:E2FF402F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECISÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO SOBRE O JULGAMENTO DOS PLANOS DE TRABALHO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

A Comissão de Seleção do Município de Baía Formosa/RN, constituída pela Portaria nº 0343/2026, no exercício das atribuições previstas no Edital de Chamamento Público nº 001/2026, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 322/2025 e nas demais normas aplicáveis, procedeu à análise e ao julgamento dos documentos de habilitação, propostas técnicas, propostas financeiras e Planos de Trabalho apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil participantes. A presente decisão consolida os resultados dos Lotes I - Educação e II - Assistência Social e registra a reanálise comparativa do Lote III - Turismo e Meio Ambiente, mediante aplicação dos critérios objetivos constantes do instrumento convocatório e do respectivo Anexo III.

Foram examinados os documentos apresentados pelo Instituto Semeando o Futuro - ISF, Instituto Panamericano de Serviços - IPAS, Instituto Transformar RN - ITRN e Assessoria e Consultoria para Inclusão Social - AC Social, observadas as exigências específicas de cada lote, a etapa competitiva de pontuação e a etapa de comprovação documental prevista no item 7.5 do Edital.
DO RESULTADO DO JULGAMENTO DOCUMENTAL:

OSC	Lote(s)	Situação	Fundamentação sintética
ISF	Lotes I, II e III	HABILITADA NOS LOTES I E II; CLASSIFICADA EM 1º NO LOTE III - ETAPA 7.5 PENDENTE	Após diligência, comprovou os requisitos do item 7.5 aplicáveis aos Lotes I e II. No Lote III, alcançou a primeira colocação técnica e deverá concluir a comprovação documental específica antes de eventual celebração.
IPAS	Lotes I, II e III	CLASSIFICADA NOS LOTES I, II E III	Permanece classificada tecnicamente nos três lotes. No Lote III, ocupa a segunda colocação após aplicação da matriz específica de julgamento.
ITRN	Lote I	CLASSIFICADA TECNICAMENTE	Terceira colocada no Lote I. A habilitação para celebração somente será apreciada se houver convocação sucessiva, nos termos do item 7.5.3.
AC Social	Lotes I, II e III	CLASSIFICADA NOS LOTES I E II; DESCLASSIFICADA NO LOTE III	Permanece classificada tecnicamente nos Lotes I e II. No Lote III, a proposta foi desclassificada por inconsistência material interna entre quantitativos de pessoal e composição financeira.

DA DILIGÊNCIA DO INSTITUTO SEMEANDO O FUTURO - ISF:

Em 19 de agosto de 2026, após a apuração da primeira colocação do Instituto Semeando o Futuro - ISF nos Lotes I - Educação e II - Assistência Social, a Comissão de Seleção abriu diligência para cumprimento do item 7.5 do Edital, que determina a apresentação dos documentos comprobatórios das exigências dos arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como para demonstração da capacidade técnica, operacional, administrativa e financeira necessária à execução simultânea de mais de uma parceria, na forma dos itens 7.2.3 e 7.3.3.1 do instrumento convocatório.

Em 20 de agosto de 2026, o ISF apresentou resposta informando que os documentos requeridos pelo item 7.5 já se encontravam acostados ao dossiê de habilitação, indicando-os para reexame, e apresentou documentação complementar. Foram juntadas declaração de capacidade técnica, operacional, logística, administrativa e financeira para execução simultânea dos Lotes I e II, conta de consumo em nome da OSC emitida dentro do limite máximo de 03 (três) meses previsto no item 5.1(k) e atestados de capacidade técnica considerados suficientes para comprovar experiência superior a 12 meses em atividades compatíveis com cada um dos dois lotes. Após o reexame, a Comissão reconheceu o integral cumprimento da diligência e o atendimento do item 7.5 pelo ISF nos Lotes I e II. Quanto ao Lote III, em razão da primeira colocação ora reconhecida, a comprovação documental específica da etapa prevista no item 7.5 deverá ser concluída antes da eventual celebração do respectivo Termo de Colaboração.

DO RESULTADO DOS PLANOS DE TRABALHO:

A avaliação dos Planos de Trabalho foi realizada pelos critérios objetivos previstos no Edital e nos anexos específicos, adotando-se, para o resultado consolidado, a matriz de 10,0 pontos no Lote I, 20,0 pontos no Lote II e 10,0 pontos no Lote III. As notas refletem a análise de metas e indicadores, adequação técnica e metodologia, nexo do cronograma e adequação econômico-financeira, além dos critérios complementares aplicáveis, sem atribuição automática de vantagem à proposta de menor valor.

LOTE I - EDUCAÇÃO

Class.	OSC	Nota	Valor global	Resultado
1º	Instituto Semeando o Futuro - ISF	10,0/10	R$ 2.175.000,00	Classificada - item 7.5 atendido
2º	Instituto Panamericano de Serviços - IPAS	9,0/10	R$ 1.906.960,00	Classificada
3º	Instituto Transformar RN - ITRN	7,0/10	R$ 2.465.385,00	Classificada
4º	AC Social	5,5/10	R$ 2.187.179,94	Classificada

LOTE II - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Class.	OSC	Nota	Valor global	Resultado
1º	Instituto Semeando o Futuro - ISF	20,0/20	R$ 604.890,00	Classificada - item 7.5 atendido
2º	Instituto Panamericano de Serviços - IPAS	14,0/20	R$ 489.440,00	Classificada
3º	AC Social	10,5/20	R$ 451.577,28	Classificada

LOTE III - TURISMO E MEIO AMBIENTE

Class.	OSC	Nota	Valor global	Resultado
1º	Instituto Semeando o Futuro - ISF	9,0/10	R$ 1.500.000,00	Classificada - Etapa 7.5 pendente
2º	Instituto Panamericano de Serviços - IPAS	8,5/10	R$ 1.228.944,00	Classificada
—	AC Social	4,5/10	R$ 1.158.936,90	DESCLASSIFICADA

No Lote III - Turismo e Meio Ambiente, o Instituto Semeando o Futuro - ISF obteve 9,0 pontos, alcançando a primeira colocação. No Critério A, recebeu 5,0 pontos por apresentar as metas obrigatórias acompanhadas de indicadores, linha de base, resultado-alvo, prazo e fontes de verificação. No Critério B, recebeu 2,0 pontos por demonstrar, em matriz própria, a correspondência entre objetivos, ações, metodologia, público-alvo, produtos e etapas. No Critério C, recebeu 1,0 ponto, uma vez que o cronograma apresenta início e término das fases e as vincula expressamente às metas e indicadores correspondentes. No Critério D, recebeu 1,0 ponto, pois, embora preserve o quantitativo de 44 profissionais, mencione expressamente o valor global de R$ 1.500.000,00 e apresente estrutura de formação do preço, a comprovação integral da memória analítica e do instrumento coletivo aplicável depende da documentação específica integrante da proposta econômico-financeira.

O Instituto Panamericano de Serviços - IPAS obteve 8,5 pontos. Foram atribuídos 5,0 pontos no Critério A e 2,0 pontos no Critério B. No Critério C, a nota foi de 0,5 ponto, pois o cronograma indica fases, períodos e produtos, mas não promove, no quadro temporal, vinculação expressa de cada fase às respectivas metas e indicadores, hipótese intermediária prevista no Edital. No Critério D, recebeu 1,0 ponto, diante da existência de proposta financeira e plano de aplicação, porém com registro, no próprio documento, de que a memória analítica definitiva e a CCT/ACT aplicável deverão integrar a versão protocolar para demonstração completa da exequibilidade.

A AC Social obteve 4,5 pontos, correspondentes a 3,0 pontos no Critério A, 1,0 ponto no Critério B, 0,5 ponto no Critério C e 0,0 ponto no Critério D, sendo desclassificada no Lote III. A desclassificação decorre da inconsistência material interna entre os quantitativos de pessoal e a composição de custos: enquanto o Anexo III adota quadro referencial de 44 profissionais, a planilha financeira apresentada contempla 34 profissionais, além de existir divergência entre os próprios quadros funcionais da proposta. A inconsistência interfere diretamente na formação do preço e impede identificar, de forma objetiva e segura, qual estrutura executiva foi efetivamente ofertada. A diferença aritmética de R$ 0,06 entre o valor mensal multiplicado por 12 e o valor anual declarado foi considerada mero erro de centavos e não constitui fundamento da desclassificação. A Comissão entendeu, ainda, que eventual diligência não pode ser utilizada para permitir reformulação substancial da equipe, produtividade ou composição financeira após o encerramento do prazo de apresentação das propostas.

DA CONCLUSÃO E DO PRAZO RECURSAL:

Concluído o julgamento, a Comissão de Seleção mantém o Instituto Semeando o Futuro - ISF em 1º lugar nos Lotes I - Educação e II - Assistência Social, com 10,0 e 20,0 pontos, respectivamente, reconhecendo, após diligência, o atendimento do item 7.5 e a capacidade de execução simultânea das duas parcerias. No Lote III - Turismo e Meio Ambiente, o Instituto Semeando o Futuro - ISF ocupa a 1ª colocação, com 9,0 pontos, seguido do Instituto Panamericano de Serviços - IPAS, com 8,5 pontos. A eventual celebração do Lote III fica condicionada à conclusão da etapa documental do item 7.5 pela primeira colocada. A AC Social permanece classificada nos Lotes I e II e desclassificada no Lote III, na forma da fundamentação acima.

Nos termos do item 7.6 do Edital, fica assegurado às Organizações da Sociedade Civil participantes o prazo de 03 (três) dias úteis, contado da divulgação desta decisão, para apresentação de recurso administrativo. Os recursos deverão ser apresentados por meio eletrônico no e-mail baiaformosa.cpl@gmail.com e, na impossibilidade, na sede da Comissão de Seleção da Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, na Rua Largo Arcelino da Cruz, S/N, Centro, observadas as demais regras do instrumento convocatório.

Baía Formosa/RN, 27 de agosto de 2026.

JULIANA ALVES DE LIMA MACHADO
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:C421AD74

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Considerando o disposto no item 7.1 do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, que fixa o cronograma da fase de seleção, e no item 7.2.1, que atribui à Comissão de Seleção a responsabilidade pela devida publicação de todos os atos do certame e pela comunicação formal às Organizações da Sociedade Civil participantes;

Considerando que a divulgação do resultado preliminar do julgamento dos Planos de Trabalho, originalmente prevista para o dia 24/08/2026, somente pôde ser concluída em 26/08/2026, tendo em vista que a análise da documentação apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil concorrentes, incluída a diligência promovida junto

ao Instituto Semeando o Futuro - ISF (aberta em 19/08/2026 e respondida em 20/08/2026), demandou prazo superior ao inicialmente estimado, conforme registrado na Decisão da Comissão de Seleção de 26/08/2026;
Considerando que, em razão do referido prazo adicional de análise documental, a publicação da decisão somente se concretiza nesta data, para os devidos fins de contagem dos prazos recursais;
Considerando os princípios da publicidade, da isonomia, da segurança jurídica e da ampla defesa, que impõem a preservação do mesmo quantitativo de dias fixado no Edital para cada etapa subsequente do certame, sem prejuízo às Organizações da Sociedade Civil participantes;

A Comissão de Seleção, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Retificar, a partir da Etapa 4, as datas do cronograma da fase de seleção constante do item 7.1 do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, preservado o mesmo quantitativo de dias fixado no instrumento convocatório para cada etapa subsequente, conforme a tabela a seguir:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	17/07/2026 (mantida)
2	Envio das propostas pelas OSCs.	17/07/2026 a 17/08/2026 (mantida)
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	18/08/2026 a 21/08/2026 (mantida)
4	Divulgação do resultado preliminar após avaliação documental.	28/08/2026 (RETIFICADA)
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	31/08 até 02/09/2026; 3 (três) dias úteis contados da divulgação do resultado preliminar
6	Apresentação de contrarrazões.	03/09 até 07/09/2026; 3 (três) dias úteis contados da interposição do recurso
7	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	08/09 até 14/09/2026; 5 (cinco) dias úteis após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
8	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	15/09/2026

Art. 2º Ficam mantidas, sem alteração, todas as demais disposições, prazos, requisitos, critérios de julgamento e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e em seus Anexos.

Art. 3º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser divulgado na página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN e no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN, bem como comunicado formalmente, por correio eletrônico, a todas as Organizações da Sociedade Civil participantes do certame.

Baía Formosa/RN, 27 de agosto de 2026.

JULIANA ALVES DE LIMA MACHADO
Presidente da Comissão de Seleção

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:1130C608

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 357/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Baía Formosa/RN e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o direito social à educação e o dever do Poder Público de assegurar educação básica obrigatória e gratuita, com garantia de padrão de qualidade e igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, nos termos da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, que institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN;
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar, no âmbito municipal, ações articuladas de gestão, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação, infraestrutura, equidade e valorização de boas práticas para a garantia do direito à alfabetização;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Baía Formosa/RN, alinhada à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças matriculadas na rede pública municipal de ensino, como elemento estruturante de trajetórias escolares bem-sucedidas.
Art. 2º. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Baía Formosa a coordenação estratégica dos programas, projetos e ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. A execução da Política observará o regime de colaboração entre União, Estado e Município, sem prejuízo da autonomia do sistema municipal de ensino.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS
Art. 3º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - colaboração entre os entes federados, mediante interlocução, cooperação, confiança, transparência institucional e corresponsabilidade;
II - protagonismo do Município no planejamento e na execução de ações destinadas à garantia do direito à alfabetização, com apoio técnico e financeiro da União e do Estado;
III - garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas;
IV - educação integral, considerando as dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural da criança e o envolvimento da escola, da família e da comunidade;
V - mobilização e engajamento da sociedade, com estratégias de comunicação, participação, acompanhamento e controle social;
VI - enfrentamento das desigualdades educacionais e promoção da equidade, consideradas as diferenças territoriais, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de deficiência e outras condições que possam afetar o acesso, a permanência e a aprendizagem;
VII - planejamento pedagógico orientado pelas necessidades das crianças, dos professores, das turmas e das escolas, com respeito à diversidade e às especificidades locais;
VIII - formação continuada como dimensão essencial da profissionalização e da valorização dos profissionais da educação;
IX - alfabetização em perspectiva discursiva, articulada aos processos de letramento, às interações, à mediação e à ludicidade, envolvendo cultura escrita, sistema de escrita alfabética, leitura, produção de textos e oralidade; e
X - uso pedagógico, ético e contextualizado das avaliações e dos dados educacionais para subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a tomada de decisões.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES
Art. 4º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - respeito à autonomia do sistema municipal de ensino e articulação permanente com as políticas federal e estadual de alfabetização;
II - reconhecimento do protagonismo do Município na oferta da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
III - fortalecimento do regime de colaboração, com foco na promoção da equidade educacional;
IV - enfrentamento das desigualdades territoriais, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero e relacionadas às pessoas com deficiência;
V - centralidade dos processos de ensino e aprendizagem e das necessidades das escolas;

VI - formação continuada destinada a professores, gestores, coordenadores pedagógicos, profissionais de apoio e equipes técnicas;
VII - inclusão, acessibilidade e adoção de estratégias adequadas às necessidades específicas das crianças; e
VIII - continuidade, monitoramento e avaliação das ações, independentemente de mudanças administrativas.

CAPÍTULO IV
DOS OBJETIVOS

Art. 5º. São objetivos gerais da Política Municipal de Alfabetização:
I - instituir e integrar programas, projetos e ações destinados à alfabetização das crianças, consideradas as especificidades da educação infantil e a garantia da alfabetização até o final do 2º ano do ensino fundamental; e
II - promover medidas de recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação das competências de leitura e escrita das crianças matriculadas do 3º ao 5º ano do ensino fundamental.

Art. 6º. São objetivos específicos da Política Municipal de Alfabetização:
I - instituir modelo de gestão e governança que oriente, articule, acompanhe, monitore e avalie a implementação da política no Município;
II - garantir formação continuada aos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com foco na alfabetização e na recomposição das aprendizagens;
III - assegurar, conforme a disponibilidade orçamentária, infraestrutura, acessibilidade, materiais didáticos e insumos pedagógicos adequados aos processos de ensino e aprendizagem;
IV - fortalecer o acompanhamento pedagógico das escolas, das turmas e dos estudantes, com intervenções planejadas a partir de diagnósticos e evidências;
V - implementar estratégias de identificação, reconhecimento e compartilhamento de práticas pedagógicas e de gestão exitosas, vedada qualquer forma de exposição constrangedora ou competição inadequada entre crianças;
VI - participar e colaborar na aplicação, sistematização e análise de avaliações diagnósticas, formativas e somativas, alinhadas aos parâmetros nacionais e estaduais;
VII - promover a participação das famílias e da comunidade escolar nas ações de alfabetização; e
VIII - assegurar comunicação institucional acessível, responsável e orientada à garantia de direitos, com proteção dos dados pessoais das crianças.

CAPÍTULO V
DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 7º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com as unidades escolares, os conselhos de educação e de controle social, as famílias, a comunidade e os órgãos estaduais e federais competentes, respeitadas as singularidades da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Art. 8º. As ações da Política Municipal de Alfabetização serão organizadas nos seguintes eixos estruturantes:
I - governança e gestão da política de alfabetização;
II - formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar;
III - melhoria e qualificação da infraestrutura física, da acessibilidade e dos insumos pedagógicos;
IV - avaliação, monitoramento e uso pedagógico dos resultados;
V - reconhecimento e compartilhamento de boas práticas;
VI - equidade, inclusão e recomposição das aprendizagens; e
VII - mobilização, comunicação e participação social.

Art. 9º. Para a implementação da Política Municipal de Alfabetização, serão adotadas, entre outras, as seguintes estratégias:
I - fortalecimento da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as escolas e as redes estadual e federal de apoio à alfabetização;
II - manutenção de rede municipal de articulação, formação, mobilização, acompanhamento e monitoramento;
III - realização de formação continuada e acompanhamento pedagógico sistemático;
IV - aplicação e análise de avaliações diagnósticas, formativas e somativas, assegurado o uso ético dos dados;
V - elaboração de planos de intervenção e recomposição das aprendizagens;
VI - disponibilização e uso pedagógico de materiais didáticos, literários e recursos de acessibilidade;
VII - qualificação dos espaços de leitura e dos ambientes de alfabetização;
VIII - mobilização das famílias e da comunidade escolar; e
IX - registro, sistematização, monitoramento e divulgação responsável dos resultados e das ações desenvolvidas.

CAPÍTULO VI
DA GOVERNANÇA E DO ACOMPANHAMENTO

Art. 10. Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização, de caráter consultivo e propositivo, responsável por acompanhar, articular e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º O Comitê será composto, no mínimo, por representantes dos seguintes segmentos:
I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II - equipes gestoras e coordenações pedagógicas das unidades escolares;
III - professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
IV - Conselho Municipal de Educação;
V - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb; e
VI - representantes das famílias ou dos conselhos escolares.

§ 2º A composição nominal, a coordenação, as atribuições complementares e as regras de funcionamento do Comitê serão definidas em ato da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 3º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá instituir Comissão Técnica Permanente de Acompanhamento, formada por servidores de setores estratégicos, para subsidiar o Comitê Estratégico Municipal e apoiar o planejamento, o monitoramento, a análise de dados e a melhoria contínua das ações.

Art. 12. As unidades escolares deverão integrar as ações da Política Municipal de Alfabetização aos seus instrumentos de planejamento e gestão pedagógica, observadas as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as especificidades de cada comunidade escolar.

CAPÍTULO VII
DA PROTEÇÃO DE DADOS E DA COMUNICAÇÃO

Art. 13. O tratamento, a circulação e a divulgação de dados relacionados às crianças observarão a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, priorizando-se a apresentação agregada dos resultados e vedando-se a exposição pública de informações individualizadas que permitam identificar estudantes.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As despesas decorrentes da implementação da Política Municipal de Alfabetização correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de transferências e fomentos federais e estaduais e de outras fontes legalmente admitidas, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá editar normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita do Município de Baía Formosa/RN

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:958AF7C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0138/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, nas importâncias abaixo mencionadas, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar do *III Seminário de Observatório de Políticas Públicas – Saúde Mental: Debatendo o Centro de Atenção Psicossocial*, no dia 28 de agosto de 2026.
1. POLIANA PATRÍCIA PEREIRA DE ARAÚJO – Secretária Municipal de Saúde, Diária: R$ 120,00 (cento e vinte reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
Baía Formosa/RN, 27 de agosto de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:3E9DF173

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Portaria de diária: Nº 062/2026. A CHEFE DE GABINETE DE BARAÚNA/RN, solicita tornar sem efeito a publicação da PORTARIA DE DIARIA Nº 062/2026, DE 26 de AGOSTO de 2026, publicado no Diário Oficial da FEMURN 27/08/2026. Edição 3865.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2026.

KALYDJA ARISTÉIA DE OLIVEIRA FILGUEIRA
Chefe de Gabinete
Matricula:28924

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:13FE8F0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N° 152/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13020002/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN E A EMPRESA: MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ N° 07.969.641/0001-06.

Pelo presente Instrumento Público, os signatários no fim assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a **Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CE: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 07.969.641/0001-06**, com sede na Rua Frei Miguelinho, 811, Doze Anos, Mossoró /RN - CEP: 59.603-350, representada pelo Sr. **MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, portador da CPF nº 537.616.104-44, e RG. Nº 779.116 SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Delfino Freire, nº 525, Boa Vista, Mossoró/RN, CEP 59.605-160, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente termo de aditivo contratual com escopo no artigo 107 da Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no artigo 107 da Lei n° 14.133/2021 referente aquisição de Material Permanente e **Insumos Laboratoriais** para o Laboratório de Análises Clínicas do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho, no Município de Baraúna/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA
A continuidade contratual permitirá evitar a interrupção do fornecimento de materiais essenciais à realização de exames laboratoriais, prevenindo desabastecimento e possíveis prejuízos à prestação dos serviços públicos de saúde. Ressalta-se que a manutenção desses insumos é fundamental para o adequado funcionamento da unidade hospitalar e para o atendimento das demandas laboratoriais dos pacientes. O aditamento de prazo encontra amparo no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, desde que observadas as condições legais e demonstrado que a manutenção da contratação permanece vantajosa e justifica-se por razões econômicas, financeiras e técnicas para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO
O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia **12/08/2026 à 12/08/2027**, conforme artigo 107 da Lei 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº **152/2025** a **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025** ao Processo Administrativo nº **13020002/2025**, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas, condições registradas na proposta, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Baraúna/RN, 12 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Marq Tech Comercio E Servicos LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:9F6F36EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 503/2026 - LDO 2027

LEI Nº 503, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO LOPES PEREIRA, Prefeito Constitucional do Município de Barcelona, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:
L E I:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Barcelona, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2027, será elaborado conforme previsto no art. 165, inciso II, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), sendo executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
I - as Metas Fiscais;
II - as Prioridades da Administração Municipal;
III - a Estrutura dos Orçamentos;
IV - as Diretrizes para a Elaboração e Execução do Orçamento do Município;
V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - as Disposições sobre Saúde e Educação;
VIII - as Disposições sobre o FUNDEB;
IX - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
X - as Disposições Gerais.

I – Das Metas Fiscais
Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2027 estão identificadas nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN relativas às normas de contabilidade pública.
Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as entidades da Administração Direta, Indireta e os fundos municipais que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, previsto no § 3º do art. 4º da LRF, foi elaborado nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais – MTDF, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na edição vigente à época da elaboração desta Lei.
Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos arts. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguintes:
I - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Anexo de Metas Fiscais
Demonstrativo I – Metas Anuais;
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada unidade gestora e sua consolidação constituirá as metas fiscais do Município.

Riscos Fiscais e Providências
Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2027 conterá o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

Metas Anuais
Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º do art. 4º da LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais será elaborado em valores correntes e constantes, relativos às receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública, para o exercício de referência de 2027 e para os dois exercícios seguintes.
§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2027, 2028 e 2029 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizarão como parâmetro os Índices Oficiais de Inflação Anual indicados na edição vigente do MTDF-STN.
§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a divisão dos valores correntes pelo Produto Interno Bruto Municipal estimado para o respectivo exercício, multiplicados por 100. Na ausência de dado oficial de PIB municipal, utilizar-se-á o PIB estadual ponderado pela participação relativa do Município, conforme orientação do MTDF-STN.

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem por finalidade estabelecer comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, relativos a receitas, despesas, resultado primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
Art. 9º - De acordo com o § 2º, inciso II, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, referentes a receitas, despesas, resultado primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, deverá estar instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, evidenciando a consistência deles com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.
Parágrafo único - Os valores serão demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices indicados no Demonstrativo I.

Evolução do Patrimônio Líquido
Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do patrimônio de cada ente do Município e sua consolidação.

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
Art. 11 - O § 2º, inciso III, do art. 4º da LRF estabelece que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o patrimônio do ente devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinados por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos evidenciará a fonte de obtenção dos recursos e sua respectiva aplicação.

Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
Art. 12 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do art. 4º da LRF, o Anexo de Metas Fiscais conterá demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.
§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota, modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
Art. 13 - O art. 17 da LRF considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios.
Parágrafo único - O Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir a eventual inclusão de programas, projetos ou atividades que venham a caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais das Receitas e Despesas

Art. 14 - O § 2º, inciso II, do art. 4º da LRF determina que o demonstrativo de metas anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-os com os fixados nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência deles com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único - De conformidade com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais – MTDF, na edição vigente, a base de dados da receita e da despesa constituir-se-á dos valores arrecadados e executados nos três exercícios anteriores e das previsões para 2027, 2028 e 2029.

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Primário

Art. 15 - A finalidade do conceito de resultado primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo único - O cálculo da meta de resultado primário obedecerá à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de contabilidade pública.

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal

Art. 16 - O cálculo do resultado nominal obedecerá à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único - O cálculo das metas anuais do resultado nominal levará em conta a dívida consolidada, da qual será deduzido o ativo disponível, mais haveres financeiros, menos restos a pagar processados, resultando na dívida consolidada líquida; esta, somada às receitas de privatizações e deduzidos os passivos reconhecidos, resultará na dívida fiscal líquida.

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Montante da Dívida Pública

Art. 17 - Dívida pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação, representada pela emissão de títulos, operações de crédito e precatórios judiciais.

Parágrafo único - Utiliza-se como base de dados os balanços e balancetes, constituídos dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2027, 2028 e 2029.

II – Das Prioridades da Administração Municipal

Art. 18 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual – PPA 2026-2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei e no art. 165, § 2º, da Constituição Federal.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – Da Estrutura dos Orçamentos

Art. 19 - O orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, inclusive as entidades da Administração Indireta e os fundos municipais que recebam recursos do Tesouro, estruturado em conformidade com a estrutura organizacional de cada entidade da Administração Municipal.

Art. 20 - A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando os vínculos a fundos, autarquias e aos orçamentos fiscais e da seguridade social, desdobrando as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em conformidade com as portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 21 - A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária será elaborada em conformidade com o disposto no art. 22, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

IV – Das Diretrizes para a Elaboração e Execução do Orçamento do Município

Art. 22 - O Orçamento para o exercício de 2027 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, fundações, fundos, empresas públicas e demais entidades, nos termos do art. 1º, § 1º, e art. 48 da LRF.

Art. 23 - Os estudos para a definição dos orçamentos da receita para 2027 observarão os efeitos da alteração da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e sua evolução nos três últimos exercícios e a projeção para os dois seguintes, conforme art. 12 da LRF.

Art. 24 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional a suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, nas dotações abaixo relacionadas, conforme art. 9º da LRF:

I - projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotações para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotações para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 - As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à receita corrente líquida, programadas para 2027, poderão ser expandidas, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2027, conforme demonstrado em anexo desta lei (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 26 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, quando necessário, com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º - Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá, por decreto, propor a anulação de recursos ordinários alocados em outras dotações não comprometidas.

Art. 27 - O orçamento para o exercício de 2027 destinará recursos para a reserva de contingência, conforme art. 5º, inciso III, alínea "b", da LRF, que serão utilizados para:

I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II - obtenção de resultado primário positivo, se for o caso; e

III - abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 8º da Portaria SOF nº 42/1999 e art. 8º da Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais que não se concretizem poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual – PPA 2026-2029 (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação

financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027, com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução, de acordo com o ingresso no fluxo de caixa (art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V, e art. 14, I da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" e art. 26 da LRF).

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão estar regularmente constituídas, com inscrição ativa no CNPJ, e comprovar regularidade perante o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS ou órgão equivalente, quando aplicável.

§ 2º - A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos obedecerá, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, devendo ser precedida de chamamento público, salvo nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas na referida lei.

§ 3º - As entidades beneficiadas deverão prestar contas no prazo de 90 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, incisos I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, cujo montante, no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda os valores fixados nos incisos I e II do § 1º do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devidamente atualizados.

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2027 a preços correntes.

Art. 37 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, à dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que tratam as portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

§ 1º - Os Poderes Executivo e Legislativo poderão:

I - mediante decreto, usando limites autorizados na Lei Orçamentária, suplementar as dotações orçamentárias e os créditos adicionais, em decorrência de sua insuficiência, obedecidos os preceitos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964; e

II - mediante decreto, sem exceder os valores totais da Lei Orçamentária, nem de cada categoria econômica aprovados pelo Legislativo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, os valores das dotações aprovadas no orçamento corrente.

§ 2º - A autorização para suplementação constará da Lei Orçamentária de 2027, conforme o § 8º do art. 165 da Constituição Federal, limitada ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total fixado para as despesas do exercício.

§ 3º - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas financiadas com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação oriundos de outras esferas de governo ou entidade não serão computados no limite de que trata o § 2º deste artigo.

§ 4º - A criação de novos elementos de despesa e/ou alterações dos valores dos já existentes, fixados mediante o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, quando não alterarem os valores votados pelo Legislativo para aquela previsão e ocorrerem dentro do mesmo órgão e da mesma categoria econômica, poderão ser realizadas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo ou, no âmbito do Poder Legislativo, por ato equivalente do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2027, o Poder Executivo Municipal poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que enquadrados nas prioridades para o exercício de 2027 (art. 167, I, da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º, da LRF.

Parágrafo único - Os custos serão apurados por meio de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas de despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual – PPA 2026-2029, que integrarem a Lei Orçamentária de 2027, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 41 - Em atendimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, inciso I, da LRF, o Poder Executivo Municipal promoverá, durante o processo de elaboração e discussão da proposta orçamentária para 2027, audiência pública para apresentação e debate das prioridades de governo e das metas fiscais.

Parágrafo único - A audiência pública será amplamente divulgada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, por meio do portal eletrônico do Município, do Diário Oficial e de outros meios de comunicação disponíveis.

Art. 42 - O Poder Executivo Municipal garantirá a transparência da gestão fiscal, mediante:

I - publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO até 30 dias após o encerramento de cada bimestre;

II - publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre;

III - envio tempestivo dos dados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI/STN; e

IV - disponibilização, no Portal da Transparência Municipal, das informações relativas à execução orçamentária e financeira, em linguagem acessível ao cidadão.

Parágrafo único - A atualização dos dados no Portal da Transparência Municipal ocorrerá em prazo não superior a 30 dias, contados da data do fato gerador, em conformidade com o art. 8º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

V – Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 43 - A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento a despesas de capital, observado o limite de endividamento estabelecido na LRF (arts. 30, 31 e 32).

Art. 44 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 45 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente, e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá o resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – Das Disposições sobre Despesas com Pessoal

Art. 46 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, em 2027, criar cargos e funções, alterar a

estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, nos termos da lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).
Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes desses atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária para 2027.

Art. 47 - Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, os seguintes limites, nos termos dos arts. 19 e 20 da LRF:
I - Poder Executivo: 54% (cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, com limite prudencial de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos por cento); e
II - Poder Legislativo: 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, com limite prudencial de 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento).
Parágrafo único - Atingido o limite prudencial previsto nos incisos deste artigo, serão vedados os atos previstos no parágrafo único do art. 22 da LRF, sem prejuízo das demais vedações constantes do art. 22 da mesma lei.

Art. 48 - Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificada pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem 95% do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).
Art. 49 - O orçamento do Município para o exercício de 2027 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, nos termos do art. 100 da Constituição Federal e do regime de pagamento vigente, incluindo todos aqueles regularmente protocolados na Prefeitura Municipal até a data de encerramento do exercício de 2026.
Art. 50 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (arts. 19 e 20 da LRF):
I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
Art. 51 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores, de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da Administração Municipal, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, ser feitas as devidas deduções.
Parágrafo único - Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o elemento "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – Das Disposições sobre Saúde e Educação
Art. 52 - O Município de Barcelona aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) da Receita Corrente Líquida nas ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no § 3º do art. 198 da Constituição Federal.
§ 1º - Para efeito do cálculo previsto no caput, consideram-se as despesas de saúde conforme a classificação das ações e serviços públicos de saúde definida na Lei Complementar nº 141/2012 e nas normas editadas pelo Ministério da Saúde.
§ 2º - O Relatório de Saúde integrante do RREO evidenciará o cumprimento do percentual mínimo de que trata este artigo, a cada bimestre.

Art. 53 - O Município de Barcelona aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.
§ 1º - As despesas enquadradas como manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas em conformidade com os arts. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).
§ 2º - Para os fins desta Lei, a previsão orçamentária destinada à educação deverá discriminar os recursos provenientes do FUNDEB dos recursos de impostos próprios, assegurando a correta apuração dos percentuais mínimos exigidos.

VIII – Das Disposições sobre o FUNDEB
Art. 54 - O Município observará, na execução orçamentária de 2027, as disposições da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, e da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamentam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
§ 1º - O Município aplicará, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos recursos recebidos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica pública em efetivo exercício, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.113/2020.
§ 2º - O percentual complementar mínimo de 10% (dez por cento) previsto no art. 212-A, inciso XI, da Constituição Federal será destinado a programas de melhoria da qualidade da educação, conforme plano de trabalho a ser apresentado ao Conselho Municipal do FUNDEB.
§ 3º - A contabilização dos recursos do FUNDEB obedecerá às normas específicas do Ministério da Educação e da Secretaria do Tesouro Nacional, mantendo conta bancária específica e registros contábeis segregados dos demais recursos.

IX – Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária
Art. 55 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).
Art. 56 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º da LRF).
Art. 57 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

X – Das Disposições Gerais
Art. 58 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.
§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.
§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2027, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária mensalmente, no limite de 1/12 (um doze avos) das dotações nela previstas por mês, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.
§ 3º - O limite mencionado no § 2º deste artigo não se aplica às dotações destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, ao serviço da dívida pública e às transferências constitucionais e legais obrigatórias, que poderão ser executadas integralmente.

Art. 59 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 60 - Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 61 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, em todos os Poderes, por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como com entidades associativas, desportivas e culturais sem fins lucrativos que prestam serviços públicos de forma complementar.
Art. 62 - É vedada a criação de programas, projetos ou atividades na Lei Orçamentária de 2027 sem a correspondente indicação das fontes de custeio e da compatibilidade com os limites de gastos fixados nesta Lei e na legislação pertinente.
Parágrafo único - Qualquer ampliação de despesa de caráter continuado que não esteja amparada em prévia indicação de fonte compensatória é vedada, nos termos do art. 17 da LRF.

Art. 63 - Esta Lei aplica-se a todos os órgãos, entidades e fundos do Município de Barcelona, inclusive ao Poder Legislativo Municipal, no que couber.
Art. 64 - Os casos omissos nesta Lei serão disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Lei Federal nº 4.320/1964, pela Constituição Federal e pelas normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
Art. 65 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barcelona/RN, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:5E4E1D3E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 560/2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES/RN**, no uso das atribuições
que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer da Assessoria Jurídica deste Município;
CONSIDERANDO o disposto no inciso II, artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal n° 05, de 23 de janeiro de 2023, verbis:
"Art. 75 – É dispensável a Licitação: [...]
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;"

CONSIDERANDO que a escolha da proposta vencedora se deu após a realização de pesquisa mercadológica de mercado;
CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.
RESOLVE
DISPENSAR licitação, Com fundamento no **Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21, o** seguinte objeto: Contratação de serviços especializados de arbitragem para as modalidades de futebol de campo, futsal, voleibol e handebol, visando atender às demandas das competições municipais promovidas pela Prefeitura Municipal de Bento Fernandes/RN, conforme condições e especificações estabelecidas no termo de referência**,** em favor da empresa **FX CERINO SERVICOS E PRODUTOS LTDA, inscrito CNPJ nº 47.686.091/0001-24**, saiu vencedora com o valor total de **60.025,00 (sessenta mil e vinte e cinco reais).**
A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento mensal após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.
RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 560/2026, bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026,** para que este produza seus legais efeitos.
Publique-se.
Bento Fernandes/RN, em 27 de agosto de 2026

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Gonzaga de Oliveira
Código Identificador:D598D85E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 636/2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES/RN**, no uso das atribuições
que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer da Assessoria Jurídica deste Município;
CONSIDERANDO o disposto no inciso I, artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal n° 05, de 23 de janeiro de 2023, verbis:
"Art. 75 – É dispensável a Licitação: [...]
I - para contratação que envolva valores inferiores a **R$ 130.984,20** (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), no caso de **obras e serviços de engenharia** ou de serviços de manutenção de veículos automotores;"

CONSIDERANDO que a escolha da proposta vencedora se deu após a realização de pesquisa mercadológica de mercado;
CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.
RESOLVE
DISPENSAR licitação, Com fundamento no **Art. 75, I, da Lei federal 14.133/21, o** seguinte objeto: Contratação de serviços especializados de assessoria e responsabilidade técnica em engenharia ambiental, compreendendo suporte técnico permanente, consultoria contínua à gestão municipal, elaboração de pareceres, estudos, relatórios técnicos, acompanhamento de políticas públicas e atendimento a órgãos de controle, visando atender às demandas do municipio de Bento Fernandes/RN, conforme condições e especificações estabelecidas no termo de referência**,** em favor de **FRANCISCA DIANA DE LIMA FONSECA, inscrito CPF nº 033.188.884-00**, saiu vencedora com o valor total de **57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais).**
A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento mensal após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.
RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 636/2026, bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026,** para que este produza seus legais efeitos.
Publique-se.
Bento Fernandes/RN, em 27 de agosto de 2026

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Gonzaga de Oliveira
Código Identificador:34114969

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BOA SAÚDE - IPBS
PROVA DE VIDA 2026 - IPBS

PORTARIA N° 024/2026

Convocação para prova de vida anual dos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Boa Saúde-IPBS.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 240/2013, de 29 de maio de 2013, em conformidade com as deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar todos os aposentados e pensionistas vinculados ao Instituto Previdenciário de Boa Saúde, Estado do Rio Grande do Norte, para realização da **PROVA DE VIDA** anual, de acordo com os procedimentos previstos nesta portaria.

Art. 2º A Prova de vida será realizada entre os dias 01 de setembro a 11 de setembro de 2026, na sede do IPBS, situado à Rua Manoel Joaquim de Souza, nº 633, Centro, Boa Saúde/RN – CEP: 59260-000, observado o atendimento de segundas às sextas-feiras, nos horários das 08:00h às 13:00h.

Art. 3º No período estabelecido para a comprovação de prova devida, os aposentados e pensionistas deverão comparecer no local e horário designado munido dos seguintes documentos originais: Carteira de Identidade (RG), ou Carteira de Motorista (CNH), ou Carteira de Identidade Profissional, ou Passaporte válido expedido pela Polícia Federal e CPF.

Parágrafo único. O documento original deve estar em bom estado de conservação (legível), de modo a permitir que o beneficiário possa ser identificado pela fotografia.

Art. 4º Não será comprovada a vida de aposentados e pensionistas sem a documentação ou de forma diferente da estabelecida nesta Instrução.

Art. 5º A Prova de Vida deve ser efetuada pessoalmente pelo aposentado ou pensionista, mediante identificação, não se admitindo que a mesma seja realizada por procurador do beneficiário, mesmo que legalmente cadastrado no IPBS.

§ 1º O IPBS poderá agendar visita domiciliar ou hospitalar, a fim de confirmar a Prova de Vida quando na ausência do aposentado ou pensionista, por motivo de saúde devidamente comprovada por meio de documentação médica.

Art. 6º Na impossibilidade de comparecer ao IPBS o aposentado ou pensionista, a diretoria do Instituto ligará por vídeo chamada para o beneficiário e tirará um *"print"* da tela da chamada, a fim da comprovação de vida.

Art. 7º O aposentado ou pensionista que se encontrar fora do país, deverá encaminhar ao IPBS, cópia autenticada dos documentos descritos no Art. 3º e declaração de vida emitida por consulado ou embaixada brasileira no país em que estiver.

Art. 8º O beneficiário que se encontrar recluso em regime fechado, ou internado em comunidade terapêutica, ou pensionista em cumprimento de medida socioeducativa, deverá comprovar tal situação por meio de Declaração do Diretor da Instituição ou autoridade competente.

Art. 9º O IPBS poderá utilizar equipamento biométrico e fotográfico para cadastro no sistema informatizado.

Art. 10 O IPBS poderá requisitar informações complementares e/ou realizar diligências, bem como realizar visita domiciliar para a consecução de seus objetivos de Prova de Vida.

Art. 11 Os beneficiários que não realizarem a comprovação de vida, serão notificados até o décimo dia do mês seguinte para realizá-la no prazo de trinta dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput poderá ocorrer por quaisquer meios de comunicação, desde que aptos a garantir a comprovação da ciência inequívoca do beneficiário ou de seu representante legal ou voluntário.

Art. 12 Transcorrido o prazo de noventa dias, contado a partir do primeiro dia do mês do prazo, sem a realização da comprovação devida, o pagamento do provento, pensão ou reparação econômica do beneficiário será suspenso na primeira folha de pagamento disponível para a inclusão, com publicação de edital de suspensão no Diário Oficial da FEMURN e abertura de processo administrativo individual com cópia da portaria e do comprovante de notificação.

Parágrafo único. O restabelecimento do pagamento do provento, pensão ou reparação econômica fica condicionado à efetivação da comprovação de vida, na forma prevista nesta Portaria.

Art. 13 A Diretoria do IPBS convocará os beneficiários anualmente, por meio de Edital ou Portaria publicado no Diário Oficial FEMURN, através do site: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/, para realização da prova de vida.

Art. 14 Situações não previstas na presente Portaria serão decididas pela Diretoria e Conselho Deliberativo do IPBS.

Art. 15 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Boa Saúde/RN, 27 de agosto de 2026.

GILVANILSON SILVA PAULINO
Presidente do IPBS
Port. 12/2025

Publicado por:
Gilvanilson Silva Paulino
Código Identificador:1CAA859E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 053/2026 – DISPENSA Nº: 026/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1241/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN – **CNPJ**: 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: KIREI TECNOLAB LTDA
CNPJ: 06.912.821/0001-80
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CITRATO DE FENTANILA 50 MCG/ML, CAIXA CONTENDO 25 AMPOLAS DE 10 ML, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DO HOSPITAL E MATERNIDADE DR. PAULO DE SOUZA, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES ATENDIDOS NO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
VALOR TOTAL: R$2.759,76

EMPRESA: KIREI TECNOLAB LTDA					
CNPJ: 06.912.821/0001-80					
ENDEREÇO: Rua das Isabelias 182, Emaús, Parnamirim-RN **CEP**: 59.148-780					
REPRESENTANTE: Edinaldo Nunes de Lima **CPF:** 482. ***. ***-91					
E-MAIL: admkirei@gmail.com **TEL.:** (84) 2010-6070/2010-0007					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	Citrato de Fentanila 50 mcg/mL, caixa contendo 25 ampolas de 10 mL.	caixa	12	R$ 229,98	R$ 2.759,76
TOTAL					**R$ 2.759,76**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 07.001 – Sec. Municipal de Saúde

Projeto atividade:2065 - Manutenção das atividades de Assistência Farmacêutica Básica - AFB
Natureza da despesa: 33.90.30 – Material de Consumo
Fonte de recurso – 15001002
VIGÊNCIA: De 27 de agosto de 2026 a 27 de fevereiro de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21.
DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2026
SIGNATÁRIOS: João Maria Mesquita - pela contratante e Edinaldo Nunes de Lima – pela contratada.

Boa Saúde/RN, em 27 de agosto de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Brenda Lindainez Ferreira Xavier
Código Identificador:D32CE3C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2025 - PROCESSO Nº. 570/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 33.340.565/0001-77 **CONTRATADO**: A K H A DANTAS **CNPJ:** 42.081.812/0001-59 **OBJETO**: O objeto do presente instrumento é a prorrogação da vigência e valor da ata de registro de preço n° 14/2025, que tem como objeto a contratação de laboratório especializado em serviços de moldagem, confecção e adaptação de próteses odontológicas, para atender a demanda da secretaria municipal de saúde do municípiode Boa Saúde/RN.
Dotação orçamentária:
Projeto atividade - 2061
Natureza da despesa - 33.90.32 - 33.90.39
Fonte de recurso - 15001002 - 16000000
Vigência: de 13 de agosto de 2026 à 13 de agosto de 2027
Fundamento Legal: lei 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Amanda Kelly Henrique Alves Dantas
DATA: 13 de agosto de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lizandra do Nascimento de Morais
Código Identificador:30A841B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 134, 27 DE AGOSTO DE 2026.

Portaria nº 134, 27 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Vacância por Tempo Determinado a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 33, inciso VIII da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor **HUGO GONÇALVES BARBALHO**, matrícula nº **122896-0**, inscrito no CPF nº **015.***.***-22**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação Vacância, pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, com vigência a partir de **01 de agosto de 2026 a 01 de agosto de 2028.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de **01 de agosto de 2026**.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,27 de agosto de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:FFECED66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 - AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Bom Jesus, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.002.404/0001-26, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com sede administrativa na Rua Manoel Andrade, sn, vem tornar público que realizará Chamada Pública para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar, e de suas organizações para os alunos matriculados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Bom Jesus/RN e atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, nos termos da Lei Federal nº. 11.947 de 16/07/2009 e da Resolução nº 26 do FNDE, de 17/06/2013, na sua atual redação. Os Fornecedores individuais, Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projeto de Venda no período de **28 de agosto de 2026 à 16 de setembro de 2026, no horário de 08:00 às 12:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto**. A abertura das propostas relativas à habilitação e análise do Projeto de Venda será no **dia 17 de setembro de 2026, às 09:00h,** na Sala da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, localizada na Rua Manoel Andrade nº 12 – Centro – Bom Jesus/RN. O edital contendo os quantitativos e gêneros alimentícios, além de outras informações encontra-se disponível através dos e-mails: **licitacao@bomjesus.rn.gov.br** ou ***semecbomjesus@yahoo.com.br*.** Dúvidas a respeito da solicitação do edital serão esclarecidas dos e-mails acima.

Bom Jesus/RN, 27 de agosto de 2026.

DAVID FRANCIOLE DE OIVEIRA SILVA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:5DA5AE8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 138/2026-GP

PORTARIA Nº. 138/2026-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º -NOMEAR, o Senhor **FRANCISCO OLIVEIRA LIMA,** para o Cargo Comissionado de diretor de Unidade Orçamentária, junto a Secretaria Municipal de Finanças do Município de Brejinho/RN.

Art. 2º –Esta portaria entrará em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 27 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:3B035A29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 139/2026-GP

PORTARIA Nº 139/2026-GP

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora **VERA LÚCIA DA SILVA FREITAS**, Mat. 433-2, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação deste Município, com o período de gozo de 01/09/2026 a 30/11/2026.

Art. 2º.–Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 27 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:19BA0F30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

Dadas ás informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: **E R COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS LTDA,** inscrito no **CNPJ: 03.633.939/0001-81,** com endereço na Av. Duque de Caxias, 196, Ribeira, Natal/RN, CEP: 59012-200.

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS AÇÕES FONOAUDIOLOGIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE.

VALOR ESTIMADO: R$ 7.795,00 (sete mil setecentos e noventa e cinco reais).

BASE LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Caiçara do Norte/RN, 27 de agosto de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:C841D5C4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026

Dadas ás informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: **E R COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS LTDA,** inscrito no **CNPJ: 03.633.939/0001-81,** com endereço na Av. Duque de Caxias, 196, Ribeira, Natal/RN, CEP: 59012-200.

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS AÇÕES VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE.

VALOR ESTIMADO: R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais).
BASE LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Caiçara do Norte/RN, 27 de agosto de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:C3917891

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE DILIGÊNCIA PARA ESCLARECIMENTO E SANEAMENTO DE INFORMAÇÕES - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO MC/ RN N° 2025.06.17.0059

DESPACHO DE DILIGÊNCIA PARA ESCLARECIMENTO E SANEAMENTO DE INFORMAÇÕES

Interessadas: DOIS A PUBLICIDADE LTDA. e COLINA TECH LTDA**.**

I – DO RELATÓRIO

A Comissão de Contratação do Município de Caicó/RN, no exercício de suas atribuições legais e editalícias, após proceder à análise das

Propostas de Preços apresentadas pelas licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas da **Concorrência Nacional nº 001/2026**, identificou determinadas inconsistências formais e divergências de informações constantes dos documentos apresentados pelas empresas **DOIS A PUBLICIDADE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.644.418/0001-16 e **COLINA TECH LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.170.032/0001-00.
A análise foi realizada à luz das exigências estabelecidas no Edital, especialmente em seu **Item 12 – DA PROPOSTA DE PREÇOS**, que determina os requisitos e declarações que devem integrar a documentação apresentada pelas licitantes.

O item 12.8 do Edital estabelece que as Propostas de Preços das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Durante essa análise, a Comissão constatou situações que, embora mereçam esclarecimento, **não permitem, neste momento, concluir de forma definitiva pela existência de irregularidade insanável**, razão pela qual se mostra necessária a realização de diligência, antes da adoção de eventual decisão de desclassificação.

II – DA CONSTATAÇÃO REFERENTE À EMPRESA DOIS A PUBLICIDADE LTDA.

No exame da documentação apresentada pela empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA**, a Comissão identificou divergência na declaração apresentada em atendimento ao **item 12.3, alínea "b", do Edital**.

O referido dispositivo determina que a licitante deverá declarar que:

"comprometer-se-á a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e veículos, quando for o caso, transferindo a Prefeitura Municipal de Caicó as vantagens obtidas".

Entretanto, na declaração apresentada pela empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA**, consta referência à **"Prefeitura Municipal de Mossoró"**, em vez da **Prefeitura Municipal de Caicó**.
A divergência foi considerada relevante pela Comissão, uma vez que o destinatário das vantagens comerciais constitui elemento expressamente previsto no item 12.3, alínea "b", do instrumento convocatório.

Por outro lado, a Comissão verificou que a documentação apresentada pela licitante está inserida no contexto da **Concorrência Nacional nº 001/2026 – Município de Caicó/RN**, e que outros documentos da proposta fazem referência expressa à Prefeitura Municipal de Caicó.

Além disso, foi identificada, na documentação da mesma licitante, especificamente na DECLARAÇÃO QUE POSSUI OU QUE INSTALARÁ ESCRITÓRIO NA CIDADE DE CAICÓ/RN, outra referência temporal aparentemente divergente, com menção à **Concorrência nº 001/2025**, embora o presente certame corresponda à **Concorrência Nacional nº 001/2026**.

Tais circunstâncias podem indicar a ocorrência de **erro material decorrente de utilização ou adaptação de modelo documental**, hipótese que, contudo, não deve ser presumida pela Administração sem que a própria licitante tenha oportunidade de esclarecer o fato.

A Comissão, portanto, entende necessário esclarecer:

1. Se a referência à **Prefeitura Municipal de Mossoró** constante da declaração relativa ao item 12.3. "b" decorreu de mero erro material de preenchimento, edição ou utilização de modelo;

2. Se, desde a apresentação da proposta, a intenção da licitante era efetivamente assumir o compromisso previsto no edital, qual seja, **transferir à Prefeitura Municipal de Caicó as vantagens obtidas nas negociações comerciais**;

3. Se a referência à **Concorrência nº 001/2025** igualmente decorreu de erro material, considerando que o presente certame é a **Concorrência Nacional nº 001/2026**.

A diligência, neste ponto, tem por finalidade **esclarecer o conteúdo e o alcance da documentação já apresentada**, e não permitir a reformulação da proposta ou a alteração de suas condições econômicas.

III – DA CONSTATAÇÃO REFERENTE À EMPRESA COLINA TECH LTDA.

No exame da documentação apresentada pela empresa **COLINA TECH LTDA**, a Comissão identificou divergência entre informações constantes de dois documentos apresentados pela própria licitante.

Na **Declaração de Escritório/Representante em Caicó/RN**, consta como endereço do representante legal:

Rua Almirante Nelson Fernandes, nº 797, Tirol, Natal/RN.

Entretanto, na **Declaração de Representante Legal para Assinatura do Contrato**, consta:

Rua Almirante Nelson Fernandes, nº 497, Tirol, Natal/RN.

Verifica-se, portanto, divergência objetiva quanto ao número do endereço residencial/domiciliar informado para o representante legal da empresa.

O fato demanda esclarecimento, especialmente porque o item **12.5.3** do Edital determina que a declaração deverá indicar, entre outras informações, o **nome, qualificação, endereço e CPF do representante legal que assinará o contrato**.

Da mesma forma, o item **12.6.1** exige a indicação do nome ou razão social da licitante, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, bem como **nome, profissão, CPF, identidade, domicílio e cargo do representante**.

A divergência entre os números **797** e **497** não permite, por si só, concluir que exista irregularidade substancial na documentação ou que a empresa não tenha atendido às exigências editalícias.

Trata-se, em princípio, de possível **erro material ou divergência de preenchimento**, que pode ser esclarecido pela própria licitante.

Todavia, considerando que o endereço integra a qualificação do representante legal, a Comissão entende prudente e necessário obter esclarecimento formal antes de concluir a análise da proposta.

IV – DO FUNDAMENTO LEGAL PARA A DILIGÊNCIA

A realização da presente diligência encontra fundamento nos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os princípios da **legalidade, impessoalidade, igualdade, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, eficiência e interesse público**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O art. 12, III, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o desatendimento de exigências **meramente formais**, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará seu afastamento da licitação.

O art. 64 da mesma Lei estabelece a possibilidade de diligência para complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que falhas meramente formais ou sanáveis não devem conduzir automaticamente à inabilitação ou desclassificação, devendo a Administração utilizar a diligência para esclarecer dúvidas, desde que não haja alteração da substância da proposta.

O TCU também tem destacado que a diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 constitui instrumento legítimo para o saneamento de falhas formais e complementação de informações, em prestígio aos princípios da competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e formalismo moderado.

Em decisão recente, o Tribunal reafirmou que a diligência possui finalidade própria de permitir o saneamento de falhas formais e materiais da proposta, sem modificação do valor global ofertado, e que a desclassificação por vício meramente formal, sem a prévia utilização desse mecanismo quando cabível, pode caracterizar irregularidade.

Assim, a diligência não representa liberalidade da Comissão, mas **instrumento de instrução e saneamento do procedimento**, desde que utilizada dentro dos limites legais.

V – DA INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA DAS PROPOSTAS

É importante registrar que a presente diligência **não tem por finalidade permitir às licitantes alterar suas propostas de preços, modificar percentuais, descontos, comissões, valores, condições comerciais ou qualquer outro elemento competitivo apresentado originalmente**.

No caso da **DOIS A PUBLICIDADE LTDA.**, pretende-se exclusivamente esclarecer se a referência à "Prefeitura Municipal de Mossoró" decorreu de erro material, tendo a empresa, desde a apresentação da proposta, a intenção de cumprir a obrigação prevista no item 12.3. "b" em favor da Prefeitura Municipal de Caicó.

No caso da **COLINA TECH LTDA.**, pretende-se apenas esclarecer qual dos dois números — **797 ou 497** — corresponde ao endereço correto do representante legal indicado nos documentos apresentados.

Em nenhuma das situações a diligência autoriza:

• Alteração de preços;
• Alteração de descontos;
• Alteração de percentuais de remuneração;
• Alteração da classificação;
• Inclusão de condição econômica nova;
• Modificação do conteúdo competitivo da proposta;
• Substituição integral dos documentos apresentados;
• Apresentação de nova proposta.

O objetivo é exclusivamente **esclarecer informações aparentemente contraditórias ou materialmente equivocadas já constantes da documentação entregue no certame**.

VI – DA ISONOMIA ENTRE AS LICITANTES

A Comissão ressalta que a adoção da diligência em relação às duas empresas decorre da necessidade de observância do princípio da **isonomia**, não sendo adequado utilizar o mecanismo de saneamento apenas em benefício de determinada licitante.

Assim, diante da identificação de inconsistências distintas nos documentos apresentados pela **DOIS A PUBLICIDADE LTDA** e pela **COLINA TECH LTDA**, será oportunizado a ambas o esclarecimento objetivo dos respectivos pontos.

A medida assegura tratamento uniforme e evita que eventual diligência seja interpretada como benefício individualizado ou favorecimento de determinada concorrente.

O próprio TCU destaca que a oportunidade de saneamento deve ser concedida em condições de igualdade, desde que destinada a comprovar ou esclarecer situação já existente no momento adequado do certame.

VII – DOS ESCLARECIMENTOS A SEREM PRESTADOS

Diante do exposto, a Comissão de Contratação **DETERMINA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA**, nos seguintes termos:

1. À empresa DOIS A PUBLICIDADE LTDA.

Solicita-se que, no prazo estabelecido pela Comissão, esclareça formalmente:

a) se a menção à **"Prefeitura Municipal de Mossoró"**, constante da declaração apresentada em atendimento ao item **12.3, alínea "b"**, decorreu de erro material, erro de edição ou utilização/adaptação de modelo documental;

b) se a intenção da licitante, desde a apresentação da proposta no presente certame, sempre foi cumprir integralmente o item 12.3. "b" do Edital, comprometendo-se a **transferir à Prefeitura Municipal de Caicó as vantagens obtidas nas negociações comerciais**;

c) se a referência à **Concorrência nº 001/2025**, identificada em documento integrante de sua proposta, também decorreu de erro material, considerando que o presente certame corresponde à **Concorrência Nacional nº 001/2026**.

A manifestação deverá ser apresentada de forma objetiva e assinada por representante legal com poderes para representar a empresa.

2. À empresa COLINA TECH LTDA.

Solicita-se que esclareça formalmente a divergência existente entre os documentos apresentados, especificamente:

a) na **Declaração de Escritório/Representante em Caicó/RN**, consta o endereço do representante legal como:

Rua Almirante Nelson Fernandes, nº 797, Tirol, Natal/RN;

b) na **Declaração de Representante Legal para Assinatura do Contrato**, consta:

Rua Almirante Nelson Fernandes, nº 497, Tirol, Natal/RN.

A licitante deverá informar **qual é o endereço correto do representante legal**, esclarecendo a origem da divergência identificada.

Caso se trate de mero erro material, deverá declarar expressamente qual informação deve prevalecer, sem alteração dos demais elementos da proposta ou da documentação apresentada.

VIII – DOS LIMITES DA DILIGÊNCIA

Fica expressamente consignado que a presente diligência:

I – Não constitui reabertura da fase de apresentação de propostas;

II – Não autoriza a substituição integral das propostas apresentadas;

III – Não permite alteração de preços, descontos, percentuais ou demais condições econômicas;

IV – Não permite inovação quanto ao conteúdo competitivo das propostas;

V – Destina-se exclusivamente ao esclarecimento de informações já constantes da documentação apresentada;

VI – Deverá ser respondida dentro do prazo fixado pela Comissão;

VII – Será incorporada aos autos do processo licitatório e ficará disponível para conhecimento das demais licitantes, observado o regime de publicidade aplicável ao certame.

A Comissão avaliará posteriormente as manifestações apresentadas, verificando se os esclarecimentos demonstram tratar-se de **mero erro material ou formal sanável**, sem alteração da substância da proposta ou da situação jurídica da licitante.

Caso os esclarecimentos demonstrem que a inconsistência não compromete a validade jurídica dos documentos nem altera a substância da proposta, a Comissão poderá reconhecer o saneamento da falha mediante decisão fundamentada.

Por outro lado, caso a resposta revele alteração substancial, incompatibilidade com as condições estabelecidas no Edital ou impossibilidade de sanar a irregularidade sem modificar o conteúdo originalmente apresentado, a Comissão adotará as providências cabíveis, inclusive quanto à eventual desclassificação, conforme o caso.

IX – DA MOTIVAÇÃO DA MEDIDA

A Comissão de Contratação entende que a adoção da diligência, no presente momento, constitui medida que melhor atende ao interesse público, pois permite:

• Esclarecer objetivamente as inconsistências encontradas;
• Preservar o julgamento objetivo;
• Assegurar a vinculação ao instrumento convocatório;
• Evitar desclassificação baseada exclusivamente em possível erro material;
• Preservar a competitividade;
• Garantir tratamento isonômico às licitantes;
• Evitar alteração indevida das propostas;
• Conferir maior segurança jurídica à decisão final da Comissão.

Ressalte-se que o Edital estabelece que serão desclassificadas as propostas que não atenderem às suas exigências ou que apresentem **irregularidades insanáveis**.

Dessa forma, antes de eventual conclusão pela existência de irregularidade insanável, mostra-se adequado esclarecer a natureza dos fatos identificados.

X – DECISÃO

Diante de todo o exposto, a **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**, com fundamento no Edital da Concorrência Nacional nº 001/2026, especialmente nos itens **12.3, 12.5.3, 12.6, 12.6.1, 12.8 e 12.5.4**, bem como nos princípios e disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto ao saneamento de falhas e à observância do formalismo moderado,

DETERMINA:

1. A realização de diligência junto à empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA**, para esclarecimento da referência à **Prefeitura Municipal de Mossoró** constante da declaração relacionada ao item 12.3. “b” do Edital, bem como da referência à Concorrência nº 001/2025 identificada em sua documentação;

2. A realização de diligência junto à empresa **COLINA TECH LTDA**, para esclarecimento da divergência entre os endereços **Rua Almirante Nelson Fernandes, nº 797** e **Rua Almirante Nelson Fernandes, nº 497**, ambos indicados como endereço do representante legal;

3. Que as empresas apresentem os respectivos esclarecimentos **até o dia 02 de setembro de 2026 (quarta-feira)**, correspondente ao prazo de **03 (três) dias úteis**, contado na forma estabelecida, **excluindo-se o dia da publicação e incluindo-se o último dia do prazo**, devendo a documentação ser **protocolada na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caicó/RN**, situada na **Avenida Coronel Martiniano, nº 993 – Térreo, bairro Centro, Caicó/RN, CEP: 59.300-000**, no horário das **07h** às **13h**;

4. Os esclarecimentos deverão ser apresentados em documento formal, devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou por procurador devidamente constituído, e **protocolados fisicamente na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caicó/RN**, no endereço acima indicado, até a data estabelecida no item anterior;

5. Que as respostas apresentadas sejam juntadas aos autos e submetidas à análise da Comissão de Contratação;

6. Que, após o encerramento da diligência, a Comissão profira **decisão fundamentada acerca da regularidade das Propostas de Preços**, inclusive quanto à eventual existência ou não de irregularidade insanável;

7. Que seja assegurada a publicidade dos atos praticados, nos termos do Edital e da legislação aplicável.

Caicó/RN, 27 de agosto de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Presidente da Comissão de Contratação

TIAGO DOUGLAS CAVALCANTE CARNEIRO
Presidente Substituto da Comissão de Contratação

LUCIVAN FRANCISCO DOS SANTOS
Agente de Contratação da Comissão de Contratação

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:3AE9456A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2025 - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 2025.05.27.0071

ESPÉCIE: Termo de Aditivo celebrado entre o **MUNICÍPIO DE CAICÓ**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.096.570/0001-39, representado por seu Prefeito, Judas Tadeu Alves dos Santos, e a **ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL/CAICÓ**, inscrita sob o CNPJ nº 35.797.364/0009-86, representados (as) por seu Gestor SÉRGIO EDUARDO MARQUES DA ROCHA e GABRIELA DE LOURDES COSTA, brasileira, solteira, psicóloga, portadora do RG: 002.275.818 SSP/RN e CPF n; **OBJETO:** Constitui **objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e a ampliação do valor do Termo de Colaboração nº 002/2025**, nos limites legais permitidos, conforme Art. 57, da Lei Federal nº 13.019/2014 e Art. 43, I, a, do Decreto 8.726/2016: a) A prorrogação do prazo de vigência da parceria formalizada pelo Termo de Colaboração nº 002/2025 se dará por mais 04 (quatro) meses, contados a partir de 01/08/2026, tendo em vista o interesse público na continuidade do Projeto de Acolhimento de Criança e Adolescente na modalidade de 01 (uma) “Casa Lar” (Proteção Social Especial de Alta Complexidade), sendo necessária a dilação da vigência para a execução do objeto do Plano de Trabalho Complementar; b) A ampliação do valor global autoriza a complementação do Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 002/2025, para dar continuidade ao Projeto de Acolhimento de Criança e Adolescente na modalidade de 01 (uma) “Casa Lar” (Proteção Social Especial de Alta Complexidade), a fim de assegurar a execução plena das metas propostas, promovendo o acolhimento provisório e excepcional para 10 (dez) crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com deficiência, do Município de Caicó/RN, que estão sob medida de proteção expedida pelo Poder Judiciário da Comarca de Caicó, assegurando a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à liberdade, ao respeito à dignidade e a convivência familiar e comunitária, e atendendo a política pública no âmbito da assistência social, as quais não alteram o objeto geral; c) Especificamente, com o repasse de **valor complementar no montante de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do Termo de Colaboração nº 002/2025, a aplicação dos** recursos tem como objetivo três blocos de despesas: gastos correntes, administrativos, e pessoal, tudo conforme Plano de Trabalho

Complementar; **VIGÊNCIA:** A vigência do presente Termo Aditivo será será de 01/08/2026 até 30/11/2026; **SUBSCRITORES:** Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Município de Caicó e Sérgio Eduardo Marques da Rocha e Gabriela de Lourdes Costa– pela Organização da Sociedade Civil.
Caicó/ RN, 29 de julho de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:EECB97F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE- LEI 13.019/2014
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 058/2026

PROC.ADM: 2026.05.21.0074
INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Associação Cultural Pingo do Meio Dia – ACPIM.
OBJETO: Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de Parceria por meio do Termo de Fomento

Trata-se de justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de Parceria via Termo de Fomento com a Associação Cultural Bloco Pingo do Meio Dia – ACPIM, decorrente da Emenda Impositiva de Remanejamento de Despesa 1223 (4.6.90.71.00) de autoria do Vereador Thales Rangel, no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).
Diante da análise técnica da Comissão de Seleção de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Jurídica deste Município,obedecendo ao que prevê a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 603/2018, e suas alterações posteriores, e às normas de transparência, rastreabilidade e impedimento de nepotismo (ADPF 854 e Resolução nº 034/2025 - TCE/RN), para a celebração do Termo de Fomento é Inexigível o Chamamento Público, visto que a OSC está nominalmente identificada na Lei Orçamentária Anual e é beneficiária de Emenda Impositiva. Assim, justifica a celebração da parceria considerando que o objeto proposto para ser desenvolvido pela Associação Cultural Bloco Pingo do Meio Dia – ACPIM apresenta finalidade e interesse público para o desenvolvimento cultural, artístico, de lazer e entretenimento do Município, com a execução do Projeto Forródrilha em Caicó, com 01 (uma) saída de Trio Elétrico – Pranchão pelas ruas da cidade, proporcionando lazer gratuito para a população e fomentando a economia local.
DETERMINOque se proceda, com a**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, aoCredenciamento da Instituição: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL BLOCO PINGO DO MEIO DIA – ACPIM**, inscrita no **CNPJ nº 50.522.934/0001-61**, objetivando a realização do Projeto **"Forródrilha em Caicó 2026"**, **contratação de empresa** para **locação de Trio Elétrico - Pranchão** (05 horas diárias) e o serviço de **contratação de Equipe de Seguranças** (15 diárias) e **Bombeiros Brigadistas** (05 diárias), conforme apresentado no Plano de Trabalho, perfazendo o valor total deR$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), a ser repassado pelo Município em 03 (três) parcelas, no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), conforme programação financeira da Secretaria Municipal de Finanças.
Em respeito ao disposto no art. 29 e 31, inc. II da Lei nº 13.019/2014, alterado pela Lei nº 13.204/2015,**RATIFICO**a presente**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, realizada com fundamento na legislação supracitada, combinado com o art. 13, inc. II do Decreto Municipal nº 603/2018 em consequência, determino à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo que solicite a emissão do EMPENHO em favor da supracitada Instituição, através da **Dotação Orçamentária**: **2.13000.13013.13.392.142; Ação: 1.160 - CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CULTURAL BLOCO PINGO DO MEIO DIA; Despesa: 1718; Elemento de despesa: 3.3.50.41.00; Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos; valor R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)**, ficando a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por ocasião da liquidação da despesa.
Deve a presente justificativa ser disponibilizada no Site Oficial do Município, como forma de atender o previsto no art.32, § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias sem que haja a impugnação desta decisão, providenciar assinatura do respectivo Termo de Fomento.
Caicó/RN, 20 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:B840BCEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 709, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder adicional de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Município de Campo Redondo/RN, fixa os percentuais aplicáveis, estabelece a base de cálculo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e **EU,** nos termos da Lei Orgânica Municipal, **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade aos servidores ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e de Agente de Combate às Endemias (ACE) do quadro de pessoal do Município de Campo Redondo/RN, nos seguintes percentuais:

I – 20% (vinte por cento) para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), em razão do grau médio de exposição a agentes biológicos e riscos sanitários no trabalho de campo e visitas domiciliares;

II – 40% (quarenta por cento) para os Agentes de Combate às Endemias (ACE), em razão do grau máximo de exposição a agentes químicos, larvicidas, inseticidas e vetores infectocontagiosos no desempenho de suas funções.

Art. 2º O adicional de insalubridade será calculado sobre o vencimento-base do cargo, correspondente ao piso salarial profissional nacional fixado para as categorias, atualmente fixado em 2 (dois) salários-mínimos, conforme dispõe a Emenda Constitucional nº 120/2022.

Art. 3º O pagamento do adicional de insalubridade fica condicionado ao efetivo exercício das atividades em condições insalubres, nos termos da legislação aplicável, podendo o Município realizar laudo técnico para caracterização e classificação do grau de insalubridade.

Art. 4º O adicional de insalubridade de que trata esta Lei:
I – Não se incorporará aos vencimentos para nenhum efeito legal, nem servirá de base de cálculo para a concessão de qualquer outra vantagem funcional ou previdenciária;
II – Cessará na hipótese de eliminação ou neutralização dos riscos, ou por alteração das condições de trabalho que justificaram a sua concessão.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 27 de agosto de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:C3D8299C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 710, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Indenização de Transporte, a título de ajuda de custo para locomoção, aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Município de Campo Redondo/RN, estabelece seu valor mensal, nos termos da Lei Federal nº 15.014/2024, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e **EU,** nos termos da Lei Orgânica Municipal, **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituída a Indenização de Transporte, concedida a título de ajuda de custo para locomoção, devida aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Município de Campo Redondo/RN, que optarem pela utilização de meio próprio de transporte para a execução de serviços externos operacionais e visitas domiciliares.

Parágrafo único. A vantagem instituída por este artigo atende ao disposto no parágrafo único do art. 9º-H da Lei Federal nº 11.350/2006, alterado pela Lei Federal nº 15.014, de 6 de novembro de 2024.

Art. 2º O valor da Indenização de Transporte fica fixado em R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) mensais por servidor em efetivo exercício de suas atividades externas de campo.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se meio próprio de transporte os veículos automotores (motos e carros) ou de tração humana (bicicletas) de propriedade do servidor ou sob sua posse legítima.

Art. 3º A concessão da indenização observará as seguintes condições operacionais:
I – Requerimento formal e opção individual do servidor junto à Secretaria Municipal de Saúde;
II – Efetivo e regular desempenho das atividades de campo e visitas domiciliares na zona rural do município;
III – Validação e ateste mensal da execução dos serviços externos expedidos pela chefia imediata.

Art. 4º A parcela possui natureza exclusivamente indenizatória, destinando-se ao ressarcimento dos gastos com combustível, desgaste e manutenção do meio de locomoção, observando-se que:
I – Não se incorpora aos vencimentos, subsídios ou proventos para nenhum efeito legal;
II – Não sofre incidência de contribuição previdenciária ou de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
III – Não será devida em períodos de férias, licenças, faltas não justificadas ou afastamentos do serviço de campo superior a 15 (quinze) dias.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 27 de agosto de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:ADBAC3ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 724041/2026

O Município de Caraúbas, Estado Rio Grande do Norte, por intermédio do seu Pregoeiro comunica, para os devidos fins, que no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 029/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN DURANTE DESLOCAMENTOS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, em postos revendedores de combustíveis localizados ao longo da BR-304, no trecho compreendido entre os municípios de Assú/RN e Natal/RN ou Zona Sul de Natal/RN, realizado dia 21 de agosto de 2026 foi declarado FRACASSADO Por não atender as exigências no Edital. Dúvidas e esclarecimentos referentes ao processo poderão ser sanados através do e-mail: licitacaopmcaraubas@gmail.com.

Caraúbas/RN, 21 de agosto de 2026.

PEDRO ARI DE OLIVEIRA COSTA
Portaria SEG n°059/2025 - GP
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:A0B3E903

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 208/2026-GP

EMENTA: D*esigna servidor para atuar como Fiscal de Contrato(s) decorrente(s) da Dispensa de Licitação nº 040/2026, processo administrativo nº 817035/2026 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 117 §§ 1º, 2º e 3º da Lei Federal 14.133/21;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, inciso X da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade e eficiência na fiscalização dos contratos firmados com a administração municipal,

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidora **PAULO ANDERSON DAVYD DE SALES GUIMARÃES, Diretor de Práticas Esportivas,** lotado(a) na Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto, para exercer a função de **Fiscal de Contratos Dispensa de Licitação nº 040/2026, processo administrativo nº 817035/2026,** referente a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de

materiais esportivos destinados a realização dos jogos escolares municipais de Caraúbas/RN – JEMUC, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Caraúbas-RN, a ser exercido conjuntamente com o titular da Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto.

Art. 2º - O servidor designado fiscalizará se os fornecimentos foram efetuados e atenderam aos objetivos contratados, bem como manterá registro das ocorrências relacionadas com a execução do(s) contrato(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 3º - O servidor designado deverá certificar-se da regularidade dos pagamentos efetuados e atestar a conferência dos mesmos mediante assinatura das notas, recibos duplicatas e documentos equivalentes.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 27 de agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:C5BE9F36

SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

A Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por meio de seu Agente de Contratação, informa que, no dia 16 de setembro de 2026, às 09h (horário de Brasília), realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento de menor preço item, destinado ***aquisição de materiais hidrossanitários, destinados à manutenção preventiva, corretiva e às adequações das instalações hidráulicas e sanitárias dos prédios, e demais unidades vinculadas aos órgão e entidades da Administração Pública Municipal de Caraúbas/RN.*** A licitação será conduzida eletronicamente, por meio do Portal de Compras Públicas, sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico do Portal Nacional de Compras Públicas do Governo Federal: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, ou por meio do sítio eletrônico do Licita Fácil: https://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/, ou, ainda, poderá ser solicitado diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, situada na Praça Cel. Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, no horário de 08h às 16h, ou enviado por e-mail: licitacaopmcaraubas@gmail.com. Para mais informações, os interessados poderão acessar o edital no portal eletrônico ou entrar em contato por meio dos canais mencionados.

Caraúbas-RN, 27 de agosto de 2026.

PEDRO ARI DE OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:099BC483

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 AO TERMO DE CONTRATO Nº 002/2026, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 820096/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** resolve celebrar o presente apostilamento com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade a ***alteração do modelo*** constante do Termo de Contrato nº 002/2026, conforme matéria publicizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em 13 de fevereiro de 2026, edição nº 3730.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO MODELO DO EQUIPAMENTO

Conforme expresso na Cláusula Primeira, fica formalizada a alteração do ***modelo do Trator de Estreira*** do Termo de Contrato 002/2026, nos seguintes termos:

Modelo originalmente previsto: **SHANTUI – MODELO DH13-C3**
Alterado para: ***SHANTUI – MODELO DH13-C6W****

A presente alteração refere-se exclusivamente ao modelo do equipamento, permanecendo **inalteradas as demais especificações, condições, obrigações e valores estabelecidos no instrumento contratual**, desde que mantidas as características e condições necessárias ao adequado cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DEMAIS INFORMAÇÕES

Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 002/2026 oruindo da Pregão Eletrônico nº 025/2025 ao Processo Administrativo n° 820096/2025 não alcançadas pelo presente apostilamento, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Caraúbas/RN, 26 de agosto de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:0A15B685

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026 DO CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026

Considerando os elementos constantes no presente Processo Administrativo;

Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município e o Parecer Técnico da Secretaria demandante, que opinaram pela regularidade da contratação;

Considerando o atendimento aos requisitos do Art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à justificativa de preço e razão da escolha do executante;

AGENTE(S) CREDENCIADA(S):
VALCIJHONE PAIVA DE PAULA CPF Nº 072.938.924-38, *domiciliado na Rua Francisco Martins de Miranda, nº 753, Bairro Sebastião Maltês, CEP: 59.780-000, CARAÚBAS/RN.*

Objeto: credenciamento de artistas, grupos e profissionais da cultura para prestação de serviços em eventos institucionais, culturais e turísticos promovidos pela Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificações constantes deste Termo de Referência, de acordo com o que determina a legislação vigente.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando que o valor da contratação foi aferido com base nos parâmetros previamente estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 002/2026, instrumento que assegurou ampla publicidade, transparência, isonomia e tratamento igualitário aos interessados;

Considerando que os valores constantes da tabela de remuneração foram previamente definidos pela Administração mediante pesquisa de mercado e análise de contratações similares realizadas por órgãos

públicos e entidades privadas, observando os princípios da economicidade e da razoabilidade;
Considerando que a adesão voluntária do artista aos valores previamente estabelecidos no edital constitui elemento suficiente para demonstrar a compatibilidade do preço com o mercado, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle e observância ao disposto no art. 23 e art. 74 da Lei nº 14.133/2021;

VALCIJHONE PAIVA DE PAULA CPF: Nº 072.938.924-38, *domiciliado na Rua Francisco Martins de Miranda, nº 753, Bairro Sebastião Maltês, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN.*

Item	Descrição do item	Unid. Medida	Valor Unitário
6	GRUPO MUSICAL (A PARTIR DE 3 PESSOAS)	UNIDADE	850,00

ESCOLHA DA EXECUTANTE: Conforme já afirmado anteriormente, a escolha do executante dos serviços ocorreu mediante abertura de chamamento público para credenciamento, na qual foi priorizada a questão relacionada com a ampla publicidade, de forma que fossem alcançados os objetivos iniciais de contratar empresas jurídicas, do ramo, para a prestação dos serviços. O(s) artista(s) em questão se habilitou à realização dos serviços referidos no objeto deste, tendo cumprido com todas as exigências editalícias no tocante a documentação de habilitação ali exigida. Conforme condição editalícia, outro(s) artista(s) jurídicas poderão se habilitar visando prestação do mesmo serviço.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 – Inexigibilidade para contratação objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

DETERMINAR a publicação do extrato deste ato e do respectivo contrato no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e no Diário Oficial dos Municípios, como condição indispensável para a eficácia do ato, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
Formalize-se o contrato.

Caraúbas/RN, 25 de agosto de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito do Município de Caraúbas/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:69DB5A63

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 01/2026 – SEMED

PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, especialmente o disposto no art. 14, § 1º, inciso I, a Lei Complementar Municipal nº 57, de 21 de agosto de 2026, e demais normas aplicáveis, torna público o presente PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR, fundamentado em critérios técnicos de mérito e desempenho e na participação da comunidade escolar, nos termos deste Edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O presente Edital regulamenta o processo de seleção para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Carnaúba dos Dantas/RN.
O processo seletivo observará os princípios da:
– Legalidade;
– Impessoalidade;
– Moralidade;
– Publicidade;
– Transparência;
– Gestão democrática;
– Igualdade de condições entre os candidatos;
– Valorização do mérito e do desempenho profissional;
– Participação da comunidade escolar.
O processo será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, com participação da Comissão Municipal de Gestão Democrática, dos Conselhos Escolares e das Assembleias Gerais Escolares, conforme suas respectivas competências.

A seleção não configura concurso público para provimento de cargo efetivo, destinando-se exclusivamente ao exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor Escolar pelo período definido na legislação municipal.
O mandato dos gestores selecionados será de 03 (três) anos, permitida uma recondução por igual período, mediante novo processo de escolha e observância da avaliação de desempenho prevista na legislação municipal.

DAS UNIDADES ESCOLARES E DAS FUNÇÕES

O processo seletivo destina-se ao preenchimento das funções de gestão escolar nas unidades da Rede Municipal de Ensino classificadas como de Médio e Grande Porte, observada a estrutura prevista na Lei Complementar Municipal nº 57/2026.
As unidades escolares de Médio Porte contarão, no mínimo, com:
– 01 Diretor;
– 01 Coordenador Pedagógico ou Supervisor Escolar.
As unidades escolares de Grande Porte contarão, no mínimo, com:
– 01 Diretor;
– 01 Vice-Diretor;
– 01 Coordenador Pedagógico ou Supervisor Escolar.
A relação das unidades escolares abrangidas pelo processo seletivo e respectivas funções disponíveis constará do Anexo I deste Edital.

DOS REQUISITOS PARA CANDIDATURA
Poderá candidatar-se às funções de Diretor ou Vice-Diretor o servidor que atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
– Ser professor efetivo integrante do quadro permanente do Magistério Público Municipal, ressalvada a situação prevista na legislação municipal para atuais gestores que não componham o quadro efetivo;
– Possuir graduação plena em Pedagogia; ou
– Possuir outra Licenciatura Plena, desde que acompanhada de pós-graduação em Gestão Escolar ou Administração Escolar;
– Comprovar formação continuada realizada nos últimos 02 (dois) anos, totalizando carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;
– Comprovar que a formação continuada apresentada está relacionada a uma ou mais das seguintes áreas:
Gestão Pedagógica;
Gestão de Pessoas;
Gestão Escolar Democrática;
Gestão Financeira ou Administração de Recursos Públicos;
– Contar com, no mínimo, 02 (dois) anos de efetivo exercício na unidade escolar para a qual pretende concorrer, computados até a data de publicação deste Edital;
– Apresentar toda a documentação exigida dentro do prazo estabelecido;
– Apresentar Plano de Gestão Escolar nos moldes definidos pela Secretaria Municipal de Educação;
– Declarar disponibilidade para o exercício da função em regime de dedicação exclusiva, caso seja selecionado e nomeado.
Na inexistência de candidatos que preencham os requisitos previstos no item anterior, poderá ser aberto procedimento para candidatura de membro da comunidade escolar, nos termos do art. 36 da Lei Complementar Municipal nº 57/2026.

A hipótese prevista no item 3.2 dependerá de declaração formal de inexistência de candidatos habilitados do quadro efetivo da respectiva unidade escolar emitida pela comissão de Gestão Democrática.

DAS INSCRIÇÕES
As inscrições serão realizadas no período de 28/09/2026 a 02/10/2026, junto à Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Cesário Cândido de Medeiros, nº 36A, no horário de 8h às 12h.
A inscrição será gratuita.
No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar:
– Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;
– Documento oficial de identificação com foto;
– CPF;
– Diploma de graduação;
– Certificado de pós-graduação em Gestão Escolar ou Administração Escolar, para diploma de graduação em outras licenciaturas, exceto Pedagogia;
– Certificados de formação continuada realizados nos últimos 02 anos, totalizando, no mínimo, 180 horas;
– Declaração funcional emitida pelo setor competente, comprovando o vínculo e o tempo de exercício na unidade escolar;
– Declaração de disponibilidade para dedicação nos turnos que a escola funcionar;
– Declaração de ciência e concordância com as regras deste Edital;
– Plano de Gestão Escolar, conforme modelo e orientações constantes do Anexo deste Edital;
– Demais documentos eventualmente previstos nos anexos.
Os certificados de formação continuada deverão conter, obrigatoriamente:
– Identificação da instituição promotora;
– Nome do participante;
– Carga horária;
– Período ou data de realização;
– Identificação do curso ou conteúdo programático.
A ausência de documento obrigatório implicará a inabilitação do candidato, assegurado o direito à interposição de recurso nos termos deste Edital.
Nas unidades escolares classificadas como de Grande Porte, a inscrição deverá ser realizada de forma coletiva, mediante composição de chapa integrada por 01 (um) candidato à função de Diretor e 01 (um) candidato à função de Vice-Diretor, ambos devendo atender individualmente aos requisitos estabelecidos neste Edital.

DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO
O processo seletivo observará as seguintes etapas sequenciais:

ETAPA I – HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ANÁLISE DOCUMENTAL

Esta etapa terá caráter eliminatório e será destinada à verificação do atendimento aos critérios mínimos de formação e aos demais requisitos de candidatura.
Serão analisados:
– Graduação exigida;
– Pós-graduação, para os casos de outras licenciaturas, exceto Pedagogia;
– Vínculo funcional;
– Tempo de exercício na unidade escolar;
– Demais requisitos estabelecidos neste Edital.

ETAPA II – AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA
Será verificado o cumprimento da carga horária mínima de 180 horas de formação continuada realizada nos últimos 02 anos nas áreas previstas na legislação municipal.
O candidato que não comprovar a formação mínima exigida será considerado inabilitado.

ETAPA III – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
O candidato deverá apresentar Plano de Gestão Escolar observando o modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação.
O Plano deverá apresentar, no mínimo:
– Diagnóstico da realidade escolar;
– Princípios e concepção de gestão;
– Objetivos e metas para o período de gestão;
– Estratégias para melhoria da aprendizagem;
– Estratégias para melhoria da frequência e permanência dos estudantes;
– Ações voltadas à alfabetização e recomposição das aprendizagens, quando aplicáveis;
– Estratégias de promoção da equidade e da inclusão educacional;
– Gestão democrática e fortalecimento do Conselho Escolar;
– Gestão de pessoas e valorização dos profissionais;
– Gestão administrativa;
– Gestão financeira e mecanismos de transparência;
– Estratégias de participação das famílias e da comunidade;
– Indicadores e mecanismos de monitoramento das metas;
– Cronograma de execução.

ETAPA IV – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO AO CONSELHO ESCOLAR
Os candidatos habilitados apresentarão formalmente seus Planos de Gestão ao Conselho Escolar da unidade para a qual concorrem.
A apresentação deverá ser registrada em ata própria com parecer de aprovação ou reprovação do Plano.
O Conselho Escolar poderá apresentar questionamentos relacionados às propostas constantes do Plano de Gestão, assegurado tratamento isonômico aos candidatos.

ETAPA V – ENTREVISTA TÉCNICA

Os candidatos serão submetidos à entrevista técnica perante a Comissão Municipal de Gestão Democrática.

A entrevista terá como finalidade avaliar os conhecimentos, competências e capacidades necessárias ao exercício da gestão escolar.
Serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos:
– Conhecimento da legislação educacional;
– Gestão pedagógica e foco na aprendizagem;
– Capacidade de análise e utilização de indicadores educacionais;
– Gestão democrática;
– Gestão de pessoas e liderança;
– Administração escolar;
– Gestão financeira e prestação de contas;
– Estratégias para redução das desigualdades educacionais;
– Inclusão e equidade;
– Articulação escola-família-comunidade;
– Domínio e viabilidade das propostas constantes no Plano de Gestão;
– Capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação.
A Comissão utilizará instrumento padronizado de avaliação, garantindo igualdade de critérios entre todos os candidatos.

ETAPA VI – HABILITAÇÃO TÉCNICA
Somente será considerado tecnicamente habilitado e poderá prosseguir para a etapa de participação da comunidade escolar o candidato que:
– Atender integralmente aos requisitos de formação e experiência;
– Comprovar a formação continuada exigida;
– Apresentar Plano de Gestão considerado compatível com as exigências deste Edital; e
– Alcançar desempenho satisfatório na entrevista técnica.
A relação dos candidatos tecnicamente habilitados será publicada nos meios oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação.

ETAPA VII – APRESENTAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
Somente participarão desta etapa os candidatos previamente habilitados nas etapas técnicas de mérito e desempenho.
Os candidatos apresentarão seus respectivos Planos de Gestão à Assembleia Geral Escolar.
A Assembleia será composta pela comunidade escolar, compreendendo:
– Profissionais da educação em exercício na unidade escolar;
– Estudantes regularmente matriculados, quando maiores de 10 anos;
– Pais ou responsáveis legais pelos estudantes;
– Representantes da comunidade local, na forma da legislação municipal.
Durante a Assembleia será assegurado aos candidatos igual período para exposição das propostas.

Após as apresentações, será realizada a manifestação da comunidade escolar conforme procedimento previsto neste Edital e em regulamento próprio.

A decisão da Assembleia Geral Escolar constituirá elemento determinante do processo de escolha e será formalmente registrada.

ETAPA VIII – LAVRATURA DA ATA

O Conselho Escolar lavrará ata circunstanciada contendo:
– Data, horário e local da Assembleia;
– Relação dos candidatos participantes;
– Síntese das apresentações realizadas;
– Registro da participação da comunidade;
– Resultado da manifestação ou deliberação da Assembleia;
– Eventuais ocorrências verificadas.A ata será assinada pelos responsáveis e encaminhada à Secretaria Municipal de Educação.

ETAPA IX – RESULTADO FINAL E NOMEAÇÃO

Concluídas todas as etapas, a Secretaria Municipal de Educação homologará o resultado final do processo.
O resultado será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal para a designação dos gestores escolares.
A nomeação será realizada por ato administrativo próprio do Prefeito Municipal com vigência a partir de 02/01 do ano subsequente à realização da eleição.

DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

O Plano de Gestão constituirá compromisso do candidato com a unidade escolar e com a comunidade.
As metas apresentadas deverão:
– Ser objetivas e mensuráveis, sempre que possível;
– Considerar os indicadores de aprendizagem, frequência e fluxo escolar;
– Prever mecanismos de acompanhamento;
– Guardar consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola e com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;
– Contemplar estratégias de participação da comunidade escolar.
Após a nomeação, o Plano de Gestão constituirá um dos referenciais para a avaliação anual de desempenho do gestor.

DA AVALIAÇÃO TÉCNICA

Para conferir objetividade e transparência ao processo, será utilizada ficha padronizada de avaliação.

Sugere-se a seguinte distribuição:

Critério	**Pontuação**
Formação e habilitação profissional	Habilitatório
Formação continuada mínima de 180 horas	Habilitatório
Plano de Gestão Escolar	50 pontos
Entrevista técnica	50 pontos
Total	**100 pontos**

Será considerado aprovado na avaliação técnica o candidato que obtiver, no mínimo, 70 pontos, desde que não obtenha pontuação inferior a 50% em qualquer uma das avaliações pontuadas.
A participação da comunidade escolar ocorrerá exclusivamente entre os candidatos previamente aprovados na avaliação de mérito e desempenho.
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
A Comissão Municipal de Gestão Democrática acompanhará o processo seletivo, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 57/2026.
Compete à Comissão, especialmente:
– Analisar a documentação dos candidatos;
– Registrar ocorrências e observações relativas à análise documental;
– Emitir parecer conjunto sobre a habilitação;
– Participar das entrevistas;
– Avaliar os candidatos conforme instrumento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação;
– Organizar e arquivar os documentos do processo;
– Encaminhar os resultados à Secretaria Municipal de Educação;
– Zelar pela transparência, impessoalidade e regularidade do processo.

DA PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Compete ao Conselho Escolar:
– Acompanhar o processo de seleção;
– Receber a apresentação dos Planos de Gestão;
– Participar dos momentos de diálogo com os candidatos;
– Contribuir para a mobilização da comunidade escolar;
– Acompanhar a Assembleia Geral Escolar;
– Lavrar a ata contendo o resultado da manifestação da comunidade;
– Encaminhar a documentação à Secretaria Municipal de Educação.

DOS RECURSOS

Será admitida interposição de recurso contra:
– Resultado da análise documental
– Resultado da análise da formação continuada;
– Resultado da avaliação do Plano de Gestão;
– Resultado da entrevista técnica;
– Resultado preliminar do processo seletivo.
O recurso deverá ser apresentado no prazo previsto no cronograma deste Edital.
Não serão conhecidos recursos:
– Apresentados fora do prazo;
– Sem fundamentação;
– Encaminhados por meio diverso daquele estabelecido neste Edital.
A decisão dos recursos será divulgada pelos meios oficiais.

DOS IMPEDIMENTOS

Não poderá participar da avaliação de candidato o membro da Comissão que:
– Tenha parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau com o candidato;– Possua interesse direto ou indireto no resultado;
– Apresente qualquer circunstância capaz de comprometer a imparcialidade da avaliação.
Verificada alguma das hipóteses previstas neste item, o membro deverá declarar-se impedido, procedendo-se à sua substituição.

DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Serão divulgados nos meios oficiais:
– Edital de abertura;
– Relação de inscritos;
– Resultado da análise documental;
– Resultado dos recursos;
– Relação dos candidatos tecnicamente habilitados;
– Cronograma das apresentações dos Planos;
– Resultado da participação da comunidade escolar;
– Resultado final;
– Ato de homologação;
– Ato de nomeação dos gestores.
Todos os atos, documentos, fichas de avaliação, atas e resultados produzidos no processo deverão ser devidamente organizados e arquivados pela Administração Pública Municipal.

DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES

O exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor ocorrerá em regime de dedicação exclusiva, conforme legislação municipal.
Os gestores nomeados ficarão sujeitos à avaliação anual de desempenho.
A avaliação anual considerará, dentre outros:
– Cumprimento das metas previstas no Plano de Gestão;
– Evolução dos indicadores de aprendizagem e frequência escolar;
– Execução e transparência na aplicação dos recursos financeiros;
– Funcionamento das instâncias colegiadas;
– Cumprimento do calendário escolar e carga horária;
– Organização administrativa;
– Atualização dos registros escolares;
– Promoção de ambiente inclusivo, participativo e respeitoso;
– Articulação com a comunidade escolar.

DO MANDATO

O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de 03 (três) anos.
Será permitida uma recondução por igual período, mediante:
– Realização de novo processo de escolha;
– Avaliação satisfatória do desempenho institucional;
– Comprovação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Gestão;

– Atendimento aos demais requisitos previstos na legislação.

DO CRONOGRAMA

Etapa	Período/Data
Publicação do Edital	28/08/2026
Período de inscrições	21/09 a 02/10/2026
Análise documental	05 a 09/10/2026
Resultado preliminar da habilitação	15/10/2026
Prazo para recursos	16 a 19/10/2026
Resultado dos recursos	22/10/2026
Entrega dos Planos de Gestão	26/10/2026
Análise dos Planos de Gestão	27 a 30/10/2026
Apresentação ao Conselho Escolar	03 a 06/11/2026
Entrevista técnica	09 a 11/11/2026
Resultado da avaliação de mérito e desempenho	13/11/2026
Recursos	16 a 18/11/2026
Resultado definitivo dos candidatos habilitados	20/11/2026
Assembleias Gerais Escolares	23 a 27/11/2026
Divulgação do resultado final	03/12/2026
Homologação	07/12/2026
Nomeação	08/01/2026
Início do mandato	11/01/2027

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação integral das normas previstas neste Edital.

A inexatidão de informações ou apresentação de documentos falsos poderá acarretar a exclusão do candidato, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

Todos os documentos relativos ao processo deverão permanecer arquivados pela Secretaria Municipal de Educação para fins de controle, fiscalização, comprovação da implementação da Gestão Democrática e atendimento às condicionalidades do VAAR/FUNDEB.

Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, ouvida a Comissão Municipal de Gestão Democrática e, quando necessário, a Assessoria Jurídica Municipal.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Carnaúba dos Dantas/RN, 28 de agosto de 2026.

RÚBIA RAQUEL DANTAS ROQUE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
RELAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES E FUNÇÕES DISPONÍVEIS

Unidade Escolar	Porte	Diretor	Vice Diretor
Escola Municipal Francisco Macedo Dantas	Médio	01	-
Escola Municipal Cônego Ambrósio Silva	Grande	01	01
Escola Municipal Clívia Marinho Lopes	Grande	01	01
Instituto Municipal João Cândido Filho	Grande	01	01
Centro de Ensino Infantil Francisca Neusa Dantas	Grande	01	01
Centro de AEE Marlo Vitor Medeiros de Melo	Médio	01	-

ANEXO II DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Ficha de inscrição;
Documento oficial com foto;
CPF;
Diploma de graduação;
Certificado de pós-graduação, quando exigível;
Certificados das formações realizadas nos últimos 02 anos;
Declaração de vínculo funcional;
Comprovação do tempo de exercício na unidade;
Declaração de disponibilidade para dedicação nos turnos de funcionamento da escola;
Plano de Gestão Escolar;
Declaração de ciência das normas do processo.

ANEXO III FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIRETOR E VICE-DIRETOR ESCOLAR
Edital nº 01/2026 – SEMED

IDENTIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Unidade Escolar: Porte da Unidade Escolar:
( ) Médio Porte ( ) Grande Porte
Modalidade da inscrição:
( ) Individual – Diretor(a)
( ) Coletiva – Chapa composta por Diretor(a) e Vice-Diretor(a)

DADOS DO(A) CANDIDATO(A) A DIRETOR(A)

Nome completo: CPF:
RG:
Data de nascimento: //
Telefone/WhatsApp: E-mail: Cargo efetivo:
Matrícula funcional: Unidade de lotação atual:
Tempo de serviço no Magistério Público Municipal:_anos e meses. Tempo de efetivo exercício na unidade escolar para a qual concorre: anos e meses. Formação acadêmica
Graduação: Instituição: Ano de conclusão:
Pós-graduação em Gestão Escolar ou Administração Escolar, quando exigida:

Instituição: Carga horária:
Ano de conclusão: Formação continuada:
Carga horária total apresentada nos últimos 02 anos: horas. Áreas contempladas:
( ) Gestão Pedagógica ( ) Gestão de Pessoas ( ) Gestão Escolar Democrática ( ) Gestão Financeira ou Administração de Recursos Públicos

DADOS DO(A) CANDIDATO(A) A VICE-DIRETOR(A)
Preenchimento obrigatório apenas para inscrição em chapa nas unidades escolares de Grande Porte.
Nome completo: CPF:
RG:
Data de nascimento: //
Telefone/WhatsApp: E-mail: Cargo efetivo:
Matrícula funcional: Unidade de lotação atual:
Tempo de serviço no Magistério Público Municipal:_anos e meses. Tempo de efetivo exercício na unidade escolar para a qual concorre: anos e meses. Formação acadêmica
Graduação: Instituição: Ano de conclusão:
Pós-graduação em Gestão Escolar ou Administração Escolar, quando exigida:

Instituição: Carga horária:
Ano de conclusão: Formação continuada:
Carga horária total apresentada nos últimos 02 anos: horas. Áreas contempladas:
( ) Gestão Pedagógica ( ) Gestão de Pessoas ( ) Gestão Escolar Democrática ( ) Gestão Financeira ou Administração de Recursos Públicos
IDENTIFICAÇÃO DA CHAPA
Preenchimento exclusivo para unidades escolares de Grande Porte.
Candidato(a) a Diretor(a):
Candidato(a) a Vice-Diretor(a):
Os candidatos acima identificados declaram que concorrem de forma conjunta, compondo chapa única para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor da unidade escolar indicada nesta ficha.

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA
Candidato(a) a Diretor(a)
Documento oficial de identificação com foto;
CPF;
Diploma de graduação;
Certificado de pós-graduação, quando exigido;
Certificados de formação continuada;

Declaração de vínculo funcional;
Declaração de tempo de exercício na unidade escolar;
Declaração de disponibilidade para dedicação nos turnos de funcionamento da escola;
Declaração de ciência e concordância com as regras do edital;
Demais documentos exigidos.
Documentação da chapa
Plano de gestão escolar elaborado conjuntamente;

Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada pelos integrantes da chapa.

Candidato(a) a vice-diretor(a), quando houver
Documento oficial de identificação com foto;
Cpf;
Diploma de graduação;
Certificado de pós-graduação, quando exigido;
Certificados de formação continuada;
Declaração de vínculo funcional;
Declaração de tempo de exercício na unidade escolar;
Declaração de disponibilidade para dedicação exclusiva;
Declaração de ciência e concordância com as regras do edital;
Demais documentos exigidos coletivamente com o diretor.

DECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS
Declaramos, para os devidos fins, que:
– Todas as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras;
– Conhecemos e aceitamos integralmente as disposições do Edital nº 01/2026 – SEMED;
– Estamos cientes de que os requisitos de habilitação serão analisados individualmente para cada integrante da chapa;
– Estamos cientes de que a inabilitação de qualquer integrante da chapa poderá implicar a inabilitação da inscrição coletiva, nos termos do Edital;
– Autorizamos a conferência da documentação apresentada para fins do processo seletivo;
– Caso selecionados e nomeados, comprometemo-nos a cumprir as atribuições das respectivas funções e executar conjuntamente o Plano de Gestão Escolar apresentado;
– declaramos possuir disponibilidade para o exercício das funções em regime de dedicação nos turnos de funcionamento da escola, conforme estabelecido na legislação municipal e no Edital.

Carnaúba dos Dantas/RN, de de 2026. Assinatura do(a) Candidato(a) a Diretor(a) Assinatura do(a) Candidato(a) a Vice-Diretor(a)

FICHA DE USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO CONTROLE DE RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO
Escola com inscrição de chapa: Data do recebimento: / /2026
Horário:

CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO
Candidato(a) a Diretor(a):
( ) Documentação completa
( ) Documentação incompleta

Candidato(a) a Vice-Diretor(a):
( ) Documentação completa
( ) Documentação incompleta

Plano de Gestão Escolar:
( ) Entregue
( ) Não entregue

SITUAÇÃO INICIAL DA INSCRIÇÃO
( ) Recebida sem pendências ( ) Recebida com pendências
( ) Documentação encaminhada para análise da Comissão

OBSERVAÇÕES/PENDÊNCIAS

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO
Nome: Função: Assinatura: Data: / /2026

ESTRUTURA MÍNIMA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
ORIENTAÇÕES GERAIS:
O Plano de Gestão deve evidenciar o que foi pensado pelo candidato para ser executado nos anos do mandato de diretor escolar.
Deverá ser enviado em formato PDF, fonte 12, Times New Roman ou Arial, espaçamento 1,5cm, com, no mínimo 15 (quinze) e, no máximo 20 (vinte) laudas.

Estrutura para apresentação

FICHA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO
Edital nº 01/2026 – SEMED

Unidade Escolar: Candidato(a) a Diretor(a): Candidato(a) a Vice-Diretor(a), quando houver: Número da inscrição/chapa:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Tópico	Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
Introdução	Apresentação clara, objetiva e contextualizada do Plano de Gestão Escolar.	3,0	
Justificativa	Demonstra a relevância do Plano de Gestão para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e evidencia os benefícios esperados para a comunidade escolar.	5,0	
Objetivos	Apresenta com clareza o que se pretende alcançar, com foco na melhoria da aprendizagem e da gestão escolar.	5,0	
Estratégias	Define meios e estratégias coerentes e viáveis para alcançar os objetivos estabelecidos.	5,0	
Metas	Apresenta resultados esperados a curto, médio e longo prazo, vinculados aos objetivos e aos resultados educacionais pretendidos.	7,0	
Ações	Propõe ações coerentes para o alcance das metas, indicando prazo de execução, responsáveis e, quando necessário, previsão de custos.	10,0	
Monitoramento e Avaliação	Apresenta proposta de acompanhamento coerente com as metas e estratégias, indicando como e quando as ações serão avaliadas e considerando a participação da comunidade escolar e a articulação com o Projeto Político-Pedagógico.	8,0	
Considerações Finais	Apresenta síntese coerente com os problemas identificados, objetivos, estratégias, metas e ações propostas.	4,0	
Referências	Apresenta referências bibliográficas e/ou normativas pertinentes utilizadas como subsídio para elaboração do Plano.	3,0	
TOTAL		**50,0**	

PARÂMETROS PARA ATRIBUIÇÃO DA NOTA
Para cada tópico, a Comissão deverá considerar o nível de atendimento aos critérios estabelecidos:
Atende plenamente
Apresenta conteúdo claro, coerente, objetivo, consistente e adequado à realidade escolar. Pontuação sugerida: 90% a 100% do valor do critério.
Atende satisfatoriamente
Apresenta conteúdo adequado, com pequenas fragilidades ou necessidade de maior detalhamento. Pontuação sugerida: 70% a 89%.
Atende parcialmente
Apresenta conteúdo genérico, pouco desenvolvido ou parcialmente relacionado ao critério avaliado. Pontuação sugerida: 50% a 69%.
Não atende satisfatoriamente
Apresenta conteúdo insuficiente, incoerente ou sem relação adequada com o critério. Pontuação sugerida: 0% a 49%.

ANÁLISE QUALITATIVA DO PLANO
Pontos fortes identificados

Aspectos que precisam de esclarecimento ou aprofundamento

Observações da Comissão

RESULTADO DA AVALIAÇÃO
Pontuação final do Plano de Gestão: / 50,0 pontos Percentual de aproveitamento: %
Resultado: ( ) Satisfatório ( ) Insatisfatório

RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO
Avaliador(a) 1:
Avaliador(a) 2:
Avaliador(a) 3:

Data da avaliação: / /2026

ANEXO VII
MODELO SUGESTIVO DE ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ESCOLAR

Aos dias do mês de de 2026, às horas, nas dependências da , realizou-se a Assembleia Geral Escolar destinada à apresentação dos candidatos previamente habilitados no Processo Seletivo para a função de Diretor/Vice-Diretor Escolar. Participaram da Assembleia representantes dos profissionais da educação, estudantes, pais ou responsáveis e comunidade escolar. Foram apresentados os Planos de Gestão dos candidatos habilitados, assegurando-se igualdade de tempo e condições para exposição. Após as apresentações, procedeu-se à manifestação da comunidade escolar, conforme as normas estabelecidas no Edital nº 01/2026, obtendo-se o seguinte resultado:
Candidato(a): Resultado:
Candidato(a): Resultado:
Diante do resultado, a Assembleia Geral Escolar deliberou por
.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros responsáveis e encaminhada à Secretaria Municipal de Educação.

Carnaúba dos Dantas/RN, 27 de agosto de 2026.

Presidente do Conselho Escolar

Representante da Comissão

Demais assinaturas

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:18F28F9F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 71/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 71/2026
Inexigibilidade Nº 21/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa RAMON DE MACEDO NOBREGA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 079.717.754-07, estabelecida a -.

Do objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTRUÇÃO E CAPACITAÇÃO EM FANFARRA, COMPREENDENDO AULAS DE COREOGRAFIA, CORPO COREOGRÁFICO, BALIZA, INSTRUMENTOS DE SOPRO (METAIS) E PERCUSSÃO.

Do preço total: R$ R$ 10.550,00

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
31823	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA PARA FANFARRA TENDO COMO OBJETIVO: ORGANIZAR, ENSINAR E TREINAR OS INTEGRANTES QUE COMPÕEM AS FANFARRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, CONFORME OBRIGAÇÕES DESCRITA NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.	h	150,0000	40,0000	R$ 6.000,00
31824	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA INSTRUMENTOS METAIS, TENDO COMO OBJETIVO: ORGANIZAR, ENSINAR E TREINAR OS INTEGRANTES QUE COMPÕEM AS FANFARRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, CONFORME OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.	h	130,0000	35,0000	R$ 4.550,00
				Valor Total:	R$ 10.550,00

Gestão/Unidade: 1.02.009.1 - SEC. MUN. DE EDUCACAO
Dotação(ões):

127	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.36.1.500.1001
129	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.39.1.500.1001
155	02.009.12.361.0124.2048.3.3.90.36.1.500.1001
156	02.009.12.361.0124.2048.3.3.90.39.1.500.1001
235	02.009.12.365.0108.2082.3.3.90.36.1.500.1001
236	02.009.12.365.0108.2082.3.3.90.39.1.500.1001
257	02.009.12.367.0125.2063.3.3.90.39.1.500.1001

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.

Da vigência: de 24/08/2026 a 24/08/2027

Carnaúba dos Dantas/RN, 24 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal)
P/ Contratante

RAMON DE MACEDO NOBREGA
P/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:AAE34903

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 72/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 72/2026
Inexigibilidade Nº 21/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa 57.335.177 TIAGO JOSE DANTAS DA SILVA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 57.335.177/0001-66, estabelecida a Rua 10 RUA QUINZE DE NOVEMBRO 801 SAO JOSE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN .

Do objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTRUÇÃO E CAPACITAÇÃO EM FANFARRA, COMPREENDENDO AULAS DE COREOGRAFIA, CORPO COREOGRÁFICO, BALIZA, INSTRUMENTOS DE SOPRO (METAIS) E PERCUSSÃO.

Do preço total: R$ R$ 53.950,00

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
31823	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA PARA FANFARRA TENDO COMO OBJETIVO: ORGANIZAR, ENSINAR E TREINAR OS INTEGRANTES QUE COMPÕEM AS FANFARRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, CONFORME OBRIGAÇÕES DESCRITA NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.	h	300,0000	40,0000	R$ 12.000,00
31824	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA INSTRUMENTOS METAIS, TENDO COMO OBJETIVO: ORGANIZAR, ENSINAR E TREINAR OS INTEGRANTES QUE COMPÕEM AS FANFARRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, CONFORME OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.	h	770,0000	35,0000	R$ 26.950,00
33910	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE COREOGRAFIAS; ACOMPANHAMENTO EM APRESENTAÇÕES; ENSAIOS EXTRAS; AVALIAÇÃO ANUAL; DIREÇÃO ARTÍSTICA PARA ESPETÁCULO, CONFORME OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.	h	500,0000	30,0000	R$ 15.000,00
				Valor Total:	R$ 53.950,00

Gestão/Unidade: 1.02.009.1 - SEC. MUN. DE EDUCACAO
Dotação(ões):

127	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.36.1.500.1001
155	02.009.12.361.0124.2048.3.3.90.36.1.500.1001
235	02.009.12.365.0108.2082.3.3.90.36.1.500.1001
129	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.39.1.500.1001
156	02.009.12.361.0124.2048.3.3.90.39.1.500.1001
236	02.009.12.365.0108.2082.3.3.90.39.1.500.1001
257	02.009.12.367.0125.2063.3.3.90.39.1.500.1001

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.
Da vigência: de 24/08/2026 a 24/08/2027

Carnaúba dos Dantas/RN, 24 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal)
P/ Contratante

TIAGO JOSE DANTAS DA SILVA
P/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:A6789F98

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 755/2026 - GP, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **FRANCISCO ANDRE MEDEIROS DA CUNHA**, inscrito no CPF: ***.348.684-**, Fiscal do **CONTRATO 140/2025**, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO DE VIDA PARA ACIDENTES PESSOAIS DOS ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, com vigência de 17/09/2026 a 17/09/2027.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 27 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:BE825629

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 756/2026- GP, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a composição da nova presidência do Conselho Municipal de Saúde para o biênio 2026-2028 do município de Carnaúba dos Dantas/RN.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a resolução nº 032/2026 do Conselho Municipal de Saúde, de 26 de agosto de 2026, assinada pelo então presidente Antônio Batista Dantas Neto;

CONSIDERANDO o Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Carnaúba dos Dantas/RN, em sua sessão ordinária, realizada aos 26 de agosto de 2026, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1272/2023 - PMCD e pelas Leis 8142/90 e 8080/90.

RESOLVE:
Art. 1º Designar a presidência e vice-presidência do Conselho Municipal de Saúde para o biênio de 2026-2028 a ser composta com os seguintes membros:
I – Gildemara Dantas Dias da Silva (Presidente);
II – Edineuza Jalma Dantas (Vice-presidente);

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 27 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:764195E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 758/2026-GP, 27 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 05 de julho de 2024 pela servidora;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação da servidora **MARIA EMILIA DANTAS, matrícula n.º 18246, empossada em 05 de julho de 2024, para o cargo efetivo de Auxiliar de Apoio Pedagógico,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório da servidora **MARIA EMILIA DANTAS, matrícula n.º 18246**, por ter atingido resultado **EXCELENTE, equivalente a nota final de 9,4 (nove inteiros e quatro décimos) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 04 de julho de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 27 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:F2207C57

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 759/2026 - GP, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Designar **JAKSON IGO SOARES SENA,** inscrito no CPF: ***.117.684-**- Fiscal do CONTRATO 70/2026, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA RUA JOÃO JUSTINO DANTAS E DE PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO REMANESCENTE DA RUA FRANCISCA DAS CHAGAS, NO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, com vigência de 21/08/2026 a 21/10/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 27 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:9751CC4A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 760/2026-GP, 27 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 05 de julho de 2024 pelo servidor;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação do servidor **EVERSON DOS SANTOS GOMES, matrícula n.º 18124, empossado em 05 de julho de 2024, para o cargo efetivo de Contador,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório do servidor **EVERSON DOS SANTOS GOMES, matrícula n.º 18124**, por ter atingido resultado **EXCELENTE, equivalente a nota final de 10 (dez) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 04 de julho de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 27 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:6A3D25AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 761/2026-GP, 27 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 05 de julho de 2024 pela servidora;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação da servidora **MARIA REJANE DE MEDEIROS SILVA, matrícula n.º 18238, empossada em 05 de julho de 2024, para o cargo efetivo de Cuidador de Pessoa com Deficiência e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento e Pessoa com Doença Rara,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório da servidora **MARIA REJANE DE MEDEIROS SILVA, matrícula n.º 18238**, por ter atingido resultado **EXCELENTE, equivalente a nota final de 9,3 (nove inteiros e três décimos) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 04 de julho de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 27 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:871F85A3

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 140/2025
TERMO ADITIVO N° 001

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS NA FORMA QUE SEGUE.

MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro Administrativo, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.088.254/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor o senhor
KLEYTONMEDEIROSDANTAS,inscritonoCPF:091.640.884-13,brasileiro,casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, carnaúba dos Dantas/RN, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.196.889/0001-43, estabelecida a Avenida Das Nações Unidas, n.º 14261, Vila Gertrudes, cidade de São Paulo, São Paulo, neste ato representado pelo Sr. DANIEL RASCIKEVICUIS DO AMARAL NASCIMENTO, portador do CPF n.º 143.300.278-79 e pelo Sr. SERGIO ROBERTO GRABE, portador do CPF n.º 157.138.458-85, doravante denominada CONTRATADA, CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e suas alterações, CONSIDERANDO, ao final, autorização expressa da Autoridade Superior, DECIDIRAM AS PARTES CONTRATANTES celebrar o Termo Aditivo n° 001, ao Contrato Administrativo nº 140/2025, celebrado em 17/09/2025, referente ao aditivo de prazo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o aditivo de prazo do contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO DE VIDA PARA ACIDENTES PESSOAIS DOS

ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, contratado através de Licitação Dispensável 63/2025, na forma da Lei Federal nº 14.133/21 art. 107, de 01 de abril de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE PRAZO
2.2. O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 140/2025, devendo o presente termo ter sua vigência a partir da data de 17 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Para custear as despesas com o presente termo aditivo, o Município utilizará recursos alocados na Dotação Orçamentária prevista para o ano de 2026 discriminados no Contrato Administrativo n° 140/2025.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. São mantidas as demais Cláusulas do Contrato Administrativo nº 140/2025, desde que não contrariadas pelo presente Termo.
4.2. Estando justos e acordados, assinam o presente termo os representantes legais das partes contratantes, em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1. O Contratante providenciará a publicação na Imprensa Oficial do extrato deste Termo Aditivo, de acordo com o parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com vistas a conferir eficácia ao presente ato.

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de agosto de 2026.

KLEYTONMEDEIROSDANTAS
Prefeito Municipal
Contratante

DANIEL RASCIKEVICUIS DO AMARAL NASCIMENTO
Brasilseg Companhia de Seguros
Contratado

SERGIO ROBERTO GRABE
Brasilseg Companhia de Seguros
Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:BC98701C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 757/2026-GP, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 13/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **ANABEL DA SILVA SOUZA ARAUJO,** matrícula nº 1045, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 31/08/2026 a 14/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 27 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:D1157050

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2101 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 2101 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Destituir **RAFAELA CAMPOS DA SILVA,** da função de **Fiscal de Contrato,** junto à Secretaria de Meio Ambiente e Causas Animais**.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 27 de agosto de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:0F850FB4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0638/2026-GP

PORTARIA Nº 0638/2026-GP Cerro Corá/RN em 27 de agosto de 2026

"DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DE CESSÃO ENTRE OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – TJRN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MACIEL DOS SANTOS FREIRE, Prefeito do Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Cerro Corá/RN.

RESOLVE:

Art. 1° - Renovar a cessão funcional dos servidores abaixo descritospara ficar à disposição do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJRN, Comarca de Currais Novos/RN, pelo período de **12 de novembro de 2026 até a 11 de novembro de 2028 com ônus para o cedente.**

Jânio França da Silva, Função: Agente Administrativo, Matrícula: 13986, integrante do quadro de provimento efetivo do Município;
José Valdivino da Silva, Função: Vigia, Matrícula: 12866, integrante do quadro de provimento efetivo do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:88C8AF57

GABINETE DO PREFEITO
VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 009/2026

MENSAGEM DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 009/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN
SENHOR PRESIDENTE,
Comunico a Vossa Excelência, nos termos da Lei Orgânica do Município, que decidi opor **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei nº 009/2026, de iniciativa do Vereador Felipe da Silva, que altera a Lei Municipal nº 882, de 08 de novembro de 2019, que institui o "Programa Prata da Casa".. O veto recai exclusivamente sobre os §§ 1º e 2º do art. 3º, acrescentados pelo art. 1º do projeto, preservando-se os demais dispositivos da proposição.

I. DA RAZÃO DO VETO
O veto parcial fundamenta-se na existência de vícios de inconstitucionalidade material e, quanto ao modo de disciplina da contratação administrativa, de incompatibilidade com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.
A promoção da cultura e o incentivo aos artistas locais constituem finalidades públicas legítimas. Todavia, a concretização dessa finalidade deve observar os limites constitucionais da igualdade, da impessoalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da liberdade artística e profissional e da adequada conformação da contratação pública.
A competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual não autoriza a edição de regras incompatíveis com os parâmetros constitucionais ou com as normas gerais de contratação pública.

II. DO VETO AO § 1º — VINCULAÇÃO DO CACHÊ AO SALÁRIO MÍNIMO
O § 1º estabelece que os cachês pagos aos artistas locais não poderão ser inferiores a um salário mínimo vigente para grupos musicais e a meio salário mínimo para artistas de apresentações solo.
A disposição é inconstitucional porque utiliza o salário mínimo como unidade de referência para definir a remuneração de uma contratação artística. A Constituição Federal assegura o salário mínimo nacionalmente unificado e determina expressamente ser vedada a sua vinculação para qualquer fim.
A contratação de apresentação artística não se confunde, necessariamente, com relação de emprego. O cachê corresponde à remuneração contratual por serviço artístico, cujo valor deve ser definido segundo as características concretas do objeto, tais como duração, formato, número de integrantes, estrutura necessária, experiência profissional, repercussão e preços praticados em contratações comparáveis.
A adoção do salário mínimo como piso legal cria uma indexação automática estranha à natureza do contrato. Qualquer reajuste nacional do salário mínimo produziria, sem nova avaliação administrativa ou legislativa, aumento obrigatório dos cachês, ainda que não houvesse alteração na complexidade da apresentação, na disponibilidade orçamentária ou nos preços de mercado.
Além disso, a regra estabelece tratamento uniforme para grupos musicais de composição e porte distintos. Um grupo reduzido e uma formação numerosa estariam sujeitos ao mesmo piso, embora possam apresentar custos, estrutura e complexidade significativamente diversos. A diferenciação entre grupos e artistas solo, tal como redigida, também não é acompanhada de critérios suficientes para assegurar tratamento proporcional às situações concretas.
A jurisprudência localizada reconhece que a definição legal de valores deve ser examinada à luz da vedação constitucional de vinculação ao salário mínimo, embora não tenha sido localizado precedente específico sobre cachês artísticos municipais.
Por essas razões, o § 1º deve ser vetado integralmente, sem prejuízo de futura disciplina por valores nominais ou critérios objetivos que não utilizem o salário mínimo como indexador.

III. DO VETO AO § 2º — LIMITAÇÃO E INDETERMINAÇÃO DO TEMPO DE APRESENTAÇÃO
O § 2º determina que o tempo de apresentação do artista local guarde proporção com a duração total do evento principal ou da atração principal, assegurando período mínimo "compatível com a dignidade e a natureza da performance artística", mas estabelece que a apresentação não poderá exceder uma hora e quarenta minutos.
Embora seja legítimo estabelecer condições para a aplicação de recursos públicos, a redação aprovada não apresenta critérios objetivos suficientes para orientar a contratação. As expressões "período mínimo compatível com a dignidade" e "natureza da performance artística" são abertas e não definem duração mínima verificável, método de cálculo, hipóteses excepcionais ou parâmetros de fiscalização.
A ausência desses critérios pode produzir decisões desiguais entre artistas e eventos semelhantes, permitindo que a Administração ou os particulares beneficiários do recurso público definam, caso a caso, o alcance de uma obrigação legal sem balizas suficientemente precisas.
O teto uniforme de uma hora e quarenta minutos também pode não guardar relação necessária com a duração, o formato e o objeto de cada evento. Apresentações musicais, exposições, performances individuais, manifestações culturais e outras formas artísticas possuem características distintas. A imposição de limite único pode conduzir a resultado desproporcional, tanto por restringir apresentações que justificariam duração diversa quanto por permitir, em determinados casos, contratação incompatível com a programação e com o interesse público.
A liberdade de expressão da atividade artística e o livre exercício de qualquer trabalho ou profissão são protegidos constitucionalmente. Isso não impede a Administração de estabelecer condições para o uso de recursos públicos, mas exige que eventuais limitações sejam necessárias, adequadas e proporcionais ao objetivo pretendido.
Também se deve preservar a esfera de decisão administrativa quanto à definição do objeto, da duração e das condições concretas de cada contratação, desde que observados o interesse público, a impessoalidade, a justificativa do preço e as normas aplicáveis. O Supremo Tribunal Federal reconhece que a iniciativa parlamentar é possível quando a lei não interfere na estrutura ou nas atribuições dos órgãos públicos, mas ressalva a impossibilidade de impor ao Executivo modo específico de gestão administrativa.
Em matéria de contratação de artistas locais, já foi reconhecida a inconstitucionalidade de lei municipal que impunha obrigações específicas de contratação e interferia na gestão administrativa, por violação à separação dos Poderes, à isonomia e à livre iniciativa.
Dessa forma, o § 2º deve ser vetado integralmente, pois estabelece limitação uniforme e critérios indeterminados que não asseguram aplicação objetiva, proporcional e isonômica da política pública.

IV. DA PRESERVAÇÃO DOS DEMAIS DISPOSITIVOS
O veto é parcial e restringe-se aos §§ 1º e 2º acrescentados ao art. 3º da Lei Municipal nº 882/2019.
O caput do art. 3º, na redação proposta, não é alcançado por este veto.
A preservação do restante do projeto permite que o Município continue promovendo oportunidades para artistas locais, desde que as contratações observem a Constituição, a legislação nacional aplicável e os princípios da Administração Pública.
A supressão dos §§ 1º e 2º evita que a finalidade cultural do projeto seja comprometida por disposições específicas juridicamente vulneráveis, especialmente a vinculação do cachê ao salário mínimo e

a fixação de duração uniforme e indeterminada em seus critérios de aplicação.

V. DA CONCLUSÃO
Diante do exposto, por razões de inconstitucionalidade material e de incompatibilidade com os princípios constitucionais aplicáveis à contratação e à gestão de recursos públicos, **VETO INTEGRALMENTE** os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei Municipal nº 882/2019, na redação conferida pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 009/2026.
Solicito a apreciação do veto por essa Câmara Municipal, na forma da Lei Orgânica do Município.
Cerro Cora, 26 de agosto de 2026

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito do Município de Cerro Corá

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:0051837A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 614/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Francisca Lúcia Barbosa de Araújo,** matricula nº. 0003514 – Auxiliar Enfermagem – N4F – Inscrita no CPF: XX9.056.794-X0 a concessão de **01 (uma)** diária com pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **31 de julho de 2026**, acompanhar o paciente **E.A.P** encaminhado (a) para realização de tratamento especial no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel – Avenida Senador Salgado Filho – Tirol – Natal/RN – CEP: 59015-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais)**, correspondente a concessão de **01 (uma)**, diária com pernoite, e de acordo com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:3126E221

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 615/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: XX5.820.614-X3, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **02 de agosto de 2026**, conduzindo o paciente **G.R.S** encaminhado (a) para realização de atendimento especializado no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel – Avenida Senador Salgado Filho, s/n – Tirol - Natal/RN – CEP: 59015.000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**, correspondente a **1/2 (Meia),** diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:C4B04293

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 620/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Francisca Severiano,** matricula nº. 00010006 – Auxiliar Enfermagem – N4E, CPF: XX8.017.924-X4. A concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **10 de agosto de 2026**, acompanhando a paciente **G.R.S** encaminhado (a) para realização de procedimentos (Tratamento) especial no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel – Avenida Senador Salgado Filho - Tirol – Natal/RN - CEP: 59015-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**, correspondente a concessão de **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60** da Lei Orgânica do Município e **Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:10B11CBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 621/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Francisca das Vitorias de Medeiros M. S. Pereira,** matricula nº. 0014001 – Auxiliar Enfermagem – N4E, CPF: XX5.708.154-X1, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se desloca a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **11 de agosto de 2026**, acompanhar a paciente **K.V.F.B** encaminhado (a) para realização de procedimentos (tratamento), especiais na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60** da Lei Orgânica do Município e **Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:EF5BE745

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 626/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Judith Querino da Silva,** matricula nº. 0003247 – Auxiliar Enfermagem, CPF: XX1.722.104-X9, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **17 de agosto de 2026**, acompanhar paciente encaminhado (a) para realização de tratamento especial na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais),** correspondente a **1/2 (Meia)**, diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:8C2C0220

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 629/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Ana Amélia Guimarães,** matricula nº. 000441 – Auxiliar Enfermagem – CPF: XX3.953.754-X0, a concessão de **01 (uma)** diária com pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **19 de agosto de 2026**, acompanhar a paciente **M.M.V** encaminhado (a) para realização de procedimento especial no HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias, 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59000-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 70,00 (Setenta reais),** correspondente a **01 (uma)**, diária com pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:89596D86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 630/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Francisca Severiano,** matricula nº. 0001000 – Auxiliar Enfermagem – N4E, CPF: XX8.017.924-X4. A concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **20 de agosto de 2026,** acompanhar a paciente **A.L.O.A** encaminhado (a) para realização de tratamento especial na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra - Praça Tequinha Farias, 13, Santa Cruz – RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a concessão de **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60** da Lei Orgânica do Município e **Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:2EEBCC2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 631/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Francisca Severiano,** matricula nº. 0001000 – Auxiliar Enfermagem – N4E, CPF: XX8.017.924-X4. A concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **21 de agosto de 2026,** acompanhar a paciente **A.C.C.L** encaminhado (a) para realização de tratamento especial na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra - Praça Tequinha Farias, 13, Santa Cruz – RN – CEP: 59200-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a concessão de **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60** da Lei Orgânica do Município e **Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:A69902A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 632/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: XX5.820.614-X3, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz-RN, no dia **21 de agosto de 2026**, conduzir a paciente **A.C.C.L** encaminhada para realização de procedimento especial na HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59200-000.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia),** diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:AA96BC87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 634/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: XX5.820.614-X3, a concessão de **01 (uma)** diária com pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **23 de agosto de 2026**, conduzindo o paciente **J. A. R P** encaminhado (a) para realização de procedimentos (tratamento) especial no Hospital Dr. Luiz Antônio – Liga contra o câncer – Rua Dr. Mário Negócio, 2267 – Quintas – Natal/RN – CEP: 59040-000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais)**, correspondente a **01 (uma),** diária com pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:22858FAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 636/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Ana Amélia Guimarães,** matricula nº. 000441 – Auxiliar Enfermagem – CPF: XX3.953.754-X0, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **24 de agosto de 2026**, acompanhar a paciente **M.A.C.P** encaminhado (a) para realização de procedimento especial no HUAB/UFRN – Maternidade e Hospital Universitário Ana Bezerra – Praça Tequinha Farias, 13 – Santa Cruz/RN – CEP: 59000-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais),** correspondente a **01 (uma)**, diária sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:2B53509B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 637/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Cloves Guedes de Araújo,** matricula nº. 0003506 – Motorista – N4E, CPF: XX5.820.614-X3, a concessão de **1/2 (Meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia **18 de agosto de 2026**, conduzindo o paciente **F.C.S** encaminhado (a) para realização de atendimento especializado no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel – Avenida Senador Salgado Filho, s/n – Tirol - Natal/RN – CEP: 59015.000.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**, correspondente a **1/2 (Meia),** diária sem pernoite, e de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:493ED4FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 173/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 102 da Lei n.º 15/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 3 (três) meses de licença prêmio a servidora **LAURA SOLANGE NUNES DE AMORIM**, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria, pertencente ao quadro de servidores de cargo de provimento efetivo do Município, estando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo Único. A licença prêmio refere-se ao período aquisitivo do ano de 12/03/2013 a 12/03/2018, a qual será usufruída entre os dias 28 de agosto de 2026 a 28 de novembro de 2026, devendo a servidora retornar ao exercício de suas funções no dia 30 de novembro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:37B06D63

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 037-003/2026

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa, Sr.(a) Maria de Fatima Alves da Costa, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, II (concorrência)), após exame e deliberação do processo administrativo N° 01306/2026, em observância ao Instrumento Convocatório (Edital) 037-003/2026, que institui o(a) Concorrência em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:
RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**Contratação de empresa destinada a execução de CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, LOCALIZADA NO SÍTIO TRAQUINA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN.**
Quantidade:	**1 Serviço(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 383.691,87**
Valor Total:	**R$ 383.691,87**
Participante Vencedor:	**V N M AUGUSTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**
Apelido:	**Participante 6940200692**
Documento do Licitante:	**62.175.375/0001-40**
Cidade UF:	**São Miguel - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 383.691,87**

Coronel João Pessoa - RN, 26 de Agosto de 2026.

MARIA DE FATIMA ALVES DA COSTA.
Autoridade Competente
Prefeitura

Publicado por:
Miguel Ferreira de Aquino
Código Identificador:35A54694

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 021/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN n° 099/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **28 de agosto de 2026,** no site do Portal Nacional de Contratações Públicas: **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de preços para a possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento gradativo de pneus e câmaras de ar**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 10 de setembro de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@hotmail.com.

Cruzeta/RN, 27 de agosto de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:AF2CAA96

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN Nº 091/2025 - DISPENSA Nº 030/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN Nº 091/2025 - DISPENSA Nº 030/2025

CONTRATANTE: Município de Cruzeta – CNPJ 08.106.510/0001-50; **CONTRATADO:** RF – SEGURANÇA DO TRABALHO E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 24.505.516/0001-56; **OBJETO:** Contratação direta de pessoa jurídica para a execução dos serviços de SST – saúde e segurança do Trabalho; **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA:** 07 de julho de 2026 à 06 de julho de 2027; **VALOR TOTAL**: R$ 49.850,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais); **FUNDAMENTAÇÃO:** Artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133/2021; **SIGNATÁRIOS:** JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – Contratante; Rafael Fágne da Silva – Contratada**.**

Cruzeta/RN, 03 de julho de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:BE108EB1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO PROC. ADMINITRATIVO Nº 118/2025 DISPENSA Nº 032/2025 – TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO E ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO PROC. ADMINITRATIVO Nº 118/2025
DISPENSA Nº 032/2025 – TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO E ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Município de Cruzeta – CNPJ 08.106.510/0001-50; **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:** INEAS - INSTITUTO NORTE RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.642.816/0001-08; **OBJETO:** Execução de prestação de serviços de assistência à Saúde; como também, gestão, apoio e monitoramento de programas da secretaria de Saúde do município de Cruzeta/RN; **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA:** 01 de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027; **VALOR TOTAL**: R$ 491.252,54 (quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos); **FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações; **SIGNATÁRIOS:** JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – Administração Pública; James Dean Henrique da Silva – Organização da Sociedade Civil.

Cruzeta/RN, 16 de julho de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:F66DDFAD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DE ERRO MATERIAL

Partes: Prefeitura Municipal De Cruzeta/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.106.510/0001-50 e **SEBASTIANA EDUARDA DANTAS DE ARQUINO, portadora do CPF: 102.XXX.XXX-35.**

Do objeto e seus elementos característicos: O objetivo da presente contratação, por ter sido a candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2025 é a prestação de serviços como PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Base legal: Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República de 1988.

Valor mensal: R$ 4.617,56 (quatro mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos), mediante tabela salarial vigente, devendo deduzindo-se deste valor mensal todos os impostos devidos.

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral do Município, conforme Lei nº 1.257, de 05 de dezembro de 2025.

Vigência: 1 (um) ano.

Cruzeta/RN, em 25 de agosto de 2026.

Assinam:

MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN
CNPJ nº 08.106.510/0001-50
(Representado pelo seu Prefeito, o Sr. Joaquim José de Medeiros).

SEBASTIANA EDUARDA DANTAS DE ARQUINO
CPF: 102.XXX.XXX-35

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:10B9C66F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026.

OBJETO: Aquisição de insumos e medicamentos de uso veterinário para o Setor de Zoonoses

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 88/2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

DETENTORA: BICHO WEB SAÚDE ANIMAL LTDA, CNPJ Nº 60.718.874/0001-00, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 10 pelo valor unitário de R$ 39,00 (trinta e nove reais) e a quantidade de 100 frascos;
Item 13 pelo valor unitário de R$ 1,39 (um real e trinta e nove centavos) e a quantidade de 1.000 comprimidos;
Item 15 pelo valor unitário de R$ 0,99 (noventa e nove centavos) e a quantidade de 2.000 comprimidos;
Item 16 pelo valor unitário de R$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos) e a quantidade de 2.000 comprimidos;
Item 21 pelo valor unitário de R$ 19,00 (dezenove reais) e a quantidade de 200 frascos;
Item 25 pelo valor unitário de R$ 24,00 (vinte e quatro reais) e a quantidade de 100 frascos;
Item 31 pelo valor unitário de R$ 23,00 (vinte e três reais) e a quantidade de 500 frascos.

VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 27/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

DETENTORA: CIRÚRGICA EXPRESS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ Nº 44.130.732/0001-71, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 4 pelo valor unitário de R$ 21,99 (vinte e um reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 600 ampolas;
Item 19 pelo valor unitário de R$ 140,00 (cento e quarenta reais) e a quantidade de 200 frascos; **Item 23** pelo valor unitário de R$ 1,29 (um real e vinte e nove centavos) e a quantidade de 200 ampolas;
Item 26 pelo valor unitário de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e a quantidade de 200 frascos;
Item 28 pelo valor unitário de R$ 28,99 (vinte e oito reais e noventa e nove centavos) e a quantidade de 800 frascos;
Item 30 pelo valor unitário de R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) e a quantidade de 1.000 frascos;
Item 32 pelo valor unitário de R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 1.000 frascos;
Item 35 pelo valor unitário de R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 200 ampolas;
Item 36 pelo valor unitário de R$ 0,49 (quarenta e nove centavos) e a quantidade de 500 pacotes;
Item 37 pelo valor unitário de R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) e a quantidade de 500 pacotes;
Item 39 pelo valor unitário de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos) e a quantidade de 500 unidades;
Item 40 pelo valor unitário de R$ 0,24 (vinte e quatro centavos) e a quantidade de 500 unidades;
Item 44 pelo valor unitário de R$ 57,80 (cinquenta e sete reais e oitenta centavos) e a quantidade de 100 litros;
Item 45 pelo valor unitário de R$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos) e a quantidade de 1.000 litros;
Item 48 pelo valor unitário de R$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos) e a quantidade de 50 caixas;
Item 49 pelo valor unitário de R$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos) e a quantidade de 50 caixas;
Item 50 pelo valor unitário de R$ 35,90 (trinta e cinco reais e noventa centavos) e a quantidade de 20 pacotes;
Item 52 pelo valor unitário de R$ 6,70 (seis reais e setenta centavos) e a quantidade de 20 unidades;
Item 54 pelo valor unitário de R$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos) e a quantidade de 1.000 frascos.

VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 27/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90/2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

DETENTORA: DROGA MAIS VET DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA, CNPJ Nº 65.876.894/0001-23, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 01 pelo valor unitário de R$ 3,70 (três reais e setenta centavos) e a quantidade de 300 comprimidos;
Item 02 pelo valor unitário de R$ 6,00 (seis reais) e a quantidade de 300 comprimidos;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 32,30 (trinta e dois reais e trinta centavos) e a quantidade de 20 frascos;
Item 05 pelo valor unitário de R$ 0,59 (cinquenta e nove centavos) e a quantidade de 2.000 comprimidos;
Item 06 pelo valor unitário de R$ 0,79 (setenta e nove centavos) e a quantidade de 2.000 comprimidos;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 0,59 (cinquenta e nove centavos) e a quantidade de 2.000 comprimidos;
Item 08 pelo valor unitário de R$ 0,98 (noventa e oito centavos) e a quantidade de 2.000 comprimidos;
Item 09 pelo valor unitário de R$ 11,90 (onze reais e noventa centavos) e a quantidade de 100 frascos;
Item 11 pelo valor unitário de R$ 8,90 (oito reais e noventa centavos) e a quantidade de 100 frascos;
Item 12 pelo valor unitário de R$ 1,16 (um real e dezesseis centavos) e a quantidade de 1.000 comprimidos;
Item 14 pelo valor unitário de R$ 30,90 (trinta reais e noventa centavos) e a quantidade de 100 frascos;
Item 17 pelo valor unitário de R$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) e a quantidade de 1.000 comprimidos;
Item 18 pelo valor unitário de R$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos) e a quantidade de 1.000 comprimidos.
I**tem 20** pelo valor unitário de R$ 8,90 (oito reais e noventa centavos) e a quantidade de 1.000 comprimidos.
Item 22 pelo valor unitário de R$ 8,65 (oito reais e sessenta e cinco centavos) e a quantidade de 400 frascos.
Item 24 pelo valor unitário de R$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos) e a quantidade de 600 frascos.

VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 27/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91 /2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

DETENTORA: EXPRESS DENTAL LTDA, CNPJ Nº 40.212.040/0001-11, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 38 pelo valor unitário de R$ 0,56 (cinquenta e seis centavos) e a quantidade de 100 pacotes;
Item 41 pelo valor unitário de R$ 0,22 (vinte e dois centavos) e a quantidade de 500 unidades;
Item 42 pelo valor unitário de R$ 0,33 (trinta e três centavos) e a quantidade de 500 unidades; **Item 43** pelo valor unitário de R$ 6,32 (seis reais e trinta e dois centavos) e a quantidade de 300 rolos;
Item 46 pelo valor unitário de R$ 28,60 (vinte e oito reais e sessenta centavos) e a quantidade de 100 litros;
Item 47 pelo valor unitário de R$ 10,05 (dez reais e cinco centavos) e a quantidade de 100 rolos;
Item 51 pelo valor unitário de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) e a quantidade de 4.000 unidades;
Item 53 pelo valor unitário de R$ 78,00 (setenta e oito reais) e a quantidade de 2 unidades;
Item 55 pelo valor unitário de R$ 32,00 (trinta e dois reais) e a quantidade de 20 unidades;
Item 56 pelo valor unitário de R$ 48,90 (quarenta e oito reais e noventa centavos) e a quantidade de 20 unidades.

VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 27/08/2027

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2026 – Órgão gerenciador: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.

DETENTORA: SUPRAMIL COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 11.262.969/0001-57, saiu vencedor(a) nos item(ns):

Item 29 pelo valor unitário de R$ 108,80 (cento e oito reais e oitenta centavos) e a quantidade de 1.000 frascos;
Item 34 pelo valor unitário de R$ 62,80 (sessenta e dois reais e oitenta centavos) e a quantidade de 500 frascos.

VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 27/08/2027

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:6F3BF112

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90005/2026

CONTRATO Nº 592/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO "O GERALDÃO" NO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN"**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN.

CONTRATADA: CONSTRUTORA J V A LTDA ME - CNPJ: 07.062.694/0001-30, saiu vencedora no item:
Item 01 - Prestação de Serviços de Obras de Engenharia, no valor total de R$ 268.429,00 (duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e vinte e nove reais).

VIGÊNCIA: 27/08/2026 à 26/08/2027.

Currais Novos/RN, 27 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

SUEID RUSK BEZERRA LINS
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

JERONIMO EDUARDO DE AZEVEDO
Contratado

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:863BCC3B

GABINETE DO PREFEITO
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA N° 13/2026

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS E A ASSOCIAÇAO NORTERIOGRANDENSE DE VOLEIBOL.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN**, COM SEDE À PRAÇA DEZ. TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ N° 08.109.126/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, O SR. **LUCAS GALVÃO DA CRUZ**, BRASILEIRO, CASADO, BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, RESIDENTE À RUA MANDACARU, Nº 80, CONDOMÍNIO PARQUE BREJUÍ, BAIRRO PARQUE DAS PEDRAS, CURRAIS NOVOS/RN, INSCRITO NO CPF Nº ***.782.584-**, COMO **CONCEDENTE**, E DE OUTRO LADO, A **ASSOCIAÇAO NORTERIOGRANDENSE DE VOLEIBOL**, ASSOCIAÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS, INSCRITA NO CNPJ Nº **40.254.180/0001-52**, SITUADA À AV CORONEL JOSE BEZERRA, 768, ANTONIO RAFAEL, CURRAIS NOVOS/RN, REPRESENTADO NESTE ATO POR SEU PRESIDENTE **AFRANIO AURELIO SILVA BEZERRA**, BRASILEIRO, INSCRITO NO CPF N° ***.842.804-**, DORAVANTE DENOMINADA DE **CONVENIADA**, COM BASE NO INCISO XXI, DO ART 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E LEI 14.133/2021, RESOLVEM CONVENIAR-SE MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Este Convênio tem por objetivo o repasse financeiro para a **ASSOCIAÇAO NORTERIOGRANDENSE DE VOLEIBOL**, com o intuito de apoiar a realização da Copa Professor Jorge Guimarães de voleibol (Copa Nordeste Brasileiro de Voleibol), evento consolidado no calendário esportivo regional. A competição utiliza a atividade esportiva como ferramenta estratégica de promoção da cidadania, inclusão social, formação de valores, melhoria da qualidade de vida e incentivo à saúde física e mental, além de fortalecer o cenário esportivo local e estimular a participação da comunidade nas ações esportivas do município.
Em sua 30ª edição, o campeonato tem como meta mobilizara participação de aproximadamente 4.000 atletas, além de envolver cerca de 600 profissionais técnicos, entre treinadores, árbitros e coordenadores, com a previsão de realização de 500 jogos durante a competição. Trata-se de um evento de grande porte que movimenta a economia local, fortalece o turismo esportivo e projeta Currais Novos no cenário esportivo regional e nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES
O valor do presente convênio será de R$ 79.138,00 (setenta e nove mil, cento e trinta e oito reais), pago em parcela única de acordo com o Plano de Trabalho, em conta bancária de titularidade da conveniada, com a finalidade exclusiva de movimentação do recurso do convênio, em conformidade com o Decreto Nº 4.924/2020 e a IN CGM Nº 001/2025.
Parágrafo Único – as DESPESAS decorrentes deste convênio são as constantes na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2026, aprovada para o Município de Currais Novos/RN, e será levado a débito na Unidade Orçamentária: 15.001– Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Ação: 2078 – Apoio financeiro a realização da Copa Jorge Guimarães de Voleibol, Natureza: 3.3.90.41 – Contribuições, Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados a Impostos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO
Este convênio terá vigência com início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA
Constituem obrigações da Conveniada:
I. Para igual propósito mencionado na Cláusula Primeira, a **CONVENIADA** se compromete a aplicar os recursos repassados por esta municipalidade em atividades descritas no plano de trabalho em anexo;
II. Fornecer a infraestrutura necessária à realização dos procedimentos conveniados, dentro das normas e padrões estabelecidos;
III. Apresentar prestação de contas do recurso dentro da vigência do convênio. Sendo este item critério para a viabilidade de uma possível renovação do convênio, em caso de aprovação da prestação de contas;
IV. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos.
Parágrafo Único: a prestação de contas referente ao recebimento do recurso financeiro deverá ocorrer por meio de notas fiscais emitidas em nome da Associação, em conformidade com o Decreto Nº 4.924/2020 e a IN CGM Nº 001/2025. Quaisquer outros documentos ou comprovantes não serão considerados válidos para fins de reconhecimento da utilização do recurso, bem como, o mesmo deverá ser utilizado de acordo com o plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE
Constituem obrigações da convenente:
I. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
II. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades;
III. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre o **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS** e a **ASSOCIAÇAO NORTERIOGRANDENSE DE VOLEIBOL.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO
O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes conveniadas, mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver o inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
A CONCEDENTE providenciará a publicação deste convênio, por extrato em veículo oficial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Currais Novos/RN, para nele se dirimirem todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas com entendimento direto das partes CONVENIADAS, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que seguem assinadas pelas testemunhas, que a tudo assistiram e atestam

Currais Novos/RN, 25 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal do Município de Currais Novos

SUEID RUSK BEZERRA LINS
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

AFRANIO AURELIO SILVA BEZERRA
Presidente
Associaçao Norteriograndense de Voleibol

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:C2942F00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 258/2026 PROCESSO PMCN Nº 2.727/2026 PROTOCOLO Nº 11.535/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico inserto nos presentes autos, tornou dispensável, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da empresa LINO DANTAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ 50.886.412/0001-49, com sede na Rua TONHECA DANTAS, nº 371, CENTRO, CARNAUBA DOS DANTAS/RN, CEP: 59.374-000, com a finalidade de contratar:

02 unidades de Microfone sem fio duplo combo duplo, para captação de áudio de duas pessoas simultaneamente, com transmissão estável, baixa latência, compatível com dispositivos móveis e câmeras, com estojo de recarga e acessórios. Pelo valor unitário de R$ 229,00 (duzentos e vinte nove reais);

01 unidade de Iluminador led tipo bastão, com ajuste de temperatura de cor, sistema rgb, controle de intensidade luminosa, bateria recarregável, acompanhado de carregador, fonte e suporte. Pelo valor unitário de R$ 219,00 (duzentos e dezenove reais).

E a empresa J V P LOPES LTDA, inscrita no CNPJ 47.677.561/0001-93, com sede na Praça Pedro Velho, nº 64, BOX 7, CENTRO, ASSU/RN, CEP: 59.650-000, com a finalidade de contratar:

01 unidade de Carregador duplo para baterias recarregáveis compatíveis com iluminadores LED, com capacidade para carregamento simultâneo de duas baterias, bivolt automático, acompanhado de cabos e indicadores de carga. Pelo valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

A contratação visa suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Currais Novos, 25 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:46F30A6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 502/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): MARIA DO SOCORRO DANTAS, CPF: 023.054.734-60
OBJETO: Prestação de serviços como auxiliar de cozinha na Rede Municipal de Ensino
VALOR: R$ R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:898D6CD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 544/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): ODAIR JOSE FELIX BARBOSA, CPF: 027.086.334-65.
OBJETO: Prestação de serviços como como Zelador na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:47B9EA1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 552/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): CARLOS ALEXANDRE DE MEDEIROS, CPF: 033.176.244-77
OBJETO: Prestação de serviços como Motorista de Transporte Escolar na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 2.124,20 (dois mil, cento e vinte e quatro reais e vinte centavos),
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:85AC0D15

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 554/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): GENILSON CARDOSO DA SILVA, CPF: 037.650.464-18.
OBJETO: Prestação de serviços como Zelador na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:A9AACD70

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 555/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): DARMISON RONDELLY PINHEIRO DE OLIVEIRA, CPF: 051.591.154-20
OBJETO: Prestação de serviços como Zelador na Rede Municipal de Ensino
VALOR: R$ R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:3BF02DA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 556/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): ANDREYNA ELLEN DE SOUZA MEDEIROS, CPF: 123.355.644-47.
OBJETO: Prestação de serviços como Zeladora na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:31CB870D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 557/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): ADRIANA MENDES BRAGA, CPF: 049.699.254-61.
OBJETO: Prestação de serviços como Zelador na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

JORIAN PEREIRA DOS SANTOS –
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:815700D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 560/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): LUZIA DOS SANTOS FERNANDES DA SILVA MAFRA, CPF: 011.918.484-26.
OBJETO: Prestação de serviços como Zelador na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

***JORIAN PEREIRA DOS SANTOS* –**
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:3798ABA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 561/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): JOSE FRANCISCO BORGES, CPF: 146.601.804-68.
OBJETO: Prestação de serviços como Motorista de Transporte Escolar na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 2.124,20 (dois mil, cento e vinte e quatro reais e vinte centavos)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

***JORIAN PEREIRA DOS SANTOS* –**
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:C6649869

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 564/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): EDNA MARIA MENDES, BRASILEIRA, CPF: 055.993.974-40.
OBJETO: Prestação de serviços como zeladora na Rede Municipal de Ensino.
VALOR: R$ R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

***LUCAS GALVÃO DA CRUZ* –**
Prefeito Municipal

***JORIAN PEREIRA DOS SANTOS* –**
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:AE75835C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 565/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): KAROL GABRIELLY ALVES DA SILVA, CPF: 700.981.304-39
OBJETO: Prestação de serviços como zeladora na Rede Municipal de Ensino
VALOR: R$ R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

***LUCAS GALVÃO DA CRUZ* –**
Prefeito Municipal

***JORIAN PEREIRA DOS SANTOS* –**
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:6CC0DF8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 566/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): SANDRA REGIA DANTAS DE ARAUJO, CPF: 538.719.954-87.
OBJETO: Prestação de serviços como zelador na sede da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

***JORIAN PEREIRA DOS SANTOS* –**
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:A3F86B24

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 567/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): EDUARDO FREIRE DA COSTA, CPF: 027.867.494-17.
OBJETO: Prestação de serviços como como Zelador na Rede Municipal de Ensino.
VALOR MENSAL: R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGÊNCIA: 01 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 01 de julho de 2026.

***LUCAS GALVÃO DA CRUZ* –**
Prefeito Municipal

***JORIAN PEREIRA DOS SANTOS* –**
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:E67E969C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 321/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 5048/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, e art. 14, § 1°, da Lei n° 11.947/2009, para a contratação da ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS RURAIS DA COMUNIDADE DO QUANDU E ADJACENCIAS DO MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS - RN, CNPJ: 11.933.627/0001-11, para aquisição de produtos do gênero alimentício provenientes da agricultura familiar e empreendedores rurais, no período de 12 de agosto de 2026 a 31 de

dezembro de 2026, com valor de R$ 6,30 (seis reais e trinta centavos) o item bebida láctea, obedecendo ao limite máximo de 12.000 litros, R$ 11,22 (onze reais e vinte e dois centavos) o item pão de leite caseiro, obedecendo ao limite máximo de 1.500 pacotes, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 24116/2026.

Currais Novos, 12 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:A8015BF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 519/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, RN.
CONTRATADA: CONSTRUTORA J V A LTDA ME – CNPJ nº 07.062.694/0001-30.
OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia civil, para construção de um complexo esportivo comunitário.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: DA FONTE DE RECURSO – Fica incluída, na dotação orçamentária do Contrato Administrativo nº 519/2025, firmado em 29 de setembro de 2025, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, a seguinte fonte de recurso: 17080000 – Transferência da União Referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA: 26 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

JERÔNIMO EDUARDO DE AZEVEDO
Representante Legal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:3E2FE355

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 580/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): 67.600.484 FRANCISCO MOISES DOS SANTOS, CNPJ Nº 67.600.484/0001-80.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra de Eletricista.
VALOR: R$ 139,51 (cento e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos) a diária, obedecendo ao limite máximo de 166 diárias.
VIGÊNCIA: 14 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 14 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

CAIO PEDRO DOS SANTOS SILVA –
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:66DB8437

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 576/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): DANDARA DANTAS PINHEIRO, BRASILEIRA, CPF: 107.404.254-98.
OBJETO: prestação de serviço como Atendente de Unidade de Saúde (plantonista 24h) no Pronto Socorro Municipal.
VALOR MENSAL: R$ 170,00 (cento e setenta reais) o plantão de 24 horas, obedecendo ao limite máximo de 90 serviços.
VIGÊNCIA: 02 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 02 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

ALANA DE MORAES GARCIA –
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:A4A553A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 577/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): JOELSON CEZAR DE MEDEIROS DANTAS DA SILVA, CPF: 078.794.254-54.
OBJETO: prestação de serviço como Intérprete de Libras (20h semanais) para a Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR MENSAL: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 23 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

ALANA DE MORAES GARCIA –
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:91511F5C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 225/2026

Portaria nº225/2026,

Doutor Severiano,15deagostode 2026.

APREFEITAMUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 84 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º-Concedera servidora ROSINEIDE LEITE DE MELO SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 028, lotadana Unidade Hospitalar José Desílio Fernandes, Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 2025,no período compreendido de15 de agostoa13 de setembro de 2026.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:AA5FA217

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2026.

OBJETO: Aquisição de tecidos, materiais têxteis, plásticos, encerados e demais materiais correlatos, para atender as necessidades das Secretarias pertencentes ao Município de Doutor Severiano/RN, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

A Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN, no uso das suas atribuições legais, considerando os preços exibidos, e a necessidade pretendida, relativas ao objeto acima identificado, bem como a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, autoriza DISPENSA DE LICITAÇÃO para atender objeto mencionado, conforme especificações contidas na solicitação de despesas, e determina a instauração do competente processo administrativo, o que faz com espeque no Art. 75, II, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento, tendo em vista que atende as finalidades precípuas da administração e está dentro do limite permitido.

Doutor Severiano – RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:B4724411

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Prezado (a) Senhor (a),

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO - RN convoca o proponente T J DE AQUINO - (10.482.689/0001-91). Para assinatura da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação na modalidade Dispensa nº 026/2026.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Doutor Severiano - RN, 27 de agosto de 2026.

VÉRCIA LOPES MORAIS SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:2DBECE7F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERCEIRO ADITIVO - CT Nº 1DV26/2024

OBJETO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA ATRAVÉS DE TRANSPORTE, COM CAPACIDADE MINIMA DE 08 A 10MIL LITROS DE ÁGUA NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO EQUADOR- RN, COM TRAJETOS DE ATE 55KM POR VIAGEM. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº DV00026/2024. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1DV26/2024 - Humberto Souza de Morais - CPF: 045.897.744-61 - 3º Aditivo - prorroga o prazo por mais 12 meses. ASSINATURA: 27.08.26

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:B6B7CD17

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00016/2025

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de empresa para aquisição parcelada de medicamentos injetáveis, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Unid. Mat. Inf. Int/Hospital e Unidades Básicas de Saúde, do Município de Equador/RN; DESIGNO os servidores Thiago Alves da Nóbrega, Secretário Municipal de Saúde, como Gestor; e Danilo Santos Costa, Ch.div. de Ações de Edu. em Saúde, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00016/2025, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Equador - RN, 27 de Agosto de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:E04B50C3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 073/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, o Sr. JOÃO DE MELO ARAUJO, do Cargo em Comissão deAGENTE DE CONTRATAÇÕES, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Equador-RN, 27 de agosto de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:E10E6747

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 074/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR - RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 074/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. DANIEL ALVES DA NÓBREGA, do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Equador, 27 agosto de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:1666D695

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 075/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 075/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. **DANUZA RAQUEL DA SILVA FRANÇA**, do Cargo em Comissão de Coordenador Geral da Administração, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Equador, 05 maio de 2025.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:6C93AAAA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 076/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 076/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026
O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568, de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências";
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 758, de 29 de agosto de 2022 que "Regulamenta, para fins de aplicação da Lei Federal de nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a atuação do agente de contratações e agentes de contratos, no âmbito do Município de Equador - Rio Grande do Norte, e dá outras providências.".
RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. **DANUZA RAQUEL DA SILVA FRANÇA**, para exercer o Cargo em Comissão de Agente de Contratações, lotado na Secretaria de Finanças, Orçamento e Controle do município de Equador.

Art. 2º Ao cargo de Agente de Contratações do município, compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº 568, de 14 de dezembro de 2009.
Parágrafo Único. No exercício de suas funções, compete ainda ao cargo de Agen- te de Contratações, a observância do Regimento Interno de que fala o art. 29 da Lei Municipal nº 568, de 14 de dezembro de 2009.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a dia 02/06/2025.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Equador-RN, 27 de agosto de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:DA02AB42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 077/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 077/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio
Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64º, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador RN e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **DANIEL ALVES DA NÓBREGA**, para exercer o Cargo em Comissão de **Coordenadoria Geral da Administração**, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Equador.

Art. 2º. Ao Cargo em Comissão de **Coordenadora Geral da Administração**, do município, compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009.
Parágrafo Único. No exercício de suas funções, compete ainda ao Cargo em Comissão de **Coordenadora Geral da Administração**, do município, a observância do Regime Interno de que fala o Art. 29 da Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Equador-RN, 27 de agosto de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:241E4667

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº. 000004/2025 EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTATO Nº. 0013/2026

CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº. 000004/2025
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTATO Nº. 0013/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE ESPIRITO SANTO/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.362.287/0001-01. EMPRESA PAVITERRA CONSTRUÇÃO E INCORPORÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 36.397.596/0001-52. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato nº. 013/2026. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 22/08/2026 a 22/02/2027. DATA DA ASSINATURA: 22 de agosto de 2026.

Município de Espirito Santo/RN –
JOSÉ FAGNER FREIRE -
Prefeito Municipal /

Paviterra Construção e Incorporção EIRELI -
WATSON KLEIBER DE OLIVEIRA -
Representante Legal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:ECCF526B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000008/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000008/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório, após analisado o resultado do Pregão Eletrônico nº. 000008/2026, o Prefeito do Município, Sr. José Fagner Freire, ADJUDICA, o objeto do presente certame para a empresa DR & J LOCACOES E SERVICOS LTDA (CNPJ: 17.382.733/0001-30) vencedora do certame com valor total de R$ 1.257.720,00.

Espírito Santo/RN, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:358C48EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000008/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000008/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Espírito Santo/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE com fundamento nos Decreto Municipal nº. 012/2025 e na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGAR todo o procedimento licitatório, incluindo o ato de ADJUDICAÇÃO, relativo ao Pregão Eletrônico nº. 000008/2026 tipo "MENOR VALOR GLOBAL", destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, conforme Anexo I do Edital (Termo de Referência), sendo a empresa DR & J LOCACOES E SERVICOS LTDA (CNPJ: 17.382.733/0001-30) vencedora do certame com valor total de R$ 1.257.720,00.

Espírito Santo/RN, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:77EB648A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000009/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000009/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2026
O **MUNICÍPIO ESPÍRITO SANTO/RN**, com sede no(a) Avenida Prefeito Manoel Correia, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.362.287/0001-01, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito(a), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, no **Processo Administrativo nº. 001365/2026**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação para **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS, COM CONFECÇÃO SOB MEDIDA. (PERSONALIZADOS)**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000009/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
Empresa: WC DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 13.920.428/0001-02
Endereço: Rua Pitimbu, n° 764, Centro, Natal/RN – CEP: 59.025-620
E-mail: walbercesarmelo@outlook.com
Representante Legal: Walber Cesar Melo da Rocha
CPF: 010.452.564-98
ITEM-DESCRIÇÃO-MARCA-UNID.-QUANT.-V. UNIT.-V. TOTAL 1-CAMISETA REGATA INFANTIL, EM MALHA PV (67% POLIESTER E 33% VISCOCE), COM MODELO DA ARTE E SERIGRAFIA CONFORME ENVIADO PELA PREFEITURA NOS TAMANHOS VARIADOS DE 4 ANOS A 10 ANOS.-POTIGUAR TEXTIL-UND-400-R$ 16,66-R$ 6.664,00**;** 2-BERMUDA INFANTIL, EM TECIDO TACKEL (100% POLIAMIDA E FIO TEXTURIZADO A AR), COM LOGOMARCA MONOCROMÁTICA, NOS TAMANHOS VARIADOS 4 A 10 ANOS. -POTIGUAR TEXTIL-UND-230-R$ 15,36-R$ 3.532,80**;** 3-SHORT SAIA INFANTIL, EM TECIDO TACKEL (100% POLIAMIDA E FIO TEXTURIZADO A AR), COM LOGOMARCA MONOCROMÁTICA, NOS TAMANHOS VARIADOS DE 4 A 10 ANOS. -POTIGUAR TEXTIL-UND-180-R$ 22,69-R$ 4.084,20**;** 4-CAMISETA DE MANGA CURTA INFANTO-JUVENIL, EM MALHA PV (67% POLIESTER E 33% VISCOCE), COM MODELO DA ARTE E SERIGRAFIA CONFORME ENVIADO PELA PREFEITURA NOS TAMANHOS VARIADOS DE 14 A 18 ANOS. -POTIGUAR TEXTIL-UND-760-R$ 16,46-R$ 12.509,60**;** 5-CALÇA INFANTO-JUVENIL, EM TECIDO TACKEL, (100% POLIAMIDA E FIO TEXTURIZADO A AR), COM LOGOMARCA MONOCROMÁTICA NOS TAMANHOS DE 14 A 18 ANOS. -POTIGUAR TEXTIL-UND-760-R$ 26,59-R$ 20.208,40
CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO GERENCIADOR
O órgão gerenciador será o **Município de Espírito Santo/RN**.
CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.
4.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme disposto no art. 61, parágrafo segundo do Decreto Municipal nº. 012/2025.
4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.7. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.
5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, podendo ser assinada manualmente, mediante justificativa apresentada pela empresa registrada e aceita pelo Município.
5.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no Item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS
10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Espírito Santo/RN, 27 de agosto de 2026.

Município de Espírito Santo/RN -
JOSÉ FAGNER FREIRE -
Prefeito Municipal.

WC Distribuidora LTDA -
CNPJ: 13.920.428/0001-02 -
WALBER CESAR MELO DA ROCHA.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:3AF54AFA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 027008011/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 027008011/2026
Objeto:.Contratação de serviços para cobertura e conserto de bancos e assentos dos ônibus escolares vinculados a frota da Secretaria Municipal de Educação
Contratado: Jenner Marcos Camara (009.483.314-10)
Valor Total Julgado: R$ 10.505,26
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN,03/08/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:7A8E39E4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 027008012/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 027008012/2026
Objeto:.Contratação de serviços para conserto e manutenção do veículo automotivo tipo retroescavadeira pertencente a frota da Secretaria Municipal de Obras
Contratado: Alex Oliveira Silva (004.665.345-74)
Valor Total Julgado: R$ 8.210,52
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN,03/08/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:02D681F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE REVOGAÇÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO Nº 03/2026

A VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE GALINHOS/RN, por meio do Coordenador de Vigilância Sanitária, Andreyv Rodrigues da Silva, no uso de suas atribuições legais, torna pública a REVOGAÇÃO DO ALVARÁ SANITÁRIO Nº 03/2026, concedido à empresa NUTREBEM REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.987.000/0001-20, estabelecida na Rua Ilha Amarra Negra, S/N, Litoral, Galinhos/RN.
A revogação decorre da ausência de documentação necessária para análise dos projetos físicos do estabelecimento/refeitório, especialmente da planta do estabelecimento/refeitório, impossibilitando a realização da análise técnica e a consequente verificação da conformidade das instalações com as normas sanitárias vigentes.
Diante do exposto, fica REVOGADO o Alvará Sanitário nº 03/2026, até que sejam apresentadas à Vigilância Sanitária Municipal as documentações necessárias para análise e regularização do estabelecimento, conforme a legislação sanitária aplicável.

Galinhos/RN, 27 de agosto de 2026.

ANDREYV RODRIGUES DA SILVA
Coordenador de Vigilância Sanitária
Vigilância Sanitária Municipal de Galinhos/RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:3993BB7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 2.408 / 2026

SANCIONO
Chefe do Executivo

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 27 de agosto de 2026

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de Goianinha com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso pleno de suas atribuições legais, outorgadas pela Lei Orgânica deste Município:
FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Goianinha/RN **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:
Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Goianinha, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.
§ 1º As contratações a que se refere o **caput** poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.
§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026 e estão condicionados:
I - à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e
II - às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do disposto no art. 115, *caput*, incisos I a IV, do ADCT.
Art. 2º Para apuração dos montantes devidos, os valores originais serão atualizados pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, acrescidos de **juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês**, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento.
Parágrafo único. Na hipótese de inclusão de débitos já parcelados anteriormente, o novo saldo devedor será apurado mediante a atualização do montante consolidado do parcelamento anterior, deduzidas as parcelas pagas, aplicando-se os critérios previstos no caput.
Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados a partir da data da consolidação até o mês do pagamento.
Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas pelo IPCA, acrescidas de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de **2% (dois por cento)**, incidentes desde o vencimento até o efetivo pagamento.
Art. 5º O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.
§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.
§ 2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento, na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.
Art. 6º O vencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no dia dez do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia dez dos meses seguintes.
Art. 7º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do *caput* do art. 115 do ADCT.
Parágrafo único. A suspensão de que trata o *caput* implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.
Art. 8º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.
Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o *caput*, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.
Art. 9º O Instituto de Previdência Social Do Município De Goianinha – IPREVGOIANINHA, deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:
I - em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;
II - caso não seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, *caput*, pelo Município, até 30 de dezembro de 2028;
III - se o Município, após ter comprovado as condições a que se refere o art. 7º, *caput*, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS; e
IV – nas demais hipóteses previstas no termo de acordo de parcelamento.
Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Goianinha/RN, 27 de agosto de 2026.

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lidiane de Oliveira Bezerra Silva
Código Identificador:D25CE933

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 268 /2026 – GP *REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Nomeia os membros para a composição do comitê da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Goianinha/RN, em alinhamento com a Política de Alfabetização do Território Estadual e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil, RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros para compor o comitê da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Goianinha /RN, abaixo relacionados:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

TITULAR: Maria dos Prazeres Lima do Nascimento CPF:043.820.034-90

SUPLENTE: Wellyson Felipe Lima de Almeida CPF: 098.996.064-13

REPRESENTANTES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL – PROFESSORES ALFABETIZADORES

TITULAR: Suzana Maria Ferreira Debom CPF: 071.006.514-10

SUPLENTE: Maria Salezia da Costa Rodrigues CPF: 877.745.694-72

TITULAR: Rafael Santiago Durval CPF: 067.785.454-50

SUPLENTE: Maria dos Prazeres Costa de Lima CPF: 072.337.274-81

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL – ANOS INICIAIS

TITULAR: Josicleide Marques dos Santos CPF: 074.513.864-06

SUPLENTE: Ranilza Francisca da Silva CPF: 091.845.394-10

TITULAR: Maria Andressa da Costa Noronha Guedes CPF: 063.773.594-38

SUPLENTE: Maria Luiza de Carvalho de Silva Lima CPF: 110.632.234-76

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ESCOLAR

TITULAR: Escilandia Ferreira da Silva CPF: 012.240.514-59

SUPLENTE: Paulo Barbosa da Silva CPF: 045.686.114-35

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Cristiane Urbano de Araújo Lopes CPF:050. 877.984-70

SUPLENTE: Bruna Maria Barreto de Lima CPF: 097.580.134-16

Art.2 º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Republica-se a Portaria nº 268, de 07 de agosto de 2026, por ter sido publicada com erro material, passando a ler-se:

"Nomeia os membros para a composição do comitê da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Goianinha/RN, em alinhamento com a Política de Alfabetização do Território Estadual e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências. ",

Onde se lia

" Nomeia os membros para a composição da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Goianinha/RN, em alinhamento com a Política de Alfabetização do Território Estadual e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.".

E ler-se

"Art. 1º Designar os membros para compor o comitê da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Goianinha /RN, abaixo relacionados: "

Onde se lia

"Art. 1º Designar os membros para compor a Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Goianinha/RN, abaixo relacionados: "

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Wedsley Wanderly Silva Melo
Código Identificador:3D2E1924

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 02/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN – CNPJ: 08.162.687/0001-73.
CONTRATADA: D´LEON COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, inscrito no CNPJ 24.295.246/0001-04
Processo nº 813/2021 – **Pregão Eletrônico n°** 048/2021 SL
OBJETO: REAJUSTE do contrato 02.2022, cujo objeto consiste em CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE ESCOLAR EM VEÍCULO FECHADO TIPO (ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS) NO MUNICÍPIO DE GOIANINHA - RN,.**DATA DA ASSINATURA**: 26/08/2026.

Município de Goianinha/RN
HOSANIRA GALVÃO
Contratante

D´ LEON COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP
CNPJ n° 24.295.246/0001-04
Contratada

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:405364B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 056/2026

A Secretária Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de

fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, no dia 28 ou 31 de agosto de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 27 de agosto de 2026.

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 056/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL** **E DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS:		
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO **DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL** **E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
135.	325	ROSEMARY SILVA DOS SANTOS COSTA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____, RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.
_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:27ECC34F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº111 /2026

Dispõe sobre a exoneração do Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Atenção as equipes de apoio, vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Grossos/RN, e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nas leis municipais 449, de 04 de setembro de 2009, 558, de 02 de janeiro de 2014 e 622 de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pessoa de **ALCIDALIA RODRIGUES DA SILVA COSTA ALBUQUERQUE,** brasileira, casada, inscrita no CPF nº 007.380.054-60 do cargo comissionado de *Chefe de Setor de Atenção as equipes de apoio.*
.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 117/2025, com seus efeitos retroagindo 31 de julho de 2026.

Grossos/RN 24 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:AF64E9A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 112/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **VANESSA KELLY BRASIL MORAIS** CPF: 065.351.054-31, Assistente Social, o valor de **R$50,00** (Cinquenta reais), referente à uma diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da I Jornada do SUAS – Território Assú-Mossoró, na UERN-ASSU/RN, no dia 26 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:F87D0912

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº113/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **SUELLEN SOUZA FERREIRA BARBOZA CPF** 063.532.034-70, Assistente Social, o valor de **R$50,00** (Cinquenta reais), referente à uma diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da **I Jornada do SUAS – Território Assú-Mossor**ó, na UERN-ASSU/RN, no dia 26 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:81DAF569

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **EMANUELA MARIA SILVA COSTA** CPF: 049.965.354-82, Secretária de Ação Social, o valor de **R$100,00** (cem reais), referente à 01 (uma) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da **I Jornada do SUAS – Território Assú-Mossoró**, na UERN-ASSU/RN, no dia 26 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:4C2A1514

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **LARISSA PAULINO MOURA DA SILVA CPF**: 107.734.844-42, psicóloga, o valor de **R$50,00** (cinquenta reais), referente à 01 (uma) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da **I Jornada do SUAS – Território Assú-Mossoró**, na UERN-ASSU/RN, no dia 27 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:14C316B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 116/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **AMANDA EMILLY PEREIRA DE OLIVEIRA CPF**: 115.918.214-01, **Chefe do Departamento de Políticas para Juventude**, o valor de **R$ 60,00** (sessenta reais), referente uma diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da **I Jornada do SUAS – Território Assú-Mossoró**, na UERN-ASSU/RN, no dia 27 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:0AA02406

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 117/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **MAYARA WANDERLEIA COSTA E SILVA CPF**: 121.643.954-09, servidora, o valor de **R$50,00** (cinquenta reais), referente à 01 (uma) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar da **I Jornada do SUAS – Território Assú-Mossoró**, na UERN-ASSU/RN, no dia 27 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 25 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:AF892730

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO N° 90.021/2026
(REAGENDAMENTO DE SESSÃO INICIAL)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônica N° 90.021/2026, Processo Administrativo nº 002530/000205/2026 - Secretaria Municipal do Gabinete Civil que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação, com produção de legendas para redes sociais e releases jornalísticos para a comunicação das ações institucionais. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail cpl.guamare@gmail.com. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/cadastre-se). **Sessão Inicial reagendada para dia 14/09/2026, às 08h:30Min** (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARÉ / RN, 27 de Agosto de 2026.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:47CF0E6F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000983/000058/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza pública no Município de Guamaré/RN
RECORRENTE: D E J Serviços e Manutenção Ltda. — CNPJ nº 24.893.640/0001-36
CONTRARRAZOANTE: M Construções e Serviços Ltda. — CNPJ nº 02.823.335/0001-35
ASSUNTO: Recurso administrativo contra decisão de inabilitação técnica

Do relatório

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa D E J SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ nº 24.893.640/0001-36, contra a decisão proferida pelo Agente de Contratação que inabilitou a licitante, nos autos do processo em epígrafe.
Nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o recurso foi processado e submetido a juízo de retratação pelo próprio Agente de Contratação, que, no Despacho nº 99, manteve sua decisão original, remetendo os autos a esta autoridade superior para julgamento final.

Da fundamentação

Compulsando os autos, verifica-se que o Agente de Contratação, no exercício de sua competência decisória atribuída pelos arts. 8º da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos internos de designação, examinou de forma pormenorizada as razões recursais apresentadas pela recorrente e as contrarrazões da recorrida, enfrentando cada um dos argumentos suscitados, e concluiu, de maneira fundamentada, por

manter a inabilitação e o resultado do julgamento, pelos motivos de fato e de direito expostos no despacho nº 99.
Da análise dos fundamentos apresentados, constata-se que a decisão recorrida observou os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da motivação, não havendo qualquer vício de ilegalidade, omissão ou contradição a ser sanado.
Ademais, as razões recursais não trazem elementos novos capazes de infirmar a conclusão alcançada pelo Agente de Contratação, limitando-se a reiterar argumentos já devidamente enfrentados na decisão originária.

Da decisão
Diante do exposto, com fundamento no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, DECIDO CONFIRMAR, pelos seus próprios fundamentos, a decisão proferida pelo Agente de Contratação no Despacho nº. 99, negando provimento ao recurso interposto por D E J SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ nº 24.893.640/0001-36.
Oportunamente ADJUDICO o objeto da licitação à licitante M Construções e Serviços Ltda. — CNPJ nº 02.823.335/0001-35 e HOMOLOGO a licitação, nos termos do disposto no art. 71, IV da Lei 14.133/21.

PUBLIQUE-SE.

Guamaré - RN, em 26 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:3D0C747B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL Nº 049/2024

PROCESSO Nº: 002963/000046/2026.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: CARMO GENUÍNO DE LIMA
CPF: 490.521.104-25
OBJETO DO ADITIVO: Renovação da locação de imóvel para o funcionamento do Projeto Formando Campeões Infantil, em Guamaré, com o objetivo de atender as necessidades da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude para o funcionamento do Projeto Pequenos Samurais, a locação se dará pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 29 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 14.133/21 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA - PREFEITO MUNICIPAL – Contratante. CARMO GENUÍNO DE LIMA – Contratado.

Guamaré/RN, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:C164DE9C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 584/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acumulação irregular de cargos por parte do servidor Citado no ofício 0007799/2026 **Despacho 7 (Ofício - 000779/2026)**, de origem da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Fica nomeado o servidor Alcimar Alves de Morais – Matrícula nº 02822, lotado na Secretaria Municipal de Segurança para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 05 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:F9605660

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 585/2026

Instauração de sindicância –PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a apuração de responsabilidade por pagamentos feitos por indenização citado no Processo **Administrativo 002604/000044/2026 Despacho 14 (Pagamento - Continuação de Migração Processo Administrativo - 002604/000044/2026)** Originário da Secretaria Municipal de Gabinete Civil.

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº 002615, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 05 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:FB5A8CEC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 590/2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar APURAÇÃO DE DENÚNCIA.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada a **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, nos termos dos Artigos. 138 e 139 da Lei Municipal nº 501/2011-AST, destinada à apuração dos fatos narrados na denúncia apresentada ao Ministério Público do Rio Grande do Norte por Guarda Civil Municipal. Conforme **Notícia de Fato (910002) Procedimento Nº 02.23.2017.0000105/2026-83.**

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Maria Silvone da Costa Almeida– Matrícula nº 05679, lotado na Secretaria Municipal de Pesca e Carcinicultura para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - a Servidora citada no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 10 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:46B7533F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 591/2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar APURAÇÃO DE CONDUTA DE GUARDA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada a **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, nos termos dos Artigos. 138 e 139 da Lei Municipal nº 501/2011-AST, destinada à apuração de possível conduta de Guarda Municipal narrados no Memorando 005459/2026 - **Despacho 4 (Memorando - 005459/2026)** de origem da Corregedoria Da Guarda Municipal De Guamaré

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Maria Silvone da Costa Almeida– Matrícula nº 05679, lotado na Secretaria Municipal de Pesca e Carcinicultura para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - a Servidora citada no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 10 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:622AAB0C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 636/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte da servidora de Matricula **0045020**, CPF ∗ ∗ ∗ **.946.124-**∗ ∗ **,** citada no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado. TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:1F1C6450

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 637/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte da servidora de Matricula **0049956**, CPF ∗ ∗ ∗ **.356.714-**∗ ∗ , citada no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:56462AEC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 638/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte do servidor de Matricula **0049980**, CPF ***.145.034-** , citado no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:B5568355

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 639/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte do servidor de Matricula **0049832**, CPF ***.085.384-** , citado no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:E7BEEDCC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 640/2026

Instauração de sindicância – Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte do servidor de Matricula **0050024**, CPF ***.584.074-** , citado no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:0B2B2209

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 641/2026

Instauração de sindicância – Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte da servidora de Matricula **0049930**, CPF ***.867.214-** , citada no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:88A54664

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 642/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte do servidor de Matricula **0044016**, CPF ***.716.794-**, citado no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:7FB561D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 643/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte da servidora de Matricula **0050032**, CPF ***.058.054-**, citada no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:75AD4975

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 644/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte do servidor de Matricula **0048623**, CPF ***.264.394-**, citado no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:D8C11681

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 645/2026

Instauração de sindicância –Para Apuração de possível acumulo irregular de cargos por agentes Públicos

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a Apuração de possível acúmulo irregular de cargos público por parte da servidora de Matricula **0049859**, CPF ***.722.544-**, citada no **Memorando - 005157/2026 Despacho 4**, com base em relatório do tribunal de contas do estado.TCE/RN

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Elielma Gaspar da Silva – Matrícula nº **002615**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 24 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:D3964439

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUAMARÉ/RN - **CNPJ/MF Nº** 08.184.442/0001-47;
CONTRATADA: BODEGA REFEIÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - **CNPJ/MF Nº** 18.974.936/0001-89;

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO DE BUFFET E REFEIÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM TERMO DE REFERÊNCIA.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Aditivo tem por objeto a RENOVAÇÃO do Contrato nº 001/2025, pelo período de 06 (SEIS) MESES, conforme disposto na Cláusula Segunda do instrumento de aditivo.

FUNDAMENTO LEGAL: Este aditivo contratual é firmado com base na Clausula Sexta do instrumento Contratual, bem como no art. 57 da Lei nº 8.666/1993, que permite a renovação do contrato, nas mesmas condições contratuais previamente estabelecidas;

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2795/2026;

FIRMADO EM: 27/08/2026.

SIGNATÁRIOS:

CONTRATANTE: HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA - **CPF Nº.** 852.482.904-49

CONTRATADO: MARIA DO CARMO ALVES DOS SANTOS - **CPF Nº** 061.009.094-13.

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:265655CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2025

Processo nº: 002573/000028/2026.
Contratante: Município de Guamaré/RN, através do Fundo Municipal de Assistência Social.
Contratada: EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA.
CNPJ Nº: 10.477.935/0001-90
Objeto do aditivo: O presente Termo Aditivo tem como objeto a renovação do contrato nº 054/2025, referente à contratação de empresa especializada na execução de serviço de emissão, marcação/remarcação e reserva de passagem aérea nacional para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantitativos contidos no Termo de Referência.
Vigência: O presente contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com vigência compreendida no período de 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027.
Dotação Orçamentária: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
Previsão legal: Art. 106,107, da Lei nº 14.133/2021.
Assinaturas:
LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Secretária Municipal de Assistência Social
JOSÉ ALVES SOBRINHO - **EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA -** CONTRATADA

Guamaré/RN, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:AF0ABC14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ,AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA – ME inscrita no CNPJ nº 11.886.312/0001-60 convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 96/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e-mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0D03D2AB

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: : Z NORTE COMERCIO E SERVIÇO LTDA inscrita no CNPJ nº 46.027.640/0001-96 convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 100/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e- mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:D71178EF

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO . AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: VELHA GRÁFICA LTDA inscrita no CNPJ nº 04.664.811/0001-48 convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 99/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e- mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br

Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:E487CB1E

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
.AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: GUERRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ nº 58.600.411/0001-06 convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 94/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e-mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br

Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:121ED3B6

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
_AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA inscrita no CNPJ nº 07.805.649/0001-29 convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 95/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e-mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br

Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:FF8DF66C

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: **CARBONI ARTES GRÁFICAS** LTDA inscrita no CNPJ nº 02.844.351/0001-04, convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 92/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e-mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br

Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A4E9DBA9

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: F R R BARRETO COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ nº 42.919.981/0001-15 convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 93/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e-mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br

Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:2F26D385

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no

fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA inscrita no CNPJ nº 27.232.288/0001-86 convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 97/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e-mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br

Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B8896515

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN.
Fica a empresa: STAMP PRODUTOS E SERVIÇO LTDA inscrita no CNPJ nº 47.305.688/0001-81convocada para proceder à assinatura da **Ata de Registro de Preços 98/2026** decorrente do Pregão nº 031/2026, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data desta publicação.
O link para assinatura eletrônica foi encaminhado ao e- mail informado na proposta da licitante, tendo como remetente notification@agilirn.com.br
O não atendimento à presente convocação, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa à aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.
Informações: licitacao@ipanguacu.rn.gov.br Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:26B37417

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 418/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADODO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 003, de 30 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, no dia 31/03/2020.
RESOLVE:
Art. 1º **- CONCEDER** – 6 (seis) meses de Licença Prêmio por assiduidade, ao servidor (a) **FRANCISCA VERA DA SILVA** CPF: ***. 891.604-19, matrícula: 189451, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, solicitado no protocolo eletrônico 2585/2026, referente ao período aquisitivo de 01/09/2011 a 31/08/2021.

Art. 2º **-** O período da licença será de 06(seis) mêses, a partir do dia 10 de agosto de 2026 a 05 de fevereiro de 2027.
Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal do Gabinete Civil - **SEMGAC**,
Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:FE640420

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 79/2026

Dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica no município de Itaú-RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo disposto no art. 69, VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 208, e no art. 227 da Constituição Federal de 1988, que assegura direito à saúde, educação e alimentação adequada às crianças e aos adolecentes, bem como a Lei Federal nº 11.947/09;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional, a oferta de refeições saudáveis e o atendimento universal aos alunos matriculados nas escolas do municipio;

CONSIDERANDO a importância de estabelecer diretrizes claras sobre a aquisição de gêneros aliment´cios, o controle de qualidade, o papel dos profissionais envolvidos e a promoção da educação alimentar e nutricional no amibiente escolar;

CONSIDERANDO a necessidade de melhoramento da qualilidade da alimentação escolar no municipio de Itaú-RN.
DECRETA:

Da Promoção alimentar

Art. 1º – Entende-se como promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar a realização da educação alimentar e nutricional, a regulação da comercialização e a comunicação mercadológica de alimentos, preparações culinárias e bebidas disponibilizadas e comercializadas nas redes pública e privada de educação básica do Municipio de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. As unidades escolares devem ser espaços promotores da saúde, qualidade de vida e de proteção dos direitos das crianças e adolescentes que influenciam na formação de hábitos saudáveis e no desenvolvimento de habilidades para a promoção do bem-estar pessoal e de sua comunidade.

Art. 2º – A promoção da alimentação adequada e saudável nas unidades escolares deve ser realizada conforme as diretrizes oficiais do Ministério da Saúde, respaldadas no Guia Alimentar para a População Brasileira e no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de dois anos, e com base nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) respaldadas na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
Para efeitos deste Decreto, entende-se:

I.Alimentos *in natura*: obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza.

II.Alimentos minimamente processados: alimentos *in natura* que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original.
III. Comunidade escolar: composta por docentes, por discentes e por outros profissionais da escola, além de pais ou responsáveis pelos alunos, empresários, empregados e profissionais de estabelecimentos comerciais, bem como qualquer pessoa envolvida diretamente no processo educativo de uma escola e responsáveis pelo seu êxito.

VI. Comunicação mercadológica: toda e qualquer atividade de comunicação comercial, inclusive publicidade, para a divulgação de produtos, serviços, marcas e empresas independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado.

Das ações de educação alimentar e nutricional

Art. 3º – A escola deverá incluir a educação alimentar e nutricional de forma transversal no currículo escolar, em conformidade com a Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018, abordando o tema alimentação e nutrição e práticas saudáveis de vida no processo de ensino e aprendizagem, inserido no projeto político pedagógico das escolas.

Parágrafo único. A educação alimentar e nutricional deve ser um campo de conhecimento e de prática contínua, permanente, transdisciplinar que usa abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto aos escolares e a comunidade escolar, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar, respeitando a liberdade e autonomia da escola no desenvolvimento das atividades.

Art. 4º – A organização de hortas no ambiente escolar e a prática da culinária devem compor as estratégias de educação alimentar e nutricional, conforme viabilidade operacional e de infraestrutura das escolas.

Art. 5º – As escolas, com o apoio das secretarias estaduais e/ou municipais da educação e da saúde, devem promover a capacitação do seu corpo docente e colaboradores para incorporar a educação alimentar e nutricional no projeto político pedagógico, a partir de uma abordagem multidisciplinar e transversal dos conteúdos.

Art. 6º – É responsabilidade da escola orientar a comunidade escolar sobre a importância da alimentação adequada e saudável, bem como orientar os pais e responsáveis sobre os lanches enviados para a escola em consonância com os dispositivos desto decreto.

Das ações de doação e comercialização de alimentos e bebidas no ambiente escolar

Art. 7º – A doação e comercialização de alimentos, bebidas e preparações culinárias no ambiente escolar deve priorizar aqueles in natura e minimamente processados, de forma variada e segura, que respeitem a cultura e as tradições locais, em conformidade com a faixa etária e o estado de saúde do aluno, inclusive dos que necessitem de atenção específica.

Parágrafo único: Para efeitos deste Decreto, a doação e comercialização de alimentos refere-se a qualquer forma de distribuição e venda de alimentos, bebidas e preparações culinárias a escolares, professores, funcionários administrativos, pais e demais membros da comunidade escolar, de forma terceirizada ou gestão direta pela escola.

Art. 8º – Todos os estabelecimentos comerciais localizados no interior das escolas públicas ou privadas (cantinas, refeitórios, restaurantes, lanchonetes, etc.), as empresas fornecedoras de alimentação escolar, os serviços de delivery ou qualquer sistema de entrega de alimentos (contratação de lanche pronto) no ambiente escolar estão sujeitos a este decreto.

Art. 9º – Devem ser oferecidas e/ou comercializadas diariamente três opções de lanches e/ou refeições saudáveis, que contribuam para a saúde dos escolares, que valorizem a cultura alimentar local e que derivem de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, tais como:

I- frutas, legumes e verduras da estação, de preferência de produção local ou regional;

II - castanhas, nozes e/ou sementes;

III - iogurte e vitaminas de frutas naturais, isolados ou combinados com cereais como aveia, farelo de trigo e similares;

IV - bebidas ou alimentos à base de extratos ou fermentados com frutas;

V - sanduíches naturais sem molhos ultraprocessados;

VI - pães caseiros;

VII - bolos preparados com frutas, tubérculos, cereais e/ou legumes, usando quantidades reduzidas de açúcar e gorduras e sem conservantes, corantes e/ou emulsificantes;

VIII - produtos ricos em fibras (frutas secas, grãos integrais, entre outros similares);

IX - salgados assados que não contenham em sua composição gordura vegetal hidrogenada ou embutidos (Exemplos: esfirra, enrolado de queijo);

X - refeições balanceadas e variadas em conformidade com o Guia Alimentar para a População Brasileira;

XI - outros alimentos recomendados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira.

Art. 10 – É obrigatório disponibilizar pelo menos uma opção de alimento e/ou preparação aos escolares portadores de necessidades alimentares especiais, tais como diabetes, doença celíaca, intolerância à lactose e outras alergias e intolerâncias alimentares, cuja composição esteja em observância aos demais artigos deste Decreto.

Art. 11 – Ficam proibidas as doações e a comercialização no ambiente escolar de alimentos ultraprocessados, preparações e bebidas com altos teores de calorias, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, com adição de adoçantes, tais como:

- balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados, chocolates, algodão doce, chup-chup, suspiros, maria-mole, churros, marshmallow, sorvetes de massa, picolés de massa com cobertura e confeitos em geral;

– cereais açucarados, salgadinhos industrializados e biscoitos salgados tipo aperitivo;

– frituras em geral;

– salgados assados que tenham em seus ingredientes gordura hidrogenada (empadas, pastel de massa podre, etc.);

– pipoca industrializada e pipoca com corantes artificiais;

– bebidas formuladas industrialmente, que contenham açúcar ou adoçantes em seus ingredientes, tais como refrigerantes, néctares, refrescos, chás prontos para o consumo, água de coco industrializada, bebidas esportivas, bebidas lácteas, bebidas achocolatadas bebidas alcoólicas, cerveja sem álcool e bebidas energéticas;

– embutidos (presunto, apresuntado, mortadela, blanquete, salame, carne de hambúrguer, empanados, bacon, linguiça, salsicha, salsichão e patê desses produtos);

– alimentos que contenham adoçantes e antioxidantes artificiais (observada a rotulagem nutricional disponível nas embalagens);
– outros alimentos processados e ultraprocessados que contenham:

- mais de 100 mg (cem miligramas) de sódio em 100 kcal (cem quilocalorias) do produto (≥ 1 mg de sódio por 1 kcal);
- mais de 1g de açúcar livre em 100kcal (≥ 10% de total de energia proveniente de açúcares livres);
- mais de 1g de gordura saturada em 100 kcal (≥ 10% do total de energia proveniente de gorduras saturadas);
- mais de 3g de gordura total em 100 kcal (≥ 30% de total de energia proveniente do total de gordura);
qualquer quantidade de ácidos graxos trans adicionados pelo fabricante;
- alimentos que contenham rotulagem nutricional frontal, com base na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 429/2020 e na Instrução Normativa (IN) nº 75/2020 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Art. 12 – Para as escolas de educação infantil que atendem crianças menores de dois anos, fica proibida a oferta de preparações ou produtos que contenham açúcar, incluindo os sucos naturais, conforme as diretrizes oficiais do Ministério da Saúde.

Das ações de comunicação mercadológica de alimentos no ambiente escolar

Art. 13 – É vedado, na unidade escolar, qualquer tipo de comunicação mercadológica de alimentos, preparações e/ou bebidas cuja oferta e comercialização seja proibida por este Decreto.

Art. 14 – Para efeitos desta Decreto, a comunicação mercadológica abrange a promoção comercial direta ou indireta, incluindo-se aquelas realizadas no espaço físico da escola e também no contexto de atividades extracurriculares.

Art. 15 – É vedada, no ambiente escolar, a prática do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança dos produtos tratados neste decreto, sendo considerada circunstância agravante a utilização, dentre outros, dos seguintes recursos:

– linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores;
– trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança;
– representação de criança;
– pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil;
– personagens ou apresentadores infantis;
– desenho animado ou de animação;
– bonecos ou similares;
– promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil; e
– promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil.

Das ações de fiscalização e controle social

Art. 16 – Fica estabelecida a criação de um fórum permanente de acompanhamento e implementação do disposto deste Decreto e regulamentações em âmbito municipal, integrado pelos setores saúde, educação, representantes de escolas privadas, estabelecimentos comerciais e outros interessados.

Art. 17 – Cabe aos órgãos de vigilância sanitária, de defesa do consumidor e de educação, com a colaboração das Associações de Pais e Mestres (APM) e da comunidade escolar, o acompanhamento das ações realizadas e a fiscalização do disposto neste Decreto, respeitadas as respectivas competências.

Art. 18 – Qualquer cidadão pode denunciar o não cumprimento deste Decreto ao Sistema de Ouvidoria do município e/ou estado ou outros canais de atendimento disponibilizado.

Das disposições finais

Art. 19 – O descumprimento das disposições contidas neste regulamento constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 20 – Os estabelecimentos comerciais de que trata o parágrafo único, Art. 3º terão um período de transição de 6 (seis) meses para se adequar ao disposto neste decreto, a contar da data de publicação.

Art. 21 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito de Itaú-RN, 27 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:B24DC686

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 291/2026

Revoga a Portaria nº 277/2026, nomeia a servidora Iêda Maria de Oliveira Freitas para exercer a função de Coordenadora de Ensino Fundamental e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° Revogar, em todos os seus termos, a Portaria nº 277/2026, de 04 de agosto de 2026, que nomeou a Sra. IÊDA MARIA DE OLIVEIRA FREITAS, CPF nº 937.***.**4-87, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Planejamento e Gestão Administrativa Escolar.

Art. 2° Nomear a servidora efetiva **IÊDA MARIA DE OLIVEIRA FREITAS,** inscrita no CPF sob o nº 937.***.**4-87, lotada na Secretaria Municipal da Educação, matrícula nº 429**,** para exercer a função de Coordenadora de Ensino Fundamental.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 27 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:874A947E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 292/2026

Dispõe sobre a nomeação do servidor Stênio Marcos Maia de Lima para exercer a função de Coordenador de Ensino Ambiental e da outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o Servidor **STÊNIO MARCOS MAIA DE LIMA,** inscrito no CPF sob o nº 538.***.**4-91, lotado na Secretaria Municipal da Educação, matrícula nº 461, para exercer a função de Coordenador de Ensino Ambiental.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 27 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:26C32D1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 293/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias à Sra. Maria da Conceição Fernandes de Lima, para participação no III Encontro Presencial de Formação de Formadores/as Municipais do ProLEEI/CNCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, José Roberto Dias Pinheiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 582/22, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE;

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da servidora pública efetiva, a Sra. Maria da Conceição Fernandes de Lima**,** para participar do III Encontro Presencial de Formação de Formadores/as Municipais do ProLEEI/CNCA, a ser realizado nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de **02 (duas) diárias**, a Sra. **Maria da Conceição Fernandes de Lima**, ocupante do cargo de Professor, matrícula nº 443, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para custear as despesas decorrentes do deslocamento à cidade de Natal/RN, com a finalidade de participar do III Encontro Presencial de Formação de Formadores/as Municipais do ProLEEI/CNCA, a ser realizado nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2026.

Período de deslocamento: de 31 de agosto a 02 de setembro de 2026;
Saída às: 4h, do dia 31 de agosto de 2026;
Total de Diárias: 2 (duas);
Valor Unitário da Diária: R$ 200,00 (duzentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 400,00 (quatrocentos reais)

Art.2º Autorizar a Tesouraria Municipal a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria.

Art. 3º O(a) beneficiário(a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado(a) à prestação de Contas nos termos do art. 9º, caput, da Lei Municipal 00582/2022.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 27 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:D3770E3C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 27 de agosto de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 72, VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n° 179/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 18/08/2026, edição n° 3860.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 27 de agosto de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:BEDBD6B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 27 de agosto de 2026.

A **Prefeita do Município de Jaçanã**, Estado do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 33, VII, da Lei Municipal n° 048/97 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaçanã-RN);

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo público ocupado por **ZÉLIA CRISTINA DANTAS**, inscrita no CPF sob o n° 188.XXX.XXX-87, portador do PASEP n° 12089371252, diante de sua aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), concedida a partir do dia 18/08/2026.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Cumpra-se e Publique-se.

Jaçanã/RN, 27 de agosto de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:2CD1B548

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 189/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM,27 DE AGOSTO DE 2026.

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN, alinhado à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JAÇANÃ**, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o direito à educação assegurado pela Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a necessidade de assegurar o direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e as ações de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios voltadas à garantia do direito à alfabetização;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 33.990, de 26 de setembro de 2024, que institui a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, fundamentada no regime de colaboração entre o Estado do Rio Grande do Norte e seus Municípios;

CONSIDERANDO os princípios, diretrizes, objetivos e estratégias da Pró-Alfa RN, especialmente quanto à governança e gestão da política de alfabetização, à formação dos profissionais da educação, à melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar, à infraestrutura e aos insumos pedagógicos, aos sistemas de avaliação e ao reconhecimento e compartilhamento de boas práticas;e

CONSIDERANDO a instituição da Política Pública Municipal de Alfabetização de Crianças de Jaçanã/RN, por meio do Decreto nº 502/2026 que prevê a criação de umComitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetizaçãoresponsável por contribuir para o planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, de caráter consultivo, propositivo, articulador, mobilizador e de acompanhamento.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal tem por finalidade fortalecer a governança da Política Municipal de Alfabetização, planejando, articulando, acompanhando, monitorando e avaliando sua implementação, em consonância com:

I – a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN;

II – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

III – as políticas, programas, projetos e ações municipais destinados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens; e

IV – os instrumentos de planejamento educacional do Município de Jaçanã/RN.

Parágrafo único. As ações do Comitê deverão considerar as especificidades educacionais do Município e assegurar a integração entre gestão educacional, práticas pedagógicas, formação dos profissionais da educação, avaliação da aprendizagem e acompanhamento dos resultados educacionais.

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I – contribuir para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

II – acompanhar a implementação das ações vinculadas à Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no âmbito municipal;

III – fortalecer o regime de colaboração entre o Município, o Estado do Rio Grande do Norte e a União nas ações destinadas à alfabetização;

IV – acompanhar e monitorar indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes;

V – analisar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas, internas e externas, utilizando-os como subsídio para a tomada de decisões pedagógicas e de gestão;

VI – propor estratégias destinadas à melhoria dos índices de alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

VII – acompanhar a execução do Plano de Ação Municipal relacionado à Política de Alfabetização;

VIII – apoiar, incentivar e acompanhar ações de formação continuada destinadas a professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos nos processos de alfabetização;

IX – propor estratégias para assegurar materiais didáticos, recursos pedagógicos e condições adequadas ao desenvolvimento das ações de alfabetização;

X – promover a articulação entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, famílias e instituições parceiras;

XI – fomentar estratégias de mobilização e engajamento da comunidade escolar e da sociedade em defesa do direito à alfabetização;

XII – promover ações voltadas à equidade educacional e ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem;

XIII – identificar, valorizar, divulgar e compartilhar boas práticas pedagógicas e de gestão relacionadas à alfabetização;

XIV – emitir recomendações e orientações técnicas para subsidiar as decisões da gestão educacional;

XV – elaborar relatórios de acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas;

XVI – acompanhar o cumprimento das metas e estratégias relacionadas à alfabetização previstas nos instrumentos de planejamento educacional do Município; e

XVII – exercer outras atribuições relacionadas ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Jaçanã/RN será composto pelos seguintes membros:

I – Política municipal de alfabetização:

a) Titular: TELMA IRIS DOS SANTOS SILVA;

b) Suplente: VIRGÍNIA SUELY DA SILVA SANTOS.

II – Coordenação pedagógica dos anos iniciais:

a) Titular: ÂNGELA MARIA DAMÁSIO SANTOS;

b) Suplente: SUENY LOPES DOS SANTOS.

III – Coordenação pedagógica da educação infantil:

a) Titular: ELUZE LOPES DA SILVA;

b) Suplente: MACICLEIDE DA COSTA DANTAS LIMA

IV – Conselho Municipal de Educação:

a) Titular: MARIA DAS VITÓRIAS SILVA;

b) Suplente: MARIA JUSSARA ALMEIDA SANTOS.

V –Secretaria Municipal de Educação:

a) Titular: CLAUDINEIDE SABINO DA SILVA SANTOS;

b) Suplente: JOSÉ SALATEMBERG SANTOS.

§ 1º Os membros indicados neste artigo representarão a Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN no planejamento, articulação, acompanhamento e monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá propor a ampliação da composição do Comitê, com a participação de representantes de segmentos estratégicos da Rede Municipal de Ensino, especialmente:

I – equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação;

II – articulação municipal da política de alfabetização;

III – gestores das unidades escolares;

IV – coordenadores pedagógicos;

V – professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

VI – profissionais da Educação Especial; e

VII – outros profissionais, órgãos ou instituições cuja participação seja considerada relevante para o desenvolvimento das ações.

Art. 5º A coordenação do Comitê será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser designado um de seus membros para coordenar os trabalhos e outro para exercer as funções de secretaria e registro.

Art. 6º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre; e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua coordenação.

Art. 7º As reuniões do Comitê serão registradas em ata, contendo, no mínimo:

I – data e participantes;

II – assuntos discutidos;

III – deliberações e recomendações;

IV – encaminhamentos definidos;

V – responsáveis pelas ações; e

VI – prazos para cumprimento dos encaminhamentos, quando aplicável.

Art. 8º O Comitê poderá convidar representantes de órgãos públicos, instituições educacionais, conselhos, entidades e profissionais com conhecimento técnico para participar de reuniões ou contribuir com assuntos específicos, sem direito a voto quando não integrarem formalmente o Comitê.
Art. 9º O Comitê deverá acompanhar, especialmente, as ações municipais relacionadas aos seguintes eixos:
I – governança e gestão da política de alfabetização;
II – formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar;
III – melhoria e qualificação da infraestrutura física e dos insumos pedagógicos;
IV – avaliação e monitoramento da aprendizagem;
V – recomposição das aprendizagens;
VI – reconhecimento e compartilhamento de boas práticas; e
VII – mobilização e articulação da comunidade escolar.
Art. 10. O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização deverá considerar os resultados de aprendizagem dos estudantes e outros indicadores educacionais, visando subsidiar o planejamento, a intervenção pedagógica e a tomada de decisões pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 11. O Comitê poderá elaborar Plano de Trabalho ou Plano de Ação contendo objetivos, metas, ações, responsáveis, cronograma e mecanismos de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 12. A participação no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN prestará o apoio técnico, pedagógico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
Art. 14. As ações do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização observarão a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como os recursos, programas e formas de assistência técnica e financeira decorrentes do regime de colaboração com o Estado do Rio Grande do Norte e a União.
Art. 15. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Jaçanã/RN, observada a legislação aplicável.
Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 27 de agosto de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:B113F601

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000021/2025 – PMJ/RN - JOZILMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2025 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: JOZILMA MARIA DE CARVALHO, **inscrita no CNPJ/MF nº 04.XXX.XXX/0001-73.**
OBJETO: Prorrogar a vigência da ata de registro de preço nº. 040/2025 – PMJ/RN**.**
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16 de setembro de 2026 a 15 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Jandaíra/RN, 27 de agosto de 2026.

Município de Jandaíra/RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

Jozilma Maria de Carvalho
CNPJ/MF: 04.XXX.XXX/0001-73
JOZILMA MARIA DE CARVALHO
Representante Legal/Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:4498629F

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000021/2025 – PMJ/RN - MARIA DE FÁTIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 041/2025 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA, inscrita no CNPJ/MF nº 11.XXX.XXX/0001-60.
OBJETO: prorrogar a vigência da ata de registro de preço nº. 041/2025 – PMJ/RN**.**
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 15 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Jandaíra/RN, 27 de agosto de 2026.

Município de Jandaíra/ RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA
CNPJ/MF: 11.XXX.XXX/0001-60
Maria de Fátima Araújo Silva
Representante Legal/Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:CAB01864

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº251/2026-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor **ELTON DOUGLAS DANTAS FERNANDES** pleiteando a progressão horizontal**,**

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº311/2007, que estabelece o Plano de Carreira, de Cargos e Salários dos Servidores da Saúde do Município de Janduís.

R E S O L V E:

Art.1º Promover a Progressão Horizontal da letra "F" para "G" do servidor **ELTON DOUGLAS DANTAS FERNANDES** matricula nº430, ocupante do cargo público efetivo de **DIGITADOR,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – Sede da Secretaria a Progressão Horizontal se da conforme art. 19 da Lei Municipal nº311/2007.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais e financeiros a 11 de agosto de 2026 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís
Em 26 de agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ELVECIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:3B734610

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO, PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 152/2025– PE - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 23/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2349/2025

1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO, PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 152/2025– PE - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 23/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2349/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN E A EMPRESA: AUTO COLANTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Cláusula Primeira – Das Partes
Pelo presente instrumento, a **Prefeitura Municipal de Janduís - RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.003/0001-47, com sede na Rua do Sul,159 Centro, Janduís - RN, representada neste ato pelo Prefeito, Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado à Pessoa Jurídica: **AUTO COLANTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ: 42.567.364/0001-06, com sede na Av. Jerônimo Dix-Neuf Rosado, 81 – Centro - Mossoró/RN - CEP: 59.610-280, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO XIMENES GURGEL DA FROTA FILHO, portador do CPF nº 028.133.314-90,** tem entre si justos e acordados a celebração da prorrogação do prazo inicialmente estabelecido no Contrato administrativo nº 152/2025, sujeitando-se as partes às normas da Lei das Licitações Consolidadas, nº 14.133 e alterações posteriores.
Cláusula Segunda – Do Objeto
Termo Aditivo objetivando a dilatação de prazo pelo período de 12 (doze) meses ao Contrato Administrativo: 152/2025. Oriundo do Pregão Eletrônico nº 23/2025 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para a futura e eventual prestação de serviços de envelopamento dos veículos pertencentes às Unidades Administrativas, visando à personalização e identificação visual de acordo com as diretrizes e necessidades da administração pública local., para atender às necessidades das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Janduís-RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.
Cláusula Terceira – Da fundamentação legal: Artigos 105, 106 e 107 da lei 14.133/21 e alterações posteriores, em consonância com as cláusulas consignadas no contrato inicial. O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Quarta – Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro
A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial.

Janduís-RN, 11 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Auto Colante Comunicação Visual LTDA
CNPJ: 42.567.364/0001-06
ANTONIO XIMENES GURGEL DA FROTA FILHO
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:C388B5CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO, PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 164/2025 – PE - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 22/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3157/2025.

1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO, PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 164/2025 – PE - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 22/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3157/2025., QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN E A EMPRESA. LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Cláusula Primeira – Das Partes
Pelo presente instrumento, a **Prefeitura Municipal de Janduís - RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.003/0001-47, com sede na Rua do Sul,159 Centro, Janduís - RN, representada neste ato pelo Prefeito, Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado à Pessoa Jurídica: **LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 07.805.649/0001-29, com sede na AV.DEODORO DA FONSECA, 755, LOJA, PETROPOLIS, Natal/RN CEP:59020600, neste ato representada pelo Sr. RIVALDO CESAR LUCENA SOARES, portador do CPF nº 132.832.354-49** tem entre si justos e acordados a celebração da prorrogação do prazo inicialmente estabelecido no Contrato administrativo nº 164/2025, sujeitando-se as partes às normas da Lei das Licitações Consolidadas, nº 14.133 e alterações posteriores.

Cláusula Segunda – Do Objeto
Termo Aditivo objetivando a dilatação de prazo pelo período de 12 (doze) meses ao Contrato Administrativo: 164/2025. Oriundo do Pregão Eletrônico nº 22/2025 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de Material de Gráfico, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís, das Secretarias Municipais, bem como os demais órgãos vinculados.

Cláusula Terceira – Da fundamentação legal: Artigos 105, 106 e 107 da lei 14.133/21 e alterações posteriores, em consonância com as cláusulas consignadas no contrato inicial. O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Quarta – Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.
Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro
A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial.

Janduís-RN, 11 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

LM Servgrafica e Copiadora LTDA ME
CNPJ: 07.805.649/0001-29
RIVALDO CESAR LUCENA SOARES
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:1649721E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3644/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3644/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS,
FUNDAÇÃO CULTURAL ALDAIR JOSÉ DE LIMA (MESTRE DADÁ) – FUNCULT
Contratado: DJALMA FREITAS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos destinados à manutenção das atividades da Banda Filarmônica 12 de Junho, vinculada à Fundação Cultural Aldair José de Lima (Mestre Dadá) – FUNCULT, compreendendo o fornecimento de materiais de consumo destinados à conservação, manutenção preventiva, limpeza, regulagem e pleno funcionamento dos instrumentos musicais utilizados nas atividades de ensino musical, ensaios técnicos, apresentações institucionais, eventos culturais, cívicos, religiosos e demais ações desenvolvidas pela Administração Municipal.

Base legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 04 (quatro) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: **R$ 4.501,00, (quatro mil, quinhentos e um reais).**
Unidades Orçamentárias:
Unidade Orçamentária: 02.120 – Fundação Cultural Aldair José de Lima (Mestre Dadá)
Projeto/Atividade: 2030 – MANUT. DAS ATIV. DA BANDA DE MUSICA MUNICIPAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Janduís-RN, 25 de Agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Djalma Freitas Instrumentos Musicais LTDA
CNPJ: 56.964.335/0001-84
DJALMA FREITAS DE ANDRADE
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:1A11C2D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3330/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3330/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS,
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Contratado: **EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA.**

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de lavagem de veículos de pequeno,médio e grande porte, máquinas e implementos agrícolas pertencentes às unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Janduís/RN..

Base legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **R$ 64.425,00, (sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais),**

As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, composto por recursos próprios e oriundos de repasses do Governo Federal.
Unidades orçamentárias:
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Projeto/Atividade:
02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA
02.071 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.081 - SEC. MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABIT. E PROM. HUM
02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA
02.090 - SEC. MUN DE AGRICULTURA, PECUARIA E REC HIDRICOS
02.100- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
02.140 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cuja Dotação Orçamentária/Natureza da despesa, refere-se a:
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13.1.
Dotação relativa aos exercícios financeiros de 2026 subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Janduís-RN, 26 de Agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
contratante

Ema Empreendimentos e Servicos LTDA
CNPJ: 47.014.400/0001-10
DÉBORA KATIANI BRITO DE ARAÚJO
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:15FFD069

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E TURISMO
REPUBLICADO POR INCORREÇÕES - JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº 98/2026
EMPENHO Nº 35/2026.

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.

CONSIDERANDO a regulamentação da obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento, por meio da Resolução nº 032/2016 - TCE, de 01 de novembro de 2016, bem como o Decreto Municipal nº 022/2017, de 18 de setembro de 2017.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO que os serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis são extremamente necessários à execução de serviços essenciais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo - SEMUT e, por conseguinte, pelo próprio município, de modo a garantir a preservação do interesse público envolvido em cada atividade.
CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para o pagamento a **ANA MARIA ROCHA inscrita no CPF/MF 638.541.204-00**, relativo ao empenho de nº. 35/2026, no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), em razão da prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade do serviço prestado diretamente por pessoa física, que, alinhado com os serviços de coleta urbana e rural, contribuem significativamente à manutenção de uma cidade limpa e organizada, com impactos significativos em questões sanitárias, motivo pelo qual mostra-se imprescindível a sua continuidade para o bom funcionamento da Secretaria e da Municipalidade, motivo pelo qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 26 de agosto de 2026.

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:277D5D00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 148/2026

Cria comissão de elaboração e acompanhamento da audiência pública a LOA e LDO para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jardim de Angicos/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de elaboração e Acompanhamento das Audiências Públicas a serem realizadas no Município de Jardim de Angicos /RN, objetivando a promoção da audiência pública local, visando a construção dos Projetos de Lei da Lei Orçamentária/LOA e da Lei das Diretrizes Orçamentárias/LDO para o ano de 2026.

Art. 2º - A Comissão que trata o art. 1º será composta pelos servidores municipais Rutênio Câmara Pinto dos Santos, Débora Cristina Câmara da Silva Oliveira, Carisa Cassia Câmara, quando terá como incumbências as seguintes atividades:

I – Definir calendário das audiências públicas regionalizadas de que trata o art. 3º a seguir;

II – Promover a divulgação e o chamamento da comunidade local, para que esteja presente no dia e hora marcados, para a respectiva audiência pública na sua comunidade ou na mais próxima localidade;

III – Promover os trabalhos da audiência pública, no dia, no local e hora marcados, quando serão definidas juntamente como a comunidade, as prioridades das ações de investimentos e ações de governo, por área de atuação, para o ano de 2027, no caso da LDO e LOA;

IV – Colecionar as prioridades por região e por natureza da atividade, bem como a meta física a ser alcançada, se possível, deliberadas e aprovadas nas audiências públicas, objeto desta Portaria; e

V – Encaminhar ao Chefe do Executivo, a instrução do processo da escolha popular das prioridades a serem executadas para que sejam ratificadas pelo Chefe do Executivo, quando as consolidará nas minutas dos projetos de lei da LOA e da LDO.

§ 1º – Caberá ao servidor Débora Cristina Câmara da Silva Oliveira a presidência da Comissão de que trata esta Portaria.

§ 2º – Os trabalhos a serem prestados pelos membros ora nomeados, por essa Comissão, não serão remunerados.

Art. 3º - O conhecimento das prioridades de que trata o inciso III do art. 2º se dará através das audiências públicas regionalizadas, conforme preceitua o inciso I do Par. 1º do art. 48 da Lei da Responsabilidade Fiscal - Lei Federal Complementar nº 101/2000 – LRF, quando serão convidadas para esses eventos a comunidade local e as autoridades municipais.

Art. 4º - Após a promoção das audiências públicas a Comissão ora criada instruirá os documentos de comprovação desse (s) evento (s), quando os encaminhará ao Chefe do Executivo Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jardim de Angicos/RN, 27 de agosto de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito do Município de Jardim de Angicos /RN

Publicado por:
Debora Cristina Camara da Silva Oliveira
Código Identificador:5B7EAA12

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 411/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 411/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre Licenças Prêmios de Servidores Municipais e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no artigo 65, II, VII e X da Lei Orgânica Municipal e em observância a Lei Complementar nº 001, de 19.12.1997, Capítulo V, Seção IX, Art. 102,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER, a servidora ÂNGELA MARIA GOMES, matrícula 1179, inscrita no CPF sob nº 033.800.574-95, Agente Comunitário de Saúde do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 01.12.2019 a 01.12.2024.

Art. 2º - CONCEDER, a servidora CLEONICE PEREIRA DE FARIAS, matrícula 433, inscrita no CPF sob nº 009.257.234-01, Auxiliar de Serviços Gerais - A.S.G do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 04.07.2016 a 04.07.2021.

Art. 3º - CONCEDER, ao servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DUTRA, matrícula 32, inscrita no CPF sob nº 323.687.124-53, Técnico Agrícola do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 30.05.2010 a 30.05.2015.

Art. 4º - CONCEDER, a servidora LUCINEIDE BATISTA DANTAS, matrícula 415, inscrita no CPF sob nº 655.006.104-06, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 01.06.2017 a 01.06.2022.

Art. 5º - CONCEDER, a servidora MARIA DE LOURDES QUEIRÓZ DE MEDEIROS, matrícula 365, inscrita no CPF sob nº 897.732.764-49, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 22.04.2008 a 22.04.2013.

Art. 6º - CONCEDER, a servidora MARIA DO CÉU ALVES, matrícula 404, inscrita no CPF sob nº 967.137.554-53, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 22.04.2018 a 22.04.2023.

Art. 7º - CONCEDER, ao servidor MISAEL GARCIA DE ARAÚJO, matrícula 2679, inscrita no CPF sob nº 101.053.394-07, Fisioterapeuta do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 29.06.2020 a 29.06.2025.

Art. 8º - CONCEDER, a servidora NAZI DOS SANTOS, matrícula 320, inscrita no CPF sob nº 762.019.534-34, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 22.04.1998 a 22.04.2003.

Art. 9º - CONCEDER, a servidora NAZI DOS SANTOS, matrícula 661, inscrita no CPF sob nº 762.019.534-34, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 19.04.2004 a 19.04.2009.

Art. 10º - CONCEDER, a servidora VALDETE MARIA DA SILVA SANTOS, matrícula 267, inscrita no CPF sob nº 969.390.364-15, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 31.03.1999 a 31.03.2004.

Art. 11º - CONCEDER, a servidora VERÙCIA DA SILVA SARAIVA, matrícula 256, inscrita no CPF sob nº 034.316.944-46, Auxiliar de Serviços Gerais - A.S.G do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 01.09.2009 a 01.09.2014.

Art. 12º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:3F5C5CF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 030-2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 030/2026 - SMAD

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art.1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA**, matrícula 225, Professora, lotada na Escola Municipal Evanildo Mariano dos Santos, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:1E3ACFC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 031-2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 031/2026 - SMAD

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **FRANCISCA EURÂNIA DE MEDEIROS TEIXEIRA**, matrícula 283, Supervisora Pedagógica, lotada na Escola Municipal Evanildo Mariano dos Santos, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:1109FDD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 032/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 032/2026 - SMAD

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA CAVALCANTI**, matrícula 227, Professora, lotada na Escola Municipal Maria de Nazareth, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:D3E8BC0C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 033/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 033/2026 - SMAD

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **MARIA DO CÉU ALVES**, matrícula 404, Professora, lotada na Escola Municipal Maria Cruz de Medeiros, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:40FC5DBD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 034/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 034/2026 - SMAD

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **SILVANEIDE DUTRA DAMASCENO**, matrícula 358, Professora, lotada na Escola Municipal Maria de Nazareth, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:71836081

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 035/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 035/2026 - SMAD

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **VALDETE MARIA DA SILVA SANTOS**, matrícula 267, Professora, lotada na Escola Municipal Maria de Nazareth, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:65D6AD83

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 036/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 036/2026 - SMAD

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **MARIA DE LOURDES QUEIRÓZ DE MEDEIROS**, Matrícula 365, Professora, lotada na Escola Municipal Maria de Nazareth, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:F9E9DE93

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 037/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 037/2026 – SMAD/PMJP

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **JANUSIA CAVALCANTI DE ARAÚJO**, matrícula 299, Professora, lotada na Escola Municipal Maria de Nazareth, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:1AF82967

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 038/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 038/2026 – SMAD/PMJP

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;

RESOLVE:

Art. 1º - **DEFERIR** o requerimento de adesão da servidora **MARIA DOS AFLITOS SILVA DE ANDRADE**, matrícula 379, Professora, lotada na Escola Municipal Evanildo Mariano dos Santos, da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ISRAEL SOUZA DONATO DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:B19445FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 87/2024. PROC. ADMINIS. MJS/RN Nº 809.052/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2024

No EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 87/2024.
PROC. ADMINIS. MJS/RN Nº 809.052/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 26/08/2026, Código Identificador: C7192C4F, Edição 3864:

Onde se lê:

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 87/2024;

Leia-se:

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 56/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 87/2024

Onde se lê:

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026
Leia-se:

DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026

Jardim do Seridó/RN, em 26 de agosto de 2026.
No EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 87/2024.PROC. ADMINIS. MJS/RN Nº 809.052/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 26/08/2026, Código Identificador: C7192C4F, Edição 3864:
Onde se lê:
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 87/2024;
Leia-se:
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 56/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 87/2024
Onde se lê:
DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026
Leia-se:
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026

Jardim do Seridó/RN, em 26 de agosto de 2026.

ELLEN ALVES DO SANTOS
Mat.: 2232

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:FA6CF230

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

01- ADJUDICO os vencedores do Pregão Eletrônico nº 029/2026, realizado em 22/06/2026 a saber:

RAMOSOLAR ENGENHARIA E SOLUCOES ENERGETICAS LTDA - CNPJ: 48.013.461/0001-25, saiu vencedor no lote: 1; totalizando o valor de **R$ 88.633,35 (oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos)**.

Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REGULARIZAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONCLUSÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA DA USINA FOTOVOLTAICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, INCLUINDO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO.**

02- HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissãode Licitação - CL, referente a Licitação- Pregão Eletrônico de nº 029/2026 com início 03 de junho de 2026, realizada em 22 de junho de 2026 (segunda-feira), nos termos do artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da empresa relacionada anteriormente.

03 - DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para as contratações das referidas empresas.

Jardim do Seridó/RN, 26 de agosto de 2026

OMIDES FERREIRA NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:D0E0C946

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 042/2026

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa **SOCEL TERRASAL VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.536.641/0002-98, com o valor total de R$ R$ 1.481.66 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos), referente à "**Contratação de serviço de revisão periódica obrigatória de 40.000 km do veículo Chevrolet Onix, placa RQG-9F39**".

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

SAMUEL AZEVEDO SANTOS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:24108A2E

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nº 062/2023

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, com base nos itens número **1.4** e **1.5.1** do Edital do Concurso Público Municipal n.º 001/2023, para preenchimento das vagas existentes no quadro geral dos servidores efetivos do Município de Jardim do Seridó/RN, convoca o candidato abaixo relacionado, conforme ordem de classificação por cargo, a comparecer à Secretaria Municipal de Administração, situada na Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no período de **30 (trinta) dias corridos**, a partir da data de publicação deste Edital, no horário de 07h às 13h, munida da documentação elencada no anexo I, deste edital, para respectiva posse. Para eventuais dúvidas tratar pelo número (84) 9 9125-8187 (Setor Recursos Humanos).

A convocação do referido cargo, baseiam-se nos respectivos fatos:

Considerando o pedido de Vacância da servidora efetiva da **ÁREA URBANA** do município, FLÁVIA MAYARA FELIX DANTAS, portadora do CPF nº 071.151.664-20;
Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Ofício n.º 219/2026 de 23 de abril de 2026;
Considerando o despacho 103/2026 do Gabinete da Prefeita, datado em 28 de abril de 2026.
Considerando Parecer Jurídico;
Considerando a DESCLASSIFICAÇÃO do candidato João Vitor Silva, portador do CPF nº 108.080.284-30, inscrição nº 654689-3;
Considerando o pedido de EXONERAÇÃO do servidor efetivo DELANO AUGUSTO LUCENA DE MEDEIROS COSTA, portador do CPF nº 078.896.474-76;
Considerando o pedido de DESISTÊNCIA do candidato CRISTIANO DA SILVA BATISTA, portador do CPF nº 099.796.214-35, inscrição nº 624407-3;

CONVOCA:

1 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
ÁREA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO

641393-4	THIAGO MEDEIROS CHIANCA	4º

Jardim do Seridó-RN, 27 de agosto de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE ACORDO COM EDITAL DO CONCURSO N.º 001/2023, BEM COMO RESOLUÇÃO N.º 008/2012 – TCE/RN

1. ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
2. comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo;
3. estar quite com as obrigações eleitorais;
4. apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato brasileiro, do sexo masculino;
5. ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo e função;
6. apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;
7. haver sido aprovado e classificado no Concurso Público;
8. ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse;
9. firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
10. firmar declaração de que não possui vínculo com a administração direta ou indireta da União, Estados ou outros Municípios e empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas;
11. declaração do Conselho de Classe, que está apto para exercer a profissão, nos casos exigidos para a ocupação do cargo;
12. declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que o candidato não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;
13. certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus;
14. certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;
15. declaração de bens;
16. declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinada pelo servidor;
17. carteira de trabalho;
18. comprovante de residência;
19. certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
20. conta bancária no Banco do Brasil;
21. certidão de casamento, quando for o caso;
22. cumprir as determinações deste Edital.
23. a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da apresentação após a devida convocação por meio de documentação original juntamente com a respectiva cópia.
24. A falta de comprovação dos requisitos genéricos de investidura do cargo, impedirá a posse do candidato.
OBSERVAÇÃO: Todos os documentos deverão ser autenticados e as declarações com reconhecimento de firma em cartório, salvo as que são retiradas diretamente de sistema eletrônicos.
EXAMES MÉDICOS
Hemograma;
Tipo sanguíneo;
Sumário de Urina;
VDRL;
Parasitológico de fezes;
Eletrocardiograma (com Laudo do Cardiologista);
Raio X do Tórax (com laudo do radiologista);

OBSERVAÇÃO: Os exames acima mencionados ficarão sob a responsabilidade total do candidato.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

1.4. A Nomeação dos aprovados será regida pelas na Lei Municipal 593 de 22 de junho de 1994, Lei Municipal n.º 830 de 30 de dezembro de 2009 (Magistério Municipal) na Lei Municipal 1.001 de 21 de junho de 2015, Lei Municipal n.º 820 de 02 de setembro de 2009 (Lei da Guarda Municipal) e demais normas municipais que versarem sobre cargos e funções, todas do Município de JARDIM DO SERIDÓ.
1.5.1 No caso em que as convocações forem para substituir servidores contratados, não implicando em aumento de despesa com pessoal, não se aplicam as regras dos itens 1.5, conforme orientação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através do Procedimento n.º 099.2017.000625.

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:23D0FCD7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 410, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e,

CONSIDERANDO a Lei Federal n° 14.133/2021 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Ofício nº 029/2026 da Comissão Permanente de Processo Administrativo, que solicita a designação de um servidor efetivo para acompanhar temporariamente os trabalhos e trâmites desta Comissão, durante o período em que a servidora Cledjane Lira de Oliveira, integrante da referida Comissão, permanecer afastada de suas atividades por motivo de saúde.

RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores, Pessoas Físicas ou Jurídicas, responsável pela apuração de eventuais infrações administrativas decorrentes de contratações públicas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 12.846/2013 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 2º Durante o período de afastamento da servidora Cledjane Lira de Oliveira, ASG, Matrícula nº 1546, fica designada, em caráter temporário, a servidora **JOSIVÂNIA CUNHA DE MEDEIROS ARAÚJO**,Agente Administrativo, Matrícula nº 0743, para integrar a Comissão Permanente de Processo Administrativo de Responsabilização, em substituição à servidora afastada.

Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes servidores públicos efetivos:
I – Milena Pereira de Medeiros, Agente Administrativo, Matrícula nº 554;
II – Josivânia Cunha de Medeiros Araújo, Agente Administrativo, Matrícula nº 0743;

Art. 4° - A servidora **Milena Pereira de Medeiros** responderá pela Presidência desta Comissão.

Art. 5º A substituição prevista nesta Portaria terá caráter temporário e vigorará enquanto perdurar o afastamento da servidora Cledjane Lira de Oliveira, cessando automaticamente com o seu retorno às atividades, salvo disposição em contrário.

Art. 6º Fica temporariamente alterada a composição da Comissão estabelecida pela Portaria nº 473, de 10 de setembro de 2026,

exclusivamente durante o período de afastamento da servidora Cledjane Lira de Oliveira.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:ABF8F661

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 411, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e o Decreto Municipal nº 1.888, de 28 de fevereiro de 2023, art. 09 que dispõe sobre a implantação e regulamentação da gestão de contratos e convênios, no âmbito da administração direta do município de Jardim do Seridó/RN, de acordo com o art. 117, incisos I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 08º da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, e

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **MAXWELL AZEVEDO DO NASCIMENTO**, matrícula nº 1067, para exercer a função de Fiscal de Contrato, e o servidor **JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JUNIOR**, matrícula nº 2097, para exercer a função de Gestor de Contrato, no acompanhamento referente a Pregão Eletrônica nº 034/2026, Processo Administrativo nº 317.061/2026, que tem por objeto a " Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do laboratório municipal e da sala de fisioterapia, bem como aquisição de peças, produtos e acessórios.".
Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato citado, no artigo primeiro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 27 de Agosto de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:7C273BBB

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 412, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 77, IV, da Lei nº 593, de 22 de junho de 1994 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, regulamentado pelo Decreto 1.010, de 04 de outubro de 2011,

CONSIDERANDO o teor do Processo Eletrônico nº 05001.000420/2026, da Secretaria Municipal de Saúde - Recursos Humanos Saúde.

RESOLVE
Art. 1º. Conceder a Servidora **MARIA APARECIDA DA SILVA** matrícula nº 0357, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses corresponde ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2005/2010 – período de gozo 14 de Setembro de 2026 a 14 de Dezembro de 2026.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 27 de Agosto de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:085758DF

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 413, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 65 da Lei Orgânica e com fundamento na Lei Complementar nº 593/94, art. 8º, inciso I, e art. 9º, "caput",

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento efetivo o candidato relacionado no ANEXO I, aprovado no Concurso Público Municipal n.º 001/2023, homologado em 18 de janeiro de 2024, prorrogado dia 15 de janeiro de 2026 a sua validade por mais 02 (dois) anos.

Art. 2º. A convocação do aprovado relacionado observa o Edital de Convocação nº 062/2023.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 27 de Agosto de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

1 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
ÁREA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
641393-4	THIAGO MEDEIROS CHIANCA	4º

Jardim do Seridó-RN, 27 de agosto de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:C092B0F8

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
PORTARIA Nº 065, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ – JARDIMPREV, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 71 da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO, a necessidade de designação de servidor para atuar como suprido para fins do Decreto Municipal nº 2.096, de 10 de fevereiro de 2025;

CONSIDERANDO, a necessidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade de refrigeração de 12.000 (doze mil) BTUs/h, pertencente ao Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN, já adquirido e disponível na sede do Instituto, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, acessórios e demais componentes necessários à sua adequada instalação, conexão, testes e pleno funcionamento, no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), conforme orçamento apresentado pela empresa 14.105.467 EDNILSON AZEVEDO DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ n° 14.105.467/0001-00, datado de 25/08/2026;

CONSIDERANDO, a necessidade de instalação do aparelho de ar-condicionado recentemente adquirido pelo Instituto e entregue nas dependências do JARDIMPREV em 21 de agosto de 2026, a fim de possibilitar sua utilização e a realização dos testes necessários à verificação de seu adequado funcionamento, bem como de sua instalação e conexão;

CONSIDERANDO, que a despesa se amolda no que dispõe o art. 2°, inciso III c/c o art. 3°, inciso II do Decreto Municipal n° 2.096, de 10 de fevereiro de 2025, a ser empenhada na classificação de despesa 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, em conformidade com o disposto no art. 25, inciso IV, do normativo mencionado anteriormente, podendo, excepcionalmente, ser utilizado o elemento 339048 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, na hipótese de limitação sistêmica que impeça o registro da despesa no elemento próprio, sem prejuízo de posterior regularização;

CONSIDERANDO, o teor do Processo Administrativo n° 827.001/2026;

RESOLVE:

Art. 1° Designar o senhor **DOUGLAS MEDEIROS DE ARAÚJO,** inscrito no CPF/MF sob o n° 104.xxx.xxx-06 e Matrícula n° 002, servidor comissionado no cargo de Agente de Contratação do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó, como suprido para as despesas do JARDIMPREV, para fins de pagamento por meio de suprimento de fundos, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 2.096, de 10 de fevereiro de 2025, no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), à conta da classificação de despesa 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, podendo, excepcionalmente, ser utilizado o elemento 339048 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, na hipótese de limitação sistêmica que impeça o registro da despesa no elemento próprio, sem prejuízo de posterior regularização.

Art. 2° O período para aplicação do suprimento de fundos não poderá exceder o prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto no art. 13 do Decreto mencionado no parágrafo anterior, enquanto a prestação de contas deverá ocorrer em 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do período de aplicação fixado na Portaria, de acordo com o estabelecido no art. 17 do mesmo normativo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó - JARDIMPREV, em Jardim do Seridó (RN), 27 de agosto de 2026.

ANDREZA SILVA DOS SANTOS
Diretora Presidente
Portaria nº 493/2025

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:49A22942

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
RESOLUÇÃO Nº 004, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Regulamenta, no âmbito do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – JARDIMPREV, a aplicação das sanções administrativas e os respectivos processos de responsabilização de licitantes e contratados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ – JARDIMPREV, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.144/2019, e considerando a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Deliberativo do JARDIMPREV, no dia 27/08/2026, conforme Ata de Reunião n° 8/2026,

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, atribui a cada órgão e entidade da Administração Pública a competência para regulamentar a matéria nela versada, especialmente quanto às sanções administrativas e ao processo de responsabilização de licitantes e contratados (arts. 155 a 163);

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira do Instituto, na qualidade de autarquia gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Jardim do Seridó/RN;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, em âmbito interno, o procedimento de apuração de responsabilidade e de aplicação de sanções, assegurando o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e na legislação correlata,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 1º A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, assegurada a observância do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da Diretora Presidente do Instituto, observado o disposto no art. 37 desta Resolução quanto à possibilidade de delegação.

§ 2º A aplicação das sanções previstas em lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Instituto e ao erário.

Art. 2º Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Resolução as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Art. 3º O edital, o instrumento de contratação direta ou outro instrumento de contratação deverá prever as sanções que serão aplicadas em caso de descumprimento das obrigações convencionadas, incluída a mora por atraso injustificado na execução do contrato.
Art. 4º A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério do Instituto, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se de pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízo ao Instituto.

Art. 5º A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

I - a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

II - a aplicação de multa moratória não impedirá que o Instituto a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, cumulada com as demais sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Instituto ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 2º A multa de que trata o caput deste artigo poderá, na forma do edital, do contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pelo Instituto ao contratado em decorrência de outros contratos por ele firmados.

§ 3º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional.

§ 4º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no art. 2º desta Resolução.

Art. 6º A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano ao Instituto, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o sancionado de licitar e de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Jardim do Seridó/RN, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 7º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar e de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Jardim do Seridó/RN, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 8º O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas ou, se iguais, a somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

§ 1º Não se aplica a regra prevista no caput deste artigo se já houver ocorrido o julgamento ou se, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º O disposto neste artigo não afasta a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

CAPÍTULO II

DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Seção I

Da Extinção Unilateral do Contrato ou do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

Art. 9º Havendo descumprimento das condições previstas no instrumento contratual, na ata de registro de preços, na ordem de fornecimento, na ordem de serviço ou em documento equivalente, o fiscal do contrato correspondente ou pessoa designada pelo Instituto procederá à notificação do contratado para que, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cumpra as suas obrigações, comprove que já as executou ou apresente justificativa formal sobre o seu descumprimento, sob pena de rescisão unilateral do contrato ou de cancelamento da ata de registro de preços celebrada, sem prejuízo da deflagração de processo administrativo de responsabilização.

Art. 10. Ultrapassado o prazo a que se refere o artigo anterior, com ou sem manifestação do contratado, o fiscal do contrato correspondente ou pessoa designada pelo Instituto elaborará relatório circunstanciado, submetendo-o, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, à apreciação da Diretora Presidente do Instituto.

§ 1º Apreciado o relatório, a autoridade a que se refere o caput deverá, conforme o caso:

I - arquivar o procedimento;

II - determinar prazo para cumprimento por parte do contratado;

III - proceder à rescisão unilateral do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços; e/ou

IV - determinar a deflagração de processo administrativo de responsabilização.

§ 2º Considera-se autoridade competente para rescindir unilateralmente o contrato ou cancelar a ata de registro de preços a Diretora Presidente do Instituto ou a autoridade que houver assinado o respectivo instrumento contratual.

§ 3º Da decisão que rescindir unilateralmente o contrato ou cancelar a ata de registro de preços caberá recurso administrativo ou pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da intimação da decisão ou de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 11. A extinção do contrato por ato unilateral do Instituto ou o cancelamento da ata de registro de preços poderá ocorrer:

I - antes da abertura do processo administrativo de responsabilização;

II - no processo administrativo simplificado;

III - em caráter incidental, no curso do processo administrativo de responsabilização; ou

IV - por ocasião do julgamento do processo administrativo de responsabilização.

Seção II

Do Processo Administrativo Simplificado

Art. 12. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e de multa, a serem aplicadas conjunta ou separadamente, dar-se-á em processo administrativo simplificado, facultada a defesa do licitante ou contratado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação ou notificação.

§ 1º A intimação conterá, no mínimo:

I - a descrição dos fatos imputados;

II - o dispositivo pertinente à infração;

III - a identificação do licitante ou contratado; e

IV - os elementos pelos quais se possa identificá-los.

§ 2º A apuração dos fatos e a apreciação da defesa serão feitas por servidor efetivo designado ou por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, a quem caberá a elaboração de relatório final conclusivo quanto à existência de responsabilidade do licitante ou contratado, no qual:

I - resumirá as peças principais dos autos;

II - opinará sobre a licitude da conduta;

III - indicará os dispositivos legais violados; e

IV - remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 3º No processo administrativo simplificado de que trata este artigo, é dispensada a manifestação da Assessoria ou Procuradoria Jurídica, salvo se houver requerimento da autoridade competente para aplicar a sanção.

§ 4º O licitante ou contratado poderá apresentar, junto à defesa, as provas que pretenda produzir.

§ 5º Caso se evidencie, no curso do processo administrativo simplificado, a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade, será instaurado o processo administrativo de responsabilização.

Seção III

Do Processo Administrativo de Responsabilização

Art. 13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, demanda a instauração de processo administrativo de responsabilização, de que trata o art. 158 da mesma Lei, a ser conduzido por comissão processante, permanente ou nomeada para o ato (ad hoc), designada pela Diretora Presidente do Instituto.

§ 1º O agente público que, no exercício de suas atribuições relacionadas às licitações e às relações contratuais, tiver conhecimento de qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, cometidas por licitantes ou contratados, deverá representar à autoridade competente para a instauração do processo administrativo de responsabilização.

§ 2º A instauração do processo administrativo de responsabilização dar-se-á por ato da Diretora Presidente do Instituto e mencionará:

I - os fatos que ensejam a apuração;

II - o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;

III - a identificação do licitante ou contratado, denominado acusado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo; e

IV - na hipótese do § 3º deste artigo, a identificação dos administradores ou sócios, da pessoa jurídica sucessora ou de empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 3º A infração poderá ser imputada, solidariamente:

I - aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito;

II - à pessoa jurídica sucessora; ou

III - à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, observado o disposto para a desconsideração da personalidade jurídica.

§ 4º O processo administrativo de responsabilização poderá ser instaurado exclusivamente contra os administradores e sócios que possuam poderes de administração das pessoas jurídicas licitantes ou contratadas, se identificada a prática de subterfúgios voltados a burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.

Art. 14. A comissão processante será composta de 2 (dois) ou mais servidores efetivos do quadro permanente do Instituto ou, subsidiariamente, do Município de Jardim do Seridó/RN, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários à elucidação dos fatos, inclusive com poderes decisórios sobre os atos de caráter instrutório.

Parágrafo único. Na hipótese de deficiência de pessoal no quadro do Instituto, a designação da comissão observará o disposto no art. 158, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, admitida a requisição de servidores estáveis de outros órgãos ou entidades do Município.

Art. 15. Instaurado o processo, a comissão processante lhe dará impulso, intimando ou notificando o acusado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Quando necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para esse fim.

§ 2º Serão indeferidas pela comissão processante, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º Da decisão de que trata o § 2º deste artigo, no curso da instrução, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 4º Se não houver retratação, o pedido de reconsideração converter-se-á em recurso, que ficará retido e será apreciado por ocasião do julgamento do processo.

Art. 16. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado de sua intimação.

Art. 17. Após o prazo previsto no artigo anterior, a comissão processante elaborará relatório no qual mencionará:

I - os imputados;

II - os dispositivos legais e regulamentares infringidos;

III - as sanções a que está sujeito o infrator;

IV - as peças principais dos autos;

V - as manifestações da defesa; e

VI - as provas em que se baseou para formar a sua convicção, com referência às folhas do processo em que se encontram.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve dano aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§ 2º O relatório poderá propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e/ou à materialidade, ou quando ficar provada a não ocorrência da infração.

§ 3º O relatório poderá conter sugestões sobre medidas a serem adotadas pelo Instituto com o objetivo de evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo administrativo de responsabilização.

§ 4º O processo administrativo de responsabilização, acompanhado do relatório da comissão, será remetido à deliberação da autoridade competente, após a manifestação da Assessoria ou Procuradoria Jurídica.

§ 5º Apresentado o relatório, a comissão ficará à disposição da autoridade responsável pela instauração do processo para a prestação de qualquer esclarecimento necessário.

§ 6º Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da comissão processante.

§ 7º A comissão processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual.

Seção IV

Da Prova Emprestada

Art. 18. Será admitido no processo de apuração de responsabilidade o compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo administrativo ou judicial, caso em que, após a juntada aos autos, será aberta vista ao acusado para manifestação, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado de sua intimação.

§ 1º As informações e provas compartilhadas não se restringem a processos em que figurem partes idênticas, devendo o órgão julgador, garantidos o contraditório e a ampla defesa, atribuir à prova o valor que considerar adequado.

§ 2º O pedido de compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo será feito pela comissão processante à autoridade competente para o julgamento, que encaminhará a solicitação ao juízo competente ou à autoridade administrativa de outro Poder ou ente federativo.

Seção V

Da Falsidade Documental

Art. 19. No caso de indícios de falsidade de documento apresentado no curso da instrução, a comissão processante intimará o acusado para manifestação, no prazo de 3 (três) dias úteis.

§ 1º A decisão sobre a falsidade do documento será proferida por ocasião do julgamento do processo.

§ 2º A apresentação de declaração ou de documento falso na fase licitatória ou de execução do contrato constitui causa principal para a abertura do processo administrativo de responsabilização, caso em que não se aplicará o disposto no caput e no § 1º deste artigo.

Seção VI

Do Acusado Revel

Art. 20. Se o acusado, regularmente intimado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo administrativo de responsabilização, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos do procedimento de apuração de responsabilidade.

§ 1º Na intimação ao acusado deverá constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

§ 3º Para os fins desta Resolução, a intimação ou notificação poderá dar-se mediante o seu envio ao contratado, licitante ou acusado, por qualquer dos seguintes meios:

I - endereço eletrônico (e-mail);

II - aplicativo de mensagens (WhatsApp ou similar);

III - ligação telefônica, mediante certidão nos autos que descreva o número do contato, o horário da ligação e a pessoa responsável pelo atendimento;

IV - correios, mediante aviso de recebimento; ou

V - publicação no Diário Oficial do Município.

§ 4º Considera-se efetuada a intimação ou notificação no dia útil seguinte ao recebimento ou à entrega ao destinatário, independentemente do meio utilizado nos termos do parágrafo anterior.

Seção VII

Do Julgamento

Art. 21. A decisão sancionatória mencionará, no mínimo:

I - a identificação do acusado;

II - o dispositivo legal violado; e

III - a sanção imposta.
§ 1º A decisão sancionatória será motivada, com indicação precisa e suficiente dos fatos e dos fundamentos jurídicos considerados para a formação do convencimento.

§ 2º A motivação deverá ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de outras decisões ou de manifestações técnicas ou jurídicas, que, nesse caso, integrarão o ato.

§ 3º A aplicação da sanção será formalizada mediante a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Município.

Art. 22. Na aplicação das sanções, o Instituto observará:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos dela decorrentes para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e

VI - a situação econômico-financeira do acusado, em especial a sua capacidade de geração de receitas e o seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

Art. 23. São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de responsabilização; e

IV - a reincidência.

§ 1º Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 2º Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

II - não prevalece a condenação anterior se, entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração, houver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos; e

III - não se verifica se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

Art. 24. São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento; ou

IV - confessar a autoria da infração.

Parágrafo único. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou que já tenha sido reabilitado.

Seção VIII

Da Desconsideração da Personalidade Jurídica

Art. 25. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada, observados o contraditório e a ampla defesa, sempre que utilizada com o fim de:

I - abusar do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Resolução;

II - provocar confusão patrimonial, caso em que todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração; ou

III - transferir responsabilidades à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

§ 1º A desconsideração da personalidade jurídica, para os fins desta Resolução, poderá ser direta ou indireta.

§ 2º A desconsideração direta da personalidade jurídica implicará a aplicação de sanção diretamente em relação aos sócios ou administradores das pessoas jurídicas licitantes ou contratadas.

§ 3º A desconsideração indireta da personalidade jurídica dar-se-á, no processo de licitação ou de contratação direta, no caso de verificação de ocorrência impeditiva indireta.

Art. 26. Considera-se ocorrência impeditiva indireta a extensão dos efeitos de sanção que impeça de licitar e contratar com a Administração Pública:

I - às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar e contratar enquanto perdurarem as causas da sanção, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios; e

II - às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso I do caput deste artigo.

Art. 27. A competência para decidir sobre a desconsideração indireta da personalidade jurídica é da Diretora Presidente do Instituto.

§ 1º Diante de suspeita de ocorrência impeditiva indireta, será suspenso o processo licitatório para investigar se a participação da pessoa jurídica no processo de contratação teve por objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum.

§ 2º Será intimado o interessado para que apresente manifestação, no exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

§ 3º Os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação ou do processo de contratação direta avaliarão os argumentos de defesa e realizarão as diligências necessárias à prova dos fatos, tais como:

I - apurar as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início de sua relação com os sócios da empresa sancionada;

II - a atividade econômica desenvolvida pelas empresas;

III - a composição do quadro societário e a identidade dos dirigentes ou administradores; e

IV - o compartilhamento de estrutura física ou de pessoal, entre outras.

§ 4º Formado o convencimento acerca da existência de ocorrência impeditiva indireta, o licitante será inabilitado.

§ 5º Da decisão que inabilitar o licitante caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 28. A desconsideração direta da personalidade jurídica será realizada no caso de cometimento, por sócio ou administrador de pessoa jurídica licitante ou contratada, das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 29. No caso de desconsideração direta da personalidade jurídica, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas em relação aos sócios ou administradores que cometerem infração prevista no art. 155 da referida Lei.

Art. 30. A desconsideração direta da personalidade jurídica será precedida de processo administrativo, no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º As infrações cometidas diretamente por sócio ou administrador na qualidade de licitante ou na execução do contrato poderão ser apuradas no mesmo processo destinado à apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.

§ 2º A declaração da desconsideração direta da personalidade jurídica é da competência da Diretora Presidente do Instituto.

§ 3º Da decisão de desconsideração direta da personalidade jurídica cabe pedido de reconsideração.

Art. 31. O Instituto deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção da qual não caiba mais recurso, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Seção IX

Do Cômputo das Sanções

Art. 32. Sobrevindo nova condenação no curso do período de duração das sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o tempo fixado na nova decisão condenatória será somado ao período remanescente, reiniciando-se os efeitos das sanções.

§ 1º Na soma envolvendo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado ficará proibido de licitar e de contratar com a Administração Pública municipal.

§ 2º Em qualquer caso, a unificação das sanções não poderá resultar em cumprimento inferior à metade do total fixado na condenação, ainda que ultrapasse o prazo de 6 (seis) anos previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º Na soma, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitado o limite máximo previsto no § 1º deste artigo e orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

Art. 33. São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas por licitantes ou contratados.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração cometida.

Seção X

Da Prescrição

Art. 34. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo administrativo de responsabilização;

II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 2013; e

III - suspensa por decisão judicial ou arbitral que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Seção XI

Da Reabilitação

Art. 35. É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a sanção, exigidos, cumulativamente:

I - a reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - o pagamento da multa;

III - o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, dentre elas a de que o reabilitando não:

a) esteja cumprindo sanção por outra condenação;

b) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III deste artigo, a quaisquer das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, imposta pela Administração Pública municipal; e

c) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III deste artigo, por ato praticado após a sanção que busca reabilitar, à sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, imposta pela Administração Pública direta ou indireta dos demais entes federativos; e

V - a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 36. A reabilitação alcança quaisquer sanções aplicadas em decisão definitiva, assegurado ao licitante o sigilo dos registros sobre o seu processo e a sua condenação.

Parágrafo único. Reabilitado o licitante, o Instituto solicitará a sua exclusão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Seção XII

Da Aplicação das Sanções e dos Recursos

Art. 37. A aplicação das sanções, isolada ou cumulativamente, compete:

I - à Diretora Presidente do Instituto, a aplicação das sanções de declaração de inidoneidade e de impedimento de licitar e contratar;

II - à Diretora Presidente do Instituto ou à autoridade por ela designada nos procedimentos licitatórios, na adesão a ata de registro de preços, na contratação ou compra direta e na fiscalização das contratações do Instituto, a aplicação das sanções de advertência e de multa; e

III - à Diretora Presidente do Instituto, na qualidade de dirigente do órgão gerenciador, quando o Instituto atuar como gerenciador de registro de preços, a aplicação das sanções decorrentes de infração nos procedimentos destinados ao registro de preços e/ou do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, até o momento que antecede a contratação.

§ 1º A designação prevista no inciso II do caput deste artigo observará as competências definidas no Regimento Interno do Instituto.

§ 2º A aplicação da sanção será formalizada mediante a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Município.

Art. 38. Da aplicação das sanções de advertência, de multa e de impedimento de licitar e contratar caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, à Diretora Presidente do Instituto, para decisão.

§ 2º Quando a sanção houver sido aplicada pela própria Diretora Presidente do Instituto, o recurso será por ela decidido, ressalvada a possibilidade de reconsideração no prazo do § 1º deste artigo.

§ 3º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, dirigido à Diretora Presidente do Instituto e por ela decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

§ 4º O recurso e o pedido de reconsideração de que trata este artigo terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§ 5º Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pela Assessoria ou Procuradoria Jurídica.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Finalizado o processo administrativo de responsabilização e havendo indícios do cometimento de ato ilícito ou verificada a possibilidade de proposição de ação judicial para a execução da garantia contratual, o ressarcimento de danos materiais, inclusive danos emergentes e lucros cessantes, danos morais coletivos e danos sociais, ou de outras ações de ressarcimento cabíveis, os autos serão remetidos à Procuradoria do Município, ou à Assessoria Jurídica do Instituto, para a adoção das providências cabíveis.

§ 1º Caso seja constatada grave ilegalidade ainda no curso do processo administrativo de responsabilização, encaminhar-se-á, se for o caso, cópia dos autos à Procuradoria do Município, com a indicação do ato ilícito praticado, para eventual proposição da ação judicial cabível.

§ 2º Havendo indícios da prática de ato de improbidade administrativa, será dada ciência ao Ministério Público competente para a propositura da ação cabível, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 40. Aplicam-se às infrações decorrentes das licitações e contratações regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos contidos nesta Resolução.

Art. 41. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora Presidente do Instituto, à luz da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação de regência.

Art. 42. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

ANDREZA SILVA DOS SANTOS
Diretora Presidente do JARDIMPREV
Portaria Municipal nº 493/2025
CP RPPS DIRIG II n° 026014584793008

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:EB036920

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER - ALEXSANDRO MORAIS DE AZEVEDO

Após analisar a 5ª (quinta) avaliação do servidor **ALEXSANDRO MORAIS DE AZEVEDO,** matrícula n.º 2046, empossado em 15 de fevereiro de 2024, para o Cargo efetivo de Professor de Geografia, feita pela comissão da respectiva secretaria onde o mesmo encontra-se prestando seus serviços em conformidade com o Decreto nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
A Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho de Estágio Probatório e Promoção Horizontal nomeados conforme Portaria de n.º 509, de 01 de outubro de 2025.

RESOLVE, aprovar a 5ª (quinta) avaliação do estágio probatório do servidor **ALEXSANDRO MORAIS DE AZEVEDO,** matrícula n.º 2046, pôr ele ter atingido nota total de **18 (dezoito) pontos**, ficando igual do mínimo para aprovação que é de 15 (quinze) pontos conforme ficha de avaliação em anexo, sendo seus efeitos retroativos à 15 de agosto de 2026, data base da avaliação do 5º (quinto) semestre concluindo do estágio probatório, conforme Art. 19º, da Lei Municipal nº 593, 22 de junho de 1994 (que Dispõe do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) em conformidade com o Decreto Municipal de nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
Igualmente, publique-se e cumpra-se a aprovação da 5ª (quinta) avaliação do servidor.

Jardim do Seridó-RN, 27 de agosto de 2026.

_____
Presidente

_____
Secretária

_____

_____

_____
Membros

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:4B108FE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER - AUGUSTO CESAR FERREIRA DANTAS

Após analisar a 1ª (primeira) avaliação do servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA DANTAS**, matrícula n.º 2223, empossado em 27 de fevereiro de 2026, para o Cargo efetivo de Professor de História, feita pela comissão da respectiva secretaria onde o mesmo encontra-se prestando seus serviços em conformidade com o Decreto nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
A Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho de Estágio Probatório e Promoção Horizontal nomeados conforme Portaria de n.º 509, de 01 de outubro de 2026.

RESOLVE, aprovar a 1ª (primeira) avaliação do Estágio probatório, do servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA DANTAS**, matrícula n.º 2223, pôr ele ter atingido nota total de **24 (vinte e quatro) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 15 (quinze) pontos conforme ficha de avaliação em anexo, nesta data de 27 de agosto de 2026, data base da avaliação do 1º (primeiro) semestre concluindo do estágio probatório, conforme Art. 19º, da Lei Municipal nº 593, 22 de junho de 1994 (que Dispõe do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) em conformidade com o Decreto Municipal de nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
Igualmente, publique-se e cumpra-se a aprovação da 1ª (primeira) avaliação do servidor.

Jardim do Seridó-RN, 27 de agosto de 2026.

_____
Presidente

_____
Secretária

_____
_____
_____
Membros

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:77D59828

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 259, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 27/08/2026.

R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder à **MÁRCIA REJANE DE AZEVEDO DANTAS,** matrícula nº 0977, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde PD III, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 02/09/2026 à 16/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:4655E816

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 260, DE 27 DE AGOSO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 27/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **FABIANA LARISSA SANTOS DE MEDEIROS,** matrícula digital nº 1209060, ocupante do cargo de Odontóloga, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 08/09/2026 à 22/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula Nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:9EE3CD4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 261, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 27/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **JUBIANA SANTOS DE OLIVEIRA,** matrícula n.º 1062, ocupante do cargo de Porteira, da Secretaria Municipal do Gabinete Civil, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 02/09/2026 à 16/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:5125282B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 262, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 262, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Á SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 27/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **ISRAEL ALVES DA COSTA**, matrícula n.º 1860**,** ocupante do cargo de Coveiro, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 14/09/2026 à 28/09/2026 correspondente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:F2EE850B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 263, DE 27 DE AGOSTO 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 27/08/2026.

R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder à **GILVANETE MELO DE ARAÚJO / Matrícula** 0388, ocupante do cargo de Agente Administrativo Readaptado, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 08/09/2026 à 22/09/2026, correspondente aos períodos aquisitivos 2023/2024 (5 dias) e 2024/2025 (10 dias).

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:4A4BA0CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 264, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, o requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 27/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **RAYANE SANTOS DE LUCENA MATIAS,** matrícula n.º 1758, ocupante do cargo de Nutricionista, da Secretaria Municipal de Educação, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 01/09/2026 à 30/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Mat.: 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:9F951340

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 023, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada-CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556 em 12 de junho de 2023 e posteriormente, pela Lei nº 15.247 em outubro de 2025.
Considerando que aderiu a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto nº 33.990, de setembro de 2024.
Considerando a necessidade de promover ações voltadas à promoção da alfabetização das crianças do 1º e 2º ano e da recomposição de aprendizagem das crianças dos 3º ao 5º ano, em conformidade com os fundamentos do CNCA, do Governo Federal, nos termos da Portaria n. 1.774, de 1º de setembro de 2023, que instituiu a Rede Nacional de Articuladores de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA do referido Compromisso.
Considerando a necessidade de elaborar o Documento da Política Municipal de Alfabetização, alinhada à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designadas as seguintes membros para compor a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação para, sob a presidência da primeira, com a finalidade de conduzir o processo de elaboração da primeira versão do Documento da Política Municipal de Alfabetização, alinhada à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do rio Grande do Norte e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no período de 24/08/2026 a 30/09/2026.

Walquíria Santos Nóbrega - Presidente
Maria José Silva de Medeiros Paiva
Maria de Fátima Costa de Oliveira
Josivânia Cunha de Medeiros Araújo
Simoni Morais de Araujo
Mariluce Cunha de Souza Medeiros

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Mat.: 2094

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:073A5B88

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 024, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.
CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Senhora Edilza Maria de Azevedo, servidora ocupante do cargo de Pedagoga, lotada na Secretaria de Educação, matrícula n° 1523, 01 e ½ (uma e meia) diária, no valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), totalizando a importância de R$ 315,00 (trezentos e quinze reais), com objetivo de participação da servidora no III Encontro Presencial de Formação de Formadores Municipais do PROLEEI/CNCA, que acontecerá nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2026, no Praiamar Hotel e Convenções, Natal/RN.
Art. 2º A participação da servidora no justifica-se pela relevância do evento para o fortalecimento da gestão educacional no âmbito municipal. O referido evento reúne especialistas da área, promovendo um espaço de diálogo, troca de experiências e atualização acerca das políticas públicas educacionais vigentes. A presença neste seminário possibilita o alinhamento das ações da Secretaria Municipal de Educação às diretrizes estaduais e nacionais, bem como o acesso a informações estratégicas que auxiliam na tomada de decisões mais assertivas e eficientes no contexto educacional
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Mat.: 2094

Publicado por:
Walquiria Santos Nóbrega
Código Identificador:80BFC309

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 192 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N° 192 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA-RN, CRIA O COMITÊ GESTOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;
CONSIDERANDO, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, nos termos do art. 205 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO, a garantia do direito à alfabetização das crianças na idade certa, prevista na Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE);
CONSIDERANDO, a adesão do Município ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), criado originalmente pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e consolidado pela **Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025**;
CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 33.990 de 26 de setembro de 2024 que Institui a Politica Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte- Pró-Alfa RN e dá outras providencias;
CONSIDERANDO, a necessidade de institucionalizar, no âmbito municipal, uma política própria de alfabetização e de recomposição das aprendizagens, alinhada às diretrizes do CNCA;
CONSIDERANDO, o interesse do Município em concorrer ao Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, o que exige a comprovação formal da institucionalização da política municipal;

DECRETA:

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de garantir que todas as crianças da Rede Municipal de Ensino estejam alfabetizadas até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental, bem como promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano.
Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégicas dos programas e ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização.
CAPITULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - garantir a alfabetização de todas as crianças na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental;
II - promover a recomposição das aprendizagens das crianças que ainda não alcançaram este direito e estão matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos;
III - garantir a formação continuada para profissionais da educação que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na garantia da alfabetização das crianças até o 2º ano e na recomposição das aprendizagens das crianças que ainda não alcançaram este direito e estão matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos;
IV - Promover a ampliação do ensino em Tempo Integral considerando as diferentes dimensões do educando: intelectual, física, emocional, social e cultural em um projeto coletivo que envolva escola, família e outras parcerias;
V - Realizar um acompanhamento estratégico com foco nas necessidades de sala de aula, dos professores e dos estudantes, considerando o respeito à liberdade, a promoção da tolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade
VI - assegurar a distribuição de materiais didáticos-pedagógicos complementares de alfabetização;
VII - instituir mecanismos de acompanhamento e avaliação sistemática da aprendizagem dos estudantes;
VIII - mobilização e engajamento da sociedade, com estratégias de comunicação, acompanhamento e controle social;
IX - Promover o enfrentamento das desigualdades educacionais, buscando garantir na perspectiva de equidade educacional, a promoção do acesso, da permanência e do sucesso na alfabetização, considerando as diferenças territoriais, socioeconômicas, raciais e de gêneros;
X - Fomentar uma perspectiva discursiva de alfabetização e suas inter-relações com o processo de letramento, o papel das interações e da ludicidade nos processos de aprendizagens das crianças e a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita, que envolve multiplas aprendizagens, como cultura escrita alfabetica, leitura, produção de textos escritos e oralidade; e
IX - reconhecimento da importância de ampliar a compreensão dos profissionais sobre os processos e os instrumentos de avaliação e sua conexão com a tomada de decisões pedagógicas para garantir a aprendizagens;
X - Instituir um desenho de gestão e governança que oriente, capacite, acompanhe, monitores e avalie a implantação, implementação e desenvolvimento da politica territorial de alfabetização de crianças no municipio de José da Penha-RN
XI - Institui programas, projetos e ações para fomentar a alfabetização de crianças, considerando as especificidades desse processo de educação infantil e as necessidade de sua consolidação até o segundo ano do ensino fundamental;

CAPITULO III
DAS ESTRATEGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO
Art. 4º A Politica Municipal de Alfabetização será implementada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de estratégias de atuação destinadas à melhoria da qualidade da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e ao combate às desigualdades de aprendizagem, respeitadas as singularidades de cada um desses segmentos da educação básica;
Art. 5º Para gestão, acompanhamento e avaliação das estratégias necessárias à consecução dos objetos da Politica Municipal de Alfabetização, **fica instituído o Comitê Gestor da Política Municipal de Alfabetização.**
Parágrafo único. *O* Comitê Gestor da Política Municipal de Alfabetização tem a finalidade de apreciar e aprovar os direcionamentos da Politica Municipal de Alfabetização bem como sistematizar dados para subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação em colaboração com a Secretaria Estadual de Educação e o Ministério da Educação
Art. 6º O Comitê Gestor da Política Municipal de Alfabetização será composto por 07 (sete) membros, sendo 03(tres) da Secretaria

Municipal de Educação, 03(tres) das Escolas Municipais e/ou Estaduais e 01 (um) de Conselhos Municipais, nomeados através de Portaria da Secretaria Municipal de de Educação.
Art. 7º O Comitê devera apresentar um cronograma/plano de trabalho à Secretaria Municipal de Educação em um prazo máximo de 10 dias, contados a partir da publicação de sua nomeação.
Art. 8º O Comitê Gestor terá até o dia 30 de novembro de 2026, contados de sua nomeação, para apresentar à Secretária Municipal de Educação o Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José da Penha - RN, 27 de agosto de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:3CC4F26D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
FUNCIONÁRIO (A): MIQUEIAS NILTON DE ARAÚJO
CPF/CNPJ: 116.401.424-28
MATRÍCULA: 137869-4
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 26/08/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 01/09/2026 a 29/11/2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2153AC66

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202509170001

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202509170001.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 202509170001
TERMO ADITIVO: Primeiro
CONTRATANTE: Município de José da Penha
FORNECEDOR: JEFTE DE MEDEIROS
CPF/CNPJ CONTRATADO: 09.507.888/0001-28
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: Pregão Eletrônico 020/2025 PE, Processo Administrativo Nº 1.295/2025.
OBJETO: Registro de preços para a eventual contratação de aquisição de material de expediente para atender as necessidades das secretarias do município de José da Penha/RN, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 020/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 202509170001 por mais um ano, até o dia 17/09/2027, bem como a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.
VALOR TOTAL: R$ 130.580,00 (cento e trinta mil, quinhentos e oitenta reais).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
42 - 2 . 4101 . 4 . 122 . 1 . 2.10 . 0 . 339030 - Material de Consumo
203 - 3 . 13101 . 10 . 122 . 1 . 2.40 . 0 . 339030 - Material de Consumo
244 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.50 . 0 . 339030 - Material de Consumo
433 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.101 . 0 . 339030 - Material de Consumo
506 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.111 . 0 . 339030 - Material de Consumo
525 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.115 . 0 . 339030 - Material de Consumo
535 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.116 . 0 . 339030 - Material de Consumo
601 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339030 - Material de Consumo
687 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.160 . 0 . 339030 - Material de Consumo
710 - 4 . 14101 . 8 . 244 . 13 . 2.168 . 0 . 339030 - Material de Consumo
785 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.190 . 0 . 339030 - Material de Consumo
818 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.204 . 0 . 339030 - Material de Consumo
853 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 339030 - Material de Consumo
890 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 17/09/2026 à 17/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:7B47667F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202509180001

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202509180001.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 202509180001
TERMO ADITIVO: Primeiro
CONTRATANTE: Município de José da Penha
FORNECEDOR: PRONTO DISTRIBUIDORA LTDA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 17.737.876/0001-18
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: Pregão Eletrônico 020/2025 PE, Processo Administrativo Nº 1.295/2025.
OBJETO: Registro de preços para a eventual contratação de aquisição de material de expediente para atender as necessidades das secretarias do município de José da Penha/RN, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 020/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 202509180001 por mais um ano, até o dia 18/09/2027, bem como a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.
VALOR TOTAL: R$ 179.702,15 (cento e setenta e nove mil, setecentos e dois reais e quinze centavos).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
42 - 2 . 4101 . 4 . 122 . 1 . 2.10 . 0 . 339030 - Material de Consumo
203 - 3 . 13101 . 10 . 122 . 1 . 2.40 . 0 . 339030 - Material de Consumo
244 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.50 . 0 . 339030 - Material de Consumo
433 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.101 . 0 . 339030 - Material de Consumo
506 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.111 . 0 . 339030 - Material de Consumo
525 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.115 . 0 . 339030 - Material de Consumo
535 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.116 . 0 . 339030 - Material de Consumo

601 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339030 - Material de Consumo
687 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.160 . 0 . 339030 - Material de Consumo
710 - 4 . 14101 . 8 . 244 . 13 . 2.168 . 0 . 339030 - Material de Consumo
785 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.190 . 0 . 339030 - Material de Consumo
818 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.204 . 0 . 339030 - Material de Consumo
853 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 339030 - Material de Consumo
890 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 18/09/2026 à 18/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F76DA6CB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 632/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 632/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 10 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). ESPERIDIãO FRANCISCO CAJE COSTA, Motorista, 02 (duas) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 11 de Agosto de 2026 a 12 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:12AEC917

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 633/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 633/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). ESPERIDIãO FRANCISCO CAJE COSTA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 16 de Agosto de 2026 a 17 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:4F157CAB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 639/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 639/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIA LUCILENE DO NASCIMENTO, Assistente Social, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de Participar do Seminário Estadual sobre a Primeira Infância no SUAS, que tem como objetivo fortalecer a comunicação entre estados e municípios, promovendo o alinhamento das ações, integração entre as equipes e a troca de informações para qualificar a gestão e a oferta dos serviços, no período de 20 de Agosto de 2026 a 21 de Junho de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:14FC0B1A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 640/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 640/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 14 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé ALCIVAN DA SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 15 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:04D8C69C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 641/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 641/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 10 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 10 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:21463612

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 642/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 642/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 12 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 12 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1165D75E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 643/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 643/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 13 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 13 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9F20641D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 644/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 644/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar acompanhante de paciente que se encontra internado, no dia 17 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B0576E3F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 645/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 645/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 18 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de alta, no dia 18 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D160490D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 6462026 - DIÁRIA

Portaria nº 646/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 11 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 11 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8BBF049D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 647/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 647/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 14 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontrava de alta, no dia 14 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1BDA8CD6

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 648/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 648/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 18 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Currais Novos/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 18 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2A1A30EB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 649/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 649/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 20 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 20 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:A850C815

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 650/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 650/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 14 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 16 de Agosto de 2026 a 17 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D3686814

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 651/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 651/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 19 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 19 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:27CB963B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 652/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 652/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 20 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 20 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1B69A745

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 653/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 653/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 19 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). GLEIDSON DE CASTRO FEITOSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 19 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9C3382F9

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 654/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 654/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 21 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA, Motorista, 01 e 1/2 (uma e meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 23 de Agosto de 2026 a 24 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C281FB6C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 656/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 656/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 20 de Agosto de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 20 de Agosto de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:6177EB30

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 096 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 096 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

A PRESENTE PORTARIA ESTABELECE CONCESSÃO FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;
Considerando, as disposições da Lei Municipal 034/1999, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e satisfeita a conclusão dos trâmites administrativos pertinente a concessão de férias;

Considerando, que a concessão do gozo de férias requerido pelo (a) servidor (a) não implica em oneração ou falha na prestação do serviço público em sua lotação;

Considerando, que o Município se reveste de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, observado à oportunidade e conveniência administrativa; o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas demandadas;

Considerando, que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder a servidora **Ana Nunes Maia**, com matrícula no 137313-7, lotada na Secretaria Municipal de Gabinete, suas férias regulamentares.

Art. 2o As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição de 02/05/2025 a 01/05/2026, com o período de gozo de 01/09/2026 a 30/09/2026, devendo retornar as suas atividades funcionais em 01/10/2026**.**

Art. 3o Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento do 1/3 de férias a que o mesmo tem direito.

Art. 4o O (a) servidor (a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.

Art. 5o Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0C3021AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 066/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço
ADJUDICAÇÃO: Por lote
MODO DE DISPUTA: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não.

A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no **dia 01 de setembro de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de Preços para o fornecimento e instalação de vidros, espelhos e películas, além de manutenção de ferragens.**
A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 14 de setembro de 2026, às 14:30 horas (horário de Brasília)**, no site **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 27 de agosto de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:6E5D06CA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 082/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço
ADJUDICAÇÃO: Por item
MODO DE DISPUTA: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim.
- para os itens com valor total até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - Exclusiva para empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- para os itens: 41 e 42 - apuração em cotas de 75% e 25%.

A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no **dia 31 de agosto de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de preços para aquisição gradativa de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Jucurutu/RN.**
A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 11 de setembro de 2026, às 09:00 horas (horário de Brasília)**, no site **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 27 de agosto de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:C5CA14D4

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 ATA DA SESSÃO

Ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 9h, na sede da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão de Contratação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, para apreciação da documentação encaminhada pela empresa: **68.748.451 VICTOR GABRIEL ALVES DE ARAUJO – CNPJ/MF 68.748.451/0001-45,** situada na Rua Benjamin Constant, nº 585, Centro, Jucurutu/RN, visando ao credenciamento para **prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**

Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado aos presentes o objetivo desta reunião, passando-se a análise das documentações apresentada pelos profissionais que apresentaram a documentação exigida em edital, estando as propostas enviadas **CLASSIFICADAS**.

Passando a análise dos documentos de habilitação, identificamos que a empresa: **68.748.451 VICTOR GABRIEL ALVES DE ARAUJO – CNPJ/MF 68.748.451/0001-45** apresentou toda documentação referente à Habilitação Jurídica, estando **HABILITADA.**

Jucurutu/RN, 27 de agosto de 2026.

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:4ACE2118

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 RESULTADO PROVISÓRIO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN**, conforme quadro abaixo:
Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
68.748.451 VICTOR GABRIEL ALVES DE ARAUJO – CNPJ/MF 68.748.451/0001-45	Item 07

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: NÃO HOUVE.

O interessado cujo pedido foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data desta publicação, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Os recursos serão recebidos por meio eletrônico (e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com) e serão dirigidos ao **Prefeito Municipal de Jucurutu/ RN** que, após receber o recurso e a informação da comissão de contratação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão.

O RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO DE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN será publicado na imprensa oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – **FEMURN**, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN,** logo após a análise dos recursos.

Jucurutu/RN, 27 de agosto de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente Da Comissão De Contratação
(Assinado Digitalmente)

MINUTA DO RECURSO

RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA ____

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº ___, por seu representante abaixo qualificado, inscrito(a) no C.P.F. nº _____, em apresentar RECURSO a esta Comissão de Contratação do indeferimento do seu pedido de credenciamento para _____, conforme prazo legal, pelo(s) motivo(s) abaixo justificado(s): _____

Estamos cientes de que o não atendimento das regras e prazos contidos na legislação, no que se refere ao recurso, poderá ensejar na rejeição deste.

_____, _____ de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante da Requerente
NOME E CPF

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:D291EFCF

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – RESULTADO DEFINITIVO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, alcançado após o escoamento do prazo com a ausência de interposição de possíveis recursos administrativos, conforme quadro abaixo:

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
42.268.272 ALISSON CLEMENTE MOURA – CNPJ/MF nº 42.268.272/0001-17	Item 07
68.584.744 EDISON LUCIANO DA SILVA – CNPJ/MF nº 68.584.744/0001-34	Item 07

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

Jucurutu/RN, 27 de agosto de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:7BCBA0F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 130/2026
CREDENCIAMENTO 002/2024 – PROCESSO Nº 18040001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; **CONTRATADO: CAMARA & MELO LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 26.145.936/0001-02; **OBJETO**: Credenciamento

de pessoas jurídicas visando a aquisição gradativa de medicamentos constantes na revista guia da farmácia; **VIGÊNCIA**: O contrato deverá ter vigência de um (01) ano, podendo ser prorrogado sucessivamente, por se tratar de fornecimento contínuo de bens (art. 107 da Lei n° 14.133/2021), respeitada a vigência máxima decenal. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**: Gestão/Unidade: 09.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE; Fontes de Recursos: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual. Programa de Trabalho: 0010 - SAUDE PARA TODOS. Elemento da Despesa: 3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA; 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO; Plano Interno: 2018 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS; 2030 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2048 MANUT. PROG. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. **SUBSCRITORES**: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Cledilson Soares Câmara – Pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 20 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
Código Identificador:8BF35D6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 124/2025 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 24060002/2025 – DISPENSA N° 044/2025

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: TOTALCERT SOLUÇÃO DIGITAL LTDA (CNPJ Nº 57.794.545/0001-34); OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DESTINADOS AOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN, por mais doze (12) meses. VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 21 de agosto de 2026 a 20 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, na forma do artigo 107. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Nathália Lobato de Andrade – Contratado.

Jucurutu/ RN, 20 de agosto de 2026.

*Republicado por incorrreção.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:92577E9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2022 INEXIGIBILIDADE N° 030/2022 – PROC. ADMINIST. N° 24080001/2022

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: CESTA DE PRECOS - SOLUCOES TECNOLOGICAS E CAPACITACOES LTDA (CNPJ n º 26.776.175/0001-89); OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo Nº 126/2022, destinado a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA ANUAL DE USO DO SOFTWARE "SISTEMA CESTA DE PREÇOS"; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo tem por termo inicial o dia 31 de agosto de 2026 e termo final em 30 de agosto de 2027; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Fabyana Rafaella Nogueira Harper Cox – Contratado.

Jucurutu/ RN, 27 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:6F2154A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 018-2024

CREDENCIAMENTO nº 001/2024 – PROC. ADMINIST. MJ/ RN n° 22040001/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
ASSUNTO: **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 018-2024

- **RATIFICO** os atos praticados pela **Comissão de Contratação** deste Município e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

- AUTORIZO que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, art. 79, I e do Decreto Municipal nº 1.421/2024, art. 7º, I, o **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN,** das empresas: **42.268.272 ALISSON CLEMENTE MOURA –** CNPJ/MF nº 42.268.272/0001-17 e **68.584.744 EDISON LUCIANO DA SILVA –** CNPJ/MF nº 68.584.744/0001-34.

Jucurutu/ RN, 27 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:9B822CEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 CONVOCAÇÃO - CREDENCIAMENTO 001/2024

Vimos através deste, CONVOCAR o representante das empresas: **42.268.272 ALISSON CLEMENTE MOURA** – CNPJ/MF nº 42.268.272/0001-17 e **68.584.744 EDISON LUCIANO DA SILVA –** CNPJ/MF nº 68.584.744/0001-34, visando a assinatura do Contrato Administrativo, cujo objeto é: **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS**

SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN.

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato Administrativo.

Jucurutu/RN, 27 de agosto de 2026

Atenciosamente,

ALEXSANDRO EMANOEL BELARMINO PEREIRA
Secretário Municipal Adjunto de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:27E8608E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 284 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 284 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder duas diárias a servidora, **Ana Maria Rodrigues da Silva Medeiros,** Coordenadora do Ensino Fundamental, lotada na *Secretaria Municipal* de Educação e Cultura, matrícula nº 253, **CPF:** ***.240.***-15 e **RG:**1.***.031, que irá a serviço do Município por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a cidade de Natal nos dias 31 de agosto de 2026 e 1º e 02 de setembro de 2026.

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*
JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar do 3º Encontro presencial, do Programa de Formação continuada leitura e escrita na educação infantil – ProLEEI/CNCA, destinados a formadores municipais, de 31 de agosto de 2026 a 02 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 31 de agosto de 2026 a 1º e 02 de setembro de 2026.*

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: duas diárias.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *500,00 (quinhentos reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 27 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:FF30EB42

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 285 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 285 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder duas diárias a servidora, **Luciclelia Tomaz de Araújo,** Coordenadora do Ensino Infantil, lotada na *Secretaria Municipal* de Educação e Cultura, matrícula nº 5287, CPF: ***.550***-85 e RG:1.***.205, que irá a serviço do Município por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a cidade de Natal nos dias 31 de agosto de 2026 e 1º e 02 de setembro de 2026.

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*
JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para participar do 3º Encontro presencial, do Programa de Formação continuada leitura e escrita na educação infantil – ProLEEI/CNCA, destinados a formadores municipais, de 31 de agosto de 2026 a 02 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 31 de agosto de 2026 a 1º e 02 de setembro de 2026.*

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: duas diárias.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*
VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *500,00 (quinhentos reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 27 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:25E085AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 274 DE AGOSTO 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização da rede municipal de ensino do Município de Lagoa D'anta – RN, e dá outras providências.

O EXMO. SENHOR JOÃO PAULO GUEDES LOPES, M.D. PREFEITO CONSTITUCIONAL DE LAGOA D'ANTA/RN, no uso de suas atribuições legais, ex vi, do que dispõe a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a lei nº 284/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação na rede municipal de ensino do município de Lagoa D'anta - RN;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 33.990/2024, que Institui a Política Estadual de Alfabetização de Crianças do estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar a Política Municipal de Alfabetização no município de Lagoa D'anta – RN.

DECRETA:

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída a Política municipal de Alfabetização do município de Lagoa D'anta – RN, que terá como objetivo de acompanhar o ciclo de alfabetização da rede municipal de ensino, e garantir o direito a alfabetização das crianças matriculadas nas escolas da rede pública dos anos iniciais do ensino fundamental, como elemento estruturante e eficaz para a construção de uma trajetória escolar bem sucedida, combatendo o analfabetismo absoluto, aprimorando a qualidade da alfabetização no território campestrense.

II - DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. – São Princípios da Política Municipal de Alfabetização.
I – Integração e cooperação entre os entes federativos, respeitando o disposto no § 1º do art. 211 da constituição, considerando a necessidade de uma contínua interlocução e cooperação mútua, apoiada nas relações de confiança e transparência;
II – Adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação – MEC e da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte – SEEC/RN;
III – Adesão a referenciais curriculares e de políticas públicas exitosas voltadas à alfabetização e ao letramento;
IV – Protagonismo da rede municipal no planejamento e constituição de suas ações em prol do direito à alfabetização de crianças da rede municipal de ensino, com assessoramento técnico e financeiro da união;
V – Ênfase no ensino de componentes essenciais para a alfabetização:
Consciência fonêmica e fonológica;
Fluência em leitura oral;
Desenvolvimento do vocabulário;
Compreensão textual;
Produção autônoma de textos;
Prática social de leitura e de escrita;
Aquisição da estrutura ortográfica e nas notações léxicas.
Alfabetização absoluta e funcional;
Literacia;
Numeracia;
Multiletramentos.
VI – Concepção de educação integral, considerando o educando em suas diferentes dimensões: Intelectual; física; emocional; social e Cultural, em um projeto de educação coletiva que envolva a família, a escola e a sociedade organizada;
VII – A necessidade do enfrentamento das desigualdades educacionais, possibilitando na perspectiva da equidade educacional, a promoção do acesso, da permanência e do sucesso na alfabetização, considerando as diferenças raciais, socioemocionais e de gênero;
VIII – Reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a interrelação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo e cultural da linguagem;
IX – Perspectiva discursiva de alfabetização e suas interrelações com os processos de letramento, o papel das interações, da mediação e da ludicidade nos processos de aprendizagens das crianças e a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita, que envolve múltiplas aprendizagens, como cultura escrita;
X -Igualdade de oportunidades educacionais;
XI – Reconhecimento da prática social como um dos agentes potencializadores do processo de alfabetização;
XII – Valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada para professores alfabetizadores com temáticas específicas.

III - DOS OBJETIVOS

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – Elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;
II – Instituir programas, projetos e ações para fomentar a alfabetização de crianças, considerando as especificidades desse processo na educação infantil e as necessidades de sua consolidação até o segundo ano do ensino fundamental;
III – Contribuir para a consecução do objetivo e metas estabelecidas do plano municipal de educação;
IV – Assegurar o direito a alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do município de Lagoa D'anta – RN;
V – Oportunizar o oferecimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo, entre outras modalidades;
VI – Assegurar a estrutura física e os insumos pedagógicos necessários aos processos de ensino e aprendizagem relacionados a alfabetização de crianças, considerando as adequações à idade, às necessidades específicas de cada estudante e às práticas planejadas pelos profissionais nas instituições de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
VII – Fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, que assegurem a alfabetização, a partir das realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues e multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
VIII – Assegurar na proposta curricular do município de São José do Campestre, os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todos os estudantes;
IX – Implementar processos com estratégias para a identificação, reconhecimento, premiação e divulgação de práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito a alfabetização, desenvolvida por profissionais, escolas da rede municipal que atuam na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental;

X – Aplicar semestralmente avaliação da alfabetização (fluência leitora e escrita) das crianças estudantes, visando a acompanhar e monitorar o desempenho, assim como estimular as escolas a criarem os respectivos planos de intervenção, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do segundo ano do ensino fundamental e;
XI – Implementar ações de alfabetização de jovens, adultos (as) e idoso (as), com garantia de continuidade da escolarização básica.

IV - DAS DIRETRIZES

Art. 5º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de alfabetização.
I – Priorização da alfabetização no primeiro e segundo ano do ensino fundamental;
II – Incentivo as práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, da literacia emergente e da aproximação da cultura escrita na educação infantil;
III – Integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização;
IV – Participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre a comunidade escolar;
V – Enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero;
VI – Reconhecimento do protagonismo do município de Lagoa D'anta na oferta da educação infantil e na oferta dos anos iniciais do ensino fundamental e nos processos de alfabetização;
VII – Valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador;
VIII – Estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio das ações que os interage, à prática cotidiana das famílias, da escola e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária.

V - DO PÚBLICO ALVO

Art. 6º. A Política Municipal de Alfabetização do município de Lagoa D'anta tem por público alvo:
I – Crianças na primeira infância;
II – Estudantes do primeiro e segundo ano do ensino fundamental
III – Estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental;
IV – Estudantes da educação básica regular que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização;
V – Estudantes da educação de jovens e adultos;
VI – Jovens, adultos e idosos sem matrículas no ensino formal e;
VII – estudantes das modalidades especializadas da educação.
Parágrafo único: São beneficiários prioritários da Política Municipal de alfabetização da rede municipal de Lagoa D'anta– RN os grupos que se referem os incisos I e II do caput.
Art. 7º. São Agentes envolvidos na Política Municipal de alfabetização:
I – Professores da educação infantil;
II – Professores atuantes nas turmas de primeiro e segundo ano do ensino fundamental;
III – Professores das diferentes modalidades especializadas de educação;
IV – Demais profissionais da educação básica;
V – Gestores escolares;
VI – Coordenadores Pedagógicos;
VII – Dirigentes da educação municipal;
VIII – Famílias e;
IX – Organizações da sociedade civil lagoadantense.

VI - DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 7º. A Política Municipal de alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I – Orientações curriculares e estabelecimento de metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental;
II – Formação continuada para professores e gestores da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos, voltados para a alfabetização e o letramento por meio de programas de formação para gestores e professores da rede pública municipal de ensino de Lagoa D'anta – RN;
III – Seleção ou produção de materiais didáticos-pedagógicos específicos cientificamente fundamentados para a alfabetização, com promoção de capacitação de professores para o uso desses materiais;
IV – Recuperação/recomposição das aprendizagens para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática;
V – Seleção ou produção de materiais didáticos-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal;
VI – Produção e disseminação de sínteses de evidências cientificas e de boas práticas de alfabetização;
VII – ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática em programas de formação continuada de gestores e professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
VIII – Promoção e implementação de salas de reforço escolar com foco na alfabetização;
IX – Fomentar a criação dos cantinhos de leitura nas turmas do primeiro e segundo anos do ensino fundamental;
X – Implementar e equipar as salas de leituras, em regime de colaboração, em todas as unidades escolares da rede municipal de ensino;
XI – Promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores, por meio de programa de formação para gestores e professores da rede pública municipal, com formação própria ou por meio de parcerias com as instituições de ensino superior em regime de colaboração;
XII – Incentivo a elaboração e a validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;
XIII – Elaboração, organização e aplicação de avaliações externas de larga escala nas turmas do ensino fundamental, com ênfase no primeiro e segundo ano;
XV – Criação do comitê municipal de alfabetização, que deverá ser composta por profissionais com experiência da educação infantil e fundamental anos iniciais e em alfabetização e/ou formação de professores representante dos seguintes segmentos:
Professores alfabetizadores atuantes em turmas de primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental das escolas públicas e/ou privadas;
Professores atuantes nas turmas de pré-escola das instituições públicas e/ou privadas;
Técnicos da secretaria Municipal de educação do município de Lagoa D'anta – RN;
Especialistas em assuntos educacionais com experiências em alfabetização em instituições públicas ou privadas;
Gestores da rede municipal de ensino;
Coordenadores pedagógicos com atuação nas escolas públicas da rede municipal;
Secretário (a) Municipal de educação.
XVI – O comitê municipal de alfabetização atuará conforme regimento próprio e regido por este decreto e com ações alinhadas a secretaria Municipal de Educação;
XVII – Realizar anualmente o seminário Municipal pela Alfabetização do município de Lagoa D'anta – RN, abordando temáticas e propondo atividades que fortaleçam a política de alfabetização.

VII - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 8º. Constituem mecanismo de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I – Monitoramento e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados por meio de instrumentos criados pela comissão Municipal de Alfabetização;
II – Análise e relatórios de acompanhamento emitidos pela comissão municipal de alfabetização;
III – Incentivo a difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao uso nos processos de ensino e de aprendizagem por meio do Sistema de Avaliação e monitoramento da Aprendizagem do município de Lagoa D'anta – RN;

IV – Desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, com priorização na fluência em leitura oral e proficiência em escrita e matemática e;
V – Garantir a prática avaliativa como mecanismo obrigatório com o intuito de avaliar a qualidade da alfabetização das crianças, bem como o alcance das metas previstas no ICA – Índice Criança Alfabetizada.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Compete a secretaria Municipal de Educação de Lagoa D'anta – RN, a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização;
Art. 10º. Compete a Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, acompanhar e monitorar a execução desta Política Municipal de Alfabetização;
Art. 11º. Fica a Política Municipal de Educação como parte integrante ao Sistema Municipal de Ensino;
Art. 12º. Caberá ao conselho Municipal de Educação – CME, no âmbito de suas competências, resolver as questões suscitadas pelo presente decreto;
Art. 13º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa D'anta – RN, em 14 de agosto de 2026.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:0AE8E678

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 065/2026 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA D'ANTA/RN, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago o cargo de Professora, nos termos do Artigo 33, Inciso VI, da Lei Municipal nº 143/1999 (Regime Jurídico), em virtude da aposentaria da Sr.ª **Maria das Neves Rodrigues de Oliveira**, inscrita sob número de CPF/MF ***.060.624-** e Matrícula nº 0002006.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa D'Anta/RN, em 26 de agosto de 2026.

JOÃO PAULO GUEDES LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moniele Gomes Oliveira
Código Identificador:5E5B448B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 - SRP

OBJETO Formação de Registro de Preços para futura aquisição de mobiliários, para atender as demandas da prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN.

Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, e em consonância com a ata publicada, tendo passado*in albis*o prazo para interposição de recurso, ADJUDICO o resultado do processo supramencionado, em favor do seguinte participante: MOVEIS JB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ nº. 02.464.845/0001-63, Arrematante do Lote 01, E ainda, pelo presente termo, HOMOLOGO o certame, por terem sidos cumpridos os tramites legais do processo.

Lagoa de Pedras/RN, 27 de agosto de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:75C50672

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026-SRP

Processo Administrativo 2.365/2026

A Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Iranildo Aciole da Silva, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026, que tem por objeto Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, compreendendo o fornecimento de urna mortuária padrão assistencial, execução de serviços funerários e realização de translado, destinados ao atendimento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda do Município de Lagoa Nova/RN, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, em favor da empresa relacionada a seguir:

MEMORA SANTO ANTONIO SERVICOS E COMERCIO LTDA | CNPJ: 06.538.203/0001-12, saiu vencedora no lote: LOTE ÚNICO; totalizando o valor de R$ 413.850,00 (quatrocentos e treze mil oitocentos e cinquenta reais).

As atas da licitação e demais documentos pertinentes com os respectivos itens, quantidades, valores e fornecedores, encontram-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lagoa Nova/RN, 27 de agosto de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:2A335609

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0406/2026 - GP

Portaria nº 0406/2026 – GP
Lagoa Nova / RN, 26 de agosto de 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL POR TITULAÇÃO À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas na Lei Municipal nº 409/2009, de 29 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SHEILA KATÚCIA ALVES DE MEDEIROS DA SILVA, matrícula nº 224, ocupante do cargo efetivo de Professora, a Mudança de Nível por Titulação, passando do nível PM-2 – Superior para o nível PM-3 – Especialista, mantida a Classe I, nos termos do art. 39 da Lei Municipal nº 409/2009.

Art. 2º Os efeitos decorrentes da mudança de nível observarão as disposições do art. 39, § 3º, da Lei Municipal nº 409/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:0D9A2D0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/25 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1044/2025 *

O Município de Lajes/RN, por intermédio do Pregoeiro Oficial, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Aviso de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 032/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em **13 de novembro de 2025, Edição nº 3667, Código Identificador 890F566F**, em razão de erro material quanto à indicação do critério de julgamento.
ONDE SE LÊ:
"do tipo menor preço por item"
LEIA-SE:
"do tipo menor preço por lote"
Permanecem inalteradas as demais informações constantes da publicação original.

Lajes/RN, 27 de agosto de 2026.

JADSON MEDEIROS DE SANTANA
Pregoeiro Oficial
Portaria nº 353/2025

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:30F6ADB8

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS*

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 032/2025. Processo Administrativo nº 1044/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, INCLUINDO FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS NECESSÁRIAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN.

O Prefeito do Município de Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessar que está convocando os licitantes vencedores do processo licitatório supracitado, as empresas: **FIXA SERVICOS TECNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.482.256/0001-33,** para assinar a Ata de Registros de Preços, na sala de Reunião da Prefeitura Municipal de Lajes/RN ou por e-mail de forma eletrônica. Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro(s) licitante(s) caso haja, conforme a ordem de classificação.

Lajes/RN, 09 de fevereiro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:C19B9C43

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A SENHORA KALYANA MARIA DA SILVA ALVES.

Processo Administrativo n° 02011.000015/2026
Licitação nº 108/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000, Lajes/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **KALYANA MARIA DA SILVA ALVES,** inscrito(a) no CPF sob o nº 670.XXX.XXX-53, sediada na Rua Vereadora Maria Queiroz, nº 2354 – FT AP-2102 Edifício Torre Lisboa, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.062-410.

OBJETO: Locação de imóvel, totalmente mobiliado e climatizado, situado à Rua dos Mandacarus, nº 28, Bairro Alto da Beleza, Lajes/RN, destinado ao funcionamento da sede administrativa integrada das Secretarias Municipais de Planejamento, Finanças e Comunicação, da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município e do setor responsável pelos processos administrativos das Secretarias Municipais, com o objetivo de centralizar as atividades administrativas, otimizar a gestão pública e elevar a eficiência na prestação dos serviços públicos.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 50/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor mensal da locação é de **R$ 14.308,22 (quatorze mil, trezentos e oito reais e vinte e dois centavos)** e o valor total é de **171.698,64 (cento e setenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos)** pelo período de **12 meses**.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
AÇÃO: 2218 – COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
NATUREZA: 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
FONTE: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 01-LAJES/RN

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 27 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 27 de agosto de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

KALYANA MARIA DA SILVA ALVES
CPF: 670.XXX.XXX-53
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:FAC271EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 284, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

REVOGA A PORTARIA Nº 125, DE 28 DE JANEIRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no Processo Administrativo nº **32/2025;**

CONSIDERANDO o disposto no Parecer Jurídico nº**106/2026;**

CONSIDERANDO a Portaria nº 125, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a cessão do servidor público municipal **JOSEILDO SILVESTRE DA SILVA,** ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Lajes/RN, para exercer suas funções junto à Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, com ônus para o cessionário;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor, solicitando a revogação/encerramento da cessão e o consequente retorno ao órgão de origem, por razões de ordem pessoal e acadêmica;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Portaria nº 125, de 28 de janeiro de 2025, estabelece que a cessão poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Município de Lajes/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Fica REVOGADA, a partir de 01 de agosto de 2026, a Portaria nº 125, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a cessão do servidor público municipal J**OSEILDO SILVESTRE DA SILVA,** ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Lajes/RN, matrícula nº 1845/1, para a Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica determinado o retorno do servidor ao órgão de origem, devendo o mesmo apresentar-se à Secretaria Municipal de Educação de Lajes/RN para as providências administrativas pertinentes.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Educação deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria, inclusive quanto à comunicação ao Município de Jucurutu/RN.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 27 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:303F9F76

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 285, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Readapta servidora pública municipal em razão de incapacidade laboral para o exercício de sua função originária e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município,

CONSIDERANDO, o teor do Art. 24, da Lei Complementar nº 001, de 25 de setembro de 1997**,**

RESOLVE:

Art. 1º – READAPTAR a servidora pública **ELISÂNGELA SILVA DA COSTA PALOMBO,** matrícula **nº 0497-1,** ocupante do cargo público de **PROFESSOR 30H II – E,** para exercer a função de **SUPORTE PEDAGÓGICO,** em atividades compatíveis com sua capacidade laboral, observadas as limitações estabelecidas no respectivo laudo médico pericial**.**
Parágrafo único. A readaptação se dá por motivo de incapacidade laboral da servidora, conforme laudo da perícia médica, em razão d**e fibromialgia (CID M79.7) e sequela de traumatismo de membro superior (CID T92),** conforme conclusão médica constante do respectivo laudo pericial**.**

Art. 2º A readaptação de que trata o art. 1º desta Portaria será pelo prazo de **2 (dois) anos,** podendo ser revista ou renovada mediante nova avaliação médico-pericial, observadas as condições de saúde e a capacidade laboral da servidora.

Parágrafo único. O retorno às funções originais dependerá de laudo médico emitido pela junta médica do órgão municipal competente, atestando a recuperação da capacidade laboral para o exercício das atribuições do cargo de origem.

Art. 3º A servidora deverá desempenhar as atribuições inerentes à função de Suporte Pedagógico, desde que compatíveis com as limitações funcionais estabelecidas pela perícia médica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 27 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:753FE681

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 286, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de formalizar a composição do CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor como representantes governamentais e não governamentais, titulares e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - CMI, do Município de Lajes/ RN.

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Titulares:

1. Lucineide Inácio Saldanha – Coord. de Políticas de Segurança Alimentar - SEDEMH

2. Maria Aparecida Martins – Coord. Técnica do Centro de Convivência de Idosos - SEDEMH

3. Andriely Karine de Oliveira Souza – Coord. Téc. do Cadastro Único - SEDEMH

4. Francisco Guilherme da Silva Junior – Gestor Administrativo - SEGC

Suplentes:

1. Maria Margarida Gomes Bandeira – SEDEMH

2. Rafaella Juliana de Souza Alves – SEDEMH

3. Jucyara Mariana Barbosa Soares – SEDEMH

4. Aylla Nayara da Silva Bezerra – Gestor(a) de Departamento Pessoal - SEGOV

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (Não governamentais)

Titulares:

1. Mayara Larissa Porfírio – Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Lajes

2. Francisca Jozete da Silva e Silva – Rede Feminina de Combate ao Câncer de Lajes

3. Shirliey da Silva Medeiros – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras

4. Maximiano Laurentino da Silva – Assembélia de Deus – Ministério Independente

Suplentes:

1. Domingos Felipe Porfírio de Melo – Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Lajes

2. Maria Dalvanira Fernandes – Rede Feminina de Combate ao Câncer de Lajes

3. Adriana Marques da Silva – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras

4. Gerson Anderson Bizinho de Souza – Assembélia de Deus – Ministério Independente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 27 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:A58F0373

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 26080126

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: GM PRISMA JOY PLACA: NNR 4480, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA.

VALOR TOTAL: R$ 2.848,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:90647C54

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 27080326

NOME DO CREDOR: M. L. VALENTIM

CNPJ: 33.145.185/0001-81

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA RG 140B UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA.

VALOR TOTAL: R$ 21.488,37 (VINTE E UM MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).

LUCRÉCIA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:DCD5326D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 27080226

NOME DO CREDOR: M. L. VALENTIM

CNPJ: 33.145.185/0001-81

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS TRATORES PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DA PESCA.

VALOR TOTAL: R$ 29.175,95 (VINTE E NOVE MIL E CENTO E SETENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).

LUCRÉCIA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:141642F6

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO COMUNITÁRIO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 27080126

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: FORD FIESTA 1.6 FLEX ANO/MODELO: 2009/2010, PLACA: NNV 8670, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 3.530,00 (TRÊIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:6771835D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 26080226

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIAT MOBI LIKE ANO/MODELO: 2021-2022, PLACA: RGL1I97 PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:07426DB0

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 26080326

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIAT MOBI LIKE ANO/MODELO: 2021-2022, PLACA: RGJ3B28 PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 280,00 (DUZENTOS E OITENTE REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:09430CBD

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

ADJUDICO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 011/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de realizar o realizar o registro de preços dos serviços de fornecimento de rede de internet para atender as necessidades das secretarias municipais vinculadas a esta prefeitura municipal de Lucrécia, que teve como licitante vencedor total: **J P TARGINO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA – CNPJ: 11.598.572/0001 - 30,** com o valor total de R$ 71.940,00 (Setenta e Um mil, Novecentos e Quarenta Reais).
Lucrécia – RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:539BADDA

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

HOMOLOGO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 011/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de realizar o registro de preços dos serviços de fornecimento de rede de internet para atender as necessidades das secretarias municipais vinculadas a esta prefeitura municipal de Lucrécia, que teve como licitante vencedor total: **J P TARGINO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA – CNPJ: 11.598.572/0001 - 30,** com o valor total de R$ 71.940,00 (Setenta e Um mil, Novecentos e Quarenta Reais).

Lucrécia – RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:42C49D31

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 788/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Cleomar Benigno de Oliveira**, Matrícula 120718-0, ocupante do cargo de **Assessor de Apoio às Ações de Saúde Pública**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à cidade de Mossoró/RN, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2026. O objetivo da viagem é realizar o transporte de pacientes para atendimento médico especializado na Angioped, Clínica Oitava Rosado, Clínica Carline Souza, Hospital da Mulher, Hospital Santa Luzia, Clínica Orthos, Oftalmoclinical e Clínica Odete Rosado, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:D2C10F4B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 789/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Pedro Wemerson Alves Dias**, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Mossoró/RN, nos dias 24, 25, e 26 de agosto de 2026. O objetivo da viagem é transportar pacientes para atendimento médico especializado no Hospital Solidariedade, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:E724ECA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

O Pregoeiro Oficial deste município de Lucrécia/RN, torna público o resultado do referido Pregão Eletrônico nº 011/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de realizar o registro de preços dos serviços de fornecimento de rede de internet para atender as necessidades das secretarias municipais vinculadas a esta prefeitura municipal de Lucrécia, que teve como licitante vencedor total: **J P TARGINO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA – CNPJ: 11.598.572/0001 - 30,** com o valor total de R$ 71.940,00 (Setenta e Um mil, Novecentos e Quarenta Reais).

Lucrécia – RN, 27 de agosto de 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:F947FC1A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 229, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO EXECUTIVO Nº 229, DE 27 DE AGOSTO DE 2026. .

Institui, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Marcelino Vieira/RN, o Programa Municipal de Bolsa para Melhoria da Aprendizagem – PROBEM, destinado ao incentivo de professores alfabetizadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e de professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 73 e seguintes da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o direito à educação e à aprendizagem previsto na Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras;
CONSIDERANDO que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada estabelece como objetivo a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como a recomposição das aprendizagens nos anos iniciais;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações de alfabetização, leitura, escrita e matemática na Rede Municipal de Ensino de Marcelino Vieira/RN;
CONSIDERANDO que o município de Marcelino Vieira apresentou, em 2024, Indicador Criança Alfabetizada de 23%, evidenciando a necessidade de intensificação das políticas municipais de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria dos resultados de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO a importância da valorização dos profissionais da educação e do reconhecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a aprendizagem dos estudantes;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DO PROGRAMA
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN, o Programa Municipal de Bolsa para

Melhoria da Aprendizagem – PROBEM, destinado ao incentivo e ao apoio às ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º O PROBEM tem como objetivos:

I – fortalecer a política municipal de alfabetização;

II – contribuir para que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

III – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais;

IV – melhorar os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;

V – incentivar práticas pedagógicas planejadas, acompanhadas e avaliadas;

VI – valorizar os professores que atuam diretamente na melhoria da aprendizagem;

VII – contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais do Município de Marcelino Vieira/RN.

CAPÍTULO II

DOS PROFESSORES BOLSISTAS

Art. 3º Poderão participar do PROBEM:

I – professores efetivos ou contratados temporariamente da Rede Municipal de Ensino que atuem como professores alfabetizadores nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

II – professores que atuem nos anos iniciais e desenvolvam ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens, conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Educação;

III – professores de Língua Portuguesa que atuem nos anos finais do Ensino Fundamental;

IV – professores de Matemática que atuem nos anos finais do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. A concessão da bolsa estará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira e ao cumprimento das exigências estabelecidas neste Decreto.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DA BOLSA

Art. 4º A Bolsa Municipal para Melhoria da Aprendizagem será concedida mensalmente aos professores selecionados, pelo período definido em edital da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º O valor da bolsa será de R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, observado o limite orçamentário do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante disponibilidade orçamentária e financeira e ato normativo próprio, alterar o valor da bolsa.

Art. 6º A quantidade de bolsas será definida anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, considerando:

I – o número de turmas existentes;

II – o número de professores participantes;

III – as necessidades de aprendizagem identificadas pela rede;

IV – os resultados das avaliações educacionais;

V – a disponibilidade orçamentária e financeira.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 7º A seleção dos professores bolsistas será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, mediante critérios objetivos e simplificados.

Art. 8º Serão considerados os seguintes critérios:

I – estar em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;

II – atuar diretamente com a etapa ou componente curricular contemplado pelo Programa;

III – participar das formações e reuniões pedagógicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;

IV – elaborar e executar as ações pedagógicas previstas no plano de trabalho do Programa;

V – participar das avaliações diagnósticas e de acompanhamento da aprendizagem;

VI – apresentar os registros pedagógicos solicitados pela Secretaria Municipal de Educação;

VII – demonstrar compromisso com a frequência e a aprendizagem dos estudantes.

§ 1º Para os professores alfabetizadores, será considerado prioritariamente o avanço dos estudantes em leitura, escrita e matemática, especialmente nos 1º e 2º anos.

§ 2º Para os professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais, serão considerados os avanços dos estudantes nas avaliações diagnósticas, avaliações municipais e avaliações externas, especialmente aquelas relacionadas ao SAEB.

§ 3º A avaliação do professor não será baseada exclusivamente na nota final dos estudantes, devendo ser considerado o avanço da aprendizagem em relação ao diagnóstico inicial.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação realizará o acompanhamento dos resultados do Programa por meio de:

I – avaliações diagnósticas;

II – avaliações de acompanhamento;

III – registros pedagógicos;

IV – participação dos estudantes nas avaliações externas;

V – resultados do Indicador Criança Alfabetizada;

VI – resultados do SAEB e de outros sistemas oficiais de avaliação;

VII – outros indicadores educacionais definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. Para os professores alfabetizadores, o principal indicador de acompanhamento será o avanço da aprendizagem dos estudantes em leitura, escrita e matemática, com atenção especial ao percentual de crianças alfabetizadas até o final do 2º ano.

Parágrafo único. O Município utilizará o resultado de 23% registrado no Indicador Criança Alfabetizada de 2024 para Marcelino Vieira/RN como referência inicial para o planejamento das ações de melhoria, buscando evolução progressiva dos resultados nos anos subsequentes.

Art. 11. Para os professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais, serão considerados, de forma articulada:

I – resultados das avaliações diagnósticas municipais;

II – evolução dos estudantes durante o ano letivo;

III – resultados das avaliações externas disponíveis;

IV – participação dos estudantes nas avaliações;

V – desenvolvimento das ações previstas no plano pedagógico do Programa.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DOS BOLSISTAS

Art. 12. São obrigações dos professores bolsistas:

I – participar das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;

II – desenvolver as ações pedagógicas previstas no Programa;

III – realizar avaliações diagnósticas e de acompanhamento;

IV – registrar os resultados da aprendizagem dos estudantes;

V – participar das reuniões de acompanhamento pedagógico;

VI – colaborar com as ações de recomposição das aprendizagens;

VII – apresentar, quando solicitado, relatórios e registros das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO VII

DA MANUTENÇÃO E SUSPENSÃO DA BOLSA

Art. 13. A bolsa será mantida enquanto o professor cumprir as obrigações previstas neste Decreto e no Termo de Compromisso.

Art. 14. O pagamento da bolsa poderá ser suspenso ou cancelado quando o professor:

I – deixar de exercer a função que deu origem à bolsa;

II – deixar de cumprir as atividades previstas no Programa;

III – deixar de participar injustificadamente das formações e reuniões;

IV – deixar de apresentar os registros necessários ao acompanhamento;

V – apresentar informações falsas ou documentos irregulares.

Parágrafo único. Será assegurado ao professor o direito à manifestação e à defesa antes do cancelamento definitivo da bolsa.

CAPÍTULO VIII

DA GESTÃO DO PROGRAMA

Art. 15. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar o PROBEM;

II – publicar os editais e atos necessários à seleção dos bolsistas;

III – definir anualmente o número de bolsas;

IV – acompanhar a execução das ações pedagógicas;

V – monitorar os resultados de aprendizagem;

VI – promover formações para os professores participantes;

VII – elaborar relatório anual dos resultados do Programa.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação poderá constituir comissão responsável pelo acompanhamento e avaliação do Programa.

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS

Art. 17. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, observadas a disponibilidade financeira, a legislação orçamentária e as normas de responsabilidade fiscal.
Art. 18. A bolsa possui caráter de auxílio vinculado às atividades previstas no PROBEM e não constitui remuneração, gratificação ou vantagem permanente, não se incorporando aos vencimentos do servidor para qualquer efeito.
CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação expedirá os atos necessários à execução deste Decreto, especialmente quanto:
I – ao número de bolsas;
II – ao período de concessão;
III – ao processo de seleção;
IV – ao plano de trabalho;
V – aos instrumentos de acompanhamento da aprendizagem.
Art. 20. A concessão das bolsas ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo professor selecionado.
Art. 21. O Programa será avaliado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, podendo seus critérios ser aperfeiçoados de acordo com os resultados educacionais da Rede Municipal de Ensino.
Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Marcelino Vieira-RN, 27 de agosto de 2026

HIMDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:C3F28066

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 230, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO EXECUTIVO Nº 230, DE 27 DE AGOSTO DE 2026. .

Institui o Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CEMC) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 73 e seguintes da Lei Orgânica do Município,
Considerando a adesão do Município de Marcelino Vieira/RN ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023,
D E C R E T A:
Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CEMC), de caráter consultivo e de assessoramento, para subsidiar a Secretaria Municipal de Educação na realização das ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).
Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Educação a implantação no território de Marcelino Vieira, sob a coordenação estratégica da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC em articulação com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, das políticas, dos programas e das ações decorrentes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

Art. 3º Ao CEMC compete:
I - apreciar e aprovar a Política de Alfabetização do Território de Marcelino Vieira;
II - apreciar relatórios referentes ao monitoramento da implementação de políticas, programas e ações no âmbito do CNCA, emitindo, quando necessário, recomendações para o seu respectivo aperfeiçoamento; e

III - sistematizar dados para subsidiar as tomadas de decisões da Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC).
Art. 4º O CEMC será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:
I- Secretária Municipal de Educação
II - Articuladora Municipal do CNCA
III- Formadora Municipal da Educação Infantil do PróLEEI
IV -Formadoras Municipal do Pró-Alfa
V – Representante da Educação Infantil
VI – Representante das Escolas dos Anos Iniciais
VII - Representante do Conselho Municipal de Educação
VIII- Representante da Gestão Escolar
§ 1º A Secretária Municipal de Educação será o Coordenador do Comitê.
§ 2º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 3º Os membros do CEMC e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares do órgão ou da entidade que representam e serão designados por ato da Secretária Municipal de Educação.
Art. 5º O CEMC reunir-se-á, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do respectivo Coordenador.
§ 1º O quórum necessário para a realização de reunião do CEMC é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.
§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador do CEMC terá o voto de qualidade.
§ 3º O Coordenador do CEMC poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.
Art. 6º A participação no CEMC será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada, cabendo à Secretaria Municipal de Educação, envidar os esforços necessários ao pleno funcionamento do Comitê.
Art. 7º O Comitê deverá elaborar seu concernente Regimento Interno, definindo as atribuições que lhe competem, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação deste Decreto, o qual será aprovado por ato da Secretária Munucipal de Educação.
Art. 9º. As deliberações do CEMC serão emitidas por meio de atos formais e sua divulgação será providenciada pelos respectivos membros no âmbito da rede municipal de ensino.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o término do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

Marcelino Vieira-RN, 27 de agosto de 2026

HIMDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:6964A98B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 219/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 219/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias de servidor e dá outras providencias.

Art.1º - Conceder ao Sr. Leonardo Róssulo de Oliveira Pontes, Motorista deste Município, para suprir as despesas das viagens que aconteceu durante o mês de agosto de 2026, que se deslocou para transporte de pacientes em Natal/RN, 06 (seis) diárias, com o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), e 06 (seis) diárias para Mossoró/RN com o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando no Geral R$ 900,00 (novecentos reais), o deslocamento em referência, tem por objetivo de transportar pacientes para tratamento de saúde nas referidas cidades acima citadas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 27 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:95F204EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 220/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 220/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias de servidor e dá outras providencias.

Art.1º - Conceder ao Sr. Marcos Antonio Azaias neto, Motorista deste Município, para suprir as despesas das viagens que aconteceu durante o mês de agosto de 2026, que se deslocou para transporte de pacientes em Mossoró/RN, 03 (três) diárias, com o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), 02 (duas) diárias para Fortaleza/CE com o valor de R$ 200,00 (duzentos reais), e 03 (três) diária para Natal/RN com o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando no Geral R$ 650,00(seiscentos e cinquenta reais), o deslocamento em referência, tem por objetivo de transportar pacientes para tratamento de saúde nas referidas cidades acima citadas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 27 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:F56BA2C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 221/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 221/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias de servidor e dá outras providencias.

Art.1º - Conceder ao Sr. José Carivaldo de Oliveira, Motorista deste Município, para suprir as despesas das viagens que aconteceu durante o mês de agosto de 2026, que se deslocou para transporte de pacientes em Mossoró/RN, 15 (quinze) diárias, com o valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), e 04 (quatro) diárias para Natal com o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) totalizando no Geral R$ 1.150,00 (mil centro e cinquenta reais), o deslocamento em referência, tem por objetivo de transportar pacientes para tratamento de saúde nas referida cidades acima citadas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 27 de julho de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:18D521F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 222/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 222/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias de servidor e dá outras providencias.

Art.1º - Conceder ao Sr. Antonio Carlos Queiroz, Motorista deste Município, para suprir as despesas das viagens que aconteceu nos dias 03, 08, e 13 de agosto de 2026, que se deslocou para transporte de pacientes em Natal/RN, 03 (três) diárias, com o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), e 04 (quatro) diárias para Mossoró/RN nos dias 17, 18, 24 e 25 de agosto de 2026 com o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) totalizando no Geral R$ 500,00 (quinhentos reais), o deslocamento em referência, tem por objetivo de transportar pacientes para tratamento de saúde nas referidas cidades acima citadas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 27 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:E2A1073D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 223/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 223/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder ao Sr.Jean Lincoln Lopes Alves Rocha, secretário Adjunto da secretaria de Saúde do Município de Marcelino Vieira para empreender viagem a cidade de Natal-RN, que acontecerá no dia 28 de Agosto de 2026, afim de participar do 3° Seminário de Políticas Públicas Saúde Mental (1/2) meia diária no valor de 175,00 (cento e setenta e cinco reais)

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário
Registre-se; Publique-se; e cumpra-se.

Marcelino Vieira/RN, em 27 de Agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:4D417F0E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 030/2026
Nº PROC. ADM. 2408004/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 030/2026
Nº PROC. ADM. 2408004/2026

A prefeitura Municipal de MARTINS/RN torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor GABRIEL CAMPOS AMORIM e tendo como autoridade PAULO CESAR GALDINO.

OBJETO DO PROCESSO: Aquisição de 01 (uma) Van Adaptada para Transporte Sanitário Eletivo e 01 (uma) Ambulância Tipo A – Remoção Simples, destinadas ao fortalecimento da estrutura de

transporte sanitário da Secretaria Municipal de Saúde, visando assegurar o deslocamento seguro, acessível e eficiente dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS para realização de consultas, exames, tratamentos e demais procedimentos assistenciais, com recursos provenientes de Emendas Parlamentares, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência
Para demais informações contato via e-mail: compras@martins.rn.gov.br ou acesso pelo link:www.bnc.org.br ou www.martins.rn.gov.br.
FIM REC. PROPOSTA: 10/09/2026 ás 08:00 horas
INÍCIO DISPUTA: 10/09/2026 09:00 horas
TIPO DE LANCE: Por Item
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

MARTINS-RN - 27/08/2026

GABRIEL CAMPOS AMORIM
Pregoeiro

Publicado por:
Gabriel Campos Amorim
Código Identificador:AA14158E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 031/2026
Nº PROC. ADM. 2408003/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 031/2026
Nº PROC. ADM. 2408003/2026

A prefeitura Municipal de MARTINS/RN torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor GABRIEL CAMPOS AMORIM e tendo como autoridade PAULO CESAR GALDINO.

OBJETO DO PROCESSO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, insumos e prestação de serviços técnicos necessários à execução do Projeto "Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental no Município de Martins/RN", conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.; Tipo
Para demais informações contato via e-mail: compras@martins.rn.gov.br ou acesso pelo link:www.bnc.org.br ou www.martins.rn.gov.br.

FIM REC. PROPOSTA: 10/09/2026 ás 08:00 horas
INÍCIO DISPUTA: 10/09/2026 10:00 horas
TIPO DE LANCE: Por Item
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

MARTINS-RN - 27/08/2026

GABRIEL CAMPOS AMORIM
Pregoeiro

Publicado por:
Gabriel Campos Amorim
Código Identificador:072DC041

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 1129/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1129/2026

Dispõe sobre a instituição e a regulamentação do Programa de Recuperação Fiscal do município de Maxaranguape – RN, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
A SENHORA MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art.1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal dos créditos tributários do Município de Maxaranguape, consistente na concessão de descontos nos valores de juros, multas e demais acréscimos legais, para o pagamento dos débitos com fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2026, relativos aos seguintes tributos:

I – Imposto Predial Urbano;
II – Imposto Territorial Urbano;
III – Imposto Sobre Serviços;
IV – Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter Vivos;
V – Taxas

Parágrafo único. O prazo de adesão ao parcelamento ocorrerá da data da publicação desta Lei até 22 de dezembro de 2026, mediante requerimento a ser preenchido na Secretaria de Gestão Tributária Municipal.

Art. 2º. O programa abrange todos os débitos da Fazenda Pública Municipal, elencados no parágrafo 1º em fase de cobrança administrativa, na forma e com os descontos previstos neste Decreto.

§1º. O sujeito passivo poderá, a seu critério, definir quais créditos tributários serão incluídos no programa de parcelamento.

Art. 3º. No caso de adesão ao programa por meio de parcelamento, as parcelas, mensais e sucessivas, serão reajustadas de acordo com a taxa referencial a SELIC, calculada a partir do mês subsequente à homologação do parcelamento, devendo ser observado os valores mínimos de parcela:

I – R$ 30,00 (trinta reais) para pessoas físicas e Microempreendedores Individuais, no caso de parcelamento dos débitos de IPTU ou ISS;

II – R$ 100,00 (cem reais) para as demais pessoas jurídicas, no caso de parcelamento de IPTU e ISS;

III – R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), nos casos de parcelamento de créditos de ITIV.

Parágrafo único. No caso do recolhimento de parcela em atraso, o valor desta será acrescido de multa de mora de 0,33% (zero vírgula trinta e três porcento) diários, até o limite de 4% (quatro porcento)

Art. 4º. A consolidação ao Programa ocorre no momento de pagamento da primeira parcela pelo contribuinte.

§1º. A formalização da adesão implica em confissão irrevogável e irretratável dos respectivos créditos tributários, ficando condicionada à desistência de eventuais ações, exceções ou embargos tributários, com renúncia ao direito em que se firmam.

§2º. Não sendo deferido pelo Secretário de Gestão Tributária Municipal a adesão ao respectivo programa, por ausência de cumprimento pelo contribuinte dos pressupostos legais, será o interessado devidamente comunicado de tal ato.

Art. 5º. Devidamente formalizada a adesão a este parcelamento, os créditos tributários poderão ser quitados da seguinte forma:

I – com redução de 95% (noventa e cinco porcento) das multas, juros e demais acréscimos legais, para o pagamento integral e à vista;

II – com redução de 75% (setenta e cinco porcento) das multas, juros e demais acréscimos legais, para o pagamento em 2 a 4 parcelas

III – com redução de 55% (cinquenta e cinco porcento) das multas, juros e demais acréscimos legais, para o pagamento em 5 a 8 parcelas.

IV – com redução de 35% (trinta e cinco porcento) das multas, juros e demais acréscimos legais, para o pagamento em 9 a 15 parcelas.

Art. 6º. O parcelamento de que trata esta lei não abrange o crédito fiscal oriundo de imposto devido por sujeito passivo optante do Simples Nacional, na forma do art. 13 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 7º. A expedição de alvarás ou formal de partilha, transferência da titularidade, bem como a escrituração de imóveis, fica condicionada à quitação integral do parcelamento de ITIV.

Art. 8º. O parcelamento firmado com base nessa Lei fica automaticamente extinto, perdendo o sujeito passivo direito aos benefícios do programa relativamente ao saldo devedor remanescente, se, após a assinatura do acordo e durante sua vigência ocorrer:

I – Ausência do pagamento de parcela, por mais de 30 (trinta) dias, a contar da data do respectivo vencimento.

II – Ausência de pagamento em dia dos tributos vincendos.

III – Ausência do pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas.

§1º. O disposto nesta Lei não confere ao sujeito passivo beneficiado qualquer direito à restituição ou compensação das importâncias já pagas, ou que não esteja em dia com os impostos já vencidos no ano de 2026;

§2º. Extinto o parcelamento por um dos atos previstos nos incisos deste artigo, fica o contribuinte impedido de realizar nova adesão a este parcelamento, para os créditos já parcelados nos termos desta Lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Maxaranguape/RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:286D47DA

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 1130/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1130/2026

Dispõe sobre a criação da unidade orçamentárias do fundo municipal de assistência social (FMAS) e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
A SENHORA MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Maxaranguape para o período de 2026, instituído pela Lei Municipal nº 1096, de 22 de dezembro de 2025, na forma e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º Fica criada a Unidade Orçamentária FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) conforme discriminado nesta Lei. As ações anteriormente atribuídas à unidade orçamentária Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), em razão das exigências do FNAS, serão remanejadas por meio de decreto, juntamente com seus respectivos saldos orçamentários, não havendo aumento de saldo nas unidades criadas.

Art. 3º - A fonte de recursos destinada ao crédito mencionado no artigo anterior é originada pela anulação, em valor equivalente, das dotações orçamentárias especificadas.

Art. 4º - Esta lei fica automaticamente incorporada aos instrumentos de planejamento e orçamento do Município, especialmente:

I. à Lei Municipal nº 1090, de 18 de novembro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA 2026-2029;
II. à Lei Municipal nº 1081, de 09 de julho de 2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2026;
III. à Lei Municipal nº 1096, de 22 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2026;
IV. do Decreto Municipal nº 002, de 09 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD;
V. do Decreto Municipal nº 003, de 09 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2026.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maxaranguape/RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:BC8E9694

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 088/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026
Processo Administrativo n° 088/2026

Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Geral em Licitações deste Município, como também a informação da SEFOP - Secretaria Municipal de Finanças, Orçamento e Planejamento, onde assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o suporte da despesa aqui tratada, destinada à **Contratação direta de concessionária autorizada Volkswagen, para realização das revisões programadas, incluindo os serviços de mão de obra e peças necessárias, do veículo do tipo SAVEIRO/AMBULÂNCIA com a placa TSY4E37, visando a preservação da garantia técnica dos veículos.AUTORIZO e RATIFICO**a Dispensa de Licitação para a contratação da empresa:**NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA,**inscrito(a) no**CNPJ**sob o**nº04.770.238/0001-57**, sediado na AV. Prudente de Morais, 4910, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59.063-200, com valor global estimado de R$ 3.735,45 (três mil setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), tendo como Diploma Legal o art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21,**DETERMINO**a publicação da presente Ratificação no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Maxaranguape/RN, 28 de agosto de 2026

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:1C80ACA5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

A Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, por meio do Setor de Licitações e Contratos torna público que acontecerá no dia **10/09/2026 às 09:00**horas, Licitação Pública na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026**, com critério de julgamento ***MENOR PREÇO POR AGRUPAMENTO DE ITENS "LOTE",*** nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, para o **Registro de preço para a eventual e futura aquisição de materiais de expediente, destinados ao atendimento das ações e demandas das Secretarias do Município de Montanhas RN**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com.

Montanhas/RN, 27 de agosto de 2026.

TASSIO PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:D05BF581

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 112/2025

ERRATA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 112/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN**.**
CNPJ: 08.354.383/0001-08**.**
CONTRATADO: INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – ISSERN
CNPJ: 10.335.101/0001-77

Considerando a necessidade de atendimento à administração do município de Montanhas/RN, com o objeto licitado: seleção de entidade Organização da Sociedade Civil — OSC, para celebração de termo de colaboração para gestão as atividades da Secretaria municipal de Desenvolvimento Social, Habilitação, Trabalho e Lazer, sob a égide da Lei Federal N°: 13.019/2014 e suas alterações na Lei Federal N°. 13.204/2015.

Resolve:
RETIFICAR o número do contrato (Termo de Colaboração) celebrado com o **INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – ISSERN CNPJ:** 10.335.101/0001-77 sem prejuízos circunstanciais e jurídicos para esta edilidade que **onde se lê** "108/2025" **lêa-se** "112/2025". O número mencionado representa a correção da ordem sequencial dos contratados firmados pela administração mantendo-se as demais clausulas do mesmo, o texto retificado nada mais é do que um mero erro formal, tendo em vista o processo como um todo.

Montanhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:1E85914D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 113/2025

ERRATA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 113/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN**.**
CNPJ: 08.354.383/0001-08**.**
CONTRATADO: INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – ISSERN
CNPJ: 10.335.101/0001-77

Considerando a necessidade de atendimento à administração do município de Montanhas/RN, com o objeto licitado: seleção de entidade Organização da Sociedade Civil — OSC, para celebração de termo de colaboração para gestão em serviços da saúde básica e de alta complexidade no município de Montanhas, sob a égide da Lei Federal N°: 13.019/2014 e suas alterações na Lei Federal N°. 13.204/2015.

Resolve:
RETIFICAR o número do contrato (Termo de Colaboração) celebrado com o **INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – ISSERN CNPJ:** 10.335.101/0001-77 sem prejuízos circunstanciais e jurídicos para esta edilidade que **onde se lê** "109/2025" **lêa-se** "113/2025". O número mencionado representa a correção da ordem sequencial dos contratados firmados pela administração mantendo-se as demais clausulas do mesmo, o texto retificado nada mais é do que um mero erro formal, tendo em vista o processo como um todo.

Montanhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:EC753E1D

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E ACESSÓRIOS SIMILARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após negociação direta com o Pregoeiro, foram conseguidos valores de acordo com a prática do mercado.

Considerando, que encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, constatamos o atendimento a todos os ditames editalícios pela(s) a(s) empresa(s) vencedora(s).

Considerando, finalmente o que preconiza o artigo 71, inciso IV da Lei Nº 14.133/2021.

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto e HOMOLOGAR a licitação "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026", em favor das empresas:

JOSE BEZERRA GUEDES – AUTO PEÇAS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.725.936/0001-33, vencedora dos LOTES 1 e 2, nos valores de R$ 119.848,90 (cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa centavos) e R$ 229.556,20 (duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos), respectivamente;

e PAULO R PEREIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.131.838/0001-80, vencedora dos LOTES 3 e 4, nos valores de R$ 72.225,00 (setenta e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais) e R$ 8.864,96 (oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), respectivamente.

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 430.495,06 (quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e seis centavos).

Assim CONVOQUE-SE as empresas acima adjudicada para a assinatura das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos do edital de licitação do processo em epígrafe.

Registre-se, publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Montanhas/RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

"Torna-se sem efeito os atos de adjudicação e homologação publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 21/08/2026, Edição 3861."

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:72B90190

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 127/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. CONTRATADA: BR GERADORES E SERVICOS EIRELI.- CNPJ: 11.478.304/0001-85. OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA EVENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN.. DO VALOR ALTERADO: R$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais). DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permaneceminalterado pelo presente Termo Aditivo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124 I "b" da Lei Federal 14.133/2021. e suas alterações posteriores.

Monte Alegre/RN, 24 de agosto de 2026.

ANDRE RODRIGUES DA SILVA-
Prefeito Municipal - Contratante e

BRUNO RANYERE E SILVA RODRIGUES
P/Contratada.

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:6052B892

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 019/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, FILTROS, LUBRIFICANTES E OUTROS COMPONENTES, COM A RESPECTIVA SUBSTITUIÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE INTEGRAM A FROTA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, torna público que realizará no dia 15 de setembro de 2026, às 09h00, licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/?a=18&b=18&t=filtrar-licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br,

Nísia Floresta/RN, 27 de agosto de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:3BD55AAF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
DECRETO Nº. 035/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 035/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETA LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO SR. JOAQUIM NUNES SOBRINHO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento do Senhor JOAQUIM NUNES SOBRINHO, ocorrido nesta quarta-feira, 26 de agosto de 2026**;**

CONSIDERANDO que o Senhor Joaquim Nunes Sobrinho prestou serviços ao Município de Olho d'Água do Borges, contribuindo, durante o período em que exerceu suas atividades, com a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o sentimento de pesar que envolve a comunidade municipal diante de tão lamentável perda;

CONSIDERANDO o dever do Poder Público de manifestar solidariedade aos familiares e prestar justa homenagem à memória daqueles que contribuíram com o Município;

DECRETA:

Art. 01º – Fica decretado LUTO OFICIAL por 3 (três) dias, a contar de 27 de agosto de 2026, em todo o território do Município de Olho d'Água do Borges, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Nunes Sobrinho.

Art. 02º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:E8474C22

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 005/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2024
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2024
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 014/2024.

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO - OURO BRANCOPREV;

CONTRATADO: PROXXIMA TELECOMUNICAÇÕES S.A, inscrito no CNPJ 40.120.343/0001-04;

OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo oriundo do processo em referência;

VIGÊNCIA: termo inicial dia 31 de julho de 2026 e termo final em 30 de junho de 2027;

SUBSCRITORES: Luanna Elizia Dantas dos Santos Silva – pela Contratante e PROXXIMA TELECOMUNICAÇÕES S.A – Contratado.

Ouro Branco/ RN, 26 de junho de 2026.

LUANNA ELIZIA DANTAS DOS SANTOS SILVA
Presidente do Ouro Branco PREV
Portaria nº 058/2021.

Publicado por:
Luanna Elizia Dantas Dos Santos Silva de Azevedo
Código Identificador:63E67470

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03040/26 - CE 05/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraná/RN; CONTRATADO: Avanty Construções Serviços e Logistica Ltda, Pessoa Jurídica Inscrita no CNPJ sob o nº 27.105.762/0001-09. Objeto: Aditiva para mais R$ 28.916,18 (vinte e oito mil, novecentos e dezesseis reais e dezoito centavos) o valor do contrato original de Prestação de Serviços com fornecimento de materiais na execução de Obra de construção do pórtico da entrada desta Cidade de Paraná–RN. Aditamento de Valor; R$ 28.916,18.

Paraná/RN, 24 de agosto de 2026

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE –
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:4D15A1DE

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03100/25 - CE 03/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraná/RN; CONTRATADO: A. R. Construções e Serviços Ltda, Pessoa Jurídica Inscrita no CNPJ sob o nº 15.258.710/0001-93. Objeto: Prorroga por mas 90 (noventa) dias a vigência do contrato original de Prestação de Serviços com fornecimento de materiais na execução de obra de revitalização da praça José Gomes na Vila Caiçara neste Município de Paraná–RN. Aditamento de Prazo; 05/06/26 até 05/09/26.
Paraná/RN, 05 de junho de 2026

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE –
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:7477D81C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Paraú/RN, inscrita no CNPJ nº 08.084.691/0001-60.
CREDENCIADA: SAMARA BARBOSA ARAÚJO, Leiloeira Oficial, inscrita no CPF nº 064.880.464-03, matrícula nº 017/2025 perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN.
OBJETO: Credenciamento de Leiloeiro Oficial para prestação de serviços especializados destinados à preparação, organização, divulgação e realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Paraú/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024, legislação regulamentadora da profissão de Leiloeiro Oficial, Edital do Chamamento Público para Credenciamento Eletrônico nº 003/2026 e demais normas aplicáveis.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observadas as condições previstas no Termo de Credenciamento.
REMUNERAÇÃO: A Credenciada será remunerada exclusivamente mediante comissão paga diretamente pelo arrematante, não havendo qualquer pagamento ou contraprestação financeira por parte do Município de Paraú/RN.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: O Termo de Credenciamento não gera despesas diretas para o Município, não havendo empenho, liquidação ou pagamento decorrentes do instrumento.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

Paraú/RN, 25 de agosto de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal
Credenciante

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:68ED3C4B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Paraú/RN, inscrita no CNPJ nº 08.084.691/0001-60.
CREDENCIADO: ERICK LUIZ NEVES DA CÂMARA, Leiloeiro Oficial, inscrito no CPF nº 000.601.954-44, matrícula nº 060/2009 perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN.
OBJETO: Credenciamento de Leiloeiro Oficial para prestação de serviços especializados destinados à preparação, organização, divulgação e realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Paraú/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024, legislação que regulamenta a profissão de Leiloeiro Oficial, Edital de Chamamento Público, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Gerenciamento de Riscos e demais normas aplicáveis.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, observadas as hipóteses e condições previstas no Termo de Credenciamento.
REMUNERAÇÃO: O Credenciado será remunerado exclusivamente mediante comissão paga diretamente pelo arrematante, não cabendo ao Município qualquer pagamento ao Leiloeiro Oficial.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: O presente Termo não gera despesas diretas para o Município de Paraú/RN, inexistindo empenho, liquidação ou pagamento decorrentes do instrumento.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

Paraú/RN, 25 de agosto de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal
Credenciante

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:A46F11B4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070701/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Paraú/RN, inscrita no CNPJ nº 08.084.691/0001-60.
CREDENCIADO: FRANCISCO DOEGE ESTEVES FILHO, Leiloeiro Público Oficial, inscrito no CPF nº 038.913.324-83, matrícula nº 024/11 perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN.
OBJETO: Credenciamento de Leiloeiro Oficial para prestação de serviços especializados destinados à preparação, organização, divulgação e realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Paraú/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.878/2024, legislação que regulamenta a profissão de Leiloeiro Oficial, Edital de Chamamento Público, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Gerenciamento de Riscos e demais normas aplicáveis.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, observadas as hipóteses e condições previstas no Termo de Credenciamento.
REMUNERAÇÃO: O Credenciado será remunerado exclusivamente mediante comissão paga diretamente pelo arrematante, não cabendo ao Município qualquer pagamento ao Leiloeiro Oficial.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: O presente Termo não gera despesas diretas para o Município de Paraú/RN, inexistindo empenho, liquidação ou pagamento decorrentes do instrumento.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

Paraú/RN, 25 de agosto de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal
Credenciante

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:A22E82FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 98/2024
PROCESSO N° 4.317/2024 INEXIGIBILIDADE 49/2024

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 98/2024

PROCESSO N° 4.317/2024
INEXIGIBILIDADE 49/2024

CONTRATADA: **DEISE BARROS DE SOUSA.**
CPF: 012. ***. ***-00.
OBJETO: Alterar a prorrogação de prazo do contrato administrativo 98/2024, referente a inexigibilidade 49/2024, objetivado por **"ALUGUEL DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO"** nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021.

DA ALTERAÇÃO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a revisão do prazo contratual em 180 dias, com fundamento no artigo 57, parágrafos 1°, inciso IV e 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em razão da superveniência da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, que extinguiu a contribuição social instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

ASSINATURA: 10/08/2026**.**
VIGÊNCIA: 10/08/2026 a 10/02/2027.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:F0DE3A80

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PLUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO Nº1

PORTARIA Nº 11/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): Wanielle Patrícia dos Santos Alves
CPF/DI 090.619.384-22
CARGO: Oficineira
LOTAÇÃO: CAPS
OBJETIVO DA VIAGEM: : participar do "Seminário Observatório de Políticas Públicas de Saúde Mental" Adquirir conhecimentos para melhorias no serviço da nossa instituição..
DESTINO: NATAL/RN.
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 28 de Agosto de 2026

QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas -RN, 27 de Agosto de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:74950413

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PLUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO Nº2

PORTARIA Nº 12/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): Érica Cristina Souza da Anunciação			
CPF/DI: 113.223.114-04			
CARGO: Recepcionista			
LOTAÇÃO: CAPS			
OBJETIVO DA VIAGEM: participar do "Seminário Observatório de Políticas Públicas de Saúde Mental" Adquirir conhecimentos para melhorias no serviço da nossa instituição.			
DESTINO: NATAL/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 28 de Agosto de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas -RN, 27 de Agosto de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:15663C4C

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PLUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO Nº3

PORTARIA Nº 13/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): Ana Gabriela Silva Araújo			
MATRÍCULA: 1222244			
CPF/DI: 706.387.234-69			
CARGO: Enfermeira			
LOTAÇÃO: CAPS			
OBJETIVO DA VIAGEM participar do "Seminário Observatório de Políticas Públicas de Saúde Mental" Adquirir conhecimentos para melhorias no serviço da nossa instituição			
DESTINO: NATAL/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 28 de Agosto de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas -RN, 27 de Agosto de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:EE4E2681

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PLUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO Nº4

PORTARIA Nº 14/2026

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): Angêla Dantas Araujo de Souza			
CPF/DI: 055.606.514.-00			
CARGO: Assistente Administrativo			
LOTAÇÃO: CAPS			
OBJETIVO DA VIAGEM: participar do "Seminário Observatório de Políticas Públicas de Saúde Mental" Adquirir conhecimentos para melhorias no serviço da nossa instituição.			
DESTINO: NATAL/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 28 de Agosto de 2026			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas -RN, 27 de Agosto de 2026. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÍCERA PATRÍCIA GAMBARRA DANTAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Paulo Emanoel de Azevedo Souza Araújo
Código Identificador:E1AB7C58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.°279/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO. CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO

PORTARIA n.°279/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO requerimento n.°40615/2026 apresentado pelo servidor (a), ANTONIO ZACARIAS DE ARAUJO matrícula n.°1005200 lotado na Secretaria Municipal de Agricultura no cargo de PEDREIRO.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) ANTONIO ZACARIAS DE ARAUJO matrícula n.°1005200 o gozo de férias no período de 1/9/2026 A 30/9/2026, perfazendo um total de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei Complementar n°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN) 27 de agosto de 2026.

TIAGO TIBERIO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Luiz Fellipe Dantas de Souza
Código Identificador:6EF0E43B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 40/2026

TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº 40/2026
Processo Administrativo Nº 5.409/2026
Em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE PISCINA.

BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

ADJUDICAÇÃO:

ADJUDICO o objeto da Dispensa nº 40/2026 em favor da empresa abaixo relacionada, por apresentar proposta compatível com as exigências do processo e mais vantajosa para a Administração, em favor da empresa relacionada a seguir:
CASA DAS MOTOSERRAS LTDA, CNPJ: 46.534.968/0001-07**,** saiu vencedora no item 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17 e 18 totalizando o valor de R$ 64.746,84 (sessenta e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).
HOMOLOGAÇÃO:

HOMOLOGO, pelo presente Termo, a Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 72 da referida Lei, ficando a empresa acima citada convocada para formalização do respectivo instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação

Parelhas/RN, 27 de agosto de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:790E758B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026

REF. PROCESSO LICITATÓRIO PMP/RN N° 4.517/2026

INTERESSADO: Sec. Mun. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes.
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026

Considerando, a análise técnica da Comissão de Contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município;

Considerando, a análise técnica da Comissão de Contratação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município; DETERMINO, que se proceda com a ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2026 decorrente de Aquisição de materiais elétricos com a finalidade de atender as necessidades dos serviços de manutenção corretiva e preventiva da Iluminação Pública do Município de Cabedelo–PB, junto ao interessado: MOSINI, MAIA & CIA LTDA, CNPJ - 43.850.771/0001-80.
Em respeito ao disposto no art. 72, Inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021, RATIFICO e AUTORIZO a presente ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, realizada com fundamento no Artigo Art. 86, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, e, em consequência, determino a Contratação do interessado acima, de acordo com o que consta nos autos.

Parelhas/RN, 27 de agosto de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:1D90C4DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2026

PORTARIA Nº 108/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – COMPPIR, do Município de Passagem/RN, para o biênio 2026–2028, e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 386, de 05 de maio de 2026, que criou o Conselho Municipal de Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – COMPPIR, órgão colegiado permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros e a diretoria do Conselho Municipal de Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – COMPPIR, para exercer mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, conforme disposto na Lei Municipal nº 386/2026.
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
I. Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social
Titular: Vanuza Rejane de Souza
Suplente: Eliane Cristina da Silva Nascimento
II. Secretaria Municipal de Educação
Titular: Ana Lucélia Chaves
Suplente: Gemerson da Silva
III. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
Titular: Fábio da Costa Lima
Suplente: José Luan Souza Silva

IV. Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Eventos
Titular: Edneide Venancio Tavares Pessoa
Suplente: Jaine Chacon Ferreira
II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
I. Associação dos Moradores de Passagem
Titular: Evânia Lúcia Dantas
Suplente: Ana Maria de Morais
II. Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade da Lagoa da Esperança
Titular: Verônica Geane de Souza Melo
Suplente: Daniela de Souza Melo

III. Instituição Católica
Titular: Denilson Barbosa da Silva
Suplente: Osvaldo da Silva Félix
IV. Instituição da Assembleia de Deus
Titular: Melquezedeque da Silva Souza
Suplente: Isabella Macedo da Fonseca Silva
Art. 2º A composição da Mesa Diretora do COMPPIR, de acordo com a ata de posse e eleição, realizada em reunião, no dia 29 de maio de 2026.
Presidente: Evânia Lucia Dantas
Vice-presidente: Vanuza Rejane de Souza
Secretário: Denilson Barbosa da Silva
Art. 3º Os membros nomeados exercerão suas funções em caráter voluntário, sem percepção de remuneração, sendo o exercício da função considerado de relevante interesse público, na forma do art. 8º da Lei Municipal nº 386/2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 25 (vinte e cinco) de agosto de 2026.

Palácio Ver. Geraldo Ferreira de Lima, Passagem/RN, Estado do Rio Grande do Norte, em 25 (vinte e cinco) de agosto de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:D5AA9CE0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 109/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civil, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Passagem/RN, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica de Passagem/RN, e nos termos do art. 2º do Decreto nº. 140/2024;
R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido ao Sr. GEMERSON DA SILVA, professor do município de Passagem, 2,5 (DUAS DIÁRIAS E MEIA), para participar da 2ª EDIÇÃO DO PRÓ-ALFA/RN – SEMINÁRIO DE ABERTURA + ENCONTRO FORMATIVO DO 1º MÓDULO – 09 A 11 DE SETEMBRO EM NATAL-RN, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 26 (VINTE E SEIS) de agosto de 2026.

Passagem/RN, 26 de Agosto de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita de Passagem/RN

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:79D6BB68

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 110/2026

Portaria nº 110/2026

Dispõe sobre a nomeação dos representantes do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do município de Passagem/RN.

A Prefeita do Município de Passagem, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os membros para constituírem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE deste Município, para o mandato correspondente ao período de abril de 2026 a outubro de 2027, em conformidade com o disposto no § 4º do art. 43 da Resolução nº 04/2026
Representante do Poder Executivo Municipal:
Titular: FABIANA BEZERRA DO NASCIMENTO
Suplente: DIOGO DA TRINDADE CHACON

Representante dos Trabalhadores em Educação:
Titular: ANTÔNIO CESÁRIO DE OLIVEIRA (PROFESSORES)
Suplente: LENIRA MARIA DA SILVA (PROFESSORES)
Titular: LINDOMAR FRANCISCO DO VALE (FUNCIONÁRIOS)
Suplente: JOSÉ DE ARIMATÉIA GOMES NARCIZO (FUNCIONÁRIOS)

Representantes da Sociedade Civil
Titular: JEAN SILVA DE ALBUQUERQUE – (PRESIDENTE)
Suplente: DOMINIQUE COSME DE MORAIS LIMA
Titular: LUIZ PAULO DE LIMA MORAIS
Suplente: TÂNIA MARIA DA SILVA ALBUQUERQUE

Representantes de Pais de Alunos:
Titular: MARIA MÔNICA PINHEIRO DE ARAÚJO
Suplente: EDINALVA DA SILVA
Titular: ANDRÉIA WÊNYA DA SILVA FERREIRA CHAVES – (VICE-PRESIDENTE)
Suplente: JÉSSICA VITÓRIA BERNARDO DIAS

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Passagem/RN, 27 de agosto de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:6659F5D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 138/2026

Determina a implantação do Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%) no contracheque do servidor FÁBIO RODRIGUES DUARTE, em cumprimento a decisão judicial proferida no Processo nº 0100426-11.2017.8.20.0125, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, e

CONSIDERANDO o teor da sentença proferida nos autos do processo judicial nº 0100426-11.2017.8.20.0125, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN, promovida por FÁBIO RODRIGUES DUARTE em face do Município de Patu/RN, que julgou procedente a pretensão autoral para condenar o Município ao pagamento do Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%) incidente sobre o salário base do servidor, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, fixando como termo inicial da obrigação a data de 27 de março de 2024, correspondente à realização do laudo pericial;

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público Municipal de dar efetivo cumprimento às decisões judiciais transitadas em julgado, nos termos dos arts. 497 e 536 do Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da folha de pagamento em observância ao comando judicial,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a implantação do **Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%)** na ficha financeira do servidor municipal **FÁBIO RODRIGUES DUARTE**, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, por força de decisão judicial proferida no Processo nº **0100426-11.2017.8.20.0125**, com trânsito em julgado certificado em 09 de maio de 2026, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN.

Art. 2º A implantação terá efeitos financeiros imediatos a partir da competência da publicação desta Portaria.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, providenciará as medidas necessárias ao imediato processamento da determinação contida nesta Portaria, com os registros devidos na folha de pagamento do servidor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, 25 de agosto de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:89D7D9E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO CREDENCIAMENTO 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 021/2026

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica da área da Saúde para prestação de serviços complementares na área da Saúde.

Considerando, o item 4.4. As documentações constantes dos Anexos deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: licitacaopatu@hotmail.com, nos termos exigidos neste edital, a partir das 09h do dia 26/08/2026 ou por meio físico no seguinte endereço: Av. Antonio Suassuna, 54, Centro, Patu/RN, do presente instrumento convocatório.

Considerando que o Credenciamento seria eletrônico através do Portal de Compras Públicas, e que com a divergência de informações, culminou no envio de documentos através do email.

Resolve,
SUSPENDER, para realizar as alterações pertinentes, e republicar o processo em epígrafe com nova data de realização.

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:0B787111

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
SEGUNDO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

TERMO DE ADITIVO CONTRATO FIRMADO EM 22.08.2024 DA LICITAÇÃO ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023, COM O SEGUINTE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL E INSUMOS DE USO MÉDICO-HOSPITALAR, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA (RN), E DE OUTRO, NATAL CLEAN DISTRIBUIDORA EIRELI – ME.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA (RN), inscrita no CNPJ/MF n.º 08.113.995/0001-09, com sede nesta cidade de Pedra Preta/RN, na Rua Coronel José da Costa Alecrim nº 164 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Luiz Antônio Bandeira de Souza, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 1.685.332, expedida pela SSP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 008.213.744-78, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **NATAL CLEAN DISTRIBUIDORA EIRELI – ME**, CNPJ: 40.377.382/0001-91, situada na Rua Presidente Sarmento, 1132, Alecrim, Natal/RN, neste ato representada pela Senhora Itala Lidiane Guilhermino Ferreira, Identidade n° 2284376 ITEP/RN CPF n° 077.697.114-01, doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm justa e contratada a execução dos serviços objeto deste instrumento, vinculado a adesão Nº 005/2023**,** e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame o presente termo aditivo contratual, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações), resolvem ante as seguintes cláusulas e condições aditarem o termo contratual firmado entre ambos em 22.08.2024:

CLÁUSULA 1a. – PRAZO DE VIGÊNCIA

I – O prazo de vigência será prorrogado por igual período em 12 (doze) meses.

Parágrafo Único – Da fundamentação legal:
O presente termo aditivo arrima-se no que estatui inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e das condições previstas no contrato celebrado.

CLÁUSULA 2a. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Ficam mantidas todas as demais cláusulas constantes do instrumento original, ora referendadas pelas partes pactuantes para que produzam todos os efeitos legais.

Pedra Preta/RN, 21 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA	*ITALA LIDIANE GUILHERMINO FERREIRA*
Prefeito Municipal	Representante Legal
Testemunha	Testemunha
CPF:	CPF:

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:AC311D87

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 02/2026 SME - ESTABELECE PRAZO PARA REGISTRO DE FREQUÊNCIA

PORTARIA Nº 02 /2026-SME, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO os prazos estabelecidos pelo sistema SIGEduc para o registro de frequência, avaliações bimestrais, conteúdos e demais atividades pedagógicas;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidação tempestiva dessas informações para emissão de relatórios informativos mensais e acompanhamento das ações educacionais da rede municipal de ensino,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os professores responsáveis pelas turmas concluam os registros de frequência até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, a fim de possibilitar a emissão dos relatórios e o processamento das informações relativas aos percentuais mensais de frequência.

Art. 2º Determinar que os registros das avaliações, dos conteúdos e das demais atividades pedagógicas sejam lançadas bimestralmente.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Portaria poderá caracterizar infração disciplinar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, sem prejuízo da apuração da responsabilidade administrativa mediante o procedimento cabível.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCOS ANTÔNIO DE LIMA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:E8CFC268

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 502/2026 NOMEAÇÃO PAULO ROGÉRIO DA TRINDADE

PORTARIA Nº 502/2026 – GP, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), MARINA TEODORO DA TRINDADE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **PAULO ROGÉRIO DA TRINDADE** para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR**, símbolo **CC-12**, lotado na **Secretaria Municipal de Administração, Governo e Planejamento**, em conformidade com a **Lei Municipal nº 1.034/2026**, referendada pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 74, inciso II, e pela Constituição Federal em seu art. 37, inciso II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito a 05/08/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:29D4C289

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 503/2026 - NOMEAÇÃO LIDYMA AIMEE DE OLIVEIRA FERREIRA

PORTARIA Nº 503/2026 – GP, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), Exma. Srta. MARINA TEODORO DA TRINDADE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **LIDYMA AIMEE DE OLIVEIRA FERREIRA** para exercer o cargo comissionado de **DIRETORA DE UBS**, símbolo **CC-10**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, em conformidade com a **Lei Municipal nº 1.034/2026**, referendada pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 74, inciso II, e pela Constituição Federal em seu art. 37, inciso II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito a 05/08/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:B8CE4521

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 504/2026 - NOMEAÇÃO MARIA LUIZA MACIEL DE CARVALHO SILVA

PORTARIA Nº 504/2026 – GP, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), MARINA TEODORO DA TRINDADE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **MARIA LUIZA MACIEL DE CARVALHO SILVA** para exercer o cargo comissionado de **DIRETORA DE UBS**, símbolo **CC-10**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, em conformidade com a **Lei Municipal nº 1.034/2026**, referendada pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 74, inciso II, e pela Constituição Federal em seu art. 37, inciso II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito a 05/08/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:A5F48F9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 505/2026 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL.

PORTARIA Nº 505/2026, de 27 de agosto de 2026.

Nomeia membros para compor a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MDS Nº 1.030, de 7 de novembro de 2024, a qual dispõe, sobre a instituição dos instrumentos e procedimentos necessários à adesão dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

CONSIDERANDO o Art. 2, inciso IV, da Portaria MDS Nº 1.030, de 7 de novembro de 2024, que prevê a criação de Comissão Intersetorial

do Programa Bolsa Família, obrigatória para os Estados e facultativa aos Municípios e Distrito Federal, coordenada pelo (a) gestor (a) ou coordenador (a) do Programa Bolsa Família e composta pelas áreas de assistência social, de educação e de saúde, sem prejuízo de outras;

CONSIDERANDO a Cláusula Quarta - Dos compromissos assumidos pelo Município e pelo Distrito Federal, item 4.1.5, do Termo de Adesão do Município ou Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único, que dispõe sobre promover a articulação intersetorial entre as áreas de assistência social, de educação e de saúde, dentre outras, para alcançar os objetivos do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os seguintes membros da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

PODER PÚBLICO
Secretaria Municipal de Educação:
Hellen Maria Cabral Costa

Secretaria Municipal de Saúde:
Gabriela Queiroz

Secretaria Municipal de assistência Social:
Ivone Teodoro da Trindade

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de assinatura do Termo de Adesão acima explicitado, revogando-se as disposições em contrário.

Pedro Avelino/RN, 27 de agosto de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita de Pedro Avelino/RN

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:54C3914A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 506/2026 - AURORIZA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE UBIRAFRAN MARQUES DOS SANTOS

PORTARIA N.º 506/2026 – GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado regido pelo **Edital nº 001/2026**, destinado à contratação temporária de profissionais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do **Ofício nº 34/2026 – SME**, de 06 de agosto de 2026, para suprir necessidade docente e assegurar a continuidade regular das atividades escolares;

RESOLVE:

Art. 1º – **Autorizar a contratação temporária de UBIRAFRAN MARQUES DOS SANTOS**, para exercer a função de **Professor de Educação Física**, com carga horária de **30 (trinta) horas semanais**, com lotação na **Escola Municipal Nádia Maria Câmara**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, nos termos do **Edital nº 001/2026** e da **Lei Municipal nº 989/2025**.

Art. 2º – A contratação de que trata esta Portaria fica condicionada ao cumprimento dos requisitos e à apresentação da documentação exigida no Edital nº 001/2026 e na legislação municipal aplicável.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Pedro Avelino/RN, 27 de agosto de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:D4C98B26

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 052/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 548/2026 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026

O **MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO/RN**, inscrito no CNPJ nº **08.311.904/0001-40**, torna público o extrato do **Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 052/2026**, firmado com a empresa **RG SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **33.073.477/0001-56**, decorrente da **Concorrência Pública nº 001/2026**, Processo Administrativo nº **548/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 001/2024**, alterado pelo **Decreto Municipal nº 005/2024**, e demais normas aplicáveis.
CONTRATANTE: Município de Poço Branco/RN, CNPJ nº 08.311.904/0001-40.
CONTRATADA: RG SOLUÇÕES LTDA, CNPJ nº 33.073.477/0001-56.
OBJETO: Contratação de empresa de serviço de engenharia para construção de um **DECK** e urbanização da Orla da Barragem no Município de Poço Branco/RN, Repasse nº **914471/2021**, celebrado com MTRU — Ministério do Turismo/Caixa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Projeto Básico, anexo do Edital.
VALOR GLOBAL: R$ **250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: **12.001 — Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente**;
Projeto Atividade: **1076 — Urbanização e Revitalização de Barragem**;
Fonte de Recurso: **17063110 — Transferências da União decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais**.
GARANTIA DE EXECUÇÃO: A contratada deverá apresentar garantia de execução contratual correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 001/2024, alterado pelo Decreto Municipal nº 005/2024, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Edital da Concorrência Pública nº 001/2026 e seus anexos.

EDI CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valerio Sampaio Carneiro
Código Identificador:ABFCDA3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 776, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 776, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Audemir do Nascimento Dias**, inscrito no CPF sob o nº 055.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº **873**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Caraúbas/RN**, no período de **26 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:49C1097D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 777, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 777, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **26 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4AB86D03

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 778, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 778, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Francisco Cleudes Cardoso**, inscrito no CPF sob o nº 053.XXX.XXX-79, matrícula funcional nº 703,, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **26 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:08C71C04

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 779, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 779, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **26 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:097DC74E

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 780, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 780, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Martoranio de Freitas Souza**, inscrito no CPF sob o nº 156.XXX.XXX-70, matrícula funcional nº **531**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **26 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:ADB576FF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 781, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 781, DE 27 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcelo Alves de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 077.XXX.XXX-52, matrícula funcional nº **639**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Alexandria/RN**, no período de **26 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:DD567BBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 635, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA N° 635, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO GERAL TEMPORÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o princípio da valorização do servidor público, especialmente quando submetido a encargos extraordinários, transitórios e superiores às atribuições ordinariamente previstas para o cargo que ocupa;

CONSIDERANDO que a servidora Yanca Clarisse Rodrigues Damascena, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Setor de Unidade de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – SEMSAB, passou a assumir, as atribuições adicionais relacionadas à operacionalização de sistemas administrativos da referida Secretaria em razão do afastamento de servidor conforme Portaria nº 151/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora YANCA CLARISSE RODRIGUES DAMASCENA, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Setor de Unidade de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – SEMSAB, gratificação por desempenho de atribuições extraordinárias – GG, com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei Complementar nº 028/2025, em razão da ampliação de suas atribuições para execução de atividades relacionadas à operacionalização, acompanhamento e alimentação de sistemas administrativos da SEMSAB.

Art. 2º A gratificação ora concedida possui natureza temporária e excepcional, limitada ao período necessário à execução das atividades descritas no art. 1º, não se incorporando aos vencimentos do servidor para quaisquer fins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:637AE96D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 640, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 640, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à servidora **Maria Aparecida Costa Moura**, inscrita no CPF sob o nº 031.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº 273, ocupante do cargo Técnica Pedagógica, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais), totalizando o valor final em R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta) reais, conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Natal/RN, nos dias 25 e 26 de agosto de 2026, para participação no Seminário de Computação na Educação Digital - CEMURE.
Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:80188080

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 641, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 641, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à servidora **Maria Aparecida Costa Moura**, inscrita no CPF sob o nº 031.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº 273, ocupante do cargo Técnica Pedagógica, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais), totalizando o valor final em R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta) reais, conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do

deslocamento para o Município de Natal/RN, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro 26, para participar do Terceiro Encontro do Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI/CNCA.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:C89CB365

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 642, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 642, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à servidora Elissandra Epifânio de Queiroz, inscrita no CPF sob o nº 101.XXX.XXX-06, matrícula funcional nº 388, ocupante do cargo de Assistente Social, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Assu/RN, nos dias 26 e 27 de agosto de 2026, para participar da I jornada do SUAS, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Assú/RN.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:4267CD75

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 643, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 643, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à servidora Maria Daiana Carla de Oliveira Souza, inscrita no CPF sob o nº 058.XXX.XXX-48, matrícula funcional nº 388, ocupante do cargo de Assistente Social, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando **R$ 240,00** (duzentos e quarenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Assu/RN, nos dias 26 e 27 de agosto de 2026, para participar da I jornada do SUAS, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Assú/RN.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:75ECE15C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 644, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 644, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder à servidora **Maria Markylyana Dias Soares**, inscrita no CPF sob o nº 013.XXX.XXX-23, matrícula funcional nº 367, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, 1,5 (uma e meia) diárias, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos) reais, totalizando **R$ 450,00**

(quatrocentos e cinquenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio das despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana decorrentes do deslocamento ao Município de Assu/RN, nos dias 26 e 27 de agosto do corrente ano, para participar I Jornada do SUAS – promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Assú/RN.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:04AFD193

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 645, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 645, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Audemir do Nascimento Dias**, inscrito no CPF sob o nº 055.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº873, ocupante do cargo de Motorista**, 0,5** (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), correspondendo, no caso concreto, ao montante de **R$ 60,00 (sessenta reais)**, conforme valores estabelecidos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, relativa ao deslocamento para o Município de ASSU/RN, no dia 26 de agosto do corrente ano, para conduzir servidores municipal que participarão da I Jornada SUAS no município de ASSU/RN.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:A7356A44

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 645, DE 27 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 645, DE 27 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Audemir do Nascimento Dias**, inscrito no CPF sob o nº 055.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº873, ocupante do cargo de Motorista**, 0,5** (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), correspondendo, no caso concreto, ao montante de **R$ 60,00 (sessenta reais)**, conforme valores estabelecidos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, relativa ao deslocamento para o Município de ASSU/RN, no dia 26 de agosto do corrente ano, para conduzir servidores municipal que participarão da I Jornada SUAS no município de ASSU/RN.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:A58A9CF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 646, DE 27 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 646, DE 27 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a educação inclusiva, visando garantir oportunidades igualitárias a todos

os alunos da Rede Municipal de Ensino, com suporte adequado para aqueles que necessitam de atendimento especializado;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao Senhor **Marcos Adriano de Bessa,** CPF Nº **048.XXX.XXX-16,** matrícula nº **808**, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 60,00 (sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de
Mossoró/RN, no dia 27 de agosto do corrente ano, conduzir e reconduzir o deslocamento de alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de ensino para realizar atendimento pedagógico no Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CADV e no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo – CAS em Mossoró/RN.
Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:488EA41A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 647, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 647, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Francisco Sileudo Dias**, inscrito no CPF sob o nº 761.XXX.XXX-91, matrícula funcional nº 596, ocupante do cargo Articulador PROETI, 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 60,00 (sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Mossoró/RN, no dia 28 de agosto de 2026, para participar do **Encontro de Reconhecimento e Mobilização de Práticas Inspiradoras – (EntreNoClima)**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:9A208059

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 648, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 648, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Junior Morais de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 104.XXX.XXX-08, matrícula funcional nº 901, ocupante do cargo de Professor, 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 60,00 (sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Mossoró/RN, no dia 28 de agosto de 2026, para participar do **Encontro de Reconhecimento e Mobilização de Práticas Inspiradoras – (EntreNoClima)**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:C9CE2A3E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 632, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA Nº 632, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela

Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 028/2025 (Estrutura Administrativa);

RESOLVE:
Art. 1º Designar, no mês de setembro 26, o servidor **João Martins de Oliveira Neto**, matrícula nº 819, da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para atuar na Gestão de Contratos, atendendo à demanda da SEMARH em razão das férias da servidora Rhayssa Narcia Rocha.
Parágrafo único. Fica concedida ao servidor mencionado no caput a **Gratificação Especial - GE1**, temporária, nos termos da legislação vigente.
Art. 2º É vedado ao servidor que estiver recebendo a Gratificação Especial - GE1 computar concomitantemente horas extras para o mesmo horário compreendido pela gratificação ofertada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:5022DD1F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 633, DE 26 DE AGOSTO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA Nº 633, DE 26 DE AGOSTO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO GERAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS RELACIONADAS À PLANIFICAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE E AO E-PLANIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO que a gratificação por desempenho de atribuições extraordinárias constitui instrumento de reconhecimento de encargos adicionais assumidos pelo servidor, quando exercidos em caráter complementar às atribuições ordinárias do cargo ou função;
CONSIDERANDO que a Planificação da Atenção à Saúde constitui estratégia voltada à organização, qualificação e integração dos processos de trabalho das Redes de Atenção à Saúde, com ênfase na articulação entre a Atenção Primária à Saúde e a Atenção Ambulatorial Especializada, mediante ações de educação permanente, tutoria, monitoramento e avaliação;
CONSIDERANDO que o e-Planifica é a plataforma destinada ao cadastro, acompanhamento, monitoramento, avaliação e registro das informações relacionadas às ações da Planificação da Atenção à Saúde, possibilitando aos gestores e profissionais o acompanhamento das unidades, dos planos de ação, dos ciclos de melhoria e dos materiais técnicos de apoio;
CONSIDERANDO a necessidade de designar referência municipal responsável pela coordenação das atividades, articulação das equipes, atualização das informações, acompanhamento dos indicadores e cumprimento das etapas e instrumentos relacionados à Planificação da Atenção à Saúde e ao e-Planifica, em caráter cumulativo às atribuições ordinárias da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder à servidora **MARIA NAILDE DE CARVALHO RUFINO**, matrícula funcional nº 628, ocupante do Cargo de Diretora da UBS base 2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, gratificação por desempenho de atribuições extraordinárias – **GG4**, com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei Complementar nº 029/2025, em razão da assunção, cumulativamente às atribuições ordinárias, da responsabilidade municipal pelas ações da Planificação da Atenção à Saúde e pela operacionalização e acompanhamento do e-Planifica, competindo-lhe especialmente:
I – coordenar, no âmbito municipal, a implementação, o acompanhamento e a continuidade das ações da Planificação da Atenção à Saúde;
II – atuar como referência técnica municipal junto às equipes da Atenção Primária à Saúde, à gestão da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico e aos interlocutores regionais e estaduais vinculados à estratégia;
III – organizar e acompanhar oficinas, tutorias, reuniões técnicas, ciclos de melhoria e demais atividades previstas na metodologia da Planificação;
IV – realizar e supervisionar o cadastro, a atualização e o registro, no e-Planifica, de unidades, profissionais, planos de ação, autoavaliações, evidências, atividades e demais informações sob responsabilidade do Município;
V – acompanhar cronogramas, metas, indicadores e resultados, consolidando informações e elaborando relatórios ou demonstrativos quando necessários à gestão e ao monitoramento das ações;
VI – apoiar as equipes na organização e qualificação dos processos de trabalho da Rede de Atenção à Saúde, especialmente na integração da Atenção Primária à Saúde com os demais pontos de atenção;
VII – disseminar orientações, instrumentos e materiais técnicos da Planificação, prestando suporte às equipes para o cumprimento das atividades e dos prazos estabelecidos;
VIII – participar de capacitações, reuniões e demais agendas técnicas relacionadas à Planificação da Atenção à Saúde e ao e-Planifica, bem como executar outras atividades correlatas indispensáveis ao regular desenvolvimento da estratégia no Município.

Art. 2º A gratificação será concedida a partir de agosto de 2026, enquanto perdurar a responsabilidade atribuída à servidora e persistirem as condições excepcionais justificadoras de sua concessão, mediante avaliação da chefia imediata e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:A5A78EB1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 634, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA Nº 634, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 028/2025 (Estrutura Administrativa);

RESOLVE:
Art. 1º Designar, no mês de agosto 26, o servidor **Frederico Melo da Silva**, matrícula nº 1032, exercente do cargo de **Motorista**, para atuar na Unidade de Pronto Atendimento, atendendo à demanda da SEMSAB em razão das férias do servidor Paulo Martoranio de Freitas Souza.
Parágrafo único. Fica concedida ao servidor mencionado no caput a **Gratificação Especial - GE1**, temporária, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º É vedado ao servidor que estiver recebendo a Gratificação Especial - GE1 computar concomitantemente horas extras para o mesmo horário compreendido pela gratificação ofertada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:952ACE7F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 636, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA Nº 636, DE 26 DE AGOSTO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 028/2025 (Estrutura Administrativa);

RESOLVE:
Art. 1º Designar, no mês de julho/agosto 26, a servidora **Antônia Lucia da Silva Oliveira Marques**, matrícula nº 149, Técnica de Enfermagem, para atuar na Direção da UBS Base I, atendendo à demanda da SEMSAB em razão das férias da servidora Marilene Licia de Bessa.
Parágrafo único. Fica concedida à servidora mencionada no caput a **Gratificação Especial – GE2**, temporária, nos termos da legislação vigente.
Art. 2º É vedado ao servidor que estiver recebendo a Gratificação Especial – GE2 computar concomitantemente horas extras para o mesmo horário compreendido pela gratificação ofertada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos financeiros a julho 26, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:9715FCD1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 637, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 637, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO que, por meio da Portaria nº 533/2026 – GP/PMP, foi concedida à servidora IRLANA DE OLIVEIRA SILVA licença para tratamento da própria saúde;
CONSIDERANDO a apresentação de novo atestado médico, no qual foi indicada a necessidade de continuidade do afastamento das atividades laborais pelo período de mais **30 (trinta) dias**;
CONSIDERANDO a persistência da incapacidade temporária para o exercício das atribuições funcionais, conforme documentação médica apresentada;
CONSIDERANDO o disposto no art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007, quanto à possibilidade de prorrogação da licença da mesma espécie quando apresentada nova documentação médica;

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, a licença para tratamento da própria saúde concedida à servidora IRLANA DE OLIVEIRA SILVA, psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, mediante novo atestado médico, pelo período compreendido entre 20 de agosto de 2026 e 18 de setembro de 2026.
Art. 2º A prorrogação da licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral da servidora.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período ora prorrogado, a servidora deverá apresentar nova documentação médica, observadas as exigências de avaliação ou perícia médica oficial previstas na legislação municipal.
Art. 4º O período de prorrogação da licença será registrado nos assentamentos funcionais da servidora e computado para os efeitos legalmente cabíveis, nos termos da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:F069F3CA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 638, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 638, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 03 (três) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde a **LUIS CARLOS DOS SANTOS,** coveiro, lotado na Sec. Municipal da Infraestrutura, pelo período de 03 (três) dias, com início em 24/08/26 a 26/08/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término da licença, o servidor deverá apresentar nova documentação médica, sendo obrigatória a avaliação ou perícia médica oficial quando o período total de afastamento ultrapassar 15 (quinze) dias.
Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:1EB69CC9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 639, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 639, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA A SERVIDOR VINCULADO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 59 a 63 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

CONSIDERANDO o atestado/laudo médico apresentado pelo servidor;
CONSIDERANDO a necessidade de regularizar administrativamente o afastamento do servidor em razão de incapacidade temporária para o trabalho;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder afastamento do trabalho à servidora **ANTONIA FERNANDA KIARELY DE SOUZA**, ocupante do cargo de professora, lotada na Sec Municipal de Educação, do Esporte, do Lazer e da Cultura vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo período de 3 (três) dias, com início em 17/08/26 a 19/08/26.
Art. 2º Nos termos do art. 60, §3º, da Lei Federal nº 8.213/1991, a remuneração correspondente aos 15 (quinze) primeiros dias consecutivos de afastamento será suportada pelo Município.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laborativa após o décimo quinto dia consecutivo de afastamento, caberá exclusivamente ao servidor:
I – Requerer o benefício por incapacidade temporária perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
II – Realizar o agendamento da perícia médica junto ao INSS;
III – apresentar ao setor de Recursos Humanos o comprovante de requerimento do benefício;
IV – Comunicar imediatamente à Administração Municipal o resultado da perícia médica e qualquer decisão proferida pelo INSS.
Art. 4º A ausência de requerimento do benefício previdenciário perante o INSS, quando devido, é de inteira responsabilidade do servidor, não gerando obrigação ao Município quanto ao pagamento da remuneração após o décimo quinto dia consecutivo de afastamento.
Art. 5º Concedido o benefício pelo INSS, o servidor permanecerá afastado pelo período fixado pela autarquia previdenciária, devendo apresentar ao Município cópia da decisão administrativa e da comunicação de concessão do benefício.
Art. 6º Caso o INSS indefira o benefício ou determine o retorno ao trabalho, o servidor deverá apresentar-se imediatamente ao órgão de lotação, salvo nova determinação médica ou judicial.
Art. 7º É obrigação do servidor manter atualizados junto ao setor de Recursos Humanos todos os documentos relacionados ao benefício previdenciário, inclusive comunicações, decisões, prorrogações, altas médicas e demais atos praticados pelo INSS, respondendo pelos prejuízos decorrentes da omissão ou da apresentação intempestiva dessas informações.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3DBECAB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
038 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 1192 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 1192 , DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância
de R$250.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 250.000,00
02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

139 12.361.0025.2134.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 50.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 1 540 0000
540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
113 000 Transferências do FUNDEB 40%

249 12.365.0026.2169.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL 50.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 1 540 0000
540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
113 000 Transferências do FUNDEB 40%

02 06 00 SEC MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO-SESAB

492 10.301.0004.1241.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA 30.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R.: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

02 07 00 SEC MUN TRABALHO HABITACAO E ASS SOCIAL-SMTHAS

627 08.244.0011.2286.0000 SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB 15.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 660 0000
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
311 000 Transferência de Recursos do Fundo Nacio

688 08.244.0014.2207.0000 GESTÃO DA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 5.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 660 0000
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
311 000 Transferência de Recursos do Fundo Nacio

02 09 00 SEC MUN INFRAESTRUTURA-SEMINF

780 15.451.0007.2293.0000 GESTAO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE 100.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
112 12.361.0025.1147.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -30.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

184 12.361.0025.2292.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

186 12.361.0025.2292.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

187 12.361.0025.2292.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 550 0000
550 Transferência do Salário-Educação
120 000 Transferência do Salário-Educação

210 12.365.0026.1147.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

219 12.365.0026.1170.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 550 0000
550 Transferência do Salário-Educação
120 000 Transferência do Salário-Educação

02 06 00 SEC MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO-SESAB
497 10.301.0004.1241.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -50.000,00
3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 500 1002
500 Recursos não Vinculados de Impostos
211 000 Receitas de Impostos e de Transferência

521 10.301.0004.2102.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -20.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

02 06 00 SEC MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO-SESAB
547 10.301.0004.2185.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -50.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 500 1002
500 Recursos não Vinculados de Impostos
211 000 Receitas de Impostos e de Transferência

571 10.302.0004.2007.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -30.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

02 07 00 SEC MUN TRABALHO HABITACAO E ASS SOCIAL-SMTHAS
695 08.244.0014.2207.0000 GESTÃO DA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL -10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 660 0000
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
311 000 Transferência de Recursos do Fundo Nacio

707 08.244.0014.2208.0000 GESTÃO DA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL -5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 660 0000
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
311 000 Transferência de Recursos do Fundo Nacio

02 07 09 GERÊNCIA DE IGUALDADE RACIAL
752 08.391.0014.2070.0000 GESTÃO DA POLITICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL -5.000,00
3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

-250.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:1C24B1C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN;
CONTRATADO: C J ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 49.043.389/0001-41.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de garagem destinada ao abrigo e proteção de veículos oficiais da Unidade Básica de Saúde Maria Iudete Lopes Costa, localizada na Rua Raimundo Honorato de Souza, Centro, Rafael Fernandes/RN.
Valor total: R$ 32.594,40 (trinta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).
Vigência: 90 (noventa) dias
Prazo de execução: 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.
Fundamento legal: Dispensa Eletrônica nº DV00038/2026 (Lei Federal nº 14.133/2021).
Rafael Fernandes/RN, 27 de agosto de 2026.

BENILTON RODRIGUES FERREIRA –
Prefeito

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:E8834DD2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – DISPENSA Nº DV00038/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposiçãode Motivos que instrui o processo e observado o parecer daAssessoria Jurídica, referente à Dispensa de Licitação nºDV00038/2026, que objetiva:
CONTRATAÇÃO DEEMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAOBRA DE CONSTRUÇÃO DE GARAGEM DESTINADAAO ABRIGO E PROTEÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAISDA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA IUDETELOPES COSTA, LOCALIZADA NA RUA RAIMUNDOHONORATO DE SOUZA, CENTRO, RAFAELFERNANDES/RN.
HOMOLOGO, RATIFICO ocorrespondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a:
CJ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº49.043.389/0001-41, com valor total de R$ 32.594,40 (trintae dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarentacentavos).

Rafael Fernandes - RN, 26 de agosto de 2026.

BENILTON RODRIGUES FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:4601503E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 105 - 2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS - WILKS PEREIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 105/2026 - GP

CONCEDE DIÁRIA(S) A SERVIDOR E/OU OCUPANTE DE CARGOS E/OU FUNÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 20 e seguintes da Lei Municipal nº 454/2025 e o Decreto nº 243/2025, que instituem e regulamentam a forma de concessão e pagamento dos valores referentes a diárias para o Prefeito Municipal, o Vice-prefeito, Secretários, Procuradores, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, ocupante de cargo de provimento em comissão - ambos do Quadro Geral de Pessoal -, ou o que esteja cedido a este Município, bem como, para de colaborador ou colaborador eventual, quando se deslocarem a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede do Município para outro ponto do território nacional ou para o exterior, para participar de eventos do interesse do Poder Executivo Municipal; e,
CONSIDERANDO AINDA, o disposto no art. 16, subseção "V" da Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN.

R E S O L V E:
Art. 1º – CONCEDER a **WILKS PEREIRA DE OLIVEIRA**, **1,5 (uma diária e meia)**, no valor total de **R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)**, para custear despesas decorrentes de viagem à cidade de **Natal/RN**, nos dias **31 de agosto e 1º de setembro de 2026**, onde, no exercício de sua função pública, participará do **III Encontro Presencial Formativo do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – ProLEEI/CNCA**, a realizar-se nos dias **31/08/2026 e 01/09/2026**, no **Praiamar Hotel e Convenções**, em Natal/RN. A viagem tem por finalidade a participação em atividade formativa de interesse da **Secretaria Municipal de Educação**, relacionada às ações educacionais desenvolvidas no âmbito do Município de **Rafael Godeiro/RN**, com saída prevista para o dia **31/08/2026** e retorno no dia **01/09/2026**.
Art. 2º - Os "documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem" que trata o Art. 16 da Resolução Nº 028/2020-TCE/RN, serão apensados aos autos do processo de despesa pelo beneficiário, conforme Termo de Responsabilidade que integra o Anexo I desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rafael Godeiro-RN, 27 de agosto de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:446F8B05

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N° 08/2026-PMRC - RIACHO DA CRUZ/RN, 28 DE AGOSTO DE 2026

Divulga resultado provisório de habilitação, referente às propostas submetidas ao Edital 01/2026 – Edital de Chamamento para Fomento a Execuções de Ações Culturais e Edital 02/2026 – Edital de Premiação por Trajetória Cultural, da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, no município de Riacho da Cruz/RN e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude de Riacho da Cruz/RN, de acordo com as suas atribuições legais atribuídas pela **Portaria Nº 005/2023-PMRC, de 01 de fevereiro de 2023**;

Considerando os termos da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei Nº 14.399/2022)**;

Considerando a execução das etapas previstas nos Editais **Nº 01/2026 – Edital de Chamamento para Fomento a Execuções de Ações Culturais** e **Nº 02/2026 – Edital de Premiação por Trajetória Cultural;**

RESOLVE:
Art. 1º Divulgar o **Resultado Provisório de Habilitação**, após a análise dos documentos e aferição das Políticas Afirmativas pela Comissão de Avaliação e Seleção, referente ao Edital nº 01/2026 – Chamamento para Fomento a Execuções de Ações Culturais e ao Edital nº 02/2026 – Premiação por Trajetória Cultural, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
Art. 2º Homologar o Resultado Provisório dos referidos Editais, declarando **habilitados** os projetos e/ou proponentes relacionados nos anexos desta Portaria, em conformidade com os termos previstos nos respectivos Editais.
Art. 3º Estabelecer o prazo de **03 (três) dias úteis**, compreendido entre **31 de agosto a 02 de setembro de 2026** para que os proponentes possam apresentar **Recurso** junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, observando as condições estabelecidas nos respectivos Editais.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Riacho da Cruz/RN, 28 de agosto de 2026.

ANEXOS

RESULTADO PROVISÓRIO DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026 – FOMENTO A EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS

CATEGORIA A: COLETIVOS CULTURAIS E ASSOCIAÇÕES

N°	NOME	SEGMENTO	SITUAÇÃO
	ARTE-CRUZ (GRUPO CULTURAL DE ARTES CÊNICAS, CORPORAIS E MUSICAIS)	COLETIVO CULTURAL	Habilitado
	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - ADECOR	PESSOA JURÍDICA	Habilitada

CATEGORIA B: GRUPOS JUNINOS

N°	NOME	SEGMENTO	SITUAÇÃO
	AFUNDA CHÃO	QUADRILHA	Habilitado
	MEU SERTÃO	DANÇA JUNINA	Habilitado
	ENCANTO DA CAMILA	QUADRILHA	Habilitado
	JASMIM E VIOLETA	QUADRILHA	Habilitado

CATEGORIA C: DEMAIS GRUPOS CULTURAIS

N°	NOME	SEGMENTO	SITUAÇÃO
	ORQUESTRA DE VIOLÕES SOARTE	MÚSICA	Habilitado
	BANDA CLÉO & ADAILSON	MÚSICA	Habilitado
	TIA LAÍS E A TURMINHA DA ALEGRIA	ARTES CÊNICAS	Habilitado
	CLUBE DO LIVRO: LIVRO, CAFÉ E PROSA	LITERATURA	Habilitado

RESULTADO PROVISÓRIO DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 02/2026 – PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA CULTURAL

CATEGORIA A: MÚSICA

N°	NOME COMPLETO	SITUAÇÃO
	CLENILMA MOURA DA SILVA	Habilitada
	JOÃO PAULO MORAIS DE OLIVEIRA	Habilitado

CATEGORIA B: DANÇA

N°	NOME COMPLETO	SITUAÇÃO
	FRANCISCA ITAMARA SOARES RÊGO	Habilitada
	LAENE TUANY RICARTE CALIXTO	Habilitada

CATEGORIA C: TEATRO

N°	NOME COMPLETO	SITUAÇÃO
	CARLA VIVIANY LUCENA MEDEIROS	Habilitada
	BRENDERSON FERREIRA DA COSTA	Habilitado

CATEGORIA D: ARTES VISUAIS

N°	NOME COMPLETO	SITUAÇÃO
	LAILSON OLIVEIRA GURGEL	Habilitado
	FRANCISCO MESSIAS PAIVA ROCHA	Habilitado

CATEGORIA E: ARTESANATO

N°	NOME COMPLETO	SITUAÇÃO
	MARIA DE FÁTIMA SOUZA	Habilitada
	FRANCISCA BEATRIZ PAIVA OLIVEIRA BESSA	Habilitada

JOSÉ LÁZARO INÁCIO DE MELO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude (Portaria nº 005/2023-PMRC);
Presidente do Fundo Municipal de Cultura – FMC de Riacho da Cruz/RN (Portaria Nº 052/2023-PMRC);
Presidente da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)

ALLAN DAVI AMORIM PAIVA
Membro da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)
Representante do Poder Público

ANTONIO JALDESMAR DA COSTA
Membro da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)
Representante do Poder Público

ROMÁRIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Membro da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)
Representante do Poder Público

HELLEN JOSEANE DA SILVA SOARES
Membro da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)
Representante do Setor Cultural

LÚCIO ANDRADE DUARTE
Membro da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)
Representante do Setor Cultural

MARIA APARECIDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA
Membro da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)
Representante do Setor Cultural

Publicado por:
Jose Lazaro Inacio de Melo
Código Identificador:94D360EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA Nº 063/2026

CRIA A COMISSÃO ELEITORAL TRANSITÓRIA PARA A CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Riacho da Cruz.

Considerando a Lei 139/1991, que institui o Conselho Municipal de Saúde de Riacho da Cruz.

Considerando o oficio n° 001/2026/CMS-RC que solicita a oficialização e divulgação da comissão eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Riacho da Cruz.

RESOLVE:
Artigo 1º - Nomear os membros que constituirão a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde, responsável pelo pleito bienal 2026/2028, a ser realizado no período de 31 de agosto à 17 de setembro de 2026.

Presidente: Fernando de Oliveira Rodrigues
Vice-Presidente: Valdemara de Paiva Silva
1° Secretário: Calina Ligia Jácome de Oliveira
2° Secretário: Maria Eliza da Rocha

Artigo 2 º - A referida Comissão tem a finalidade de organizar e conduzir o processo eleitoral, sendo seus atos motivados pelo Regimento Eleitoral, conforme decisão proferida Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de agosto de 2026.

Artigo 3º - Esta portaria é substitutiva a portaria N° 01/2026/CMS-Riacho da cruz.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor com data retroagida ao dia 26 de agosto de 2026, revogando as disposições em contrário.

Riacho da Cruz RN, 26 de agosto de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:88A76696

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 383/2026 RIACHO SANTANA/RN, 24 DE AGOSTO DE 2026. PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 383/2026 RIACHO SANTANA/RN, 24 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 23 de agosto do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 24 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:29D10FF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 388/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 388/2026 RIACHO SANTANA/RN, 25 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 25 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:378A60DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 389/2026 RIACHO SANTANA/RN, 26 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 389/2026 RIACHO SANTANA/RN, 26 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 26 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:881C1CD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 390/2026 RIACHO SANTANA/RN, 26 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 390/2026 RIACHO SANTANA/RN, 26 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **RAFAEL SANTOS DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 26 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:3BDA0835

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 391/2026 RIACHO SANTANA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 391/2026 RIACHO SANTANA/RN, 27 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDUARDO BATISTA DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste

município para Assú/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 27 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:355CE190

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.160/2026 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARCIAL, FAIXAS DE TERRA NECESSÁRIAS AO ALARGAMENTO E AO MELHORAMENTO DA VIA MUNICIPAL DE ACESSO ÀS AGROVILAS LAGOA NOVA I E II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1.160, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação parcial, faixas de terra necessárias ao alargamento e ao melhoramento da via municipal de acesso às Agrovilas Lagoa Nova I e II, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 5º, inciso XXIV, e no art. 30, incisos I e V, da Constituição da República, nos arts. 2º, 5º, alínea "i", 6º, 7º, 10 e 10-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e nos arts. 12 e 62 da Lei Orgânica do Município de Riachuelo/RN;

CONSIDERANDO que a via municipal objeto deste Decreto constitui o principal acesso das comunidades situadas na região norte do território municipal, notadamente das Agrovilas Lagoa Nova I e II, à sede do Município e aos equipamentos públicos de saúde, de educação e de assistência social;

CONSIDERANDO que o corredor viário é utilizado pelo transporte escolar, por ambulâncias e veículos de emergência, por veículos de abastecimento, por máquinas agrícolas e pelos meios destinados ao escoamento da produção rural;

CONSIDERANDO que a plataforma atualmente existente, com largura média aproximada de 6,50 m (seis metros e cinquenta centímetros), é insuficiente para assegurar condições adequadas de circulação, de segurança e de implantação da infraestrutura pública projetada;

CONSIDERANDO que o art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, qualifica como de utilidade pública a abertura, a conservação e o melhoramento de vias e logradouros públicos;

CONSIDERANDO que a execução do projeto depende da incorporação ao patrimônio público municipal de parcelas de imóveis particulares lindeiros, limitadas às áreas estritamente necessárias ao alargamento e à implantação da infraestrutura;

CONSIDERANDO que a delimitação individualizada das parcelas atingidas depende de levantamento planialtimétrico cadastral, cuja realização é determinada por este ato, assegurados aos proprietários e possuidores o devido processo legal e a justa e prévia indenização em dinheiro;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação parcial, por via amigável ou judicial, as faixas de terra de domínio particular situadas na margem direita da via municipal não pavimentada que liga a sede do Município de Riachuelo/RN às Agrovilas Lagoa Nova I e II, na região norte do território municipal, na extensão e nos limites indicados nos Anexos I e III deste Decreto.

§ 1º A declaração alcança exclusivamente as áreas necessárias ao alargamento da plataforma viária existente e à implantação da infraestrutura a ela associada, observado o disposto no art. 3º deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por margem direita aquela situada à direita do usuário que percorre a via partindo da sede municipal em direção à região norte.

§ 3º A desapropriação recairá somente sobre as parcelas de domínio particular situadas além dos limites atuais da área de domínio público municipal, excluídas as porções já integrantes do patrimônio do Município.

§ 4º A área global atingida é preliminarmente estimada entre 4.371,77 m² (quatro mil trezentos e setenta e um metros quadrados e setenta e sete decímetros quadrados), sujeita a apuração definitiva pelo levantamento de que trata o art. 5º.

Art. 2º O trecho objeto da intervenção encontra-se preliminarmente compreendido entre o ponto inicial de coordenadas E 187.326,28 m e N 9.358.141,68 m e o ponto final de coordenadas E 187.414,77 m e N 9.359.016,55 m, com extensão aproximada de 880 m (oitocentos e oitenta metros).

§ 1º As coordenadas serão verificadas e confirmadas mediante levantamento executado por profissional legalmente habilitado, referidas ao Sistema Geodésico Brasileiro, referencial SIRGAS 2000, projeção UTM, no fuso correspondente à localização do Município.

§ 2º As coordenadas indicadas no caput identificam o eixo geral e os limites longitudinais aproximados do trecho e não substituem as coordenadas dos vértices dos polígonos individuais de desapropriação.

Art. 3º A intervenção tem por finalidade ampliar a plataforma viária existente, de largura média aproximada de 6,50 m (seis metros e cinquenta centímetros), para largura total projetada compreendida entre 10,00 m (dez metros) e 10,50 m (dez metros e cinquenta centímetros), mediante a incorporação, pela margem direita, de faixa lateral de largura variável estimada entre 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) e 4,00 m (quatro metros).

§ 1º As larguras indicadas no caput são referências de projeto e não constituem dimensão uniforme nem limite definitivo da desapropriação, devendo cada parcela atingida ser delimitada por vértices, coordenadas e área individualizada.

§ 2º Em nenhuma hipótese será desapropriada área superior à estritamente necessária à execução, ao funcionamento, à conservação e à manutenção da infraestrutura projetada.

Art. 4º Integram este Decreto, para todos os efeitos, o Anexo I — Quadro-resumo técnico do trecho, o Anexo II — Quadro de identificação dos imóveis atingidos e o Anexo III — Croqui de localização.

Parágrafo único. O Anexo II será preenchido e republicado por ocasião da edição do decreto complementar de que trata o art. 6º.

Art. 5º A delimitação definitiva das áreas declaradas de utilidade pública será estabelecida por levantamento planialtimétrico cadastral,

que instruirá o processo administrativo de desapropriação e conterá, no mínimo:
I — planta geral de localização, com indicação do sentido sede–norte e da margem direita objeto do alargamento;
II — representação do limite atual da área de domínio público e do novo limite projetado;
III — planta individual de cada parcela atingida, com quadro de coordenadas dos vértices;
IV — memorial descritivo individualizado, com dimensões e confrontações;
V — identificação das matrículas, transcrições ou documentos de posse e dos respectivos proprietários, possuidores e confrontantes;
VI — cadastro das cercas, construções, plantações e demais benfeitorias atingidas; e
VII — Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica do profissional responsável.

§ 1º Para cada imóvel deverão ser informados a área total, a área parcial atingida, as dimensões e confrontações da parcela, as benfeitorias nela existentes e a eventual repercussão sobre a área remanescente.

§ 2º O levantamento e os documentos técnicos deverão ser concluídos no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da publicação deste Decreto, salvo impossibilidade devidamente justificada no processo administrativo.

Art. 6º Concluído o levantamento, o Poder Executivo editará decreto complementar destinado à individualização das parcelas atingidas, do qual constarão a identificação de cada imóvel, o respectivo proprietário ou possuidor, a matrícula ou transcrição, a área atingida e o quadro de coordenadas dos vértices.

§ 1º O decreto complementar integrará este Decreto para todos os efeitos, sem que sua edição importe nova declaração de utilidade pública.

§ 2º O prazo de que trata o art. 18 deste Decreto conta-se da expedição do presente ato, na forma do art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 7º As áreas incorporadas ao patrimônio municipal serão destinadas à execução e à manutenção das seguintes intervenções:
I — ampliação da plataforma viária e regularização do traçado e da geometria da via;
II — implantação da estrutura de pavimentação e do sistema de drenagem de águas pluviais;
III — implantação de iluminação pública, sinalização viária e dispositivos de segurança;
IV — implantação de espaços laterais destinados à circulação de pedestres;
V — relocação de cercas, acessos e redes de serviços públicos, quando necessária; e
VI — execução das demais obras complementares necessárias ao funcionamento seguro da via.

Art. 8º A desapropriação abrangerá o solo e as acessões, cercas, plantações, construções e demais benfeitorias existentes na faixa delimitada.

Parágrafo único. O subsolo e o espaço aéreo correspondentes somente serão abrangidos quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial ao proprietário do solo, nos termos do art. 2º, § 1º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 9º Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas, os servidores municipais e os profissionais contratados ou credenciados pelo Município autorizados a penetrar nas áreas compreendidas na declaração para realizar inspeções, medições, levantamentos topográficos, estudos geotécnicos e cadastramentos necessários à execução do projeto, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§ 1º O ingresso será previamente comunicado aos proprietários ou ocupantes, sempre que possível, e realizado com as cautelas necessárias para evitar danos desnecessários a cercas, plantações, construções, animais e demais bens existentes.

§ 2º Os danos diretamente decorrentes dos serviços de levantamento serão apurados e reparados pelo Município, na forma da legislação aplicável.

Art. 10. A indenização devida aos proprietários e possuidores das parcelas desapropriadas será justa, prévia e em dinheiro, observados a Constituição da República e o Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§ 1º A avaliação será realizada por profissional legalmente habilitado, com a respectiva responsabilidade técnica, observadas as normas da série ABNT NBR 14.653, e considerará o valor de mercado da área atingida, a localização e as características do imóvel, a sua destinação econômica, as benfeitorias, plantações, cercas, acessos e estruturas comprovadamente existentes, os custos de recomposição da área remanescente e a eventual desvalorização desta, quando tecnicamente demonstrada.

§ 2º Quando o laudo demonstrar que a parcela remanescente se tornou inaproveitável ou economicamente inviável, o Município poderá, mediante justificativa técnica e econômica, promover a aquisição da totalidade do imóvel.

§ 3º A declaração de utilidade pública não autoriza a ocupação da área particular antes da formalização do acordo e do pagamento da indenização ou da obtenção de decisão judicial de imissão na posse.

Art. 11. Concluídos o levantamento e a avaliação, o Município notificará cada proprietário ou titular de direito e lhe apresentará oferta de indenização, na forma do art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§ 1º A notificação será instruída com cópia deste Decreto e do decreto complementar, com a planta ou descrição da parcela atingida e suas confrontações, com o memorial descritivo, com o laudo de avaliação e com o valor da oferta.

§ 2º O prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias, considerando-se o silêncio como rejeição.

§ 3º Aceita a oferta e realizado o pagamento, será lavrado acordo, hábil à transcrição no registro de imóveis.

§ 4º Rejeitada a oferta ou transcorrido o prazo sem manifestação, poderá ser proposta a ação de desapropriação ou, por opção das partes, adotado o procedimento de mediação ou de arbitragem previsto no art. 10-B do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 12. Quando não for necessária a aquisição do domínio de determinada parcela, poderá o Município constituir servidão administrativa destinada à implantação, ao funcionamento ou à manutenção de drenagem, iluminação pública, redes de serviços e demais equipamentos de interesse público, na forma do art. 40 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Parágrafo único. A servidão administrativa será delimitada e indenizada quando resultar em efetivo prejuízo ou em restrição relevante ao uso do imóvel.

Art. 13. Ficam a Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Obras, no âmbito das respectivas competências, autorizadas a adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à efetivação das desapropriações, especialmente:
I — a realização do levantamento planialtimétrico cadastral e a elaboração dos memoriais descritivos;
II — a obtenção de certidões e documentos junto ao Registro de Imóveis e a identificação dos titulares;
III — a elaboração dos laudos individuais de avaliação;
IV — a notificação dos proprietários, possuidores e demais interessados e a apresentação das ofertas;
V — a celebração de acordos, escrituras e instrumentos de transferência;

VI — a propositura das ações de desapropriação, quando não houver acordo; e
VII — as providências necessárias ao pagamento, à imissão na posse e ao registro das áreas em nome do Município.

Art. 14. A formalização da aquisição amigável das áreas declaradas de utilidade pública observará a exigência de prévia autorização legislativa prevista no art. 63 da Lei Orgânica do Município, cabendo ao Poder Executivo encaminhar à Câmara Municipal o correspondente projeto de lei, instruído com os elementos técnicos e com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O disposto no caput não condiciona a eficácia desta declaração de utilidade pública, que constitui ato privativo do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo único. Previamente à apresentação das ofertas e ao ajuizamento das ações expropriatórias, o processo administrativo será instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e com a declaração de compatibilidade e adequação das despesas ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, na forma do art. 16, caput, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 16. A urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, quando necessária à imissão provisória na posse, será declarada por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, observado o prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias para o requerimento da imissão.

Art. 17. A execução das obras observará os projetos técnicos aprovados e as licenças, autorizações e demais exigências urbanísticas, ambientais e administrativas aplicáveis.

Parágrafo único. Caso alguma intervenção alcance a faixa de domínio, os acessos ou os dispositivos pertencentes à rodovia federal BR-304, a execução ficará condicionada à prévia autorização do órgão federal competente.

Art. 18. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou ser intentada judicialmente no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da expedição deste Decreto, findo o qual este caducará, somente podendo o mesmo bem ser objeto de nova declaração depois de decorrido 1 (um) ano.

Art. 19. A denominação oficial da via de que trata este Decreto é atribuída por decreto específico, cuja edição não condiciona a eficácia deste ato nem altera a identificação do trecho constante dos Anexos I e III.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Publicado este Decreto, será encaminhada cópia ao Serviço de Registro de Imóveis competente, para ciência e anotação, e ao Poder Legislativo Municipal, para conhecimento.

Gabinete do Prefeito Municipal de Riachuelo/RN, 27 de AGOSTO de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADRO-RESUMO TÉCNICO DO TRECHO

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Via	Via municipal não pavimentada de acesso às Agrovilas Lagoa Nova I e II (zona rural norte)
Sentido de referência	Sede municipal → região norte
Margem objeto da desapropriação	Margem direita, no sentido de referência
Ponto inicial (UTM)	E 187.326,28 m / N 9.358.141,68 m
Ponto final (UTM)	E 187.414,77 m / N 9.359.016,55 m
Sistema de referência	SIRGAS 2000 — projeção UTM, fuso 25 S (a confirmar em campo)
Extensão preliminar do trecho	Aproximadamente 880 m (oitocentos e oitenta metros)
Largura média existente	Aproximadamente 6,50 m
Largura total projetada	De 10,00 m a 10,50 m
Faixa lateral a incorporar	De 3,50 m a 4,00 m (largura variável)
Área global estimada	De 4.000 m² a 4.500 m² (estimativa; sujeita a apuração topográfica)
Fundamento legal	Art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365/1941

Os valores constantes deste Anexo têm caráter preliminar e serão substituídos pelos dados definitivos apurados no levantamento planialtimétrico cadastral de que trata o art. 5º deste Decreto.

ANEXO II
QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS ATINGIDOS

Nº	Proprietário ou possuidor	Matrícula / transcrição	Área total (ha)	Área atingida (m²)	Benfeitorias atingidas
01	FRANCISCO DAS CHAGAS LEITE	50	40ha	4.371,77m²	CERCA

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:CEB8A3F0

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2022 DE 30 DE MARÇO DE 2022. - REPUBLICADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2022 de 30 de março de 2022.

Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Riachuelo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, faço saber a todos os habitantes deste Município, *que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

TÍTULO I
DO REGIME PRÓPRIO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica reestruturado o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Riachuelo, nos ternmos da presente Lei.

§ 1º. O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Riachuelo, é gerido pelo Instituto de Previdência do Município de Riachuelo – IPR, que terá sede e foro no Município de Riachuelo, ficando vinculado à Secretaria de Administração do Município, e sua duração será por prazo indeterminado.

Art. 2º. A concessão de aposentadoria ao servidor público municipal vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social e de pensão por morte aos respectivos dependentes, será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para a obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta Lei, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 1º. Os proventos de aposentadoria devidos ao servidor público a que se refere o *caput* deste artigo e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

§ 2º. Os proventos de aposentadoria devidos ao segurado a que se refere o *caput* deste artigo e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão apurados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

Art. 3º. É proibida a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes, que não decorra

da instituição de Regime de Previdência Complementar ou que não seja prevista em lei.

Art. 4º. O valor das aposentadorias e das pensões do Regime Próprio de Previdência Social, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo são limitados ao teto do RGPS.

§ 1º. A disposição do *caput* deste artigo se aplicará aos servidores que ingressarem no serviço público municipal após a instituição do Regime de Previdência Complementar.

§ 2º. Os servidores que ingressaram no serviço público antes da instituição do Regime de Previdência Complementar, poderão dele participar, somente mediante sua prévia e expressa opção.

§ 3º. Aos demais servidores ficam mantidos os benefícios definidos na legislação do RPPS.

Art. 5.º - O IPR reger-se-á pelos seguintes princípios básicos:

I - Universalidade de participação dos servidores municipais efetivos, ativos e inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição;

II – Participação ativa de representantes dos segurados nos órgãos colegiados e nas instâncias de decisão incumbidos de sua gestão;

III – Financiamento, mediante recursos provenientes do Tesouro Municipal, das contribuições compulsórias dos servidores efetivos, ativos e inativos, dos pensionistas e de outras fontes;

IV - Vedação de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio;

V - Subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões a padrões mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômico-financeira, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

VI – Revisão dos proventos de aposentadoria e das pensões nos termos da Constituição Federal;

VII – Valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao salário mínimo;

VIII - Observância, no que couber, dos requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social;

IX – Pleno acesso dos beneficiários às informações oriundas dos órgãos de gestão onde seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

X – Registro e controle das contas e provisões do IPR de forma distinta e apartada da conta do Tesouro Municipal;

XI – Registro individualizado das contribuições dos segurados;

XII – Escrituração contábil de acordo com a normatização contábil definida pela legislação Federal em vigor;

XIII – Vedação de utilização dos recursos, bens, direitos e ativos da IPR para:

a) prestação assistencial, médica e odontológica; e

b) aplicação em títulos públicos, com exceção de títulos de emissão do Governo Federal ou autorizado por Legislação Federal.

TÍTULO II
DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CAPÍTULO I
DOS BENEFICIÁRIOS E SEGURADOS

Art. 6º. Os beneficiários do Regime Próprio de Previdência do Município de Riachuelo classificam-se como segurados e dependentes.

SEÇÃO I
DOS SEGURADOS

Art. 7º. São segurados obrigatórios do RPPS:

I - os servidores municipais efetivos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais;

II - os servidores municipais aposentados dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais, cujos proventos sejam custeados pelo RPPS; e

III - os pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais, cujas pensões sejam custeadas pelo RPPS.

Art. 8º. Permanece vinculado ao Regime de que trata esta Lei, aquele que for:

I - cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, ainda que o regime previdenciário desses permita a filiação;

II - cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista;

III - afastado ou licenciado do cargo efetivo para:

gozar de licença sem recebimento de remuneração, desde que recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias do servidor;
b) exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, aplicando-se as disposições constitucionais pertinentes sobre o afastamento e a respectiva remuneração;
c) os demais tipos de afastamentos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, quando considerados como em efetivo exercício ou sem prejuízo de remuneração.

§ 1º. No caso de o servidor efetivo ocupar ou vir a ocupar cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, ou função de confiança, manter-se-á a sua filiação ao RPPS como servidor público, e a contribuição incidirá sobre a remuneração do cargo efetivo.

§ 2º. Na hipótese de cessão de servidor, em que o pagamento da remuneração seja ônus do órgão ou entidade cessionária, será de responsabilidade do cessionário a arrecadação e o repasse das contribuições previdenciárias do servidor e respectiva cota patronal à unidade gestora do RPPS, atendidas a base contributiva, alíquotas, prazos e demias dispositivos da presente Lei.

§ 3º. Se o cessionário não promover o desconto e a arrecadação das contribuições devidas, caberá ao Município o seu recolhimento, em prol da unidade gestora, e a adoção de medidas para o ressarcimento junto ao cessionário.

SEÇÃO II
DOS DEPENDENTES

Art. 9º. São beneficiários, na condição de dependentes dos segurados, observando-se a seguinte ordem de preferência:

I – o cônjuge, o(a) companheiro(a), e os filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 18 (dezoito) anos, ou inválidos ou com deficiência intelectual ou mental grave comprovada por meio de avaliação efetuada pela Junta Médica do RPPS.

II – os pais, desde que comprovada dependência econômica; e

III – o(a) irmão(ã), menor de 18 (dezoito) anos ou inválido(a), não emancipado, ou que tenha deficiência intelectual ou mental grave, que

o(a) torne incapaz para os atos da vida civil, nos termos de declaração judicial, desde que comprovada dependência econômica.

§ 1º. A dependência, para fins de pensão por morte aos filhos do segurado que comprovem estar regularmente matriculados em instituição de ensino superior e que não possam prover o próprio sustento, será mantida até os 21 (vinte e um) anos.

§ 2º. A dependência econômica dos beneficiários indicados no inciso I deste artigo é presumida, e a dos demais deverá ser comprovada na forma disposta em regulamento próprio.

§ 3º. A existência de dependentes da classe anterior exclui os das classes subsequentes, na ordem dos incisos deste artigo, e será verificada, exclusivamente, na data do óbito do servidor.

§ 4º. A comprovação da incapacidade total e permanente, da deficiência grave, intelectual ou mental, será feita mediante avaliação médica pericial e, para fins de pensão por morte, deverá demonstrar que as patologias preexistiam ao óbito do servidor.

§ 5º. Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, do caput deste artigo, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, os enteados não beneficiários de outro regime previdenciário, bem como o menor que esteja sob sua tutela e que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 6º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, não impedida para o matrimônio, mantém união estável com o segurado, de acordo com a legislação em vigor, incluídas as uniões homoafetivas.

§ 7º. As provas de união estável e de dependência econômica exigem prova material contemporânea aos fatos, produzido em período não superior a 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data do óbito, não admitida a prova exclusivamente testemunhal.

§ 8º. A par da exigência da alínea “c”, do inciso “V”, do §2º, do art. 31 desta Lei, deverá ser apresentado, ainda, prova material que comprove a união estável por pelo menos dois anos antes do óbito do segurado.

§ 9º. O cônjuge divorciado(a) ou separado(a) e o(a) ex-companheiro(a) que percebia alimentos ou que, comprovadamente, recebia auxílio material para sua subsistência, concorrerá com os dependentes referidos no inciso I, do *caput* deste artigo.

§ 10. Para fins de apuração de dependência, incapacidade permanente ou temporária, ou deficiência, previstas nos incisos I e III deste artigo, tal condição deverá ter ocorrido enquanto o filho ou irmão(ã) for menor de 18 (dezoito) anos de idade.

§ 11. Não têm direito à percepção dos benefícios previdenciários o cônjuge separado(a) judicialmente ou divorciado(a), o(a) separado(a) de fato, ou o(a) ex-companheiro(a), se finda a união estável, e o cônjuge ou o(a) companheiro(a), que abandonou o lar há mais de 6 (seis) meses, exceto se comprovar a existência de decisão judicial fixando pensão alimentícia para seu sustento.

SEÇÃO III
DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO E DE DEPENDENTE

Art. 10. Perderá a qualidade de segurado quem deixar de pertencer ao quadro de servidores estatutários do Município, da Câmara Municipal, das autarquias e das fundações públicas municipais por exoneração, demissão, cassação de aposentadoria, ou qualquer outra forma de desvinculação definitiva do Regime, tendo sua inscrição automaticamente cancelada, perdendo o direito a todo e qualquer benefício previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Os dependentes do segurado desligado na forma do *caput* deste artigo, perdem, automaticamente, qualquer direito à percepção dos benefícios previstos.

Art. 11. Se o servidor fruir de licença sem recebimento de remuneração pelo Município e não efetuar o tempestivo recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, sua condição de segurado será suspensa, para todos os fins.

§ 1º. Não se admitirá, após o óbito do servidor, o recolhimento de contribuições previdenciárias para a regularização da suspensão da condição de segurado.

§ 2º. Não perderá a qualidade de segurado o servidor que se encontre em gozo de benefício previdenciário, afastamento legal ou das demais licenças consideradas como de efetivo exercício ou sem prejuízo de remuneração com contribuição.

Art. 12. O dependente perderá sua qualidade nas seguintes hipóteses:

I - para o cônjuge: separação judicial ou divórcio, quando não lhe for assegurada a percepção de alimentos, pela anulação do casamento transitada em julgado, e pelo estabelecimento de nova união estável ou novo casamento, ou pela separação de fato;

II - para o(a) companheiro(a): pela cessação da união estável com o(a) segurado(a), quando não assegurada a percepção de alimentos;

III - para os filhos ou irmãos (ãs): pelo implemento da idade de 18 (dezoito) anos, observado o disposto no § 1º, do art. 9º desta Lei;

IV - para os dependentes em geral: pela cessação da invalidez para os benefícios relacionados à incapacidade, e pela recuperação da capacidade civil, respeitados os períodos mínimos previstos nesta Lei;

V - pelo óbito;

VI - pela renúncia expressa;

VII - pela prática de atos de indignidade ou deserdação, na forma da legislação civil;

VIII - na hipótese prevista no § 6º, do art. 31 desta Lei, mediante processo administrativo no qual seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

TÍTULO III
DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Art. 13. Os benefícios devidos pelo Regime Próprio de Previdência Social local são os seguintes:

I – para os segurados:

a) aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
b) aposentadoria voluntária;
c) aposentadoria do servidor com deficiência;
d) aposentadoria dos professores;
e) aposentadoria compulsória.

II – para os dependentes:

a) pensão por morte.

CAPÍTULO I
DAS APOSENTADORIAS

Art. 14. O servidor abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social, será aposentado:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido e desde que insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para

verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria;

II – voluntariamente, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem;

b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

III - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da Lei.

SEÇÃO I
DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO

Art. 15. A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho só será concedida após a comprovação total e permanente da incapacidade do segurado para o serviço público, mediante perícia realizada pela junta médica e laudo atestando a impossibilidade de readaptação.

Parágrafo único. O valor da aposentadoria concedida nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I - em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção pelo Regime Complementar de Previdência, à totalidade da remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 7º do art. 47 desta Lei; e

II - em relação aos demais servidores públicos, ao valor apurado na forma do previsto nos artigos 22 e 23 desta Lei.

Art. 16. O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado ou ao respectivo apoiante, condicionado à apresentação do termo de curatela, ou de exibição de comprovação da tomada de decisão apoiada prevista no art. 1.783-A do Código Civil.

Art. 17. O aposentado por incapacidade permanente para o trabalho que voltar a exercer qualquer atividade laboral terá a aposentadoria por incapacidade cessada a partir da data do retorno, observados os procedimentos administrativos adotados para a reversão de ofício, sem prejuízo da responsabilização e devolução dos valores recebidos.

Art. 18. Serão realizadas revisões das condições de saúde que geraram a incapacidade do servidor, no mínimo, a cada dois anos, ficando o aposentado obrigado a se submeter às reavaliações por junta médica, sob pena de suspensão do pagamento do benefício e reversão de ofício.

Parágrafo único. O servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho não será reavaliado conforme a prescrição do *caput* deste artigo, nas seguintes hipóteses:

a) após completar 60 (sessenta) anos de idade;
b) for comprovadamente portador de síndrome da imunodeficiência adquirida; ou

c) após completar 55 (cinquenta e cinco) anos ou mais de idade, se decorridos quinze anos da data da concessão da aposentadoria por incapacidade.

SEÇÃO II
DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 19. A aposentadoria compulsória aos 75 anos será automática e declarada por ato administrativo, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço público e os proventos serão calculados pela média aritmética de 80% (oitenta por cento) das maiores contribuições para aqueles servidores que ingressarem no serviço público municipal até a promulgação desta lei e pela média aritmética da totalidade das contribuições para aqueles servidores que ingressarem no serviço público municipal após a promulgação desta lei.

SEÇÃO III
DA APOSENTADORIA DOS PROFESSORES

Art. 20. O servidor titular do cargo de professor será aposentado voluntariamente, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem;

II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério, na educação infantil, no ensino fundamental ou médio;

III - 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público;

IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
Parágrafo único. São consideradas funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando em estabelecimento de educação básica, nos segmentos da educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as seguintes, desde que exercidas por integrantes do cargo efetivo de professor:

a) direção;
b) auxiliar de direção;
c) secretário;
d) orientação pedagógica.

SEÇÃO IV
DA APOSENTADORIA DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA

Art. 21. O servidor com deficiência será aposentado voluntariamente, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - 20 (vinte) anos de contribuição, se mulher, e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se homem, no caso de deficiência grave;

II - 24 (vinte e quatro) anos de contribuição, se mulher, e 29 (vinte e nove) anos de contribuição, se homem, no caso de deficiência moderada;

III - 28 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, no caso de deficiência leve;

IV - 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem, independentemente do grau de deficiência, desde que cumpridos os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos;
b) comprovada a existência de deficiência durante igual período;
c) comprovação de 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público, e
d) comprovação de exercício pelo prazo de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§ 1º. Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata o *caput* deste artigo, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 2º. O deferimento da aposentadoria do servidor com deficiência prevista neste artigo fica condicionada à realização de prévia avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos termos do regulamento, sendo quaisquer custos inerente à realização da avaliação de responsabilidade dos órgãos de RH poder Executivo.

§ 3º. Se o servidor, após a filiação ao Regime Próprio de Previdência Social, tornar-se pessoa com deficiência ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados neste artigo serão ajustados, observado o grau correspondente, nos termos deste artigo.

§ 4º. O grau de deficiência será atestado por perícia da Junta Médica do Município, por meio de instrumentos desenvolvidos para este fim.

CAPÍTULO II
DOS CÁLCULOS DOS PROVENTOS

Art. 22. Os proventos de todas as aposentadorias, resguardadas aquelas abarcadas por regras de transição com critérios próprios, terão como referência a média aritmética simples das remunerações e dos salários de contribuição utilizados como base para as contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, para os servidores que ingressarem no serviço público após o adevento desta Lei, e para aqueles que ingressaram até a data de promulgação desta Lei, deverá ser considerada a média aritmética simples de 80% (oitenta por cento) das maiores contribuições.

§ 1º. Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no *caput* deste artigo, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:

I – se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária, proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;

II – se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

§ 2º. As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mensalmente, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência social - RGPS.

§ 3º. Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata o *caput* deste artigo serão comprovados mediante acesso irrestrito à base de dados fornecida mensalmente ou extraordinariamente, mediante solicitação junto aos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, na forma de regulamento.

§ 4º. As remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma deste artigo, em hipótese alguma poderão ser consideradas como:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário de contribuição quanto aos períodos em que o servidor esteve vinculado ao Regime Geral de Previdência social – RGPS; e

III - superiores ao limite máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência, nos termos da Lei Municipal 1285/2021, para os servidores admitidos a partir de 01 de outubro de 2021, ressalvadas as exceções legais.

§ 5º. O valor dos proventos calculados na forma deste artigo não poderá ser inferior ao salário mínimo, conforme disposto no § 2º, do art. 201 da Constituição Federal, nem exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 6º. A média a que se refere o *caput* deste artigo será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social para os servidores que ingressarem no serviço público em cargo efetivo após a implantação de Regime de Previdência Complementar, e para aqueles que efetuarem a opção de adesão correspondente.

§ 7º. Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo previsto no *caput* e no parágrafo único do art. 24, desta Lei.

Art. 23. O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida no *caput* e § 6º, do artigo anterior, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos do:

I – incisos I e II do art.14, art. 20 e art. 21, todos desta Lei;

II – inciso II do § 5º do art. 47 desta Lei.

Art. 24. O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a média aritmética definida na forma prevista no caput do art. 23 desta Lei:

I - no caso do § 2º do art. 48 desta Lei;

II - no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.

Art. 25. É assegurado o reajuste dos benefícios de que trata esta Lei para preservar, em caráter permanente, o seu valor real, nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, ressalvados os beneficiados pela garantia de paridade de proventos de aposentadoria e pensões, de acordo com a legislação vigente, sempre conforme a natureza da regra de concessão do benefício.

§ 1. Os benefícios de aposentadoria e pensões que não guardem paridade com os vencimentos do servidores ativos, serão reajustados na mesma data e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

CAPÍTULO III
DA CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO OU DE CONTRIBUIÇÃO,
DO TEMPO DE CARREIRA E DE CARGO

Art. 26. A contagem do tempo de serviço ou de contribuição observará as seguintes condições:

I - para fins de aposentadoria, será computado como tempo de serviço público o prestado aos entes federativos, seus respectivos Poderes, às autarquias e fundações públicas;

II - o tempo de serviço ou de contribuição só será computado desde que certificado pelo órgão competente e devidamente averbado pelo

Município, mediante apresentação de certidão por tempo de serviço ou contribuição;

III - o tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade;

IV - não será computado tempo de contribuição fictícia ou tempo de serviço ou contribuição já utilizado para outros benefícios previdenciários;

V - não serão computáveis quaisquer períodos de tempo de contribuição ou de serviço que sejam considerados como concomitantes pela unidade gestora do regime próprio.

§ 1º. Fica vedada a contagem de tempo de serviço em atividade privada, por meio de justificação administrativa ou judicial.

§ 2º. Não será concedida certidão de tempo de serviço ou contribuição quando o respectivo período tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor em atividade.

§ 3º. Considera-se nula a aposentadoria que tenha sido concedida ou que venha a ser concedida com contagem recíproca do Regime Geral de Previdência social mediante o cômputo de tempo de serviço sem o recolhimento da respectiva contribuição ou da correspondente indenização pelo segurado obrigatório responsável, à época do exercício da atividade, pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

§ 4º. Os servidores que estiveram em licença somente contarão tal período para aposentadoria mediante o recolhimento da contribuição equivalente mensalmente ao Instituto, ou através de termo de confissão de dívida, a ser firmado, junto ao RPPS, anteriormente à aposentadoria, prevendo o pagamento das contribuições previdenciárias do servidor referentes ao período da licença, de forma integral ou parcelada em até 60 vezes.

I - A efetiva concessão do benefício aos casos previstos no § 4º, só se dará após a quitação dos valores devidos.

Art. 27. Para o cumprimento dos requisitos para aposentadoria, a contagem de tempo será feita na seguinte conformidade:

I - o tempo de efetivo exercício no serviço público será apurado de acordo com o art. 201, §§ 9º e 9º-A da Constituição Federal;

II - o tempo de carreira abrangerá o tempo anterior ao ingresso em cargo efetivo, na condição de servidor em função equivalente ao cargo efetivo;

III - o tempo no cargo deverá ser cumprido no cargo efetivo do qual o servidor seja titular na data imediatamente anterior à da concessão da aposentadoria.

§ 1º. Será computado como efetivo exercício o tempo em que o servidor esteve afastado em licença para tratamento da própria saúde.

§ 2º. Na hipótese de o cargo em que se der a aposentadoria não estar inserido em plano de carreira, o tempo na carreira deverá ser cumprido no último cargo efetivo.

§ 3º. Para fins de aposentadoria, na contagem do tempo no cargo efetivo e do tempo de carreira, serão observadas as alterações de denominação efetuadas na legislação municipal, inclusive as produzidas por reclassificação ou reestruturação dos cargos e carreiras.

§ 4º. O tempo de contribuição de servidor cedido, nos termos do previsto nos §§ 2º e 3º, do art. 8º, desta Lei, será computado como tempo de serviço público, tempo de carreira, e tempo de cargo para obtenção dos benefícios previstos nesta Lei.

§ 5º. Os períodos de atividades concomitantes, sujeitas ao mesmo regime de previdência, não poderão ser computados duplamente para a concessão de benefícios instituídos nesta Lei.

CAPÍTULO IV
DA PENSÃO POR MORTE

Art. 28. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos, ou em até 60 (sessenta) dias após o óbito, para os demais dependentes;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º. Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença, com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 2º. Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.

§ 4º. Nas ações em que o Instituto de Previdência do Município de Riachuelo - IPR for parte, este poderá proceder de ofício à habilitação excepcional da referida pensão, apenas para efeitos de rateio, descontando-se os valores referentes a esta habilitação das demais cotas, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.

§ 5º. Julgada improcedente a ação prevista no § 3º ou § 4º deste artigo, o valor retido será corrigido pelos índices legais de reajustamento e será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.

§ 6º. Em qualquer caso, fica assegurada ao Instituto de Previdência do Município de Riachuelo - IPR, a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.

Art. 29. O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no art. 15 desta Lei.

§ 1º. As pensões concedidas, na forma deste artigo, serão reajustadas na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ressalvados os beneficiados pela garantia de paridade de revisão de proventos de aposentadoria e pensões, de acordo com a legislação vigente.

§ 2º. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de Regime Próprio de Previdência Social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 30. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

§1º. O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

§ 2º. O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 9º desta Lei.

§ 3º. Na hipótese de o segurado falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.

Art.31. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º. Será revertida em favor dos demais dependentes, a parte daquele cujo direito à pensão se extinguir, procedendo-se a novo rateio entre os remanescentes.

§ 2º. O direito à percepção da cota individual cessará:

I - pela morte do pensionista;

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar dezoito anos de idade, ou se estiver matriculado em instituição de ensino superior que não tenha condições de prover o próprio sustento, oportunidade em que cessará aos vinte e um anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pelo afastamento da deficiência;

V - para cônjuge ou companheiro:

a. se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b. em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c. transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1. 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2. 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3. 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4. 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5. 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6. vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

VI - pela perda do direito, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

§ 3º. Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambas do inciso V do § 2º deste artigo, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 4º. Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extinguir-se-á.

§ 5º. O tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso V do § 2º deste artigo.

§ 6º. Se houver fundados indícios de autoria, coautoria ou participação de dependente, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis, em homicídio, ou em tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, será possível a suspensão provisória de sua parte no benefício de pensão por morte, mediante processo administrativo próprio, respeitados a ampla defesa e o contraditório, e serão devidas, em caso de absolvição, todas as parcelas corrigidas desde a data da suspensão, bem como a reativação imediata do benefício.

Art. 32. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória.

§ 1º. Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 33. O benefício previdenciário será pago diretamente ao beneficiário, mediante depósito em conta corrente ou outra forma estabelecida em regulamento, admitindo-se, excepcionalmente, quitação por cheque, mediante decisão fundamentada.

§ 1º. Na hipótese de o beneficiário ser portador de moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, deverá ser constituído procurador na forma da lei, devendo o instrumento de mandato ser renovado ou revalidado a cada 6 (seis) meses.

§ 2º. O procurador firmará termo de responsabilidade, comprometendo-se a comunicar qualquer fato que venha a determinar a perda da qualidade de beneficiário, ou outro evento que possa invalidar a procuração, em especial o óbito do outorgante, sob pena de incorrer em sanções penais cabíveis e na obrigação de restituir os valores indevidamente recebidos.

§ 3º. O dependente que perdeu o direito à pensão, na forma do §1º do art. 28 desta Lei, não poderá representar outro dependente para fins de recebimento do benefício.

Art. 34. O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao cônjuge, companheiro (a), pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na falta destes, e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento à pessoa designada por determinação

judicial, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Parágrafo único. Após o prazo fixado neste artigo, o pagamento do benefício será suspenso até a efetiva regularização da situação.

Art. 35. Serão descontados dos benefícios:

I - contribuições e indenizações devidas pelo segurado ao RPPS;

II - pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação pela revogação de decisão judicial;

III - imposto de renda retido na fonte em conformidade com a legislação;

IV - pensão alimentícia fixada judicialmente;

V - contribuições autorizadas a entidades de representação classista; e

VI - demais consignações autorizadas por lei federal ou municipal.

§ 1º Na hipótese do inciso II, do caput deste artigo, excetuadas as situações de má-fé, o desconto será feito em prestações não excedentes a 30% (trinta por cento) do valor do benefício, corrigidas monetariamente pelo mesmo índice de reajuste de vencimentos.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, deste artigo, não caberá o parcelamento quando o beneficiário tiver a aposentadoria cassada ou da aposentadoria não decorrer pensão, hipótese em que a cobrança será efetuada junto aos herdeiros ou sucessores do falecido, na forma da lei.

§ 3º No caso de má fé, a devolução será feita integralmente, com correção monetária INPC, ou outro indice que venha a substituí-lo, e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa de 2% (dois por cento), calculados sobre o débito corrigido.

Art. 36. Salvo quanto ao valor devido ao regime próprio ou derivado da obrigação de prestar alimentos, o benefício não poderá ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito a sua venda, alienação ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele e a outorga de poderes irrevogáveis para o seu recebimento por terceiro.

Art. 37. Não haverá restituição de contribuição previdenciária, salvo se indevida.

Parágrafo único. No caso de restituição de contribuição previdenciária indevida, o débito poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) meses, observada a prescrição quinquenal.

Art. 38. Mediante procedimento judicial, será suprível a falta de qualquer documento ou poderá ser feita a prova de fatos de interesse dos beneficiários, salvo os que se referirem a registros públicos ou tempo de contribuição.

Art. 39. O servidor público municipal, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo, função ou emprego temporário, é segurado obrigatório exclusivo do Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A subordinação dos servidores de que trata o *caput* deste artigo ao Regime Geral de Previdência não modifica o vínculo ao regime jurídico estatutário ou as respectivas regras e proibições estabelecidas aos servidores.

Art. 40. O segurado que, por força das disposições desta Lei, tiver sua inscrição cancelada no Instituto de Previdência do Município de Riachuelo - IPR receberá, mediante requerimento, a competente certidão de tempo de contribuição, a ser concedida na forma da legislação federal pertinente.

Art. 41. O prazo de prescrição do direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento, ou cessação do benefício, é de 05 (cinco) anos, contados:

I – do dia primeiro do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação ou da data em que a prestação deveria ter sido paga com valor revisto; ou

II – do dia em que o segurado tomar conhecimento da decisão proferida no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreverá em cinco anos, contados da data em que deveria ter havido o pagamento, o direito de receber prestações vencidas, restituições, ou diferenças devidas pelo Instituto de Previdência do Município de Riachuelo - IPR.

Art. 42. A autotutela administrativa para revisão ou anulação de atos concessivos de benefício deverá ser exercida no prazo de 05 (cinco) anos, contados da prática do ato, sob pena de prescrição.

§ 1º. Na hipótese de ato praticado com má-fé, não ocorrerá a prescrição mencionada no *caput* deste artigo.

§ 2º. Para anulação ou revisão de ato concessivo de benefício, da qual decorra prejuízo, será previamente concedido direito ao contraditório e à ampla defesa, ressalvada a aplicação de medida cautelar administrativa devidamente fundamentada.

§ 3º. A anulação total ou parcial de benefício registrado perante o Tribunal de Contas será informada ao setor pessoal do Município para providencias, no que lhe couber.

§ 4º. Os atos concessivos de revisões de cálculo deverão indicar a data em que passarão a produzir efeitos.

Art. 43. Os créditos do Instituto de Previdência do Município de Riachuelo - IPR, observados os requisitos legais, constituem-se como dívida ativa, gozando de liquidez e certeza desde que inscritos em livro próprio.

§ 1º. Poderão ser inscritos em dívida ativa os créditos constituídos em decorrência de benefício previdenciário pago indevidamente ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, para execução fiscal.

§ 2º. Para fins do disposto no § 1º deste artigo, poderá ser objeto de inscrição em dívida ativa, em conjunto ou separadamente, o terceiro beneficiado que sabia ou deveria saber da origem do benefício pago indevidamente em razão de fraude, de dolo ou de coação, desde que devidamente identificado em procedimento administrativo de responsabilização.

Art. 44. Para comprovação do preenchimento dos requisitos para a fruição dos benefícios, será exigido, anualmente, a prova de vida dos beneficiários, em períodos definidos através de ato administrativo próprio, contendo a forma que se dará e os documentos necessários.

Parágrafo único. Não havendo o cumprimento das exigências deste artigo, o pagamento do benefício será suspenso, até a regularização.

Art. 45. Para comprovação do preenchimento dos requisitos para a fruição dos benefícios, poderão ser exigidos:

I – participação dos aposentados e pensionistas em censos, para atualização de informações e documentação dos beneficiários e dependentes, nos casos que existirem;

II – quando necessários exames médicos para a comprovação da permanência da incapacidade para o trabalho ou submissão à junta médica;
III – declarações, sob as penas da lei, acerca de situações jurídicas de interesse para concessão ou manutenção de benefícios;

IV – documentos em geral.
§ 1º. Não havendo o cumprimento das exigências deste artigo, o pagamento do benefício será suspenso até a regularização.

§ 2º. Os meios descritos neste artigo não excluem a adoção de outras medidas para verificação do preenchimento dos requisitos legais para a concessão de benefícios.

Art. 46. Não poderão ser concedidos proventos ou pensões que excedam o valor do subsídio do Prefeito, nos termos do previsto no art. 37, da Constituição Federal, ressalvadas disposições constitucionais específicas.

CAPÍTULO VI
DAS REGRAS TRANSITÓRIAS DE APOSENTADORIA

SEÇÃO I
Da Aposentadoria por Sistema de Pontuação

Art. 47. O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo, até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

V - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere o inciso I do caput será de 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso V do caput será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

§ 3º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso V do caput e o § 2º.

§ 4º Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do caput serão:

I - 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;

II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem; e

III - 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2022.

§ 5º O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V do caput para as pessoas a que se refere o § 4º, incluídas as frações, será de 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 2020, 1 (um) ponto a cada ano, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

§ 6º. Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, desde que tenha, no mínimo, 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4º, 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - em relação aos demais servidores públicos, ao valor apurado na forma do previsto nos artigos 22 e 23, desta Lei.

§ 7º. Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor do salário mínimo e serão reajustados nos mesmos índices:

I – observando mesma data e reajuste aplicado aos servidores e da mesma categoria em atividade, se cumpridos os requisitos do inciso I, do § 5º deste artigo, ou

II - nos termos estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II, do § 5º deste artigo.

§ 8º. Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins do cálculo dos proventos de aposentadoria tanto do inciso I, do § 6º deste artigo ou do inciso I do § 3º, do art. 48, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os seguintes critérios:

I - se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;

II - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

SEÇÃO II
Da Aposentadoria com Pedágio

Art. 48. O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo, até a data de entrada em vigor desta Lei, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco), se homem;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;
IV - período adicional de contribuição correspondente ao tempo em que, na data de entrada em vigor desta Lei, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II deste artigo.

§ 1º. Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 5 (cinco) anos.

§ 2º. O valor da aposentadoria concedida nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I - em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção pelo Regime Complementar de Previdência, à totalidade da remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do art. 47; e

II - em relação aos demais servidores públicos, ao valor apurado na forma do previsto nos arts. 22 e 23 desta Lei.

§ 3º. O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor do salário mínimo vigente e será reajustado:

I - observando mesma data e reajuste aplicado aos servidores da mesma categoria, em atividade, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do § 2º deste artigo;

II - nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II do § 2º deste artigo.

TÍTULO IV
DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 49. Não será devido Abono de Permanência ao Servidor que tenha implementado alguma das modalidades de aposentadoria e opte por permanecer em atividade.

TÍTULO V
DO ABONO ANUAL

Art. 50. Será devido o abono anual ao beneficiário que durante o ano receber aposentadoria ou pensão por morte, e que consistirá em um abono equivalente ao total do provento ou pensão relativo ao mês de dezembro do mesmo exercício.

Parágrafo único. Até o último dia em que o servidor estiver na atividade, o pagamento do abono anual incumbirá ao órgão responsável pelo pagamento de sua remuneração, respeitada a proporcionalidade incidente na situação.

Art. 51. Será observada a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) do abono anual para cada mês de benefício efetivamente recebido, considerando-se como mês completo o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.

TÍTULO VI
DO PLANO DE CUSTEIO

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 52. O RPPS estabelecido por esta Lei é custeado mediante recursos de contribuições do Município de Riachuelo, por meio dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e dos segurados ativos, inativos e pensionistas, bem como de outros recursos que lhe forem atribuídos.

Seção I
Da Contribuição do Ente Federativo, Autarquias e Fundações

Art. 53. A contribuição previdenciária patronal dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais, deverá ser calculada sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos segurados do RPPS, e terá a seguinte composição:

I. Contribuição Patronal Previdenciária, Custo Normal, em alíquota não inferior à contribuição prevista no Art 54 desta Lei;

II. Contribuição Patronal Previdenciária, Custo Suplementar, destinada ao financiamento do Deficit Atuarial, em alíquota definida atuarialmente;

III. Contribuição Patronal, Taxa de Administração, que será somada à contribuição prevista no inciso I deste artigo, destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do regime próprio, bem como às situações devidamente previstas pela legislação federal em vigor.

§ 1º. O Plano de Custeio descrito no *caput* e incisos deste artigo, deverá ser definido a cada exercício, por Ato do Poder Executivo, em caso de manutenção ou aumento de alíquotas, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial, com base na reavaliação atuarial anual, que apontará os percentuais a serem praticados.

§ 2º. Os recursos de contribuições previstas no inciso III deste artigo, deverão ser administrados em contas bancárias e contábeis distintas dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios, ou que possuam natureza previdenciária.

§ 3º. Ao final do exercício financeiro, caso seja apurada sobra de valor relativo à taxa de administração prevista no inciso III deste artigo, ou de seus rendimentos, estes passarão a constituir Reserva Administrativa, que poderá ser utilizada no custeio das situações devidamente previstas pela legislação federal em vigor.

Seção II
Da Contribuição dos Segurados e dos Dependentes

Art. 54. A contribuição previdenciária mensal:

I. dos servidores ativos do Município, do Poder Legislativo, das autarquias, e das fundações públicas municipais, de 14,00% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos e em licença remunerada.

II. dos aposentados e pensionistas de 14,00% (quatorze por cento) incidente sobre o valor dos proventos de aposentadorias ou pensões que excedam o valor do salário mínimo vigente.

§ 1º. Na hipótese de acumulação permitida em lei, a contribuição será calculada sobre a remuneração de cada cargo efetivo ocupado pelo servidor público municipal.

§ 2º. Quando o pagamento mensal do servidor sofrer descontos em razão de faltas ou de quaisquer outras ocorrências, a alíquota de contribuição deverá incidir sobre o valor total da remuneração de contribuição prevista em lei, relativa à remuneração mensal do servidor no cargo efetivo, desconsiderados os descontos para esse fim.

Seção III
Da Contribuição do Servidor em Licença Sem Recebimento de Remuneração

Art. 55. O servidor afastado pela concessão de licença sem recebimento de remuneração poderá, caso não deseje sofrer os efeitos da suspensão do vínculo previdenciário, deverá efetuar o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias ao RPPS, previstas no Art 53 e 54, incidentes sobre a base de cálculo prevista no art. 57 desta Lei.

§ 1º. Além da contrapartida do servidor, deverá também ser recolhido pelo segurado o valor equivalente à contribuição patronal, composta pelos valores das alíquotas previstas no Art 53;

§ 2º. As contribuições serão recolhidas diretamente pelo servidor, observados os prazos instituídos nesta Lei;

Art 56. Aplicam-se as disposições deste artigo às demais licenças previstas no Estatuto do Servidor, hipóteses nas quais a incidência da contribuição será sobre a totalidade da remuneração do cargo efetivo.

§1º. A contribuição prevista no art. 55 desta Lei, desde que regularmente adimplida, será computada apenas como tempo de contribuição e manterá o vínculo previdenciário do servidor durante o período, não sendo computado para o cumprimento dos requisitos de tempo de efetivo exercício, tempo de carreira, e tempo no cargo efetivo.

Seção IV
Da Base de Contribuição

Art. 57. Para apuração do valor devido de contribuição previdenciária, a base imponível será a remuneração no cargo efetivo, composta pelo vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, para as quais não exista expressa vedação de incorporação, e os adicionais de caráter individual, exceto as vantagens de natureza indenizatória ou transitórias, tais como:

I – diárias;

II – ajuda de custo;

III – indenização de transporte;

IV – salário família;

V – auxílio-alimentação;

VI – parcelas remuneratórias em decorrência do local de trabalho;

VII - horas extras, adicional noturno e por serviços extraordinários;

VIII - adicional de insalubridade, periculosidade, penosidade ou de risco de vida;

IX - verbas de representação, gratificação por local de exercício, gratificação pelo regime especial de trabalho do servidor do quadro geral e do magistério, e gratificações especiais instituídas por qualquer norma municipal, incluindo-se o adicionais de sobreaviso por atividade especial;

X – parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em substituição ou em comissão ou de função gratificada, ressalvadas aquelas decorrentes da incorporação de vantagens de caráter temporário anteriores ao advento do §9º do art. 39 da Constituição Federal, com redação dada pela EC 103/2019; e

XI – adicional de terço de férias.

§ 1º. Na hipótese de recolhimento indevido de quaisquer das parcelas excetuadas neste artigo, serão devolvidas ao servidor, conforme critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 2º. Incidirá a contribuição previdenciária sobre as licenças previstas no Estatuto dos Servidores, além da licença para tratamento de saúde, licença maternidade, aos adotantes, licença paternidade e demais afastamentos remunerados do servidor, sendo a respectiva base de cálculo a remuneração no cargo efetivo.

§ 3º. A disposição integral do *caput* deste artigo se aplicará aos servidores que ingressarem no serviço público municipal antes a instituição do Regime de Previdência Complementar, e não tenham feito opção por esse Regime.

§ 4º. Os servidores que ingressaram no serviço público após a instituição do Regime de Previdência Complementar, ou aqueles referidos no § 3º que tenham feito opção por esse Regime, terão sua base de calculo de contribuições ao RPPS limitadas ao teto que se refere o Art 4º.

SEÇÃO V

DA ARRECADAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 58. A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou outras importâncias devidas ao RPPS pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a retenção, deverão ser repassadas à unidade gestora até o dia 10 (dez) do mês subsequente ou, no caso deste ocorrer em dias de sábado, domingo e feriados, no primeiro dia útil posterior.

§ 1º. As contribuições devidas serão avaliadas e revistas com fundamento em critérios atuariais, utilizando-se como parâmetros gerais o que for determinado pelo órgão supervisor federal.

Art. 59. Sobre os valores mencionados no Art 58, não creditados na conta do RPPS no prazo estabelecido, incidirão multa de 2,00% (dois por cento) e juros à razão de 1,00% (um por cento ao mês), calculado sobre o débito atualizado pelo INPC da Fundação Getúlio Vargas ou pelo índice que vier eventualmente a substituí-lo, até a data de seu efetivo pagamento.

Art. 60 - As contribuições legalmente instituídas, devidas pelo Município e não repassadas ao RPPS até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em moeda corrente, observando os seguintes critérios:

I - previsão, em cada termo de acordo de parcelamento, do número máximo de 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas;

II - Aplicação de índice oficial de atualização, de taxa de juros e multa, definidos no Artigo 60 desta Lei, na consolidação do montante devido e no pagamento das prestações vincendas e vencidas, com incidência mensal, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial;

III - vencimento da primeira prestação no máximo até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento;

IV - previsão das medidas, sanções ou multas para os casos de inadimplemento das prestações ou descumprimento das demais regras do termo de acordo de parcelamento;

V - Vedação de parcelamento das contribuições previdenciárias descontadas dos servidores e não repassadas à unidade gestora do regime próprio de previdência, exceto nos casos previstos por legislação Federal;

VI - vedação de inclusão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

VII – haja previsão de saldo financeiro suficiente ao pagamento, a curto e médio prazo, dos benefícios previdenciários concedidos;

§ 1º - O termo de acordo de parcelamento deverá ser acompanhado do comprovante de sua publicação e dos demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado, calculados segundo as normas da SPPS.

§ 2º - Os valores necessários ao equacionamento do déficit atuarial, se incluídos no mesmo acordo de parcelamento, deverão ser discriminados em planilhas distintas.

§ 3º - O parcelamento, em qualquer hipótese terá, preferencialmente, vinculação de percentual do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento das parcelas acordadas.

§ 4º - É vedada a dação de bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para o pagamento de débitos com o RPPS, excetuada a amortização do déficit atuarial, devendo, neste caso, serem observados os seguintes parâmetros, além daqueles estabelecidos nas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS:

I - os bens, direitos e demais ativos objeto da dação em pagamento deverão ser vinculados por lei ao RPPS;

II - a dação em pagamento deverá ser precedida de criteriosa avaliação do valor de mercado dos bens, direitos e demais ativos, bem como da sua liquidez em prazo compatível com as obrigações do plano de benefícios.

TÍTULO VII
DA JUNTA MÉDICA

Art. 61. O RPPS municipal utilizará a junta médica da Prefeitura do Município de Riachuelo, sempre que necessário aos processos de concessão de aposentadoria e pensão.

§ 1º. Compete à Prefeitura do Município de Riachuelo a criação, manutenção e disponibilização da Junta Médica, sem ônus ao RPPS.

§ 2º. A Junta Médica seguirá orientações do Manual de Perícias Médicas e ser editado por Decreto pelo Ente Municipal e publicado integralmente no Diário Oficial do Município.

TITULO VIII
DA ADMINISTRAÇÃO DO IPR

Art. 62 - A administração do IPR será executada de forma autônoma e independente da Prefeitura do Município, podendo ser contratada prestação de serviços especializados de terceiros.

Art. 63 – Ficam criados os seguintes órgãos, responsáveis pela administração do IPR:

I - Conselho Deliberativo;
II - Conselho Fiscal; e
III – Diretoria de Previdência.
IV – Comitê de Investimentos

CAPÍTULO I
DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 64 - O Conselho Deliberativo do IPR será constituído de seis membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber:

I - dois segurados representantes do quadro efetivo do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito, o qual designará um deles para presidir o órgão;

II - um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente;

III – dois segurados representantes do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais deste Município, indicados pelo sindicato ou associação de classe;

IV – um representante dos inativos e pensionistas.

§ 1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos e substituirão estes em suas licenças e impedimentos, sucedendo-os em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 2º - O mandato dos membros componentes do Conselho Deliberativo será de dois anos, sendo permitida sua recondução para o mandato subseqüente.

§ 3º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

§ 4º - O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 5º – As deliberações do Conselho serão lavradas em Livro de Atas e as convocações ordinárias e extraordinárias serão feitas por escrito.

§ 6º - Será firmado Termo de Posse dos membros do Conselho Deliberativo.

§7º. Aos ocupantes dos cargos que trata o caput, se impõe as regras implementadas pela Portaria SEPRT-ME Nº 9.907, de 14/04/2020, e suas alterações posteriores.

Art. 65 – Compete ao Conselho Deliberativo:

I – participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira do IPR, em especial dos planos de custeio e de benefícios, solicitando informações à Diretoria de Previdência;

II – apreciar e aprovar os seguintes documentos elaborados pela Diretoria de Previdência:

a) proposta orçamentária anual do IPR;

b) o relatório anual de atividades do IPR, inclusive com demonstrações estatísticas dos benefícios concedidos no exercício;

c) os balancetes mensais, os demonstrativos financeiros, o balanço e a prestação de contas anual, acompanhados dos pareceres competentes do Conselho Fiscal;

III – deliberar sobre a aceitação de bens, legados e doações com encargos, oferecidos ao IPR;

IV – solicitar ao Diretor Executivo, se necessário, a contratação de auditorias independentes;

V – adotar as medidas necessárias à garantia do recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei;

VI – promover ajustes à organização e operação do IPR, se necessário, podendo propor ao Diretor Executivo a contratação de entidades legalmente habilitadas e de experiência comprovada para as gestões do ativo e passivo do RPPS do Município.

Parágrafo único – São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo:

I – dirigir e coordenar as atividades do Conselho Deliberativo;

II – convocar, instalar e presidir as reuniões;

III – avocar o exame e propor solução de quaisquer assuntos do IPR;

IV – praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO FISCAL

Art. 66 - O Conselho Fiscal será composto de quatro membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber:

I - um segurado representante do quadro efetivo do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito;

II - um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente;

III – um segurado representante do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município, indicado pelo sindicato ou associação de classe;

IV – um representante dos inativos e pensionistas.

§ 1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

§ 2º - O mandato dos membros designados será de dois anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho Deliberativo, não sendo permitida sua recondução para o mandato subseqüente.

§ 3º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de dois votos.

§ 4º - O membro do Conselho Fiscal que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou a seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 5º - O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião ordinária após a sua posse, dentre seus membros, por um ano, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 6º - É atribuição do Presidente do Conselho Fiscal convocar, instalar e presidir as reuniões e nas quais terá voz e voto de desempate, sendo as deliberações do Conselho Fiscal lavradas em Livro de Atas.

§ 7º - Será firmado Termo de Posse dos membros do Conselho Fiscal.

§8º. Aos ocupantes dos cargos que trata o caput, se impõe as regras implementadas pela Portaria SEPRT-ME Nº 9.907, de 14/04/2020, e suas alterações posteriores.

Art. 67 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - acompanhar a organização dos serviços técnicos;

II - acompanhar a execução orçamentária do IPR, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III - examinar as prestações efetivadas pelo IPR aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV - proceder, em face dos documentos de receita e despesa, à verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;

V - encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o mês de março de cada ano, com parecer técnico, o relatório da Diretoria de Previdência relativo ao exercício anterior, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios concedidos;

VI - requisitar à Diretoria de Previdência e ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas exigindo as providências de regularização;

VII - propor ao Diretor Executivo as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do IPR;

VIII – acompanhar, juntamente com o Conselho Deliberativo, o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal, notificando o Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao RPPS, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos;

IX - proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, exigindo as regularizações quando necessárias;

X - proceder aos demais atos necessários à fiscalização e gestão do IPR.

Parágrafo único – São atribuições do Presidente do Conselho Fiscal:

I – dirigir e coordenar as atividades do Conselho Fiscal;

II – convocar, instalar e presidir as reuniões;

III – praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO III
DA DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

Art. 68 – A Diretoria de Previdência, é o órgão executivo do RPPS supervisionado pelo Conselho Deliberativo e incumbido de gerir o IPR.

Art. 69 – A Diretoria do Instituto Previdenciário do Município de Barreiros – IPR será composta pelos seguintes cargos em comissão, todos de livre nomeação e exoneração por parte do chefe do Poder Executivo:

I. 1 (um) cargo comissionado de Diretor Executivo, símbolo CCI-01;

II. 1 (um) cargo comissionado de Gerente Administrativo e Financeiro, símbolo CC2-01;

§1º – Aos cargos definidos no caput, se impõem as regras implementadas pela Portaria SEPRT-ME Nº 9.907, de 14/04/2020, e suas alterações posteriores.

Art. 70 - Compete ao Diretor Executivo:

I - representar o IPR em juízo ou fora dele;

II – gerir o IPR, em conjunto com o Gerente Administrativo e Financeiro, consoante o disposto nesta Lei e as deliberações do Conselho Deliberativo.

III – providenciar, conjuntamente com o Gerente Administrativo e Financeiro, as aplicações e investimentos a serem efetuados;

IV – elaborar, em conjunto com o Gerente Administrativo e Financeiro, a proposta orçamentária anual do IPR;

V - expedir instruções e ordens de serviços;

VI – organizar, em conjunto com o Gerente Administrativo e Financeiro, os serviços de prestação previdenciária do IPR;

VII – assinar, em conjunto com o Gerente Administrativo e Financeiro, os cheques e documentos, respondendo pelos atos e fatos de interesse do IPR;

VIII - encaminhar os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais do IPR para o Conselho Deliberativo e para o Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal;

IX - submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar aos seus membros o desempenho de suas atribuições;

X - cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

XI - praticar os demais atos de sua competência, nos termos desta Lei.

Art. 71 - Compete ao Gerente Administrativo e Financeiro:

I - manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro;

II - fornecer até o décimo dia útil de cada mês os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;

III - manter atualizadas as contabilidades financeira e patrimonial;

IV - promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao IPR, e dar publicidade à movimentação financeira;

V - providenciar a elaboração do orçamento anual e plurianual de investimentos, e acompanhar a sua execução;

VI - providenciar a abertura de créditos adicionais, quando necessário;

VII - manter controle dos serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como da fiscalização do consumo de material;

VIII - manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o patrimônio do IPR;

IX - manter atualizado o cadastro dos servidores segurados ativos e inativos, e de seus dependentes, da Prefeitura, da Câmara Municipal e dos demais órgãos municipais vinculados ao IPR;

X - providenciar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo IPR aos segurados e dependentes, nos termos desta Lei;

XI - responder pelos procedimentos exigidos para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requeiram;

XII - atender e orientar os segurados quanto aos seus direitos e deveres para obtenção de benefícios junto ao IPR;

XIII - proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder;

XIV - substituir o Diretor Executivo em seus impedimentos eventuais.

Art. 72 – O Comitê de Investimentos do RPPS, órgão consultivo relativo aos investimentos do Regime Próprio de Previdência, competindo-lhe:

I. formular as políticas de investimentos e de gestão dos recursos;

II. zelar pela execução da programação econômico-financeira dos valores patrimoniais;

III. avaliar propostas, submetendo-se aos órgãos competentes para deliberação;

IV. subsidiar o Conselho Deliberativo do RPPS de informações necessárias à sua tomada de decisões;

V. analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;

VI. propor estratégias de investimentos para um determinado período;

VII. reavaliar as estratégias de investimentos em decorrência de fatos conjunturais relevantes;

VIII. fornecer subsídios para a elaboração ou alteração de política de investimentos;

IX. acompanhar o grau de risco das operações, reportando aos gestores do RPPS e Conselhos qualquer situação de risco elevado e,

X. acompanhar a execução da política de investimentos.

§1º - São integrantes do Comitê de Investimentos:

I - O Diretor Executivo do IPR;

II – O Gerente Administrativo e Financeiro

III - O Presidente do Conselho Deliberativo do IPR;

§2º - Os integrantes do Comitê de Investimentos deverão pugnar pela obtenção e manutenção pessoal das certificações exigidas pela legislação em vigor.

Art. 73. - O IPR poderá ter pessoal requisitado dentre os servidores municipais, os quais serão colocados à sua disposição com todas as garantias, direitos e deveres assegurados.

Parágrafo único – A estrutura física e de pessoal administrativo do IPR poderá ser custeada pelo Executivo Municipal.

Art. 74 - Os membros representantes dos diversos órgãos colegiados da estrutura administrativa do IPR não poderão acumular cargos nestes órgãos, mesmo que indicados para órgãos distintos e por diferentes entes municipais ou entidades.

Art. 75 – Será afixado em quadro de avisos o Relatório Anual de Atividades contendo os Pareceres dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior, para conhecimento dos seus segurados.

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76. Sem prejuízo do previsto nesta Lei, aplicam-se supletivamente e subsidiariamente as disposições federais sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, naquilo que couber.

Art. 77. Os recursos de Regime Próprio de Previdência Social poderão ser aplicados na concessão de empréstimos aos seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e demais regramentos.

Art. 80. Deverá ser realizado, no máximo a cada 3 (três) anos, Censo Previdenciário para atualização de banco de dados de todos os servidores ativos e inativos do Município.

Art. 81. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 82 – Os órgãos gestores de pessoal efetivo e ativo do Município manterão registro individualizado das contribuições dos segurados que conterá, além de nome, matrícula e demais informações pessoais, inclusive dos dependentes, os seguintes dados, que deverão ser repassados mensalmente ao IPR:

I – base de contribuição, mês a mês, dos beneficiários segurados e dos entes Municipais; e

II – valores mensais e acumulados da contribuição do segurado e dos entes Municipais.

Parágrafo único - O segurado receberá dos órgãos gestores de pessoal efetivo e ativo do Município extrato anual das informações de que trata este artigo.

Art 83. O Prefeito do Município, o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes de Autarquias e Fundações e os demais ordenadores de despesa serão responsabilizados, solidariamente, na forma da Lei, nos casos de inadimplência no recolhimento das contribuições ou de outras obrigações administrativas referentes aos órgãos de sua responsabilidade para com o RPPS, não ocorra nas datas e condições previstas nesta Lei.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor:

I - em relação ao Art 54, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação;

II - para os demais dispositivos, na data de sua publicação;

Parágrafo único. Ficam mantidas, até o prazo de que trata o inciso I do caput, as alíquotas de contribuição vigentes na data de sua publicação.

Art 85. Naquilo que não conflitarem com o disposto nesta Lei, permanecem em vigor todos os dispositivos legais e normativos subordinados à Lei Municipal nº 531 de 08/04/2013, ora revogada, até o cumprimento de seus respectivos prazos de decursos ou prescricionais.

Art 86. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 531 de 08/04/2013 e demais disposições em sentido contrário.

Riachuelo/RN, 30 de março de 2022.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

NOTA DE REPUBLICAÇÃO

Republica-se a Lei Municipal nº 664, de 30 de março de 2022, para fins de adequação formal da espécie normativa, diante da necessidade de compatibilização das matérias previdenciárias nela disciplinadas com o art. 40 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 103/2019 e o art. 164 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A presente republicação tem por finalidade exclusiva a adequação formal da espécie normativa, preservando integralmente o conteúdo material do texto originalmente aprovado, sem alteração de direitos, obrigações, requisitos previdenciários, regras de cálculo ou reajustamento.

A publicação originária de 31 de março de 2022 permanece preservada nos arquivos legislativos, devendo a presente republicação ser compreendida em conjunto com o processo legislativo originário e a certidão de quórum que o instrui.

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:AD975DD5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº0221/2026 – GPMRF

Conceder diárias a Presidente do Conselho Municipal de Saúde e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 01 (uma) diária, a senhora **IARACI ROGERIO DE SANTANA SILVA,** CPF:***.085.994-**, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, com fulcro na participação no Seminário **"Saúde Mental: Debatendo o centro de atenção psicossocial (CAPS)", Oficina Macrorregional de Qualificação em insulinoterapia",** que aconteceu no dia 28 de agosto de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme portaria 019/2009 – GP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 27 de agosto de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:72F74E76

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 059/2026 – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, PROVENIENTE DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN

Contratante: Município de Rio do Fogo/RN - **CNPJ**: 01.612.393/0001-57
Contratada: - NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 04.770.238/0001-57;

Objeto do contrato: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SENDO 04 VEÍCULOS PASSEIO (HATCH), VISANDO A RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

**Valor global R$** 388.000,00 (Trezentos e Oitenta e Oito Mil Reais), ao valor Unitário de R$ 97.000,00;

Vigência : 27/08/202 a 31/12/2026

Fundamentação: Art. 86 da Lei nº14.133/2021, com suas alterações posteriores

Assinaturas:
Pelo contratante: Marcio Luiz Pereira Barbosa - CPF: xxx.659.xxx-xx (Prefeito Municipal);

Pela contratada: NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 04.770.238/0001-57– CARLOS ANDRÉ COSME FRANÇA – CPF xxx.551.xxxx-xx

Rio do Fogo- RN, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:A050876E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO Nº 003/2026 – PROCESSO Nº 0702001/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2025 INERENTE AO PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02060001/2025 – VILA FLOR/RN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES/RN, por intermédio da sua gestora, torna pública a **ADESÃO Nº. 003/2026** à **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2025 INERENTE AO PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02060001/2025 – VILA FLOR/RN**, tendo por gerenciador da ARP a Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN; para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E ADEQUAÇÃO DE EDIFICAÇÕES, INFRAESTRUTURA E DOS DEMAIS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS E COMUNITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES/RN**, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo de Referência do órgão gerenciador e neste processo. **VIGENCIA DA ARP**: 08/07/2025 A 07/07/2026 – PRORROGADA até 06 de julho de 2027, conforme TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA publicado no Diário oficial do

Município em 07 de julho de 2026 – ANO 2026 - Edição Nº 241. **VALOR TOTAL ADERIDO:** R$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais). **PERCENTUAL DE DESCONTO:** 11% (Onze por cento)

EMPRESA CONTRATADA
Razão Social: CAICARA CONSTRUCOES LTDA – ME ; **CNPJ** N.º 10.697.062/0001-58
Endereço: Rua Manoel Claudino, Nº 66 - Centro - Olho D'agua dos Borges/RN – CEP 59.730-000
Telefone: (84) 99442-4600 e (84) 9.9676-6991
Endereço Eletrônico: E-MAIL: caicaraconstrucoes2022@gmail.com
Representante: ADDYSON SALES DE ALMEIDA
R**G n.º/Órgão Expedidor/UF:** 001.xxx.204 - SSP/RN - **CPF:**836.xxx.xxx-91

ITEM: 1
DESCRIÇÃO: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva e Adequações de Edificações, Infraestrutura e dos Equipamentos Públicos Urbano e Comunitários com fornecimento materiais, equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.
UNIDADE DE MEDIDA: SERVIÇO
QUANT/VALOR: 3.000.000,00
PORCENTAGEM % DE DESCONTO: 11%

O contrato será elaborado com base na minuta de contrato já aprovado pelo setor jurídico, sendo encaminhado para assinatura; via e-mail institucional da empresa acima qualificada, nesta data.

Rodolfo Fernandes/RN, 24 de agosto de 2026.

Ana Cláudia Almeida Cavalcante
Prefeita Municipal

ANEXO I – TERMO DE ADESÃO

JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2026.

1. DA NECESSIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO NA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por finalidade viabilizar a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de adequação de edificações, infraestrutura e equipamentos públicos do Município de Rodolfo Fernandes/RN, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução das intervenções tecnicamente determinadas pela Administração.
1.2. A necessidade administrativa encontra-se devidamente caracterizada no Estudo Técnico Preliminar, no qual foi registrada a responsabilidade do Município pela conservação, funcionalidade e segurança dos prédios e estruturas públicas, bem como os riscos decorrentes da ausência de manutenção sistemática, especialmente quanto à deterioração acelerada dos imóveis, aumento dos custos com reparos emergenciais e comprometimento da segurança de servidores e usuários dos serviços públicos.
1.3. A necessidade não possui caráter meramente estético, acessório ou de conveniência administrativa. Ao contrário, trata-se de intervenções destinadas a preservar a integridade física das edificações públicas e assegurar condições mínimas de segurança, salubridade e funcionamento de equipamentos utilizados diretamente pela população.
1.4. Essa conclusão é reforçada pelo Parecer Técnico de Engenharia elaborado após vistoria realizada nos próprios equipamentos públicos municipais.
1.5. No Ginásio de Esporte João Nazário, localizado na Rua Joana Dark de Queiroz, Centro, Rodolfo Fernandes/RN, a avaliação técnica identificou necessidade de intervenções corretivas de urgência na cobertura metálica, em razão da existência de telhas deslocadas e de elementos com fixação inadequada. Foram igualmente identificadas deficiências nas instalações sanitárias dos vestiários, forros e instalações elétricas, além de pontos estruturais com laje de concreto armado apresentando elevada deflexão e risco de desabamento.
1.6. O Parecer Técnico expressamente registra que tais condições comprometem a segurança dos usuários, especialmente atletas e demais frequentadores, tornando indispensáveis os serviços de reparo para restabelecimento das condições de segurança e utilização do equipamento esportivo.
1.7. A avaliação técnica também constatou a existência de escoamento de esgoto a céu aberto em via não pavimentada, situação caracterizada como insalubre, com potencial risco à saúde pública em razão da proliferação de vetores de doenças, emissão de odores e possibilidade de contaminação do solo e das águas, além de prejuízos à infraestrutura urbana e à qualidade de vida da população residente.
1.8. Do mesmo modo, foi identificada deterioração no reservatório elevado de abastecimento de água do Centro Infantil Mundo da Criança, com desprendimento de pintura e revestimento, exposição do substrato, sinais de umidade, manchas e eflorescências, tendo o parecer recomendado avaliação da estanqueidade, das tubulações, do revestimento impermeabilizante e da integridade do concreto armado, seguida da execução dos serviços necessários à garantia da segurança estrutural.
1.9. Portanto, a documentação técnica evidencia que a necessidade de contratação decorre de situações concretas de deterioração e risco identificadas em equipamentos e estruturas públicas, não se tratando de contratação voltada à expansão, melhoria ornamental ou realização de despesa discricionária desprovida de relação direta com a segurança e a continuidade dos serviços públicos.

2. DO CARÁTER ESSENCIAL E INADIÁVEL DOS SERVIÇOS

2.1. Embora os serviços de manutenção predial, considerados de forma abstrata, possam assumir caráter ordinário e programável, a situação concreta examinada nos autos apresenta características excepcionais que alteram substancialmente essa classificação.
2.2. O Parecer Técnico da Engenharia demonstra a existência de riscos concretos relacionados à segurança estrutural, instalações elétricas, cobertura, instalações sanitárias e condições de salubridade de espaços públicos, inclusive com registro de risco de desabamento em estrutura de concreto armado.
2.3. Assim, a contratação ora pretendida deve ser compreendida como medida necessária à preservação da segurança dos usuários dos equipamentos públicos, à prevenção de agravamento de danos estruturais e à continuidade adequada das atividades públicas desenvolvidas nos locais atingidos.
2.4. A não realização das intervenções necessárias não representa mera postergação de uma melhoria administrativa. Ao contrário, poderá resultar no agravamento das patologias construtivas identificadas, na necessidade de interdições, na interrupção de atividades públicas, na elevação dos custos de recuperação e, principalmente, na exposição de servidores, crianças, atletas e demais usuários a riscos que a Administração tem o dever de prevenir.
2.5. Nesse sentido, a contratação encontra fundamento no interesse público primário e nos deveres de eficiência, segurança, conservação do patrimônio público e continuidade dos serviços públicos.

3. DA COMPATIBILIDADE DA CONTRATAÇÃO COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2026

3.1. O Município de Rodolfo Fernandes/RN editou o Decreto Municipal nº 016/2026, de 02 de julho de 2026, declarando estado de calamidade financeira e administrativa no âmbito do Poder Executivo e estabelecendo medidas de priorização das despesas e contenção das despesas discricionárias.
3.2. O referido Decreto determinou, em seu art. 2º, prioridade para despesas relacionadas à folha de pagamento, saúde, educação, assistência social, serviço da dívida e coleta de resíduos sólidos e demais serviços públicos essenciais cuja interrupção comprometa a saúde ou a segurança da população.
3.3. Por sua vez, o art. 3º, inciso IV, estabeleceu a suspensão da celebração de novos contratos, convênios e aditivos que impliquem aumento de despesa não obrigatória, ressalvadas as despesas vinculadas a recursos de transferências com destinação específica e as situações excepcionais expressamente autorizadas pela Chefe do Poder Executivo mediante justificativa escrita.

3.4. **A presente contratação, pelas suas características concretas, enquadra-se justamente na hipótese excepcional prevista no próprio Decreto.**
3.5. **Isso porque a despesa não decorre de iniciativa administrativa voltada à ampliação de estrutura, realização de evento, aquisição de bem supérfluo ou execução de serviço cuja postergação seja indiferente ao interesse público.**
3.6. **Ao contrário, decorre de necessidade técnica formalmente constatada por profissional habilitada, com registro de situações capazes de comprometer a segurança dos usuários e a adequada utilização de equipamentos públicos.**
3.7. **A contratação, portanto, deve ser analisada à luz da finalidade do próprio Decreto nº 016/2026: promover contenção e racionalização das despesas públicas sem permitir que a situação financeira e administrativa excepcional conduza à paralisação de providências indispensáveis à proteção da população, à segurança dos usuários e à preservação do patrimônio público.**
3.8. A manutenção e recuperação de equipamentos públicos que apresentam risco de deterioração grave, comprometimento estrutural ou condições inadequadas de segurança não se mostra compatível com uma postura administrativa de simples postergação da despesa, pois a omissão poderá gerar consequência financeira ainda mais gravosa ao Município, além de potencial responsabilização administrativa decorrente da ausência de providências diante de situação técnica conhecida.
3.9. Dessa forma, a contratação não deve ser considerada incompatível com o Decreto Municipal nº 016/2026, mas sim como hipótese excepcional que pode ser autorizada nos termos do próprio art. 3º, inciso IV, desde que observados os requisitos nele estabelecidos.

4. DA EXCEPCIONALIDADE CONCRETAMENTE DEMONSTRADA

4.1. A excepcionalidade da contratação encontra suporte em elementos objetivos constantes do processo administrativo.
4.2. Primeiramente, há Parecer Técnico de Engenharia decorrente de vistoria realizada nos equipamentos públicos, com registro fotográfico e identificação de patologias construtivas e situações que demandam intervenção.
4.3. Em segundo, há indicação expressa de situações que envolvem segurança dos usuários, inclusive risco de desabamento de elemento estrutural no Ginásio João Nazário.
4.4. Em terceiro, há identificação de situação de esgotamento sanitário a céu aberto, com potencial risco à saúde pública e ao meio ambiente.
4.5. Em quarto, há constatação de deterioração do reservatório de abastecimento de água do Centro Infantil Mundo da Criança, com recomendação de avaliação e execução dos serviços necessários à preservação da segurança estrutural.
4.6. Em conjunto, esses elementos afastam a possibilidade de caracterização da contratação como mera despesa discricionária de conveniência administrativa.
4.7. A Administração Pública não está sendo chamada a decidir se deseja ou não realizar uma melhoria. Está diante da necessidade de adotar providências para evitar o agravamento de situações técnicas já identificadas e documentadas.
4.8. O adiamento indefinido dos serviços poderá, inclusive, contrariar a finalidade econômica do próprio Decreto de contenção, pois o agravamento das patologias tende a elevar o custo futuro das intervenções e poderá exigir medidas emergenciais mais onerosas.

5. DA VANTAJOSIDADE DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Além da necessidade material da contratação, o processo demonstra que a solução escolhida — adesão à Ata de Registro de Preços nº 015/2025, do Município de Vila Flor/RN — apresenta-se como alternativa capaz de proporcionar maior celeridade e eficiência administrativa.
5.2. O ETP analisou três alternativas: execução direta pela Administração, realização de licitação própria e adesão a Ata de Registro de Preços vigente. A execução direta foi considerada inviável diante da ausência de estrutura permanente e equipe técnica multidisciplinar suficiente para atender à diversidade das demandas de manutenção predial. A realização de novo procedimento licitatório, embora juridicamente possível, foi considerada menos eficiente diante do tempo necessário para sua instrução, publicação, fase competitiva e eventual interposição de recursos.
5.3. Nesse contexto, a adesão à Ata de Registro de Preços constitui solução que concilia dois interesses públicos relevantes: de um lado, o atendimento célere de necessidades concretas e tecnicamente comprovadas; de outro, a racionalização dos procedimentos administrativos e a busca pela economicidade.
5.4. A pesquisa realizada no ETP também foi direcionada à aferição da vantajosidade econômica da adesão, com comparação de descontos obtidos em outras atas de registro de preços, tendo sido indicado desconto médio de 7,67%. O ETP registra, ainda, que a ata pretendida apresenta desconto superior ao parâmetro médio encontrado na pesquisa, circunstância utilizada para fundamentar a vantajosidade econômica da adesão.
5.5. A utilização de instrumento de registro de preços já existente, desde que demonstradas nos autos a compatibilidade do objeto, a vantajosidade dos preços e o atendimento aos demais requisitos legais, mostra-se particularmente adequada em cenário de excepcional restrição administrativa, pois evita a necessidade de instauração e condução imediata de novo certame para atender a necessidades que possuem caráter urgente e recorrente.

6. DA RAZOABILIDADE E DA ECONOMICIDADE DA MEDIDA

6.1. A contratação também deve ser analisada sob a perspectiva do custo da não contratação.
6.2. A manutenção preventiva e corretiva tempestiva permite evitar o agravamento das patologias existentes, reduzindo a probabilidade de que pequenos ou médios reparos evoluam para intervenções de maior complexidade e custo.
6.3. No caso analisado, a ausência de intervenção na cobertura, instalações elétricas, instalações sanitárias e elementos estruturais poderá provocar deterioração progressiva, além de eventual necessidade de interdição dos equipamentos públicos.
6.4. Assim, a despesa ora proposta possui caráter preventivo e conservativo, destinando-se justamente a preservar o patrimônio público e evitar despesas futuras de maior monta.
6.5. A adoção de uma solução célere e tecnicamente adequada, portanto, não representa afastamento da política de contenção determinada pelo Decreto nº 016/2026. Ao contrário, representa aplicação racional dos recursos públicos diante de uma necessidade comprovada, evitando que a contenção administrativa produza efeito inverso ao pretendido e resulte em aumento futuro dos custos de recuperação.

7. DA AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2026

7.1. Diante do conjunto documental constante dos autos, conclui-se que a contratação pretendida não configura afronta ao Decreto Municipal nº 016/2026, desde que sejam observados os mecanismos de excepcionalização e controle estabelecidos no próprio ato normativo.
7.2. A contratação:
7.2.1. decorre de necessidade concreta e tecnicamente comprovada;
7.2.2. possui relação direta com a segurança dos usuários de equipamentos públicos;
7.2.3. visa prevenir o agravamento de danos estruturais e de infraestrutura;
7.2.4. contribui para a preservação do patrimônio público;
7.2.5. está relacionada à continuidade e adequada prestação de atividades e serviços públicos;
7.2.6. não possui natureza meramente ornamental, promocional ou de conveniência administrativa;
7.2.7. encontra-se fundamentada em Parecer Técnico de Engenharia elaborado após vistoria dos locais;
7.2.8. foi objeto de análise no Estudo Técnico Preliminar;
7.2.9. possui solução contratual previamente estruturada mediante Ata de Registro de Preços;
7.2.10. teve sua vantajosidade econômica, objeto de análise no planejamento da contratação; e

7.2.11. enquadra-se na hipótese excepcional prevista no art. 3º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 016/2026, mediante autorização expressa da Chefe do Poder Executivo, acompanhada da justificativa escrita correspondente.
7.3. **Importante destacar que o Decreto não estabeleceu uma vedação absoluta e irrestrita a toda e qualquer nova contratação. O próprio art. 3º, inciso IV, admite situações excepcionais mediante autorização expressa da Chefe do Poder Executivo e justificativa escrita.**
7.4. **É precisamente nessa hipótese que se enquadra a presente contratação, considerando a existência de riscos técnicos concretos e documentados e a necessidade de preservar a segurança da população e a integridade do patrimônio público.**

8. DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS CONTROLES ESTABELECIDOS PELO DECRETO

8.1. Embora demonstrada a excepcionalidade, a contratação deverá observar integralmente os mecanismos de controle previstos no Decreto Municipal nº 016/2026.
8.2. Assim, recomenda-se que o processo seja instruído com:
8.2.1. justificativa técnica da necessidade e da excepcionalidade da contratação;
8.2.2. Parecer Técnico de Engenharia que fundamenta a necessidade das intervenções;
8.2.3. Estudo Técnico Preliminar;
8.2.4. comprovação da vantajosidade da adesão à Ata de Registro de Preços;
8.2.5. demonstração da compatibilidade do objeto registrado com a necessidade municipal;
8.2.6. autorização expressa e fundamentada da Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 3º, inciso IV, do Decreto nº 016/2026;
8.2.7. comprovação da existência de dotação orçamentária suficiente e adequada para suportar a despesa;
8.2.8. observância dos demais requisitos estabelecidos no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável à adesão à Ata de Registro de Preços; e
8.2.9. adoção das medidas de fiscalização e controle necessárias à execução dos serviços.
8.3. A adoção desses mecanismos demonstra que a Administração não pretende utilizar a situação excepcional para afastar as medidas de contenção determinadas pelo Decreto, mas, ao contrário, reconhecer uma necessidade excepcional, submetê-la ao controle institucional previsto no próprio ato normativo e somente autorizar a despesa quando demonstrado que sua realização é necessária, adequada e vantajosa.

9. CONCLUSÃO

9.1. Diante de todo o exposto, considerando o conteúdo do Estudo Técnico Preliminar, o Parecer Técnico de Engenharia, a necessidade concreta de manutenção e recuperação de equipamentos e estruturas públicas, os riscos à segurança dos usuários, as condições de insalubridade e deterioração identificadas e a necessidade de preservação do patrimônio público, manifesta-se favoravelmente à continuidade do procedimento destinado à adesão à Ata de Registro de Preços nº 015/2025, do Município de Vila Flor/RN, desde que sejam integralmente comprovados nos autos os pressupostos legais da adesão e a vantajosidade da contratação.
9.2. A adesão revela-se adequada, necessária e proporcional diante das circunstâncias concretas, especialmente porque permite atender, com maior celeridade, demandas de manutenção cuja postergação poderá agravar os danos existentes, comprometer a segurança dos usuários e aumentar os custos futuros para o Município.
9.3. No que se refere especificamente ao Decreto Municipal nº 016/2026, conclui-se que a contratação não representa violação à política de contenção estabelecida pelo ato, uma vez que se enquadra na hipótese excepcional prevista no art. 3º, inciso IV, diante da existência de situação concreta, tecnicamente comprovada, que envolve segurança, salubridade, conservação do patrimônio público e continuidade adequada das atividades públicas.
9.4. Por conseguinte, recomenda-se o prosseguimento do procedimento, condicionado à autorização expressa e fundamentada da Chefe do Poder Executivo, na forma determinada pelo Decreto Municipal nº 016/2026, bem como ao cumprimento de todas as demais exigências legais e administrativas aplicáveis.
9.5. A medida, nessas condições, representa não apenas uma possibilidade jurídica de contratação, mas uma providência administrativa orientada pelo interesse público, pela prevenção de danos, pela segurança da população, pela conservação do patrimônio público e pela economicidade, compatibilizando a necessidade concreta de intervenção com as restrições impostas pelo cenário excepcional de calamidade financeira e administrativa.

Rodolfo Fernandes/RN, 03 de julho de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Larissa Maria Caroca Carneiro
Código Identificador:207FDFD1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Ruy Barbosa/RN, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, vem **ADJUDICAR** o objeto licitado em favor da empresa SILVA RIBEIRO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 49.572.307/0001-56, pelo valor global de R$ 2.875.771,20 (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e vinte centavos); e **HOMOLOGAR** o processo licitatório referente à Concorrência Eletrônica nº 04/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de 20 unidades habitacionais em áreas urbanas - MCMV - FNHIS SUB 50, no município de Ruy Barbosa/RN, conforme Termo de Compromisso nº 996983/2025/MCIDADES/CAIXA, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Publique-se. Ao departamento competente para as providências de costume.

Ruy Barbosa/RN, 27 de agosto de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Autoridade Competente

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:4D343F08

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
ACÓRDÃO - PROCESSO DISCIPLINAR DESPORTIVO ESCOLAR

PROCESSO Nº 007/2026
DENUNCIADO: JOSÉ WELLINGTON CARVALHO DA CRUZ
REFERÊNCIA: PARTIDA DE FUTSAL E.E. JOÃO FERREIRA DE SOUZA X IESC, REALIZADA EM 19/08/2026

EMENTA: PROCESSO DISCIPLINAR DESPORTIVO ESCOLAR. PROFESSOR. AGRESSÃO FÍSICA CONTRA ESTUDANTE-ATLETA MENOR DE IDADE. TAPA NA REGIÃO INFRAORBITAL ESQUERDA. LESÃO CORPORAL LEVE CONSTATADA EM EXAME DE CORPO DE DELITO. CHUTE DESFERIDO QUANDO O ESTUDANTE JÁ SE ENCONTRAVA NO CHÃO. ART. 101 DO CBJDE. ESPECIAL DEVER DE AUTOCONTROLE, DISCIPLINA E SUPERVISÃO DO PROFESSOR. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS. PROCEDÊNCIA. SUSPENSÃO POR 15 (QUINZE) MESES.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Disciplinar nº 007/2026, em que figura como denunciado **JOSÉ WELLINGTON CARVALHO DA CRUZ**, professor vinculado ao Instituto Educacional de Santa Cruz – IESC.

O conjunto probatório, formado pelo relatório arbitral e pelos elementos produzidos durante a instrução, demonstrou que, após contato físico inicial praticado pelo estudante-atleta Talyson Francisco Ribeiro de Medeiros, nº 05, o denunciado o atingiu com um tapa na região infraorbital esquerda e, posteriormente, desferiu-lhe um chute quando este já se encontrava no chão.

O exame de corpo de delito realizado na mesma data constatou edema na região infraorbital esquerda e classificou a lesão como de natureza leve, constituindo elemento objetivo de confirmação da materialidade da agressão quando apreciado em conjunto com as demais provas.

A conduta caracteriza a infração prevista no art. 101 do CBJDE. O contato físico inicial praticado pelo estudante não exclui a responsabilidade disciplinar, uma vez que a reação ultrapassou os limites de mera contenção e prosseguiu mediante novo ato agressivo quando o estudante já se encontrava caído.

Na dosimetria, foram consideradas favoravelmente a ausência de antecedentes disciplinares conhecidos, o histórico profissional de vários anos sem registro de episódios semelhantes, o contexto inicial do conflito e a natureza leve da lesão.

Em sentido desfavorável, foram consideradas a sucessão dos atos agressivos, especialmente o chute contra o estudante já caído, a condição de menor de idade da vítima e a posição do denunciado como professor, a quem incumbia especial dever de autocontrole, disciplina, supervisão e preservação da segurança dos estudantes durante a competição.

A ponderação dessas circunstâncias revela elevada reprovabilidade da conduta, justificando a aplicação de sanção significativamente superior ao mínimo legal, sem alcançar o patamar máximo previsto no art. 101 do CBJDE.

ACORDAM os membros da Comissão Disciplinar Desportiva do VI Jogos Escolares de Santa Cruz/RN – JESC 2026, por UNANIMIDADE, em **JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA**, reconhecendo **JOSÉ WELLINGTON CARVALHO DA CRUZ** como incurso no art. 101 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva Escolar – CBJDE e aplicando-lhe a pena de **SUSPENSÃO PELO PRAZO DE DOZE (DOZE) MESES**, com os efeitos previstos no art. 96, § 1º, do mesmo Código, divergindo da relatoria que sugeriu a pena de 15 (quinze) meses de suspensão.

A decisão produz efeitos imediatamente após a proclamação do resultado, nos termos do art. 63 do CBJDE, devendo ser promovidos o registro da punição, as intimações cabíveis e os encaminhamentos ora determinados.

Por estar fora do período de competição, eventual recurso ordinário observará o prazo de 15 (quinze) dias após a publicação da decisão, nos termos dos arts. 79 e 80, alínea "a", do CBJDE.

Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

HIAGO GABRIEL SILVA DA COSTA
Presidente da Comissão Disciplinar Desportiva

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:7A9CE1FB

GABINETE CIVIL
COMISSÃO DISCIPLINAR DE JUSTIÇA DESPORTIVA MUNICIPAL – SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO TJDM Nº 02/2025
RECORRENTE: Instituto Educacional Santa Cruz – IESC
RECORRIDA: Centro Criativo de Educação com Artes – CREART

EMENTA: RECURSO DISCIPLINAR. JOGOS ESCOLARES. FUTSAL MIRIM MASCULINO. OCORRÊNCIA DISCIPLINAR ENVOLVENDO INTEGRANTE DA TORCIDA VINCULADA À INSTITUIÇÃO RECORRENTE. RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR DA INSTITUIÇÃO. MANUTENÇÃO. DOSIMETRIA. RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E FUNÇÃO PEDAGÓGICA DAS SANÇÕES. COMUTAÇÃO DA SUSPENSÃO DA EQUIPE E DA MULTA PECUNIÁRIA POR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. ANULAÇÃO DA PARTIDA E DEMAIS EFEITOS ESPORTIVOS MANTIDOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO: A Comissão Disciplinar de Justiça Desportiva Municipal – Segunda Instância, por unanimidade, decidiu **CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, mantendo o reconhecimento da responsabilidade disciplinar do Instituto Educacional Santa Cruz – IESC, a sanção individual aplicada ao responsável pelo fato, a advertência à instituição e a anulação da partida, com os respectivos efeitos esportivos.

Foram comutadas as penalidades de suspensão da equipe de futsal mirim e de multa pecuniária aplicadas ao IESC por medida socioeducativa consistente na entrega de 05 (cinco) cestas básicas, com valor mínimo individual de R$ 100,00 (cem reais), destinadas a entidade beneficente indicada pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante comprovação perante a Comissão, sob pena de restabelecimento das penalidades originárias.

Santa Cruz/RN, 29 de julho de 2026.

STHEFANY GABRIELLA DOS SANTOS COSTA
Presidente da Comissão Disciplinar de Justiça Desportiva Municipal
Segunda Instância

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:95E29FD1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1606/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - EVANDIR LAURENTINO DE ANDRADE

Portaria nº 08.1606/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor **EVANDIR LAURENTINO DE ANDRADE**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **109/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional do Sr. **EVANDIR LAURENTINO DE ANDRADE**, Matrícula: 152625-1, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência ao interessado, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:56F72081

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1607/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - FRANCISCO DE ASSIS SOARES DA SILVA

Portaria nº 08.1607/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor **FRANCISCO DE ASSIS SOARES DA SILVA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **027/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional do Sr. **FRANCISCO DE ASSIS SOARES DA SILVA**, Matrícula: 152680-4, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência ao interessado, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de fevereiro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:FC1FB2B1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1608/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - FRANCISCA LEILZA DE SOUZA SILVA

Portaria nº 08.1608/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **FRANCISCA LEILZA DE SOUZA SILVA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **104/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **FRANCISCA LEILZA DE SOUZA SILVA**, Matrícula: 0012300-1, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:4C5AE97E

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1609/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - MARIA APARECIDA DE LIMA

Portaria nº 08.1609/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção*;*

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **MARIA APARECIDA DE LIMA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **101/26***;*

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **MARIA APARECIDA DE LIMA**, Matrícula: 152683-9, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:ECB6F003

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1610/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - MARIA EDLANE RODRIGUES DA SILVA

Portaria nº 08.1610/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção*;*

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **MARIA EDLANE RODRIGUES DA SILVA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **100/26***;*

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **MARIA EDLANE RODRIGUES DA SILVA**, Matrícula: 152594-8, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:9F9B470E

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1611/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - SELMA GOMES CRISANTO PONTES

Portaria nº 08.1611/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção*;*

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **SELMA GOMES CRISANTO PONTES**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **098/26***;*

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **SELMA GOMES CRISANTO PONTES**, Matrícula: 152355-4, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de junho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:EC625A89

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1612/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - VALDICLEIDE RODRIGUES BEZERRA

Portaria nº 08.1612/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **VALDICLEIDE RODRIGUES BEZERRA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **057/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **VALDICLEIDE RODRIGUES BEZERRA**, Matrícula: 1526820-1, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 07 de abril de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:23ABAACF

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1613/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - JANIELLE PEREIRA DA ROCHA

Portaria nº 08.1613/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **JANIELLE PEREIRA DA ROCHA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **058/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **JANIELLE PEREIRA DA ROCHA**, Matrícula: 152239-6, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "B" para Nível 2 classe "B".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de abril de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:88A44EFB

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1614/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - FAGNER KARIELLE DA SILVA

Portaria nº 08.1614/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor **FAGNER KARIELLE DA SILVA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **056/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:
Art. 1º - Condecer a promoção funcional do Sr. **FAGNER KARIELLE DA SILVA**, Matrícula: 011343-3, Professor de Matéria Especifica de Portugues do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência ao interessado, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de março de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:3250A661

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1615/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - JOSÉ AURIMAR BELARMINO

Portaria nº 08.1615/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor **JOSÉ AURIMAR BELARMINO**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **025/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional do Sr. **JOSÉ AURIMAR BERLARMINO**, Matrícula: 152673-1, Professor de Matéria Especifica de Matématica, do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência ao interessado, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de fevereiro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:732E5918

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1616/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - DANIELA DO NASCIMENTO ARAÚJO

Portaria nº 08.1616/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **DANIELA DO NASCIMENTO ARAÚJO**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **024/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **DANIELA DO NASCIMENTO ARAÚJO**, Matrícula: 152622-7, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.
Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 23 de abril de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:74E500F6

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1617/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - RARYSSA ALLYSANDRA DANTAS DE SOUZA CÂMARA

Portaria nº 08.1617/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **RARYSSA ALLYSANDRA DANTAS DE SOUZA CÂMARA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **021/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional do Sr. **RARYSSA ALLYSANDRA DANTAS DE SOUZA CÂMARA**, Matrícula: 152681-2, Professor de Matéria Especifica de Inglês, do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de fevereiro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:0EE9C3ED

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1618/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - JADER RAFAEL FRANÇA DE ANDRADE

Portaria nº 08.1618/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor **JADER RAFAEL FRANÇA DE ANDRADE**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **022/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a promoção funcional do Sr. **JADER RAFAEL FRANÇA DE ANDRADE**, Matrícula: 152679-0, Professor de Matéria Especifica de Artes, do quadro de Pessoal Efetivo deste Município, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência ao interessado, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de fevereiro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:9ABE493C

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1619/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), à servidora **LUCINEIDE IVO DANTAS**, matrícula nº 41548/1, ocupante do cargo de **Professora**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, onde participará de atividades acadêmicas referentes à pós-graduação, a serem realizadas na UERN – Campus Central, no dia **25 de agosto de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:945ADA64

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1620/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam concedidas 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), à servidora **LIGIANE CAVALCANTE DE OLIVEIRA**, CPF nº 065.XXX.XXX-86, ocupante do cargo de **Conselheira**, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento diário à cidade de **Extremoz/RN**, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselhos de Saúde do Nordeste – FEPECCSN, nos dias **02 a 04 de setembro de 2026**, das 8h às 16h30.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:D2F68B36

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1621/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), à servidora **ANDREIA DE OLIVEIRA SILVA**, matrícula nº 1522370/2, ocupante do cargo de **Professora**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, onde participará de atividades acadêmicas referentes à pós-graduação, a serem realizadas na UERN – Campus Central, no dia **25 de agosto de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:5FA14C03

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1622/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam concedidas 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), ao servidor **FRANCISCO JADEILSON CLAUDIANO DE LIMA**, CPF nº 072.XXX.XXX-79, ocupante do cargo de **Conselheiro**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento diário à cidade de **Extremoz/RN**, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselhos de Saúde do Nordeste – FEPECCSN, nos dias **02 a 04 de setembro de 2026**, das 8h às 16h30.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:353CE941

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1623/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam concedidas 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), à servidora **MIRIAM ESTEVAM DE FREITAS**, CPF nº 301.XXX.XXX-00, ocupante do cargo de **Conselheira**, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento diário à cidade de **Extremoz/RN**, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselhos de Saúde do Nordeste – FEPECCSN, nos dias **02 a 04 de setembro de 2026**, das 8h às 16h30.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:01321439

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1624/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam concedidas 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), ao servidor **CARLOS GEISON TARGINO GOMES**, CPF nº 081.XXX.XXX-65, ocupante do cargo de **Conselheiro**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento diário à cidade de **Extremoz/RN**, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselhos de Saúde do Nordeste – FEPECCSN, nos dias **02 a 04 de setembro de 2026**, das 8h às 16h30.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:B129A597

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1625/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam concedidas 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), à servidora **CYNTYA TEIXEIRA MARQUES**, CPF nº 023.XXX.XXX-93, ocupante do cargo de **Conselheira**, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento diário à cidade de **Extremoz/RN**, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselhos de Saúde do Nordeste – FEPECCSN, nos dias **02 a 04 de setembro de 2026**, das 8h às 16h30.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:4B3F51AF

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1626/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam concedidas 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), ao servidor **ROBERTO QUINTILIANO DA ROCHA**, CPF nº 503.XXX.XXX-15, ocupante do cargo de **Conselheiro**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento diário à cidade de **Extremoz/RN**, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselhos de Saúde do Nordeste – FEPECCSN, nos dias **02 a 04 de setembro de 2026**, das 8h às 16h30

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:2EDF0CDF

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 08.1627/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Revogar a Portaria de **nº 08.1602/2026 - GC/PMSC** publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, **Edição nº 3863**, de 24 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 27 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:AF9147F7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - DECRETO MUNICIPAL Nº 1.153-2026 – GAB-PMSM - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL.

Declara de utilidade pública, para fins de implantação de um Destacamento da Polícia Militar, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

*O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;*

CONSIDERANDO *a necessidade de dotar o Município de Santana do Matos de infraestrutura adequada para a instalação de um Destacamento da Polícia Militar, visando o reforço da segurança pública local;*

CONSIDERANDO *que o imóvel, conforme Memorial Descritivo elaborado pelo profissional habilitado Arthur Ruan da Silva Pereira, CPF nº 068.XXX.XXX-13, constante do Anexo Único, não possui registro de propriedade em nome do Município nem de qualquer particular perante o Cartório de Registro de Imóveis competente;*

CONSIDERANDO *que o Sr. José Eurico de Queiroz alega, extrajudicialmente, deter o domínio da área, sem que, todavia, tenha formalizado tal reivindicação junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou por qualquer outro meio hábil de comprovação de propriedade;*

CONSIDERANDO *a necessidade de assegurar a regularidade jurídica da área destinada à implantação do Destacamento da Polícia Militar, mediante o devido processo de desapropriação, com justa e prévia indenização a quem de direito, nos termos do art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal;*

CONSIDERANDO *o disposto no art. 5º, alínea "n", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que inclui a construção de edifícios públicos entre os casos de utilidade pública;*

D E C R E T A:

Art. 1º *Fica declarada de* ***UTILIDADE PÚBLICA****, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a área de terreno com 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) e perímetro de 100,00 m (cem metros), situada às margens da Rodovia RN-041, neste Município, destinada à implantação de um Destacamento da Polícia Militar, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único deste Decreto.*
Parágrafo único. *A área de que trata o caput deste artigo é a que melhor se descreve a seguir:*
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt1, de coordenadas N 9.340.262,188 m e E 759.272,731 m, Datum SIRGAS 2000, Meridiano Central -39, localizado à margem da RN-041; deste, segue confrontando com Terreno José Eurico de Queiroz, com azimute plano de 118°12'56,41" e distância de 20,00 m, até o vértice Pt2, de coordenadas N 9.340.252,733 m e E 759.290,354 m; deste, segue confrontando com Via Pública, com azimute plano de 208°12'56,41" e distância de 30,00 m, até o vértice Pt3, de coordenadas N 9.340.226,297 m e E 759.276,170 m; deste, segue confrontando com Terreno Zé Eurico, com azimute plano de 298°12'56,41" e distância de 20,00 m, até o vértice Pt4, de coordenadas N 9.340.235,753 m e E 759.258,547 m; deste, segue confrontando com Terreno José Eurico de Queiroz, com azimute plano de 28°12'56,41" e distância de 30,00 m, até o vértice Pt1, encerrando-se a descrição deste perímetro. Todas as coordenadas descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -39, tendo como Datum o SIRGAS 2000, tendo os azimutes, distâncias, área e perímetro sido calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º *A área declarada de utilidade pública nos termos deste Decreto destina-se, especificamente, à implantação da sede do Destacamento da Polícia Militar do Município de Santana do Matos, não podendo receber destinação diversa sem prévia revogação ou alteração deste ato.*

Art. 3º *Fica o Gabinete do Município* ***autorizado*** *a promover o processo de desapropriação do imóvel descrito no Parágrafo Único, por via amigável ou judicial, adotando, dentre outras, as seguintes providências:*
I *– notificação de eventuais interessados, dentre eles o Sr. José Eurico, para que, querendo, apresentem, no prazo de 15 dias, os documentos e provas que entendam pertinentes à comprovação do domínio sobre a área;*
II *– tentativa de acordo administrativo quanto ao valor da justa indenização, mediante prévia avaliação técnica do imóvel e das benfeitorias eventualmente existentes;*
III *– não havendo acordo, ou não sendo comprovada de forma inequívoca a titularidade do domínio, o ajuizamento da competente ação de desapropriação, com o depósito judicial do valor da indenização, para fins de imissão do Município na posse do imóvel, nos termos da legislação aplicável.*

Art. 4º *Havendo dúvida ou controvérsia quanto à titularidade do domínio sobre a área, o valor da respectiva indenização permanecerá depositado em juízo à disposição de quem vier a comprová-la em ação própria, prosseguindo-se, desde logo, a imissão do Município na posse do imóvel, sem prejuízo do direito de terceiros.*

Art. 5º *Fica a Secretaria Municipal competente autorizada a adotar todas as demais providências administrativas necessárias ao cumprimento deste Decreto, inclusive a celebração de convênios ou termos de cessão de uso com a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.*

Art. 6º *As despesas decorrentes da execução deste Decreto, inclusive aquelas relativas à justa indenização devida em razão da desapropriação, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente do Município, suplementadas se necessário.*

Art. 7º *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,* ***produzindo seus efeitos a partir de 26 de agosto de 2026****, revogadas as disposições em contrário.*

Santana do Matos/RN, 27 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Nota: *Republica-se o presente Decreto por incorreção, em razão de duplicidade de publicação do mesmo ato, tendo ocorrido publicação anterior em 05 de agosto de 2026. Para fins de regularização e preservação da vontade administrativa, fica consignado que* ***a presente publicação, correspondente ao ato datado de 26 de agosto de 2026, é a que deve prevalecer****, devendo a publicação anterior ser desconsiderada para fins de vigência e produção de efeitos do presente Decreto.*

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:0C6BE3E5

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2049/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - *Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; com alteração de valor (Vide Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025) para R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos);*

Considerando a demanda formalizada, a estimativa de despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via Dispensa de Licitação, posto que:

O valor está adequado ao teto estabelecido bem como também em conformidade com o que diz a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

Não foi despendido pela Prefeitura Municipal, neste exercício financeiro, nenhuma outra despesa desse mesmo objeto descartando assim qualquer possibilidade de fracionamento para a referida contratação conforme na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE PLACAS PARA VEÍCULO**, em virtude da transferência de titularidade do veículo tipo Furgão (UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL e CARRETINHA REBOQUE).		
FORNECEDOR	**CNPJ**	**DADOS DA EMPRESA**	**VALOR GLOBAL**
	02.603.788/0001-56	**GIL PLACAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA,** com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 25, Cidade da Esperança – Natal/RN, Cep. 59.071-300.	R$ 470,00
VALOR GLOBAL = Quatrocentos e setenta reais.			

Considerando ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa mercadológica constante nos autos do processo;

RESOLVE:

Fica dispensado o procedimento licitatório e autorizado à contratação direta, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão;

A presente despesa correrá pela seguinte dotação:

Dotação Orçamentária:
03.001.10.301.0087.2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ;
Fontes:
1.500.1002 – Identificação das despesas com ações e serviços públicos de Saúde;

O Presente Termo de Autorização de Dispensa deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art.72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 27 de agosto de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miria Dayane Barbosa Mafra
Código Identificador:F55253BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N º 043/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN. **CNPJ: 08.088.247/0001-13.**

CONTRATADO: INGRIDY IASMIM SILVA BORGES. CNPJ: 51.478.417/0001-03.

O valor do presente contrato é da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais).

OBJETO: Contratação de empresa de representação exclusiva para apresentação de show artístico da banda "Isaías Araújo", na programação em alusão as festividades do padroeiro São Bento, que ocorrerá no dia 29 de agosto do ano de 2026, na comunidade São Bento I, zona rural do município de Santana do Seridó/RN.

INEXIGIBILIDADE Nº. 025/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2879/2026

Prazo de Vigência: 28/08/2026 a 27/09/2026.

Fundamento Legal da Lei Federal 14.133/2021.

Santana do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

As despesas referentes ao objeto desta contratação, correrão às contas dos recursos do Orçamento Geral do Município, EXERCÍCIO 2026, nas seguintes dotações:
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.002.2003 – Custeio das Atividades do Gabinete do Prefeito.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00- Outros Ser. de Terc. Pessoa Jurídica.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
CPF N° ***.290.854-**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Murielly Karla Diniz de Medeiros
Código Identificador:18FE84C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 0170/2026/PMSS/CD/ADM DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 0170/2026/PMSS/CD/ADM de 27 de agosto de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **DOUGLAS DE AZEVEDO CABRAL**, pertencente ao Quadro efetivo Municipal, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no dia 01 de setembro de 2026, com a finalidade de participar de uma **CAPACITAÇÃO DO SISTEMA DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR**, visando ao aprimoramento e desenvolvimento das suas atribuições dentro da Junta de Serviço Militar do Município, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 0170/2026/PMSS/CD/ADM de 27 de agosto de 2026**.

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 01 (uma) diária, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:414B7BE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0217/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 0217/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a Concessão de Férias a Servidor que especifica e dá outras Providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e ainda o art. 116 da Lei Complementar nº 001/94,

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder ao servidor efetivo, **FABIO LEONARDO DE MACEDO**, Matrícula nº 130200-6, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença para o gozo de férias referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

Art. 2º – Será convertido em abono pecuniário (dez dias), conforme solicitado pelo servidor nos termos da lei, o qual passará a gozar suas férias no período 14/09/2026 à 03/10/2026.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º – Publique-se, dê-se ciência e Cumpra-se.

Santana do Seridó-RN, em 27 de agosto de 2026.

TATIANA FATIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:71F02F8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0218/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 0218/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 64, inciso III, e 92 inciso II "a" ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 54 da Lei Complementar nº 001/1994 (estatuto do servidor municipal).

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora no dia 27 de agosto de 2026, por motivos de concessão de sua aposentadoria.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR: a pedido, a funcionária efetiva, **SUELI ALVES DOS SANTOS GREGORIO**, matrícula 130117-9, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Santana do Seridó (RN), 27 de agosto de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:8D3A11E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 130801/2021

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN

CNPJ:08.114.514/0001-80

CONTRATADA:PROSERN COMERCIO EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ:04.500.540/0001-95

Objeto do aditivo: Prorrogação excepcional do Contrato nº 130801/2021, Referente a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo (limpeza urbana) e de atividades auxiliares, de natureza acessória, instrumental e complementar, para atender às necessidades do Município, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

Data da Assinatura:12 de agosto de 2026.

Prazo da Vigência:14/08/2026 a 30/11/2026

Fundamento Legal: art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993

São Bento do Norte/RN, 12 de agosto de 2026

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:E7035382

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 63/2024

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN

CNPJ:08.114.514/0001-80

CONTRATADA:CLAUDIA VALERIA VIANA DA SILVA 10852587422

CNPJ:31.897.091/0001-33

Objeto do aditivo: Fica aditivado em 23,45% o contrato 63/2024, referente a contratação de empresa, para prestação de serviços de lavagem e aspiração dos veículos oficiais vinculados a Prefeitura de São Bento do Norte.

Data da Assinatura:27 de agosto de 2026.

Prazo da Vigência:27/08/2026 a 31/12/2026

Fundamento Legal: art 125, da lei 14.133

São Bento do Norte/RN, 27 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:2A2C4849

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 154, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e dá outras providências; e

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o pagamento de 1 (uma) diária, sem pernoite para o servidor **JOSÉ LUIZ BARBOSA DE SOUZA**, Assessoria Jurídica do Gabinete Civil mat. 002291-8, CPF: xxx.058.374-xx, no valor total de R$ 100,00 (cem reais) com a finalidade de participar da Audiência de Instrução presencial, a ser realizado na Vara de Trabalho do município de Macau/RN, no dia 1º de setembro do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 27 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:F21B8957

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 155, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e dá outras providências; e

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 1 (uma) diária, sem pernoite para a servidora **YONARA TRAJANO PINHEIRO SILVA**, Assessoria Jurídica da Controladoria, mat. 002075-3, CPF: xxx.471.984-xx, no valor total de R$ 100,00 (cem reais) com a finalidade de participar da Audiência de Instrução presencial, a ser realizado na Vara de Trabalho do município de Macau/RN, no dia 1º de setembro do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 27 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:D4254517

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1387 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1387- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	26 DE AGOSTO DE 2026		
Datas de afastamento	26 DE AGOSTO DE 2026	Saída/origem	05H DO DIA 26 DE AGOSTO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	00:55 DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

***FINALIDADE*: TRANSPORTAR A PACIENTE JUCIELI SILVA MATUCHALA PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL DR. PAULO GURGEL LOCALIZADO NA R. MONTE SINAI, 1948 - CIDADE JARDIM, NATAL - RN, NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 26 DE AGOSTO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:B24DF981

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1390 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1390 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	80,00 (OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	40,00 (QUARENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN,		
Data da concessão	27 DE AGOSTO DE 2026		
Datas de afastamento	27 DE AGOSTO DE 2026	Saída/origem	10H DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE	Chegada/origem	16 H DO DIA 27 DE AGOSTO

	RODOVIÁRIO		DE 2026
Beneficiário	JOSE DE ANCHIETA ALVES MACHADO		
CPF n.°	032.036.904-89		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

FINALIDADE: TRANSPORTAR A PACIENTE EDIVÂNIA MARIA DE MEDEIROS FERNANDES PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL MARIANO COELHO, LOCALIZADO NA RUA TEOTONIO FREIRE, 813, CENTRO, CURRAIS NOVOS RN, NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN 27 DE AGOSTO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:8BB9F919

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 179/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 27 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 27 de agosto de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Francisco Das Chagas Dos Santos Alves
Código Identificador:05A1BBBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. 1.470/2026

"Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de São José de Mipibu/RN - Alfabetiza Mipibu, alinhada à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada."

O Prefeito Municipal de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de São José de Mipibu/RN, a Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu, alinhada a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Art. 2º. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu tem por finalidade assegurar o direito à alfabetização na idade adequada, com prioridade para a consolidação das aprendizagens essenciais até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como a recomposição da aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais que ainda não tenham consolidado esse direito.
Art. 3º. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu abrangerá:
I - crianças da Educação Infantil, especialmente da pré-escola, em ações voltadas à oralidade, à escuta, à leitura literária, à cultura escrita e às experiências iniciais com a linguagem escrita;
II - estudantes de 1° e 2º anos do Ensino Fundamental, com foco na alfabetização, no letramento, na leitura, na escrita, na oralidade, na consciência fonológica, no sistema de escrita alfabética, na fluência leitora e nas aprendizagens matemáticas iniciais;
III - estudantes do 3° ao 5º anos do Ensino Fundamental que ainda necessitem de recomposição das aprendizagens em leitura, escrita e matemática;
IV - escolas urbanas e do campo da rede municipal de ensino, observadas suas especificidades territoriais, pedagógicas, sociais e culturais.
Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação será responsável por coordenar estrategicamente, planejar, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 5º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu:
I - garantia do direito à alfabetização como condição estruturante para trajetória escolares bem-sucedidas;
II - promoção da equidade educacional e enfrentamento das desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas, escolas e territórios;
III - regime de colaboração com a União, o Estado do Rio Grande do Norte, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Rio Grande do Norte - Undime/RN, instituições parceiras e demais instâncias de apoio;
IV - centralidade das necessidades das crianças, das turmas, dos professores e das escolas no planejamento das ações pedagógicas;
V - formação continuada dos profissionais da educação como elemento essencial à melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar;
VI - valorização dos professores, gestores, coordenadores pedagógicos, orientadores de alfabetização e equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação;
VII - alfabetização articulada ao letramento, à oralidade, à cultura escrita, à leitura, à produção de textos, ao sistema de escrita alfabética, à consciência fonológica e à fluência leitora;
VIII - planejamento pedagógico orientado por dados, avaliações, registros e evidências de aprendizagem;
IX - acompanhamento pedagógico contínuo das escolas, turmas e estudantes;
X - mobilização das famílias e da comunidade em favor da frequência escolar, da leitura, da escrita e da garantia do direito de aprender.
Art. 6º. Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu:
I - fortalecimento da governança municipal da alfabetização;
II - atuação articulada entre Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, orientadores de alfabetização e famílias;
III - acompanhamento sistemático das turmas de 1 ° e 2° anos do Ensino Fundamental;
IV - implementação de ações de recomposição das aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

V - realização de avaliações diagnósticas, formativas, processuais e de fluência leitora para subsidiar o planejamento pedagógico;
VI - organização de mapa de acompanhamento da fluência leitora e das aprendizagens por estudante, turma, escola e rede;
VII - elaboração, acompanhamento e revisão de planos das turmas para alfabetização;
VIII - realização de devolutivas pedagógicas às escolas, com definição de encaminhamentos e intervenções;
IX - fortalecimento do papel do coordenador pedagógico no acompanhamento do planejamento dos professores;
X - uso pedagógico dos materiais complementares de alfabetização, dos Cantinhos da Leitura e de outros espaços de incentivo à leitura;
XI - reconhecimento, certificação e disseminação de boas práticas de alfabetização.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 7º. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu tem como objetivo geral instituir programas, projetos e ações para fomentar a alfabetização das crianças da rede municipal de ensino, considerando as especificidades da Educação Infantil, a consolidação da alfabetização até o 2° ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3° ao 5° anos do Ensino Fundamental.
Art. 8º. São objetivos específicos da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu:
I - instituir governança municipal para a política de alfabetização;
II - organizar a estrutura municipal de acompanhamento pedagógico da alfabetização;
Ill -promover formação continuada para gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, orientadores de alfabetização e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação;
IV - apoiar os professores no planejamento e na execução de práticas alfabetizadoras sistemáticas, contextualizadas e intencionais;
V - fortalecer práticas de leitura, escrita, oralidade, consciência fonológica, sistema de escrita alfabética, fluência leitora e matemática;
VI - implementar estratégias de diagnóstico, acompanhamento e intervenção pedagógica para estudantes com maiores necessidades de apoio;
VII - sistematizar dados de aprendizagem, incluindo fluência leitora, avaliações internas, avaliações estaduais, avaliações nacionais e demais indicadores de alfabetização;
VIII - ampliar o uso pedagógico dos resultados das avaliações para orientar o planejamento das turmas e das escolas;
IX - acompanhar o uso dos materiais didáticos complementares destinados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
X - incentivar projetos de leitura, escrita e letramento nas escolas;
XI - reduzir desigualdades educacionais entre estudantes, turmas, escolas e territórios;
XII - reconhecer e divulgar boas práticas de alfabetização desenvolvidas na rede municipal.

CAPÍTULO IV
DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 9º. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu será organizada nos seguintes eixos estruturantes:
I - governança e gestão da política municipal de alfabetização;
II - formação continuada dos profissionais da educação e fortalecimento das práticas pedagógicas e de gestão escola;
III - infraestrutura física, pedagógica, materiais complementares e ambientes de leitura;
IV - monitoramento, avaliação e uso pedagógico dos dados;
V - reconhecimento, certificação e disseminação de boas práticas.

CAPÍTULO V
DA GOVERNANÇA E DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Art. 10. Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu, instância de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento da política instituída por esta Lei.

Art. 11. Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I - acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu;
II - analisar dados, indicadores e evidências relacionados à alfabetização de crianças;
III - propor estratégias para o fortalecimento das ações de alfabetização de crianças na rede municipal de ensino;
IV - acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual da Alfabetização;
V - contribuir para a articulação entre Secretaria Municipal de Educação, escolas, gestores, coordenadores, professores, orientadores de alfabetização e famílias;
VI - apoiar a organização de relatórios e evidências institucionais da política instituída por esta Lei;
VII - propor formas de reconhecimento e disseminação de boas práticas de alfabetização;
VIII - subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 12. A composição, a designação nominal dos membros, o funcionamento e a periodicidade das reuniões do Comitê Estratégico Municipal serão definidos por ato próprio do Poder Executivo Municipal ou da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. As reuniões do Comitê deverão ser registradas em ata, com indicação da pauta, participantes, encaminhamentos e decisões.

CAPÍTULO VI
DA ESTRUTURA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação organizará estrutura administrativa e pedagógica para o acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu, podendo envolver equipe técnica da Secretaria, coordenação do ciclo de alfabetização, orientadores de alfabetização, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores e profissionais de apoio à avaliação e ao monitoramento.
Art. 14. Compete à estrutura municipal de acompanhamento da alfabetização de crianças:
I - organizar cronograma de acompanhamento das escolas;
II - acompanhar turmas de 1° e 2° anos do Ensino Fundamental;
III - aplicar, orientar e acompanhar instrumentos diagnósticos, formativos e de fluência leitora;
IV - sistematizar dados de aprendizagem por estudante, turma, escola e rede;
V - realizar devolutivas pedagógicas a gestores, coordenadores e professores;
VI - apoiar a elaboração dos planos das turmas para alfabetização;
VII - acompanhar estudantes prioritários e orientar intervenções pedagógicas;
VIII - apoiar práticas de leitura, escrita, oralidade, consciência fonológica, fluência leitora e matemática;
IX - produzir relatórios técnicos para subsidiar a gestão municipal da alfabetização.

CAPÍTULO VII
DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 15. A formação continuada dos profissionais da educação constitui eixo estruturante da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu, conforme art. 9º, inciso II, e será organizada pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ocorrer em regime de colaboração com a União, o Estado do Rio Grande do Norte, a Undime/RN, instituições de ensino superior e demais parceiros institucionais.
Art. 16. As ações formativas poderão contemplar, entre outras temáticas:
I - alfabetização e letramento;
II - desenvolvimento da linguagem oral e escrita;
III - consciência fonológica;
IV - sistema de escrita alfabética;
V - leitura literária;
VI - produção textual;

VII - fluência leitora;
VIII - compreensão de textos;
IX - matemática nos anos iniciais;
X - avaliação diagnóstica e formativa;
XI - uso pedagógico dos dados;
XII - planejamento das turmas;
XIII - agrupamentos;
XIV - intervenções pedagógicas;
XV - recomposição das aprendizagens;
XVI - educação infantil; e
XVII - alfabetização em contextos do campo e demais especificidades territoriais.
Art. 17. As ações formativas deverão ser registradas por meio de cronogramas, pautas, listas de frequência, materiais utilizados, carga horária, público participante, registros fotográficos, relatórios e certificados, quando couber.

CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DO USO PEDAGÓGICO DOS DADOS

Art. 18. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu será acompanhada por estratégias de monitoramento e avaliação que permitam identificar avanços, fragilidades, desigualdades e necessidades de intervenção pedagógica.
Art. 19. O monitoramento poderá considerar, entre outros instrumentos e indicadores:
I - avaliações diagnósticas, formativas e processuais da rede;
II - avaliação de fluência leitora;
III - resultados do SIMAIS Alfa;
IV - resultados de avaliações vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ao CAEd, ao PARC, ao SAEB e a outros sistemas oficiais;
V - Indicador Criança Alfabetizada - ICA;
VI - frequência escolar;
VII - registros dos orientadores de alfabetização;
VIII - fichas de acompanhamento pedagógico;
IX - planos das turmas;
X - relatórios de devolutiva às escolas;
XI - relatórios de acompanhamento dos estudantes prioritários.
Art. 20. Os dados produzidos deverão subsidiar o planejamento pedagógico das turmas, a definição de escolas e estudantes prioritários, a organização de agrupamentos, a intervenção pedagógica, a formação continuada, as devolutivas às escolas e a tomada de decisão pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IX
DOS MATERIAIS, DA INFRAESTRUTURA PEDAGÓGICA E DAS PRÁTICAS DE LEITURA

Art. 21. A Secretaria Municipal de Educação deverá planejar, acompanhar e registrar a distribuição e o uso dos materiais didáticos complementares destinados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.
Art. 22. As escolas deverão promover o uso pedagógico dos materiais complementares, articulando-os ao planejamento das turmas, às práticas de leitura e escrita e às necessidades dos estudantes.
Art. 23. A Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu incentivará a organização e o uso dos Cantinhos da Leitura, a leitura diária em sala de aula, rodas de leitura, empréstimo de livros, projetos de leitura e escrita, leitura compartilhada, contação de histórias, produção de textos orais e escritos, atividades de fluência leitora e práticas de letramento articuladas à realidade das crianças.

CAPÍTULO X
DO RECONHECIMENTO, DA CERTIFICAÇÃO E DA DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir ações de reconhecimento, certificação e disseminação de boas práticas de alfabetização de crianças desenvolvidas por escolas, gestores, coordenadores pedagógicos, professores, orientadores de alfabetização e equipes técnicas.
Art. 25. As ações de reconhecimento poderão ocorrer por meio de seminários, mostras pedagógicas, certificação de profissionais, publicação de relatos de experiência, socialização de práticas exitosas e reconhecimento institucional de escolas e profissionais.
Parágrafo único. Os critérios, procedimentos e formas de reconhecimento poderão ser definidos em regulamento próprio da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XI
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 26. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I - coordenar a Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu;
II - elaborar o Plano de Trabalho Anual da Alfabetização de Crianças;
III - organizar formações continuadas;
IV - estruturar o acompanhamento pedagógico das escolas;
V - monitorar dados e indicadores;
VI - produzir relatórios técnicos;
VII - garantir devolutivas pedagógicas; e
VIII - organizar evidências das ações realizadas.
Art. 27. Compete aos gestores escolares:
I - apoiar a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças - Alfabetiza Mipibu na escola;
II - garantir condições para o planejamento pedagógico;
III - mobilizar a equipe escolar e as famílias;
IV - acompanhar a frequência dos estudantes; e
V - apoiar o uso dos materiais complementares e dos espaços de leitura.
Art. 28. Compete aos coordenadores pedagógicos:
I - acompanhar o planejamento dos professores;
II - organizar momentos sistemáticos de estudo e planejamento;
III - apoiar a análise dos dados da turma;
IV - acompanhar práticas de leitura, escrita, oralidade, fluência e matemática; e
V - articular as devolutivas da Secretaria Municipal de Educação com o planejamento da escola.
Art. 29. Compete aos professores:
I - realizar práticas alfabetizadoras sistemáticas, intencionais e contextualizadas;
II - utilizar dados diagnósticos para planejar intervenções, registrar avanços e dificuldades dos estudantes;
III - desenvolver ações de leitura, escrita, oralidade, consciência fonológica, fluência leitora e matemática;
IV - acompanhar estudantes prioritários; e
V - participar das formações.
Art. 30. Compete aos orientadores de alfabetização:
I - realizar acompanhamento pedagógico às escolas;
II - apoiar a aplicação e a análise de instrumentos diagnósticos;
III - colaborar com coordenadores e professores na leitura dos dados;
IV - apoiar a elaboração dos planos das turmas;
V - contribuir com a definição de intervenções pedagógicas;
VI - registrar evidências;
VII - produzir relatórios; e
VIII - realizar devolutivas pedagógicas.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei por meio de decreto, portaria, resolução ou outros atos normativos necessários à sua execução.
Art. 32. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, além de recursos federais, estaduais, programas vinculados à alfabetização, parcerias institucionais e demais fontes legalmente admitidas.
Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São José de Mipibu, 27 de agosto de 2026.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:DA93271A

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ADESÃO Nº 03/2026

EXTRATO DE PROCESSO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025 - PMSGA/RN

O Secretário Geral do Município da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021, e suas alterações posteriores, torna público o Extrato do Processo de Adesão à **Ata de Registro de Preços Nº 042/2025**, oriunda do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 048/2025/PMSGA/RN**, realizada pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN. Visando a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de informática, do tipo impressoras e scanner, incluindo o fornecimento de equipamentos novos (primeiro uso) e em linha de produção; serviços de instalação e configuração, licenças de software e suporte hardware/software, com suas respectivas garantias; manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e suprimentos necessários (exceto papel); suporte técnico remoto e presencial; e solução para monitoramento e gerenciamento de todo o parque e dos serviços executados para atender demanda dos órgão participantes, para atender as necessidades de todas as Secretarias Municipais, sob a responsabilidade da Secretaria Geral do Município, firmada em 27/08/2026, com a com a LOCATECH SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.075.071/0001-70, situada na Rua Doutor Horácio, n° 535 – Sala 03, Lagoa Nova, Natal/RN, neste ato representada por IURI GURGEL REBOUÇAS, portador de CPF/MF nº 631.193.233-49, denominado representante legal

São José de Mipibu/RN, 27 de agosto de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:D40B648B

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE ANULAÇÃO - CONCORRENCIA ELETRONICA 03/2026

TERMO DE ANULAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026
TERMO DE COMPROMISSO FNDE Nº 964307/2024
OPERAÇÃO Nº 1096435-38
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, por intermédio da autoridade competente, no exercício do poder-dever de autotutela administrativa, com fundamento no art. 37 da Constituição Federal, no art. 71, inciso III e §§ 1º e 3º, e nos arts. 147 e 148 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal e nos elementos constantes do **Processo Administrativo nº 74/2026, decide ANULAR a Concorrência Eletrônica nº 03/2026**, pelas razões a seguir expostas.
I – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a anulação integral da Concorrência Eletrônica nº 03/2026, destinada à contratação de empresa especializada para a construção de unidade educacional – Creche/CMEI – no Município de São José de Mipibu/RN, vinculada ao Termo de Compromisso FNDE nº 964307/2024 – Operação nº 1096435-38.
II – DA CRONOLOGIA E DOS FATOS
Em 27 de janeiro de 2026, a Caixa Econômica Federal – GIGOV/NA encaminhou a Comunicação Externa CE GIGOV/NA nº 514/2026, determinando ao Município a adoção imediata das providências relativas à licitação, com comprovação da publicação do edital até 3 de fevereiro de 2026, sob risco de rescisão ou extinção do Termo de Compromisso.
Para atender à orientação da mandatária e preservar os recursos destinados à obra, o Município publicou o edital da Concorrência Eletrônica nº 03/2026 em 2 de fevereiro de 2026.
Naquela data, contudo, o sistema construtivo em paredes de PVC/concreto previsto no objeto licitado ainda não havia sido aprovado tecnicamente pela CAIXA. A conclusão da análise de engenharia e a emissão do Laudo de Análise de Engenharia ocorreram somente em 25 de março de 2026.
Posteriormente, por meio da Comunicação Externa CE GIGOV/NA – Potiguar/OGU nº 03.2742/2026, de 5 de maio de 2026, a CAIXA, informou não ter sido possível concluir a análise operacional da licitação e solicitou esclarecimentos quanto à divergência entre o objeto constante do Plano de Trabalho e o objeto licitado, à publicação do edital antes da emissão do Laudo de Análise de Engenharia e às publicações e registros pertinentes.
O Despacho Técnico de Engenharia concluiu que a publicação antecipada decorreu da determinação urgente da própria CAIXA, não se tratando de iniciativa municipal descontextualizada. Essa circunstância, porém, não elimina a incompatibilidade material entre a solução licitada, ainda não aprovada à época, e a solução posteriormente validada.
A adequação posterior das peças técnicas pode alterar projetos, especificações, quantitativos, orçamento, cronograma, matriz de riscos, obrigações da contratada e condições de competição. Por isso, a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a conformidade do certame nem recomendar seu prosseguimento.
III – DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL
O processo foi instruído com o Despacho Técnico de Engenharia, o Despacho Administrativo de encaminhamento e o Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município, que concluiu pela existência de ilegalidade insanável e pela necessidade de anulação do certame.
IV – DA FUNDAMENTAÇÃO
A Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como os princípios do planejamento, da vinculação ao edital, da competitividade, da segurança jurídica, da motivação e do julgamento objetivo, estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
O art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 determina a anulação da licitação quando presente ilegalidade insanável. Seu § 1º exige que a autoridade indique expressamente os atos viciados e torne sem efeito os atos subsequentes que deles dependam;
As Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal reconhecem o poder-dever de a Administração controlar e anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, preservada a apreciação judicial e observadas as garantias processuais aplicáveis.
No caso concreto, a divergência material entre o objeto licitado e a solução aprovada no âmbito do Termo de Compromisso impede o simples aproveitamento do certame. Uma alteração posterior substancial poderia resultar na contratação de objeto distinto daquele submetido à competição, com prejuízo à vinculação ao edital, à isonomia e ao julgamento objetivo.
A urgência fixada pela CE GIGOV/NA nº 514/2026 explica e justifica a conduta municipal de publicar o edital no prazo determinado, mas não é suficiente para convalidar retroativamente as peças técnicas elaboradas antes da aprovação definitiva do sistema construtivo.
À luz dos arts. 147 e 148 da Lei nº 14.133/2021, foram avaliadas as consequências práticas da decisão. A manutenção do certame apresenta riscos superiores aos decorrentes do seu desfazimento, especialmente quanto à execução, medição, fiscalização, prestação de contas, glosa de recursos e tratamento isonômico dos licitantes. A anulação, acompanhada da imediata preparação de novo procedimento compatibilizado, mostra-se necessária e proporcional.
V – DA IDENTIFICAÇÃO DOS ATOS VICIADOS E DE SEUS EFEITOS
São considerados insanavelmente comprometidos o edital da Concorrência Eletrônica nº 03/2026 e os atos que dele dependem, por terem sido estruturados sobre peças técnicas anteriores à consolidação e à aprovação da solução construtiva e por apresentarem divergência material em relação ao objeto validado no Plano de Trabalho.
Em consequência, ficam sem efeito o edital e todos os atos subsequentes dele dependentes, inclusive julgamento, habilitação,

adjudicação e homologação, se houver, sem prejuízo da preservação dos atos meramente instrutórios que possam ser legitimamente aproveitados em novo processo, após análise técnica e jurídica específica.
VI – DA DECISÃO

Diante do exposto, **FICA ANULADA, EM SUA INTEGRALIDADE, a Concorrência Eletrônica nº 03/2026**, integrante do Processo Administrativo nº 74/2026, bem como os atos subsequentes que dependam do edital viciado, na forma do art. 71, inciso III e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
VII – DAS PROVIDÊNCIAS
I – publique-se o presente Termo nos meios oficiais aplicáveis e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
II – registre-se a anulação no sistema eletrônico em que o certame foi realizado e nos demais sistemas oficiais pertinentes;
III – comunique-se formalmente a decisão à Caixa Econômica Federal – GIGOV/NA, com encaminhamento deste Termo, do parecer jurídico e das respectivas publicações;
IV – após o cumprimento das providências e o transcurso dos prazos aplicáveis, arquive-se o processo, sem prejuízo da apuração de responsabilidades prevista no art. 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, se houver indicação concreta de conduta que a justifique; e
V – inicie-se novo procedimento licitatório somente após a compatibilização integral do Plano de Trabalho, projetos, especificações, orçamento, cronograma, matriz de riscos e demais documentos com a solução técnica aprovada pela CAIXA, observada a submissão prévia à mandatária quando exigida.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
São José de Mipibu/RN, 24 de agosto de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário-Geral
Autoridade Competente

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:64ADC337

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CMPC

Dispõe sobre a designação da Presidência do Conselho Municipal de Política Cultural de São José do Campestre/RN e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN – CMPC**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 1.026, de 12 de dezembro de 2025, e considerando a deliberação de seus membros,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica formalizada a escolha de **Ruthy karollayne Cavalcante da Silva Lima** para exercer a função de **Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de São José do Campestre/RN – CMPC**, para o mandato vigente, conforme deliberação do colegiado.

Art. 2º - A Presidente exercerá as atribuições inerentes à função, observadas as competências estabelecidas na Lei Municipal nº 1.026/2025 e no Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC exercerá suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do **Fundo Municipal de Cultura – FMC**, nos termos da Lei Municipal nº 1.026/2025.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Campestre/RN, 27 de agosto de 2026.

RUTHY KAROLLAYNE CAVALCANTE DA SILVA LIMA
Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:7C119120

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 26, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Suspende, temporariamente, a concessão e ousufruto de licenças-prêmio aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no **art. 169 da Constituição Federal**, que impõe limites de despesa com pessoal aos entes federativos, bem como a necessidade de adoção de medidas de contenção de gastos;

CONSIDERANDO a **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, em especial os arts. 15, 16, 17 e 21, que vedam a criação e ampliação de despesas de caráter continuado sem a devida previsão orçamentária e financeira;

CONSIDERANDO o princípio da **reserva do possível**, aplicado à Administração Pública, segundo o qual o atendimento de direitos dos servidores deve observar a capacidade financeira do Município;

CONSIDERANDO que a licença-prêmio, ainda que incorporada ao patrimônio jurídico do servidor como vantagem legal, pode ter sua **fruição ou conversão em pecúnia disciplinada ou suspensa temporariamente** pela Administração Pública, desde que preservado o direito adquirido, conforme jurisprudência pacífica do **Supremo Tribunal Federal (STF, MS 22.439/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 27/06/2003)** e do **Superior Tribunal de Justiça (STJ, RMS 24.828/GO, Rel. Min. Felix Fischer, DJ25/10/2007)**;

CONSIDERANDO a situação orçamentária e financeira enfrentada pelo Município de São José do Campestre/RN, que exige medidas administrativas excepcionais para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suspensos, pelo prazo de **06 meses** (180 dias), a concessão, o gozo e a conversão em pecúnia da **licença-prêmio** de que tratam o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José do Campestre/RN e demais normas correlatas.

Art. 2º - A suspensão prevista neste Decreto aplica-se a todos os servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Durante a vigência deste Decreto:
I – não serão analisados novos pedidos de usufruto ou conversão em pecúnia de licença-prêmio;
II – os processos administrativos em trâmite ficarão sobrestados até ulterior deliberação;
III – ficam assegurados os registros de tempo de serviço para fins de aquisição do direito, sem prejuízo futuro ao servidor.

Art. 4º - A suspensão ora estabelecida não implica revogação ou supressão definitiva do direito à licença-prêmio, devendo sua concessão, usufruto ou conversão ser restabelecida após o término do prazo fixado ou mediante novo ato normativo.

Art. 5º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração, Desporto e Comunicação Social adotar as medidas necessárias à fiel execução deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:0854B505

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 410/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	26 de agosto de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 27 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 26 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Alline Dantas de Medeiros
Código Identificador:209FD80D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 411/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **ANNA CLARA ARAUJO DE MEDEIROS**

Cargo/Função: Secretária Municipal de Saúde

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	27 de agosto de 2026	R$492,69	R$ 246,34

TOTAL

R$ 246,34

() 100%

(x) 50%
() 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 28 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 27 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:FF7839BF

GABINETE DO PREFEITO
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN Nº 053/2026

Assunto: Inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
Decisão: Autorização para Inexigibilidade de licitação
Trata-se de pretensão para Inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso II do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, para a **Contratação dos serviços de apresentação artístico-musical da banda "Moby Dick" destinada à realização do evento "Bonita Rock 2026".**
A aludida contratação visa ao atendimento da demanda formalizada pela **Secretaria Municipal da Juventude, do Esporte e do Lazer**.
Foram elaborados o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência - TR.
O pesquisador oficial do Município realizou cotação de preços junto ao empresário exclusivo da banda, tendo obtido o valor total de **R$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais), para a contratação da apresentação artístico-musical da **banda "Moby Dick"**.
O Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a Pesquisa de Mercado foram aprovados pelo Exmº Sr Prefeito Municipal.
A **Assessoria Jurídica Especializada em Licitações e Contratos** deste Município analisou os aspectos legais e regulamentares da

contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente por meio de Parecer Jurídico.
Foi informado, através do Termo de Referência, que há disponibilidade orçamentária no exercício de **2026** para custear a despesa.
Eis o que cumpre relatar.
Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, à luz da legislação e do interesse público.
Ab initio, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos no **decreto municipal Nº 416, DE 03 de janeiro de 2024,** que dispõe sobre a processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, no âmbito do **Município de São José do Seridó/ RN**.
São requisitos formais para o processo sob análise:
Formalização da demanda: o inciso I do artigo 72 da NLL determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o art. 1º, I do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Termo de Referência: todos os processos de contratação direta necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do art. 72 da NLL e, por força do art. 1º, I do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Valor estimado da contratação: exigência legal do inciso II do art. 72 da Nova Lei de Licitações, é disciplinado internamente pelo art. 1º, II do **Decreto Municipal Nº 416/2024;**
Parecer jurídico: previsto no inciso III do art. 72 da NLL e indispensável para as contratações do **Município de São José do Seridó/ RN**, conforme disposto no art. 1º, III do **Decreto Municipal Nº 416/2024;**
Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários: o inciso IV do art. 72 da NLL requer a "demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido", formalidade também prevista no art. 1º, IV do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Requisitos de habilitação e qualificação: a comprovação de que as empresas empresárias exclusivas das atrações artísticas preenchem os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme previsão do inciso V do art. 72 da NLL, formalidade também prevista no art. 1º, V do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Razão de escolha do contratado: a razão de escolha das **atrações**, para atendimento ao disposto no inciso VI do art. 72 da Nova Lei de Licitações, pode ser verificada no item **7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO** do Estudo Técnico Prelimitar. Tal critério encontra amparo no inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021 e, consoante dito, fundamentará a escolha do contratado.
Justificativa de preço: o preço estará devidamente justificado, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da NLL e do art. 1º, VII do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Autorização da autoridade competente: a autorização da autoridade competente para a contratação direta, prevista no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 1º, VIII do **Decreto Municipal Nº 416/2024**, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
Divulgação da autorização de contratação direta: em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da NLL, e no art. 9º, §5º do **Decreto Municipal Nº 416/2024**, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.
Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, **todos os requisitos formais estabelecidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021 foram cumpridos – ou serão cumpridos oportunamente.**
***Conclusio*, não vislumbra qualquer pendência a ser sanada neste momento da instrução processual.**
Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.
A equipe de planejamento, no **Termo de Referência**, assim caracterizou o objeto da contratação:
1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a ***Contratação dos serviços de apresentações artístico-musicais das bandas "Moby Dick" e "CDC" destinados à realização do evento "Bonita Rock 2026",*** *nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

ITEM	*DESCRIÇÃO*	*UNID*	*QUANT*
01	*Apresentação artística musical da Banda* ***"Moby Dick"*** *com* ***02:00 h (duas horas) de duração****, e início às 22:30 h do dia 19 de setembro de 2026.*	*Apresentação*	*1*
02	*Apresentação artística musical da Banda* ***"CDC"*** *com* ***01:30 h (uma hora e meia) de duração****, e início às 02:00 h do dia 20 de setembro de 2026.*	*Apresentação*	*1*

1.2 O prazo de vigência da contratação é seis (06) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

No mesmo documento, a necessidade da contratação foi assim justificada:

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
2.1 Justifica-se a contratação de apresentações artístico-musicais para a realização do evento "Bonita Rock", destacando-se a escolha das bandas "Moby Dick" e "CDC", reconhecidas por sua atuação no cenário regional do rock e pela qualidade de suas apresentações, fatores que agregam valor cultural à programação e contribuem para ampliar a atratividade do evento.
2.2 O Bonita Rock já se configura como um evento consolidado e bastante aguardado, promovendo significativa movimentação econômica e contribuindo diretamente para o aumento das vendas no comércio local de São José do Seridó/RN. Além dos benefícios econômicos, o evento se apresenta como um importante espaço de confraternização entre cidadãos e visitantes, especialmente os apreciadores do estilo rock, que, culturalmente, contam com poucas oportunidades desse segmento na região. Nesse contexto, o município se destaca por sediar um dos eventos mais relevantes do gênero na região, promovendo diversidade musical e atendendo aos diferentes gostos da população.
2.3 A iniciativa também visa fomentar a cena musical regional, oferecendo espaço para artistas da cidade e de municípios vizinhos, estimulando o desenvolvimento artístico, a formação de público e o intercâmbio cultural. Ademais, fortalece a economia criativa ao gerar oportunidades para empreendedores locais, como vendedores ambulantes, artesãos e prestadores de serviços.
2.4 Ressalta-se que a contratação das bandas "Moby Dick" e "CDC" observa os requisitos legais aplicáveis, mediante comprovação de sua atuação e reconhecimento no cenário musical regional, bem como por intermédio de seus representantes exclusivos, conforme as exigências da legislação vigente.
2.5 Ao proporcionar lazer e cultura de qualidade, o festival contribui para a inclusão social, a ocupação saudável do tempo livre e o incentivo ao protagonismo juvenil. A ação está alinhada às políticas públicas de promoção do acesso à cultura e à cidadania, reforçando a identidade cultural do município e consolidando um ambiente plural, democrático e culturalmente ativo.

O Pesquisador Oficial, em seu relatório da Pesquisa de Mercado, informou que a Banda "CDC" não apresentou a documentação comprobatória exigida, apresentando as seguintes **justificativas**:
(...)
Por outro lado, a banda ***CDC*** *não apresentou documentação suficiente para comprovar sua consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública. A documentação encaminhada limitou-se à apresentação de cinco banners de eventos, sendo quatro referentes a apresentações realizadas no Município de Acari/RN e apenas um no Município de Cruzeta/RN, elementos considerados insuficientes para demonstrar reconhecimento artístico em nível compatível com a hipótese legal de inexigibilidade. Além disso, não foram apresentados documentos essenciais à instrução processual, tais como ato constitutivo da empresa, declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não utilização de trabalho infantil), declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratação com a Administração Pública e eventual documentação relacionada ao registro de marca ou nome artístico junto ao INPI.*

*Também foi verificado que as notas fiscais apresentadas pela banda **CDC**, especialmente aquelas emitidas para o Município de Acari/RN, não evidenciam compatibilidade econômica com a proposta encaminhada, uma vez que nenhuma delas supera o valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), circunstância que fragiliza a justificativa do preço pretendido para a contratação.*
*Diante do exposto, conclui-se que apenas a banda **Moby Dick** demonstrou o preenchimento dos requisitos previstos no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, fazendo jus à contratação por meio de inexigibilidade de licitação. Quanto à banda **CDC**, a documentação apresentada não foi suficiente para comprovar a consagração artística exigida pela legislação, tampouco para instruir adequadamente o processo administrativo, razão pela qual não se recomenda sua contratação com fundamento na referida hipótese legal.*

O processo veio à Autoridade Superior para aprovação e autorização da **contratação direta por inexigibilidade de licitação**.
Quanto à legislação aplicável, o **inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021** permite à Administração **inexigir** a licitação para:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública".

Assim, no presente caso, entende-se possível a utilização da contratação direta conferida pelo legislador, visto que se configura a **inviabilidade de competição diante da contratação da Banda e artistas, por ser a arte personalíssima sem padrão de comparação objetiva entre os artistas**.
Ademais, por meio do Parecer Jurídico, a **Assessoria Jurídica Especializada em Licitações e Contratos** concluiu pela regularidade jurídica do procedimento de inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
Ante todo o exposto, diante da manifestação jurídica, bem como da documentação carreada aos autos, **não se vislumbra óbice à presente contratação,** onde delibero nos seguintes termos:
AUTORIZO, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por INEXIGIBILIDADE de licitação ora pretendida;
ADJUDICO o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

Por conseguinte, **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho em favor da empresa (empresário exclusivo) **21.588.423 GLAY ANDERSON DE OLIVEIRA DANTAS** - CNPJ: 21.588.423/0001-44, no valor de **R$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais) para apresentação **da banda "Moby Dick".**

Convoque-se a empresa para a assinatura do Contrato Administrativo.

São José do Seridó/ RN, 26 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:99219928

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN N° 046/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025

GERENCIADOR: Município de São José do Seridó/ RN; DETENTORA DA ATA: JQ CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI - CNPJ: 37.883.801/0001-52; OBJETO: prorrogação do período vigencial da ata de registro de preços em referência destinada à eventual contratação gradativa dos serviços de corte de terras, preparo de solos para o plantio, serviços de silagem, manutenção de estradas vicinais e reparo e construção de pequenos açudes com o uso de tratores agrícolas e implementos, com renovação do quantitativo dos itens; VIGÊNCIA: termo inicial em 30 de agosto de 2026 e termo final em 30 de agosto de 2027; VALOR DO ADITIVO: R$ 197.940,00 (cento e noventa e sete mil novecentos e quarenta reais); SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Gerenciador e Priscilla Jales Dantas – pela detentora da ata.

São José do Seridó/ RN, 26 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:3F25BBA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN N° 046/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025

GERENCIADOR: Município de São José do Seridó/ RN; DETENTORA DA ATA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS BENEF DO PROJETO DE ASSENTAMENTO E REFORMA AGRÁRIA SERIDÓ - CNPJ: 10.872.976/0001-08; OBJETO: prorrogação do período vigencial da ata de registro de preços em referência destinada à eventual contratação gradativa dos serviços de corte de terras, preparo de solos para o plantio, serviços de silagem, manutenção de estradas vicinais e reparo e construção de pequenos açudes com o uso de tratores agrícolas e implementos, com renovação do quantitativo dos itens; VIGÊNCIA: termo inicial em 30 de agosto de 2026 e termo final em 30 de agosto de 2027; VALOR DO ADITIVO: R$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais); SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Gerenciador e Joaquim Medeiros da Silva – pela detentora da ata.

São José do Seridó/ RN, 26 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:0574BB45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024 PROC. ADMINISTRATIVO MSJS Nº 052/2024 – DISPENSA Nº 027/2024

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: DANTAS E BARROS CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 43.440.318/0001-04; OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência destinado aos serviços de topografia; VIGÊNCIA: termo inicial em 28 de agosto de 2026 e termo final em 28 de agosto de 2027; VALOR DO ADITIVO: R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais); SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Contratante e Maria Vilma Dantas – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 26 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:E3992870

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2024 PROC. ADMINISTRATIVO MSJS Nº 081/2024 – DISPENSA Nº 029/2024

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: STERELIZE LIXO HOSPITALAT LTDA – CNPJ nº 27.003.103/0001-61; OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência destinado aos serviços de coleta, transporte, tratamento e incineração de resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde pública municipal – Lixo Hospitalar; VIGÊNCIA: termo inicial em 12 de setembro de 2026 e termo final em 12 de setembro de 2027; VALOR DO ADITIVO: R$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais); SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Contratante e Cleanto de Araújo Ferreira – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 25 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:1D0851BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 393 / 2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e, de conformidade Lei Orgânica do Município de São Miguel/RN,

R E S O L V E

Art. 1º. Exonerar o Senhor**MANUEL GUSTAVO LEITE ARAUJO**, portador do CPF nº ***.967.574-**, do cargo em comissão de **DIRETOR DE COMUNICAÇÃO – CC2,** da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito do Município de São Miguel/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:0AFB683F

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 394 / 2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e, de conformidade Lei Orgânica do Município de São Miguel/RN,

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear o Senhor**MANUEL GUSTAVO LEITE ARAUJO**, portador do CPF nº ***.967.574-**, para o cargo em comissão de **ASSESSOR PARLAMENTAR – CC1,** lotado(a) na Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito do Município de São Miguel/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:08854058

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2025 - ADESÃO Nº 010/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: LUMIART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.351.078/0001-75. **OBJETO**: Aquisição de materiais para a iluminação pública, para atender as demandas de manutenção da rede que se fazem necessárias na sede e distritos deste Município de São Paulo do Potengi/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo tem como objetivo a prorrogação do contrato com vencimento em 15 de agosto de 2026, passando a vigorar de 16 de agosto de 2026 a 15 de agosto de 2027. **DO VALOR**: Pelo presente Termo Aditivo o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R$ 1.318.817,22 (um milhão, trezentos e dezoito mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e dois centavos) de acordo com a necessidade e emissão das Ordens de Compras solicitadas pelo órgão demandante. **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

São Paulo do Potengi/RN, em 13 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO –
Prefeito Municipal – Contratante e

VALDEMARIO PINHEIRO DE ARAÚJO -
P/ Contratado.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:D178B218

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2026 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20060122/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM E DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTANDE INSTITUCIONAL DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN NA 31ª MULTIFEIRA BRASIL MOSTRA BRASIL 2026, A SER REALIZADA NO PERÍODO DE 04 A 13 DE SETEMBRO DE 2026, NO CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL/RN.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando os elementos constantes do **Processo Administrativo nº 20060122/2026**, especialmente a documentação que instrui a contratação direta por inexigibilidade de licitação, a proposta apresentada e o **Parecer Jurídico** emitido nos autos, com fundamento no **art. 74, caput, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**,

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto da **Inexigibilidade de Licitação nº 028/2026** à empresa **WJ INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 85.349.504/0001-74**, em razão da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade da empresa para a montagem e disponibilização dos estandes relacionados à **31ª Multifeira Brasil Mostra Brasil 2026**, conforme documentação comprobatória constante dos autos.

O valor global adjudicado é de **R$ 5.841,00 (cinco mil oitocentos e quarenta e um reais)**, para a execução integral do objeto.

PUBLIQUE-SE.

São Pedro/RN, 27 de agosto de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:23F42983

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2026 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20060122/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM E DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTANDE INSTITUCIONAL DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN NA 31ª MULTIFEIRA BRASIL MOSTRA BRASIL 2026, A SER REALIZADA NO PERÍODO DE 04 A 13 DE SETEMBRO DE 2026, NO CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL/RN.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando os elementos constantes do **Processo Administrativo nº 20060122/2026**, a documentação comprobatória da exclusividade, a proposta apresentada, bem como o **Parecer Jurídico** emitido nos autos, e com fundamento no **art. 74, caput, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**,

RESOLVE:

HOMOLOGAR a **Inexigibilidade de Licitação nº 028/2026**, destinada à **contratação de empresa especializada para montagem e disponibilização de estande institucional destinado à participação do Município de São Pedro/RN na 31ª Multifeira Brasil Mostra Brasil 2026**, a ser realizada no período de 04 a 13 de setembro de 2026, no Centro de Convenções de Natal/RN.

A contratação será formalizada em favor da empresa **WJ INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 85.349.504/0001-74**, pelo valor global de **R$ 5.841,00 (cinco mil oitocentos e quarenta e um reais)**, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada e nos demais documentos que integram os autos.

Determino o prosseguimento do processo para a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

PUBLIQUE-SE.

São Pedro/RN, 27 de agosto de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:FB7A093E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 018/2026

PROCESSO N°. 20060114/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BANDA MARCIAL ISOLADA MARIA DE MEDEIROS DANTAS, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E PELA BANDA FILARMÔNICA MUNICIPAL, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2026 a empresa **MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI (ELETRO MUSICAL), CNPJ nº 31.304.201/0001-06**, com valor global de **R$ 18.246,00 (dezoito mil, duzentos e quarenta e seis reais)**.

Publique-se.

São Pedro/RN, 28 de agosto de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:E6426124

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 029/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20060125/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando o interesse público devidamente demonstrado nos autos, a justificativa da contratação, a documentação comprobatória do evento e da inscrição, a justificativa do preço e as conclusões constantes do **Parecer Jurídico**, **AUTORIZA** a contratação direta, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, da **UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNDIME/RN**, inscrita no **CNPJ nº 00.596.662/0001-76**, para a **contratação de inscrição para participação da Secretária Municipal de Educação no curso presencial "Gestão dos Recursos da Educação: Fortalecendo a Gestão Educacional, Financiamento, Execução e Transparência dos Recursos Públicos", promovido pela União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Norte – UNDIME/RN, a ser realizado no Hotel Praiamar Arena, em Natal/RN, nos dias 03 e 04 de setembro, 03 e 04 de novembro e 18 e 19 de novembro de 2026**, pelo valor total de **R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**, conforme documentação constante dos autos. Diante do exposto, **AUTORIZO o prosseguimento da contratação direta**, observadas as formalidades legais e administrativas pertinentes, bem como as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o **Processo Administrativo nº 20060125/2026**.

São Pedro/RN, 27 de agosto de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:E60AD9A6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA 018/2026

PROCESSO N°. 20060114/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BANDA MARCIAL ISOLADA MARIA DE MEDEIROS DANTAS, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E PELA BANDA FILARMÔNICA MUNICIPAL, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento do Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2026**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BANDA MARCIAL ISOLADA MARIA DE MEDEIROS DANTAS, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E PELA BANDA FILARMÔNICA MUNICIPAL, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN**, em favor da empresa **MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI (ELETRO MUSICAL), CNPJ nº 31.304.201/0001-06**, com valor global de **R$ 18.246,00 (dezoito mil, duzentos e quarenta e seis reais).**

Publique-se.

São Pedro/RN, 28 de agosto de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:19FF7875

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATANTE.....: MUNICÍPIO DE SAO VICENTE (CNPJ: 058.288.534-57)

CONTRATADA(O).....: ANA CARLA ARAUJO SILVA MEDEIROS, CPF: 058.XXX.XXX-08.

OBJETO.....: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO DE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE ASSISTENTE SOCIAL, ENQUADRADO NA CATEGORIA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR MENSAL.....: R$ 2.229,12 (Dois mil duzentos e vinte e nove reais e doze centavos), acrescidos das verbas legais dispostas na CLT e legislação correlata.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....: A despesa será consignada ao(s) recursos(s) orçamentário(s) previsto(s) no OGM – Orçamento Geral do Município

VIGÊNCIA.....: 01 de setembro de 2026 a 23 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA.....: 26 de agosto de 2026.

ASSINAM:

Pela contratante:
JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS – Prefeita Municipal
GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Pela contratada:
ANA CARLA ARAUJO SILVA MEDEIROS, CPF: 058.XXX.XXX-08.

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0C5839D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 020/2026 - SMOSU

CONTRATANTE.....: MUNICÍPIO DE SAO VICENTE (CNPJ: 08.308.470/0001-29)

CONTRATADA (O): VICENTE ARRUDA DE ALMEIDA DA SILVA**,** Brasileiro, SERVENTE CPF nº 072.XXX.XXX-96.

OBJETO.....: prestação de serviços de servente de pedreiro nas obras públicas do Município de São Vicente RN, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

VALORMENSAL.....: Valor mensal Salário Base de R$ 1.621,00 (Hum mil, seiscentos e vinte e um reais), para o exercício de

2026,com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, podendo realizar horas extras em casos de necessidade da Prefeitura Municipal de São Vicente RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....: A despesa será consignada ao(s) recursos(s) orçamentário(s) previsto(s) no OGM – Orçamento Geral do Município

VIGÊNCIA.....: de 01 de setembro de 2026 à 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA.....: 27 de agosto de 2026.

ASSINAM:

Pela contratante:

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS–Prefeita Municipal.

Pela contratada:

VICENTE ARRUDA DE ALMEIDA DA SILVA -CPF nº 072.XXX.XXX-96

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:05318436

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 127/2026 - SMARH/RH

Concede desistência da Licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares ao Servidor Municipal adiante nominado.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Art. 119 § 4º da Lei nº 258/98 de 27 de maio de 1998 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO;

CONSIDERANDO o teor do art. 64, inciso IX da Lei Orgânica do município;

CONSIDERANDO o deferimento da Prefeita Municipal de São Vicente;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **desistência** da Licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares pelo prazo de 02 (dois) anos, ao Sr. **JÉSSICA SAYONARA DANTAS COSTA,** Mat. **nº 000848**, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor à partir de 11 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se

São Vicente/RN, 11 de agosto de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:E8613DBA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 135/2026 – SMARH/RH

Concede Licença Maternidade à servidora público, ocupante de cargo de MERENDEIRA

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o atestado médico concedendo licença maternidade à servidora adiante nominada.

CONSIDERANDO o parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à Sra. **MARILIA LARISSA ARAÚJO NASCIMENTO,** ocupante de cargo de **MERENDEIRA,** Mat. Nº **0000762**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, durante o período de **29 de julho de 2026** à **24 de janeiro de 2027**.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se

São Vicente/RN, 19 de agosto de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:82212EDD

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 137/2026 - SMARH/RH

CONCEDE O PAGAMENTO DO INCENTIVO POR DESEMPENHO PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE, AOS PROFISSIONAIS VINCULADOS A EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, EQUIPES DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE BUCAL - ESB, EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – EMULTI E SERVIÇO ESPECIALIZADO DA SAÚDE BUCAL, ADIANTE NOMINADOS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO o teor do art. 1º da Lei nº 764/2024, de 19 de julho de 2024, que instituiu o incentivo por desempenho para atenção Primária a Saúde.

CONSIDERANDO o ofício **nº 098/2026** de **18 de agosto de 2026**, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder o pagamento do incentivo financeiro por desempenho aos profissionais da Atenção Primária à Saúde para a Estratégia de Saúde da Família – ESF, Estratégia de Saúde Bucal – ESB, Equipe Multiprofissional – EMULTI e Serviço especializado de saúde bucal, que são lotados e em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Saúde, no município de São Vicente/RN, adiante nominados, referente ao mês de **JULHO** do exercício de 2026.

ESF I – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOSEFA ALVES DOS SANTOS - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº DE ORDEM	MAT	SERVIDOR	FUNÇÃO	VALOR R$
001	0001315	DARCY DO NASCIMENTO BARROS	ACS	466,67
002	0001321	MARIA DAS VITORIAS DA SILVA COSTA	ACS	466,67
003	0001323	MARIA DAS VITORIAS DOS	ACS	466,67

		SANTOS OLIVEIRA		
004	0001325	MARIA INES JUSTINO DA SILVA	ACS	466,67
005	0000743	CAMILA SOUZA DE MEDEIROS	TÉC. ENFERMAGEM	466,67
006	0000738	NATHALIA DANTAS DE ARAUJO	TÉC. ENFERMAGEM	466,67
TOTAL R$				**2.800,02**

ESF I – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOSEFA ALVES DOS SANTOS – EQUIPE DE SAÚDE BUCAL

Nº DE ORDEM	MAT	SERVIDOR	FUNÇÃO	VALOR R$
001	0000742	FLORIZA FABIANA DE ARAÚJO	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	1.155,00
TOTAL R$				**1.155,00**

ESF I – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOSEFA ALVES DOS SANTOS – EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Nº DE ORDEM	MAT	SERVIDOR	FUNÇÃO	VALOR R$
001	000998	RAYANE KÊNIA CAMPÊLO DA ROCHA	FUNOAUDIOLOGA	143,18
002	000795	ISABEL SUÊNIA NUNES DA ROCHA	PSICOLOGA	137,48
TOTAL R$				**250,56**

ESF II – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOÃO MARIA EVANGELISTA – EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº DE ORDEM	MAT	SERVIDOR	FUNÇÃO	VALOR R$
001	0001319	JOSEFA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACS	420,00
002	0001324	MARIA DE LOURDES CANDIDO DO NASCIMENTO	ACS	420,00
003	0001327	ROSA MARIA MEDEIROS	ACS	420,00
004	0001320	MARIA DAS VITORIAS DANTAS DO NASCIMENTO	ACS	420,00
005	0001326	PAULO MARTINS DE SOUZA	ACS	420,00
006	0001322	MARIA DAS VITORIAS DA SILVA MEDEIROS	ACS	420,00
TOTAL R$				**2.520,00**

ESF II – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOÃO MARIA EVANGELISTA – EQUIPE DE SAÚDE BUCAL

Nº DE ORDEM	MAT	SERVIDOR	FUNÇÃO	VALOR R$
001	0000753	JOSANE ROSE DE MEDEIROS SOUZA	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	1.312,50
TOTAL R$				**1.312,50**

ESF III – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BRÍGIDA RODRIGUES – EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº DE ORDEM	MAT	SERVIDOR	FUNÇÃO	VALOR R$
001	0001316	FRANCISCO EDIVAN ALBUQUERQUE	ACS	700,00
002	0001317	JOAO MARIA ALVES DA CRUZ SILVA	ACS	-
003	0001318	JOSE ROBERTO DE MORAIS	ACS	700,00
004	0001328	VALDECIR HONORATO SILVA	ACS	700,00
005	0000421	MARIA SILVANEIDE PEREIRA SOARES	AUX. ENFERMAGEM	700,00
006	0000306	MARIA JAILMA DA SILVA NUNES	AUX. ENFERMAGEM	700,00
TOTAL R$				**3.500,00**

ESF III – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BRÍGIDA RODRIGUES – EQUIPE DE SAÚDE BUCAL

Nº DE ORDEM	MAT	SERVIDOR	FUNÇÃO	VALOR R$
001	0000754	LIDIA ASSUNCAO DE MEDEIROS	AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	1.312,50
TOTAL R$				**1.312,50**

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor em 21 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 21 de agosto de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:812AEAA3

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139/2026 - SMARH/RH

Concede 01 (uma) Licença Prêmio por assiduidade a servidora que menciona.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Art. 36 parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 004/2010 de 05 de Janeiro de 2010 – Que Dispõe sobre o plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal;

CONSIDERANDO o deferimento da Secretária Municipal e Educação;

CONSIDERANDO o parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) licença prêmio por assiduidade, a Servidora Sra. **MAGNÓLIA SOARES DA SILVA BARBOSA,** Mat. 000321, ocupante do cargo de **Professor Nível 3 Classe H**, lotada na Escola Municipal Francisca Pires de Albuquerque, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo:

LICENÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
1ª	02/05/2013 à 01/05/2018	25/09/2026 à 23/12/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Publique-se e Cumpra-se

São Vicente/RN, 21 de agosto de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:9D6AF937

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 141/2026 - SMARH/RH

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR EFETIVO QUE MENCIONA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO o Art. 117-E da Lei nº 258/1998 – **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO,** inserido pela Lei complementar nº 068/2023**.**

CONSIDERANDO a Certidão de Nascimento, que comprova o nascimento do filho do Servidor adiante nominado;

RESOLVE:

Art 1º – Conceder Licença Paternidade de 20 (vinte) dias ao Sr. **SEBASTIÃO JOSÉ DE LIMA NETO**, Mat. Nº 000887, exercente do cargo de **MOTORISTA,** durante o período de 19 de agosto de 2026 a 07 de setembro de 2026.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se

São Vicente/RN, 26 de agosto de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:1D8ED660

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 044/2026(*)

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA (*)

PROCESSO Nº 081/2026
TERMO DE DISPENSA Nº 044/2026

Á vista das manifestações anteriores e, com fundamento no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/202, bem como do Parecer Jurídico datado de 24 de agosto de 2026, RATIFICO E AUTORIZO a dispensa de licitação para contratação da empresa**GIGA INFOMUSIC LTDA, CNPJ: 42.676.495/0001-13**, cujo objeto CONSISTE na Aquisição de materiais e acessórios para manutenção e reposição de instrumentos musicais, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Senador Elói de Souza/RN, no importe de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser pago de forma parcelada de acordo com a demanda.

Atenciosamente,

Senador Elói de Souza/RN, 24 de agosto de 2026.

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:572FEF23

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 148/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto Executivo nº 067/2023,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 01 (uma) meia diária à servidora ANA CLARA DE OLIVEIRA RIBEIRO, CPF nº 137.410.994-XX, Agente de Desenvolvimento da Sala do Empreendedor, para realização de visita técnica à sede do SEBRAE/RN, na cidade de Natal/RN, com a finalidade de conhecer experiências, projetos, serviços e estratégias voltadas ao fortalecimento da Sala do Empreendedor, ao apoio aos pequenos negócios e ao desenvolvimento econômico local.
O valor da meia diária será de R$ 200,00 (duzentos reais).
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.
Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:34E9C5A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA

TERMO DE CONCESSÃO E CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

De acordo com a lei Municipal nº 373/2010 de 22 de novembro de 2010, art.23, Inciso IV combinado com o Art. 30, a servida **CLEIDE SIMONIA DE AZEVEDO.** aprovada em Concurso Público no cargo de **PROFESSORA**, do Quadro Permanente de Funcionários sob a matrícula de n°182-2, requereu e restou concedida a **CONVERSÃO EM PECÚNIA** de Licença Prêmio Por Assiduidade devida por 3(três) meses, com pagamento indenizatório previsto para implementação em folha nos meses de Julho, agosto e Setembro. correspondente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2007 a 12 de fevereiro de 2012, arguidas pelas razões de fato e de direito arguidas através de *parecer jurídico n°233/2026.*

Serra do Mel/ RN, 05 de agostot de 2026.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

EVA ARITANA DA COSTA MAIA AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Mat.794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:77CB0698

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE EFETIVO Nº 025/2026

PORTARIA Nº 025, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERA o(a) senhor(a) YATAMURI RAFAELLA COSME DA SILVA do cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal, e, tendo em vista lei municipal nº 993, de 03 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR**,** o(a) senhor(a) YATAMURI RAFAELLA COSME DA SILVA do cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, constante da Estrutura Administrativa do Município.
Art. 2º - Essa portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 27 de agosto de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:67F7B146

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1183

Processo Administrativo nº Dispensa 1183/2026

Dispensa nº 1183/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado à realização de Tratamento Odontológico com Sedação, em caráter de urgência, para o paciente Guilherme Gabriel da Silva Marinho, 15 anos de idade, nascido em 30 de novembro de 2010.
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1183/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **LNP SAUDE INTEGRADA LTDA, inscrita no CNPJ 41.358.247/0001-61 no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 27 de agosto de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:D02BC945

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1199

Processo Administrativo nº Dispensa 1199/2026

Dispensa nº 1199/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado à realização de Consulta Especializada com Médico Alergologista, em caráter de urgência, para o paciente Bryan Guilherme da Silva, 05 anos de idade, nascido em 10 de julho de 2021.
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1199/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **ADRIANE CALDAS PSIQUIATRIA LTDA, inscrita no CNPJ 41.506.236/0001-81 no valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 27 de agosto de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:05B2F47D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1210

Processo Administrativo nº Dispensa 1210/2026

Dispensa nº 1210/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado à realização de Teste Neuropsicológico, em caráter de urgência, para a paciente Ana Isabelly Freitas Lima, 16 anos de idade, nascida em 26 de março de 2010.
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1210/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **BEM VIVER SAUDE INTEGRADA LTDA, inscrita no CNPJ 58.841.717/0001-46 no valor de R$1.890,00 (um mil e oitocentos e noventa reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 27 de agosto de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:59B04103

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1229

Processo Administrativo nº Dispensa 1229/2026

Dispensa nº 1229/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Aquisição de Materiais Cirúrgicos para a realização de Procedimento Cirúrgico de Reconstrução Artroscópica do Ligamento Cruzado Anterior (LCA) e Reparo Meniscal em Joelho Esquerdo, em caráter de urgência, para o paciente, David Thallis Costa Silva, 32 anos de idade, nascido em 17 de maio de 1994.
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1229/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **MEDFIX ORTOP EDICA LTDA, inscrita no CNPJ 01.748.211/0002-50 no valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 27 de agosto de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:ED6DE61C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA 1241

Processo Administrativo nº Dispensa 1241/2026

Dispensa nº 1241/2026
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: custeio destinado à contratação de Diária Hospitalar para a realização de procedimento cirúrgico de Artroscópia do Ligamento Cruzado Anterior (LCA) e Reparo Meniscal em Joelho Esquerdo, em caráter de urgência, para o paciente David Thallis Costa Silva, 32 anos de idade, nascido em 17 de maio de 1994.
Legal: art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1241/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **ASSOC DE ASSIST E PROT A MATERN E A INFANCIA DE MO, inscrita no CNPJ 08.256.240/0001-63 no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).**

Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 27 de agosto de 2026.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:B3B5A306

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 309/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Berenice Costa do Nascimento Gomes			
Cargo/função: Assistente Social	**CPF:** 013.XXX.774-51	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 28/08/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Participar do III Seminário do Observatório de Políticas Públicas – Saúde Mental: Debatendo o Centro de Atenção Psicossocial, que será realizado no dia 28 de agosto de 2026, às 8h no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça do MPRN em Natal-RN.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:9C0256DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 01-2026.

PORTARIA Nº 01/2026.

O(A) SECRETARIO(A) MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), THIAGO BALBINO DA SILVA, **CPF:102.921.834-02** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

MARIA DE FÁTIMA F. PEREIRA
Sec. Municipal de Ducação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:4B4D9CF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 02-2026.

PORTARIA Nº 02/2026.

O(A) SECRETÁRIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária (s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr(a), JOSÉ FERNANDES DE SOUZA **CPF:**851.592.394-72, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:5D5216C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 03-2026.

PORTARIA Nº 03/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), CARLOS DANIEL FERREIRA NETO, portador de **CPF:**70479055459, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/ RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:9DF107AD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 04-2026.

PORTARIA Nº 04/2026.
O(A) SECRETARIO ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr.(a), DANIEL FRANCISCO DE LIMA, **Matrícula: 2012010353** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:3597F890

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 05-2026.

PORTARIA Nº 05/2026.

O(A) SECRETÁRIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 06(seis) diária (s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr(a), FRANSUELDO AUGUSTO SANTOS, **Matrícula: 2012010344**, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:9F3FA396

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 06-2026.

PORTARIA Nº 06/2026.

O(A) SECRETÁRIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária (s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr(a), FRANSUELDO AUGUSTO SANTOS, **Matrícula: 2012010344**, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Alexandria/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01 /2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:621A837D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 07-2026.

PORTARIA Nº 07/2026.

O(A) Secretário(a) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015

R E S O L V E:
Conceder 04(quatro) diária(s) a(o) MOTORISTA PADRÃO B-NÍVEL III do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE deste município, Sr.(a), JESSI GOMES DE OLIVEIRA, com **Matrícula:** 701998, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN a serviço desta repartição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:157731DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 08-2026.

PORTARIA Nº 08/2026.
O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 04(quatro) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, **Sr.(a)**, CLAUDECI LIMA DOS SANTOS, portador de **CPF: 030.013.194-10** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Alexandria/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF:081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:F2EC90B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 09-2026.

PORTARIA Nº 09/2026.

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, **Sr.(a)**, CLAUDECI LIMA DOS SANTOS, portador de **CPF: 030.013.194-10** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para São Miguel/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF:081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:15EC4629

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 10-2026.

PORTARIA Nº 10/2026.

O(A) SECRETARIO ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr.(a), DANIEL FRANCISCO DE LIMA, **Matrícula: 2012010353** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:65D1FE46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 11-2026.

PORTARIA Nº 11/2026.

O(A) SECRETARIO ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr.(a), DANIEL FRANCISCO DE LIMA, **Matrícula: 2012010353** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Serrinha dos Pintos, 12/01/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:7856BCF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 12-2026.

PORTARIA Nº 12/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), CARLOS DANIEL FERREIRA NETO, portador de **CPF:**70479055459, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/ RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 14/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:ADCE5D2F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 13-2026.

PORTARIA Nº 13/2026.

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, **Sr.(a)**, CLAUDECI LIMA DOS SANTOS, portador de **CPF: 030.013.194-10** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Alexandria/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Serrinha dos Pintos, 14/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF:081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:D76E2829

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 14-2026.

PORTARIA Nº 14/2026.

O(A) LAUDENIR MARCELINO M. SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 08(oito) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SEC. MUNIC. DE OBRAS E MEIO AMBIENTE E URBANISMO deste município, Sr(a), JENI GALDINO DOS SANTOS, com **Matrícula:**1802001, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 14/01/2026.

LAUDENIR MARCELINO M. SANTOS
Secretario de Obras e Meio Ambiente
CPF: 174.882.748-06

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:B0175AD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 15-2026.

PORTARIA Nº 15/2026.

O(A) SECRETARIO(A) MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deste município, Sr.(a), JOSÉ GABRIEL DOS SANTOS SOUZA, **CPF:062.957.834-65** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 14/01/2026.

MARIA DE FÁTIMA F. PEREIRA
Sec. Municipal de Ducação
CPF:307.57.734-49

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:07EBB831

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 16-2026.

PORTARIA Nº 16/2026.

O(A) Secretário(a) ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr(a), AMOEZIO SABINO DA COSTA, **CPF: 256.177.868-14** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 14/01/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF:970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:2C10F37C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 17-2026.

PORTARIA Nº 17/2026
O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 03(três) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), CARLOS DANIEL FERREIRA NETO, portador de **CPF:**70479055459, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/ RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 16/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:5BDE76A1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 18-2026.

PORTARIA Nº 18/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), CARLOS DANIEL FERREIRA NETO, portador de **CPF:**70479055459, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Catolé do Rocha/PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 16/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:088E8194

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 19-2026.

PORTARIA Nº 19/2026.

O(A) SECRETARIO ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 06(seis) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr.(a), DANIEL FRANCISCO DE LIMA, **Matrícula: 2012010353** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Mossoró/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Serrinha dos Pintos, 28/01/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:495D94F2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 20-2026.

PORTARIA Nº 20/2026.

O(A) SECRETARIO ANTONIO SABINO NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) MOTORISTA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES deste município, Sr.(a), DANIEL FRANCISCO DE LIMA, **Matrícula: 2012010353** para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Catolé do Rocha/PB.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 28/01/2026.

ANTONIO SABINO NETO
Sec. Municipal de Transportes
CPF: 490.423.941-53

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:08443547

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 21-2026.

PORTARIA Nº 21/2026

O(A) SECRETARIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 02(duas) diária(s) a(o) AGENTE DE SAÚDE do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), FABIANA REGIS DE QUEIROZ, portadora do **CPF:**050.164.254-42 e **Matricula:**2072012, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal /RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Serrinha dos Pintos, 28/01/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:6A1D4ED1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 22-2026.

PORTARIA Nº 22/2026

O(A) PREFEITO(A) ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr.(a), UELISON GALDINO DA SILVA, portador de **CPF:**081.065.164-58, **Matrícula:**2012010181 para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 09/02/2026.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:055D0F82

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 23-2026

PORTARIA Nº 23/2026

O(A) SECRETÁRIO(A) UELISON GALDINO DA SILVA no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com Lei Nº 370/2015 de 04 de Maio de 2015.

R E S O L V E:

Conceder 01(uma) diária(s) a(o) SUBCOORDENADOR DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE deste município, Sr(a), EMANUEL LUCAS FERNANDES DOS SANTOS, **Matrícula:**2012010437, para cobrir despesas com estadia e alimentação no seu deslocamento para Natal/RN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Serrinha dos Pintos, 09/02/2026.

UELISON GALDINO DA SILVA
Sec. Municipal de Saúde
CPF: 081.065.164-58

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal
CPF: 970.522.644-04

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:B6012B29

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO E EXTRATO DE DISPENSA N.º 00066/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 00066/2026

O Município de Serrinha dos Pintos/RN, através de seu Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 00066/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Locação de 01 (uma) Ambulância Tipo B - Suporte Básico, veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, sem indicação de intervenção médica durante o transporte. Unidade em adequado estado de conservação e funcionamento, com documentação regular, sinalizador óptico e acústico, rádio comunicação, maca articulada com rodas, suporte para soro, rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro, fluxômetro, umidificador e aspirador, cilindro portátil, ressuscitadores adulto e infantil, maletas de urgência e parto, prancha curta e longa, talas, colares cervicais, colete imobilizador dorsal, materiais de proteção e demais equipamentos mínimos aplicáveis à Ambulância Tipo B, pelo valor de R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS), em favor de 5G LOCACOES LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.56.059.394/0001-08 .

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Serrinha dos Pintos/RN, 27/08/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 00066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230600066/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00066/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SERRINHA DOS PINTOS/RN.
CONTRATADO: 5G LOCACOES LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.56.059.394/0001-08
OBJETO: Locação de 01 (uma) Ambulância Tipo B - Suporte Básico, veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, sem indicação de intervenção médica durante o transporte. Unidade em adequado estado de conservação e funcionamento, com documentação regular, sinalizador óptico e acústico, rádio comunicação, maca articulada com rodas, suporte para soro, rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro, fluxômetro, umidificador e aspirador, cilindro portátil, ressuscitadores adulto e infantil, maletas de urgência e parto, prancha curta e longa, talas, colares cervicais, colete imobilizador dorsal, materiais de proteção e demais equipamentos mínimos aplicáveis à Ambulância Tipo B.
VALOR TOTAL: 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Serrinha dos Pintos/RN, 27/08/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:D5036A42

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 00024/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100800024/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00024/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 00024/2026

O PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando à ação de apresentação de show artístico da Banda Cavaleiros do Forró, em comemoração à 33ª Festa de Emancipação Política do Município de Serrinha dos Pintos/RN, a ser realizado no dia 31 de outubro de 2026, junto á Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Reconhece e autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global de R$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS), correspondentes à contratação acima solicitada, conforme especificações constantes da Proposta Orçamentária.

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no Inexigível, Art. 74, Inciso II, DA LEI Nº 14.133/21 da lei 14.133/21 e alterações subseqüentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 74.*É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
....

II*- contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*

Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação dos serviços ora pretendida deve ser efetuada diretamente à empresa MUSICAL CAVALEIROS DO FORRO LTDA, compreendendo todos os serviços inerentes na proposta de preço.

SERRINHA DOS PINTOS/RN,27/08/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:BE2EC888

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE18/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE18/2026

O Ordenador de Despesasda(o)Prefeitura Municipal de Sítio Novo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o Art. 74, II, da Lei federal 14.133/2021, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº1213/2026, Objeto:contratação de emissora de televisão aberta, com cobertura na TV BAND NATAL, para veiculação institucional da Prefeitura Municipal de Sitio Novo/RN, referente à divulgação do evento "V GASTROFEST da Tapuia Edição de Inverno no Município de Sitio Novo/RN".,que trata da contratação da empresa:TELEVISAO NOVOS TEMPOS S/A, CNPJ: **12.748.471/0001-61,** vem**RATIFICAR**a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Sitio Novo/RN,16 de julho de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:9CABC7B3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE19/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE19/2026

O Ordenador de Despesasda(o)Prefeitura Municipal de Sítio Novo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o Art. 74, II, da Lei federal 14.133/2021, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº1215/2026, Objeto:Contratação de Emissora de rádio para Veiculação de avisos de utilidade pública, notas, editais e outros atos de interesse público do Municipio de Sitio Novo/RN,que trata da contratação da empresa:Comunicação Santa Cruz Ltda.-ME com sede na Rua João Bezerra da Fonseca, 70, Bairro DNER, CEP 59200-000 – Santa Cruz/RN, inscrita no CNPJ: 12.636.767/0001-90 e Inscrição Estadual 20.092.022-7, vem**RATIFICAR**a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Sitio Novo/RN,24 de julho de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:4AE3FE7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 1º PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 155/2025

EXTRATO – 1º PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 155/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: BIOLIFE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.008.165/0001-70.
OBJETO: Prorrogar até o dia 01.08.2027, o prazo da Ata de Registro de Preços, objetivando aquisição de Suplementos Alimentares destinados as crianças com necessidades especiais, devidamente cadastradas na Secretaria Municipal de Saúde de Taipu/RN, oriundo do processo Pregão Eletrônico Nº 11/2025.
BASE LEGAL: Artigo 84, Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas na Ata de Registro de Preços celebrado em 01/08/2025, inclusive as condições de pagamento, quantitativos e especificações dos produtos.
DATA: 30/07/2026.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito – Ivone Lima Cruz /Empresa

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:D49C3139

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 083/2026-GP - DECRETA ESTIAGEM

DECRETO MUNICIPAL N º 083, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ/RN AFETADO POR DESASTRE NATURAL CLIMATOLÓGICO POR ESTIAGEM. COBRADE (1.4.1.1.0) QUE PROVOCA A REDUÇÃO SUSTENTADA DAS RESERVAS HÍDRICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor**AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES**, prefeito do Município de Tangará, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (**PNPDEC),**
CONSIDERANDO que estiagem é um desastre natural do grupo climatológico, que engloba fenômenos relacionados a condições atmosféricas e climáticas que podem causar impactos significativos à população, ao meio ambiente e à economia,
CONSIDERANDO que a dinâmica do semiárido brasileiro apresenta escassez histórica de água potável como seu principal problema, o abastecimento adequado de água potável só é possível através da Operação Carro Pipa-OCP, o que caracteriza a operação como uma demanda emergencial e de irrefutável interesse público,
CONSIDERANDO que ao garantir o acesso à água potável segura para a população da zona rural, será proporcionado o mínimo de bem-estar aos munícipes. E a continuidade da Operação Carro-pipa Federal busca mitigar os efeitos negativos da estiagem e assegurar o direito básico deste bem de consumo para todos,
CONSIDERANDO que o ente municipal busca minimizar o problema da falta de água potável, mediante gastos/custos com a operação carro-pipa do município, porém, não consegue resolver sem o suporte complementar federal, sendo imprescindível o apoio federal complementar para continuidade da operação,
CONSIDERANDO a Ata de reunião do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, do dia 24 de julho de 2026, que deliberou sobre as comunidades afetadas pela estiagem no âmbito do município,
CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 003/2026/COMDEC, que deliberou favoravelmente sobre a declaração da situação de estiagem, conforme disposto no inc. IV e no § 2º do Art. 9º da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022,
CONSIDERANDO o mapa do Monitor de Secas, que retrata a situação emergencial no território do Rio Grande do Norte, de julho de 2026,
CONSIDERANDO o parecer técnico da CAERN de 24/08/2026, que afirma que as pessoas que moram na zona rural do Município não têm acesso a água potável para seu consumo humano mediante rede de distribuição, caracterizando um abastecimento precário, nem sistema de tratamento da água existente nos reservatórios da zona rural,
CONSIDERANDO o Ofício nº 106/2026/PMT/SEMTHAS, que trata de análise técnica situacional das famílias da zona rural do município afetadas pela estiagem,
CONSIDERANDO o Relatório da Secretaria Municipal de Transportes, de 11 de agosto de 2026, que trata dos custos/gastos com manutenção de carros-pipa para abastecimento de água na zona rural do município,
CONSIDERANDO o Relatório Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, de 20 de agosto de 2026, que relatou os prejuízos dos agropecuaristas do município em virtude da baixa pluviosidade e também os baixos índices dos reservatórios de água no território de Tangará,
CONSIDERANDO o Ofício nº 004/2026/PMT/SEMMARH, que relata sobre a situação dos reservatórios de água do município, onde foi constatado a insuficiência para abastecimento humano adequado,
DECRETA:
Art. 1°. Fica declarada**Situação de Emergência por Estiagem** no município de Tangará/RN, em virtude do desastre classificado e codificado como desastre natural climatológico por estiagem prolongada, conforme COBRADE/1.4.1.1.0 – Estiagem, conforme o anexo da Portaria Federal nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.
Art. 2°. Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2026.

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:AB21B715

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
1º RESULTADO FINAL – FASE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

1º RESULTADO FINAL – FASE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 0006/2026

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis, ás 09:02 (nove horas e dois minutos), na Prefeitura Municipal de Tenente Ananias, Estado do Rio Grande do Norte, sito a Rua Antônio Fortunato dos Santos, S/N centro da cidade de Tenente Ananias/RN, reuniram-se a sessão pública o senhor Francisco Clesiano de Paiva Lima, José Verissimo de oliveira Queiroz, agentes de contratação para inferirem nesta Ata o registro de todos os acontecimentos e o preços apresentados pelas credenciadas abaixo identificadas, resultantes de Chamada Pública/credenciamento nº 0006/2026 cujo objeto é credenciamento para CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS, ESPAÇOS E BENS PÚBLICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TENENTE ANANIAS/RN, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021. Depois de efetuada a análise da documentação apresentada pelo participante do Edital do

Chamamento público/credenciamento nº 0006/2026, a comissão, resolve proferir o seguinte julgamento: HABILITAR NA 1ª FASE DOCUMENTAL a empresa:
1 - FRANCISCA ZENILDA SARMENTO
CNPJ(MF) Nº 24.371.502/0001-97

O resultado Final – fase Habilitação Documental encontra-se publicado no Diário Oficial dos Municípios-FEMURN e divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias www.tenenteananias.rn.gov.br

Atenciosamente

FRANCISCO CLESIANO DE PAIVA LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:FEA10995

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 720260036

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 720260036
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260036
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026-0036
CONTRATANTE: Município de Tenente Ananias/RN.
CONTRATADA: SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 35.662.667/0001-34.
OBJETO: Aquisição de equipamentos odontológicos destinados à estruturação, manutenção e melhoria dos serviços de saúde bucal da rede municipal de saúde de Tenente Ananias/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 63.240,00 (sessenta e três mil, duzentos e quarenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
10.304.0007.2097.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS:
Pelo Contratante: Dayane da Silva Batista Jácome – Prefeita Municipal.
Pela Contratada: Artur Henrique Costa Lima- Representante Legal

Tenente Ananias/RN, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jose Verissimo de Oliveira Queiroz
Código Identificador:D3F78103

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260038

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720260038
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026.0038
RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e RATIFICO a contratação da empresa V. ABRANTES BARBOSA JÚNIOR-ME, CNPJ 27.255.748/0001-91, com sede na Rua Maria Taveira Bessa, nº13, Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, para prestação de serviços de digitalização de documentos, com fornecimento de mão de obra qualificada, software de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, equipamentos, materiais e demais recursos necessários à execução dos serviços.
A presente contratação atende ao interesse público, encontrando-se devidamente instruída com Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência, pesquisa mercadológica, parecer jurídico e demais documentos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL RATIFICADO: R$ 37.800,00 (trinta e sete mil oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
04.122.0003.2004.0000 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Determino a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as exigências legais pertinentes, bem como a publicação do presente ato na forma da Lei.

Tenente Ananias/RN, 27 de agosto de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA JÁCOME
Prefeita Municipal
Município de Tenente Ananias/RN

Publicado por:
Jose Verissimo de Oliveira Queiroz
Código Identificador:ADA94086

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA

(Lei nº 14.133/21, Art. 72, VIII)

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 18/2026
PROCESSO: Nº 519225/2026

Objeto do despacho: autorização da Dispensa e ratificar o Termo de Dispensa, adjudicando o objeto e homologando da licitação.

Assunto: Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de assessoria cultural especializada voltada à implementação, distribuição de recursos, elaboração de editais, orientação a beneficiários, prestação de contas e elaboração do Relatório de Gestão Final da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, no Município de Tibau/RN, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022, e as normativas do Ministério da Cultura

CONSIDERANDO que se encontram presentes o Documento de Formalização de Demanda, Despacho dispensando a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares, Termo de Referência, Minuta de Contrato, pesquisa mercadológica, indicação de dotação orçamentária e minuta do Aviso de Dispensa;
CONSIDERANDO que o Aviso de Dispensa foi divulgado no PNCP e no Portal da Transparência;
CONSIDERANDO que o Termo de Dispensa indicou que foi selecionado o autor da proposta mais vantajosidade, além do atendimento dos requisitos do art. 72 e 75 da Lei nº 14.133/21;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico favorável à contratação direta;
AUTORIZO a realização da Dispensa de Licitação, com base na Lei nº 14.133/21, art. 72, VIII, e RATIFICO o Termo de Dispenda. Consequentemente, **ADJUDICO** o objeto da contratação e **HOMOLOGO** a contratação direta, nos termos do art. 71, IV
À Secretaria de Administração para as providências determinadas.

Tibau/RN, 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:C78B33A3

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 18/2026

PROCESSO: Nº 519225/2026

(Lei nº 14.133/2021, Art. 72, V, VI e VII)

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de assessoria cultural especializada voltada à implementação, distribuição de recursos, elaboração de editais, orientação a beneficiários, prestação de contas e elaboração do Relatório de Gestão Final da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, no Município de Tibau/RN, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022, e as normativas do Ministério da Cultura

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de assessoria cultural especializada voltada à implementação, distribuição de recursos, elaboração de editais, orientação a beneficiários, prestação de contas e elaboração do Relatório de Gestão Final da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, no Município de Tibau/RN, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399/2022, e as normativas do Ministério da Cultura, cujo valor da proposta formulada pela empresa 62.687.155 ROMUALDO CALISTO MEDEIROS SOUZA – CNPJ 62.687.155/0001-03 foi de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

1. Enquadramento da dispensa de licitação:

O processo foi conduzido com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, tendo sido adotada a modalidade de dispensa de licitação em razão do valor, com base no art. 75, inciso II e no Decreto Federal nº 12.343/2024, pois:

Ÿ o somatório do valor da proposta com o que já foi despendido no exercício financeiro de 2026 pela unidade gestora para objetos de mesma natureza **não extrapola o valor de R$ 65.492,11** (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos);

Ÿ o **Aviso de Dispensa foi divulgado no PNCP**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Foi aberto prazo para recebimento de propostas junto a fornecedores do ramo, conforme registro nos autos, publicado no PNCP e Portal da Transparência do Município de Tibau, na qual foi(ram) enviada(s) a(s) proposta(s) diretamente por e-mail. No período estipulado, a(s) empresa(s) apresentou(ram) proposta(s), atendendo integralmente às especificações técnicas do objeto e ao prazo estabelecido, conforme certidão de recebimento de proposta anexa aos outos.

2. Justificativa do Preço

Na fase de planejamento, foi elaborado orçamento estimativo, por meio de programa próprio, obedecendo as diretrizes da Lei nº 14.133/21, art. 23.

O valor ofertado pela empresa está compatível com o preço de referência apurado mediante pesquisa de mercado, mitigando riscos de superfaturamento ou de preço inexequível e e garantindo a economicidade da contratação.

3. Justificativa da Escolha do Fornecedor

Foi publicado Aviso de Dispensa no PNCP, atendendo ao prazo mínimo de 3 (três dias úteis, dando publicidade ao interesse em obter propostas de eventuais interessados. Em seguida, selecionou-se a proposta da empresa 62.687.155 ROMUALDO CALISTO MEDEIROS SOUZA por ser a mais vantajosa pelo critério do MENOR PREÇO.

4. Comprovação dos requisitos de habilitação

A empresa enviou documentação que comprova o preenchimento dos requisitos de habilitação. Adicionalmente, consultou-se o cadastro unificado do CEIS/CNEP, em atendimento da Lei nº 14.133/21, art. 91, § 4º.

5. Conclusão
Diante do exposto, com base na Lei n. 14.133/2021, art. 72 e 75, II, restam demonstradas a legalidade e a vantajosidade da contratação direta da empresa, garantindo-se a economicidade, a eficiência e a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Siga para Autoridade Superior analisar, previamente a Parecer Jurídico.

Tibau/RN, 28 de julho de 2026

CLEIDIMAR VERISSIMO DA COSTA
Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:3BC4A429

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GESTOR DE CONTRATO
RESCISÃO UNILATERAL DA DISPENSA Nº 24/2026.

Fica rescindido de pleno direito, de forma unilateral, com efeitos a partir de assinatura do presente termo, a dispensa de no 024/2026, ordem de compra Nº 1790/2026 firmado entre PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL/RN e a empresa DANDARA SPORT LTDA ME, inscrito no CNPJ N° 51.543.641/0001-23, consoante hipótese prevista no art. 138, I, da Lei Federal no 14.133/2021.

Tibau do Sul/RN, 21 de agosto de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN.

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:8FF4C322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2026, Processo Administrativo nº 109/2025 finalizado em, 27 de agosto de 2026, objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL VICÊNCIA CASTELO, NO DISTRITO DA PRAIA DE PIPA NO MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL/RN,** conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico. Ficando adjudicada as seguintes propostas:

EMPRESA: V TORRES SOLUÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA, com sede na Av Governador António de Melo Souza, Nº 73, Casa 85, Potengi, Natal/RN - Cep: 59.125-090, inscrita no CNPJ sob o Nº 52.801.493/0001-62, saiu Vencedora no lote n° 01 com Valor global de R$ 373.840,00 (trezentos e setenta e três mil oitocentos e quarenta reais).

A autoridade municipal do órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão de Licitação no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
Tibau do Sul/RN, 27 de agosto de 2026.

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:7A1647EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REAPRAZAMENTO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026 - SRP

AVISO DE REAPRAZAMENTO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026 - SRP

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal**, torna público através** do Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados por Portarias nº 012/2025 e 205/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizado licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, **DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, COM OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA PARA COBERTURA EM EVENTOS NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN,** cujas especificações encontram-se detalhadas no ANEXO I – Termo de Referência, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 04/09/2026**, às **09h00min. LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Tibau do Sul/RN, 25 de agosto de 2026.

EWERTON WELLINGTON DA COSTA SILVA
Pregoeiro Oficial da PMTS.

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:F04CDF47

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
COMUNICADO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 630.002/2026

Aos 26 dias do mês de agosto do ano de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Timbaúba dos Batistas/RN, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para apreciar a situação do credenciado **ERICK LUIZ NEVES DA CÂMARA**, habilitado no âmbito do **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN**, objeto do Processo de Credenciamento nº **009/2026 – Processo Administrativo nº 630.002/2026**.
Registra-se que a habilitação do referido credenciado foi anteriormente publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da **Ata de Reunião publicada sob o Código Identificador nº 92C771D5**, na qual o Sr. Erick Luiz Neves da Câmara foi declarado habilitado para a função de leiloeiro.
Considerando a documentação posteriormente encaminhada à Administração Municipal e os fatos relacionados à **Ação Civil Pública nº 0814031-70.2015.8.20.5001**, foi submetida a situação à apreciação da Procuradoria Geral do Município, que emitiu **Parecer Jurídico datado de 18 de agosto de 2026**, opinando pela necessidade de reavaliação da situação do primeiro credenciado.
Após análise do referido parecer, esta Comissão decide **ACATAR A ORIENTAÇÃO JURÍDICA**, especialmente quanto à adoção de medida cautelar destinada à proteção do interesse público e à regularidade da futura contratação, ficando **SUSPENSA, cautelarmente, a convocação do Sr. ERICK LUIZ NEVES DA CÂMARA**, até que seja devidamente esclarecida sua situação profissional e jurídica.
Fica, ainda, determinada a **notificação do credenciado** para que apresente manifestação, defesa e documentação atualizada acerca de sua habilitação profissional e da situação judicial mencionada no Parecer Jurídico, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
A Comissão registra que a presente medida possui caráter **cautelar e provisório**, não constituindo, neste momento, decisão definitiva de descredenciamento ou aplicação de penalidade, ficando a situação do credenciado sujeita à posterior análise administrativa, após a devida instrução processual.
Registra-se, por fim, que eventual convocação do segundo credenciado observará a ordem de rodízio estabelecida no instrumento convocatório e somente ocorrerá após o afastamento formal do primeiro credenciado, desde que caracterizada a necessidade pública para a prestação do serviço.
Nada mais havendo a ser dito ou questionado, o Presidente da CPL deu por encerrados os presentes trabalhos, os quais foram paralisados por tempo suficiente para a lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Timbaúba dos Batistas/RN, 26 de agosto de 2026.

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Presidente

YASMIM RADIJA DE ANDRADE ALVES
Membro

GENARDO DE LIMA CARNEIRO FILHO
Membro

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:988DB25E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 051/2026 - GPMTB

Nomeia a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação para a Elaboração da Política Municipal de Alfabetização.

PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS – RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada-CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556 em 12 de junho de 2023 e posteriormente, pela Lei nº 15.247 em outubro de 2025.

CONSIDERANDO a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte - Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto nº 33.990, de setembro de 2024.

CONSIDERANDO a necessidade de promover ações voltadas à promoção da alfabetização das crianças do 1º e 2º ano e da recomposição de aprendizagem das crianças dos 3º ao 5º ano, em conformidade com os fundamentos do CNCA, do Governo Federal, nos termos da Portaria n. 1.774, de 1º de setembro de 2023, que instituiu a Rede Nacional de Articuladores de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA do referido Compromisso.

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar o Documento da Política Municipal de Alfabetização, alinhada à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados(as) os seguintes membros para compor a **Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação** para, sob a presidência do primeiro, conduzir o processo de elaboração da

primeira versão do Documento da **Política Municipal de Alfabetização**, alinhada à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do rio Grande do Norte e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Dirigente Municipal de Educação
Wagna Gomes Araújo Santos

Articuladora Municipal da RENALFA
Maria de Fátima dos Santos

Professora Alfabetizadora
Maria Goretti Monteiro

Técnica da SEMED
Maria Patrícia Medeiros dos Santos

Diretora Escolar
Silvana Helena Pereira Silva

Coordenadora Pedagógica
Djeanne Cristina Santos da Silva

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Timbaúba dos Batistas – RN, 27 de agosto de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:28E598F5

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2026, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a Aprovação de Programação de Recursos de Emenda Individual para ESTRUTURAÇÃO DO SUAS para o Fundo Municipal de Assistência Social de Timbaúba dos Batistas/RN.

O **CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas Leis Federais nº 8.742/93, nº 12.435/2011 e pela Lei Municipal Nº. 315/2013,
CONSIDERANDO a reunião do Colegiado em 18 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Programação de Recursos através de Emenda Individual nº 202639940010 indicada pelo Parlamentar Deputado Federal General Girão através via **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome** no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social de Timbaúba dos Batistas – RN, com natureza de custeio, identificada por Espelho de Programação nº 241430820260001.
.
Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Timbaúba dos Batistas – RN, 18 de agosto de 2026.

JANAINE BATISTA
Presidente do CMAS

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:43F0F00C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ARP Nº 84/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para a confecção de próteses odontológicas, para atender à população assistida pelo Programa Brasil Sorridente no município de Touros/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS-CNPJ: 08.234.155/0001-02.

Fornecedor: **THAIANE GABRIELE SANTOS DA SILVEIRA -ME.**					
CNPJ: **40.297.173/0001-38.**					
Endereço: **Rua Doutor Antônio Proença, 228 sala A, Centro, João Camara/RN, CEP: 59550-000**					
Representante: **THAIANE GABRIELE SANTOS DA SILVEIRA** - CPF: **088.xxx.654-01**					
Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0034069 - Prótese total mandibular - PT imediata (prótese completa,muco suportável, dentes artificiais de resina acrilica).	UND	200	160,000	32.000,00
2	0034070 - Prótese total maxilar - PT imediata (Prótese completa, muco suportável ,com dupla prensagem,com palato incolor, dentes artificiais de resina acrilica).	UND	200	160,000	32.000,00
3	0034071 - Prótese Parcial mandibular removivel - PTR (Prótese com estrutura metálica e dentes de resina acrilica).	UND	200	160,000	32.000,00
4	0034072 - Prótese Parcial Maxilar Removivel - PPR (Prótese com estrutura metálica e dentes artificiais de resina acrilica).	UND	200	160,000	32.000,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal: 14.133/2021 e suas atualizações posteriores c/c os decretos Municipal vigente.
VIGÊNCIA: 27/08/2026 à 27/08/2027.
Touros/RN, 27 de agosto de 2026.
ASSINATURAS: Pedro Ferreira de Farias Filho- P/Órgão Gestor, e, THAIANE GABRIELE SANTOS DA SILVEIRA - P/**Contratada**

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:0B2EBBEA

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 634, DE 27 DE AGOSTO DE 2026. GABINETE CIVIL

CONCEDE AVERBAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Processo Judicial n. 0800028-85.2019.8.20.5158 e a decisão nele contida;

RESOLVE:

Art. 1° – Fica averbado, em favor da servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO MODESTO DA SILVA LIMA (MAT. 2096)**, ocupante de cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ACS, tempo de serviço/contribuição para o período trabalhado entre 01/07/2006 e 09/09/2007 para fins de aquisição de novo quinquênio.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 27 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:2510DE7D

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 635/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **RAFAEL ADRIANO DA SILVA**, motorista contratado do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 18503, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.245.XXX-41, 1 (uma) e ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, para custear despesas com alimentação e hospedagem, nos dias 01 e 02 de setembro de 2026, uma vez que está transportando paciente, que realizará procedimento cirúrgico no Hospital Dr. Mariano Coelho – Currais Novos/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 27 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:F538BCE8

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 636/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **GEOVAN BEZERRA SANTIAGO**, motorista contratado do Município de Touros/RN, Matrícula de nº 22772 , inscrito no CPF/MF sob nº XXX.508.XXX-11, ½ (meia) diária Estadual, ao valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor de R$ 100,00 (cem reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, para custear despesas com alimentação, no dia 28 de agosto de 2026, uma vez que está transportando paciente, que realizará consultas no Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos – Assú/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 27 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:B174500A

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 637, DE 27 DE AGOSTO DE 2026. GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE ADTS (QUINQUÊNIO) NO PERCENTUAL DE 15% AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o Processo Judicial n. 0800028-85.2019.8.20.5158 e a decisão nele contida;

CONSIDERANDO o Art. 75 da Lei Municipal 570/2007, Regime Jurídico Único do município de Touros/RN.

RESOLVE:

Art. 1° – Fica implantado, em favor da servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO MODESTO DA SILVA LIMA (MAT. 2096)**, ocupante de cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ACS, **ADTS (quinquenio)** no percentual de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos básicos.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 27 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:3E8595FC

GABINETE CIVIL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 067/2026, DE 26 AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a apreciação e a aprovação da autorização de repasse de recursos financeiros advindos de aplicação financeira da conta vinculada de Emenda Parlamentar e da utilização dos rendimentos pela Associação de Idosos Gaspar Severino da Silva – Cajueiro.

O**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN – CMAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e pela Lei Municipal nº 758, de 01 de junho de 2017, que, em seu art. 22, inciso XXX, determina competir ao CMAS emitir resoluções sobre suas deliberações,
CONSIDERANDOo que estabelece o Termo de Fomento nº 001/2025, por meio do qual a**Associação de Idosos Gaspar Severino da Silva – Cajueiro**firmou parceria com o Município de Touros/RN para a execução de projeto financiado com recursos da Emenda Parlamentar nº 4474.0006, no valor de**R$ 100.000,00 (cem mil reais)**;

CONSIDERANDOo disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Quinta do Termo de Fomento nº 001/2025, que prevê que os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento, desde que haja solicitação fundamentada da PROPONENTE e autorização da CONCEDENTE;

CONSIDERANDOa solicitação apresentada pela Associação de Idosos Gaspar Severino da Silva – Cajueiro, devidamente fundamentada, para utilização dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras vinculadas ao Termo de Fomento nº 001/2025;

CONSIDERANDOa deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião extraordinária realizada no dia**26 de agosto de 2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a autorização para o repasse e a utilização dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras existentes, na sua totalidade, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 4886-0, Conta Corrente nº 6672020-8, dos recursos vinculados ao Termo de Fomento nº 001/2025, celebrado entre o Município de Touros/RN e a Associação de Idosos Gaspar Severino da Silva – Cajueiro, exclusivamente na execução do objeto previsto no referido instrumento.

Art. 2ºA utilização dos rendimentos de que trata o art. 1º deverá observar integralmente as disposições estabelecidas no Termo de Fomento nº 001/2025, bem como a legislação vigente aplicável às parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

Art. 3ºA Associação de Idosos Gaspar Severino da Silva – Cajueiro deverá manter a devida comprovação da aplicação dos rendimentos financeiros, observando os princípios da legalidade, transparência, economicidade e finalidade pública, para fins de prestação de contas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MONALIZA BATISTA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Touros/RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:0A3FBABB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138/2026 - GP

PORTARIA Nº 138/2026 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art.1º **NOMEAR,** a Senhora **MARIA SANTANA ESTEVAM DANTAS VIEIRA,** CPF Nº **705.036.544-00,** para ocupar o cargo em Comissão de **ASSESSORIA ADMINISTRATIVA**, lotado na secretaria Municipal de **SAÚDE**, com fundamento legal na Lei que dispõe sobre o regime político do município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Com efeito retroativo ao dia 17 de agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Triunfo Potiguar-RN.
Em 27 de agosto de 2026.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kelia Dantas de Azevedo
Código Identificador:1BDE1481

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº098/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

EMENTA: Dispõe sobre o cancelamento do Concurso Escolar "UMARIZAL EM UMA SÓ VOZ" (Concurso Municipal de Execução dos Hinos Nacional, Estadual e Municipal)

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a instituição do Regulamento do Concurso Escolar "UMARIZAL EM UMA SÓ VOZ", publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) no dia 20 de agosto de 2026, Edição no 3860, Código Identificador no 1B849253;
CONSIDERANDO que o referido concurso tinha como objetivo a execução dos Hinos Nacional, Estadual e Municipal pelas comunidades escolares do município em celebração às comemorações cívicas do 7 de setembro;
CONSIDERANDO que o período fixado para as inscrições das escolas municipais ocorreu entre os dias 20 e 25 de agosto de 2026, por meio de formulário eletrônico e presencialmente na sede da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos;
CONSIDERANDO o término do prazo regulamentar sem o registro de inscrições válidas por parte das unidades de ensino do município, inviabilizando a formação do quadro competitivo e o atingimento da finalidade pedagógica e cultural do certame;
CONSIDERANDO o Princípio da Eficiência e do Interesse Público que regem os atos da Administração Pública Municipal, impondo a adequação e o encerramento formal dos procedimentos administrativos inócuos;
RESOLVEM:
Art. 1. FICA CANCELADO, para todos os fins e efeitos legais, o Concurso Escolar "UMARIZAL EM UMA SÓ VOZ" (Concurso Municipal de Execução dos Hinos Nacional, Estadual e Municipal), previsto para o calendário comemorativo de 7 de setembro de 2026.
Art. 2. O cancelamento fundamenta-se na ausência de inscrições de unidades escolares dentro do prazo estipulado no Item 6 do Regulamento Oficial do concurso (20 a 25 de agosto de 2026).
Art. 3. Ficam revogadas as disposições em contrário ou atos decorrentes da publicação do regulamento do referido concurso.
Art. 4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Umarizal-RN, em 27 de agosto de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:0E6EFE3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N. 939 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

LEI MUNICIPAL N. 939 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Institui, como instrumentos complementares da política municipal de alfabetização de Upanema/RN,

a bolsa municipal de apoio à alfabetização e à aprendizagem e o programa municipal de incentivo e reconhecimento educacional – Prêmio Upanema Semeando o Futuro, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, RENAN MENDONÇA FERNANDES, Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Ficam instituídos, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Upanema/RN – SMECD, como instrumentos complementares da Política Municipal de Alfabetização:
I – a Bolsa Municipal de Apoio à Alfabetização e à Aprendizagem; e
II – o Programa Municipal de Incentivo e Reconhecimento Educacional – Prêmio Upanema Semeando o Futuro.

Art. 2º. Os instrumentos de que trata esta Lei têm por finalidade fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização, especialmente no que se refere:
I – à formação continuada dos profissionais da educação;
II – à articulação e acompanhamento das ações de alfabetização;
III – à recomposição das aprendizagens;
IV – ao monitoramento e à avaliação dos resultados educacionais;
V – à valorização dos profissionais da educação;
VI – ao reconhecimento de estudantes e profissionais da educação;
VII – ao incentivo à melhoria contínua da aprendizagem;
VIII – ao fortalecimento da gestão e da governança da política de alfabetização;
IX – ao reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.

Art. 3º. A execução dos instrumentos instituídos por esta Lei observará:
I – os princípios, diretrizes, objetivos, metas e eixos da Política Municipal de Alfabetização;
II – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
III – a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN;
IV – o regime de colaboração entre Município, Estado e União;
V – a disponibilidade orçamentária e financeira do Município;
VI – a legislação fiscal, financeira e administrativa vigente.

CAPÍTULO II
DA BOLSA MUNICIPAL DE APOIO À ALFABETIZAÇÃO E À APRENDIZAGEM

Art. 4º. Fica instituída a Bolsa Municipal de Apoio à Alfabetização e à Aprendizagem, destinada ao desenvolvimento de atividades específicas de formação, articulação, acompanhamento, mobilização e apoio técnico-pedagógico vinculadas à Política Municipal de Alfabetização.

Art. 5º. A Bolsa Municipal de Apoio à Alfabetização e à Aprendizagem será organizada nas seguintes modalidades:
I – Bolsa Professor Formador;
II – Bolsa Articulador Municipal;
III – Bolsa Articulador Escolar.

Art. 6º. A concessão das bolsas observará os seguintes valores mensais e quantitativos máximos:
I – Bolsa Professor Formador: R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais, limitada a até 2 (dois) beneficiários simultaneamente;
II – Bolsa Articulador Municipal: R$ 1.000,00 (mil reais) mensais, limitada a 1 (um) beneficiário;
III – Bolsa Articulador Escolar: R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, limitada a até 6 (seis) beneficiários simultaneamente.
§ 1º. As bolsas poderão ser concedidas pelo período de até 12 (doze) meses, observado o período de execução das atividades, a disponibilidade orçamentária e financeira e o cumprimento das condições estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.
§ 2º. A concessão das bolsas não implica obrigatoriedade de preenchimento do quantitativo máximo previsto neste artigo, ficando sua efetivação condicionada à necessidade da Política Municipal de Alfabetização e à disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 3º. Os quantitativos estabelecidos neste artigo constituem limites máximos de beneficiários, sendo vedada a concessão de número superior ao previsto em cada modalidade sem alteração desta Lei.

Seção I
Do Professor Formador

Art. 7º. A Bolsa Professor Formador será destinada ao profissional responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das ações de formação continuada vinculadas à alfabetização, recomposição das aprendizagens e melhoria das práticas pedagógicas.
§ 1º. Poderão ser concedidas até 2 (duas) Bolsas Professor Formador, conforme:
I – a demanda formativa da Rede Municipal;
II – as etapas e modalidades atendidas;
III – os componentes curriculares ou áreas de conhecimento;
IV – os programas e projetos em execução; e
V – a disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 2º. O Professor Formador fará jus ao valor mensal de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), durante o período de efetivo exercício das atribuições, limitado a 12 (doze) meses.

Art. 8º Constituem atribuições gerais do Professor Formador:
I – planejar e executar formações;
II – elaborar materiais pedagógicos e formativos;
III – acompanhar a aplicação das ações formativas;
IV – colaborar na análise dos resultados de aprendizagem;
V – apoiar a elaboração de estratégias de intervenção pedagógica;
VI – participar de reuniões técnicas e pedagógicas;
VII – produzir relatórios e registros das atividades realizadas; e
VIII – desenvolver outras atribuições correlatas definidas em regulamento.

Seção II
Do Articulador Municipal

Art. 9º. A Bolsa Articulador Municipal será destinada ao profissional responsável pela articulação, mobilização, acompanhamento e monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal.
§ 1º. Será concedida apenas 1 (uma) Bolsa Articulador Municipal.
§ 2º. O Articulador Municipal fará jus ao valor mensal de R$ 1.000,00 (mil reais), durante o período de efetivo exercício das atribuições, limitado a 12 (doze) meses.

Art. 10. Constituem atribuições gerais do Articulador Municipal:
I – articular as ações entre SMECD e unidades escolares;
II – acompanhar a execução da Política Municipal de Alfabetização;
III – acompanhar metas, indicadores e resultados;
IV – promover interlocução com os Articuladores Escolares;
V – apoiar a organização de formações e ações de mobilização;
VI – sistematizar informações e dados;
VII – elaborar relatórios de acompanhamento; e
VIII – exercer demais atribuições previstas em regulamento.

Seção III
Do Articulador Escolar

Art. 11. A Bolsa Articulador Escolar será destinada ao profissional responsável pela articulação e acompanhamento das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens nas unidades escolares da Rede Municipal.
§ 1º. Poderão ser concedidas até 6 (seis) Bolsas Articulador Escolar, observada a necessidade da Rede Municipal e a disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 2º. Cada unidade escolar poderá possuir apenas 1 (um) Articulador Escolar beneficiário por vez.
§ 3º. O Articulador Escolar fará jus ao valor mensal de R$ 600,00 (seiscentos reais), durante o período de efetivo exercício das atribuições, limitado a 12 (doze) meses.

Art. 12. Constituem atribuições gerais do Articulador Escolar:

I – articular as ações da Política no âmbito da unidade;
II – apoiar gestão e coordenação pedagógica;
III – acompanhar metas, resultados e indicadores da escola;
IV – colaborar na mobilização de professores, estudantes e famílias;
V – apoiar a aplicação e o acompanhamento das avaliações;
VI – acompanhar os planos de ação e intervenção;
VII – participar das formações e reuniões promovidas pela SMECD;
VIII – exercer outras atribuições definidas em Decreto.

CAPÍTULO III
DA CONCESSÃO DAS BOLSAS

Art. 13. Poderão ser beneficiários das Bolsas profissionais da educação, servidores públicos ou outros profissionais que atendam aos requisitos definidos nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 14. A concessão das Bolsas dependerá:
I – da existência de dotação orçamentária;
II – da disponibilidade financeira;
III – da necessidade das atividades;
IV – do cumprimento dos requisitos estabelecidos;
V – da formalização da designação ou seleção; e
VI – da comprovação da execução das atividades.

Art. 15. A concessão das Bolsas observará os valores, quantitativos máximos e prazo estabelecidos nesta Lei.
§ 1º. O período de concessão de cada Bolsa será de até 12 (doze) meses, podendo ser inferior a esse prazo, conforme o período de execução das atividades.
§ 2º. O pagamento será realizado mensalmente, condicionado à comprovação do cumprimento das atribuições e atividades previstas.
§ 3º. O Decreto regulamentador estabelecerá os critérios de seleção ou designação, requisitos específicos, forma de comprovação das atividades, procedimentos de acompanhamento, cronograma de pagamento e demais condições operacionais.
Art. 16. As Bolsas possuem caráter temporário, vinculadas à execução das atividades previstas nesta Lei.

Art. 17. A Bolsa:
I – não constitui vencimento ou remuneração permanente;
II – não se incorpora à remuneração;
III – não gera reflexos previdenciários;
IV – não constitui base para vantagens funcionais;
V – não gera direito adquirido; e
VI – cessa quando encerradas as atividades que justificaram sua concessão ou quando não forem mais atendidos os requisitos para sua manutenção.

CAPÍTULO IV
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO E RECONHECIMENTO EDUCACIONAL

Art. 18. Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo e Reconhecimento Educacional – "Prêmio Upanema Semeando o Futuro".

Art. 19. O Programa terá como objetivos:
I – estimular a melhoria contínua da aprendizagem;
II – reconhecer a evolução dos resultados;
III – valorizar estudantes e profissionais da educação;
IV – reconhecer boas práticas pedagógicas e de gestão;
V – fortalecer a cultura de acompanhamento pedagógico;
VI – promover a equidade educacional;
VII – incentivar a participação em avaliações;
VIII – incentivar a participação e o destaque em olimpíadas e competições de conhecimento; e
IX – contribuir para o alcance das metas da Política Municipal de Alfabetização.

Seção I
Dos beneficiários e das modalidades de premiação

Art. 20. Poderão ser beneficiários do Programa:
I – estudantes regularmente matriculados na Rede Municipal;
II – professores e demais profissionais da educação.

Art. 21. O Programa poderá contemplar as seguintes modalidades:
I – Prêmio Evolução, destinado à melhoria de resultados;
II – Prêmio Desempenho, destinado ao alcance de metas ou padrões de desempenho;
III – Prêmio Alfabetização, destinado aos resultados de alfabetização e recomposição;
IV – Prêmio Boas Práticas, destinado a experiências pedagógicas ou de gestão;
V – Prêmio Olimpíadas do Conhecimento, destinado a estudantes premiados e respectivos professores orientadores.
Parágrafo único. O Decreto regulamentador poderá estabelecer categorias específicas dentro das modalidades previstas neste artigo, vedada a criação de nova modalidade de premiação não autorizada por esta Lei.

Art. 22. O montante total destinado às premiações financeiras do "Prêmio Upanema Semeando o Futuro" será de até R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) por edição do Programa, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
§ 1º. O montante previsto no caput será distribuído entre as categorias destinadas a estudantes e profissionais da educação, conforme critérios, valores individuais, quantidade de premiados e modalidades estabelecidos em Decreto.
§ 2º. A distribuição dos recursos entre as categorias poderá ser diferenciada, considerando a natureza da premiação, os resultados alcançados, o nível de ensino, a modalidade de participação e os critérios de elegibilidade definidos em regulamento.
§ 3º. A definição da distribuição do montante não poderá ultrapassar o limite global estabelecido no caput deste artigo.
§ 4º. A concessão das premiações ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, não sendo obrigatória a utilização integral do montante máximo previsto no caput.

Seção II
Da premiação em olimpíadas e competições

Art. 23. A modalidade Prêmio Olimpíadas do Conhecimento poderá beneficiar:
I – estudantes medalhistas ou premiados em competições reconhecidas pelo Município;
II – professores responsáveis pela orientação ou preparação dos estudantes contemplados.

Art. 24. O Decreto regulamentador definirá:
I – as competições reconhecidas;
II – os níveis territoriais considerados;
III – os tipos de premiação contemplados;
IV – os valores ou faixas de incentivo, observados os limites estabelecidos no art. 21 desta Lei;
V – os critérios de comprovação;
VI – as regras de premiação por equipe;
VII – os limites de acumulação.

Seção III
Dos indicadores e critérios

Art. 25. Para apuração das premiações poderão ser considerados, isolada ou conjuntamente:
I – resultados de avaliações internas e externas;
II – Indicador Criança Alfabetizada – ICA;
III – resultados do SIMAIS;
IV – resultados do Sistema Avalia Municipal;
V – indicadores de evolução da aprendizagem;
VI – fluência leitora;
VII – frequência escolar;
VIII – aprovação, reprovação e abandono;
IX – distorção idade-ano;
X – participação nas avaliações;
XI – cumprimento de metas pedagógicas;
XII – outros indicadores compatíveis com os objetivos desta Lei.

Art. 26. A metodologia de cálculo, pesos, metas, critérios de elegibilidade, desempate, períodos de referência e demais regras técnicas serão definidos em Decreto do Poder Executivo.

Seção IV
Da natureza da premiação

Art. 27. A premiação poderá ocorrer mediante:
I – prêmio financeiro individual a estudantes;
II – prêmio financeiro individual a profissionais da educação;
III – medalhas, troféus, certificados, homenagens e outras formas de reconhecimento destinadas aos beneficiários previstos no art. 20 desta Lei.

Art. 28. O prêmio financeiro individual possui natureza eventual e não remuneratória, não se incorporando aos vencimentos ou remuneração dos servidores e não gerando direito adquirido a edições futuras.

Art. 29. A soma das premiações financeiras concedidas em cada edição do Programa não poderá ultrapassar o montante global de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) estabelecido no art. 22 desta Lei.
Parágrafo único. Os valores individuais, número de premiados, critérios de distribuição e eventual saldo não utilizado serão disciplinados em Decreto, respeitado o limite estabelecido no caput.

CAPÍTULO V
DA GOVERNANÇA, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Art. 30. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto será responsável pela coordenação e execução dos instrumentos instituídos por esta Lei.

Art. 31. O Poder Executivo instituirá, por Decreto, Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação, definindo:
I – composição;
II – competências;
III – funcionamento;
IV – impedimentos;
V – procedimentos de análise;
VI – mecanismos de revisão; e
VII – demais regras necessárias.
Art. 32. Os resultados das premiações e das ações financiadas por Bolsas deverão observar os princípios da publicidade, transparência, impessoalidade e controle.

Art. 33. É vedada qualquer conduta destinada a manipular resultados, incluindo:
I – alteração ou inserção de informações falsas;
II – exclusão indevida de estudantes das avaliações;
III – adulteração de registros escolares;
IV – manipulação de indicadores;
V – impedimento injustificado da participação dos estudantes; e
VI – qualquer outra conduta que comprometa a lisura do processo.
Parágrafo único. A constatação de irregularidade poderá acarretar suspensão ou cancelamento do benefício, restituição de valores e demais medidas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VI
DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará esta Lei mediante Decreto, que disporá especialmente sobre:
I – critérios de seleção ou designação dos beneficiários das Bolsas;
II – requisitos dos beneficiários;
III – procedimentos para concessão e manutenção das Bolsas;
IV – comprovação das atividades;
V – cronograma de execução e pagamento das Bolsas;
VI – indicadores e pesos das premiações;
VII – metas de desempenho e evolução;
VIII – categorias de premiação;
IX – distribuição do montante global destinado às premiações, observado o limite previsto no art. 22 desta Lei;
X – regras das olimpíadas e competições;
XI – critérios de desempate;
XII – cronograma de apuração e pagamento das premiações;
XIII – composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento;
XIV – procedimentos de revisão administrativa;
XV – mecanismos de transparência e controle;
XVI – demais aspectos necessários à execução desta Lei.
§ 1º. O Decreto poderá ser atualizado periodicamente, conforme as necessidades da política educacional municipal e a disponibilidade orçamentária e financeira.
§ 2º. A regulamentação não poderá criar novas modalidades de Bolsa ou de premiação, nem alterar os valores, quantitativos máximos e limites financeiros estabelecidos nesta Lei.
§ 3º. As matérias de natureza operacional, procedimental e técnica serão disciplinadas prioritariamente por Decreto.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 35. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município, consignadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, podendo ser suplementadas na forma da legislação vigente.

Art. 36. A concessão de Bolsas e premiações ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, não gerando direito subjetivo à continuidade em exercícios posteriores.

Art. 37. Os instrumentos instituídos por esta Lei integrarão as estratégias de implementação da Política Municipal de Alfabetização de Upanema/RN e poderão ser articulados aos respectivos Planos de Trabalho Anuais – PTA.

Art. 38. O Poder Executivo poderá editar atos administrativos complementares necessários à execução do Decreto regulamentador, desde que não inovem em matéria reservada à Lei ou ao Decreto.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Upanema (RN), 26 de Agosto de 2026, 73° Aniversário de Emancipação Política.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:A14E24A2

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N. 940 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

LEI MUNICIPAL N. 940 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a Lei Municipal n.º 706/2021, para extinguir os cargos de Assistente de Secretário e de Subcoordenador de Educação, e criar a Coordenadoria de Alfabetização e a Coordenadoria de Igualdade Racial, bem como os respectivos cargos de Coordenador, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, RENAN MENDONÇA FERNANDES, Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica extinto o cargo de Assistente de Secretário, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, previsto no inciso II do § 3º do art. 67 da Lei Municipal nº 706/2021.

Art. 2º. Fica extinto o cargo de Subcoordenador de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, previsto no inciso X do § 3º do art. 67 da Lei Municipal nº 706/2021.

Art. 3º. O § 2º do art. 67 da Lei Municipal nº 706/2021 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

XI – Coordenadoria de Alfabetização;
XII – Coordenadoria de Igualdade Racial.

Art. 4º. O § 3º do art. 67 da Lei Municipal nº 706/2021 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos, renumerando-se os demais:

XV – Coordenador de Alfabetização;
XVI – Coordenador de Igualdade Racial.

Art. 5º. O art. 69 da Lei Municipal nº 706/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69. Compete ao Coordenador de Alfabetização:
I – participar da gestão e governança da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto no que tange à alfabetização;
II – zelar pelo cumprimento das metas de alfabetização do Município, em consonância com o Plano Municipal de Educação (PME) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);
III – participar da elaboração do Plano de Trabalho Anual (PTA) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
IV – fortalecer a articulação pedagógica entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e as escolas da rede municipal;
V – articular a formação continuada dos professores alfabetizadores, seja por formação própria ou em regime de colaboração com os demais entes federados;
VI – fortalecer o acompanhamento pedagógico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto junto às unidades escolares;
VII – atuar na implementação dos processos de avaliação diagnóstica e formativa capazes de produzir informações para diagnóstico e trabalho pedagógico;
VIII – acompanhar sistematicamente o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) e demais indicadores de aprendizagem;
IX – garantir a utilização adequada dos materiais pedagógicos disponibilizados pelas políticas nacional, estadual e municipal, incluindo os materiais da Ciranda Potiguar, cantinhos de leitura e obras literárias destinadas à alfabetização;
X – promover estratégias de redução das desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e escolas;
XI – desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 6º. O art. 77 da Lei Municipal nº 706/2021 passa a vigorar contendo a seguinte redação:

Art. 77. Compete ao Coordenador de Igualdade Racial:
I – desenvolver e propor políticas de promoção da igualdade racial;
II – elaborar planos, programas e projetos voltados à equidade;
III – garantir que a instituição cumpra as legislações antirracistas e de inclusão;
IV – promover treinamentos sobre racismo estrutural e diversidade;
V – organizar campanhas educativas internas e externas;
VI – apoiar ações pedagógicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira;
VII – desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 7º. O Anexo I da Lei Municipal nº 706/2021 passa a vigorar com as seguintes alterações na planilha referente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I – ficam excluídas as linhas referentes aos cargos de Assistente de Secretário (símbolo CC2, subsídio R$ 1.160,00, gratificação R$ 515,84) e de Subcoordenador de Educação (símbolo CC3, subsídio R$ 1.100,00, gratificação R$ 257,92);
II – ficam incluídas as seguintes linhas:

Unidade	Cargo / Função	Quantidade	Símbolo	Subsídio	Gratificação
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	Coordenador de Alfabetização	01	CC2DE	R$ 1.884,43	R$ 773,76
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	Coordenador de Igualdade Racial	01	CC2DE	R$ 1.884,43	R$ 773,76

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias já consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, nos termos da legislação orçamentária aplicável.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Upanema (RN), 26 de Agosto de 2026, 73° Aniversário de Emancipação Política.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:D30A9DA2

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N. 941 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

LEI MUNICIPAL N. 941 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a política municipal de alfabetização de Upanema/RN, aprova seu documento orientador, estabelece diretrizes de governança, monitoramento e financiamento, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, RENAN MENDONÇA FERNANDES, Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Upanema/RN, a Política Municipal de Alfabetização, de caráter permanente, destinada a garantir o direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394/1996, a Lei Federal nº 15.247/2025, a Lei Federal nº 15.388/2026, o Decreto Federal nº 11.556/2023 e a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990/2024.
§ 1º. Integra esta Lei, como Anexo Único, o Documento Orientador da Política Municipal de Alfabetização de Upanema/RN, que estabelece diagnóstico, concepção pedagógica, princípios, diretrizes, objetivos, metas, eixos estruturantes, estratégias, mecanismos de governança, monitoramento, financiamento e implementação.
§ 2º. A Política Municipal de Alfabetização constitui referência obrigatória para os instrumentos anuais de planejamento da alfabetização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SMECD e das unidades escolares abrangidas por esta Lei.

Art. 2º. São finalidades da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; II – promover a recomposição das aprendizagens, com foco em leitura e escrita, para estudantes do 3º ao 5º ano que ainda não tenham consolidado as aprendizagens fundamentais;
III – reduzir desigualdades de aprendizagem;
IV – fortalecer a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades de cada etapa;
V – institucionalizar mecanismos permanentes de formação, acompanhamento, avaliação, intervenção e melhoria contínua.

Art. 3º. O público prioritário da Política compreende:
I – crianças matriculadas no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
II – estudantes do 3º ao 5º ano que necessitem de recomposição das aprendizagens de alfabetização; III – crianças da pré-escola, no âmbito das experiências de oralidade, literatura e cultura escrita e da transição para o Ensino Fundamental, sem antecipação indevida da alfabetização formal.

Art. 4º. A Política observará, entre outros, os princípios da garantia do direito à alfabetização, equidade, inclusão, respeito à diversidade e às infâncias, gestão democrática, regime de colaboração, autonomia pedagógica, valorização dos profissionais da educação, avaliação para

a aprendizagem, uso responsável de evidências, corresponsabilidade e continuidade institucional.

Art. 5º. A implementação da Política será organizada nos seguintes eixos estruturantes:
I – governança e gestão;
II – formação dos profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar;
III – infraestrutura, materiais e insumos pedagógicos;
IV – avaliação, monitoramento e intervenção pedagógica;
V – reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.

Art. 6º. A coordenação geral da Política caberá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SMECD, que atuará de forma articulada com as unidades escolares, a Articulação Municipal da RENALFA, as equipes técnicas e pedagógicas e as demais instâncias de gestão educacional.
Parágrafo único. A governança da Política contará com o apoio do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Upanema/RN, instituído e regulamentado por ato próprio do Poder Executivo, assegurada representação das instâncias educacionais e de controle social pertinentes, sem prejuízo das competências do Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º. A SMECD elaborará, para cada exercício, Plano de Trabalho Anual – PTA, ou instrumento equivalente, contendo metas intermediárias, ações, indicadores, responsáveis, cronograma e mecanismos de monitoramento, em conformidade com esta Lei, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com o Pró-Alfa RN.

Art. 8º. As unidades escolares abrangidas pela Política deverão incorporar aos seus instrumentos de planejamento ações de alfabetização, acompanhamento e recomposição das aprendizagens, com base em diagnóstico pedagógico e nos resultados das avaliações aplicáveis.

Art. 9º. O monitoramento da Política utilizará, de forma articulada, indicadores oficiais de alfabetização, avaliações nacionais e estaduais, avaliações próprias da Rede Municipal, registros pedagógicos e indicadores de trajetória escolar, observada a finalidade pedagógica das informações.
§ 1º. Os resultados deverão subsidiar o planejamento, a formação continuada, a intervenção pedagógica, o acompanhamento das escolas e a revisão das estratégias.
§ 2º. A divulgação pública dos resultados observará a proteção de dados pessoais e educacionais, priorizando informações agregadas ou anonimizadas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 e da legislação de proteção integral de crianças e adolescentes.

Art. 10. A Política assegurará atendimento em perspectiva inclusiva e equitativa, com estratégias, recursos de acessibilidade e apoios adequados aos estudantes público da Educação Especial e atenção às desigualdades territoriais, socioeconômicas e de aprendizagem.

Art. 11. As ações destinadas às escolas do campo deverão assegurar o mesmo direito e as mesmas expectativas de aprendizagem, com estratégias pedagógicas, formativas, logísticas e de acompanhamento adequadas às especificidades territoriais e socioculturais.

Art. 12. O Município atuará em regime de colaboração com a União e com o Estado do Rio Grande do Norte, podendo celebrar instrumentos de cooperação com instituições públicas de ensino superior, entidades públicas e demais parceiros, observados o interesse público, a legislação vigente e as competências de cada ente.

Art. 13. O Poder Executivo poderá instituir mecanismos de reconhecimento e compartilhamento de boas práticas pedagógicas e de gestão, observados critérios públicos, objetivos e transparentes.
Parágrafo único. A concessão de prêmio, bolsa, gratificação, transferência financeira ou outra vantagem de natureza pecuniária dependerá de previsão legal específica, disponibilidade orçamentária e financeira e atendimento às normas fiscais e administrativas aplicáveis.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, de transferências constitucionais e legais e de outras fontes legalmente admitidas, observados o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, a legislação do FUNDEB e a Lei Complementar Federal nº 101/2000.
Parágrafo único. A execução desta Lei não implica, por si só, criação automática de cargos, funções, gratificações, bolsas ou despesas obrigatórias de caráter continuado, que dependerão, quando cabíveis, de legislação específica e da demonstração de adequação orçamentária e financeira.

Art. 15. O tratamento de dados pessoais necessário à execução da Política observará a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD, devendo limitar-se às finalidades educacionais e de gestão pública, com adoção de medidas de segurança, controle de acesso e prevenção de exposição indevida dos estudantes.

Art. 16. As metas da Política serão acompanhadas anualmente e poderão ser atualizadas por ato do Poder Executivo, quando se tratar de metas intermediárias e operacionais, para adequação a alterações normativas, resultados educacionais e metas nacionais ou territoriais, vedada a redução do compromisso com a garantia do direito à alfabetização.
§ 1º. As alterações que modifiquem princípios, objetivos estruturantes, público prioritário ou direitos assegurados por esta Lei dependerão de alteração legislativa.
§ 2º. A Política será objeto de avaliação periódica e revisão ampla sempre que necessário para sua compatibilização com o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação e demais normas supervenientes.

Art. 17. O Poder Executivo poderá expedir decreto, portarias, instruções normativas, notas técnicas e demais atos necessários à regulamentação e à execução desta Lei, observadas as competências legais da SMECD e do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 18. Os casos omissos de natureza pedagógica e administrativa serão dirimidos pela SMECD, observadas as competências do Conselho Municipal de Educação e dos demais órgãos municipais, bem como a legislação educacional aplicável.

Art. 19. Esta Lei deverá ser interpretada em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, especialmente a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Upanema (RN), 26 de Agosto de 2026, 73° Aniversário de Emancipação Política.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:2D7B2EBC

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0412/2026 – GPMU, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 0412/2026 – GPMU, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR EM RAZÃO DE RENÚNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN, no uso de suas atribuições legais, principalmente as que lhe conferem a Lei Orgânica do Município no art. 76, incisos IV e VIII e,

CONSIDERANDO o pedido de renúncia protocolado pelo(a) Conselheiro(a) Tutelar **MARIA GILVANETE DA SILVA**, em 24 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a vacância do cargo e adotar as providências necessárias para sua substituição, nos termos da legislação vigente;
RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo de Conselheiro(a) Tutelar do Município de Upanema/RN, em decorrência da renúncia apresentada por **MARIA GILVANETE DA SILVA**, CPF nº 010.978.364-60, produzindo efeitos a partir de 31 de Agosto de 2026.

Art. 2º - Determinar que sejam adotadas as providências necessárias para convocação do(a) suplente, observada a ordem de classificação do processo de escolha e a legislação municipal pertinente.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Upanema/RN, em 26 de Agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:6489CBD9

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0413, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0413, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) ANTONIA ANA DA CRUZ SILVA MELO, matricula 00000546;

CONSIDERANDO os deferimentos da secretária municipal de Saúde e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) ANTONIA ANA DA CRUZ SILVA MELO, matricula 00000546, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:C889C215

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0414, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0414, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) ANTONIA LUCINEIDE CARLOS DE OLIVEIRA, matricula 00000362;

CONSIDERANDO os deferimentos da secretária municipal de Saúde e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) ANTONIA LUCINEIDE CARLOS DE OLIVEIRA, matricula 00000362, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2023 a 2024.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F4065036

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0415, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0415, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) ANTONIO IZAI DE CASTRO, matricula 00000607;

CONSIDERANDO os deferimentos da secretária municipal de Saúde e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:
Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) ANTONIO IZAI DE CASTRO, matricula 00000607, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:78B74AE4

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0416, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0416, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) HUDSON COSTA BEZERRA, matricula 00000568;

CONSIDERANDO os deferimentos da secretária municipal de Saúde e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) HUDSON COSTA BEZERRA, matricula 00000568, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:89262C0D

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0418, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0418, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) JOSE ROCHA DA SILVA, matricula 002048-5;

CONSIDERANDO os deferimentos da secretária municipal de Saúde e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) JOSE ROCHA DA SILVA, matricula 002048-5, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:479A7A35

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0431, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GPMU.

PORTARIA Nº 0431, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto datado de 21/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) HUGO MACIEL OLIVEIRA DE MELO, matricula 001964-2;

CONSIDERANDO os deferimentos das secretárias municipais Educação, Cultura e Desporto e de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) HUGO MACIEL OLIVEIRA DE MELO, matricula 001964-2, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.
Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:C1524705

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0434, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0434, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, datado de 18/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) JOSE COSTA GONDIM, matricula 00000122;

CONSIDERANDO os deferimentos do secretário municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e da secretária municipal de Administração, 3

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) JOSE COSTA GONDIM, matricula 00000122, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:BF6E4947

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0435, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0435, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) IGHOR MARX ANDRADE CALIXTO, matricula 002041-7;

CONSIDERANDO os deferimentos da secretária municipal de Saúde e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) IGHOR MARX ANDRADE CALIXTO, matricula 002041-7, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:B570A2E4

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0437, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0437, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Governo e Patrimônio, datado de 19/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) FRANCISCO BENOAR GONDIM, matricula 00000068;

CONSIDERANDO os deferimentos do secretário municipal de Governo e Patrimônio e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao (a) servidor (a) FRANCISCO BENOAR GONDIM, matricula

00000068, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.
Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:2D8C6316

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0440, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0440, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 102 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 24/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) ANTONIA HELIONEIDE LOPES FERNANDES PIMENTA, matricula 00000384;

CONSIDERANDO os deferimentos da Secretária Municipal de Saúde e da Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade ao (a) servidor (a) ANTONIA HELIONEIDE LOPES FERNANDES PIMENTA, matricula 00000384, de 01/09/2026 a 29/11/2026, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:8E1B9BFB

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0441, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GPMU

PORTARIA Nº 0441, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GPMU

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 102 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo datado de 19/08/2026, de autoria do (a) servidor (a) JOSADAQUE CARLOS DE CARVALHO, matricula 00000120;

CONSIDERANDO os deferimentos do secretário municipal de Governo e Patrimônio e da secretária municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade ao (a) servidor (a) JOSADAQUE CARLOS DE CARVALHO, matricula 00000120, de 01/09/2026 a 29/11/2026, referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:AC755CF3

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0442, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GPMU

PORTARIA Nº 0442, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - GPMU

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo da Procuradoria Geral do Município, datado de 17/08/2026, de autoria do(a) servidor(a) FERNANDA LOPES DO NASCIMENTO, matricula 002084-5;

CONSIDERANDO o deferimento do Procurador Geral do município e da secretária municipal de de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao(a) servidor(a) FERNANDA LOPES DO NASCIMENTO, matricula 002084-5, de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 26 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:E9EFBB5B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA (DIVERSAS MODALIDADES) PARA AS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS OU APOIADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. Critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Os interessados poderão obter o respectivo termo de referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na **Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN**, ou acessando site **www.upanema.rn.gov.br**. As propostas, conforme modelo em anexo, serão recebidas até as **12h00min**, do dia **02 de setembro de 2026**, nos horários e endereços indicados, bem como, serem encaminhadas preferencialmente pelo e-mail: **pmu_licitacao@hotmail.com**. Recursos: Previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 040/2026, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: nos **horários das 08h00min às 12h00min** em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:6E75326E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: REY VAQUEIRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 21.488.092/0001-70
Processo nº 08001.000171/2026 - Inexigibilidade nº 023/2026
Objeto: Prestação de serviço de apresentação artística tipo "Show artístico em Palco do Artista REY VAQUEIRO", no dia 10 de setembro, com duração de 1h30 e horário a ser definido pela contratante, durante a programação da Festa de 73 anos de Emancipação Política de Upanema/RN.
VALOR: R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
27100000 - Transferência Especial dos Estados
VIGENCIA: 27/08/2026 a 27/12/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
REY VAQUEIRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 21.488.092/0001-70
ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:946C0804

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITURA DE VENHA VER
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 49/2026

Termo de Credenciamento nº 49/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE FORNECIMENTO E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ORIUNDOS DO CREDENCIAMENTO Nº 10/2025.
O **MUNICÍPIO DE VENHA-VER**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua José Bernardo de Aquino, nº 53, Bairro centro, na cidade de Venha-Ver/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Cleitom Jacome da Costa, inscrito no CPF sob nº 025.041.434-19, por meio O FUNDO MUNICIPAL - SAÚDE, com sede Avenida Ministro Aluízio Alves. 415. Centro na cidade de Venha-Ver/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 1 1.306.71 1/0001-05 neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Damir da Silva Bezerra doravante denominado CONTRATANTE, a **empresa** 57.128.275 VIVIANA DIOGENES DA ROCHA, inscrita no CNPJ: 57.128.275/0001-22, de comum acordo e nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e do Credenciamento de nº 10/2025, resolvem firmar o presente contrato, segundo as condições que se seguem:
1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA ÁREA DA SAÚDE (CONSULTAS, EXAMES E DEMAIS PROCEDIMENTOS)
2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.1 O valor estimado total deste instrumento, será conforme requerimento de credenciamento, apresentado pela empresa, que segue em anexo, que representa o total da prestação dos serviços/ fornecimento descritos neste instrumento.
2.2 O pagamento pelo fornecimento pelo credenciado será efetuado mensalmente, previamente autorizado pelo Município.
2.3 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo, e relatório de prestação de serviços realizados no mês e/ou comprovação da vantajosidade na aquisição de peças, autorizado pela Secretaria competente, do qual deve constar a data da prestação do serviço, o tempo despendido, bem como, identificando o veículo no qual foi prestado o serviço.
2.4 O pagamento ao credenciado será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada das autorizações e demais documentos comprobatórios, devidamente conferidas e abonadas pela respectiva Secretaria.
2.5 O pagamento do presente contrato será efetuado mensalmente. Através de documento que possa ser verificado o veículo/placa demonstrando o tempo gasto no conserto de cada veículo, assim como a relação de peças ou acessórios trocados ou consertados.
2.6 O pagamento se fará até o dia quinto dia útil do mês subsequente respectivamente ao da prestação de serviços, mediante apresentação das notas fiscais emitidos pelo CONTRATADO, bem, como a requisição da solicitação do procedimento e conferência dos serviços e fornecimentos realizados.
2.7 O CONTRATADO apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 30 (trinta) do mês vencido a relação da prestação dos serviços ou peças fornecidas, as requisições dos municípios, cuja fiscalização ficará a cargo do Município utilitário.
2.8 Caso o CONTRATADO não apresente os documentos anteriormente citados, fica prejudicado o pagamento.
2.9 Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATADO, este garantirá ao CONTRATANTE o pagamento, no prazo avençado no CONTRATO, pelos valores do mês

imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Administração Municipal exonerada do pagamento de juros, multas e sanções financeiras, obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outro acréscimo porventura incidente nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO.

2.10 A CONTRATANTE efetuará todas as retenções e deduções cabíveis, bem como calculará os encargos sociais e fiscais, entre outras obrigações, tudo na forma da lei, de conformidade com o valor da nota fiscal.

2.11 A Administração Municipal de Venha-Ver emitirá uma autorização para o município requisitante, que ficará responsável pelo pagamento dos serviços contratados, devendo depositar os recursos em conta específica.

2.12 O pagamento das faturas ao fornecedor, será realizado individualmente.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

3.1 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

3.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.

3.3 Zelar pela boa qualidade dos serviços e fornecimentos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

3.4 Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO

4.1 Na hipótese da CONTRATADA, não assinar, não aceitar ou não retirar este instrumento contratual no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 14.133/2021.

4.2 Face ao disposto constante da Lei Federal de nº 14.133/2021, os quantitativos deste instrumento contratual poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

4.3 O objeto deste instrumento contratual deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, podendo ser subempreitado, nos percentuais, quando autorizados no edital do certame, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica dele.

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E EXECUÇAO.

A entrega dos itens será conforme clausula 06 do termo de referência "MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO".

6 CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1 O Município utilitário, obriga-se a efetuar o pagamento estipulado após a apresentação, aceitação e atesto do responsável pela prestação do serviço e emissão de nota fiscal por parte da CONTRATADA.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço de acordo com o estipulado neste instrumento.

6.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4 A CONTRATADA obriga-se a refazer de imediato e às suas expensas serviços em que se verificarem irregularidades.

6.5 A CONTRATADA obriga-se a prestar ao Município utilitários todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento dos trabalhos, sempre que solicitado.

6.6 O prazo de vigência do termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da data da publicação, do termo ou do extrato do termo, no Diário Oficial.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.

7.3 Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.4 Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

7.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e regras previstas na ata e neste instrumento contratual.

8.2 Efetuar a prestação dos serviços, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes do Termo de Referência.

8.3 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total do contrato.

8.4 Prestar os serviços contratados e acompanhá-los até final instância, efetivando, todas as providências processuais e/ou administrativas previstas no ordenamento jurídico, observadas as condições assumidas.

8.5 Manter as condições de regularidade durante toda a vigência do contrato.

8.6 Facultar as secretarias solicitantes e ao Município CONTRATANTE o direito de exercer a fiscalização, garantido a correta execução dos serviços e fornecimentos.

8.7 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços e fornecimentos contratados, nos termos da legislação vigente e regras previstas no Termo de Referência e Edital.

8.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos servidores do Município, atendendo de imediato as reclamações.

8.9 Executar os serviços e fornecimentos contratados de acordo com o disposto no Edital e seus anexos.

8.10 Não promover a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, salvo expressa autorização.

8.11 Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Contrato.

8.12 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

8.13 Comprovar, sempre que solicitado, o pagamento dos tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados.

8.14 Facilitar o pleno exercício das funções do Gestor do Contrato, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Município, por ele 42 julgadas necessárias, pertinentes ao objeto deste Contrato, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

8.15 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.16 Cumprir as atividades inerentes com profissionais especializados, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação aplicável ao serviço de que trata a Ata de Registro de preços e este instrumento contratual.

8.17 Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, equipamentos, mão de obra, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais de qualquer natureza ou espécie, trabalhistas, previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais, e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto deste instrumento.

8.18 A CONTRATADA se compromete a disponibilizar, durante toda a vigência deste contrato, somente profissionais, clínicas e consultórios que estejam devidamente inscritos e regulares perante o Conselho Regional de Odontologia – CRO e regularmente autorizados pela Vigilância Sanitária e/ou órgãos de vigilância.

9 CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES REFERENTES AO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO.

a) Nomear, na formalização do contrato, servidor responsável para fiscalizar os serviços.

b) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR/MUNICÍPIO CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados, respondendo prontamente às reclamações formuladas e também as solicitações diversas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação do Fiscal.

c) Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao ÓRGÃO GERENCIADOR/MUNICÍPIO CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
d) Arcar com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor.
e) Cumprir com as obrigações trabalhistas e manter as condições de habilitação, sob pena de dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
f) Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE.
g) Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE.
h) Assumir, automaticamente, ao firmar este instrumento contratual, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao CONTRATANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na prestação dos serviços decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.
i) Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.
i) Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o CONTRATANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização.

10 CLAUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇOES DO ORGÃO GERENCIADOR.

10.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
10.2 Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento do objeto da licitação.
10.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
10.4 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja reparado ou corrigido.
10.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.
10.6 Notificar a por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando- se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
10.7 Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços / Contrato Master, diretamente com a CONTRATADA.

11 CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE

11.1 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
11.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.
11.3 Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
11.4 Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.
11.5 Comunicar a CONTRATADA, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste instrumento contratual e em contratos dela oriundos, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.
11.6 Aplicar penalidades à CONTRATADA, nos termos do Edital e deste instrumento contratual, quando ocorrer descumprimento de quaisquer das condições nele estabelecidas.
11.7 Acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento contratual, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada.
11.8 Permitir aos profissionais da CONTRATADA o acesso às dependências das sedes do Município, mediante autorização prévia, para orientar, explicar aos beneficiários os procedimentos para utilização e normas de funcionamento dos benefícios oferecidos em decorrência da assinatura deste instrumento contratual.
11.9 Disponibilizar no ato da assinatura deste instrumento contratual, a lista de servidores públicos que poderão se beneficiar da prestação dos serviços licitados.
11.10 Comunicar, por escrito ou via eletrônica, à CONTRATADA as inclusões, exclusões de beneficiários, bem como os casos de perda, por qualquer motivo, do direito ao atendimento.
11.11 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo fixados.

12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES.

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.
b) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.
c) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
d) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.
e) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
f) Apresentar declaração ou documentação falsa.
g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal de nº 12.846/2013.
12.2 O licitante CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.
b) Multa de até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o máximo de 5% (cinco por cento) sobre a parcela em atraso, em decorrência de atraso injustificado no adimplemento do objeto.
c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado no caso de inadimplemento total do contrato.
d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
12.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurarão contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal de nº 14.133/2021, subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
12.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
12.5. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias, a contada data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do 46 licitante, o órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
12.8. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do órgão contratante.

13 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 Conforme disposto no Artigo 137º da Lei Federal de nº 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I- Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de situações.

II- Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.
IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.
V - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.
VI - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
13.2 Conforme disposto no § 2º do Artigo 137º, o contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
I Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no Artigo 25º da Lei Federal de nº 14.133/2021.
II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses.
III- Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.
IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
13.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º da Lei Federal 14.133/2021, observarão as seguintes disposições:
I - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.
II - Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do disposto na Alínea "d", Inciso II do Caput do Artigo 124º da Lei Federal de nº 14.133/2021.
13.4. Os emitentes das garantias previstas no Art. 96º da Lei Federal de nº 14.133/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
13.5. Conforme disposto no Artigo 138º da Lei Federal e nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:
I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
13.6. Conforme disposto no § 1º do Artigo 138º da Lei Federal e nº 14.133/2021, extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
13.7. Conforme disposto no § 2º do Artigo 138º da Lei Federal e nº 14.133/2021, quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
I - Devolução da garantia.
II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.
III - Pagamento do custo da desmobilização.
13.8. Conforme disposto no Art. 139º da Lei federal de nº 14.133/2021, a extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
II - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.
III - Execução da garantia contratual para:
a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível) pagamento das multas devidas à Administração Pública.
b) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
13.9. Conforme disposto no § 1º do Artigo 139º da Lei Federal de nº 14.133/2021, a aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
13.10. Conforme disposto no § 2º do Artigo 139º da Lei federal de nº 14.133/2021, na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

14.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do contrato/ termo de credenciamento, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração, conveniência e oportunidade para a continuidade da contratação, devidamente justificados, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.
14.2 A prorrogação estará condicionada à manutenção das condições contratuais, à vantajosidade para a Administração e à existência de dotação orçamentária, devendo ser formalizada por meio de termo aditivo antes do término da vigência contratual. o caso.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de São Miguel/RN, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados deste instrumento contratual, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Venha-Ver/RN, 24 de agosto de 2026.

DAMIR DA SILVA BEZERRA
Sec. Municipal De Saúde

CLEITOM JACOME DA COSTA
Prefeito Municipal

57.128.275 VIVIANA DIOGENES DA ROCHA
CNPJ: 57.128.275/0001-22
Credenciada

TESTEMUNHA 1 _____- CPF:_____

TESTEMUNHA 2 _____- CPF:_____

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:322E086E

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
CONCORRÊNCIA 02/2026

Termo de Adjudicação de Processo Licitatório
Prefeitura Municipal de Venha-Ver
Modalidade: Concorrência - Edital N° 02/2026 – Processo N° 3083991/2026 Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II (concorrência)

O(A) Prefeitura Municipal de Venha-Ver, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), no uso das atribuições legais, após exame e deliberação do processo administrativo N° 3083991/2026, em observância ao Instrumento Convocatório, Edital Nº 02/2026, que institui o(a) Concorrência em epígrafe, resolve(m) adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia**
Critério de aceitação da proposta:	**Menor Preço**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS DE ESTRADAS VICINAIS, LOCALIZADOS NO SÍTIO FORMOSO DOS CRISTINOS E CHAPADA DO FORMOSO, ZONA RURALDO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN, CONFORME EMENDA Nº 202642760011**
Quantidade:	**1 Unidade(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 452.009,24**
Valor Total:	**R$ 452.009,24**
Participante Vencedor:	**ROBERTO ANASTACIO ENGENHARIA LTDA**
Apelido utilizado na sala:	**Participante 54035**
Documento do Licitante:	**49.635.710/0001-87**
Cidade UF:	**Rafael Fernandes - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 452.009,24**

Venha-Ver - RN, 27 de Agosto de 2026 as 9 horas e 50 minutos
Promotor: Prefeitura Municipal de Venha-Ver,
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de Venha-Ver

Assinatura

Autoridade Competente: Cleitom Jacome da Costa

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:F589D24E

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA 02/2026

Termo de Homologação de Processo Licitatório
Prefeitura Municipal de Venha-Ver
Modalidade: Concorrência - Edital N° 02/2026 – Processo N° 3083991/2026

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de Venha-Ver, Sr.(a) Cleitom Jacome da Costa, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, II (concorrência)), após exame e deliberação do processo administrativo N° 3083991/2026, em observância ao Instrumento Convocatório (Edital) 02/2026, que institui o(a) Concorrência em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	**Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia**
Item 1	
Objeto da Licitação:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS DE ESTRADAS VICINAIS, LOCALIZADOS NO SÍTIO FORMOSO DOS CRISTINOS E CHAPADA DO FORMOSO, ZONA RURALDO MUNICÍPIO DE VENHA-VER/RN, CONFORME EMENDA Nº 202642760011**
Quantidade:	**1 Unidade(s)**
Marca:	
Valor Unitário:	**R$ 452.009,24**
Valor Total:	**R$ 452.009,24**
Participante Vencedor:	**ROBERTO ANASTACIO ENGENHARIA LTDA**
Apelido:	**Participante 54035**
Documento do Licitante:	**49.635.710/0001-87**
Cidade UF:	**Rafael Fernandes - RN**
Valor total Contratado:	**R$ 452.009,24**

Venha-Ver - RN, 27 de Agosto de 2026 as 9 horas e 51 minutos

Assinatura

Autoridade Competente: Cleitom Jacome da Costa, Promotor: Prefeitura Municipal de Venha-Ver,
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de Venha-Ver

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:11D7C331

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

VERAPREV
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 04/2026

CONTRATANTE: Fundo de Previdência Social de Vera Cruz – RN (VERA PREV) inscrito no CNPJ: 23.083.192/0001-42

CONTRATADA: L M SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA, inscrito no CNPJ: 07.805.649/0001-29.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE VERA CRUZ - VERAPREV.

VALOR TOTAL: R$ 1.140,00. (Um mil cento e quarenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato se inicia com a sua assinatura e se encerra no dia 18 de agosto de 2027 podendo ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/21, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os requisitos previstos no Termo de Contrato.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/21.
DOTAÇÃO:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: – Fundo de previdência
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 **–** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Vera Cruz/RN, 18 de agosto de 2026.

LEOCLECIO LUIS DE PAIVA
Gerente de Previdência Social, do Fundo de Previdência Social de Vera Cruz – RN (VERA PREV)
Pela Contratante

RIVALDO CESAR LUCENA SOARES
Pela Contratada

Publicado por:
Leoclécio Luís de Paiva
Código Identificador:5182B2F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 181/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 90,00 (noventa reais) a servidora **ROZÂNGELA ELITA BATISTA**, ocupante da função de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN**, entre os dias 26/08 á 27/08/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto

perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos dias 26/08 á 27/08/2026 as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 27/08/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:5DE436C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
RESULTADO FINAL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 015/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI-RN, com sede à Rua Silvino Adonias Bezerra, nº 151, Centro, Acari/RN, CEP: 59.370-000, por ordem do Prefeito Municipal de Acari/RN, torna público, nos termos do item IV (Cronograma) do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 015/2026, o **resultado final** destinado ao provimento de vaga por prazo determinado, pela necessidade temporária e de excepcional interesse público para formação de cadastro de reserva para licença-prêmio, eventuais substituições de servidores públicos efetivos em licenças temporárias e outros impedimentos transitórios, a fim de compor a equipe da Prefeitura nas funções de Psicólogo, Psicopedagogo e Professor de Arte, sendo todos de nível superior, conforme segue abaixo:

Psicólogo – PSS nº 015/2026				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	Francisco Rogery Martins Santos Filho	xxx.285.703-xx	9,0	CLASSIFICADO
02	Maria Ritta Alves de Araújo	xxx.490.074-xx	8,5	CLASSIFICADA
03	João Alberto Alves Nery Júnior	xxx.655.744-xx	8,5	CLASSIFICADO
04	Rodrigo Lima da Silva	xxx.250.784-xx	8,0	CLASSIFICADO
05	Ana Elisa da Sena Assis Oliveira	xxx.194.444-xx	7,0	CLASSIFICADA
06	Lucas Emanuel Diogo Pinheiro da Silva	xxx.697.484-xx	6,5	CLASSIFICADA
07	Louise Swenia Azevêdo Santos	xxx.996.574-xx	3,5	DESCLASSIFICADA
08	João Batista da Silva Dantas	xxx.617.794-xx	2,5	DESCLASSIFICADO
09	Marcel André da Silva Silveira	xxx.277.064-xx	2,0	DESCLASSIFICADO

Psicopedagogo – PSS nº 015/2026				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	Simone Keliane da Anunciação Silva	xxx.996.074-xx	8,0	CLASSIFICADA
02	Janaina Izabel Fernandes da Costa	xxx.684.834-xx	8,0	CLASSIFICADA
03	Anne Karine Muniz da Silva	xxx.255.774-xx	8,0	CLASSIFICADA
04	Maria das Vitórias Medeiros dos Santos	xxx.441.354-xx	8,0	CLASSIFICADA
05	Alexsandra Dantas de Moura	xxx.695.054-xx	5,0	DESCLASSIFICADA

Professor de Artes – PSS nº 015/2026				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	José Carlos Pereira da Cruz	xxx.225.734-xx	8,0	CLASSIFICADO
02	Allan de Sousa Félix	xxx.024.574-xx	5,0	DESCLASSIFICADO
03	Jared Soares da Silva Júnior	xxx.991.184-xx	5,0	DESCLASSIFICADO
04	Vitória Mayrlla Pires Félix	xxx.042.744-xx	3,5	DESCLASSIFICADA
05	Erinaldo Edson da Silva	xxx.360.484-xx	3,0	DESCLASSIFICADO
06	Carlos Eduardo Silva Xavier	xxx.658.334-xx	3,0	DESCLASSIFICADO
07	Miriara Amaro Firmino de Souza	xxx.529.064-xx	1,5	DESCLASSIFICADA

Acari/RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Presidente da CPMIPSS

AMÉLIA NADJA BEZERRA DANTAS DE MEDEIROS
Secretária da CPMIPSS

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Vogal CPMIPSS

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:C690DF60

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 32/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO
Praça Aurino Carlos, 62 - CEP 59.760-000 – CNPJ: 08.348.997/0001-87
E-mail: pref.alminoafonsorn@gmail.com

DECRETO ORÇAMENTÁRIO N.º 32/2026, de 01 de Julho de 2026.

Altera os Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD), do Orçamento do exercício de 2026, por remanejamentos, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Almino Afonso – RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 6º, da Lei Municipal Nº 602/2025, de 03 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1.º Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ 2.459.000,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil Reais), constante dos Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD) do orçamento desta Prefeitura, na forma de remanejamentos, para reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2.º Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações de dotações, de iguais importância, discriminadas no Anexo II, deste Decreto.

Almino Afonso – RN, 01 de Julho de 2026.

JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Anexo I

02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
20.606.0018.2036 - MANUT. DAS ATIVID. PROGRAMA CORTE DE TERRA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO	
12.361.0042.2009 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE EDUCACAO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	200.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
02006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO	
12.361.0042.2045 - COMPRAS DIRETAS PARA A MERENDA - AGRICULTURA FAMILIAR	
3390300000 - Material de uso e consumo	20.000,00
15520000 - PNAE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	
02007 - SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP, SERV. PUBLICOS	
15.451.0058.2016 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC. INFRA-ESTRUTURA, TRANSP, SERV. PUBLICOS	
3390300000 - Material de uso e consumo	200.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02008 - SECRETARIA MUN. DE SAUDE PUBLICA	
10.302.0075.2017 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE SAUDE PUBLICA	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02009 - SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL, CIDADANIA E HABITACÃO	
08.244.0081.2019 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE ASSIST. SOCIAL , CIDADANIA E HABITACÃO	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	50.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2018 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	200.000,00
16003120 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2018 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3190130000 - Obrigações Patronais	200.000,00
16003120 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2018 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	3.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	200.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390300000 - Material de uso e consumo	300.000,00
16003110 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	300.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390300000 - Material de uso e consumo	300.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02011 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ALMINO AFONSO	
08.244.0081.2044 - MANUT. DAS ATIV. DO CADUNICO	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	1.000,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.1044 - AQUISICÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	
4490920000 - Despesas de exercicios anteriores	10.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	

02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.2026 - MANUTENCÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA MUN. DE CULTURA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.2049 - APOIO AS FESTIVIDADES DA CAIEIRA JUNINA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	200.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.2049 - APOIO AS FESTIVIDADES DA CAIEIRA JUNINA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	35.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**2.459.000,00**

Anexo II

02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
20.606.0018.2036 - MANUT. DAS ATIVID. PROGRAMA CORTE DE TERRA	
3390300000 - Material de uso e consumo	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO	
12.361.0042.2009 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE EDUCACAO	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
02006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO	
12.361.0042.2045 - COMPRAS DIRETAS PARA A MERENDA - AGRICULTURA FAMILIAR	
3390300000 - Material de uso e consumo	20.000,00
15001001 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos	
02007 - SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP, SERV. PUBLICOS	
15.451.0058.2016 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC. INFRA-ESTRUTURA, TRANSP, SERV. PUBLICOS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	200.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02008 - SECRETARIA MUN. DE SAUDE PUBLICA	
10.302.0075.2017 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE SAUDE PUBLICA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	100.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02008 - SECRETARIA MUN. DE SAUDE PUBLICA	
10.302.0075.2017 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE SAUDE PUBLICA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	100.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02009 - SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL, CIDADANIA E HABITACÃO	
08.244.0081.2019 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE ASSIST. SOCIAL , CIDADANIA E HABITACÃO	
3390300000 - Material de uso e consumo	50.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2018 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3390300000 - Material de uso e consumo	100.000,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2018 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3390300000 - Material de uso e consumo	200.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2018 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	3.000,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2018 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	100.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	300.000,00
16003110 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	500.000,00
16003120 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390300000 - Material de uso e consumo	300.000,00
16003110 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
02011 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ALMINO AFONSO	
08.244.0081.2044 - MANUT. DAS ATIV. DO CADUNICO	
3390300000 - Material de uso e consumo	1.000,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.1044 - AQUISICÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	10.000,00
17060000 - Transferência Especial da União	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.2026 - MANUTENCÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA MUN. DE CULTURA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.2049 - APOIO AS FESTIVIDADES DA CAIEIRA JUNINA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	200.000,00
17100000 - Transferência Especial dos Estados	

02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.2049 - APOIO AS FESTIVIDADES DA CAIEIRA JUNINA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	35.000,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	
TOTAL	**2.459.000,00**

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:D623FBB8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 33/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO
Praça Aurino Carlos, 62 - CEP 59.760-000 – CNPJ: 08.348.997/0001-87
E-mail: pref.alminoafonsorn@gmail.com

DECRETO ORÇAMENTÁRIO 33/2026, de 01 de Julho de 2026

Abre Credito Suplementar – alteração na Lei Nº. 602/2025 – LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, no valor de 2.695.000,00 (Dois Milhões, Seiscentos e Noventa e Cinco Mil Reais) para o Município de Almino Afonso/RN.

A Prefeita Municipal de Almino Afonso/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a Lei Orçamentária Municipal em Vigor, combinado com artigo 40 da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964. Considerando, o art. 6º, da Lei municipal nº. 602/2025 de 03 de Dezembro de 2025 e o art. 167 § 3º da Constituição Federal/1988. Autoriza a abertura de Credito Suplementar no valor de até R$ 2.695.000,00 (Dois Milhões, Seiscentos e Noventa e Cinco Mil Reais).

Art. 1º. Fica aberto no exercício corrente, Credito Suplementar visando a plena continuidade dos trabalhos administrativos, no valor de até R$ 2.695.000,00 (Dois Milhões, Seiscentos e Noventa e Cinco Mil Reais), a ser acrescentado no orçamento Municipal, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
20.606.0018.2008 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
20.606.0018.2036 - MANUT. DAS ATIVID. PROGRAMA CORTE DE TERRA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	70.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390300000 - Material de uso e consumo	200.000,00
16003110 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
02014 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, TURISMO E LAZER	
04.122.0007.2023 - MANUT. DA SECRETARIA DA JUVENTUDE, TURISMO E LAZER	

3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	60.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.265.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
TOTAL	**2.695.000,00**

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente Crédito Suplementar em conformidade com o artigo 1º, provêm da anulação de dotações, conforme artigo 43 da Lei 4.320/1964, inciso II e III, e são relacionadas abaixo:

ANULAÇÃO

02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
18.544.0054.1008 - CONST. MANUT. DE ACUDES,POCOS,C.E.BARRAGENS	
4490510000 - Obras e instalacoes	170.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02007 - SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP, SERV. PUBLICOS	
26.782.0088.1028 - AQUISICAO DE CAMINHOES E TRATORES	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02008 - SECRETARIA MUN. DE SAUDE PUBLICA	
10.302.0075.00021033 - CONST.AMPL.REF.E EQUIP.HOSPITAL E UBS.	
4490510000 - Obras e instalacoes	300.000,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	
02008 - SECRETARIA MUN. DE SAUDE PUBLICA	
10.302.0075.2035 - MANUT. ATIV DAS CIRURGIAS ELETIVAS	
3390300000 - Material de uso e consumo	500.000,00
16003110 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.1032 - AQUISICAO DE VEICULOS E AMBULANCIA	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	

13.392.0048.1043 - CONSTRUCÃO DE UM AUDITORIO	
4490510000 - Obras e instalacoes	60.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.1011 - AQUISICAO DE VEIC.UTIL.P TRANSP.ESCOLAR	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.1012 - CONST.AMPL.REF.EQUIP.UNID.ENS.FUNDAMENTAL	
4490510000 - Obras e instalacoes	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.1014 - AQUISICAO DE VEICULOS,MAQ.E EQUIPAMENTOS	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
17060000 - Transferência Especial da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.365.0041.1015 - CONST.AMPL.REF.E EQUIP.UNID.ENS.INFANTIL	

4490510000 - Obras e instalacoes	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.365.0041.2010 - MANUT.DA EDUCACAO INFANTIL	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	100.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3190130000 - Obrigações Patronais	150.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	15.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2012 - MANUTENCAO DO FUNDEB 30	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
15400000 - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.366.0074.2091 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (PNAE - EJA)	
3390300000 - Material de uso e consumo	80.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**2.695.000,00**

Almino Afonso/RN, 01 de Julho de 2026

JÉSSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Anexo I

02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
20.606.0018.2008 - MANUT.DAS ATIV.DA SEC.DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
20.606.0018.2036 - MANUT. DAS ATIVID. PROGRAMA CORTE DE TERRA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	70.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.2028 - MANUT. ATIV. ATENC. MED. ALTA COMPL. AMBUL E HOSP	
3390300000 - Material de uso e consumo	200.000,00
16003110 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
02014 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, TURISMO E LAZER	
04.122.0007.2023 - MANUT. DA SECRETARIA DA JUVENTUDE, TURISMO E LAZER	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	60.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.265.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
TOTAL	**2.695.000,00**

Anexo II

02005 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	
18.544.0054.1008 - CONST. MANUT. DE ACUDES,POCOS,C.E.BARRAGENS	
4490510000 - Obras e instalacoes	170.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02007 - SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP, SERV. PUBLICOS	
26.782.0088.1028 - AQUISICAO DE CAMINHOES E TRATORES	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	

02008 - SECRETARIA MUN. DE SAUDE PUBLICA	
10.302.0075.00021033 - CONST.AMPL.REF.E EQUIP.HOSPITAL E UBS.	
4490510000 - Obras e instalacoes	300.000,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	
02008 - SECRETARIA MUN. DE SAUDE PUBLICA	
10.302.0075.2035 - MANUT. ATIV DAS CIRURGIAS ELETIVAS	
3390300000 - Material de uso e consumo	500.000,00
16003110 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
02010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMINO AFONSO	
10.302.0075.1032 - AQUISICAO DE VEICULOS E AMBULANCIA	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	
02015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
13.392.0048.1043 - CONSTRUCÃO DE UM AUDITORIO	
4490510000 - Obras e instalacoes	60.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.1011 - AQUISICAO DE VEIC.UTIL.P TRANSP.ESCOLAR	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.1012 - CONST.AMPL.REF.EQUIP.UNID.ENS.FUNDAMENTAL	
4490510000 - Obras e instalacoes	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.1014 - AQUISICAO DE VEICULOS,MAQ.E EQUIPAMENTOS	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	200.000,00
17060000 - Transferência Especial da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.365.0041.1015 - CONST.AMPL.REF.E EQUIP.UNID.ENS.INFANTIL	
4490510000 - Obras e instalacoes	200.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.365.0041.2010 - MANUT.DA EDUCACAO INFANTIL	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	100.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3190130000 - Obrigações Patronais	150.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	15.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2011 - MANUTENCAO DO FUNDEB 70	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.361.0042.2012 - MANUTENCAO DO FUNDEB 30	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
15400000 - FUNDEB 30% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02017 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
12.366.0074.2091 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (PNAE - EJA)	
3390300000 - Material de uso e consumo	80.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**2.695.000,00**

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:BF0075DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 029/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 029/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do município de Angicos/RN,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, 27 de agosto de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**170.000,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**170.000,00**
	2001 Manutenção dos Serviços da Câmara..				**170.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	130.000,00
Anexo II (Redução)					**170.000,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**170.000,00**
	1001 Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	100.000,00
	1002 Reequipamento da Câmara Municipal.				**70.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	70.000,00

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:F5AF398E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 200005.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 08/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/07/2026**, processo administrativo n.º **2034002159/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, pertencentes a Secretaria Municipais do Município de Apodi/RN.**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.**.** do edital de Licitação nº 20/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **VILAVI MODA FEMININA LTDA**		
CNPJ: **44.622.593/0001-01**	Telefone: **84996100035**	Email:
Endereço: **R FERNANDO DE SOUZA COSTA, 2470 ., Paulista, Piracicaba/SP, CEP: 13401-190**		
Representante: **KELI ALVES DA SILVA** - CPF: **350.097.968-80**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0002717 - TABLET 11 COM CONECTIVIDADE 5G: Item: Tablet Tela: Tamanho mínimo: 11 polegadas Tipo: Touchscreen capacitiva, multitoque Resolução mínima: 2000 x 1200 pixels Tecnologia: IPS ou superior Processador: Tipo: Octa-core ou superior Frequência mínima: 2,0 GHz Memória: RAM: 6 GB ou superior Armazenamento interno: 128 GB ou superior Expansão via cartão microSD: suportado (capacidade mínima de 512 GB) Sistema Operacional: Sistema operacional atualizável, com suporte oficial, compatível com loja de aplicativos Conectividade: 5G, 4G LTE, 3G, 2G Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac (dual-band) ou superior Bluetooth: 5.0 ou superior GPS: integrado Câmeras: Traseira: Mínimo 13 MP Frontal: Mínimo 8 MP Portas e Conectores: Porta USB tipo C Conector para fone de ouvido 3,5 mm (caso não possua, incluir adaptador) Outros Recursos: Bateria: Capacidade mínima de 7000 mAh Áudio: Alto-falantes estéreo integrados Microfone e alto-falante integrados Sensor de luz ambiente Giroscópio e acelerômetro Acessórios Inclusos: Carregador compatível com o modelo Cabo de dados Manual em português Garantia: Mínimo de 12 meses, com suporte técnico no Brasil.	xiaomi	UNIDADE	15,000000	1.749,000	26.235,00
24	0005685 - SMARTPHONE: Tela mínima de 6,0 polegadas; Sistema operacional Android versão atualizada ou superior; Memória RAM mínima de 4 GB; Armazenamento interno mínimo de 64 GB; Processador com desempenho compatível para uso de aplicativos institucionais (como WhatsApp, e-mail, sistemas e plataformas digitais); Câmera traseira com resolução mínima de 12 MP; Conectividade 4G ou superior; Wi-Fi e Bluetooth integrados; Bateria com capacidade mínima de 4.000 mAh; Dual chip (opcional, conforme necessidade); Acompanhado de carregador e cabo compatíveis.	umidigi	UNIDADE	10,000000	695,000	6.950,00
VALOR GLOBAL R$						**33.185,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS.**.
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
Apodi RN, 26 de agosto de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão executor.

Vilavi Moda Feminina LTDA.
CNPJ: 44.622.593/0001-01.
REP. POR: KELI ALVES DA SILVA –
CPF: 35009796880 Fornecedor 5.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:A86C5061

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
LEI MUNICIPAL Nº 2389/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E PESCA, NO VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 0184/2026, de autoria do Gabinete Civil, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no exercício corrente, em favor da **Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Pesca**, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nos termos que dispõem os arts. 40 e 41, II, da Lei Federal nº 4.320/64, com a finalidade de criar ação orçamentária específica destinada à "execução de Políticas Públicas de Proteção e Bem-Estar Animal", conforme especificações orçamentárias a seguir:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.027	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E PESCA				
Função	18	GESTÃO AMBIENTAL				
Subfunção	542	CONTROLE AMBIENTAL				
Programa	0002	Preservação e Educação Ambiental				
Ação	2.231	Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3350	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
Elemento de Despesa	335043	Subvenções Sociais	Fonte de Recurso	15000000	R$	90.000,00
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15000000	R$	110.000,00
Total do Crédito Adicional Especial (R$)						**200.000,00**

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com o que se segue:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2111	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde da vigilância em saúde – Vigilância Sanitária				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15001002	R$	200.000,00
Total da Anulação (R$)						**200.000,00**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 27 de agosto de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN
Portaria nº 0001/2025

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração e Planejamento

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D00CAA51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
LEI MUNICIPAL Nº 2390/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO VALOR DE R$ 1.100.000,00 (UM MILHÃO E CEM MIL REAIS)

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 0186/2026, de autoria do Gabinete Civil, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no exercício corrente, em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação, no valor de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), nos termos do que dispõem os arts. 40 e 41, inciso II, da Lei nº 4.320/1964, destinado à execução de ações relacionadas ao Ensino em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações orçamentárias a seguir:
2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.028	**FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2.232	Desenvolvimento do Ensino Integral				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449051	Obras e Instalações	Fonte de Recurso	15461071	R$	750.000,00
Elemento de Despesa	449052	Equipamentos e Material Permanente	Fonte de Recurso	15461071	R$	50.000,00
Total do Crédito Adicional Especial (R$)						**800.000,00**

Unidade Orçamentária	02.028	**FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2051	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais da Educação Básica – Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Encargos e Despesas com Pessoal				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte de Recurso	15461072	R$	300.000,00
Total do Crédito Adicional Especial (R$)						300.000,00
Total Geral do Crédito Adicional Especial (R$)						**1.100.000,00**

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com o que se segue:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.028	**FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2051	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais da Educação Básica – Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Encargos e Despesas com Pessoal				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319013	Obrigações Patronais	Fonte de Recurso	15401070	R$	1.100.000,00
Total da Anulação (R$)						**1.100.000,00**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 27 de agosto de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:22C3E1DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE CONTRATO N° 123/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2026 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25050001/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a senhora **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 672.435.924-49 portadora da Cédula de Identidade sob nº 1074427 ITEP-RN, residente e domiciliada na avenida Gilberto Alves, 65, Portal das Palmeiras, CEP:59.695-000, Baraúna/RN resolve celebrar o presente apostilamento com integral observância ao art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade retificar o valor total do Termo de Contrato n° 123/2026, celebrado com fundamento na Dispensa de Licitação n° 013/2026, em virtude de erro material verificado na multiplicação da quantidade pelo valor unitário constantes do instrumento contratual, bem como inserir as marcas dos itens contratados, já constantes da proposta inicialmente apresentada e vinculada ao processo, com fundamento no princípio do formalismo moderado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO E INSERÇÃO:
2. Conforme expresso na Cláusula Primeira deste Termo, fica retificado o valor total do item 8 do Termo de Contrato n° 123/2026, em virtude de erro material verificado na multiplicação da quantidade pelo valor unitário, no qual:
2.1. Ressalta-se que o equívoco ocorreu por erro de digitação/material, não alterando o objeto, o valor unitário do item contratado, o prazo, nem quaisquer condições originalmente pactuadas, permanecendo inalterada a vontade das partes e a essência do ajuste celebrado.
2.2. Dessa forma, a retificação visa adequar o instrumento ao correto valor contratual, em observância aos princípios da legalidade, da transparência e da segurança jurídica.
2.3. O valor a ser retificado é de R$ 5,00 (cinco reais), conforme detalhamento abaixo:

Item	Valor Unitário	Quant.	Valor Total Original (incorreto)	Valor Total Correto	Diferença
Item 8	R$ 157,00	10	R$ 1.575,00	R$ 1.570,00	R$ 5,00

2.4. A empresa contratada é ALCILENE CARLOS MAIA GONZAGA, CNPJ 06.187.245/0001-56, sendo o erro material restrito ao valor total do item 8, que passava de R$ 1.575,00 (mil quinhentos e setenta e cinco reais) para o valor correto de R$ 1.570,00 (mil quinhentos e setenta reais), mantido o valor unitário de R$ 157,00 (cento e cinquenta e sete reais) e a quantidade originalmente pactuada.
2.5. No mesmo ato, com fundamento no princípio do formalismo moderado, procede-se à inserção das marcas dos produtos contratados, as quais constavam da Proposta de Preços apresentada pela empresa ALCILENE CARLOS MAIA GONZAGA, CNPJ 06.187.245/0001-56, e incorporada ao processo de Dispensa de Licitação nº 013/2026, mas que, por equívoco, não foram transpostas para o instrumento contratual no momento de sua celebração.
2.5.1. A omissão das marcas no contrato não alterou a essência do ajuste nem o objeto pactuado, pois as especificações dos produtos, inclusive as marcas, já integravam a Proposta de Preços vinculada ao processo, fazendo parte do conjunto documental que rege a contratação.
2.5.2. A presente inserção visa tão somente regularizar a formalização do instrumento contratual, adequando-o ao conteúdo da proposta que lhe é vinculada, sem introduzir elementos novos ou alterar condições originalmente pactuadas, em conformidade com os princípios da segurança jurídica, da transparência e da boa-fé objetiva.
2.6. Conforme Proposta de Preços, a tabela de preços em anexo consta marcas dos itens licitados, segue:

Nº	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1	Pallet preto 1,20m x 1,00m x 0,15cm	Pisani	Und	50	R$ 290,00	R$ 14.500,00
2	Caixa vazada para CN60 56x36x31 preta	Pisani	Und	100	R$ 45,00	R$ 4.500,00
3	Caixa CN67 60x40x35 fechada branca	Pisani	Und	30	R$ 152,30	R$ 4.569,00
4	Caixa CN50 60cm x 40cm x 25cm vazada branca	Pisani	Und	10	R$ 105,00	R$ 1.050,00
5	Escada de 6 degraus (1,86m), suporta 120kg	Mor	Und	3	R$ 325,20	R$ 975,60
6	Piso branco 50x25 de encaixe, suporta 1ton.	Lar Plásticos	Und	50	R$ 23,40	R$ 1.170,00
7	Escada 3 degraus (1,17m), suporta 120kg	Mor	Und	10	R$ 190,00	R$ 1.900,00
8	Caixa verde CN90 fechada 70cm x 48cm x 40cm	Pisani	Und	10	R$ 157,00	R$ 1.575,00
9	Caixa de isopor 200lts com dreno	Isoplast	Und	3	R$ 280,00	R$ 840,00
10	Caixa térmica 26lts cores variadas	Mor	Und	10	R$ 112,50	R$ 1.125,00
11	Caixa térmica 34lts cores variadas	Mor	Und	10	R$ 135,20	R$ 1.352,00
12	Caixa térmica 42lts com rodas cores variadas	Mor	Und	10	R$ 465,30	R$ 4.653,00
13	Caixa térmica 75lts cores variadas	Mor	Und	10	R$ 392,00	R$ 3.920,00
14	Caixa branca com tampa 18lts 34x44x17cm	Paramount	Und	10	R$ 77,00	R$ 770,00
15	Caixa branca com tampa 30lts 67x44x14cm	Paramount	Und	15	R$ 160,00	R$ 2.400,00
VALOR TOTAL						**R$45.294,60**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO:
3. A presente retificação e inserção de marcas encontram-se fundamentadas e motivadas nos termos a seguir:
3.1. O art. 136 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, desde que não modifiquem a essência do ajuste celebrado nem as condições originalmente pactuadas entre as partes.
3.2. Quanto à retificação do valor total do item 8, verifica-se que o erro material consistiu em equivocada multiplicação da quantidade pelo valor unitário, resultando em valor total incorreto de R$ 1.575,00 (mil quinhentos e setenta e cinco reais), quando o valor correto é de R$ 1.570,00 (mil quinhentos e setenta reais), diferença de R$ 5,00 (cinco reais), mantidos incólumes o valor unitário de R$ 157,00 (cento e cinquenta e sete reais) e a quantidade pactuada, configurando-se, portanto, mero erro de conta que não vicia o negócio jurídico.

3.3. A retificação não altera o objeto, o valor unitário, o prazo, nem quaisquer condições originalmente pactuadas, permanecendo intacta a vontade das partes e a essência do ajuste celebrado, restando evidenciado que o equívoco não decorreu de dolo, erro grosseiro ou má-fé, tratando-se de mera falha material de digitação/cálculo passível de correção por apostilamento.
3.4. Quanto à inserção das marcas dos produtos contratados, constatou-se que as marcas integravam a Proposta de Preços apresentada pela empresa ALCILENE CARLOS MAIA GONZAGA, CNPJ 06.187.245/0001-56, e estavam formalmente incorporadas ao processo de Dispensa de Licitação nº 013/2026.
3.5. Verificou-se, entretanto, que por equívoco, as marcas não foram transpostas da proposta para o Termo de Contrato nº 123/2026 no momento de sua celebração, não havendo alteração de especificação, inclusão de elementos novos ou modificação das condições originalmente pactuadas, tratando-se de omissão formal a ser suprida.
3.6. Aplica-se ao caso o princípio do formalismo moderado, segundo o qual a Administração Pública deve prestigiar a substância do ato sobre sua forma, de modo que defeitos meramente formais, que não comprometem a validade nem a essência do negócio jurídico, podem ser corrigidos sem necessidade de anulação do ato. Tal princípio encontra respaldo na jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores e na doutrina administrativista.
3.7. Por todo o exposto, a presente apostila é necessária para adequar o instrumento contratual ao seu real conteúdo, em conformidade com a Proposta de Preços vinculada ao processo, observando-se os princípios da legalidade, da transparência, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e da eficiência, bem como o dever de motivação dos atos administrativos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS INFORMAÇÕES:
4. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 123/2026 à Dispensa de Licitação nº 013/2026 não alcançadas pelo presente apostilamento, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.
Baraúna/RN, 27 de agosto de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:8261CEE0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a (s) empresa ALMEIDA FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ: 40.455.009/0001-01, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **ALMEIDA FARMACEUTICA LTDA**		
CNPJ: **40.455.009/0001-01**	Telefone: **84981468081**	Email:
Endereço: **Avenida Vereda dos Buritis, 877 Qd. 50, Lt. 37, Moinho dos Ventos, Goiânia/GO, CEP: 74371-395**		
Representante: **WELDER DOS REIS IRIAS DE ALMEIDA** - CPF: **004.234.151-58**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
98	0011792 - INSULINA ASPARTE	NOVORAPID	unidades	250,000000	64,700	16.175,00
99	0011793 - INSULINA GLARGINA 100ui 3ml	BASAGLAR	unidades	250,000000	64,990	16.247,50
102	0011796 - INSULINA, ORIGEM:HUMANA, TIPO:NPH, DOSAGEM:100U/ML, APLICAÇÃO:INJETÁVEL	NOVOLIN N	unidades	7000,000000	52,780	369.460,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Almeida Farmaceutica LTDA
CNPJ: 40.455.009/0001-01
WELDER DOS REIS IRIAS DE ALMEIDA
Socio Único

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:EFE050AC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa BS Equipamentos Industria e Comercio Ltda-EPP, inscrita no CNPJ: 04.709.243/0001-54, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **BS Equipamentos Industria e Comercio Ltda-EPP**		
CNPJ: **04.709.243/0001-54**	Telefone: **3832132567**	Email:
Endereço: **Rua Antonio de Souza Pinto, 30 , Jardim Ribeiro, Varginha/MG, CEP: 37068-100**		
Representante: **Jose Marcio Rodrigues Ribeiro** - CPF: **051.457.286-89**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
12	0011288 - AUTOCLAVE HORIZONTAL DE BANCADA À VAPOR PARA ESTERILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-CIRÚRGICOS. MODO DE OPERAÇÃO/CAPACIDADE: DIGITAL/ ATÉ 25 LITROS	PROPRIA/ PROPRIO	unidades	3,000000	2.798,000	8.394,00
13	0011289 - AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA 75 LITROS CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL PAINEL ANALÓGICO EM TECLADO DE MEMBRANA E CONTROLE TERMODINÂMICO DE TEMPERATURA E PRESSÃO AUTOMÁTICO, COM ACOMPANHAMENTO ATRAVÉS DE MANÔMETRO/TERMÔMETRO E INDICADORES LUMINOS	PROPRIA/ PROPRIO	Unidade	1,000000	7.100,000	7.100,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;

b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

BS Equipamentos Industria e Comercio Ltda-EPP
CNPJ: 04.709.243/0001-54
JOSE MARCIO RODRIGUES RIBEIRO
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:3829231C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 42.591.738/0001-10, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**		
CNPJ: **42.591.738/0001-10**	Telefone: **84 9977-0465**	Email:
Endereço: **RUA PARA, 261 , NEÓPOLIS, Natal/RN, CEP: 59080-160**		
Representante: **Elison Antonio de Azevedo** - CPF: **010.238.214-00**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
8	0003277 - ALMOTOLIA EM PLÁSTICO RÍGIDO, ÂMBAR, BICO RETO, CAPACIDADE DE 250 ML	J PROLAB	unidades	600,000000	3,890	2.334,00
9	0003278 - ALMOTOLIA EM PLÁSTICO RÍGIDO, BRANCO, BICO RETO, CAPACIDADE DE 250 ML	CIRURGICA BRASIL	unidades	1000,000000	3,980	3.980,00

14	0003425 - BENZILPENICILINA CRISTALINA 5.000.000 U.I.	TEUTO	FRASCOS	600,000000	12,020	7.212,00
18	0011789 - brometo de ipratrópio - Solução inalante): 0,25mg/ml, frasco gotejador com 20ml.	HIPOLABOR	unidades	600,000000	1,770	1.062,00
19	0011790 - brometo de ipratrópio Aerossol/Spray): 20mcg/dose - 10ml (200 doses).	BOEHRINGER	unidades	600,000000	30,930	18.558,00
22	0000630 - canula endo c/b n° 2,5	CIRURGICA FERNANDES	unidades	50,000000	3,390	169,50
23	0011293 - CANULA ENDO C/B Nº 2,0	CIRURGICA FERNANDES	unidades	50,000000	3,390	169,50
24	0003291 - CANULA ENDO C/B Nº 3,0	GLOMED	unidades	50,000000	3,410	170,50
25	0000637 - Canula endo c/b nº 3,5	OLIMED	unidades	50,000000	3,370	168,50
26	0003294 - CANULA ENDO C/B Nº 5,0	OLIMED	unidades	50,000000	3,390	169,50
27	0011294 - CANULA ENDO C/B Nº 8,5	OLIMED	unidades	50,000000	3,390	169,50
51	0000658 - Cateter p/oxigenio tipo oculos adulto	MEDIX	unidades	3000,000000	1,010	3.030,00
62	0011301 - DESLANOSIDEO 0,2MGML AMPOLA 2ML	UNIAO QUIMICA	Ampolas	100,000000	3,000	300,00
72	0006642 - ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE ADULTO P/ OBESO	ACCUMED	unidades	100,000000	75,000	7.500,00
73	0006645 - Éter sulfúrico 50% 1L	VIC PHARMA	Litros	20,000000	76,390	1.527,80
82	0011310 - FIO CAT GUT SIMPLES, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2 0, MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO, C/ AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, CORTANTE, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL (CAIXA C/24 UNIDADES).	DONATI	Caixas	20,000000	95,200	1.904,00
93	0011317 - FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL, C/FLOC GEL PROTETOR, TAMANHO G – PACOTE COM NO MÍNIMO 07 UNIDADES.	MEGAFRAL	PACOTES	2000,000000	9,100	18.200,00
100	0011794 - INSULINA LISPRO - ANÁLOGA DE AÇÃO RÁPIDA, 100 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10 ML	ELI LILLY	unidades	250,000000	110,000	27.500,00
108	0003381 - LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°10 CAIXA COM 100	MEDIX	Caixas	30,000000	24,000	720,00
109	0003383 - LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°15 CAIXA COM 100	TOP MED	Caixas	30,000000	22,400	672,00
110	0003384 - LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°21 CAIXA COM 100	DESCARPACK	Caixas	30,000000	25,200	756,00
111	0003385 - LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°23 CAIXA COM 100	MEDIX	Caixas	30,000000	25,000	750,00
112	0003386 - LÂMINA DE BISTURI ESTÉRIL N°24 CAIXA COM 100	MEDIX	Caixas	30,000000	25,000	750,00
117	0003469 - LEVOFLOXACINO 500 MG	EUROFARMA	Bolsas	300,000000	1,940	582,00
127	0011330 - OXACILINA 500MG	BLAU	Frascos-	2000,000000	4,000	8.000,00
135	0000766 - scalp 25	DESCARPACK	unidades	3000,000000	0,210	630,00
142	0000782 - Sonda aspiraçao traqueal nº 20	BIOBASE	unidades	200,000000	0,800	160,00
144	0011336 - SONDA FOLEY 02 VIAS Nº 24	OLIMED	unidades	100,000000	2,310	231,00
151	0003268 - SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 20	BIOBASE	unidades	120,000000	1,100	132,00
152	0011341 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº04	MEDIX	unidades	100,000000	0,770	77,00
154	0011343 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº12	BIOBASE	unidades	100,000000	1,100	110,00
155	0011344 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº24	BIOBASE	unidades	100,000000	1,230	123,00
156	0000811 - Sonda uretral n° 04	MEDIX	unidades	100,000000	0,530	53,00
157	0000812 - Sonda uretral n° 06	MEDIX	unidades	120,000000	0,570	68,40
159	0000814 - Sonda uretral n° 10	MEDIX	unidades	1500,000000	0,550	825,00
164	0011799 - SULFADIAZINA, PRINCÍPIO ATIVO DE PRATA, DOSAGEM 1%, INDICAÇÃO CREME	UNIAO QUIMICA	Bisnaga/	2000,000000	5,890	11.780,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Cactos Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalar LTDA
CNPJ: 42.591.738/0001-10
ELISON ANTONIO DE AZEVEDO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:71C13A76

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 40.787.152/0001-09, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **40.787.152/0001-09**	Telefone: **84 3213-6910**	Email:
Endereço: **RUA PRESIDENTE QUARESMA, 1105 ANEXO 1001, ALECRIM, Natal/RN, CEP: 59031-100**		
Representante: **VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO** - CPF: **105.939.694-72**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
28	0011295 - CANULA ENDO S/B Nº 3,0	SOLIDOR	unidades	50,000000	2,890	144,50
37	0006619 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 6,5	SOLIDOR	unidades	10,000000	16,000	160,00
38	0006620 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 7,5	SOLIDOR	unidades	10,000000	16,000	160,00
39	0006621 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 8,0	MEDIX	unidades	10,000000	16,000	160,00
40	0006622 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 8,5	OLIMED	unidades	10,000000	16,000	160,00
53	0003502 - CLOREXIDINA AQUOSA 1 %	VIC PHARMA	Litros	600,000000	11,490	6.894,00
124	0000751 - Oculos de protecao em pvc, lentes em policarbonato	VALEPLAST	unidades	100,000000	5,230	523,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Cirufarma Comercial LTDA
CNPJ: 40.787.152/0001-09
VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:18A0DE46

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA CIRURGICA BEZERRA , inscrita no CNPJ: 02.800.122/0001-98, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA CIRURGICA BEZERRA**		
CNPJ: **02.800.122/0001-98**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA SÃO JOSÉ, 1523, LAGOA NOVA-Natal-RN, CEP: 59063-150**		
Representante: **José Bezerra de Araújo** - CPF: **019.888.674-87**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
168	0011347 - SUPLEMENTO/FÓRMULA INFANTIL SEM SABOR, PARA CRIANÇAS DE 3 Á 10 ANOS, RICA EM ENERGIA 1,5 KCAL/ML, VITAMINAS E MINERAIS QUE PERMITE TER UM GANHO DE PESO E CRESCIMENTO LINEAR ADEQUADO. SEM LACTOSE, COM DERIVADOS DE LEITE, SOJA E PEIXE, LATA 400G	DANONE	Latas	100,000000	59,600	5.960,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Cirurgica Bezerra Distribuidora LTDA Cirurgica Bezerra
CNPJ: 02.800.122/0001-98
JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:5DCAB778

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 12.418.191/0001-95, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**		
CNPJ: **12.418.191/0001-95**	Telefone: **47 3366-7867**	Email:
Endereço: **ROD BR 101, 131 KM 131, Várzea do Ranchinho, Camboriú/SC, CEP: 88349-175**		
Representante: **Adriano Rodrigues da Silva** - CPF: **143.179.058-33**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
67	0003445 - ENOXAPARINA 20MG	VIATRIS	Ampolas	400,000000	13,250	5.300,00

68	0003446 - ENOXAPARINA 40MG	VIATRIS	Ampolas	800,000000	12,170	9.736,00
96	0006679 - Gliconato de cálcio 10% 10ml	HALEX ISTAR	Ampolas	1200,000000	2,030	2.436,00
118	0011324 - LIDOCAÍNA 2% S/V 20ML	HIPOLABOR	FRASCOS	1500,000000	4,900	7.350,00
165	0006704 - Sulfato de magnésio 50%	HALEX ISTAR	Ampolas	1200,000000	6,460	7.752,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Conquista Distribuidora De Medicamentos E Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ: 12.418.191/0001-95
ADRIANO RODRIGUES DA SILVA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:13496D4D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa DAYNER LEITE DANTAS EIRELI W D FARMA , inscrita no CNPJ: 36.393.228/0001-36, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **DAYNER LEITE DANTAS EIRELI W D FARMA**		
CNPJ: **36.393.228/0001-36**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA DEPUTADO ADERSON DUTRA, 75-CENTRO-Rafael Godei, 0 , Centro, Brejinho/RN, CEP: 59740-000**		
Representante: **Dayner Leite Dantas** - CPF: **852.807.121-91**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
81	0011309 - FIO CAT GUT SIMPLES, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 1 0, MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO, C/ AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, CORTANTE, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL.(CAIXA C/24 UNIDADES).	DONATI	Caixas	20,000000	85,000	1.700,00
83	0006654 - FIO CROMADO 0 AG CILIND 40MM (caixa c/24 unidades).	DONATI	Caixas	20,000000	50,000	1.000,00
84	0011311 - FIO CROMADO 1 0 AG CILIND 40MM (CAIXA C/24 UNIDADES).	DONATI	Caixas	20,000000	50,000	1.000,00
85	0011312 - FIO CROMADO 2 0 AG CILIN 30/ 31MM (CAIXA C/24 UNIDADES).	DONATI	Caixas	20,000000	50,000	1.000,00
87	0006662 - FIO POLIGLACTINA 0 AG. 40 MM (caixa c/24 unidades).	DONATI	Caixas	20,000000	50,000	1.000,00
89	0011314 - FIO POLIPROPILENO 3 0 AG 30MM (CAIXA C/24 UNIDADES).	DONATI	Caixas	20,000000	50,000	1.000,00
90	0011315 - FIO POLIPROPILENO 5-0 AG CILIND 20MM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	DONATI	Caixas	20,000000	50,000	1.000,00
91	0011316 - FIO POLIPROPILENO 6-0 AG CILIND 20MM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	DONATI	Caixas	20,000000	50,000	1.000,00
101	0011795 - INSULINA TRESIBA 100 Unid/Ml Solução Injetável Em Caneta	NOVO NORDISK	unidades	250,000000	170,000	42.500,00
131	0011332 - PROTETOR FACIAL TOTAL (FACE SHIELD) COM PELÍCULA 100%¨TRANSPARENTE, NÃO DESCARTÁVEL.	SUPERMEDY	unidades	250,000000	10,000	2.500,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Dayner Leite Dantas Eireli W D Farma
CNPJ: 36.393.228/0001-36
DAYNER LEITE DANTAS
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	___.___.___ - __
2ª		CPF:	___.___.___ - __

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:449F1354

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa DENTEMED

EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 07.897.039/0001-00, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA**		
CNPJ: **07.897.039/0001-00**	Telefone: **3832132567**	Email:
Endereço: **R ANTONIO GRAVATA, 136 A, BETANIA, Belo Horizonte/MG, CEP: 30570-040**		
Representante: **ANTONIO TADEU PENIDO SILVA JUNIOR** - CPF: **063.640.696-22**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
170	0011348 - ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, ASPECTO FÍSICO: MOTOR DE BANCADA, MATERIAL PONTEIRA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO ABS, INDICAÇÃO: PERIODONTIA/ENDODONTIA/PRÓTESE/DENTÍSTICA, FONTE: ELÉTRICO, COMPONENTES: PEÇA DE MÃO, 3 PONTEIRAS, PEDA	DENTEMED/DENTEMED	unidades	10,000000	950,000	9.500,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Dentemed Equipamentos Odontologicos LTDA
CNPJ: 07.897.039/0001-00
ANTONIO TADEU PENIDO SILVA JUNIOR
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:ADE3A335

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa ERA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ: 49.569.592/0001-56, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **ERA DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **49.569.592/0001-56**	Telefone: **3498560068**	Email:
Endereço: **R ADAO BASILIO DE BRITO, 512 LOJA, NOVO HORIZONTE, Patos de Minas/MG, CEP: 38703-574**		
Representante: **Edilene Vieira Lopes** - CPF: **048.028.896-82**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
167	0006707 - Suplemento nutricional infantil que fornece os nutrientes que a criança precisa para atingir o seu potencial de crescimento (PEDIASURE OU SEMELHANTE) Lata 400g.	NUTRA/LHS	Latas	100,000000	42,590	4.259,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Era Distribuidora LTDA
CNPJ: 49.569.592/0001-56
EDILENE VIEIRA LOPES
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:341E7032

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa EXPRESS DENTAL LIMITADA, inscrita no CNPJ: 40.212.040/0001-11, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **EXPRESS DENTAL LIMITADA**		
CNPJ: **40.212.040/0001-11**	Telefone: **84981468081**	Email:
Endereço: **Av. Prudente de Morais, 507 Emp. Djalma Marinho, Tirol, Natal/RN, CEP: 59020-505**		
Representante: **Cristiane Karla Marcelino da Costa** - CPF: **025.753.444-09**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
32	0006614 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 4,0	MEDIX	unidades	10,000000	18,490	184,90
33	0006615 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 4,5	MEDIX	unidades	10,000000	18,490	184,90
36	0006618 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 6,0	MEDIX	unidades	10,000000	15,890	158,90
63	0006634 - Dispenser para álcool gel, de parede.	NOBRE	unidades	100,000000	29,500	2.950,00
80	0011308 - FIO ALGODAO 3 0 SEM AGULHA (CAIXA C/24 UNIDADES)	SHALON	Caixas	20,000000	62,000	1.240,00
86	0006657 - FIO NYLON 0 AG CILIN 30MM (caixa c/24 unidades).	MEDIX	Caixas	20,000000	43,990	879,80
88	0011313 - FIO POLIPROPILENO 2 0 AG CILIN 30MM (CAIXA C/24 UNIDADES).	MEDIX	Caixas	20,000000	39,400	788,00
97	0003375 - GLICOSÍMETRO (APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE CAPILAR)	ON CALL PLUS	unidades	1500,000000	37,490	56.235,00
105	0011797 - KIT DE HIGIENE BUCAL ADULTO Especificação: uma escova adulto, um creme dental com fluor c/ no minimo 90 g e fio dental c/ no minimo 25 metros.	ALG	KITS	3000,000000	4,400	13.200,00
137	0011335 - SERINGA DESC. 03ML C/ AGULHA 20X5,5	SR	unidades	20000,000000	0,330	6.600,00
158	0000813 - Sonda uretral n° 08	MEDIX	unidades	4000,000000	0,580	2.320,00
161	0003406 - SONDA URETRAL N° 20	MEDIX	unidades	300,000000	0,750	225,00
162	0003407 - SONDA URETRAL N° 22	MEDIX	unidades	300,000000	0,750	225,00
163	0011345 - SONDA URETRAL Nº 24	MEDIX	unidades	100,000000	0,800	80,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Express Dental Limitada
CNPJ: 40.212.040/0001-11
CRISTIANE KARLA MARCELINO DA COSTA
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ___
2ª		CPF:	_____._____._____ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:417966FC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 01.545.179/0001-25, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**		
CNPJ: **01.545.179/0001-25**	Telefone: **84981468081**	Email:
Endereço: **Rua Olívia Menelau, 103 ., Imbiribeira, Recife/PE, CEP: 51170-110**		

Representante: **CLEBSON PEREIRA DA SILVA** - CPF: **083.666.354-30**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
125	0011329 - OLEO DE GIRASSOL CICATRIZANTE 200ML	ACDERM	FRASCOS	3000,000000	5,710	17.130,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

GMC Distribuidora Hospitalar LTDA
CNPJ: 01.545.179/0001-25
CLEBSON PEREIRA DA SILVA
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:F40CE157

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa MARIMAX COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PARA SAUDE E VETERINARIOS LT, inscrita no CNPJ: 20.339.865/0001-94, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **MARIMAX COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PARA SAUDE E VETERINARIOS LT**		
CNPJ: **20.339.865/0001-94**	Telefone: **3133777500**	Email:
Endereço: **Avenida Sapucaí, 100 , Boa Vista 2, Santa Rita do Sapucaí/MG, CEP: 37538-620**		
Representante: **Sávio Martins Coelho** - CPF: **133.313.818-02**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
128	0000752 - Oxímetro digital	ACCURANTE	unidades	100,000000	59,980	5.998,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Marimax Comercio E Importacao De Produtos Para Saude E Veterinarios LT
CNPJ: 20.339.865/0001-94
SÁVIO MARTINS COELHO
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:B6885590

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa MEDBRASIL ATACADISTA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 63.063.868/0001-50, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **MEDBRASIL ATACADISTA HOSPITALAR LTDA**

CNPJ: **63.063.868/0001-50**	Telefone: **84981468081**	Email:
Endereço: **R ADALBERTO COIMBRA, 240, JARDIM JORDAO, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP: 54315-110**		
Representante: **ANA PAULA PIMENTEL PIFANO** - CPF: **023.793.004-88**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
55	0000660 - Colar cervical g	MSO	unidades	50,000000	11,190	559,50
56	0000661 - Colar cervical m	MSO	unidades	50,000000	11,990	599,50
58	0006626 - COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO – Produto esterilizado; volume de 100ml.	MEDSONDA	unidades	1000,000000	0,970	970,00
65	0006635 - DISPOSITIVO P/ INCONTINENCIA URINARIA 40MM COMPLETO ADULTO	VITAL	unidades	1000,000000	1,790	1.790,00
115	0011322 - LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR DESCARTÁVEL EM ROLO 50X0,7M	MASTER PAPER	Rolos	5000,000000	9,010	45.050,00
136	0011334 - SELADORA HOSPITALAR COMPACTA PAPEL GRAU CIRURGICO D MAS SEL ATÉ 50CM	SELAMAXX	unidades	10,000000	274,390	2.743,90
148	0000800 - Sonda nasogastrica curta nº 14	BIOSANI	unidades	100,000000	0,790	79,00
149	0011339 - SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº18	MEDSONDA	unidades	200,000000	0,980	196,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Medbrasil Atacadista Hospitalar LTDA
CNPJ: 63.063.868/0001-50
ANA PAULA PIMENTEL PIFANO
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ___
2ª		CPF:	_____._____._____ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:DB6E6FBD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa MEYTECH LTDA, inscrita no CNPJ: 52.023.056/0001-65, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **MEYTECH LTDA**		
CNPJ: **52.023.056/0001-65**	Telefone: **84996419552**	Email:
Endereço: **R BARAO DO RIO BRANCO, 355 SALA 07, CENTRO, Serrana/SP, CEP: 14150-065**		
Representante: **MARCOS ALEXANDRE HIROSHI KUSSUMATO** - CPF: **452.417.688-82**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
172	0011802 - PROTETOR SOLAR FPS 60 (MINIMO) - EMBALAGEM COM 200ML, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO.	ALGSUN	unidades	800,000000	29,890	23.912,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Meytech LTDA
CNPJ: 52.023.056/0001-65
MARCOS ALEXANDRE HIROSHI KUSSUMATO
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ___
2ª		CPF:	_____._____._____ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:F2125BE0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELLI , inscrita no CNPJ: 18.588.224/0001-21, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO

HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELLI**		
CNPJ: **18.588.224/0001-21**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA TUIUTI, 772 , PETROPOLIS, NATAL/RN, CEP: 59014-180**		
Representante: **MARIA DA CONCEICAO MOURA NASCIMENTO** - CPF: **023.241.414-93**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
6	0003499 - ÁLCOOL ABSOLUTO P.A. 99,3°	PROLINK	Litros	240,000000	11,190	2.685,60
17	0003285 - BOLSA PARA COLOSTOMIA SIMPLES	MEDSONDA	unidades	400,000000	1,300	520,00
59	0006627 - COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 2000 ML (Tipo Saco)	LETOMED	unidades	30000,000000	0,360	10.800,00
70	0011302 - EQUIPO, PARA TRANSFUSAO DE SANGUE E HEMODERIVADOS,DE USO UNICO, ESTERIL,CONTENDO POROS UNIFORMES E QUE CUBRAM AREA TOTAL DE NO MINIMO 10 CM2, SEGUNDA CAMARA TAMBEM FLEXIVEL E QUE PERMITA A VISUALIZACAO DO SANGUE	LAMEDID	unidades	500,000000	3,090	1.545,00
106	0011320 - KIT NEBULIZACAO AR COMPRIMIDO INFANTIL CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 MÁSCARA (INFANTIL); 01 COPO NEBULIZADOR DOSADOR; 01 MANGUEIRA DE AR COM PORCA	VITALGOLD	KITS	150,000000	7,980	1.197,00
107	0011321 - KIT NEBULIZAÇÃO OXIGENIO INFANTIL COM 01 MÁSCARA INFANTIL, 01 EXTENSOR DE 2,10M E 01 COPO DOSADOR COM CAPACIDADE DE 6ML	VITALGOLD	KITS	150,000000	7,980	1.197,00
113	0006689 - Lamina p/ microscopia Lisa, 26X76mm caixa com 50 unidades	CRAL	Caixas	200,000000	5,120	1.024,00
114	0003388 - LAMINA P/MICROSCOPIA FOSCA, 26X76MM CAIXA COM 50 UNIDADES	CRAL	Caixas	200,000000	5,950	1.190,00
133	0011333 - SACO PLASTICO PARA OBITO - TAM G, NA COR CINZA, COM ZIPER CENTRALIZADO E SISTEMA ADEQUADO DE VERDACAO QUE EVITE VAZAMENTOS DE LIQUIDOS CORPOREOS, DEVE TER ETIQUETA IDENTIFICADORA	DESCARBOX	unidades	200,000000	16,840	3.368,00
166	0006705 - Suplemento de nutrição enteral e/ou oral, formulado para crianças de 1 a 10 anos de idade. Cada 1 ml deste produto fornece 1kcal, considerando a reconstituição padrão. Lata 400g.	PRODIET TROPHIC JUNIOR 400G	Latas	100,000000	55,000	5.500,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Nacional Comercio E Representação EIRELLI
CNPJ: 18.588.224/0001-21
MARIA DA CONCEICAO MOURA NASCIMENTO
Socia Administradora

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:4E557F40

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA, inscrita no CNPJ: 59.834.889/0001-55, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA**		
CNPJ: **59.834.889/0001-55**	Telefone: **84981468081**	Email:
Endereço: **Av. José Mendes Moreira, 0 Qd. 24, Lt. 13, Jardim Nova Abadia, Abadia de Goiás/GO, CEP: 75345-000**		
Representante: **Jair Vieira de Ávila Neto** - CPF: **118.323.219-59**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
20	0011291 - CADEIRA DE BANHO ATÉ 120KG HIGIENICA DOBRAVEL	Dellamed	unidades	10,000000	209,890	2.098,90

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Novorthec Comercio Integrado LTDA
CNPJ: 59.834.889/0001-55
JAIR VIEIRA DE ÁVILA NETO
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:C6E6C9FA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa ORTHO PAUHER INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUICOES LTDA, inscrita no CNPJ: 01.123.973/0001-80, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **ORTHO PAUHER INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUICOES LTDA**		
CNPJ: **01.123.973/0001-80**	Telefone: **8130409090**	Email:
Endereço: **Rua Bandeirante, 94 , Afogados, Recife/PE, CEP: 50770-460**		
Representante: **Henrique Anderson Presbytero Queiroz de Oliveira** - CPF: **039.668.324-02**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
121	0011326 - MEIA DE COMPRESSÃO 3/4 ALTACOMPRESSÃO	MARCA PROPRIA	unidades	30,000000	100,000	3.000,00
122	0011327 - MEIA DE COMPRESSÃO 3/4 BAIXA COMPRESSÃO ATÉ 23MMHG PONTEIRA ABERTA	MARCA PROPRIA	unidades	30,000000	148,130	4.443,90
123	0011328 - MEIA DE COMPRESSÃO 3/4 MÉDIA COMPRESSÃO	MARCA PROPRIA	unidades	30,000000	113,670	3.410,10

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Ortho Pauher Industria Comercio E Distribuicoes LTDA
CNPJ: 01.123.973/0001-80
HENRIQUE ANDERSON PRESBYTERO QUEIROZ DE OLIVEIRA
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:23DA8A47

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa PHOSPODONT LTDA , inscrita no CNPJ: 04.451.626/0001-75, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **PHOSPODONT LTDA**		
CNPJ: **04.451.626/0001-75**	Telefone: **84 3611-3159**	Email:
Endereço: **AVENIDA AIRTON SENNA , 526 , CAPIM MACIO , NATAL /RN, CEP: 59080-100**		
Representante: **Ana Maria Pinheiro** - CPF: **413.273.304-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0011286 - ACIDO ACETICO GLACIAL 5%	RENYLAB	Litros	20,000000	27,700	554,00
75	0006648 - FIO ALGODAO 0 AGULHA 30/31MM (caixa c/24 unidades)	SHALON LTDA	Caixas	20,000000	43,260	865,20

76	0011304 - FIO ALGODAO 2 0 AG CILIN 30/31MM (CAIXA C/24 UNIDADES)	SHALON LTDA	Caixas	20,000000	43,900	878,00
77	0011305 - FIO ALGODAO 2 0 S/AGULHA (CAIXA C/24 UNIDADES)	SHALON LTDA	Caixas	20,000000	60,900	1.218,00
79	0011307 - FIO ALGODAO 3 0 AG CILIN 30/31MM (CAIXA C/24 UNIDADES)	SHALON LTDA	Caixas	20,000000	45,310	906,20
145	0011337 - SONDA FOLEY 03 VIAS Nº 20	MEDIX LTDA	unidades	100,000000	2,810	281,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Phospodont LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75
ANA MARIA PINHEIRO
Socia Administradora

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:9D8AAEDD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa PRASAUDE DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ: 53.555.490/0001-59, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **PRASAUDE DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **53.555.490/0001-59**	Telefone: **84981468081**	Email:
Endereço: **R PRESIDENTE SARMENTO, 1130 ., Alecrim, Natal/RN, CEP: 59032-400**		
Representante: **DIVA VANESSA NASCIMENTO E SILVA** - CPF: **052.169.914-25**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0011287 - ACIDO AMINOCAPROICO 1G	ZYDUS	Frascos-	1000,000000	31,350	31.350,00
15	0011290 - BICARBONATO DE SODIO 8,4%	SAMTEC	FRASCOS	400,000000	1,870	748,00
60	0000665 - Coletor perfuro cortante 13l	DESCARBOX	unidades	2000,000000	5,700	11.400,00
61	0000666 - Coletor perfuro cortante 7l	DESCARBOX	unidades	2000,000000	3,800	7.600,00
69	0006636 - EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL – Tubo de 1,50m com ponta perfurante e tampa protetora.	ABL	unidades	40000,000000	0,690	27.600,00
103	0011318 - IODOPOVIDONA 10% SOLUÇÃO DEGERMANTE FRASCO 1 LITRO.	PRATIDONADUZZI	Litros	200,000000	1,540	308,00
119	0011798 - LUVA PARA PROCEDIMENTO P - CAIXA	MEDIX	Caixas	6000,000000	16,790	100.740,00
126	0003481 - OMEPRAZOL 40MG	BLAU	Ampolas	6000,000000	7,450	44.700,00
129	0003404 - PAPEL GRAU CIRURGICO 30X100	HOSPFLEX	Rolos	500,000000	125,550	62.775,00
169	0011800 - TIRAS DE HGT CX C/ 50 UNIDADES	ONCALL PLUS	Caixas	10000,000000	17,890	178.900,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal de Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Prasaude Distribuidora Ltda
CNPJ: 53.555.490/0001-59
DIVA VANESSA NASCIMENTO E SILVA
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:F36A4FEB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2026

Processo nº 699/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 16/ 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2026

Aos 03 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa RN HOSPITALAR ATACADISTA EIRELI EPP , inscrita no CNPJ: 27.320.140/0001-01, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **RN HOSPITALAR ATACADISTA EIRELI EPP**		
CNPJ: **27.320.140/0001-01**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV ANTONIO BASILIO, 2351, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP: 59054-725**		
Representante: **Julane Mirelli Souza da Silva Lopes** - CPF: **029.773.554-30**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0006599 - Agulha hipodérmica descartável, cânula em aço inoxidável, parede fina, siliconizada, estéril, 25mm x 0,7mm. Caixa com 100 unidades.	Medix	Caixas	300,000000	7,650	2.295,00
4	0006601 - Agulha hipodérmica descartável, cânula em aço inoxidável, parede fina, siliconizada, estéril, 40mm x 12,0mm. Caixa com 100 unidades.	Medix	Caixas	500,000000	7,650	3.825,00
5	0006602 - Agulha intradérmica, estéril, confeccionada em polipropileno translúcido, atóxico, com graduação externa, descartável para insulina 13mm x 0,45mm. Caixa com 100 unidades.	Medix	Caixas	500,000000	7,650	3.825,00
7	0011788 - ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO, MACIO, ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS ENVOLVIDO EM PAPEL ESPECIAL, INTERFOLHADO COM 250G	Nevoa	unidades	5500,000000	6,580	36.190,00
10	0003418 - AMICACINA, SULFATO 100MG	Teuto	Ampolas	300,000000	3,900	1.170,00
11	0003421 - AMIODARONA 150MG/ML	Hipolabor	Ampolas	1500,000000	3,200	4.800,00
16	0003284 - BOLSA DE COLOSTOMIA DRENÁVEL FECHAMENTO CLAMP	Vital Gold	unidades	400,000000	8,780	3.512,00
21	0011292 - CADEIRA DE RODAS ATE 120KG, DOBRÁVEL, MATERIAL ESTRUTURA ALUMÍNIO, PINTURA EPÓXI, LOCOMOÇÃO, TAMANHO ADULTO, ENCOSTO REMOVÍVEL, APOIO BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS, PÉS REMOVÍVEL,	Dellamed	unidades	50,000000	475,900	23.795,00
29	0006610 - CANULA ENDO S/B Nº 7,0	Tera Medical	unidades	50,000000	3,800	190,00
30	0006612 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 3,0	Vital Gold	unidades	10,000000	15,000	150,00
31	0006613 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 3,5	Vital Gold	unidades	10,000000	15,000	150,00
34	0006616 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 5,0	Vital Gold	unidades	10,000000	17,600	176,00
35	0006617 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC N° 5,5	Vital Gold	unidades	10,000000	12,860	128,60
41	0011296 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC Nº 1,0	Vital Gold	unidades	10,000000	14,760	147,60
42	0011297 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC Nº 2,5	Vital Gold	unidades	10,000000	12,530	125,30
43	0006624 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC Nº 7,0	Vital Gold	unidades	10,000000	14,650	146,50
44	0011298 - CANULA TRAQUEOSTOMIA PVC Nº 9,5	Vital Gold	unidades	10,000000	17,850	178,50
45	0011349 - CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO (JELCO) Nº 22 - MATERIAL: POLITETRAFLUORETILENO/POLIURETANO, TIPO: JELCO/ABOCATH, RADIOPACO, SILICONE, ESTÉRIL, AGULHA: ACO INOXIDAVEL, MEDIDAS: 22G	Olimed/ Glomed	unidades	5000,000000	0,690	3.450,00
46	0011350 - CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 14 - MATERIAL: POLITETRAFLUORETILENO/POLIURETANO, TIPO: JELCO/ABOCATH	Olimed/ Glomed	unidades	1000,000000	0,750	750,00
47	0011351 - CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 16 - MATERIAL: POLITETRAFLUORETILENO/POLIURETANO, TIPO: JELCO/ABOCATH	Olimed/ Glomed	unidades	1000,000000	0,700	700,00
48	0011352 - CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 18 - MATERIAL: POLITETRAFLUORETILENO/POLIURETANO, TIPO: JELCO/ABOCATH	Olimed/ Glomed	unidades	1000,000000	0,750	750,00
49	0011353 - CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 20 - MATERIAL: POLITETRAFLUORETILENO/POLIURETANO, TIPO: JELCO/ABOCATH	Olimed/ Glomed	unidades	5000,000000	0,750	3.750,00
50	0011354 - CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 24 - MATERIAL: POLITETRAFLUORETILENO/POLIURETANO, TIPO: JELCO/ABOCATH	Olimed/ Glomed	unidades	4000,000000	0,750	3.000,00
52	0011299 - CATETER VENOSO CENTRAL MONO LÚMEN 7FR X 200M	Biomedical	unidades	200,000000	50,850	10.170,00
54	0003503 - CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%	Rioquimica	Litros	600,000000	18,990	11.394,00
57	0011300 - COLCHÃO HOSPITALAR D33 (88X188X12) ESPUMA D33 SELADA	Rioflex	unidades	100,000000	279,000	27.900,00
71	0006638 - Escopolamina Simples (Buscopam Simples) 5ml	Hypofarma	Ampolas	25000,000000	0,990	24.750,00
74	0011303 - FIO CAT GUT SIMPLES, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 0, MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO, C/ AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, CORTANTE, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL.(CAIXA C/24 UNIDADES).	Donati	Caixas	30,000000	95,000	2.850,00
92	0006667 - FITA AUTOCLAVE – 19mm X 30m; confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose.	Ciex	Rolos	2000,000000	4,550	9.100,00
94	0011791 - GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM E ECG - ASPECTO: INCOLOR E INODORO, NÃO GORDUROSO, COM CONSISTÊNCIA QUE NÃO PERMITA ESCORRER E PH NEUTRO. EMBALAGEM: 1000ml	Multigel	unidades	5000,000000	7,500	37.500,00
120	0011325 - MANTA TERMICA DESCARTAVEL ALUMINIZADA ADULTO CORPO INTEIRO - TIPO: ISOLANTE TÉRMICO DIMENSÕES: CERCA DE 2,10 CM DE COMPRIMENTO POR 1,40 CM	Balke/ Nestsafe	unidades	200,000000	6,500	1.300,00
134	0004138 - SALBUTAMOL 100 MCG SPRAY 200 DOSES	Pharmaciense	FRASCOS	500,000000	12,590	6.295,00
138	0003265 - SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N° 04	Biobase	unidades	100,000000	0,670	67,00
139	0000776 - Sonda aspiracao traqueal n° 12	Biobase	unidades	1200,000000	0,700	840,00
140	0000780 - Sonda aspiracao traqueal nº 08	Biobase	unidades	1200,000000	0,720	864,00
141	0000781 - Sonda aspiracao traqueal nº 10	Biobase	unidades	1200,000000	0,730	876,00
143	0000784 - Sonda foley 02 vias n° 10	Olimed/ Glomed	unidades	100,000000	2,800	280,00
146	0011338 - SONDA FOLEY 03 VIAS Nº 22	Olimed/ Glomed	unidades	100,000000	2,800	280,00
147	0000798 - Sonda nasogastrica curta nº 10	Biobase	unidades	100,000000	0,720	72,00
150	0011340 - SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº20	Biobase	unidades	200,000000	0,990	198,00
153	0011342 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº06	Biobase	unidades	100,000000	0,950	95,00
160	0000815 - Sonda uretral n° 12	Biobase	unidades	3000,000000	0,600	1.800,00
171	0011801 - Umidificador de oxigênio hospitalar	Haoxi	unidades	200,000000	13,100	2.620,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 16/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 03 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

RN Hospitalar Atacadista EIRELI EPP
CNPJ: 27.320.140/0001-01
JULANE MIRELLI SOUZA DA SILVA LOPES
Socia Administradora

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:0DC408B2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2026

Processo nº 705/2026– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 18/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2026

Aos 25 de agosto de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrito no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa **DUNAS COMERICO DE VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 33.486.979/0001-09, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 18 / 2026, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISICAO 01 (UMA) AMBULÂNCIA PARA SUPORTE BÁSICO - TIPO A - ESPECIAL - SIMPLES REMOÇÃO SEM RISCO DE VIDA, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISICAO 01 (UMA) AMBULÂNCIA PARA SUPORTE BÁSICO - TIPO A - ESPECIAL - SIMPLES REMOÇÃO SEM RISCO DE VIDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **DUNAS COMERICO DE VEICULOS LTDA**		
CNPJ: **33.486.979/0001-09**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV PRUDENTE DE MORAIS, 4666 ANEXO A, LAGOA NOVA, NATA/RN, CEP: 59063-200**		
Representante: **Arnon Cesar Ramos e Silva** - CPF: **807.003.064-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	PREÇO	
					UNIT.	TOTAL
2	0012175 - AMBULÂNCIA PARA SUPORTE BÁSICO - TIPO A - ESPECIAL - SIMPLES REMOÇÃO SEM RISCO DE VIDA.	PEUGEOT	Unid	01	274.977,00	274.977,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 18/2026, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 25 de agosto de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Dunas Comerico De Veiculos LTDA
CNPJ: 33.486.979/0001-09
ARNON CESAR RAMOS E SILVA
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		**CPF**	_____._____._____ - ___
2ª		**CPF:**	_____._____._____ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:30929D30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 070/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 323001/2026

Aos **21** dias do mês de **AGOSTO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026**, **Processo Administrativo 323001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
CONNECT SERVICOS E LOCACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **60.173.173/0001-33**, com sede na **AV SANTOS DUMONT, Nº 2789, BAIRRO ALDEOTA,** CEP **60.150-165**, no Município de **FORTALEZA/CE**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **FERNANDO ITALO SOARES DUARTE**, inscrito no CPF nº **056.XXX.XXX-95**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 20.740,00,** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
12	ROTEADOR WI-FI 7 (802.11be) DUAL BAND OU SUPERIOR Roteador sem fio de alto desempenho, novo, sem uso, destinado a ambientes administrativos com demanda elevada de conectividade, contendo as seguintes especificações mínimas: • Compatível com o padrão IEEE 802.11be (Wi-Fi 7); • Operação em dual band simultâneo (2,4 GHz e 5 GHz), podendo suportar banda adicional de 6 GHz, se disponível no modelo; • Velocidade agregada compatível com padrão	TP LINK	UND	61	R$ 340,00	R$ 20.740,00

	BE3600 ou superior; • Compatibilidade com padrões anteriores (802.11a/b/g/n/ac/ax); • Suporte a tecnologias avançadas de eficiência espectral, como: o MU-MIMO; o Beamforming; o Modulação 1024-QAM ou superior; • Largura de canal compatível com os recursos do padrão Wi-Fi 7, conforme regulamentação vigente no Brasil; • Segurança com suporte mínimo a WPA3; • Firewall integrado e controle de acesso; • Interface de gerenciamento via navegador web e/ou aplicativo móvel; • Diagnóstico básico de rede e monitoramento de dispositivos conectados; • Mínimo de: o 1 (uma) porta WAN Gigabit Ethernet; o 3 (três) portas LAN Gigabit Ethernet; • Antenas internas ou externas de alto desempenho; • Suporte a atualização de firmware; • Alimentação bivolt automática; • Equipamento novo, não remanufaturado; • Garantia mínima de 12 meses.					
VALOR TOTAL						**R$ 20.740,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, dispositivos de rede, componentes de hardware, ferramentas e acessórios tecnológicos, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às necessidades das Secretarias e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAUBAS/RN.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **21** de **AGOSTO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

FERNANDO ITALO SOARES DUARTE
Representante da Empresa

MARLON ALVES DE MORAIS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Fiscal De Contrato

ÍTALO VINÍCIUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal De Contrato

JANDSON HENRIQUE DE ARAÚJO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Fiscal De Contrato

MAÍLLA MORARIS DA SILVA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Fiscal De Contrato

RÉRIDA RENATA DE OLIVEIRA SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Cultura e Turismo
Fiscal De Contrato

NATALYA MURIELE DIAS MEDEIROS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Governo
Fiscal De Contrato

INGRID ALVES BATISTA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente
Fiscal De Contrato

GEOVANA LETÍCIA CAVALCANTE DE ALENCAR
Portaria Seg N°196/2026-GP
Controladoria Geral
Fiscal De Contrato

ERICK MURILO LOPES PINHEIRO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Procuradoria Geral
Fiscal De Contrato

MARIA CRISLLANEY DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Receita
Fiscal De Contrato

FLÁVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal De Contrato

ODINAEL SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:DC4C4C02

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 077/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 323001/2026

Aos **21** dias do mês de **AGOSTO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026**, **Processo Administrativo 323001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
MD TELECOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **39.415.071/0001-90**, com sede na **RUA DO BAGRE, Nº 2499SW, LOT CIDEZAL II,** CEP **78.365-000**, no Município de **SAPEZAL/MT**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **MARIA JUSCINEIDE FERREIRA**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **33.XXX.237** SSP/MT e CPF nº **013.XXX.XXX-73**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 10.736,00,** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
5	SWITCH 8 PORTAS GIGABIT – NÃO GERENCIÁVEL Switch de rede não gerenciável, novo, sem uso, destinado à expansão de rede local	KNUP	UND	122	R$ 88,00	R$ 10.736,00

	em ambientes administrativos, contendo as seguintes especificações mínimas: • Mínimo de 8 (oito) portas RJ-45 10/100/1000 Mbps com negociação automática de velocidade; • Compatível com padrões IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab e 802.3x; • Suporte a controle de fluxo (Flow Control); • Detecção automática MDI/MDI-X; • Método de comutação store-and-forward; • Capacidade de comutação compatível com operação simultânea das portas Gigabit; • Aprendizado automático de endereços MAC; • LEDs indicadores de alimentação e atividade por porta; • Fonte de alimentação bivolt automática (100 a 240V – 50/60 Hz); • Equipamento próprio para uso em ambiente interno; • Garantia mínima de 12 meses.					
VALOR TOTAL						**R$ 10.736,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, dispositivos de rede, componentes de hardware, ferramentas e acessórios tecnológicos, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às necessidades das Secretarias e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAUBAS/RN.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **21** de **AGOSTO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

MARIA JUSCINEIDE FERREIRA
Representante da Empresa

MARLON ALVES DE MORAIS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Fiscal de Contrato

ÍTALO VINÍCIUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal de Contrato

JANDSON HENRIQUE DE ARAÚJO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Fiscal de Contrato

MAÍLLA MORARIS DA SILVA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Fiscal de Contrato

RÉRIDA RENATA DE OLIVEIRA SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Cultura e Turismo
Fiscal de Contrato

NATALYA MURIELE DIAS MEDEIROS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Governo
Fiscal de Contrato

INGRID ALVES BATISTA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente
Fiscal de Contrato

GEOVANA LETÍCIA CAVALCANTE DE ALENCAR
Portaria Seg N°196/2026-GP
Controladoria Geral
Fiscal de Contrato

ERICK MURILO LOPES PINHEIRO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Procuradoria Geral
Fiscal de Contrato

MARIA CRISLLANEY DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Receita
Fiscal de Contrato

FLÁVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal de Contrato

ODINAEL SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D2F61096

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 079/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 323001/2026

Aos **21** dias do mês de **AGOSTO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026**, **Processo Administrativo 323001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
RRA COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **44.307.153/0001-51**, com sede na **EST DOS BANDEIRANTES, Nº 14797, BAIRRO VARGEM PEQUENA,** CEP **22.783-025**, no Município de **RIO DE JANEIRO/RJ**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **HUGO LEONARDO PEDRO DOS SANTOS**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **952XXX125** MTPS/RJ e CPF nº **083.XXX.XXX-10**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 25.499,15,** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
27	MINI RACK FECHADO 12U Mini rack fechado de parede, novo,	MINI RACK	UND	34	R$ 539,99	R$ 18.359,66

	contendo as seguintes especificações mínimas: • Altura: 12U padrão 19"; • Estrutura confeccionada em chapa de aço com pintura eletrostática a pó (epóxi); • Padrão de fixação frontal 19", conforme norma aplicável; • Porta frontal em chapa de aço com visor central em vidro temperado ou acrílico resistente; • Fechadura com no mínimo 02 (duas) chaves; • Aberturas para ventilação; • Pontos para passagem de cabos (superior e/ou inferior); • Adequado para fixação em parede; • Produto novo, fornecido em embalagem original do fabricante; • Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.					
28	PATCH PANEL CAT 5E 24 PORTAS Patch Panel para rack padrão 19", novo, contendo as seguintes especificações mínimas: • Compatível com racks padrão 19"; • 24 (vinte e quatro) portas para cabeamento estruturado CAT 5E; • Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG; • Altura de 1U (44,45 mm), conforme padrão ANSI/TIA/EIA-310D; • Local para identificação das portas; • Produto novo, fornecido em embalagem original do fabricante; • Garantia mínima de 12 (doze) meses.	PATCH PANEL	UND	51	R$ 139,99	R$ 7.139,49
VALOR TOTAL						**R$ 25.499,15**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, dispositivos de rede, componentes de hardware, ferramentas e acessórios tecnológicos, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às necessidades das Secretarias e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAUBAS/RN.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **21** de **AGOSTO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

HUGO LEONARDO PEDRO DOS SANTOS
Representante da Empresa

MARLON ALVES DE MORAIS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Fiscal De Contrato

ÍTALO VINÍCIUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal De Contrato

JANDSON HENRIQUE DE ARAÚJO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Fiscal De Contrato

MAÍLLA MORARIS DA SILVA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Fiscal De Contrato

RÉRIDA RENATA DE OLIVEIRA SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Cultura e Turismo
Fiscal De Contrato

NATALYA MURIELE DIAS MEDEIROS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Governo
Fiscal De Contrato

INGRID ALVES BATISTA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente
Fiscal De Contrato

GEOVANA LETÍCIA CAVALCANTE DE ALENCAR
Portaria Seg N°196/2026-GP
Controladoria Geral
Fiscal De Contrato

ERICK MURILO LOPES PINHEIRO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Procuradoria Geral
Fiscal De Contrato

MARIA CRISLLANEY DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Receita
Fiscal De Contrato

FLÁVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal De Contrato

ODINAEL SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:3304FC33

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 086/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 323001/2026

Aos **21** dias do mês de **AGOSTO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026**, **Processo Administrativo 323001/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
B2W INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **31.495.962/0002-73**, com sede na **R FRANCISCO SESQUIM, Nº 356, BAIRRO PLANETA,** CEP **29.156-777**, no Município de **CARIACICA/ES**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **KÁSSIO HENRIQUE PEDROSO**

MEIRELES SANTOS, portador(a) da Cédula de Identidade nº **2XXX443** SSP/DF e CPF nº **058.XXX.XXX-05**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 15.318,00,** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ACCESS POINT CORPORATIVO – TETO – PADRÃO AC1350 Access Point corporativo para rede sem fio, novo, sem uso, destinado a ambientes internos administrativos, educacionais ou de atendimento ao público, contendo as seguintes especificações mínimas: • Padrão Wi-Fi IEEE 802.11 a/b/g/n/ac (dual band); • Operação simultânea nas frequências de 2.4 GHz e 5 GHz; • Velocidade agregada mínima de 1.200 Mbps ou superior, sendo: o 2.4 GHz: mínimo de 300 Mbps; o 5 GHz: mínimo de 867 Mbps; • Múltiplos fluxos espaciais (MIMO) compatíveis com o padrão AC; • Antenas internas omnidirecionais integradas ao equipamento; • Potência e ganho compatíveis com cobertura adequada para ambiente interno corporativo; • Alimentação via PoE (Power over Ethernet) padrão 802.3af ou superior, ou fonte externa inclusa; • Interface de rede Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps; • Suporte a múltiplos SSIDs; • Suporte a VLAN 802.1Q; • Segurança mínima: WPA2 ou superior; • Gerenciamento via interface web, software ou controlador compatível; • Instalável em teto ou parede, com kit de fixação incluso; • Uso interno (indoor); • Garantia mínima de 12 meses.	TP-LINK	UND	46	R$ 333,00	R$ 15.318,00
VALOR TOTAL						**R$ 15.318,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, dispositivos de rede, componentes de hardware, ferramentas e acessórios tecnológicos, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às necessidades das Secretarias e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARAUBAS/RN.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **21** de **AGOSTO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

KÁSSIO HENRIQUE PEDROSO MEIRELES SANTOS
Representante da Empresa

MARLON ALVES DE MORAIS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Fiscal De Contrato

ÍTALO VINÍCIUS DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal De Contrato

JANDSON HENRIQUE DE ARAÚJO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Fiscal De Contrato

MAÍLLA MORARIS DA SILVA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Fiscal De Contrato

RÉRIDA RENATA DE OLIVEIRA SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Cultura e Turismo
Fiscal De Contrato

NATALYA MURIELE DIAS MEDEIROS
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria de Governo
Fiscal De Contrato

INGRID ALVES BATISTA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Políticas do Campo e Meio Ambiente
Fiscal De Contrato

GEOVANA LETÍCIA CAVALCANTE DE ALENCAR
Portaria Seg N°196/2026-GP
Controladoria Geral
Fiscal De Contrato

ERICK MURILO LOPES PINHEIRO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Procuradoria Geral
Fiscal De Contrato

MARIA CRISLLANEY DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Receita
Fiscal De Contrato

FLÁVIO WAGNER DE OLIVEIRA
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal De Contrato

ODINAEL SALES
Portaria Seg N°196/2026-GP
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:ECDD22F0

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 091/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 609055/2026

Aos **25** dias do mês de **AGOSTO** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para**

Registro de Preços nº 020/2026, **Processo Administrativo 609055/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:

DROGAFONTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **08.778.201/0001-26**, com sede na **ROD BR 101 NORTE, S/N, BAIRRO JARDIM PAULISTA,** CEP **53.409-260**, no Município de **PAULISTA/PE**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **7.XXX.695** SDS/PE e CPF nº **072.XXX.XXX-35**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 128.250,00** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
02	Ácido Valproico 250mg comp.	BIOLAB	UND	24.000	R$ 0,28	R$ 6.720,00
09	Biperideno 2 mg comp.	CRISTALIA	UND	50.000	R$ 0,29	R$ 14.500,00
15	Carbamazepina 20mg/ml suspensão c/100ml	HIPOLABOR	FR	3.000	R$ 6,41	R$ 19.230,00
16	Carbonato de Lítio 300mg comp.	HIPOLABOR	UND	7.200	R$ 0,23	R$ 1.656,00
17	Citalopram 20 mg comp.	RANBAXY	UND	40.000	R$ 0,09	R$ 3.600,00
20	Clonozapam 2,5 mg/ml gotas c/20ml	HIPOLABOR	FR	2.000	R$ 2,16	R$ 4.320,00
21	Clorpromazina 100 mg comp.	UNIÃO QUIMICA	UND	40.000	R$ 0,30	R$ 12.000,00
22	Clorpromazina 25 mg comp.	CRISTALIA	UND	10.000	R$ 0,32	R$ 3.200,00
23	Clorpromazina 40 mg/ml (4%) c/20ml	CRISTALIA	FR	200	R$ 8,57	R$ 1.714,00
32	Fenitoína 100mg comp.	HIPOLABOR	UND	24.000	R$ 0,15	R$ 3.600,00
33	Fenobarbital 100mg comp.	CRISTALIA	UND	40.000	R$ 0,16	R$ 6.400,00
34	Fenobarbital 40mg/ml gotas c/20ml	UNIÃO QUIMICA	FR	100	R$ 5,46	R$ 546,00
36	Haloperidol 5 mg comp.	CRISTALIA	UND	40.000	R$ 0,10	R$ 4.000,00
37	Haloperidol 1 mg comp.	CRISTALIA	UND	1.000	R$ 0,19	R$ 190,00
39	Levomepromazina 100mg comp.	HIPOLABOR	UND	30.000	R$ 0,62	R$ 18.600,00
41	Levomepromazina 40mg/ml gotas c/20ml	CRISTALIA	FR	500	R$ 13,70	R$ 6.850,00
42	Quetiapina 25 mg comp,	GEOLAB	UND	51.000	R$ 0,10	R$ 5.100,00
44	Risperidona 1 mg comp.	CRISTALIA	UND	39.000	R$ 0,09	R$ 3.510,00
49	Sertralina 50mg comp.	RANBAXY	UND	70.000	R$ 0,10	R$ 7.000,00
50	Tramadol 50mg comp.	HIPOLABOR	UND	5.000	R$ 0,13	R$ 650,00
51	Valproato de Sódio 250mg/ml xarope c/100ml	HIPOLABOR	FR	800	R$ 6,08	R$ 4.864,00
VALOR TOTAL						**R$ 128.250,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de medicamentos psicotrópicos em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caraúbas/RN**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

São participantes os seguintes órgãos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARAUBAS/RN;

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.
As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento
A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, **25** de **AGOSTO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

ADRYANO LUCCAS MEDEIROS DE ASSIS
Representante da Empresa

SÁVIA FERNANDES MEDEIROS CARNEIRO GURGEL
Portaria Seg N° 203/2026-GP
Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:A673B369

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 150/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
PRC SAO SEBASTIAO, 452, CENTRO - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 150,
DE 27 de agosto de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.559/2025, no art. 6º, "I", para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 27 de agosto de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**24.000,00**
01 .001 Câmara Municipal					**24.000,00**
	1002 Aquisição e Conservação de Bens Móveis da Câmara Municipal				**24.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	24.000,00
Anexo II (Redução)					**24.000,00**
01 .001 Câmara Municipal					**24.000,00**
	2002 Gestão e Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal de Caraúbas				**7.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	2001 Gestão e Manutenção dos Subsídios dos Vereadores				**17.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	17.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:F08219E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 70/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 70/2026
Licitação dispensável Nº 50/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa CONSTRUTORA JUDSON LTDA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.838.881/0001-26, estabelecida a Rua MARIA DO CARMO DANTAS 46 SANTA RITA CARNAÚBA DOS DANTAS-RN .

Do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA RUA JOÃO JUSTINO DANTAS E DE PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO REMANESCENTE DA RUA FRANCISCA DAS CHAGAS, NO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.

Do preço total: R$ R$ 92.605,88

Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO DA RUA JOÃO JUSTINO DANTAS E DE PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO REMANESCENTE DA RUA FRANCISCA DAS CHAGAS, NO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN	Svç	1,0000	92605,8800	R$ 92.605,88	
				Valor Total:	R$ 92.605,88
Gestão/Unidade: 1.02.011.1 - SEC. MUN. DE OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPORTES Dotação(ões):					
282	02.011.15.451.0110.1027.4.4.90.51.1.500.0000				
282	02.011.15.451.0110.1027.4.4.90.51.1.701.3210				

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.

Da vigência: de 21/08/2026 a 21/10/2026

Carnaúba dos Dantas/RN, 21 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal)
P/ Contratante

JUDSON GUTIERRE DA SILVA
P/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:93ED1DE9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 73/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 73/2026
Inexigibilidade Nº 21/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa ELIZA RAQUEL DANTAS DE ARAÚJO inscrito(a) no CNPJ sob o nº 127.993.174-48, estabelecida a -.

Do objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTRUÇÃO E CAPACITAÇÃO EM FANFARRA, COMPREENDENDO AULAS DE COREOGRAFIA, CORPO COREOGRÁFICO, BALIZA, INSTRUMENTOS DE SOPRO (METAIS) E PERCUSSÃO.

Do preço total: R$ R$ 6.000,00

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
33910	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE COREOGRAFIAS; ACOMPANHAMENTO EM APRESENTAÇÕES; ENSAIOS EXTRAS; AVALIAÇÃO ANUAL; DIREÇÃO ARTÍSTICA PARA ESPETÁCULO, CONFORME OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.	h	200,0000	30,0000	R$ 6.000,00
				Valor Total:	R$ 6.000,00
Gestão/Unidade: 1.02.009.1 - SEC. MUN. DE EDUCACAO Dotação(ões):					
127	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.36.1.500.1001				
155	02.009.12.361.0124.2048.3.3.90.36.1.500.1001				
235	02.009.12.365.0108.2082.3.3.90.36.1.500.1001				

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.

Da vigência: de 24/08/2026 a 24/08/2027

Carnaúba dos Dantas/RN, 24 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) p/ Contratante

ELIZA RAQUEL DANTAS DE ARAÚJO
p/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:6883030B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 74/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 74/2026
Inexigibilidade Nº 21/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa 61.830.268 JOSE INACIO OLIVEIRA DE AZEVEDO JUNIOR inscrito(a) no CNPJ sob o nº 61.830.268/0001-45, estabelecida a Rua Soldadinho 80 SAO JOSE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN .

Do objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTRUÇÃO E CAPACITAÇÃO EM FANFARRA, COMPREENDENDO AULAS DE COREOGRAFIA, CORPO COREOGRÁFICO, BALIZA, INSTRUMENTOS DE SOPRO (METAIS) E PERCUSSÃO.

Do preço total: R$ R$ 14.000,00

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
31823	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA PARA FANFARRA TENDO COMO OBJETIVO: ORGANIZAR, ENSINAR E TREINAR OS INTEGRANTES QUE COMPÕEM AS FANFARRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, CONFORME OBRIGAÇÕES DESCRITA NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL.	h	350,0000	40,0000	R$ 14.000,00
				Valor Total:	R$ 14.000,00

Gestão/Unidade: 1.02.009.1 - SEC. MUN. DE EDUCACAO
Dotação(ões):

127	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.36.1.500.1001
129	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.39.1.500.1001
155	02.009.12.361.0124.2048.3.3.90.36.1.500.1001
156	02.009.12.361.0124.2048.3.3.90.39.1.500.1001
235	02.009.12.365.0108.2082.3.3.90.36.1.500.1001
236	02.009.12.365.0108.2082.3.3.90.39.1.500.1001
257	02.009.12.367.0125.2063.3.3.90.39.1.500.1001

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.

Da vigência: de 24/08/2026 a 24/08/2027

Carnaúba dos Dantas/RN, 24 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) p/ Contratante

JOSE INACIO OLIVEIRA DE AZEVEDO JUNIOR
p/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:F632B703

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 023/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1707/2026.

Após considerar os critérios legais acerca da Dispensa Eletrônica 023/2026, destinada à contratação de empresa especializada para o fornecimento de fardamentos destinados à Banda Marcial 11 de Dezembro e à Banda Marcial da Escola Municipal Manoel Belmino, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Cerro Corá/RN, visando proporcionar aos alunos integrantes uniformização adequada para o desenvolvimento de suas atividades, ensaios, apresentações públicas, eventos, solenidades e demais cerimônias promovidas ou apoiadas pelo Município. A autoridade competente Maciel dos Santos Freire torna público que ADJUDICOU os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

EMPRESA VENCEDORA: UNIAO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 10.685.202/0001-78

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	Túnica (casaco de gala) - túnica de gala destinada aos integrantes da banda marcial escolar, confeccionada em tecido de alta resistência, apropriado para apresentações Cívicas e desfiles. Características mínimas: tecido tipo gabardine prêmium, oxfordine, microfibra encorpada ou equivalente de qualidade igual ou superior, composição mínima de 65% poliéster e 35% viscose ou tecido tecnológico equivalente, gramatura mínima de 220g/m², tecido resistente ao desbotamento, baixa formação de vincos, alta resistência ao atrito, fácil higienização. Modelagem, a peça deverá possuir: corte militar, modelagem estruturada, gola padre ou gola alta, fechamento frontal oculto por zíper reforçado ou botões metálicos, vista frontal reforçada, mangas longas, punhos estruturados, ombreiras estruturadas, caimento anatômico. Acabamentos deverá conter: vivos decorativos, galões metálicos ou bordados, acabamento reforçado nas extremidades, costuras internas em overlock, costura dupla nas áreas de maior tensão, forro parcial nas regiões dos ombros. Personalização deverá possuir: brasão bordado da banda marcial, brasão bordado do município, identificação da Secretaria Municipal de Educação, bordados computadorizados de alta definição. Os arquivos serão fornecidos pela administração. tamanhos: (14 und. tamanho P; 22 und - tamanho M; 11 und - tamanho G; 03 und - tamanho GG)	Unidade	50	384,00	19.200,00
02	Calça de gala - calça CONFECCIONADA NO mesmo tecido da túnica, deverá possuir: corte social militar, cós anatômico, passadores para cinto, zíper reforçado, botão interno, bolsos laterais embutidos, costura dupla, barra reforçada, acabamento: vivo lateral em toda extensão da perna, reforço interno entre pernas, acabamento interno em viés. Tamanhos: (02 und - tamanho 36; 06 und – tamanho 38; 04 und tamanho 40; 02 und - tamanho 42; 04 und tamanho 44; 01 und tamanho 46)	Unidade	19	140,00	2.660,00
03	Saia - calça feminina - a administração poderá optar por saia-calça, características: mesmo tecido da túnica, modelagem confortável, pregas permanentes, comprimento adequado para marcha, short interno, fechamento por zíper invisível. Tamanhos: (13 und - tamanho 36; 10 und tamanho 38; 04 und - tamanho 40; 02 und - tamanho 42; 01 und - tamanho 44; 01 und - tamanho 46)	Unidade	31	110,00	3.410,00
04	Camisa interna - camisa confeccionada em tecido respirável, características: tecido tricoline ou similar, composição mínima 65% poliéster, manga curta ou longa, gola social, botões resistentes, fácil manutenção. tamanho das camisas (14 und - tamanho P; 22 und - tamanho M; 11 und – tamanho G; 03 und - tamanho GG)	Unidade	50	81,00	4.050,00
05	Quepe militar - Quepe estruturado para banda marcial, estrutura: copa rígida, aba em PVC revestido, carneira interna, regulagem interna, costura reforçada, acabamento cordão dourado, brasão metálico frontal, vivo decorativo, pala estruturada, penacho deverá possuir encaixe removível para penacho.	Unidade	50	79,90	3.995,00
06	Penacho - penacho removível, características: plumas sintéticas premuim, alta entre 20 e 30 cm, base metálica, encaixe compatível com o quepe.	Unidade	50	36,00	1.800,00
07	Luvas - par de luvas, características: tecido em algodão com elastano, cor branca, punho reforçado, costura reforçada, tamanhos variados.	Par	50	33,00	1.650,00

08	Cinto - características: couro sintético premium, largura aproximada de 45 mm, fivela metálica personalizada, regulagem.	Unidade	50	39,99	1.999,50
09	Talabarte decorativo - características: couro sintético, ferragens cromadas, regulagem, acabamento reforçado.	Unidade	50	32,00	1.600,00
10	Cordão de honra - Cordão militar, características: fio trançado, ponteiras metálicas, fixação por botão interno.	Unidade	50	25,00	1.250,00
11	Ombreiras - características: espuma interna, revestimento no mesmo tecido da túnica, franjas metálicas douradas ou prata, fixação reforçada.	Par	50	40,00	2.000,00
12	Galões - aplicação de galões metálicos ou bordados, característica: alta resistência, não desfiar, costura dupla.	Unidade	50	30,00	1.500,00
13	Braçal - Braçal confeccionado em tecido estruturado, com brasão bordado, fechamento em velcro de alta resistência.	Unidade	50	40,00	2.000,00
15	Capa para uniforme - características: TNT 80g ou nylon, visor transparente, fechamento em zíper, alça para transporte.	Unidade	50	33,40	1.670,00
16	Body feminino - para apresentação de baliza, confeccionado em tecido de boa qualidade, com elasticidade, resistência, conforto térmico e liberdade de movimentos, adequado á realização de coreografias e apresentações de banda marcial. Características: cor predominante: azul-marinho, modelagem feminina, ajustada ao corpo, sem comprometer a mobilidade, mangas longas, gola redonda, com acabamento na cor branca, mangas predominantemente azul-marinho, podendo conter detalhes longitudinais brancos, em harmonia com o uniforme oficial da banda, punhos com acabamento branco e detalhes azul-marinho, aplicação do brasão oficial da Escola Municipal Manoel Belmino dos Santos, na parte frontal superior, preferencialmente no lado esquerdo do peito, brasão aplicado por bordado computadorizado, sublimação de alta definição ou técnica equivalente que assegure resistência e fidelidade á arte fornecida pela contratante, acabamento reforçado nas costuras, fechamento inferior apropriado para body, de fácil utilização e resistente ao movimento, tecido sugerido, suplex, poliamida com elastano, helanca light ou material de qualidade equivalente ou superior, com elasticidade suficiente para atividade corporal, tecido não transparente e com boa recuperação após o esticamento. Tamanho "M"	Unidade	10	62,90	629,00
17	Saia para baliza - saia feminina para apresentação, confeccionada na cor branca, com detalhes em azul marinho, seguindo a identidade visual do uniforme da banda marcial. Características mínimas: cor predominante: branca, modelo evasê ou godê, com amplitude adequada para movimentos coreográficos, comprimento apropriado para apresentação de baliza, preservando conforto, mobilidade e segurança, cós estruturado na cor branca, detalhe frontal no cós em formato geométrico/V, contornado em azul-marinho, aplicação de detalhes ou faixas em azul-marinho próximos a barra, possibilidade de utilização de pregas ou recortes com tecido azul-marinho aparente durante os movimentos, conforme layout aprovado pela contratante, tecido incorporado, resistente, com bom caimento e sem transparência, acabamento reforçado, fechamento com zíper, colchete ou sistema equivalente, deverá possuir short interno, preferencialmente confeccionado em tecido com elasticidade, garantindo segurança e conforto durante as coreografias, tecido sugerido para a parte externa, gabardine, helanca, crepe encorporado ou material equivalente ou superior. tamanho "M"	Unidade	10	108,50	1.085,00
18	Moletom personalizado – banda marcial - descrição do objeto: confecção e fornecimento de moletom personalizado, modelo unissex, destinado aos integrantes da banda marcial, confeccionado conforme identidade visual e modelo de referência fornecido pela Secretaria Municipal de Educação. **1. Características da peça**: - Modelo: moletom unissex, manga longa, estilo raglan; - gola: redonda, com acabamento em ribana; -punhos: confeccionados em ribana, com elasticidade adequada; barra: acabamento em ribana, proporcionando melhor ajuste ao corpo; - modelagem: tradicional, confortável, adequada para utilização em apresentações, deslocamentos e atividades da banda marcial; Acabamento: costuras reforçadas, uniformes e resistentes, sem fios soltos, falhas ou deformações. **2. Material:** Confeccionado em tecido de moletom de boa qualidade, resistente e confortável, composto preferencialmente por algodão e poliéster, com gramatura compatível com vestuário de manga longa para uso institucional. O tecido deverá apresentar: - boa resistência ao uso e às lavagens; estabilidade dimensional; - baixa formação de bolinhas (Pilling); - boa solidez das cores; - toque confortável; ausência de transparência. **3. Cores e composição visual:** Cor predominante: azul-marinho. Detalhes em branco: mangas predominantemente brancas; - gola branca; punhos brancos; - barra inferior branca; - recortes laterais brancos, conforme modelo de referência. A peça deverá possuir filete/viés azul-marinho acompanhando longitudinalmente as mangas, conforme disposição apresentada no modelo de referência. as tonalidades deverão ser uniformes em todas as peças fornecidas. **4. Personalização frontal**: na parte frontal, no lado esquerdo do peito, deverá ser aplicada a logomarca/brasão oficial da escola municipal Manoel belmino dos santos, em impressão ou técnica de personalização de alta definição e resistente às lavagens. A arte oficial será fornecida pela administração à empresa contratada. **5. Personalização das costas:** Centralizada na região superior e central das costas, deverá constar a identificação: Banda Marcial Manoel Belmino dos Santos, as inscrições deverão ser confeccionadas na cor branca, com excelente legibilidade, centralização e proporcionalidade em relação ao tamanho da peça, conforme arte/modelo aprovado pela administração. Tamanhos: 5 und – tamanho PP; 8 und - tamanho P; 8 und - tamanho M; 2 und – tamanho G; 2 und tamanho GG.	Unidade	25	125,50	3.137,50
Valor Total: (cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais)					**R$ 53.636,00**

EMPRESA VENCEDORA: J SUZUMURA GARCIA SILVA COMERCIO, CNPJ 59.251.842/0001-69					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
14	Sapatos para banda - características: couro sintético, solado em borracha antiderrapante, palmilha anatômica, costura reforçada, resistente á chuva, confortável para marcha prolongada. **Tamanhos**: **02 und** - tamanho 34; **06 Und** - tamanho 35; **12 und** - tamanho 36; **10 und** – tamanho 37; **07 und** - tamanho 38; **05 und** - tamanho 39; **02 und** tamanho 40; **03 und** - tamanho 42; **02 und** - tamanho 43; **01 Und** - tamanho 44.	Par	50	133,00	6.750,00
Valor Total: (seis mil, setecentos e cinquenta reais)					**R$ 6.750,00**

Cerro Corá/RN, 27 de agosto de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:D134C119

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 023/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1707/2026.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Maciel dos Santos Freire, torna público que HOMOLOGOU conforme decisão tomada na adjudicação à Dispensa Eletrônica 023/2026, destinada à contratação de empresa especializada para o fornecimento de fardamentos destinados à Banda Marcial 11 de Dezembro e à Banda Marcial da Escola Municipal Manoel Belmino, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Cerro Corá/RN, visando proporcionar aos alunos integrantes uniformização adequada para o desenvolvimento de suas atividades, ensaios, apresentações públicas, eventos, solenidades e demais cerimônias promovidas ou apoiadas pelo Município, conforme indicado no quadro abaixo:

EMPRESA VENCEDORA: UNIAO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 10.685.202/0001-78					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
01	Túnica (casaco de gala) - túnica de gala destinada aos integrantes da banda marcial escolar, confeccionada em tecido de alta resistência, apropriado para apresentações Cívicas e desfiles. Características mínimas: tecido tipo gabardine prêmium, oxfordine, microfibra encorpada ou equivalente de qualidade igual ou superior, composição mínima de 65% poliéster e 35% viscose ou tecido tecnológico equivalente, gramatura mínima de 220g/m², tecido resistente ao desbotamento, baixa formação de vincos, alta resistência ao atrito, fácil higienização. Modelagem, a peça deverá possuir: corte militar, modelagem estruturada, gola padre ou gola alta, fechamento frontal oculto por zíper reforçado ou botões metálicos, vista frontal reforçada, mangas longas, punhos estruturados, ombreiras estruturadas, caimento anatômico. Acabamentos deverá conter: vivos decorativos, galões metálicos ou bordados, acabamento reforçado nas extremidades, costuras internas em overlock, costura dupla nas áreas de maior tensão, forro parcial nas regiões dos ombros. Personalização deverá possuir: brasão bordado da banda marcial, brasão bordado do município, identificação da Secretaria Municipal de Educação, bordados computadorizados de alta definição. Os arquivos serão fornecidos pela	Unidade	50	384,00	19.200,00

	administração. tamanhos: (14 und. tamanho P; 22 und - tamanho M; 11 und - tamanho G; 03 und - tamanho GG)				
02	Calça de gala - calça CONFECCIONADA NO mesmo tecido da túnica, deverá possuir: corte social militar, cós anatômico, passadores para cinto, zíper reforçado, botão interno, bolsos laterais embutidos, costura dupla, barra reforçada, acabamento: vivo lateral em toda extensão da perna, reforço interno entre pernas, acabamento interno em viés. Tamanhos: (02 und - tamanho 36; 06 und – tamanho 38; 04 und tamanho 40; 02 und - tamanho 42; 04 und tamanho 44; 01 und tamanho 46)	Unidade	19	140,00	2.660,00
03	Saia - calça feminina - a administração poderá optar por saia-calça, características: mesmo tecido da túnica, modelagem confortável, pregas permanentes, comprimento adequado para marcha, short interno, fechamento por zíper invisível. Tamanhos: (13 und - tamanho 36; 10 und tamanho 38; 04 und - tamanho 40; 02 und - tamanho 42; 01 und - tamanho 44; 01 und - tamanho 46)	Unidade	31	110,00	3.410,00
04	Camisa interna - camisa confeccionada em tecido respirável, características: tecido tricoline ou similar, composição mínima 65% poliéster, manga curta ou longa, gola social, botões resistentes, fácil manutenção. tamanho das camisas (14 und - tamanho P; 22 und - tamanho M; 11 und – tamanho G; 03 und - tamanho GG)	Unidade	50	81,00	4.050,00
05	Quepe militar - Quepe estruturado para banda marcial, estrutura: copa rígida, aba em PVC revestido, carneira interna, regulagem interna, costura reforçada, acabamento cordão dourado, brasão metálico frontal, vivo decorativo, pala estruturada, penacho deverá possuir encaixe removível para penacho.	Unidade	50	79,90	3.995,00
06	Penacho - penacho removível, características: plumas sintéticas premuim, alta entre 20 e 30 cm, base metálica, encaixe compatível com o quepe.	Unidade	50	36,00	1.800,00
07	Luvas - par de luvas, características: tecido em algodão com elastano, cor branca, punho reforçado, costura reforçada, tamanhos variados.	Par	50	33,00	1.650,00
08	Cinto - características: couro sintético premium, largura aproximada de 45 mm, fivela metálica personalizada, regulagem.	Unidade	50	39,99	1.999,50
09	Talabarte decorativo - características: couro sintético, ferragens cromadas, regulagem, acabamento reforçado.	Unidade	50	32,00	1.600,00
10	Cordão de honra - Cordão militar, características: fio trançado, ponteiras metálicas, fixação por botão interno.	Unidade	50	25,00	1.250,00
11	Ombreiras - características: espuma interna, revestimento no mesmo tecido da túnica, franjas metálicas douradas ou prata, fixação reforçada.	Par	50	40,00	2.000,00
12	Galões - aplicação de galões metálicos ou bordados, característica: alta resistência, não desfiar, costura dupla.	Unidade	50	30,00	1.500,00
13	Braçal - Braçal confeccionado em tecido estruturado, com brasão bordado, fechamento em velcro de alta resistência.	Unidade	50	40,00	2.000,00
15	Capa para uniforme - características: TNT 80g ou nylon, visor transparente, fechamento em zíper, alça para transporte.	Unidade	50	33,40	1.670,00
16	Body feminino - para apresentação de baliza, confeccionado em tecido de boa qualidade, com elasticidade, resistência, conforto térmico e liberdade de movimentos, adequado á realização de coreografias e apresentações de banda marcial. Características: cor predominante: azul-marinho, modelagem feminina, ajustada ao corpo, sem comprometer a mobilidade, mangas longas, gola redonda, com acabamento na cor branca, mangas predominantemente azul-marinho, podendo conter detalhes longitudinais brancos, em harmonia com o uniforme oficial da banda, punhos com acabamento branco e detalhes azul-marinho, aplicação do brasão oficial da Escola Municipal Manoel Belmino dos Santos, na parte frontal superior, preferencialmente no lado esquerdo do peito, brasão aplicado por bordado computadorizado, sublimação de alta definição ou técnica equivalente que assegure resistência e fidelidade á arte fornecida pela contratante, acabamento reforçado nas costuras, fechamento inferior apropriado para body, de fácil utilização e resistente ao movimento, tecido sugerido, suplex, poliamida com elastano, helanca light ou material de qualidade equivalente ou superior, com elasticidade suficiente para atividade corporal, tecido não transparente e com boa recuperação após o esticamento. Tamanho "M"	Unidade	10	62,90	629,00
17	Saia para baliza - saia feminina para apresentação, confeccionada na cor branca, com detalhes em azul marinho, seguindo a identidade visual do uniforme da banda marcial. Características mínimas: cor predominante: branca, modelo evasê ou godê, com amplitude adequada para movimentos coreográficos, comprimento apropriado para apresentação de baliza, preservando conforto, mobilidade e segurança, cós estruturado na cor branca, detalhe frontal no cós em formato geométrico/V, contornado em azul-marinho, aplicação de detalhes ou faixas em azul-marinho próximos a barra, possibilidade de utilização de pregas ou recortes com tecido azul-marinho aparente durante os movimentos, conforme layout aprovado pela contratante, tecido incorporado, resistente, com bom caimento e sem transparência, acabamento reforçado, fechamento com zíper, colchete ou sistema equivalente, deverá possuir short interno, preferencialmente confeccionado em tecido com elasticidade, garantindo segurança e conforto durante as coreografias, tecido sugerido para a parte externa, gabardine, helanca, crepe encorporado ou material equivalente ou superior. tamanho "M"	Unidade	10	108,50	1.085,00
18	Moletom personalizado – banda marcial - descrição do objeto: confecção e fornecimento de moletom personalizado, modelo unissex, destinado aos integrantes da banda marcial, confeccionado conforme identidade visual e modelo de referência fornecido pela Secretaria Municipal de Educação. **1. Características da peça**: - Modelo: moletom unissex, manga longa, estilo raglan; - gola: redonda, com acabamento em ribana; -punhos: confeccionados em ribana, com elasticidade adequada; barra: acabamento em ribana, proporcionando melhor ajuste ao corpo; - modelagem: tradicional, confortável, adequada para utilização em apresentações, deslocamentos e atividades da banda marcial; Acabamento: costuras reforçadas, uniformes e resistentes, sem fios soltos, falhas ou deformações. **2. Material:** Confeccionado em tecido de moletom de boa qualidade, resistente e confortável, composto preferencialmente por algodão e poliéster, com gramatura compatível com vestuário de manga longa para uso institucional. O tecido deverá apresentar: - boa resistência ao uso e às lavagens; estabilidade dimensional; - baixa formação de bolinhas (Pilling); - boa solidez das cores; - toque confortável; ausência de transparência. **3. Cores e composição visual:** Cor predominante: azul-marinho. Detalhes em branco: mangas predominantemente brancas; - gola branca; punhos brancos; - barra inferior branca; - recortes laterais brancos, conforme modelo de referência. A peça deverá possuir filete/viés azul-marinho acompanhando longitudinalmente as mangas, conforme disposição apresentada no modelo de referência. as tonalidades deverão ser uniformes em todas as peças fornecidas. **4. Personalização frontal**: na parte frontal, no lado esquerdo do peito, deverá ser aplicada a logomarca/brasão oficial da escola municipal Manoel belmino dos santos, em impressão ou técnica de personalização de alta definição e resistente às lavagens. A arte oficial será fornecida pela administração à empresa contratada. **5. Personalização das costas:** Centralizada na região superior e central das costas, deverá constar a identificação: Banda Marcial Manoel Belmino dos Santos, as inscrições deverão ser confeccionadas na cor branca, com excelente legibilidade, centralização e proporcionalidade em relação ao tamanho da peça, conforme arte/modelo aprovado pela administração. Tamanhos: 5 und – tamanho PP; 8 und - tamanho P; 8 und - tamanho M; 2 und – tamanho G; 2 und tamanho GG.	Unidade	25	125,50	3.137,50
Valor Total: (cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais)					**R$ 53.636,00**

EMPRESA VENCEDORA: J SUZUMURA GARCIA SILVA COMERCIO, CNPJ 59.251.842/0001-69					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
14	Sapatos para banda - características: couro sintético, solado em borracha antiderrapante, palmilha anatômica, costura reforçada, resistente á chuva, confortável para marcha prolongada. **Tamanhos**: **02 und** - tamanho 34; **06 Und** - tamanho 35; **12 und** - tamanho 36; **10 und** – tamanho 37; **07 und** - tamanho 38; **05 und** - tamanho 39; **02 und** tamanho 40; **03 und** - tamanho 42; **02 und** - tamanho 43; **01 Und** - tamanho 44.	Par	50	133,00	6.750,00
Valor Total: (seis mil, setecentos e cinquenta reais)					**R$ 6.750,00**

Cerro Corá/RN, 27 de agosto de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:5506250A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 015/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Cruzeta

Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN

Registro de Preços Eletrônico - 15/2026

Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA 75 LITROS: capacidade mínima 75l; voltagem: bivolt; potência: 1500 w; frequência: 50/60 HZ; temperatura de trabalho: 121ºC A 134ºC; pressão de trabalho: 1 KGF/CM³ A 3 KGF/CM³; produto com operação ampla e automática; produto resistente, de fácil instalação, operação e manutenção; secagem programável do material, com opção de ciclos extras; painel digital LCD com teclado de membrana e mensagens visuais e sonoras; câmaras de esterilização em aço inox, com muito mais resistência e durabilidade; controle do ciclo automático através de microprocessador eletrônico, com grande liberdade de ciclos programáveis; possibilita o ajuste de tempos de segundo a segundo e de temperatura de grau a grau tanto na esterilização quanto na secagem; os ciclos são controlados automaticamente através do microprocessador eletrônico SMT (surface mount technology); fecho da tampa de triplo estágio e porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminados; milhares de ciclos programáveis para escolher a melhor forma de esterilizar os mais diversos materiais; menor consumo de energia elétrica devido à atuação descontinua da resistência durante o ciclo; drenagem por circuito fechado do vapor excedente, através de tubulação de descarga; câmaras de esterilização em aço inox, com muito mais resistência e durabilidade; diversos sistemas de segurança automáticos, com mensagens visuais e sonoras; guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização; utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor. registro na ANVISA. - Valor Referência: R$ 20.109,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEDICAL IMPORT LTDA (67.680.402/0001-55)	Adjudicado em: 27/08/2026 - 11:42:06 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	BS	7.5	1	14.000,00

Item: 0002 - GABINETE ODONTOLÓGICO – Cadeira odontológica: com estrutura em aço, com tratamento anticorrosivo e proteção em PVC, articulação central entre assento e encosto, com pontos de ligação nas laterais da cadeira, apoio de braço curto fixo e outro escamoteável, facilitando sua entrada e saída. Encosto da cadeira em chapa de aço, sem parafusos aparentes, apoio de cabeça articulada com regulagem de altura. Base em chapa de aço fosfatizado, com isolação em PVC e tratamento anticorrosivo, evitando futuros sinais de oxidação e sem necessidade de fixação no piso, com movimentos silenciosos e sincronizados através de moto redutores elétricos totalmente isentos de óleo, evitando assim riscos com vazamentos e movimentos involuntários. Pintura lisa eletrostática a pó epóxi, estofamento ergonômico, macio injetado em PVC flexível e sem costura, com apoio lombar. Caixa de distribuição integrada a base da cadeira. Cadeira contendo (8) oito movimentos sendo, (4) quatro individuais e (4) quatro automáticos, sendo 3 programáveis pelo CD (volta à zero, Posição de trabalho 1 e PT2) e Last Posicion (última posição programada). Acionamento dos movimentos da cadeira feitos através de comando de pé independente móvel, com todas as funções da cadeira e peças de mão integradas. Equipo acoplado com Braço Pneumático: com mesa dotada de quatro terminais sendo: uma seringa tríplice, uma mangueira para baixa rotação, alta rotação, lisas, de fácil limpeza e desinfecção, com conexão borden dois furos, dispondo de sistema de regulagem do spray tipo anelar, bloco de acionamento dos instrumentos com regulagem da vazão, regulagem do spray (ar/ água) localiza na parte inferior da mesa feita de pelo próprio profissional, mesa com suporte para até (4) quatro pontas e com angulação de 45º graus, facilitando o acesso do profissional aos instrumentos, de fácil limpeza, suporte das mangueiras integrada a mesa do equipo (peça única),escalonado evitando a queda involuntária dos instrumentos. conforme TR. - Valor Referência: R$ 27.405,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Betaniamed Comercial Ltda (09.560.267/0001-08)	Adjudicado em: 27/08/2026 - 11:42:06 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	Consultório Linha CX One CX-8000	PRIME WELT/FOSHAN 1 CHUANGXIN MEDICAL		18.255,00

Item: 0003 - APARELHO DE LASER PARA FISIOTERAPIA: Equipamento de laser terapêutico de baixa potência com possibilidade de operação com 7 probes ou canetas de laser ou LED: Acompanha caneta toposcópica para localização dos pontos de acupuntura. Funcionamento: Deve ter a possibilidade de uso conectado à tomada ou utilizando somente a bateria O equipamento deve apresentar protocolos pré-programados e a possibilidade de salvar protocolos particulares, personalizando as aplicações conforme objetivo terapêutico. Os aplicadores devem ser constituídos em Acrílico e ABS para evitar alergias ao paciente. O aparelho deve ser acompanhado obrigatoriamente de 01 caneta 660nm, 01 caneta 808nm, 01 caneta 904nm, 01 óculos de proteção 200nm-1200nm e uma munhequeira (pulseira) ILIB, registro ANVISA, Garantia:12 meses contra defeitos de fabricação. - Valor Referência: R$ 3.908,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SZ HOSPITALAR LTDA (57.977.634/0001-16)	Adjudicado em: 27/08/2026 - 11:42:06 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	IBRAMED	LASERPULSE +P3+P4+P5	1	3.907,00

Item: 0004 - ULTRASSOM ODONTOLOGICO digital com 03 pontas e jato de bicabornato integrado autoclavável, 110/220v, 04 níveis de rotação da bomba peristáltica. Exclusivo sistema de capas autoclavavéis. bomba peristáltica e reservatório de liquido irrigante acoplado. 01 ano de garantia – chave seletora de potência em 3 posições. - Valor Referência: R$ 5.431,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
FP COMERCIO E SERVICOS EIRELI- ME (07.366.605/0001-40)	Adjudicado em: 27/08/2026 -11:42:06 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	SCALER JET	KONDENTECH	1	3.139,99

Item: 0005 - APARELHO DE AR CONDICIONADO DE CAPACIDADE MÍNIMA 12000 BTUS CLASSE A, procedência nacional, frio, com: selo PROCEL, time, baixo ruído, painel eletrônico, controle de temperatura, potência mínima de 819w, alimentação 220v e com garantia mínima de 12 meses. - Valor Referência: R$ 2.840,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ALCANCE VIBE LTDA (20.819.329/0001-96)	Adjudicado em: 27/08/2026 - 11:42:06 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	HW 12.000 BTU/H	Hisense	8	14.439,20

Item: 0006 - COMPUTADOR PORTÁTIAL NOTEBOOK CORE I7 - Notebook led 15.6" de procedência nacional, com processador Intel core I7 (11ª geração, no mínimo), sistema operacional Windows 11 (ou superior), 16GB de memória ram (ou superior), cache mínimo de 3 MB, barramento de no mínimo 3.5 ghz até 4.9 ghz, ssd de 480gb ou 1tb, som e microfone embutido, com wireless, webcam, conexões mínimas exigidas: 2 - USB 2.0, 1 - USB 3.0, 1 - VGA, 1 - RJ45, 1 - MIC-IN (microfone), 1 - fone de ouvido, 1 - fonte, 1 - hdmi, bateria de no mínimo 6 células, C/ garantia de 12 meses. - Valor Referência: R$ 7.165,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
K J DE M ANDRADE LTDA (49.385.374/0001-61)	Adjudicado em: 27/08/2026 - 11:42:06 - Por: Joaquim Jose de Medeiros	VAIO FE16	VAIO FE16	1	5.450,00

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS

Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:9EA3813E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 015/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Cruzeta

Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN

Registro de Preços Eletrônico - 15/2026

Resultado da Homologação

0001 - AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA 75 LITROS: capacidade mínima 75l; voltagem: bivolt; potência: 1500 w; frequência: 50/60 HZ; temperatura de trabalho: 121ºC A 134ºC; pressão de trabalho: 1 KGF/CM³ A 3 KGF/CM³; produto com operação ampla e automática; produto resistente, de fácil instalação, operação e manutenção; secagem programável do material, com opção de ciclos extras; painel digital LCD com teclado de membrana e mensagens visuais e sonoras; câmaras de esterilização em aço inox, com muito mais resistência e durabilidade; controle do ciclo automático através de microprocessador eletrônico, com grande liberdade de ciclos programáveis; possibilita o ajuste de tempos de segundo a segundo e de temperatura de grau a grau tanto na esterilização quanto na secagem; os ciclos são controlados automaticamente através do microprocessador eletrônico SMT (surface mount technology); fecho da tampa de triplo estágio e porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminados; milhares de ciclos programáveis para escolher a melhor forma de esterilizar os mais diversos materiais; menor consumo de energia elétrica devido à atuação descontinua da resistência durante o ciclo; drenagem por circuito fechado do vapor excedente, através de tubulação de descarga; câmaras de esterilização em aço inox, com muito mais resistência e durabilidade; diversos sistemas de segurança automáticos, com mensagens visuais e sonoras; guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização; utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor. registro na ANVISA. - BS - Valor Referência: R$ 20.109,00

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEDICAL IMPORT LTDA	14.000,00	14.000,00	Homologado em 27/08/2026 11:42:13 Por: Joaquim Jose de Medeiros

0002 - GABINETE ODONTOLÓGICO – Cadeira odontológica: com estrutura em aço, com tratamento anticorrosivo e proteção em PVC, articulação central entre assento e encosto, com pontos de ligação nas laterais da cadeira, apoio de braço curto fixo e outro escamoteável, facilitando sua entrada e saída. Encosto da cadeira em chapa de aço, sem parafusos aparentes, apoio de cabeça articulada com regulagem de altura. Base em chapa de aço fosfatizado, com isolação em PVC e tratamento anticorrosivo, evitando futuros sinais de oxidação e sem necessidade de fixação no piso, com movimentos silenciosos e sincronizados através de moto redutores elétricos totalmente isentos de óleo, evitando assim riscos com vazamentos e movimentos involuntários. Pintura lisa eletrostática a pó epóxi, estofamento ergonômico, macio injetado em PVC flexível e sem costura, com apoio lombar. Caixa de distribuição integrada a base da cadeira. Cadeira contendo (8) oito movimentos sendo, (4) quatro individuais e (4) quatro automáticos, sendo 3 programáveis pelo CD (volta à zero, Posição de trabalho 1 e PT2) e Last Posicion (última posição programada). Acionamento dos movimentos da cadeira feitos através de comando de pé independente móvel, com todas as funções da cadeira e peças de mão integradas. Equipo acoplado com Braço Pneumático: com mesa dotada de quatro terminais sendo: uma seringa tríplice, uma mangueira para baixa rotação, alta rotação, lisas, de fácil limpeza e desinfecção, com conexão borden dois furos, dispondo de sistema de regulagem do spray tipo anelar, bloco de acionamento dos instrumentos com regulagem da vazão, regulagem do spray (ar/ água) localiza na parte inferior da mesa feita de pelo próprio profissional, mesa com suporte para até (4) quatro pontas e com angulação de 45º graus, facilitando o acesso do profissional aos instrumentos, de fácil limpeza, suporte das mangueiras integrada a mesa do equipo (peça única),escalonado evitando a queda involuntária dos instrumentos. conforme TR. - Consultório Linha CX One CX-8000 - Valor Referência: R$ 27.405,00

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

Betaniamed Comercial Ltda	18.255,00	18.255,00	Homologado em 27/08/2026 11:42:13 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0003 - APARELHO DE LASER PARA FISIOTERAPIA: Equipamento de laser terapêutico de baixa potência com possibilidade de operação com 7 probes ou canetas de laser ou LED: Acompanha caneta toposcópica para localização dos pontos de acupuntura. Funcionamento: Deve ter a possibilidade de uso conectado à tomada ou utilizando somente a bateria O equipamento deve apresentar protocolos pré-programados e a possibilidade de salvar protocolos particulares, personalizando as aplicações conforme objetivo terapêutico. Os aplicadores devem ser constituídos em Acrílico e ABS para evitar alergias ao paciente. O aparelho deve ser acompanhado obrigatoriamente de 01 caneta 660nm, 01 caneta 808nm, 01 caneta 904nm, 01 óculos de proteção 200nm-1200nm e uma munhequeira (pulseira) ILIB, registro ANVISA, Garantia:12 meses contra defeitos de fabricação. - IBRAMED - Valor Referência: R$ 3.908,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SZ HOSPITALAR LTDA	3.907,00	3.907,00	Homologado em 27/08/2026 11:42:13 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0004 - ULTRASSOM ODONTOLOGICO digital com 03 pontas e jato de bicabornato integrado autoclavável, 110/220v, 04 níveis de rotação da bomba peristáltica. Exclusivo sistema de capas autoclavavéis. bomba peristáltica e reservatório de liquido irrigante acoplado. 01 ano de garantia – chave seletora de potência em 3 posições. - SCALER JET - Valor Referência: R$ 5.431,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FP COMERCIO E SERVICOS EIRELI-ME	3.139,99	3.139,99	Homologado em 27/08/2026 11:42:13 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0005 - APARELHO DE AR CONDICIONADO DE CAPACIDADE MÍNIMA 12000 BTUS CLASSE A, procedência nacional, frio, com: selo PROCEL, time, baixo ruído, painel eletrônico, controle de temperatura, potência mínima de 819w, alimentação 220v e com garantia mínima de 12 meses. - HW 12.000 BTU/H - Valor Referência: R$ 2.840,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ALCANCE VIBE LTDA	1.804,90	14.439,20	Homologado em 27/08/2026 11:42:13 Por: Joaquim Jose de Medeiros
0006 - COMPUTADOR PORTÁTIAL NOTEBOOK CORE I7 - Notebook led 15.6" de procedência nacional, com processador Intel core I7 (11ª geração, no mínimo), sistema operacional Windows 11 (ou superior), 16GB de memória ram (ou superior), cache mínimo de 3 MB, barramento de no mínimo 3.5 ghz até 4.9 ghz, ssd de 480gb ou 1tb, som e microfone embutido, com wireless, webcam, conexões mínimas exigidas: 2 - USB 2.0, 1 - USB 3.0, 1 - VGA, 1 - RJ45, 1 - MIC-IN (microfone), 1 - fone de ouvido, 1 - fonte, 1 - hdmi, bateria de no mínimo 6 células, C/ garantia de 12 meses. - VAIO FE16 - Valor Referência: R$ 7.165,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
K J DE M ANDRADE LTDA	5.450,00	5.450,00	Homologado em 27/08/2026 11:42:13 Por: Joaquim Jose de Medeiros
JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:59A2334B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO 1422/2026 - ABERTURA DE CREDITOS SUPLEMENTARES

DECRETO Nº 1422, DE 17 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.719.302,27, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE CRUZETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.719.302,27 (dois milhões, setecentos e dezenove mil, trezentos e dois reais e vinte e sete centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CRUZETA/RN, 17 de julho de 2026

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.719.302,27**
02 .002 SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL					**11.000,00**
	2002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.000,00
06 .006 SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE					**464.739,69**
	2012 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Infantil				**85.281,76**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	30.281,76
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	53.000,00
	2020 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Fundamental				**165.366,24**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	5.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	70.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.311,69
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	88.054,55
	2021 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino – EJA				**10.000,00**
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	10.000,00
	2025 Ofertar o Ensino Integral de forma gradativa nas Escolas da Rede Municipal de Ensino				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15460000	0001	20.000,00
	2014 Realização de Eventos Históricos-Artísticos-Culturais				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
	2149 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte				**57.811,69**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	29.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	22.311,69
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	6.500,00
	2150 Custeio dos Serviços de Transporte Escolar de Alunos				**101.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	101.000,00
	2158 Apoio e Realização do Aqui Acontece São João e Festival de Quadrilhas				**280,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	280,00
07 .007 SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**205.000,00**
	2027 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos				**180.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	145.000,00
	1028 Ampliação e Reforma do Cemitério Público Municipal				**25.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.000,00
09 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**929.955,64**

	2029 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**15.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2033 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Especializada em Saúde				**225.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	130.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	60.000,00
	1062 Manutenção do Centro Especializado em Atendimento Multifuncional CEAM				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.500,00
	1112 Aquisição de Equipamentos Destinado a Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária em Saúde				**97.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013120	0001	97.000,00
	2004 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária a Saúde				**530.455,64**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	40.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	98.450,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	20.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	47.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	314.605,64
	2183 Manutenção da Oferta de Medicamentos da Farmácia Básica Municipal				**60.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	30.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	30.000,00
10 .010 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**10.000,00**
	2145 Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
11 .011 SECRETARIA MUN AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PESCA					**1.043.606,94**
	2113 Apoio na Realização da Festa da Colheita				**360.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17010000	0001	350.000,00
	2165 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca				**583.606,94**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17000000	0001	462.106,94
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	61.500,00
	2167 Apoio na Realização do Torneio Leiteiro				**100.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	50.000,00
13 .013 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRUZETA					**55.000,00**
	2038 MANUTENCAO DAS ACOES DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
	2089 MANUTENCAO DAS ACOES DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2114 CONCESSÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**2.719.302,27**
02 .002 SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL					**11.000,00**
	2064 IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA MUNICIPAL				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.000,00
06 .006 SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE					**461.739,69**
	1009 Aquisição de Veículo destinado a manutenção e funcionamento das Atividades e Serviços da Secretaria				**122.959,69**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	122.959,69
	2012 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Infantil				**75.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	70.000,00
	2020 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Fundamental				**72.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	70.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	2.000,00
	2050 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE AEE				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00
	2149 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
	2152 Manutenção do Prograna de Alimentação Escolar - PNAE FUNDAMENTAL				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	12.000,00
	2162 Apoio as atividades da Associação Musical de Cruzeta - AMUSIC - Emenda Impositiva 1				**25.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	25.000,00
	1170 Manutenção do Setor Cultural				**16.780,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	280,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	10.000,00
	2163 Apoio a Associação Reivers Futsal - Emenda Impositiva 8				**20.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	20.000,00
	2051 Programa Escola em Tempo Integral - ENSINO FUNDAMENTAL				**101.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	50.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	51.000,00
07 .007 SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**1.117.106,94**
	1017 PAVIMENTAÇÃO URBANA DE VIAS PUBLICAS				**912.106,94**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	612.106,94
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	300.000,00
	1023 URBANIZAÇÃO DAS ENTRADAS E AVENIDAS DA CIDADE				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	10.000,00
	2027 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos				**100.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	15.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	15.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	45.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	25.000,00
	1021 Urbanização, Adequação e Sinalização de Acessos, Ruas e Avenidas				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
	2057 Implantação e Manutenção de Energias Renovaveis em Predios Publicos				**70.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	50.000,00

	2093 Contribuição ao Consórcio Regional de Resíduos Sólidos				**5.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	5.000,00
09 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**832.955,64**
	2029 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**80.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	60.000,00
	2033 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Especializada em Saúde				**295.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	180.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	30.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	35.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	10.000,00
	1062 Manutenção do Centro Especializado em Atendimento Multifuncional CEAM				**2.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	2.500,00
	2100 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Vigilância em Saúde				**53.450,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	12.500,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	30.950,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	10.000,00
	2088 Enfrentamento de Situações de Emergência, Calamidades Públicas e/ou Pandemias				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	20.000,00
	2179 Disponibilização de Ordem Cronológica e de Prioridades de Liberação de Exames e Consultas				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	10.000,00
	1112 Aquisição de Equipamentos Destinado a Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária em Saúde				**111.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	111.000,00
	2004 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária a Saúde				**261.005,64**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	50.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	191.005,64
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	20.000,00
10 .010 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**10.000,00**
	2124 Apoio a Associação Manoel Cipriano de Araujo - Emenda Impositiva				**10.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
11 .011 SECRETARIA MUN AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PESCA					**231.500,00**
	2116 Apoio a Associação Rural Comunidade Rio do Meio - Emendas Impositivas				**30.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	30.000,00
	2165 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca				**111.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	61.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
	2167 Apoio na Realização do Torneio Leiteiro				**24.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	24.000,00
	2174 Adequação do Aterro Controlado para destinação correta do lixo Urbano				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
	2176 Apoio e Incentivo a Pesca Artesanal				**16.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	8.000,00
	1201 Apoio a Associação dos Produtores Rurais da Cruzeta Velha e Colonia de Pescadores Emenda Impossitva				**40.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	40.000,00
13 .013 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRUZETA					**55.000,00**
	2042 PACTUAÇÃO DE PARCERIA PARA OFERTA DE SERVICOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**35.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	35.000,00
	2114 CONCESSÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	10.000,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:92EFAB65

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA 172/2026 - ALTERAÇÃO DO QDD JULHO/2026

PORTARIA Nº 172, DE 10 de julho de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE CRUZETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 710.900,00 (setecentos e dez mil e novecentos reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CRUZETA/RN, 10 de julho de 2026

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipio

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**710.900,00**
04 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E TRIBUTACAO					**36.000,00**
	2003 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E TRIBUTACAO				**36.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.000,00
06 .006 SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE					**422.000,00**
	2012 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Infantil				**78.000,00**

		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15421070	0001	15.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	38.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	25.000,00
	2020 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Fundamental				**270.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	100.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	70.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	100.000,00
	2149 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte				**56.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	44.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	12.000,00
	2150 Custeio dos Serviços de Transporte Escolar de Alunos				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	10.000,00
	2152 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE FUNDAMENTAL				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.000,00
07 .007 SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**69.900,00**
	2027 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1028 Ampliação e Reforma do Cemitério Público Municipal				**59.900,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17080000	0001	29.900,00
09 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**63.000,00**
	2033 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Especializada em Saúde				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	11.000,00
	2100 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Vigilância em Saúde				**12.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	12.000,00
	2004 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária a Saúde				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	40.000,00
11 .011 SECRETARIA MUN AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PESCA					**98.000,00**
	2113 Apoio na Realização da Festa da Colheita				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	10.000,00
	2165 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca				**83.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	38.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	45.000,00
13 .013 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRUZETA					**22.000,00**
	2089 MANUTENCAO DAS ACOES DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE				**11.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	11.500,00
	2106 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS				**10.500,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	16600000	0001	10.500,00
Anexo II (Redução)					**710.900,00**
04 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E TRIBUTACAO					**36.000,00**
	2003 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E TRIBUTACAO				**36.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	36.000,00
06 .006 SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE					**422.000,00**
	2012 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Infantil				**312.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	33.800,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	132.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	66.900,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	76.800,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15400000	0001	2.000,00
	2016 Implementação de Cursinho Preparatorio para o ENEN - IFRN				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	12.000,00
	2020 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Fundamental				**38.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	35.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	3.000,00
	2149 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte				**14.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	4.800,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	1.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.600,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	1.600,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	4.300,00
	2153 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE Pre-escola				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.000,00
	1170 Manutenção do Setor Cultural				**38.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	7.000,00
07 .007 SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**69.900,00**
	1021 Urbanização, Adequação e Sinalização de Acessos, Ruas e Avenidas				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1028 Ampliação e Reforma do Cemitério Público Municipal				**59.900,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	29.900,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17080000	0001	30.000,00
09 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**63.000,00**
	2029 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**51.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	40.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	11.000,00
	2004 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária a Saúde				**12.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	12.000,00
11 .011 SECRETARIA MUN AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PESCA					**98.000,00**
	2054 Apoio e Incentivo ao Produtor Rural da Agricultura Familiar - Emenda Impositiva				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2117 Apoio às campanhas Contra a Febre Aftosa e Brucelose				**5.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
	2165 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca				**52.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	26.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	26.000,00
	2169 Realização da Semana de Meio Ambiente				**6.000,00**

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	6.000,00
	2172 Fomentar a Bacia Leiteira				**19.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
	2174 Adequação do Aterro Controlado para destinação correta do lixo Urbano				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
13 .013 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRUZETA					**22.000,00**
	2038 MANUTENCAO DAS ACOES DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA				**3.500,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.500,00
	2106 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS				**18.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	10.500,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:99A9743E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA 172/2026 - ALTERAÇÃO DO QDD JULHO/2026

PORTARIA Nº 172, DE 10 de julho de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE CRUZETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 779.700,00 (setecentos e setenta e nove mil e setecentos reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CRUZETA/RN, 10 de julho de 2026

JOAQUIM JOSE DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**779.700,00**
04 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E TRIBUTACAO					**36.000,00**
	2003 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E TRIBUTACAO				**36.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.000,00
06 .006 SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE					**462.800,00**
	2012 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Infantil				**78.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15421070	0001	15.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	38.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	25.000,00
	2020 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Fundamental				**270.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	100.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	70.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	100.000,00
	2149 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte				**56.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	44.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	12.000,00
	2150 Custeio dos Serviços de Transporte Escolar de Alunos				**50.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	5.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	45.000,00
	2152 Manutenção do Prograna de Alimentação Escolar - PNAE FUNDAMENTAL				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.000,00
07 .007 SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**69.900,00**
	2027 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1028 Ampliação e Reforma do Cemitério Público Municipal				**59.900,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17080000	0001	29.900,00
09 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**63.000,00**
	2033 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Especializada em Saúde				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	11.000,00
	2100 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Vigilância em Saúde				**12.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	12.000,00
	2004 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária a Saúde				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	40.000,00
11 .011 SECRETARIA MUN AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PESCA					**126.000,00**
	2113 Apoio na Realização da Festa da Colheita				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	10.000,00
	2165 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca				**111.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	48.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	63.000,00
13 .013 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRUZETA					**22.000,00**
	2089 MANUTENCAO DAS ACOES DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE				**11.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	11.500,00
	2106 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS				**10.500,00**

		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	16600000	0001	10.500,00
Anexo II (Redução)					**779.700,00**
04 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E TRIBUTACAO					**36.000,00**
	2003 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E TRIBUTACAO				**36.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	36.000,00
06 .006 SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE					**462.800,00**
	2012 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Infantil				**312.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	33.800,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	132.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	66.900,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	76.800,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15400000	0001	2.000,00
	2016 Implementação de Cursinho Preparatorio para o ENEN - IFRN				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	12.000,00
	2020 Manutenção das Atividades e Serviços da Educação com Qualidade na modalidade de Ensino - Fundamental				**78.800,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	35.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	16.800,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15400000	0001	16.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	8.000,00
	2149 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte				**14.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	4.800,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	1.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.600,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	1.600,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	4.300,00
	2153 Manutenção do Prograna de Alimentação Escolar - PNAE Pre-escola				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.000,00
	1170 Manutenção do Setor Cultural				**38.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	7.000,00
07 .007 SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					**69.900,00**
	1021 Urbanização, Adequação e Sinalização de Acessos, Ruas e Avenidas				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1028 Ampliação e Reforma do Cemitério Público Municipal				**59.900,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	29.900,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17080000	0001	30.000,00
09 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**63.000,00**
	2029 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**51.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	40.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	11.000,00
	2004 Manutenção da Oferta das Atividades e Serviços de Atenção Primária a Saúde				**12.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	12.000,00
11 .011 SECRETARIA MUN AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PESCA					**126.000,00**
	2053 Apoio ao Produtor Rural - Corte de Terra - Emenda Impositiva 4				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2054 Apoio e Incentivo ao Produtor Rural da Agricultura Familiar - Emenda Impositiva				**18.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	18.000,00
	2117 Apoio às campanhas Contra a Febre Aftosa e Brucelose				**5.200,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.200,00
	2121 Melhoria no Abastecimento de Água do Município				**9.800,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.300,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2165 Manutenção das Atividades e Serviços da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca				**52.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	26.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	26.000,00
	2169 Realização da Semana de Meio Ambiente				**6.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	6.000,00
	2172 Fomentar a Bacia Leiteira				**19.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
	2174 Adequação do Aterro Controlado para destinação correta do lixo Urbano				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
13 .013 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRUZETA					**22.000,00**
	2038 MANUTENCAO DAS ACOES DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA				**3.500,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.500,00
	2106 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS				**18.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	10.500,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:8EE2A7FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 033/2026

Decreto Suplementar Nº 033/2026

Doutor Severiano/ RN, 01 de julho de 2026.

Anulação e Suplementação de Despesas.

A **Prefeita Municipal de Doutor Severiano/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional "suplementar" no valor de R$ 1.113.229,33 (um milhão e cento e treze mil e duzentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
II - Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
III - Excesso de arrecadação a verificar no corrente exercício.
IV – Reserva de Contigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Doutor Severiano/RN, 01 de julho de 2026.

MARIA DE FATIMA LEITE GONCALVES
Prefeita Municipal

ANEXO

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIA

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de Doutor Severiano			
2003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
2.3 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO			
36 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:			**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 50.000,00**
2007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
1.40 - RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS			
340 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15000000	R$ 30.000,00
Total da Ação:			**R$ 30.000,00**
2.16 - MANUTENÇÃO DE LIMPEZA URBANA			
389 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15000000	R$ 60.000,00
Total da Ação:			**R$ 60.000,00**
2.82 - RECURSOS DO REPASSE DE ROYALTIES E FUNDO ESPECIAL			
392 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 17040000	R$ 26,00
Total da Ação:			**R$ 26,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 90.026,00**
2014 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
2.19 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIO POR FORÇA DE MANDADO JUDICIAL			
428 - 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais		Fonte: 15000000	R$ 46.890,03
Total da Ação:			**R$ 46.890,03**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 46.890,03**
2021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
2.37 - Família Usuária da Politica Pública			
419 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		Fonte: 15000000	R$ 15.000,00
Total da Ação:			**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 15.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde do Município Doutor Severiano			
2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
2.13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
68 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		Fonte: 15001002	R$ 50.000,00
79 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		Fonte: 15001002	R$ 30.000,00
Total da Ação:			**R$ 80.000,00**
2.23 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE			
319 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		Fonte: 15001002	R$ 100.000,00
Total da Ação:			**R$ 100.000,00**
2.25 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ESF			
98 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 16000000	R$ 29.600,00
Total da Ação:			**R$ 29.600,00**
2.27 - Incentivo Financeiro da APS - Sáude Bucal			
103 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado		Fonte: 16000000	R$ 60.000,00
Total da Ação:			**R$ 60.000,00**
2.30 - REPASSE DO FNS/Demais Programas - Serviços e Equipes da Atenção Primária à Saúde			
119 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		Fonte: 16000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
2.36 - Atenção à Saude da População para Procedimentos no Mac			
166 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 16000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
2.40 - REPASSE SUS - OUTROS PROGRAMAS FUNDO A FUNDO			
136 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		Fonte: 16000000	R$ 30.000,00
Total da Ação:			**R$ 30.000,00**
2.46 - CONTRA PARTIDA DO PROG DE ASSISTENCIA FARMACÊUTICA			

169 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15001002	R$ 60.000,00
Total da Ação:		**R$ 60.000,00**
2.66 - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE		
157 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 16000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:		**R$ 2.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 381.600,00**
4 - Fundo Municipal de Educação Doutor Severiano		
2006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME		
2.11 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FUNDEB 70%		
240 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15401070	R$ 200.000,00
Total da Ação:		**R$ 200.000,00**
2.81 - TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSO FUNDEB 30%		
277 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15400000	R$ 203.320,00
Total da Ação:		**R$ 203.320,00**
2.88 - CONTRA PARTIDA DA MERENDA ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL		
278 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15001001	R$ 40.000,00
Total da Ação:		**R$ 40.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 443.320,00**
5 - Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano		
2010 - FUNPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
2.287 - MANUTENÇÃO DO FUNPREV		
489 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 18020000	R$ 50.000,00
Total da Ação:		**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 50.000,00**
6 - Fundo Municipal de Assistência Social de Doutor Severiano		
2009 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.38 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SCFV/PBF		
455 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 16600000	R$ 6.000,00
457 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 16600000	R$ 10.000,00
Total da Ação:		**R$ 16.000,00**
2.76 - REPASSE FNAS - PROGRAMA PRIM. INFANCIA NO SUAS		
410 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 16600000	R$ 15.000,00
Total da Ação:		**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 31.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 1.113.229,33

Redução

2 - Prefeitura Municipal de Doutor Severiano		
2003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
1.39 - Construção de um Auditório Municipal		
367 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:		**R$ 5.000,00**
2.3 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO		
38 - 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:		**R$ 10.000,00**
2.78 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL		
54 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:		**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 25.000,00**
2007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
1.40 - RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
348 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 15.000,00
349 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 17050000	R$ 9.200,00
Total da Ação:		**R$ 24.200,00**
2.12 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
376 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:		**R$ 50.000,00**
2.63 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO		
398 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 20.000,00
399 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15000000	R$ 25.000,00
Total da Ação:		**R$ 45.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 119.200,00**
2014 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
2.15 - CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS		
515 - 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:		**R$ 10.000,00**
2.44 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANCAS		
466 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:		**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 20.000,00**
2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E CIDADANIA		
2.72 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DA JUVENTUDE E CIDADANIA		
416 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 22.716,03
Total da Ação:		**R$ 22.716,03**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 22.716,03**
2021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.20 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
442 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 15.000,00
Total da Ação:		**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 15.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde do Município Doutor Severiano		
2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
1.14 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE		
329 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15001002	R$ 140.000,00
330 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 17550000	R$ 10.150,00

Total da Ação:			**R$ 150.150,00**
	1.15 - Aquisição de Veiculo para o Transporte dos Agentes de Endemia		
	694 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15001002	R$ 100.000,00
Total da Ação:			**R$ 100.000,00**
	1.20 - Implantação de Academia da Saúde nas Comunidades Rurais		
	161 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 16590000	R$ 26.334,00
Total da Ação:			**R$ 26.334,00**
	2.118 - Incremento ao Custeio da Atenção Primária/Emenda parlamentar		
	701 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 27063120	R$ 570,00
Total da Ação:			**R$ 570,00**
	2.119 - Incremento ao Custeio da Atenção Primária/Emenda Parlamentar		
	708 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 27063120	R$ 4.823,30
Total da Ação:			**R$ 4.823,30**
	2.13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
	76 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15001002	R$ 30.000,00
Total da Ação:			**R$ 30.000,00**
	2.59 - TRANFERENCIA DO SUS - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS		
	146 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 16590000	R$ 75.116,00
Total da Ação:			**R$ 75.116,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 386.993,30**
4 - Fundo Municipal de Educação Doutor Severiano			
2006 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME			
	2.107 - Programa Escola em Tempo Integral		
	663 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15460000	R$ 23.320,00
Total da Ação:			**R$ 23.320,00**
	2.11 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FUNDEB 70%		
	239 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15421070	R$ 200.000,00
Total da Ação:			**R$ 200.000,00**
	2.22 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30%		
	300 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15400000	R$ 30.000,00
Total da Ação:			**R$ 30.000,00**
	2.7 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
	219 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15001001	R$ 50.000,00
Total da Ação:			**R$ 50.000,00**
	2.86 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - REC. PRÓPRIO		
	307 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15001001	R$ 40.000,00
Total da Ação:			**R$ 40.000,00**
	2.9 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FUNDEB 30%		
	232 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15400000	R$ 100.000,00
Total da Ação:			**R$ 100.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 443.320,00**
5 - Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano			
2010 - FUNPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
	2.287 - MANUTENÇÃO DO FUNPREV		
	483 - 3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 18020000	R$ 8.500,00
	487 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 18020000	R$ 8.500,00
	491 - 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	Fonte: 18020000	R$ 1.500,00
	494 - 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 18020000	R$ 1.500,00
	495 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	Fonte: 18020000	R$ 2.500,00
	498 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 18020000	R$ 15.000,00
Total da Ação:			**R$ 37.500,00**
	2.288 - PAGAMENTO DOS BENEFICIOS PREVIDÊNCIARIOS		
	505 - 3.1.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	Fonte: 18001111	R$ 2.500,00
	507 - 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	Fonte: 18001111	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 12.500,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 50.000,00**
6 - Fundo Municipal de Assistência Social de Doutor Severiano			
2009 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
	2.67 - REPASSE DO FNAS - MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS		
	472 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 16650000	R$ 31.000,00
Total da Ação:			**R$ 31.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 31.000,00**

Valor total Reduzido: R$ 1.113.229,33

MARIA DE FATIMA LEITE GONCALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:9095B3FC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 23/2026

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-00, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 14/2026**, publicada no **26/08/2026,** processo administrativo nº **713002**/**2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação

Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Registro de Preços para futura aquisições de MEDICAMENTOS, destinados atender a demanda da Unidade Hospitalar e nas manutenções das unidades de saúde/estratégia da família, do município de Felipe Guerra, através do Fundo Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referência).**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de* ***Licitação nº 14/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 42.092.374/0001-24, End. 99704-480 Linho, Erechim/RS, representado por CAMILA LIOTTO – CPF: 036.556.450-82

Fornecedor: **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**		
CNPJ: **42.092.374/0001-24**	Telefone: **5437123655**	Email:
Endereço: **Rua Pernambuco, 0 de 1501 a 2049 - lado ímpar, Linho, Erechim/RS, CEP: 99704-480**		
Representante: **CAMILA LIOTTO** - CPF: **036.556.450-82**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
67	DEXCLORFERINAMINA COMPRIMIDO 2MG	neo quimica	Comprimi	12000	R$ 0,06	R$ 720,00
72	DIGOXINA 0,25MG	teuto	Comprimi	4800	R$ 0,18	R$ 864,00
134	NIFEDIPINO 20MG	neo quimica	Comprimi	14000	R$ 0,11	R$ 1.540,00
159	TENOXICAN 20 MG	uniao quimica	AMPOLAS	4400	R$ 7,36	R$ 32.384,00

R$ 35.508,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e oito reais)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.ppodendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, conforme o caso.*

No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
CPF: XXX.752.184-XX
Representante Legal do Órgão Gerenciador

CAMILA LIOTTO
CPF: XXX.556.450-XX
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:21D3E035

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 24/2026

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-00, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 14/2026**, publicada no **26/08/2026,** processo administrativo nº **713002**/**2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Registro de Preços para futura aquisições de MEDICAMENTOS, destinados atender a demanda da Unidade Hospitalar e nas manutenções das unidades de saúde/estratégia da família, do município de Felipe Guerra, através do Fundo Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referência).**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de* ***Licitação nº 14/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: HOSP MEDICAL - COMERC. DE MATER. MEDICO E MEDICAM. HOSP.LTDA - CNPJ: 33.160.739/0001-10, End. RUA MAJOR ZEZINHO, 333, PARAIBA, Caicó/RN, CEP: 59300-000, representado por JOAO EUFRAZIO DE MEDEIROS NETO – CPF: 538.544.974-15

Fornecedor: **HOSP MEDICAL - COMERC. DE MATER. MEDICO E MEDICAM. HOSP.LTDA**		
CNPJ: **33.160.739/0001-10**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA MAJOR ZEZINHO, 333, PARAIBA, Caicó/RN, CEP: 59300-000**		
Representante: **JOAO EUFRAZIO DE MEDEIROS NETO** - CPF: **538.544.974-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	AAS 100MG	IMEC	Comprimi	5200	R$ 0,04	R$ 208,00
2	ACEBROFILINA XAROPE 50MG/5ML 120ML	CIMED	FRASCO	1400	R$ 4,58	R$ 6.412,00
3	ÁCIDO FÓLICO 5MG	NATULAB	Comprimi	7000	R$ 0,05	R$ 350,00
4	ADENOSINA INJETÁVEL 3MG/ML	HIPOLABOR	AMPOLAS	800	R$ 11,37	R$ 9.096,00
8	AGUA PARA INJEÇÃO APIROGENICA INJETÁVEL 10 ML	FARMACE	AMPOLAS	8000	R$ 0,19	R$ 1.520,00
12	ALPRAZOLAN 2MG	GERMED	Comprimi	3000	R$ 0,15	R$ 450,00
13	AMBROXOL XAROPE 30MG/5ML 120ML	FARMACE	FRASCO	3600	R$ 2,78	R$ 10.008,00
18	AMOXICILINA 50MG	UNICHEM	Comprimi	12000	R$ 0,21	R$ 2.520,00
22	ATENOLOL 100MG	VITAMEDIC	Comprimi	34000	R$ 0,11	R$ 3.740,00
41	CEFALOTINA 1G	BLAU	AMPOLAS	3600	R$ 5,26	R$ 18.936,00
42	CEFTRIAXONA 1G	BLAU	AMPOLAS	4800	R$ 4,01	R$ 19.248,00
50	CLONAZEPAM 0,5 MG	GEOLAB	Comprimi	2200	R$ 0,07	R$ 154,00
51	CLONAZEPAM 2 MG	GEOLAB	Comprimi	2200	R$ 0,06	R$ 132,00
66	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 2MG/5ML 100ML	NATULAB	FRASCO	2400	R$ 1,88	R$ 4.512,00
71	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG	GEOLAB	Comprimi	12000	R$ 0,08	R$ 960,00
73	DIPIRONA SÓDICA 1G AMPOLA C /2ML	SANTISA	AMPOLAS	12000	R$ 0,65	R$ 7.800,00
74	DIPIRONA 500MG	GREEN PHARMA	Comprimi	32000	R$ 0,12	R$ 3.840,00
80	ENALAPRIL 20MG	CIMED	Comprimi	44000	R$ 0,06	R$ 2.640,00
86	FENITOINA 50MG/ML	TEUTO	AMPOLAS	600	R$ 2,39	R$ 1.434,00
91	FUROSEMIDA 40MG	PRATI D.	Comprimi	22000	R$ 0,06	R$ 1.320,00
95	GENTAMICINA SULFATO SOLUÇÃO INJETÁVEL 80MG	SANTISA	AMPOLAS	4000	R$ 0,92	R$ 3.680,00
97	GLICOSE 25% 10ML FRASCO	EQUIPLEX	FRASCO	1200	R$ 0,43	R$ 516,00
103	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	CIMED	Comprimi	160000	R$ 0,03	R$ 4.800,00
125	METRONIDAZOL 250MG	PRATI D.	Comprimi	3600	R$ 0,17	R$ 612,00
129	MIDAZOLAN INJETÁVEL 5MG/ 5ML	CRISTALIA	AMPOLAS	6000	R$ 2,41	R$ 14.460,00

130	MORFINA 10MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMPOLAS	1200	R$ 2,05	R$ 2.460,00
135	NIMESULIDA 100MG	CIMED	Comprimi	12000	R$ 0,07	R$ 840,00
139	NOREPINEFRINA 2MG/ML	HIPOLABOR	AMPOLAS	600	R$ 1,27	R$ 762,00
141	OMEPRAZOL INJETÁVEL 40MG	BLAU	AMPOLAS	3600	R$ 7,96	R$ 28.656,00
142	OXACILINA 500MG	BLAU	AMPOLAS	1400	R$ 4,41	R$ 6.174,00
153	SINVASTATINA 40MG	CIMED	Comprimi	7000	R$ 0,13	R$ 910,00

R$ 159.150,00 (cento e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta reais)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal apôs a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.ppodendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, conforme o caso, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, conforme o caso.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
CPF: XXX.752.184-XX
Representante Legal do Órgão Gerenciador

JOAO EUFRAZIO DE MEDEIROS NETO
CPF: XXX.544.974-XX
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:CB8AE6ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 26/2026

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-00, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, por seus representantes legais,

considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 14/2026**, publicada no **27/08/2026,** processo administrativo nº **713002**/**2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Registro de Preços para futura aquisições de MEDICAMENTOS, destinados atender a demanda da Unidade Hospitalar e nas manutenções das unidades de saúde/estratégia da família, do município de Felipe Guerra, através do Fundo Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referência).**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de **Licitação nº 14/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 16.553.940/0001-48, End. 99704-320 nº , BELA VISTA, ERECHIM/RS, representado por MILENA ZICATTO – CPF: XXX.018.940-XX

Fornecedor: **MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**		
CNPJ: **16.553.940/0001-48**	Telefone: **5431948660**	Email:
Endereço: **RUA SERGIPE, 0 TERREO, BELA VISTA, ERECHIM/RS, CEP: 99704-320**		
Representante: **MILENA ZICATTO** - CPF: **XXX.018.940-XX**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
53	CLORETO DE POTÁSSIO SOLUÇÃO INJETÁVEL A 19,1% C 10ML	samtec	AMPOLAS	2000	R$ 0,51	R$ 1.020,00
79	ENALAPRIL 10MG	generico/1farma	Comprimi	38000	R$ 0,06	R$ 2.280,00
131	NACL 20% (CLORETO DE SÓDIO)	samtec	AMPOLAS	1200	R$ 0,51	R$ 612,00

R$ 3.912,00 (três mil, novecentos e doze reais)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.ppodendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, conforme o caso, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, conforme o caso.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
CPF: XXX.752.184-XX
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MILENA ZICATTO
CPF: XXX.018.940-XX
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:6A90B2F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 724044/2026
Origem: ARP Nº 040/2025.2
Processo originário: 04120001/2025
Procedimento originário: Pregão Eletrônico nº 040/2025
Órgão: Prefeitura Municipal de Apodi/RN

No prédio Sede da **Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN,** inscrito no CNPJ sob o nº 08.349.086/0001-74, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, situada à Rua João Batista Gurgel, nº 97, Cidade Alta, Centro, Felipe Guerra/RN, CEP 59.795-000, por seus representantes legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das demais normas legais aplicáveis, em face da Adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, cujos dados do processo, do procedimento originário e do órgão de origem já foram indicados, firmam o presente instrumento, que será **datado e assinado eletronicamente** pelas partes, para todos os fins de direito.

1.1. O presente Termo de Adesão tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de veículo novo, zero quilômetro, tipo minivan, com capacidade para 07 (sete) lugares, destinado ao transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme condições, quantitativos e especificações estabelecidos no Termo de Referência., anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2025, o qual integra a presente Ata, bem como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.1. Os preços ofertados pelas empresas abaixo classificadas em primeiro lugar, por objeto/ITEM, signatárias da presente Ata de Registro de Preços assim constam:

Fornecedor	**SOCEL TERRASAL VEICULOS LTDA**
CNPJ	13.536.641/0001-07
Endereço	AV PRESIDENTE DUTRA, 499-A, ILHA DE SANTA LUZIA – MOSSORO/RN
Telefone	(84) 99909-0480
Email	meiri.fernandes@terrasal.com.br
Representante	ERICO SOARES FERNANDES
CPF	733.###.###.72

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R$)	Vlr. Total (R$)
1	**VEICULOS MOTORIZADOS DE PASSAGEIROS** - Veículo automotor zero km, ano/modelo 2026, tipo minivan com capacidade para 7 ocupantes (incluindo motorista) - apresentar no **mínimo** as seguintes características técnicas: câmbio automático de no mínimo seis velocidades a frente e uma a ré, pintura na cor branca; faróis, de neblina; motor com potência mínima de 110 cv ou superior; abastecido com gasolina ou totalflex; direção elétrica; ar-condicionado quente e frio; tanque de combustível com capacidade de no mínimo 50 litros; travas e vidros elétricos nas quatro portas; cinto de segurança com três pontos para todos os ocupantes; alarme antifurto; sistema de freios com abs, computador de bordo; espelhos retrovisores externos com ajuste elétrico; desembaçador e lavador do vidro traseiro; sistema multimídia original de fábrica composto por rádio AM/FM com entrada usb, alto falantes instalados e em funcionamento; porta-malas com no mínimo 150 litros de capacidade; rodas de liga leve; controle de tração e estabilidade; assistente para partida em rampa, Apresentar ainda todos os equipamentos exigidos pelo código brasileiro de trânsito e CONTRAN. **Garantia total de no mínimo 36 meses (3 ANOS).** A empresa contratada será totalmente **responsável por assegurar a manutenção da garantia de fábrica dos veículos durante o período acordado.** Devidamente emplacada junto ao Detran/RN.	**UND**	**01**	**R$ 159.980,00**	**R$ 159.980,00**
R$ 159.980,00 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta reais)					

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência a partir de sua assinatura até 19 de janeiro de 2027, observadas as disposições legais aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.
Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material/Serviço, objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da
14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou exoneração de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.1. Conforme Termo de Referência.

6.1. Conforme Termo de Referência.

7.1. Conforme Termo de Referência.

8.1. Conforme Termo de Referência.

9.1. Conforme Termo de Referência.

10.1. Conforme Termo de Referência.

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento de Material/serviço, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;
Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
Tiver presentes razões de interesse público. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município/FEMURN, conforme o disposto no art. 176 da Lei nº 14.133/21.
As adesões também serão divulgadas no Portal da Transparência do Município em aba própria.

Integra este Termo de Adesao o Edital, Propostas e Ata indicados no início deste Termo;
Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto próprio.
As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca de Apodi RN, com exclusão de qualquer outro.
A vigência deste Termo de Adesão é contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município/FEMURN, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

O presente Termo de Adesão, após lido e achado conforme, é assinado pelo representante legal da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra do Estado do Rio grande do Norte e do(s) Fornecedor Beneficiário (s) indicado (s) acima.

Felipe Guerra/RN, datado e assinado eletronicamente

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CNPJ: 08.349.086/0001-74
Pela Contratante

ERICO SOARES FERNANDES
Representante Legal
Pela Contratada

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:A690705D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

GABINETE CIVIL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 052/2026

Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes

O(A) Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes – RN, com sede no(a) Rua Jose Carlos, 95, na Cidade de Frutuoso Gomes - RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.052/0001 - 80, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Ismael Severino Juvencio Araújo, empossado no dia 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, publicada na data de 31/07/2026, processo administrativo n.º 029007027/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 001.2024, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de equipamentos hospitalares destinados a atender às necessidades das unidades de saúde do Município de Frutuoso Gomes/RN.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Dental Distimed LTDA (50.894.798/0001 - 30)

Endereço: Rua Vicente Fernandes, 09, M. Dutra (COHAB) – Pau dos Ferros – RN, Cep. nº 59.900-000, Fone/Fax (84) 99927 – 9905 – E-mail: dentalnunes1@hotmail.com

Item	Material	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
2	14813 - Armário Vitrine 02 PORTAS | AÇO OU FERRO PINTADO | VIDRO Armário Vitrine 02 PORTAS | AÇO OU FERRO PINTADO | VIDRO Marca: SALUTEM	Und	2	1.500,00	3.000,00
10	14821 - Cadeira de Banho/ Higiênica - MATERIAL DE CONFECÇÃO | ESTRUTURA | CAPACIDADE | COLETOR: AÇO | INOXIDÁVEL | ATÉ 150 KG | SEM COLETOR APOIO DE BRAÇO: POSSUI | APOIO DE PÉS: POSSUI Cadeira de Banho/ Higiênica - MATERIAL DE CONFECÇÃO | ESTRUTURA | CAPACIDADE | COLETOR: AÇO | INOXIDÁVEL | ATÉ 150 KG | SEM COLETOR APOIO DE BRAÇO: POSSUI APOIO DE PÉS: POSSUI Marca: DALLAMED	Und	2	409,98	819,96
11	14822 - Cadeira de Rodas Adulto - MATERIAL DE CONFECÇÃO | APOIO PARA BRAÇOS| APOIO PARA PÉS | ELEVAÇÃO DE PERNAS: AÇO OU FERRO PINTADO | ESCAMOTEÁVEL | REMOVIVEL | COM ELEVAÇÃO Cadeira de Rodas Adulto - MATERIAL DE CONFECÇÃO | APOIO PARA BRAÇOS| APOIO PARA PÉS | ELEVAÇÃO DE PERNAS: AÇO OU FERRO PINTADO | ESCAMOTEÁVEL | REMOVIVEL | COM ELEVAÇÃO Marca: DALLAMED	Und	3	610,00	1.830,00
12	14823 - Cadeira de Rodas para Obeso - CAPACIDADE | BRAÇOS | PÉS: DE 160 KG A 199 KG | ESCAMOTEÁVEL | REMOVÍVEL Cadeira de Rodas para Obeso - CAPACIDADE | BRAÇOS | PÉS: DE 160 KG A 199 KG | ESCAMOTEÁVEL | REMOVÍVEL Marca: DALLAMED	Und	1	1.250,00	1.250,00
13	14824 - Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica - CABECEIRA E PESEIRA REMOVÍVEIS/COLCHÃO: POSSUI/POSSUI Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica - CABECEIRA E PESEIRA REMOVÍVEIS/COLCHÃO: POSSUI/POSSUI Marca: SALUTEM	Und	6	4.200,00	25.200,00
14	14825 - Cama Hospitalar Tipo Fawler Elétrica - Estrutura em aço com tratamento antioxidante e acabamento com pintura em epóxi ou material superior com para choques rotativos. Cama Hospitalar Tipo Fawler Elétrica - Estrutura em aço com tratamento antioxidante e acabamento com pintura em epóxi ou material superior com para choques rotativos. Movimentos Mínimos: Cabeceira, Fawler, Dorso,Trendelemburg, Reverso do Trendelemburg, Cardíaco, Pernas. Elevação de Altura, membranas integradas nas grades do dorso com acesso interno/externo e comando supervisor móvel na peseira. Grades laterais articuláveis e fabricadas em polietileno ou material compatível, deslocamento transversal da descida, indicador de inclinação de dorso e trendelemburg, regressão abdominal.Cabeceira e peseira com travas de segurança fabricadas em polipropileno ou material similar, com rota de fulga para paciente. Dimensões internas mínimas de 1960mm de comprimento e largura de 860mm.Altura mínima de elevação max. de 410mm.. Grau de proteção da cama IPX4 e grau de proteção individual dos motores IP66. Circuito de comando digital e fonte integrada em uma mesma unidade. Certificado de conformidade IEC-60601-2-52 IEC-60601-1 ou Normas Brasileiras equivalentes. Acionamento através de controle remoto a fio ou teclado de membrana localizado nas grades/peseira.Rodízios de no mínimo 125mm, totalmente em material plástico com freios individuais.Capacidade de carga de no mínimo 200Kg. Acompanha colchão mínimo densidade 28, capa impermeável e livre de látex.Alimentação bivolt automática. Marca: SALUTEM	Und	2	6.999,90	13.999,80
15	14828 - Carro de Curativos - MATERIAL DE CONFECÇÃO | ACESSÓRIOS: AÇO INOXIDAVEL | BALDE E BACIA Carro de Curativos - MATERIAL DE CONFECÇÃO | ACESSÓRIOS: AÇO INOXIDAVEL | BALDE E BACIA Marca: SALUTEM	Und	1	1.135,00	1.135,00
17	14830 - Carro Maca Simples - MATERIAL DE CONFECÇÃO | GRADES LATERAIS: AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMINIO | POSSUI Carro Maca Simples - MATERIAL DE CONFECÇÃO | GRADES LATERAIS: AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMINIO | POSSUI Marca: SALUTEM	Und	2	3.399,99	6.799,98
21	14834 - Desfibrilador Convencional - Desfibrilador Convencional - Equipamento com escala de energia monofásica (até 360 Joules) ou bifásica (1 a 200 Joules). Temo de carga: menor que 7 segundos para atingir a carga máxima. Deve possuir: Monitorização de ECG, Pás de choque, Modo sincronizado e marcapassou externo não invasivo. Tela/Display: LCD ou TFT colorida de alta resolução (mínimo 7 polegadas); Alimentação: Bivolt automático (100-240V) e Bateria Interna Recarregável; Autonomia da Bateria: Mínimo de 2 a 3 horas de monitoração ou >50 choques na carga máxima; Armazenamento de Dados: Memória interna para eventos, curvas de ECG e alarmes; Impressora Térmica: Integrada, para registro de tiras de ritmo e relatórios de eventos. Possuir requisitos de segurança e normas: proteção contra desfibrilação, alarmes visual e sonoros e Certificação na ANVISA e conformidade com normas NBR IEC 60601-2-4 (específica para desfibriladores). Marca: CMOS	Und	1	14.000,00	14.000,00
22	14844 - Destilador de Água - CAPACIDADE: ATÉ 5 LITROS/HORA Destilador de Água - CAPACIDADE: ATÉ 5 LITROS/HORA Marca: BIOTRON	Und	2	1.190,00	2.380,00
23	14845 - Foco Cirúrgico de Solo Móvel - TIPO: LED 81.000 A 130.000 LUX Foco Cirúrgico de Solo Móvel - TIPO: LED 81.000 A 130.000 LUX Marca: MEDPEJ	Und	1	22.386,00	22.386,00
25	14848 - Mesa Auxiliar - DIMENSÃO | MAT.CONFECÇÃO: DE 40X40X80CM A 40X60X80CM | AÇO INOXIDÁVEL Mesa Auxiliar - DIMENSÃO | MAT.CONFECÇÃO: DE 40X40X80CM A 40X60X80CM | AÇO INOXIDÁVEL Marca: SALUTEM	Und	1	689,98	689,98
26	14849 - Mesa de Cabeceira - MATERIAL DE CONFECÇÃO | GAVETA | PORTA: MADEIRA MDP OU MDF | POSSUI | POSSUI Mesa de Cabeceira - MATERIAL DE CONFECÇÃO | GAVETA | PORTA: MADEIRA MDP OU MDF | POSSUI | POSSUI Marca: SALUTEM	Und	8	724,83	5.798,64
27	14850 - Mesa de Mayo - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL Mesa de Mayo - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL Marca: SALUTEM	Und	3	544,33	1.632,99
29	14853 - Monitor Multiparâmetros Monitor Multiparâmetros - Equipamento deve possuir as seguintes característicascom e recursos: Parâmetros de Monitorização (Módulos), : ECG (Eletrocardiograma): Monitoração de 3 ou 5 derivações (I, II, III, aVR, aVL, aVF, V),	Und	2	6.719,80	13.439,60

	detecção de arritmias, análise do segmento ST e detecção de marcapasso.; SpO2 (Oximetria de Pulso): Faixa de medição de 0 a 100%, com exibição da curva plestimográfica. Opção de oximetria de alta sensibilidade (ex: Nellcor/Masimo);. PNI (Pressão Não Invasiva): Modos manual, automático (intervalos configuráveis) e sequencial.; RESP (Respiração): Método de impedância torácica, com ajuste de ganho e alarme de apneia;. TEMP (Temperatura): Dois canais de temperatura (esofágica/retal/cutânea). Tela e Interfaces: Display colorido (TFT LCD), tamanho mínimo de 12 polegadas, touchscreen, com alta resolução (mínimo 1024x768).; Interface: Navegação intuitiva, capacidade de exibir pelo menos 7 formas de onda simultâneas;. Alarmes: Sistema de alarmes visuais e sonoros inteligentes, com níveis de prioridade configuráveis (alto, médio, baixo).; Operação: Teclas de atalho para funções rápidas e botão rotativo ou touch screen. . Recursos de Dados e Conectividade: Tendências: Armazenamento de dados históricos (tendências gráficas e tabulares) por no mínimo 72 horas.; Interface: Saída para sistema de Central de Monitorização (via cabo de rede RJ45 ou Wi-Fi) e integração via protocolo HL7 para prontuários eletrônicos;. Bateria interna recarregável de íon-lítio com autonomia mínima de 2 a 4 horas para transporte interno. Requisitos Gsrais. Modos de Paciente: Configurações específicas para Adulto, Pediátrico e Neonatal.; Segurança Elétrica: Proteção contra descarga de desfibrilador e interferência de eletrocautério.; Certificação: Deve possuir registro vigente na ANVISA. Marca: CMOS				
30	14854 - Nebulizador Portátil Nebulizador Portátil - - NÚMERO DE SAÍDAS SIMULTÂNEAS: 01 - TIPO: COMPRESSOR Marca: DALLAMED	Und	4	109,00	436,00
31	14855 - Poltrona Hospitalar Poltrona Hospitalar - MAT. DE CONFECÇÃO | ASSENTO E ENCOSTO | CAPACIDADE | RECLINAÇÃO: AÇO OU FERRO PINTADO | ESTOFADO COURVIN | ATÉ 150 KG | ACIONAMENTO MANUAL Marca: SALUTEM	Und	6	1.389,82	8.338,92
34	14860 - Seladora - TIPO | APLICAÇÃO: MANUAL | GRAU CIRÚRGICO Seladora - TIPO | APLICAÇÃO: MANUAL | GRAU CIRÚRGICO Marca: 2I	Und	3	369,00	1.107,00
35	14861 - Suporte de Hamper - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL Suporte de Hamper - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL Marca: SALUTEM	Und	2	510,93	1.021,86
36	14862 - Suporte de Soro - TIPO/MATERIAL DE CONFECÇÃO: PEDESTAL/AÇO INOXIDÁVEL Suporte de Soro - TIPO/MATERIAL DE CONFECÇÃO: PEDESTAL/AÇO INOXIDÁVEL Marca: SALUTEM	Und	6	414,93	2.489,58
Total					127.755,31

2.1.1 A quantidade mínima de compra para cada item desta ata corresponde a uma unidade.
2.1.2 A validade dos preços registrados corresponde a 12 meses.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes
Além do gerenciador são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
-Secretaria Municipal de Saúde.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Frutuoso Gomes – RN, 27 de agosto de 2026.

WALFREDO ALELUIA LOPES DO REGO	*ISMAEL SEVERINO JUVENCIO ARAÚJO*
Responsável Legal	Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:C1FBA98A

GABINETE CIVIL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 053/2026

Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes

O(A) Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes – RN, com sede no(a) Rua Jose Carlos, 95, na Cidade de Frutuoso Gomes - RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.052/0001 - 80, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Ismael Severino Juvencio Araújo, empossado no dia 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, publicada na data de 31/07/2026, processo administrativo n.º 029007027/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 001.2024, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de equipamentos hospitalares destinados a atender às necessidades das unidades de saúde do Município de Frutuoso Gomes/RN.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Jose Edismar Bezerra ME (02.138.075/0001-69)
Endereço: Rua Nossa Senhora de Fatima, 115, Agua Nova –RN, Cep. nº 59.995-000, Fone/Fax (84) 99693-1309 – E-mail: lojasjose@hotmail.com – edinhofilho7@gmail.com

Item	Material	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
4	14815 - Balde a Pedal MATERIAL DE CONFECÇÃO I CAPACIDADE: AÇO INOX | DE 30L ATÉ 49L Balde a Pedal - MATERIAL DE CONFECÇÃO I CAPACIDADE: AÇO INOX | DE 30L ATÉ 49L Marca: tramontina	Und	1	396,93	396,93
5	14816 - Banqueta - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL | ASSENTO: GIRATÓRIO| COM REGULAGEM DE ALTURA Banqueta - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL | ASSENTO: GIRATÓRIO| COM REGULAGEM DE ALTURA Marca: TRONUS	Und	4	449,99	1.799,96
6	14817 - Bebedouro/ Purificador Refrigerado - TIPO: PRESSÃO COLUNA SIMPLES Bebedouro/ Purificador Refrigerado - TIPO: PRESSÃO COLUNA SIMPLES Marca: ESMALTEC	Und	2	931,00	1.862,00
9	14820 - Cadeira - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO OU FERRO PINTADO | BRAÇOS: NÃO POSSUI | REGULAGEM DE ALT: NÃO POSSUI | RODÍZIOS: NÃO POSSUI | ASSENTO E ENCOSTO: ESTOFADO Cadeira - MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO OU FERRO PINTADO | BRAÇOS: NÃO POSSUI | REGULAGEM DE ALT: NÃO POSSUI | RODÍZIOS: NÃO POSSUI | ASSENTO E ENCOSTO: ESTOFADO Marca: TOOLX	Und	10	289,97	2.899,70
19	14832 - Computador (Desktop-Avançado) Computador (Desktop-Avançado) - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador que possua no mínimo 8 Núcleos, 12 threads e frequência de 3.4 GHz; a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 1 slot PCI-EXPRESS 3.0 x16 ou superior. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. O adaptador de vídeo dedicado DIRECTX 12, OPENGL 4.5, interface mínima PCIE 3.0, com no mínimo de 6GB de memória GDDR6, barramento de memoria mínimo de 196 bits. Possuir suporte ao Microsoft DIRECTX 12 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos uma digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI. Deve possuir duas unidade de armazenamento, sendo 01 (um) disco rígido de 1 TB, com velocidade de 7200 RPM, interface SATA 3. Um (01) disco SSD de 480 GB, NVMe interface M.2. Memória RAM de 16 GB ou superior, ddr4, 2133 MHz (2X8GB). Poderá contar com unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom. Deverá contar com teclado USB, ABNT2, 107 teclas com fio e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll com fio. Monitor de LED tamanho mínimo de 23 polegadas (1920 x 1080 a 60Hz), entradas de video HDMI e display PORT, ângulos de visão vertical e horizontal mínimo de 178°. Interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac. Sistema operacional Windows 11 64bits PRO. Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Marca: BRAZILPC	Und	1	8.130,00	8.130,00
20	14833 - Computador (Desktop-Básico) Computador (Desktop-Básico) - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 thereads e frequência de 3.0 GHz; Unidade de Armazenamento SSD 240 GB interface PCIe NVMe M.2, memória RAM de 8 GB, em 2 módulos idênticos de 4 GB cada, do tipo SDRAM ddr4 2666MHz MHz ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL. A placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 1 slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 1 GB de memória. Possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI. Unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom. Teclado USB, ABNT2, 107 teclas com fio e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll com fio. Monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9) (1920 x 1080 a 60Hz), entradas de video HDMI e display PORT, ângulos de visão vertical e horizontal mínimo de 178° . Interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac. Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits). Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Marca: MRPC	Und	4	5.612,89	22.451,56

33	14859 - Projetor Multimídia (Datashow) Projetor Multimídia (Datashow) - Especificação mínima: Deve estar em linha de produção pelo fabricante, deve possuir tecnologia LCD ou DLP ; Resolução mínima nativa de 1920 x 1080;Contraste mínimo de 10000:1 Deve possuir , no mínimo, os seguintes tipos de conexão: 01 (uma) VGA , 01 (uma) HDMI; 01 entrada USB. Luminosidade mínima de 3000 lumens; Alto-falante integrado no projetor; Alimentação automática 100- 120V, 220-240V; Controle remoto; cabo de alimentação; Cabo VGA; Manual do usuário; Suportar a exibição de arquivos a partir de um pen-drive direto no projetor (sem o uso de pc); O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Marca: ZION POWER	Und	1	3.099,80	3.099,80
Total					40.639,95

2.1.1 A quantidade mínima de compra para cada item desta ata corresponde a uma unidade.
2.1.2 A validade dos preços registrados corresponde a 12 meses.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes
Além do gerenciador são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
-Secretaria Municipal de Saúde.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Frutuoso Gomes – RN, 27 de agosto de 2026.

JOSE EDISMAR BEZERRA	***ISMAEL SEVERINO JUVENCIO ARAÚJO***
Responsável Legal	Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:D578B3CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS EDITAIS Nº 001/2026, Nº 002/2026 E Nº 003/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS EDITAIS Nº 001/2026, Nº 002/2026 E Nº 003/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
Entre os dias 20 e 27 de agosto de 2026, na sede da Secretaria Municipal de Cultura de Goianinha/RN, passado o prazo recursal, reuniram-se os membros do Comitê de Ação Cultural (CAC), nomeados pela Portaria nº 269/2026-GP, sendo eles: Antônio Augusto Lima da Rocha (CPF: 706.648.214-05) e Brunna Rafaella Cordeiro Machado (CPF: 017.449.514-54), representantes da Administração Pública Municipal; Creuza da Silva (CPF: 838.622.424-04) e José Wilson Gonçalves da Silva (CPF: 428.569.144-20), representantes do Governo do Estado; e Maria Clara Honório Ferreira da Silva (CPF: 716.191.674-76), representante da Sociedade Civil, para proceder à análise documental, avaliação de mérito cultural e consolidação do Resultado Final referente aos Editais de Chamamento Público nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026, viabilizados com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB – Lei Federal nº 14.399/2022). Iniciados os trabalhos, a comissão realizou a conferência detalhada de todas as propostas submetidas ao certame e a análise dos recursos tempestivamente interpostos. No âmbito do Edital nº 001/2026, foram contabilizadas 88 inscrições no total, das quais 45 propostas restaram aprovadas preliminarmente, além das convocações por sobra de remanejamento de vaga e aproveitamento de suplentes e recursos, totalizando os contemplados habilitados conforme listagem, sem remanescentes na suplência, e restando 32 propostas inabilitadas por descumprimento de requisitos do certame. Dando prosseguimento, na análise do Edital nº 002/2026, registrou-se o total de 24 inscrições, resultando nas propostas aprovadas nesta fase final, incluindo a convocação de suplentes e o deferimento de proponente pós-recurso, sem suplentes remanescentes, e 12 propostas inabilitadas. Por fim, no Edital nº 003/2026, verificou-se a ocorrência de inscrição única (1 inscrito), sendo a referida proposta considerada aprovada após o devido exame documental e de mérito cultural. Somados todos os certames, a seleção pública alcançou o montante geral de 113 inscritos, consolidando o quantitativo final de propostas aprovadas, sem suplentes pendentes e com as inabilitações mantidas conforme os critérios dos editais. Sem mais nada a tratar, a comissão dá por encerrada a etapa de avaliação e torna público este Resultado Final, devendo esta ata ser assinada pelos membros presentes e encaminhada para a devida publicação oficial.
Edital 001/2026 – Premiação

Categoria Artesanato	Proponente	Situação
Pessoa Física	Maria Dulce da Silva Lima	HABILITADO
Pessoa Física	Selma Lima da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Maria de Fátima Berto da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Gilna de Castro Bezerra	HABILITADO
Pessoa Física	Eliege Ferreira	HABILITADO
Pessoa Física	Jhully Horrayla	HABILITADO
Pessoa Física	Maria da Paz da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Josilene Roque da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Janeide Francisca	HABILITADO
Pessoa Física	Maria José da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Maria Bernadete Torquato Pereira	HABILITADO
Pessoa Física	Clarisse de Oliveira Soares	HABILITADO
Pessoa Física	Maria Albertina da Silva Santos	HABILITADO
Pessoa Física	Maria Bethânia Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Farleyane Araújo Patrício Cavalcante	HABILITADO
Pessoa Física	Priscila Farias de Lima	HABILITADO
Pessoa Física	Mayara Guedes da Silva de Amorim	HABILITADO
Pessoa Física	Marina do Nascimento Prazeres Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Elizabete Batista de Andrade Santos	HABILITADO
Pessoa Física	Ana Laís de Oliveira Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Micilene Dantas de Lima	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Maria dos Prazeres Rodrigues de Carvalho	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Gislaine Raquel de Oliveira	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Daniele Silva Barbosa	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Claudenice Rodrigues	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO

Categoria Arte Visual	Proponente	Situação
Pessoa Física	Ray Feliciano da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Lucas Emanuel Calixta da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Joyce Catarina de Araújo Campelo	HABILITADO
Pessoa Física	David Tomé do Nascimento	HABILITADO
Pessoa Física	Janilson de Lima Soares	HABILITADO
Pessoa Física	João Carlos	HABILITADO
Pessoa Física	Allisson Angelo da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Eriberto Pereira da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Rian Feliciano da Silva	HABILITADO

Categoria Músico	Proponente	Situação
Pessoa Física	Kerginaldo Fonseca Bezerra	HABILITADO
Pessoa Física	Alene Grasielle Lima Barbosa	HABILITADO
Pessoa Física	Tony Joab da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Luiz Barroso de Carvalho Neto	HABILITADO
Pessoa Física	Túlio Alves de Oliveira	HABILITADO
Pessoa Física	Jackson Feliciano Teixeira	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Elias Henrique Soares de Lima	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Joel da Silva Gomes dos Santos	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO
Pessoa Física	Thiago Moura	HABILITADO COM SOBRA DE RECURSO

Categoria Fazedores, Mestres e Produtores Culturais	Proponente	Situação

Pessoa Física	Itamar Barbosa da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Francisco Azevedo	HABILITADO
Pessoa Física	Carlos Henrique da Costa Araújo	HABILITADO
Pessoa Física	Marcone Narcizio da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	José Carlos Silva de Lima	HABILITADO
Pessoa Física	Ítalo Ribeiro da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	João Vinícius Martins da Silva	HABILITADO

Categoria Grupo de Teatro	**Proponente**	**Situação**
	Cia Sal com Açúcar	HABILITADO
	Grupo de Teatro Frenesi	HABILITADO
	Grupo de Teatro Auê	HABILITADO
	Grupo de Teatro Synthesis	HABILITADO

Categoria Grupo de Dança e Grupo Cultural	**Proponente**	**Situação**
	Grupo Mulheres da Resistência Katu	HABILITADO
	Pedro Cavalcante - Oficina de Portfólio para mulheres artesãs	HABILITADO ***CONFORME SOBRA DE REMANEJAMENTO DE VAGA**

Edital 002/2026 – Fomento Cultural

Audiovisual	**Proponente**	**Situação**
Pessoa Física	Andy Gomes da Silva	HABILITADO
Pessoa Física	Claudionor de Oliveira Neto	HABILITADO
	Éricles de Lima Freitas	HABILITADO PÓS RECURSO
Pessoa Física	Isaías Santana	HABILITADO
Pessoa Física	Raquel Barbosa	HABILITADO
Pessoa Física	Henrique Ferreira Mota Júnior	HABILITADO

Quadrilha Junina	**Proponente**	**Situação**
	Encanto Nordestino - José Kauandson Ferreira Teixeira	HABILITADO
	Balão Junino - Mayk Dhony da Silva	HABILITADO

Grupo de Dança e Grupo Cultural	**Proponente**	**Situação**
	Pedro Augusto da Silva Caminha	HABILITADO
	Pauliran Macena de Souza	HABILITADO

Grupo Musical	**Proponente**	**Situação**
	Orquestra de Frevo Asa Branca	HABILITADO
	The Kactos MPB Rock	HABILITADO

Edital 003/2026 – Fomento Cultural – Cinema Itinerante

Categoria Cinema Itinerante	**Proponente**	**Situação**
Pessoa Jurídica	52.333.808 ELLEN VITORIA SILVA MONTENEGRO TEODORO GOMES	HABILITADO

Goianinha/RN, 28 de agosto de 2026.

Comitê De Ação Cultural – CAC - Portaria Nº 269/2026

ANTÔNIO AUGUSTO LIMA DA ROCHA
CPF: 706.648.214-05
Representante da Administração Pública Municipal

BRUNNA RAFAELLA CORDEIRO MACHADO
CPF: 017.449.514-54
Representante da Administração Pública Municipal

CREUZA DA SILVA
CPF: 838.622.424-04
Representante do Governo do Estado

JOSÉ WILSON GONÇALVES DA SILVA
CPF: 428.569.144-20
Representante do Governo do Estado

MARIA CLARA HONÓRIO FERREIRA DA SILVA
CPF: 716.191.674-76
Representante da Sociedade Civil

Publicado por:
Erinelly Barbosa do Nascimento
Código Identificador:9270596A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 4 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN
Rua José Camilo Bezerra, 69, Centro - Ielmo Marinho/RN CEP: 59490000 -
DECRETO Nº 4, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE 01 DE ABRIL DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 242.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei 542/2025 Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IELMO MARINHO/RN, 01 de abril de 2026

007.828.644-14
FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					242.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					200.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				200.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	200.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					21.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15460000	0001	1.000,00
	2027 Manutenção das Atividades do Salário Educação				20.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15500000	0001	20.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER					1.000,00
	2092 Promoção de Eventos Esportivos				1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO					20.000,00
	2187 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito				20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					242.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					200.000,00
	2011 Amortização da Divida Junto aos Precatórios Trabalhistas e RPV`S Junto ao TJ RN				200.000,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	200.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					21.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.000,00
	2027 Manutenção das Atividades do Salário Educação				20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	20.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER					1.000,00
	2118 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO					20.000,00
	1186 Reforma de Garagem Pública				20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:3F888CD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 6 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN
Rua José Camilo Bezerra, 69, Centro - Ielmo Marinho/RN CEP: 59490000 -
DECRETO Nº 6, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE 04 DEMAIO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 348.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei 542/2025 Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IELMO MARINHO/RN, 04 de maio de 2026

007.828.644-14
FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					348.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					6.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				6.000,00
		3.2.90.22 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	6.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					1.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15460000	0001	1.000,00
02 .006 SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS					11.000,00
	2039 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	11.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					10.000,00
	2163 Concessão de Assistência Financeira Complementar aos Profissionais de Enfermagem - ATENÇÃO BÁSICA				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	10.000,00
02 .015 SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE					320.000,00
	2182 Promoção de Eventos Culturais				120.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	120.000,00
	2184 Promoção das Festividades do Abacaxi				200.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	200.000,00
Anexo II (Redução)					348.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					6.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				6.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	6.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					1.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15460000	0001	1.000,00
02 .006 SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS					11.000,00
	2039 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	11.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					10.000,00
	2043 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	10.000,00
02 .015 SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE					320.000,00
	2181 Manutenção das Ações do Setor de Cultura				30.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	17200000	0001	10.000,00
	2182 Promoção de Eventos Culturais				30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	30.000,00
	2184 Promoção das Festividades do Abacaxi				200.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	200.000,00
	2185 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Juventude				60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	30.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:458AB3EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 202/2026 - REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN
Rua José Camilo Bezerra, 69, Centro - Ielmo Marinho/RN CEP: 59490000 -
PORTARIA Nº 202, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE 01 DE ABRIL DE 2026

Dispões sobre o remanejamento de saldos de dotações orçamentarias para fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício, dentro do orçamento geral, este instituído pela Lei nº 530, de 23.05.2025(LDO), o valor de R$ 7.077.000,00 (sete milhões, setenta e sete mil reais) entre as dotações especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IELMO MARINHO/RN, 01 de abril de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					7.077.000,00
02 .002 GABINETE DO PREFEITO					100.000,00
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					250.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				140.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	80.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	30.000,00
	2024 Contribuição ao PASEP				100.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	100.000,00
	2032 Contribuição a FEMURN, CNM e AMLAP				10.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					2.518.000,00
	2096 Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação				5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	5.000,00
	2028 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE FUNDAMENTAL				150.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	150.000,00
	2019 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 70%				450.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	450.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				962.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	240.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	212.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15460000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	500.000,00
	2021 Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental				80.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	80.000,00
	2027 Manutenção das Atividades do Salário Educação				200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	200.000,00
	1035 Construção, Reforma e Ampliação de Escolas de Ensino Infantil				240.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	210.000,00
	2022 Manutenção das Atividades de Ensino Infantil				11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
	2112 Manutenção do Programa da Alimentação Escolar - PNAE CRECHE				120.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	20.000,00
	2113 Manutenção de Ensino Infantil FUNDEB 30%				250.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	160.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	65.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	25.000,00
	2178 Manutenção das Ações do EJA - FUNDEB 70%				50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	50.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER					10.000,00
	2118 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00

02 .006 SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS					429.000,00
	2039 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				429.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	120.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	19.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	240.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	50.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					2.848.000,00
	1002 Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS				250.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	250.000,00
	2050 Manutenção das Ações de Saúde da População para Procedimentos - MAC				705.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	255.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	390.000,00
	2044 Manutenção das Equipes Multiprofissionais - EMULTI				290.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	240.000,00
	2052 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Epidemiológica				76.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	16.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	60.000,00
	2046 Manutenção das Ações do Componente Incentivo Financeiro - SAÚDE BUCAL				140.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	140.000,00
	2048 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS-Equipes ESF e Equipes de Atenção Primaria/EAP				845.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	90.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	245.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	450.000,00
	2043 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				323.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	143.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	160.000,00
	2152 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde				2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.000,00
	2014 Manutenção das Ações do Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde				217.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	87.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE TRAB.HAB.DESE. E ASSIST.SOCIAL					119.000,00
	2056 Manutenção das Ações do Centro de Referência Social - CRAS e Implantação do PAIF				5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
	2058 Manutenção das Ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV				94.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	29.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	65.000,00
	2064 Manutenção das Ações do Programa Criança Feliz				20.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	20.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA					198.000,00
	2069 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura				28.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2120 Manutenção das Ações de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				170.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	170.000,00
02 .010 CONTROLADORIA GERAL					12.000,00
	2076 Manutenção das Ações da Controladoria Geral do Município				12.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	12.000,00
02 .013 SECRETARIA MUN. DE TRIBUTAÇÃO					43.000,00
	2083 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação				43.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	40.000,00
02 .014 SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS					3.000,00

	2094 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Municipais				3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					281.000,00
	2186 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				151.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	141.000,00
	2197 Fortalecer as Ações do Carro Pipa				130.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	130.000,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO					266.000,00
	2187 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito				266.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	250.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.000,00
Anexo II (Redução)					7.077.000,00
02 .002 GABINETE DO PREFEITO					100.000,00
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				65.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	3.000,00
	2005 Manutenção das Ações da Ouvidoria				28.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	20.000,00
	2006 Manutenção das Ações da Defesa Civil				7.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					250.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				190.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	30.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	15.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	2017 Manter as Ações do Setor de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado				60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					3.828.000,00
	2096 Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação				5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
	1005 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos e Materiais Permanentes do Ensino Infantil				80.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	80.000,00
	2028 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE FUNDAMENTAL				20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				2.248.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15400000	0001	12.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	1.720.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	40.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	250.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	46.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15430000	0001	100.000,00
	2021 Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental				454.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	250.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	80.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	100.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	24.000,00
	2027 Manutenção das Atividades do Salário Educação				250.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	250.000,00
	1035 Construção, Reforma e Ampliação de Escolas de Ensino Infantil				30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	30.000,00
	2022 Manutenção das Atividades de Ensino Infantil				11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	10.000,00
	2026 Manutenção de Ensino Infantil FUNDEB 70%				500.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	450.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	50.000,00
	1006 Construção, Reforma e Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental				100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	100.000,00
	1130 Aquisição de Veículos				20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	20.000,00
	1134 Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para as Escolas de Ensino Fundamental				27.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	27.000,00
	2173 Manutenção das Ações de Educação Integral-FUNDAMENTAL				83.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	63.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER					10.000,00
	2118 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
02 .006 SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS					239.000,00
	2039 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				81.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	18.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	63.000,00
	2099 Manutenção das Ações dos Serviços de Limpeza Pública				28.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	28.000,00
	2040 Manutenção das Ações do Setor de Urbanismo				25.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2119 Manutenção e Ampliação da Rede Pública de Energia				105.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	50.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					2.218.000,00
	2045 Manutenção das Ações do Programa de Assistência Farmacêutica - AFB				111.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	70.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	30.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00
	2050 Manutenção das Ações de Saúde da População para Procedimentos - MAC				155.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	17.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	60.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	25.000,00
	2044 Manutenção das Equipes Multiprofissionais - EMULTI				20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	10.000,00
	2111 Manutenção das Ações do Programa Saúde na Escola - PSE				13.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	3.000,00
	2052 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Epidemiológica				46.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	40.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.800,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.000,00

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2049 Manutenção das Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde -ACS				25.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	15.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	1.000,00
	2046 Manutenção das Ações do Componente Incentivo Financeiro - SAÚDE BUCAL				101.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	30.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	7.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.000,00
	2047 Participação Junto ao Consorcio Público Intermunicipal do RN/COPIRN				43.000,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	16000000	0001	30.000,00
		3.3.72.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	13.000,00
	2048 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS - Equipes ESF e Equipes de Atenção Primaria/EAP				261.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	149.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	45.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16003110	0001	10.000,00
	2013 Manutenção das Ações do Programa Previne			Brasil	80.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	30.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	2043 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				407.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	110.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	16.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	110.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	80.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	27.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.000,00
	2054 Manutenção das Ações do Programa Rede Alyne				6.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	6.000,00
	2151 Manutenção das Ações do Programa Brasil				16.000,00

	Sorridente				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	8.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	8.000,00
	2152 Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde				10.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.000,00
	2155 Pactuação com Município de João Câmara/RN				10.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	10.000,00
	1164 Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente				13.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	13.000,00
	1069 Aquisição de Ambulâncias - AB				40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	40.000,00
	1071 Construção do Laboratório Municipal de Análises Clínicas				80.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	80.000,00
	2132 Pactuação com Município de Ceará-Mirim/RN				150.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	150.000,00
	2133 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância em Saúde				26.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	21.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	3.000,00
	2095 Transferências de Recursos a Prestadores de Serviços				110.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	16000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	80.000,00
	2014 Manutenção das Ações do Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde				240.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16320000	0001	240.000,00
	2053 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional				40.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	1039 Aquisição de Van, Ambulâncias e Unidades Móvel Médico Odontológica				50.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	50.000,00
	1025 Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde				50.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	50.000,00
	2085 Promoção da Política DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS E LGBTQI+				6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	5.000,00
	2086 Manutenção das Ações do Incremento Temporário ao Custeio dos Serv. MAC - Atenção Especializada				69.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16003110	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	49.000,00
	1068 Construção da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF				30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	30.000,00
	2164 Concessão de Assistência Financeira Complementar aos Profissionais de Enfermagem-ASSIST. HOSPITALAR				10.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE TRAB.HAB.DESE. E ASSIST.SOCIAL					119.000,00
	2067 Ajuda com Doação de Material de Construção para Melhoria Habitacional				50.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	50.000,00
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social				15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2056 Manutenção das Ações do Centro de Referência Social - CRAS e Implantação do PAIF				20.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	20.000,00
	2058 Manutenção das Ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV				5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
	2038 Manutenção das Ações da Secretaria				29.000,00

	Municipal de Trab. Hab. e Desenvolvimento e Assistência Social				
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	29.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA					28.000,00
	2069 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura				14.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	11.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
	2120 Manutenção das Ações de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
	2121 Formação de Parcerias Visando Apoio ao Pequeno Agricultor				10.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17200000	0001	10.000,00
02 .010 CONTROLADORIA GERAL					12.000,00
	2076 Manutenção das Ações da Controladoria Geral do Município				12.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
02 .013 SECRETARIA MUN. DE TRIBUTAÇÃO					3.000,00
	2083 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação				3.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.000,00
02 .014 SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS MUNICIPAIS					3.000,00
	2094 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Municipais				3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					261.000,00
	2186 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				145.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	130.000,00
	2197 Fortalecer as Ações do Carro Pipa				116.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	116.000,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO					6.000,00
	2187 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito				6.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	6.000,00

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:9D0E5CC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 221/2026 - REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN
Rua José Camilo Bezerra, 69, Centro - Ielmo Marinho/RN CEP: 59490000 -
PORTARIA Nº 221, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE 04 DE MAIO DE 2026

Dispões sobre o remanejamento de saldos de dotações orçamentarias para fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício, dentro do orçamento geral, este instituído pela Lei nº 530, de 23.05.2025(LDO), o valor de R$ 3.401.300,00 (três milhões, quatrocentos e um mil e trezentos reais) entre as dotações especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IELMO MARINHO/RN, 04 de maio de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					3.401.300,00
02 .002 GABINETE DO PREFEITO					15.000,00
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				15.000,00

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	15.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					564.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				484.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	250.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	145.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE			
		TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	31.000,00
	2024 Contribuição ao PASEP				50.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17200000	0001	20.000,00
	2032 Contribuição a FEMURN, CNM e AMLAP				30.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	30.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					475.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				210.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	185.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15460000	0001	20.000,00
	2029 Manutenção do Programa de Transporte Escolar - PNATE FUNDAMENTAL				40.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00
	2022 Manutenção das Atividades de Ensino Infantil				20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
	2113 Manutenção de Ensino Infantil FUNDEB 30%				165.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	165.000,00
	2178 Manutenção das Ações do EJA - FUNDEB 70%				40.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	40.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER					55.000,00
	2092 Promoção de Eventos Esportivos				25.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00
	2118 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				30.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	30.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					1.510.000,00
	2050 Manutenção das Ações de Saúde da População para Procedimentos - MAC				568.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	93.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	140.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	335.000,00
	2052 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Epidemiológica				20.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	15.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	5.000,00
	2049 Manutenção das Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde -ACS				127.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	27.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	100.000,00
	2046 Manutenção das Ações do Componente Incentivo Financeiro - SAÚDE BUCAL				20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	20.000,00
	2047 Participação Junto ao Consorcio Público Intermunicipal do RN/COPIRN				20.000,00
		3.3.72.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	20.000,00
	2048 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS - Equipes ESF e Equipes de Atenção Primaria/EAP				432.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	86.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	21.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	5.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	115.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	140.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	45.000,00
	2043 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				125.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	58.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	67.000,00
	2014 Manutenção das Ações do Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde				188.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	110.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	73.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	5.000,00
	2163 Concessão de Assistência Financeira Complementar aos Profissionais de Enfermagem - ATENÇÃO BÁSICA				5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	5.000,00
	2164 Concessão de Assistência Financeira Complementar aos Profissionais de Enfermagem- ASSIST. HOSPITALAR				5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	5.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE TRAB.HAB.DESE. E ASSIST.SOCIAL					273.000,00
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social				85.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	75.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00
	2056 Manutenção das Ações do Centro de Referência Social - CRAS e Implantação do PAIF				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
	2058 Manutenção das Ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV				95.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	65.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.000,00
	2064 Manutenção das Ações do Programa Criança Feliz				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	10.000,00
	2106 Manutenção das Ações dos Benefícios Eventuais				73.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17200000	0001	73.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA					28.300,00
	2069 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura				28.300,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
02 .013 SECRETARIA MUN. DE TRIBUTAÇÃO					5.000,00
	2083 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação				5.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .015 SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE					333.000,00
	2180 Enfrentamento da Emergência no setor da Cultural – Lei Aldir Blanc				18.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17190000	0001	18.000,00
	2181 Manutenção das Ações do Setor de Cultura				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2182 Promoção de Eventos Culturais				105.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	80.000,00
	2184 Promoção das Festividades do Abacaxi				200.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	200.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					110.000,00
	2186 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				110.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	100.000,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO					33.000,00
	2187 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito				33.000,00

		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	13.000,00
Anexo II (Redução)					3.401.300,00
02 .002 GABINETE DO PREFEITO					95.000,00
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				95.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	95.000,00
02 .003 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS					341.000,00
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				271.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	30.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	2.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	20.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	30.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17200000	0001	5.000,00
	2017 Manter as Ações do Setor de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	2024 Contribuição ao PASEP				43.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17200000	0001	38.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.000,00
	2032 Contribuição a FEMURN, CNM e AMLAP				12.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					1.470.000,00
	2096 Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação				555.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	520.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	35.000,00
	2019 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 70%				40.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	40.000,00
	2020 Manutenção das Ações ensino Fundamental FUNDEB 30%				830.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15430000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	780.000,00
	2029 Manutenção do Programa de Transporte Escolar - PNATE FUNDAMENTAL				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	10.000,00
	2022 Manutenção das Atividades de Ensino Infantil				20.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	8.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	5.000,00
	2113 Manutenção de Ensino Infantil FUNDEB 30%				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	15.000,00
02 .005 SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER					55.000,00

	2092 Promoção de Eventos Esportivos				5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	17200000	0001	5.000,00
	2118 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				50.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
02 .006 SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS					53.000,00
	2039 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				53.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	48.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					860.000,00
	1002 Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS				33.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	33.000,00
	2050 Manutenção das Ações de Saúde da População para Procedimentos - MAC				123.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	38.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	69.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	5.000,00
	2048 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS - Equipes ESF e Equipes de Atenção Primaria/EAP				133.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	82.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	18.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16003110	0001	9.000,00
	2043 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				420.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	93.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	15.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	233.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	13.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	63.000,00
	1070 Construção do Centro de Especialidades Médicas em Saúde				12.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	12.000,00
	2014 Manutenção das Ações do Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde				64.000,00
		3.3.72.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	18.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003110	0001	19.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16003110	0001	6.500,00
	2086 Manutenção das Ações do Incremento Temporário ao Custeio dos Serv. MAC - Atenção Especializada				70.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003110	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	30.000,00
	2163 Concessão de Assistência Financeira Complementar aos Profissionais de Enfermagem - ATENÇÃO BÁSICA				5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	5.000,00
02 .008 SECRETARIA MUN. DE TRAB.HAB.DESE. E ASSIST.SOCIAL					223.000,00
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social				68.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	23.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
	2056 Manutenção das Ações do Centro de Referência Social - CRAS e Implantação do PAIF				2.000,00

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.000,00
	2057 Manutenção das Ações do Programa Cadastro único/Bolsa Familia- IGDBF				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	10.000,00
	2058 Manutenção das Ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV				20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	10.000,00
	2059 Manutenção das Ações do Programa IGD-SUAS				4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.000,00
	2061 Apoio as Ações do Fundo da Infância e do Adolescentes/FIA				15.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	15.000,00
	2062 Cadastramento e Execução de Projetos com Entidades Sociais				5.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	2064 Manutenção das Ações do Programa Criança			Feliz	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	1.000,00
	2106 Manutenção das Ações dos Benefícios Eventuais				12.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17200000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	17200000	0001	10.000,00
	2038 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Trab. Hab. e Desenvolvimento e Assistência Social				65.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	35.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2131 Manutenção das Ações do Acolhimento Inst. à Pessoa com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade				20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
02 .009 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA					8.300,00
	2069 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura				7.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	300,00
	2120 Manutenção das Ações de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
02 .013 SECRETARIA MUN. DE TRIBUTAÇÃO					5.000,00
	2083 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação				5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .015 SECRETARIA MUN.DE TURISMO,CULTURA E JUVENTUDE					253.000,00
	2180 Enfrentamento da Emergência no setor da Cultural – Lei Aldir Blanc				18.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17190000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17190000	0001	15.000,00
	2181 Manutenção das Ações do Setor de		Cultura		15.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
	2182 Promoção de Eventos Culturais				30.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	15.000,00
	2183 Manutenção das Ações da Banda de Música Oficial				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	2.000,00
	2184 Promoção das Festividades do Abacaxi				120.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	10.000,00
	2185 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Juventude				37.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2191 Instalação de Balcão de Informação Turística				18.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	18.000,00
02 .016 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					10.000,00
	2186 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO					28.000,00
	2187 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito				28.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	3.000,00

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:CFAC9880

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 77/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 027/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 04/08/2026, referente ao **processo administrativo nº 1744/2026**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 77/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de materiais permanentes destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN, contemplando os itens fracassados do Pregão Eletrônico 011/2025, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas, operacionais e institucionais do Município.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA		
CNPJ: 39.581.101/0001-39	TELEFONE: (61) 99688-8233	EMAIL: licitach3negocios@gmail.com
ENDEREÇO: Q SHCS CR 516, BLOCO B Nº 69 PAVMTO1 PARTE C099 (ASA SUL)		
REPRESENTANTE: GABRIEL RUAN FERRÃO CHAVES		CPF: 012.XXX.XXX-47

Item	Descrição	Modelo	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0009	Televisor 65' led smart 4k/ultra hd caracteristicas do Produto, bivolt, tela de led com resolução 4k 3840 x 2160, tipo Full screen/widescreen. Smart tv e processador quad-core ou Superior. Eficiência energética "a" (inmetro). Painel de 8 bits. Frequência da tela (60 hz - mr) m120 hdr (high dynamic range). Conversor digital. Conexões: no mínimo 3 hdmi, 2 usb, 1 rf para Tv aberta, 1 saída óptica e conexões wi-fi e bluetooh. Acompanhamento de controle remoto. Manual de cabo de Força. 1 (um) ano de garantia fornecido pelo fabricante.	HQS65NKH	Unid	10	R$ 2.990,00	R$ 29.900,00
Valor Global						**R$ 29.900,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal do Órgão Gerenciador

GABRIEL RUAN FERRÃO CHAVES
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0454FDAC

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 80/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 80/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA		
CNPJ: 02.736.051/0001-01	TELEFONE: (85) 99207-4951	EMAIL: raquelmorais@conectadoc.net
ENDEREÇO: Rua Nestor Fontenele Vasconcelos, 644, Edson Queiroz, CEP 60.834-355, Fortaleza/CE		
REPRESENTANTE: Hermann Loiola Santos		CPF: 360.XXX.XXX-34

Item	Descrição	Marca/ Modelo	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0002	Tablets: memória de no mínimo 128gb; processador no mínimo octa-core ou superior; ram de no mínimo 6gb; tela de pelo menos 10.9" tipo de conexão: wi-fi 2.4 + 5ghz e bluetooth entrada de cartão sim - rede / bandas 5g / 4g / 3g / 2g cor: preto ou cinza; resolução mínima da câmera principal: 12mp sistema operacional: android ou ios. Baterias inclusas com capacidade de 8.000mah, com carregamento no mínimo 15w. Conectividade: usb 2.0 + tipo c acessórios: deve vir acompanhado com caneta e capa protetora magnética de fábrica, carregador e cabo usb-c. Certificação: ip68 ou superior com resistência a água e poeira sensor de impressões digitais possuir garantia total de, no mínimo, 12 (doze) meses	BLACKVIEW/ ACTIVE7	Unid	55	R$ 2.194,99	R$ 120.724,45
Valor Global						**R$ 120.724,45**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.

O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

HERMANN LOIOLA SANTOS
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:0FE34680

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 83/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 83/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s)

alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA		
CNPJ: 52.585.078/0001-19	TELEFONE: (43) 99141-4307/3156-0353	EMAIL: misterteccomercial@hotmail.com
ENDEREÇO: AV ORIENTE, 680 - JARDIM NOBRE – ROLÂNDIA/PR		
REPRESENTANTE: Ligiane Fukahori		CPF: 065.XXX.XXX-08

Item	Descrição	Marca/ Modelo	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0089	Switch de rede – fixo, 16 portas, padrão 10/100 Mbps.	TP-LINK/ TL-SF1016D	Unid	6	R$ 275,25	R$ 1.651,50
0096	DVR 4 CANAIS BNC: Integrado Sistema Operacional: LINUX . Entradas de vídeo: 8 canais BNC no mínimo; Compatibilidade: Analógica (NTSC / PAL), HDCVI (1080p / 720p), HDTVI 2.0 (1080p / 720p) e IP (5MP/ 1080p / 720p) Entrada de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15KOhms) Saída de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15KOhms) Áudio bi-direcional: Disponível no canal 1 Saída de vídeo (monitores): 1 HDMI, 1 VGA Divisão do mosaico da tela: 1/4/8/9/16/25, no mínimo; Máscara de privacidade: 4 zonas configuráveis por canal Informações em tela: Nome do canal, Hora, Perda de vídeo, Bloqueio de câmera, Detecção de movimento Compressão de vídeo/áudio: H.264 / H.264+ (Codec Inteligente) / G.711 Bit Rate: 4 Mbps por canal (HDCVI, HDTVI, AHD, IP) / 3 Mbps para canal analógico; Rede: Comunicação via RJ45 (10/100 Mbps); Modo de gravação: Manual, contínua, contínua com condição de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera. Falha de vídeo Intervalos de gravação: 1~60 min (padrão: 30 min), Pré gravação: 1~10 seg, Pós-Alarme: 1~300 seg. Eventos: Gravação, PTZ, Tour, Notificações Push, Email, Foto, Buzzer e Pop-up em tela Detecção de vídeo: Detecção de movimento, Zonas: 330 (22×15), Perda de vídeo e mascaramento Inteligência de Vídeo: Detecção de Face, Linha Virtual, Cerca Virtual, Objeto Abandonado Reprodução síncrona: 1/4/8, no mínimo; Modo de busca (Reprodução e Backup): Hora/data com precisão de segundos e busca inteligente por detecção de movimento. Funções de reprodução: Reproduzir, Pausar, Parar, Retrocesso, Reprodução rápida, Reprodução lenta, Próximo arquivo, Arquivo anterior, Próxima câmera, Câmera anterior, Tela cheia, Seleção de Backup, Zoom digital. Modo de backup: Dispositivo USB, download por rede, disco rígido Aplicativo para smartphones: iOS (iPhone, iPAD) e dispositivos Android Disco rígido interno: 1 porta padrão SATA, com suporte para HD de até 10TB Entrada USB: 2 portas (1 traseira USB 3.0, 1 frontal USB 2.0) e acessórios RS485: 1 porta, para controle PTZ. Equipamento deve ser 100% compatível com o sistema e aplicativo iVMS-4200 Lite, do DVR Hikvision DS-7204HQHI-K1	HIKVISION/ IDS-7204HQHI-M1/s	Unid	15	R$ 298,00	R$ 4.470,00
0097	DVR 8 CANAIS BNC: Integrado Sistema Operacional: LINUX . Entradas de vídeo: 8 canais BNC no mínimo; Compatibilidade: Analógica (NTSC / PAL), HDCVI (1080p / 720p), HDTVI 2.0 (1080p / 720p) e IP (5MP/ 1080p / 720p) Entrada de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15KOhms) Saída de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15KOhms) Áudio bi-direcional: Disponível no canal 1 Saída de vídeo (monitores): 1 HDMI, 1 VGA Divisão do mosaico da tela: 1/4/8/9/16/25, no mínimo; Máscara de privacidade: 4 zonas configuráveis por canal Informações em tela: Nome do canal, Hora, Perda de vídeo, Bloqueio de câmera, Detecção de movimento Compressão de vídeo/áudio: H.264 / H.264+ (Codec Inteligente) / G.711 Bit Rate: 4 Mbps por canal (HDCVI, HDTVI, AHD, IP) / 3 Mbps para canal analógico; Rede: Comunicação via RJ45 (10/100 Mbps); Modo de gravação: Manual, contínua, contínua com condição de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera. Falha de vídeo Intervalos de gravação: 1~60 min (padrão: 30 min), Pré gravação: 1~10 seg, Pós-Alarme: 1~300 seg. Eventos: Gravação, PTZ, Tour, Notificações Push, Email, Foto, Buzzer e Pop-up em tela Detecção de vídeo: Detecção de movimento, Zonas: 330 (22×15), Perda de vídeo e mascaramento Inteligência de Vídeo: Detecção de Face, Linha Virtual, Cerca Virtual, Objeto Abandonado Reprodução síncrona: 1/4/8, no mínimo; Modo de busca (Reprodução e Backup): Hora/data com precisão de segundos e busca inteligente por detecção de movimento. Funções de reprodução: Reproduzir, Pausar, Parar, Retrocesso, Reprodução rápida, Reprodução lenta, Próximo arquivo, Arquivo anterior, Próxima câmera, Câmera anterior, Tela cheia, Seleção de Backup, Zoom digital. Modo de backup: Dispositivo USB, download por rede, disco rígido Aplicativo para smartphones: iOS (iPhone, iPAD) e dispositivos Android Disco rígido interno: 1 porta padrão SATA, com suporte para HD de até 10TB Entrada USB: 2 portas (1 traseira USB 3.0, 1 frontal USB 2.0) e acessórios RS485: 1 porta, para controle PTZ. Equipamento deve ser 100% compatível com o sistema e aplicativo iVMS-4200 Lite, do DVR Hikvision DS-7204HQHI-K1.	HIKVISION/ IDS-7208HQHI-M1/s	Unid	10	R$ 349,64	R$ 3.496,40
0098	DVR 16 CANAIS BNC: Integrado Sistema Operacional: LINUX . Entradas de vídeo: 8 canais BNC no mínimo; Compatibilidade: Analógica (NTSC / PAL), HDCVI (1080p / 720p), HDTVI 2.0 (1080p / 720p) e IP (5MP/ 1080p / 720p) Entrada de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15KOhms) Saída de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15KOhms) Áudio bi-direcional: Disponível no canal 1	HIKVISION/ IDS-7216HQHI-M1/s	Unid	10	R$ 687,21	R$ 6.872,10

	Saída de vídeo (monitores): 1 HDMI, 1 VGA Divisão do mosaico da tela: 1/4/8/9/16/25, no mínimo; Máscara de privacidade: 4 zonas configuráveis por canal Informações em tela: Nome do canal, Hora, Perda de vídeo, Bloqueio de câmera, Detecção de movimento Compressão de vídeo/áudio: H.264 / H.264+ (Codec Inteligente) / G.711 Bit Rate: 4 Mbps por canal (HDCVI, HDTVI, AHD, IP) / 3 Mbps para canal analógico; Rede: Comunicação via RJ45 (10/100 Mbps); Modo de gravação: Manual, contínua, contínua com condição de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera. Falha de vídeo Intervalos de gravação: 1~60 min (padrão: 30 min), Pré-gravação: 1~10 seg, Pós Alarme: 1~300 seg. Eventos: Gravação, PTZ, Tour, Notificações Push, Email, Foto, Buzzer e Pop-up em tela Detecção de vídeo: Detecção de movimento, Zonas: 330 (22×15), Perda de vídeo e mascaramento Inteligência de Vídeo: Detecção de Face, Linha Virtual, Cerca Virtual, Objeto Abandonado Reprodução síncrona: 1/4/8, no mínimo; Modo de busca (Reprodução e Backup): Hora/data com precisão de segundos e busca inteligente por detecção de movimento. Funções de reprodução: Reproduzir, Pausar, Parar, Retrocesso, Reprodução rápida, Reprodução lenta, Próximo arquivo, Arquivo anterior, Próxima câmera, Câmera anterior, Tela cheia, Seleção de Backup, Zoom digital. Modo de backup: Dispositivo USB, download por rede, disco rígido Aplicativo para smartphones: iOS (iPhone, iPAD) e dispositivos Android Disco rígido interno: 1 porta padrão SATA, com suporte para HD de até 10TB Entrada USB: 2 portas (1 traseira USB 3.0, 1 frontal USB 2.0) e acessórios RS485: 1 porta, para controle PTZ. Equipamento deve ser 100% compatível com o sistema e aplicativo iVMS-4200 Lite, do DVR Hikvision DS-7204HQHI-K1					
Valor Global						**R$ 16.490,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.

O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

LIGIANE FUKAHORI
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:AE7F211D

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 84/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 84/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA		
CNPJ: 50.958.011/0001-57	TELEFONE: (11) 91183-0688	EMAIL: misterteccomercial@hotmail.com
ENDEREÇO: Rua Cachoeira do Sul 271 BL A APT 114, Vila Jaguara , São Paulo - SP		
REPRESENTANTE: Francinete Ramos dos Santos		CPF: 812.XXX.XXX-34

Item	Descrição	Modelo/ Marca	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0003	Adaptador USB Wireless; Conectividade Wi-Fi para desktops e notebooks; Padrões 802.11n/ac/ax; Frequência dual-band (2.4GHz e 5GHz); Velocidades de até 300/600/1200 Mbps (dependendo do modelo); Criptografia WEP, WPA, WPA2, WPA3; compatível com Windows, Linux; Design compacto plug-and-play; Fácil instalação.	AC1200/ ALTOMEX	Unid	10	R$ 67,90	R$ 679,00
0004	ADPADOR HDMI: Conversor de sinal ativo para transformar vídeo analógico deuma entrada VGA macho e áudio estéreo de uma entrada P2 (3.5mm) em uma única	HDMI VGA/ Exbom Knup Lehmox Kapbom	Unid	20	R$ 16,00	R$ 320,00

	saída digital HDMI fêmea. O dispositivo deverá suportar resolução de saída de, no mínimo, 1920x1080 pixels (Full HD) a 60Hz. É requisito obrigatório que o conversor incorpore o sinal de áudio da entrada P2 ao fluxo de dados da saída HDMI.					
0006	ALICATE CRIPAGEM RJ45: Ferramenta para crimpar conectores RJ45 (8P8C); Compatível com conectores RJ11/RJ12 (6P6C/6P4C); Corpo em aço carbono ou liga metálica; Cabo ergonômico; Lâmina para corte de cabos; Lâmina para decapar cabos; Catraca para crimpagem precisa; Trava de segurança.	CAT7/ Exbom	Unid	6	R$ 81,99	R$ 491,94
0010	CABO DE AÚDIO P2P10: Cabo de Áudio P2 para P10; Conectores: P2 (3.5mm estéreo) em uma ponta e P10 (6.35mm mono ou estéreo, dependendo da aplicação) na outra; Utilizado para conectar dispositivos com saída P2 (celulares, notebooks, MP3 players) a equipamentos com entrada P10 (mesas de som, amplificadores, interfaces de áudio, instrumentos musicais); Cabo blindado para reduzir interferências; Conectores metálicos e banhados a ouro (em modelos de maior qualidade); Condutores de cobre de alta pureza; Flexível e durável.	P2 P10/ B-MAX IT BLUE KNUP	Unid	10	R$ 36,90	R$ 369,00
0011	CABO VGA 2 METROS: Cabo VGA 2 Metros (Alta Resolução); Comprimento: 2 metros; Conectores VGA (DB15) macho banhados a ouro; Transmite sinal de vídeo analógico de alta qualidade; Compatível com monitores, projetores, TVs e placas de vídeo;Suporta resoluções Full HD (1080p) e superiores; Possui filtros de ferrite para reduzir interferências e ruídos; Cabo blindado de alta densidade; Condutores de cobre de alta pureza; Ideal para apresentações com imagens nítidas.	VGA 3M/ KAPBOM TOMATE HAYOM	Unid	10	R$ 19,90	R$ 199,00
0038	PLACA DE REDE USB PARA RJ45: Interface USB 3.0 ou superior; porta Ethernet RJ45; velocidade Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps); compatibilidade com múltiplos sistemas operacionais; instalação plug and play; drivers integrados ou de instalação automática; construção robusta; LEDs indicadores de status de link e atividade; alimentação via porta USB.	TB90/ KNUP	Unid	15	R$ 45,30	R$ 679,50
0048	TESTADOR PARA CABO DE REDE RJ45: Compatível com cabos RJ45 (Ethernet); verifica continuidade, curto circuito, circuito aberto, pares trocados e pares divididos; unidade principal e unidade remota destacável; indicadores LED individuais para cada fio ou par; exibição clara de falhas; alimentação por bateria; função de desligamento automático; design compacto e resistente;	EXBOM	Unid	7	R$ 29,50	R$ 206,50
0049	WEBCAM RESOLUÇÃO HD 720P/30fps: Resolução de vídeo em HD 720p (1280x720 pixels); taxa de quadros de 30 frames por segundo (fps); lente de alta qualidade com foco fixo ou autofoco; campo de visão (FOV) adequado (ex: 60-90 graus); microfone integrado (mono ou estéreo) com redução de ruído; correção automática de luz (autocorreção de baixa luminosidade); conectividade USB (USB 2.0 ou 3.0); clipe universal para montagem em monitores, notebooks ou tripés; compatibilidade com os principais sistemas operacionais (Windows, Linux) e plataformas de videochamada; plug-and play	1080P	Unid	5	R$ 79,90	R$ 399,50
0057	Cabo de hd sata– padrão sata iii, comprimento mínimo de 50cm.	SATA 36gb/ GIGA KETCHUP	Unid	10	R$ 13,20	R$ 132,00
0059	Cabo usb para impressora– padrão usb 2.0 tipo a/b, 1,5m de comprimento mínimo.	1,5M/ B-MAX KNUP KAPBOM	Unid	10	R$ 9,90	R$ 99,00
0060	Caixa de som dupla– estéreo, potência mínima de 5w rms, alimentação usb ou bivolt.	6W/ KAPBOM KNUP BMAX	Unid	10	R$ 29,40	R$ 294,00
0061	Carregador universal para notebook-bivolt automático, múltiplas voltagens de saída, com conjunto de adaptadores.	UNIVERSAL 10 PLUG/ B-MAX LEHMOX ONEX	Unid	5	R$ 71,20	R$ 356,00
0092	Switch de rede fixo, 8 portas, padrão 10/100mbps.	8 P10/100/ KnupAitek	Unid	4	R$ 72,40	R$ 289,60
Valor Global						**R$ 4.515,04**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCINETE RAMOS DOS SANTOS
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A5FE24BC

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 86/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF

nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 86/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI		
CNPJ: 28.584.157/0003-92	TELEFONE: (11) 99140-8041/2894-1104	EMAIL: licitacoes@metdata.com.br
ENDEREÇO: Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, SP		
REPRESENTANTE: Carlos Eduardo Pereira		CPF: 888.XXX.XXX-68

Item	Descrição	Modelo/ Marca	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0109	Impressora Multifuncional a Laser Monocromática com Duplex e Wi-Fi- Multifuncional a laser monocromática com funções de impressão, cópia e digitalização. Velocidade de impressão de até 30 páginas por minuto (ppm) em preto e branco, com resolução de até 2400 × 600 dpi. Possui recurso de impressão frente e verso automática (duplex), conexão sem fio Wi-Fi, Wi-Fi Direct e USB, permitindo compartilhamento em rede ou uso individual. Conta com bandeja de entrada para 250 folhas, bandeja manual para papéis especiais e alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade para 35 páginas. Suporta papéis de tamanhos variados (A4, carta, ofício e outros) e gramaturas diferenciadas. O scanner integrado é do tipo mesa plana, com resolução óptica de até 600 × 2400 dpi, permitindo cópias e digitalizações nítidas. Ciclo de trabalho mensal recomendado de até 10.000 páginas.	M7105DW/ PANTUM	Unid	10	R$ 1.689,90	R$ 16.899,00
Valor Global						**R$ 16.899,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

CARLOS EDUARDO PEREIRA
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:DE3AF2E3

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 87/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 87/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA		
CNPJ: 23.496.174/0001-92	TELEFONE: (17) 3042-1395	EMAIL: nc.rp.licitacao@gmail.com
ENDEREÇO: Rua Santa Maria, nº 668, Sala 12, Vila Aurora, São José do Rio Preto, SP		
REPRESENTANTE: Neusa Candido da Silva		CPF: 169.XXX.XXX-06

Item	Descrição	Modelo/ Marca	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0039	Refil De Tinta Epson 544 Original Amarelo L3150 L3250 L3210 L4260 para Impressora Tanque De Tinta	T544420 / EVOLUT	Unid	80	R$ 9,00	R$ 720,00
0040	Refil De Tinta Epson 544 Original Ciano L3150 L3250 L3210 L4260 para Impressora Tanque De Tinta	T544420 / EVOLUT	Unid	80	R$ 9,00	R$ 720,00
0041	Refil De Tinta Epson 544 Original Magenta L3150 L3250 L3210 L4260 para Impressora Tanque De Tinta	T544420/ EVOLUT	Unid	80	R$ 9,00	R$ 720,00
0042	Refil De Tinta Epson 544 Original Preto	T544420 / EVOLUT	Unid	80	R$ 9,00	R$ 720,00
Valor Global						**R$ 2.880,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

NEUSA CANDIDO DA SILVA
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:43E89B72

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 88/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 88/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA		
CNPJ: 33.615.509/0001-06	TELEFONE: (16) 3900-0287	EMAIL: licitacao@sinces.com.br
ENDEREÇO: Rua Theodoro José Papa, 175 – São Bento II – Ribeirão Preto - SP		
REPRESENTANTE: Samuel Ferraz de Barros		CPF: 137.XXX.XXX-84

Item	Descrição	Modelo/ Marca	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0045	COMPUTADOR (I3). Processador: 12ª geração Intel® Core? I5- 12100 (4 core, 8-thread, cache de 12MB, 3.3GHz até 4.3GHz) Sistema Operacional: Windows 11 Home Memoria: Memória de 8GB DDR4 (1x8GB) 3200MHz expansível até 64G (2 slots UDIMM) Armazenamento: SSD de 256GB PCIe NVMe M.2. Placa de Vídeo: Intel® UHD Graphics 730 Portas: Botão liga/desliga, tomada combinada, 2 portas USB 2.0 Type-A, 2 portas USB 3.2 Type-A de 1ª geração, Saída de linha, HDMI 1.4b*, DisplayPort*8. 2 portas USB 3.2 Type-A de 1ª geração, 2 portas USB 2.0 Type-A, Slots de expansão, Fonte de alimentação, Botão de diagnóstico da fonte de alimentação, Slot de trava de segurança Kensington, RJ-45, Anel para cadeado. Conectividade: Gigabit ethernet Dispositivo Apontador: Mouse e Teclado USB.	EXKLDSFM	Unid	10	R$ 3.220,00	R$ 32.200,00
0050	Computador (i3). Processador: 12ª geração intel® core? I3-12100 (4 core, 8-thread, cache de 12mb, 3.3ghz até 4.3ghz) sistema operacional: windows 10 home memoria: memória de 8gb ddr4 (1x8gb) 3200mhz expansível até 64g (2 slots udimm) armazenamento: ssd de 256gb pcie nvme m.2. Placa de vídeo: intel® uhd graphics 730 portas: botão liga/desliga, tomada combinada, 2 portas usb 2.0 type-a, 2 portas usb3.2 type-a de 1ª geração, saída de linha, hdmi 1.4b*, displayport*8. 2 portas usb 3.2 type-a de 1ª geração, 2 portas usb 2.0 type-a, slots de expansão, fonte de alimentação, botão de diagnóstico da fonte de alimentação, slot de trava de segurança kensington, rj-45, anel para cadeado. Conectividade: gigabit ethernet dispositivo apontador: mouse e teclado usb.	EXKJDSNFK	Unid	39	R$ 2.505,00	R$ 97.695,00
0051	Computador de mesa completo (desktop) processador pertecente as linhas intel core i5 14ª ger. Ou amd ryzen 5	BPCKJDDFD	Unid	43	R$ 3.689,64	R$ 158.654,52

	8000ou mais recentes, memória ram: no mínimo 8gb tipo ddr-5 operando em 4.800mt/s; deverá possuir capacidade de expansão mínima de 64 gb; armazenamento: ssd de 1024gb, formato m.2, interface pcie nvme; monitor de vídeo ser do mesmo fabricante da cpu; tela tipo led, com resolução de, no mínimo, 1920x1080, área visível de, no mínimo, 21.5.					
0062	Computador – processador com desempenho equivalente ou superior a 6 núcleos, armazenamento mínimo de 240GB em SSD, memória RAM de 16GB DDR4 ou superior, sistema operacional original em português (versão atualizada), placa de vídeo integrada, placa de rede integrada 10/100/1000, teclado e mouse USB, monitor LED widescreen de no mínimo 19,5", fonte compatível, estabilizador 500VA, garantia mínima de 12 meses.	EXLMFLKDMF	Unid	15	R$ 2.720,00	R$ 40.800,00
0063	Computador – processador com desempenho equivalente ou superior a 8 núcleos, armazenamento mínimo de 480GB em SSD, memória RAM de 16GB DDR4 ou superior, sistema operacional original em português (versão atualizada), placa de vídeo integrada, placa de rede integrada 10/100/1000, teclado e mouse USB, monitor LED widescreen de no mínimo 19,5", fonte compatível, estabilizador 500VA, garantia mínima de 12 meses.	EXKJDSNFD	Unid	10	R$ 2.820,00	R$28.200,00
Valor Global						**R$ 357.549,52**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.

O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

SAMUEL FERRAZ DE BARROS
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B8405EED

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 89/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: STAR RUM INFORMÁTICA LTDA		
CNPJ: 34.806.377/0001-54	TELEFONE: (71) 99251-5713/ 98850-9920	EMAIL: marciolobo716@gmail.com
ENDEREÇO: Av. Luís Viana Filho, 1773- Edf. Empresarial Paralela Shopping- LJ. 2 Mezanino – Bairro Saboeiro - Salvador/BA		
REPRESENTANTE: Marcio dos Reis Lobo		CPF: 629.XXX.XXX-00

Item	Descrição	Modelo/ Marca	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0106	Câmera de Segurança Bullet Full HD- Características Mínimas: Câmera de Segurança Bullet Full HD, resolução 1920×1080p, sensor CMOS progressivo 1/2.7" ou equivalente, sensibilidade 0,01 lux colorido ou 0 lux com IR, infravermelho até 20m com LEDs automáticos, função Day/Night com filtro ICR, funções de imagem BLC/HLC/DWDR, lente fixa 2,8 a 3,6mm (ângulo 80° a 110°), carcaça tipo Bullet branca resistente IP66, alimentação 12VDC ±25% consumo até 5W, saída de vídeo analógica HD (TVI/AHD/CVI) compatível CVBS, temperatura de operação -20°C a +50°C, suporte de fixação incluso, funcionamento contínuo 24/7	HB – 402/ TECH	Unid	20	R$ 90,00	R$ 1.800,00
Valor Global						**R$ 1.800,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MARCIO DOS REIS LOBO
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:9454D058

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 91/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 022/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 18/06/2026, referente ao **processo administrativo nº 2372/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 91/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

Registro de Preço para eventual futura contratação de empresa para o fornecimento de fornecimento de materiais e equipamentos de informática, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN e suas secretarias.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA		
CNPJ: 27.274.178/0001-87	TELEFONE: (69) 3535-3811/ 99229-8030	EMAIL: tjvendasespeciais@gmail.com
ENDEREÇO: AV. CANAÃ 3000, PRIMEIRO ANDAR, SALA 01 - ARIQUEMES RONDÔNIA		
REPRESENTANTE: Terezinha de Jesus Araújo Oliveira Bernardineli		CPF: 326.XXX.XXX-72

Item	Descrição	Modelo/ Marca	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0091	Switch de redefixo, 24 portas, padrao 10/100 mbps.	G1024D/ IP-COM	Unid	2	R$ 648,79	R$ 1.297,58
Valor Global						**R$ 1.297,58**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 24 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

TEREZINHA DE JESUS ARAÚJO OLIVEIRA BERNARDINELI
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:7E45EBC1

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REAVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN, Futura Contratação de pessoa jurídica especializada na aquisição de materiais destinados à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Programa Escola em Tempo Integral, compreendendo brinquedos educativos e

recreativos, jogos pedagógicos, materiais de apoio pedagógico, materiais esportivos e de lazer, recursos para o desenvolvimento de competências socioemocionais e demais materiais didático-pedagógicos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município.
Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	
	01	Baralho Alfanumérico Dimensões: (C)10cmX(L)6cmX(H)3cm. Produto com embalagem. Composição: Cartão e Plástico. Cor: Azul e Vermelho. Descrição: Jogo Baralho 54 Cartas 139 -Tipo COPAG ou similar. Feitas em cartão couché de excelente qualidade. Maior flexibilidade. Melhor manuseio. Contém 55 cartas (52 cartas + 2 coringas + Carta Garantia). Tamanho da carta: (C)8,9cmX(L)5,7cm.	UND	50	
	02	Jogo educativo - Blocos de Madeira Arquitetura e Construção - Pequeno Engenheiro Contém 100 peças em MDF impresso com motivos de construção civil sendo as maiores 5 x 2,5 x 1 cm e as menores 1 x 1 x 1 cm Caixa em Madeira tamanho 25 x 18 x 7 cm	UND	20	
	03	Dado Grande - Contém 06 peças de 30 x 30 cm 07 mm em E.V.A - serigrafado na cor preta números de um lado e pontos de outro. Especificação: Dado de Números e Pontos formado por 06 placas de EVA, que vão de 01 a 06. Com o dado de pontos, o educador pode trabalhar a parte de qualidade da matemática. O dado também pode ser utilizado em jogos de tabuleiro	UND	20	
	04	Jogo da Memória Alfabetização Infantil Escolar - Pais e Filhos. ESPECIFICAÇÕES - Recomendado a partir de 05 anos - Dimensões da embalagem (CLA): 26,5 x 5,5 x 20,5 cm - Contém: 54 Peças - Material: Papel cartão - Participantes: A partir de 2.	UND	20	
	05	Jogo da Memória Infantil Numerais Material: MDF - 40 peças - 50x50x3 mm (cada)	UND	20	
		Embalagem: Estojo de MDF - 226x124x40mm Faixa etária: A partir de 05 anos			
	06	Domino de Osso Profissional - Pedras Grandes - com Maleta - NYBC Dimensões da	UND	20	
		Maleta: 20cm x 12cm x 10cm x3 cm 28 Peças Dimensões do Domino: 5cm x 2cm x 1cm			
		Tabuleiro em madeira 23,5 x 23,5 cm, 16 peças claras e 16 escuras de Madeira.			
		Tabuleiro dobrável com timo acabamento e bordas verticais com números e horizontais			
		com letras. Medidas das peças:* Pés - 1,8 cm* Torres - 2,2 cm* Cavalos - 3 cm* Bispos -			
	07	2,7 cm* Rainhas - 3 cm* Reis - 3,3 cm. Informações adicionais: Validade: Indeterminada Indicação: Crianças acima dos 6 anos Itens inclusos: *1 tabuleiro dobrável de madeira	UND	20	
		23,5 x 23,5cm *16 peças claras e 16 peças escuras de xadrez de madeira*16 peças			
		claras e 16 peças escuras de dama de madeira. Medidas aproximadas: Alt. 3,5 x Lar.			
		23,5 x Com. 23,5cmPeso aproximado: 262g - Composio: Madeira			
			08		
	08	Quebra cabeça mil peças com temática direcionada ao público infantil. DIMENSÕES APROXIMADAS: Altura: 44,9 cm Largura: 62,3 cm.	UNUNI UND	20	
	09	Jogo contendo: 1 Globo giratório 1 Tabuleiro numerado 75 Bolas numeradas 18 Cartelas	UND	20	
		reutilizáveis 150 Marcadores coloridos 1 Manual de Instruções APROXIMADAS: Altura: 44,9 cm Largura: 62,3 cm.			
		Kit Tênis de Mesa - 2 Raquetas + Suporte + Rede + 3 Bolinhas Vermelho/Preto e Verde			
	10	Cor Vermelho/Preto/Verde Material Original Dimensões do produto 20C x 5L x 32A centímetros, 0,48 g. Componentes inclusos 1 Par de raquetes, 1 rede, 1 suporte e 3	UND	20	
		bolinhas			
		Jogo Educativo Alfabeto com 72 Peças. Cx. Madeira - Contém 72 peças (letras) em			
		MDF tamanho 3 x 3 x 0,3 cm. Para uso em aperfeiçoamento da leitura. Composto de 1			
	11	Alfabeto completo com letras de forma maiúscula com "Ç" incluso; 1 alfabeto em letra de	UND	20	
		forma minúsculas com "Ç" incluso; vogais sem acento; outras vogais com/sem acentos:			
		á, é, ó, ú; Ã, ã, Õ, õ; ê, à, i, u, e Caixa de madeira para acondicionar as peças			
	12	Alfabeto móvel Maiúsculo - em EVA Características: - Embalagem com 1 unidade -	UND	20	
		Alfabeto maiúsculo - Espessura: 3mm - Tamanho total: 19,0 x 23,0 cm - Cores Sortidas			
	13	Domino Alfabetizando em Madeira 28PCS. OBJETIVO: associar imagens a suas letras correspondentes. ESPECIFICAÇÃO: Produto produzido em madeira com selo inmetro	UND	20	

14	Jogo Formando Palavras Em Madeira Educativo Infantil. Conteúdo: 24 Fichas ilustradas em papel cartão (8 fichas com palavras de 4 letras), 2 fichas com palavras de 5 letras, 10 fichas com palavras de 6 letras, 4 fichas com palavras de 7 letras) e 112 letras em madeira. Idade: A partir de 6 anos Número de Participantes: 2 a 4 jogadores Composição: Papel Cartão e Madeira (MDF) Dimensões aproximadas da embalagem: 23,0 x 5,0 x 23,0cm – Peso: 340 g	UND	20
15	OGO PALAVRA DENTRO DE PALAVRA -Idade Recomendada: A partir de 6 anos Descrição: Confeccionado em madeira de MDF, contendo 30 placas adesivadas, medindo 5 x 6,5 cm. Altura: 12 cm Largura: 10 cm Comprimento:15cm Peso: 280 g	UND	20
16	Jogo Troca Letras. Especificações: Dimensões aproximadas: 27,0 x 27,0 x 5,0 cm Idade Recomendada: +10 anos.	UND	20

	Contém: 1 tabuleiro, 1 totem, 100 fichas de EVA de pontuação, 64 cartas, 1 regra		
17	ABACO Base de madeira resistente Marcação de unidade, dezena, centena, unidade de milhar e dezena de milhar Cinco hastes para sustentação Cinquenta argolas coloridas em madeira # Especificações Técnicas: Material: Madeira Medidas do Conjunto: 30.5 x 22 x 07 cm Peso Aproximado: 450 g Certificado INMETRO # Conteúdo da Embalagem: 01 Ábaco Aberto com 50 argolas coloridas	UND	20
18	Dominó de Operação - Adição Jogo Educativo e Pedagógico MDF -Material: MDF - Produto Lacrado -Faixa etária: a partir de 5 anos -Dimensões aproximadas: com pelo menos 21x3x18 cm -Peso aproximado: 600 gramas	UND	20
19	Jogos de Dominós Educativos – Subtração, Adição, Multiplicação e Divisão. Jogo de dominó educativo confeccionado em MDF para desenvolver raciocínio lógico. 28 pçs.	UND	20
20	Dominó Educativo Matemático O dominó educativo matemático é feito exatamente para estimular crianças no aprendizado de cálculos mentais, percepção visual e raciocínio lógico. Especificação do produto: Material: MDF 2,5mm Revestido em adesivo couchê Impressão térmica laser colorida Tamanho de cada peça: 7cm x 3,5cm 28 peças	UND	20
21	Material Dourado Completo 611 Peças Caixa De Madeira Material Dourado completo 611 peças cx de madeira "Auxilia o ensino e a aprendizagem do sistema de numeração décima - posicional, as operações fundamentais, frações -decimais e medidas" Proporciona o desenvolvimento do raciocínio e o aprendizado "Contém: 611 peças de madeira na cor natural: 1 cubo de milhar, 10 placas de centena, 100 barras de dezena e 500 cubos de unidade" Composição: Caixa de madeira medindo 13x26x26cm Idade: 1ª até a 8ª série	UND	20

	22	Sólidos Geométricos em Plástico Colorido 3D MMP Pedagógico Conjunto contendo 11 dos principais sólidos geométricos utilizados em sala de aula. Confeccionado em plástico em 4 cores diferentes. SÓLIDOS Pirâmide base Triangular (Tetraedro) altura 6 cm aresta 8 cm; Pirâmide base Retangular altura 8 cm lado 4 e lado 6 cm; Pirâmide base quadrada altura 8 cm e lado 6 cm; Pirâmide base hexagonal altura 8 cm e lado do hexágono 3 cm; Cone (altura 8 cm e diâmetro 6 cm); Prisma de base triangular altura 8 cm lado 6 cm; Prisma de base retangular altura 8 cm lado 4 e lado 6 cm; Prisma de base hexagonal altura 8 cm e lado do hexágono 3 cm; Cubo de aresta 6 cm; Esfera de diâmetro 6 cm; Cilindro altura 8 cm e diâmetro 6 cm	UND	20	
	23	Apito 120Db Apito Árbitro Profissional. APITO COM CORDÃO Fabricado em Policarbonato e moldado em elastômero para o maior conforto e resistência; Emite um som agudo de 120 dB, ouvidos há quilômetros de distância; Design: 2 Câmaras / 4 Ressonadores; Anel de Aço inoxidável a prova de ferrugem; Potência Sonora: 120 dB.	UND	20	
	24	Arco(bambolê) Bambolê Colorido Especificações: - Cor: Sortida - Material: Plástico - Tamanho: 65cm	UND	30	
	25	Bolas de Futebol Peso: 410 -450g Circunferência: 68 -70cm Gomos: 6 Laminado: PU Construção: Ultra Fusion Câmara: 6D Sistema de forro: Termofixo Camada interna: Evacel Processo extra: Dupla Colagem Miolo: Cápsula Sis Cor: Branco, Azul claro e Azul escuro	UND	20	
	26	Bomba de ar - Tamanho da bomba: 27 cm de comprimento. Mangueira de 11,5 cm. UTILIZAÇÃO: inflar bolas. Itens Inclusos 1 Bomba de Ar Manual 1 Mangueira 2 Bicos de Metal	UND	20	
	27	Calibrador de bola Calibrador de Bolas Modelo Caneta - Ideal para calibrar bolas com precisão - Modelo caneta - 2 agulhas Garantia contra defeito de fabricação	UND	20	
	28	Coletes para jogos de futebol amarelo Juvenil 7 a 13 anos Colete de Futebol Esportivo Dry Colete para praticas esportivas e treinos. Tamanho único -7 a 13 anos -Malha leve e confortável -Elástico na lateral de 10 cm (esticando fica com 20cm) -100% poliéster -Gramatura: 90gr -Fácil lavagem e secagem -Cores: Preto, Branco, Azul, Vermelho, Verde e Amarelo -Medidas: Comp: 66cm / Larg: 40cm	UND	150	
	29	Coletes para jogos de futebol azul Coletes para jogos de futebol amarelo Juvenil 7 a 13 anos Colete de Futebol Esportivo Dry Colete para praticas esportivas e treinos. Tamanho único -7 a 13 anos -Malha leve e confortável - Elástico na lateral de 10 cm (esticando fica com 20cm) -100% poliéster -Gramatura: 90gr -Fácil lavagem e secagem -Cores: Preto, Branco, Azul, Vermelho, Verde e Amarelo -Medidas: Comp: 66cm / Larg: 40cm	UND	150	
	30	Cone 23cm Cone de Marcação Treinamento 23cm Altura 13cm Plástico rígido. Utilização: treinamentos esportivos e exercícios funcionais. Pode ser utilizado em qualquer superfície. Informações complementares Cor Vermelho	UND	50	
	31	Cone chapéu chinês laranja Especificações: Dimensões: 19 x 19 x 4,5 (C x L x A) Cor: Laranja Dobrável: Sim Lavável: Sim Fabricado em Material: Polímero siliconado mais flexível e durável	KIT	20	
	32	Escada de agilidade 10 Degraus Ajustável Especificações Técnicas: Feita em fita de nylon CA de 40 mm com alta resistência; Degraus em nylon CA 30 mm; Costuras reforçadas; 10 Degraus Medidas: 5 metros de comprimento x 50 cm de Altura Acompanha Sacola para armazenamento da escada	UND	30	
	33	Meiões DE FUTEBOL INFANTIL TAMANHO G Cor Branco fio poliéster combinado com o algodão. Possui áreas de compressão no tornozelo e ponta do pé.	PARES	200	
	34	Prancheta tática futebol Fabricada em metal, a peça traz acabamento em plástico, proporcionando durabilidade. Informações Técnicas Dimensões aproximadas (A x L): 36,5 x 23,5 cm Composição: Metal com acabamento em plástico Contém: 01 prancheta, 01 caneta e 23 imãs Composição caneta: 100% Plástico Peso aproximado: 500 g Indicada para: Campo. Gênero: Unissex Tamanho único	UND	20	
	35	Jogo: Modelo Cara a Cara. Idade Recomendada 6 Anos. Tipo de Jogo: Tabuleiro. Cor: Colorido Certificado Homologado pela Inmetro. Peso do Produto aproximado com Embalagem 795g Dimensões do Produto Largura: 32cm Altura: 5cm Profundidade: 43cm Conteúdo da Embalagem 2 Tabuleiros plásticos; 48 Molduras plásticas; 1 Folha com 48 rostos; 1 Folha com 24 cartas papel triplex (brilho em um dos lados); Manual de instruções.	UND	20	
	36	Jogo pula macaco Cor Colorido Peso do Produto 600g Peso do Produto com Embalagem 800g Dimensões do Produto Largura: 7cm Altura: 26cm Profundidade: 26cm Dimensões do Produto com Embalagem Largura: 7cm Altura: 26cm Profundidade: 26cm Conteúdo da Embalagem 1 Jog	UND	20	
	37	Jogo terapêutico resolvendo conflitos, Componentes • 52 Cartas de conflitos. - Família - Escola - Responsabilidade • 4 Dados • 1 Carta com habilidades - Dialogar - Paciência - Empatia - Humildade (virtude) Especificações Técnicas Largura: 10,5 cm Altura: 14,5 cm Profundidade: 3 cm Peso: 280 g	UND	20	
	38	Jogo torre de equilíbrio, Tipo de Jogo Blocos, Quantidade de Jogos 1. Quantidade de Peças 54 peças Quantidade de Jogadores 1 ou mais Material Madeira MDF Cor Marfim	UND	20	

	39	Quebra cabeça com 6 peças, Especificações Técnicas: - Inmetro: SIM - Idade Recomendada: A partir de 3 anos - Dimensões Aproximadas (AxLxC) Tamanho da cena: 32 x 21 cm - Quantidade de peças: 6 peças - Material: Madeira Reflorestada Conteúdo da Embalagem: - 1x Quebra -cabeça de Encaixe TIPO Fazendinha	UND	20	
	40	Quebra -cabeça com 20 peças, Dimensões do produto28C x 6L centímetros Sobre este item +2 anos Contém 20 peças grandes. Montado mede 60x40cm	UND	20	
	41	Jogo educativo descobrindo emoções, Tipo de Jogo Tabuleiro Quantidade de Jogos 3 Quantidade de Peças 33 peças (8 cartelas, 24 fichas e 1 saco plástico) Quantidade de Jogadores 1 jogador Material Papel e papel cartão Certificado Homologado pela Inmetro. Peso aproximado do Produto com Embalagem 280g Dimensões do Produto com Embalagem Largura 13,2cm Altura 20cm Profundidade 4,5cm Conteúdo da Embalagem 1 Jogo Educativo	UND	50	
	42	Quebra -cabeça com 10 peças, Confeccionado em MDF composto por 10 peças, pintadas e serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica Ilustração: Casal de cachorros medidas do quebra -cabeça montado: 30 x 23 cm Embalagem: película de P.V.C;	UND	20	

		encolhível Cor do produto: COLORIDO		
	43	TEATRO DE FANTOCHES Faixa etária: A partir de 3 ano(s) Até 9 ano(s) Palco de teatro de Fantoches. Composição: Palco confeccionado em fibro -madeira, reforçado por molduras de madeira. Laterais dobráveis que servem de apoio para mantê - lo em pé. As cortinas de tecido abrem e fecham tendo abertura de 40x50cm. Dimensão frontal: 55cm de base x 70cm de altura. As laterais medem 18cm de base x 70cm de altura. Pintado em tinta atóxica. Idade: Da pré -escola à 3ª série / 03 anos	UND	20
	44	Brinquedo Educativo Loto Leitura Pedagógico. Material: MDF - 156 peças - 185x185x3 mm (tabuleiro) Embalagem: Estojo de MDF - 216x214x68 mm Faixa etária: A partir de 05 anos	UND	20
	45	Pião de Madeira c/ Corda barbante - Brinquedo Pião com Fieira Retrô Original, Tamanho Aprox.: 7cm	UND	50
	46	Conjunto com 72 letras coloridas em EVA medindo 5cm de altura cada. Acondicionadas em mochila para guardar as peças	UND	20
	47	Tatame modelo Eva Bebe Infantil Kit 15 Tapetes 50cm X 50cm X 10mm Cor Colorido, Produto indicado para: escolas, playgrounds, quartos infantis, hotéis, clubes, condomínios, spas, buffet, entre outros.	UND	50
	48	Alfabeto Móvel Completo Abecedário Letras Números Plástico. CARACTERÍSTICAS: peças feitas em plástico com certificado do INMETRO. Conteúdo da Embalagem: 1 pote com 200 peças coloridas.	UND	20
	49	JOGO EU SOU • Idade recomendada: a partir de 6 anos • Número de jogadores: para 2 a 4 jogadores • Objetivo do jogo: ser o jogador com mais pontos ao final das rodadas. • Tempo médio de jogo: 30 minutos	UND	20

E-mailpesquisamercadologica@ipanguacu.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de tenda tipo piramidal (5x5m), para atendimento das necessidades de cobertura de espaços em eventos institucionais promovidos pela Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Ipanguaçu/RN.

JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipanguaçu/RN, por meio da aquisição de materiais destinados à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Programa Escola em Tempo Integral, visando fortalecer as ações pedagógicas e garantir melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais.

2.2. A disponibilização de brinquedos educativos e recreativos, jogos pedagógicos, materiais de apoio didático, materiais esportivos e de lazer e recursos voltados ao desenvolvimento de competências socioemocionais é essencial para promover práticas pedagógicas mais dinâmicas, inclusivas e alinhadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), favorecendo o desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional dos estudantes.

2.3. Dessa forma, a aquisição desses materiais contribuirá para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, ampliando as possibilidades metodológicas dos professores, incentivando a participação dos estudantes nas atividades escolares e proporcionando ambientes educativos mais adequados, lúdicos e estimulantes, em atendimento às demandas da rede municipal de ensino.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois, conforme dispõe o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3. A presente contratação será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite legal vigente e que foram atendidos os requisitos para a contratação direta.

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O contrato vigorará até a conclusão da entrega do objeto e cumprimento das obrigações contratuais.

5 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o que determina o inciso XXIII do art. 6º da Lei 14.133/21.

5.2. A contratação direta obedecerá às disposições da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal nº 19/2023.

5.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026. As justificativas estão constadas em campo específico do Estudo Técnico Preliminar.

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

7 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade:

7.1.1. A presente contratação observará os princípios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, priorizando práticas que promovam a eficiência, o uso racional de recursos e a responsabilidade socioambiental no fornecimento dos bens.

7.2. Subcontratação:

7.2.1. Não será permitida a subcontratação.

7.3. Garantia da Contratação:

7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

7.3.1.1. Primeiro, não há complexidade na presente contratação direta;

7.3.1.2. Segundo a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

7.3.1.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar em uma contratação fracassada.

7.4. Da vistoria;

7.4.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens, cujas especificações técnicas encontram-se suficientemente definidas neste Termo de Referência, não sendo exigida, igualmente, a apresentação de amostras.

8 – EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Do Local e das Condições de Entrega;

8.1.1. Os produtos deverão atender aos padrões de conservação, comercialização e consumo presentes na legislação em vigor, específica para o objeto em questão. Deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, devidamente acondicionados e acompanhados, quando aplicável, de manuais, certificados ou demais documentos técnicos exigidos pelas normas vigentes.

8.1.2. O prazo de entrega dos produtos é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva ordem de fornecimento.

8.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

8.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.1.7. A Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipanguaçu/RN, por meio do(s) servidor(es) designado(s) para o acompanhamento e fiscalização da contratação, efetuará inspeção dos bens fornecidos, a fim de verificar se atendem às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

8.1.8. Quaisquer exigências da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipanguaçu/RN, inerentes ao objeto desta contratação e às disposições deste Termo de Referência deverão ser atendidas em até 05 (cinco) dias pela contratada, sem ônus para a Administração.

8.1.9. Será realizada conferência dos materiais entregues pela fiscalização da contratação, verificando sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, sendo recusados aqueles que estiverem em desacordo com as exigências estabelecidas.

8.1.10. A contratada deverá fornecer os bens em estrita observância às especificações constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade, integridade e conformidade dos materiais entregues.

8.1.11. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades da Administração. .

8.1.12. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

8.1.13. Os bens deverão ser entregues durante o horário de expediente da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipanguaçu/RN, das 07h00 às 13h00, no seguinte endereço:

Local: Secretaria Municipal de Educação do Município de Ipanguaçu/RN
Endereço: Rua 23 de dezembro, nº 65, Centro.
Município: Ipanguaçu/RN – CEP: 59.508-000.
Contato do responsável do recebimento: (84) 99170-8620

9 – GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, das condições de fornecimento e entrega dos bens, quando houver, dos procedimentos de recebimento do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. Fiscalização.

9.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.6.2. Fiscalização Técnica;

9.6.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.6.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.6.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.6.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

9.6.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
9.6.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato o encerramento da execução contratual, para adoção das providências relativas ao recebimento definitivo do objeto e ao encerramento do contrato.
9.6.3. Fiscalização Administrativa;
9.6.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
9.6.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
9.6.4. Gestor do Contrato;
9.6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
9.6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
9.6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
9.6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
9.6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
9.6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
9.6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
10.1. Recebimento:
10.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo definido no contrato, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
10.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação do fornecimento dos bens a que se referem a parcela a ser paga.
10.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
10.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
10.1.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
10.1.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico verificará a conformidade dos bens entregues com as especificações constantes deste Termo de Referência, registrando em relatório eventuais irregularidades e encaminhando-o ao gestor do contrato, quando necessário.
10.1.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
10.1.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única ordem de fornecimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
10.1.6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.1.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
10.1.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo definido no contrato, contados do recebimento provisório, pelo Gestor de Contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme a Instrução Normativa Municipal nº 003, de 27 de dezembro de 2023, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
10.1.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
10.1.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
10.1.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo do objeto, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
10.1.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
10.1.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
10.1.9. No caso de controvérsia quanto ao fornecimento dos bens, sua quantidade, qualidade ou conformidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento dos bens ou no instrumento de cobrança.
10.1.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
10.2. Liquidação:
10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, será iniciado o prazo para liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.
10.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
I – o prazo de validade;
II – a data da emissão;
III – os dados do contrato e do órgão contratante;
IV – o período respectivo de execução do contrato;
V – o valor a pagar; e
VI – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
10.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
10.3. Prazo de pagamento:
10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
10.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.
10.4. Forma de Pagamento:
10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
10.5. Antecipação de pagamento:
10.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.
10.6. Cessão de crédito:
10.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
10.6.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
10.6.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
10.6.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
10.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.
10.7. Das demais condições do Pagamento:
10.7.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada das provas de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, do Certificado de Regularidade do FGTS.
10.7.2. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA**, conforme inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

11.1.2. O critério de julgamento seguirá o parâmetro da proposta classificada como a economicamente mais vantajosa, observando o elemento da inexequibilidade dos preços ofertados.

11.1.3. O fornecedor deverá comprovar que cumpre plenamente os requisitos estabelecidos no item 11.3.

11.2. Regime de Execução:

11.2.1. O fornecimento será realizado em entrega única, conforme Ordem de Fornecimento expedida pela Administração.

11.3. Exigências de habilitação:

11.3.1. Para fins de habilitação, o contratado deverá comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1.1. Previamente à análise da documentação de habilitação, o setor competente fará consulta para verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme recomendação do TCU (Acórdão n° 1.793/2011 – Plenário) ao seguinte cadastro:

11.3.1.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas da União – TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

11.3.2. Habilitação Jurídica:

11.3.2.1. Cédula de Identidade do(s) titular(es) ou de um do(s) sócio(s) que exerça(am) a função de administrador da empresa.

11.3.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, quais sejam:

11.3.2.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

11.3.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.3.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.3.2.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

11.3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos estaduais e Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.3.3.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de tributos municipais, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

11.3.4. Qualificação técnica:

11.3.4.1. Apresentar atestados de capacidade técnica, nos moldes do Art. 67 da Lei 14.133.

11.3.5. Declarações:

11.3.5.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal de 1988;

11.3.5.2. Declaração de ausência de vinculo/parentesco, nos moldes da Lei 14.133/2021, Art. 14, IV.

12 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação será realizado na etapa das pesquisas realizada pelo setor de compras.

12.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023);

12.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

12.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos nos Orçamentos Geral Municipal.

13.2. A contratação será atendida pelas despesas decorrentes desta solicitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal seguintes dotações orçamentárias, as quais serão oportunamente informadas e anexadas pelo Setor da Contadoria Geral do Município.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Obrigações da Contratante:

14.1.1. Fornecer à contratada as informações e orientações necessárias ao adequado fornecimento dos bens objeto da contratação;
14.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
14.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos bens, por meio de servidor devidamente designado, registrando as ocorrências e adotando as providências cabíveis;
14.1.4. Receber os bens fornecidos, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência;
14.1.5. Notificar a contratada, por escrito, sobre eventuais falhas ou irregularidades no fornecimento dos bens, fixando prazo para sua correção;
14.1.6. Efetuar o pagamento à contratada conforme condições estabelecidas no contrato;
14.1.7. Efetuar as retenções tributárias previstas na legislação aplicável;
14.1.8. Disponibilizar local, servidor responsável e condições necessárias para o recebimento, conferência e fiscalização dos bens.

14.2. Obrigações da Contratada:

14.2.1. Fornecer os bens conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na Ordem de Fornecimento;
14.2.2. Manter sigilo sobre informações e dados a que tiver acesso em razão da execução contratual;
14.2.3. Comunicar à contratante, com antecedência, qualquer fato que possa comprometer a execução dos serviços;
14.2.4. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
14.2.5. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
14.2.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
14.2.7. Atender às determinações da fiscalização, prestando os esclarecimentos necessários;
14.2.8. Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas falhas no fornecimento dos bens entregues;
14.2.9. Cumprir os prazos e condições estabelecidos no cronograma de execução.

15 – DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado ou da data da proposta apresentada pelo contratado.
15.2. Após o interregno de 01 (um) ano, e mediante solicitação da contratada, os preços poderão ser reajustados, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
15.5. A contratada deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços sempre que este ocorrer.
15.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
15.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação vigente.
15.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo, para reajustamento do valor remanescente do contrato.
15.9. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos da legislação vigente.

16 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações contidas no disposto do Art. 155 da Lei nº 14.133/21.
16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1. as sanções contidas no disposto do Art. 156 da Lei nº 14.133/21.

17 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que haja as devidas justificativas.
17.2. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme previsto no Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

18. DO FORO

18.1. Para a solução de qualquer pendência oriunda da execução do contrato não resolvida na esfera administrativa, será escolhido o Foro da Comarca de Ipanguaçu/RN, renunciando a qualquer outro ainda que privilegiado.

(*Republicação por incorreção)

27 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

SERJANE DE ARAUJO
Secretária Municipal de Educação Portaria nº 307/2025
Responsável Pelo Termo De Referência

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:818361CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 489, DE 04 DE MAIO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ/RN

Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro - Jaçanã/RN CEP: 59225-000

DECRETO Nº 489, DE 04 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente corrente, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições definidas pela Lei Orgânica Municipal, e autorizado pelo orçamento municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento municipal do ano corrente, esse instituído pela Lei Municipal nº 447/2025, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.165.000,00 (um milhão cento e sessenta e cinco mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, conforme especificações contidas na **tabela I,** anexa.

Art. 2º - Servirá como fonte de anulação para o crédito especificado no art. 1º deste Decreto, a anulação parcial de dotações especificadas na **tabela II** em anexo, conforme previsão legal do artigo 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jaçanã/RN, 04 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA

Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.165.000,00**
03 .100 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**100.000,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
05 .100 SECRETARIA MUN. DE AGRIC. MEIO AMB. E DEFESA CIVIL					**100.000,00**
	2009 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100.000,00
06 .101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**132.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**132.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	12.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16600000	0001	100.000,00
07 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**250.000,00**
	2015 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/30%				**90.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	40.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/70%				**100.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	100.000,00
	2130 AÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES SÓCIAIS				**60.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001001	0001	20.000,00
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15400000	0001	40.000,00
08 .101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**376.000,00**
	1038 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE				**188.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	188.000,00
	2128 AÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS				**188.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16003110	0001	188.000,00
13 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**207.000,00**
	1047 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVAS				**202.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	202.000,00
	2048 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**1.165.000,00**
03 .100 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**100.000,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	60.000,00
05 .100 SECRETARIA MUN. DE AGRIC. MEIO AMB. E DEFESA CIVIL					**150.000,00**
	2009 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL				**100.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	28.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	15000000	0001	25.000,00

		- PESSOA JURÍDICA			
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	40.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
	1057 CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	50.000,00
06 .101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**132.000,00**
	1030 REFORMAR E EQUIPAR O PRÉDIO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
	1006 REFORMA E EQUIPAR O PRÉDIO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO				**88.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16600000	0001	28.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	20.000,00
	1012 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E OUTROS EQUIPAMENTOS				**12.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16650000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16690000	0001	6.000,00
	2028 PROMOÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS				**22.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
07 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**150.000,00**
	2012 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	13.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	7.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/30%				**74.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	50.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	24.000,00
	2073 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB-30%				**45.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	45.000,00
	2124 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO EJA - FUNDEB/30%				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	5.000,00
08 .101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**376.000,00**
	1009 AQUISIÇÃO DE VEÍVULOS E EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				**53.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	53.000,00
	2044 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGIA DA "SAÚDE DA FAMÍLIA" - ESF				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	5.000,00
	2045 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA DA "VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS/ENDEMIAS				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	2.000,00
	2046 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE "VIGILÂNCIA SANITÁRIA"				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	2.000,00
	2060 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	1.000,00
	2062 EMENDAS ESPECIAIS PARA AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**188.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16003110	0001	188.000,00
	2061 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES CUSTEIO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA				**25.000,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16010000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	15.000,00
	1061 CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DA SEDE DO CASP (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL)				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	100.000,00
09 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA					**50.000,00**
	1019 REFORMA DO ABATEDOURO				**50.000,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	50.000,00
13 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**207.000,00**
	1037 CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO				**62.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	12.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	50.000,00
	1048 CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	30.000,00
	1059 CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS				**80.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	40.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	40.000,00
	2111 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00

Jaçanã/RN, 04 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:23B4FCB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 04/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ/RN
Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro - Jaçanã/RN CEP: 59225000
PORTARIA Nº 04/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

Dispõe sobre o remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinado com a Lei Orçamentária vigente;
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício, dentro do orçamento geral, este instituído pela Lei Municipal nº 438/2025 (LDO), o valor de R$ 536.600,00 (quinhentos e trinta e seis mil e seiscentos reais), entre as dotações especificadas no **anexo I** desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face o que trata o artigo anterior, o remanejamento, em igual valor, de saldos de dotações orçamentárias especificadas no **anexo II** desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaçanã/RN, 01 de abril de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**536.600,00**
02 .100 GABINETE DO PREFEITO					**12.000,00**
	2142 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**12.000,00**
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	12.000,00
03 .100 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**6.000,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**6.000,00**
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	6.000,00
05 .100 SECRETARIA MUN. DE AGRIC. MEIO AMB. E DEFESA CIVIL					**28.000,00**
	2009 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL				**28.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	28.000,00
06 .101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**26.600,00**
	2027 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
	2057 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**1.600,00**
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	16600000	0001	1.600,00
	2037 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**15.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	15.000,00
07 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**339.000,00**
	2015 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/30%				**70.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	70.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/70%				**160.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO	15401070	0001	160.000,00

		DETERMINADO			
	2023 MANUTENÇÃO DA AÇÕES DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	50.000,00
	2137 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL				**59.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	59.000,00
08 .101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**125.000,00**
	2039 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	25.000,00
	2062 EMENDAS ESPECIAIS PARA AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	100.000,00
Anexo II (Redução)					**536.600,00**
02 .100 GABINETE DO PREFEITO					**12.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO				**12.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	3.000,00
03 .100 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**6.000,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**6.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	6.000,00
05 .100 SECRETARIA MUN. DE AGRIC. MEIO AMB. E DEFESA CIVIL					**28.000,00**
	2009 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL				**28.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	28.000,00
06 .101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**26.600,00**
	2027 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.500,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
	2057 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**6.600,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	300,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	1.000,00
	2084 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SCFV- IDOSO				**2.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	2.500,00
	2091 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SCFV- CRIANÇAS E ADOLESCENTE DE 15 A 17 ANOS				**5.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	5.000,00
	2094 ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES E GESTÃO DO CADÚNICO				**2.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	2.500,00
07 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**339.000,00**
	2015 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/30%				**70.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	70.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/70%				**60.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	45.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	15.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA AÇÕES DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	50.000,00
	2025 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB/70%				**45.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	20.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	5.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DO ENSINO EJA/70%				**55.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	25.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	20.000,00
	2137 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL				**59.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	59.000,00

08 .101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**125.000,00**
	2039 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	25.000,00
	2062 EMENDAS ESPECIAIS PARA AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**100.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16003110	0001	100.000,00

Jaçanã/RN, 01 de abril de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:4B56A77C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2026 - "CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2026.

"CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jandaíra/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Ficam criados, no quadro permanente de pessoal da Administração Pública Municipal, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo Único desta Lei, destinados ao atendimento das necessidades permanentes da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - Os cargos ora criados serão providos mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza do cargo, observados os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal, a legislação municipal pertinente e o edital do certame.

Art. 3º- A jornada de trabalho, os requisitos de investidura, as atribuições, o vencimento básico e demais vantagens dos cargos observarão o disposto nas leis municipais que disciplinam os respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais normas aplicáveis.

§ 1º Na hipótese de inexistência de legislação específica para determinado cargo, suas atribuições, requisitos e remuneração serão definidos em lei própria ou no edital do concurso, observada a legislação vigente.
§ 2º A nomeação dos candidatos aprovados ocorrerá de acordo com a necessidade da Administração, a disponibilidade orçamentária e financeira e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Jandaíra/RN, 26 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal de Jandaíra.

Anexo Único – Relação dos cargos efetivos a serem ofertados			
Cargo	**Vagas**	**Carga Horaria**	**Vencimento Concurso**
Secretaria Municipal de Educação			
Professor Pedagogo	15	30h	R$ 3.848,44
Professor de Matemática	1	30h	R$ 3.848,44
Professor de Língua Portuguesa	2	30h	R$ 3.848,44
Professor de Ciências	2	30h	R$ 3.848,44
Professor de Educação Física	2	30h	R$ 3.848,44
Professor Geografia	2	30h	R$ 3.848,44
Professor de Língua Inglesa	1	30h	R$ 3.848,44
Professor de Artes	2	30h	R$ 3.848,44
Professor de História	2	30h	R$ 3.848,44
Professor de Ensino Religioso	1	30h	R$ 3.848,44
Secretaria Municipal de Saúde			
Enfermeiro	01	40h	R$ 3.500,00
Psicólogo	02	30h	R$ 3.000,00
Farmacêutico	01	20h	R$ 2.000,00
Fisioterapeuta	01	20h	R$ 2.000,00
Médico Cardiologista	01	10h	R$ 4.000,00
Médico Ginecologista	01	10h	R$ 4.000,00
Médico Pediatra	01	10h	R$ 4.000,00
Médico Psiquiatra	01	10h	R$ 4.000,00
Médico Ortopedista	01	10h	R$ 4.000,00
Médico Neuropediatra	01	10h	R$ 4.000,00

Fonoaudiólogo	01	20h	R$ 3.000,00
Médico Veterinário	01	20h	R$ 2.100,00
Secretaria Municipal de Agricultura			
Médico Veterinário	01	20h	R$ 2.100,00
Secretaria Municipal deAssistênciaSocial			
Assistente Social	01	30h	R$ 2.700,00
Psicólogo	01	30h	R$ 2.700,00
Nutricionista	01	20h	R$ 2.000,00
Técnico de Nível Superior – Formação em Direito	01	30h	R$ 3.000,00
Técnico de NívelSuperior – Formação Pedagogia	01	20h	R$ 2.700,00
Educador Físico	01	20h	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Administração			
Técnico de Segurança do Trabalho	01	40h	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esportes			
Educador Físico	01	20h	R$ 2.000,00
Total: 52 vagas.			

Publicado por:
Lara Evelyn Fernandes Mendes
Código Identificador:969359E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

NUCLEO DE PLANEJAMENTO DE LICITAÇÃO
PESQUISA MERCADOLÓGICA

O Município de Jardim do Seridó/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, solicita Cotação de Preços de empresas do ramo para **prestação de serviços de acesso à internet em banda larga, via fibra óptica e/ou rádio, com disponibilidade ininterrupta, incluindo instalação, ativação, manutenção e suporte técnico, destinados ao atendimento das unidades, setores e prédios públicos do Município de Jardim do Seridó/RN.**
E-mail para envio das propostas: npl.jardim25@gmail.com
Tempo para envio das propostas: 03 (três) dias úteis.
PESQUISADO: _____
CNPJ:_____._____._____/_____-_____
ENDEREÇO: _____
CONTATOS: ( )_____-_____. **E-MAIL:**_____

Item	Descrição	Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para o **Arquivo Municipal.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para o **Setor de Licitações / Sede da Prefeitura Municipal.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Recepção da Sede da Prefeitura Municipal.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal de Administração (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal de Administração (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 02.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Delegacia de Polícia Civil.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Delegacia de Polícia Militar.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Praça Dr. Paulo Gonçalves.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Praça Manoel Paulino dos Santos Filho.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Praça da Bandeira Branca**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Praça Monsenhor Walfredo Gurgel (Bairro Cohab)**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Praça Miguel da Costa Cirne (Bairro Bela Vista)**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Praça Homero João de Azevedo (Bairro Baixa da Beleza)**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **sede da Guarda Municipal – sistema de monitoramento das câmeras e central de segurança do projeto "Jardim + Seguro"**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria do Gabinete da Prefeita / Sede da Prefeitura Municipal.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para o **Setor de Imprensa / Sede da Prefeitura Municipal.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 02.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 03.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 04.**	Mês	12		

	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 02.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps para a **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 02.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **sede da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **sede do Mercado Municipal da Carne Vereador Antônio Basílio da Costa (Açougue Público Municipal).**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **sede do Centro de Abastecimento Municipal (Mercado Público Municipal).**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para o **CRAS**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para o **CREAS**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para o **Clube de Idosos São Judas Tadeu**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para o **Conselho Tutelar**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 02.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 03.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 04.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 05.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 06.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 100 (cem) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 07.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps para o **Setor do Programa Bolsa Família / Cadastro Único.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps para a **Gestão do SUAS**.	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 02.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 200 (duzentos) Mbps para a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 03.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **sede da Banda de Música Euterpe Jardinense.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para o **Núcleo de Educação Infantil Clenita Dantas.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para o **Núcleo de Educação Infantil Concessa Cunha.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para o **Núcleo de Educação Infantil Francisca Daguia.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Escola Municipal Professora Calpurnia Caldas de Amorim.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Escola Municipal Professora Zelia Costa.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Medeiros Cunha.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Sede da Secretaria Municipal de Educação.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Unidade Escolar Antônio Galdino.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Unidade Escolar Margarida Francelina.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Biblioteca Sesi.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Biblioteca Ruy Barbosa.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **sede da Secretaria Municipal de Esportes.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a Secretaria Municipal de Esportes (local a ser definido no momento da solicitação) – **Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento / Sede da Prefeitura Municipal.**	Mês	12		

	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 400 (quatrocentos) Mbps para o **Setor de Tributação / Sede da Prefeitura Municipal.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 400 (quatrocentos) Mbps para a **Unidade Básica de Saúde I - Dr. Manoel Brandão.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 400 (quatrocentos) Mbps para a **Unidade Básica de Saúde II - Maria Odete.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 400 (quatrocentos) Mbps para a **Unidade Básica de Saúde IV - Luciane Silva de Azevedo.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 400 (quatrocentos) Mbps para a **Unidade Básica de Saúde V - Parteira Regina Rebeca.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) Mbps para o **Posto de Saúde localizado no sítio Currais Novos, pertencente a Unidade Básica de Saúde III – Zona Rural.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) Mbps para o **Posto de Saúde localizado no sítio Cacimba Velha, pertencente a Unidade Básica de Saúde III – Zona Rural.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) Mbps para o **Posto de Saúde localizado no sítio Catururé, pertencente a Unidade Básica de Saúde III – Zona Rural.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) Mbps para o **Posto de Saúde localizado no sítio Quipauá, pertencente a Unidade Básica de Saúde III – Zona Rural.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 600 (seiscentos) Mbps para o **Centro Clínico Municipal Dr. Maurino Silva.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 600 (seiscentos) Mbps para o **servidor do PEC, localizado no Centro Clínico Municipal Dr. Maurino Silva.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para o **Setor de Sistemas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 600 (seiscentos) Mbps para o **Centro Cultural de Múltiplo Uso Dr. Múcio Pereira.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para o **Setor de Regulação, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 400 (quatrocentos) Mbps para o **Centro de Reabilitação Wilde Santos de Medeiros.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) Mbps para o **Setor de Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal de Saúde (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 01.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **Secretaria Municipal de Saúde (local a ser definido no momento da solicitação) – Ponto nº 02.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para a **sede da Secretaria Municipal de Transportes.**	Mês	12		
	Serviço de acesso à internet (banda larga), via rádio, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e velocidade mínima de 300 (trezentos) Mbps para a **sede do Abatedouro Público Municipal João Azevedo (Joca Marchante).**	Mês	12		
	Serviço de instalação, ativação e adequação de ponto de acesso à internet, incluindo fornecimento de todo o material necessário, configuração e testes de conectividade.	Unidade	250		
	Serviços de acesso à internet (banda larga) temporária, via fibra óptica, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas e velocidade mínima de 500 (quinhentos) Mbps para atender eventos realizados pelo Município.	Diária	100		

Cidade/Estado, data.

_____

Carimbo e assinatura do representante da empresa

Publicado por:
Reno Sebastião Araújo de Medeiros
Código Identificador:5886F5EA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso de suas atribuições legais, vem INFORMAR que no EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN), edição do dia 17 de setembro de 2025, código identificador A8E8511E.

Onde **LÊ-SE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. DE PONTOS	UNID. MEDIDA	QUANT. DE MÊS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Cessão de direito de uso de plataforma de videomonitoramento com ferramenta de inteligência artificial e gravação das imagens em nuvem por no mínimo 03 dias e acesso via web ou dos aplicativos Android e iOS. – **Ponto de Monitoramento Inteligente.**	30	Ponto/Mês	12	150,00	54.000,00
02	Cessão de direito de uso de plataforma de videomonitoramento com ferramenta de inteligência artificial e gravação das imagens em nuvem por no mínimo 03 dias e acesso via web ou dos aplicativos Android e iOS. – **Ponto de Monitoramento Inteligente com**	30	Ponto/Mês	12	150,00	6.000,00

	Leitura de placas - OCR					
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 60.000,00**		

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. DE PONTOS	UNID. MEDIDA	QUANT. DE MÊS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CESSÃO DE DIREITO DE USO DE PLATAFORMA DE VIDEOMONITORAMENTO COM FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E GRAVAÇÃO DAS IMAGENS EM NUVEM POR NO MÍNIMO 03 DIAS E ACESSO VIA WEB OU DOS APLICATIVOS ANDROID E IOS. – PONTO DE MONITORAMENTO INTELIGENTE.	30	Ponto/Mês	12	150,00	54.000,00
2	CESSÃO DE DIREITO DE USO DE PLATAFORMA DE VIDEOMONITORAMENTO COM FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E GRAVAÇÃO DAS IMAGENS EM NUVEM POR NO MÍNIMO 03 DIAS E ACESSO VIA WEB OU DOS APLICATIVOS ANDROID E IOS. – PONTO DE MONITORAMENTO INTELIGENTE COM LEITURA DE PLACAS – OCR	1	Ponto/Mês	12	500,00	6.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 60.000,00**	

Lagoa de Velhos/RN, 27 de agosto de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:65D40221

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2202026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2202026 – GP, Lagoa Nova/RN, 27 de agosto de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 127.895,67 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 127.895,67 (cento e vinte sete mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**127.895,67**
07.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**22.864,44**
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "ROÇA FÁCIL"				**22.864,44**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	22.864,44
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**92.243,68**
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				**23.887,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	23.887,00
	2034 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS				**43.456,68**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16040000	0001	43.456,68
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**24.900,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	24.900,00
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**12.787,55**
	2059 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS				**12.787,55**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	9.916,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.871,55
Anexo II (Redução)					**127.895,67**
07.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**59.538,99**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**46.751,44**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	46.751,44
	1052 PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES				**2.871,55**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.871,55
	1099 REFORMA DO CENTRO DO AGRICULTOR				**9.916,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	9.916,00
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**24.900,00**
	2050 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL				**24.900,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	24.900,00
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**43.456,68**
	2038 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - ECD				**43.456,68**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	43.456,68

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:8089A602

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2212026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2212026 – GP, Lagoa Nova/RN, 27 de agosto de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 112.000,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**112.000,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**112.000,00**
	2020 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**92.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	32.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
	2042 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**112.000,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.000,00**
	1063 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PRÉDIO SEDE PARA OS PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16600000	0001	20.000,00
99.999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA					**92.000,00**
	2999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA				**92.000,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	92.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:C27A935D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2222026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2222026 – GP, Lagoa Nova/RN, 27 de agosto de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 1.000.000,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 1.000.000.00 (um milhão de reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no exercício financeiro anterior.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000.000,00**
08.002 FUNDO MANUT. DESEN. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB					**1.000.000,00**
	2049 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL FINANCIADO COM REC. DO FUNDEB 70%				**1.000.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25421070	0001	1.000.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:2988D07A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 072/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 072/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 27 de agosto de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 20.755,61 (vinte mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZUCLÉCIA REISY APRÍGIO DE CARVALHO
Secretária Municipal Interina de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.755,61**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**2.091,00**
	2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**2.091,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.091,00
09.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**14.580,27**
	2044 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**14.580,27**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	14.580,27
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**800,00**
	2020 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	800,00
13.001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**3.284,34**
	2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE				**3.284,34**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.284,34
Anexo II (Redução)					**20.755,61**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**2.091,00**
	2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**2.091,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	2.091,00
09.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**14.580,27**
	2044 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**14.580,27**
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	7.580,27
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	500,00
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**800,00**
	2020 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**800,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	800,00
13.001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**3.284,34**
	2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE				**3.284,34**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.684,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.600,34

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:6319FE68

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1791/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Decreto Nº. 1791/2026 Lucrécia/ RN, 27/08/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 27/08/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.142 - Estrut. Rede Serv. Media e Alta Complex.			
1035 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15021002	R$ 5.100,00
Total da Ação:			**R$ 5.100,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 5.100,00**
4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Lucrécia			
7001 - SEC. M. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO FMAS			
2.174 - Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente			
916 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15000000	R$ 5.200,00
Total da Ação:			**R$ 5.200,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 5.200,00**

Valor total Suplementado: R$ 10.300,00

Redução

3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
1017 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		Fonte: 15021002	R$ 5.100,00
Total da Ação:			**R$ 5.100,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 5.100,00**
4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Lucrécia			
7001 - SEC. M. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO FMAS			
2.174 - Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente			
917 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		Fonte: 15000000	R$ 5.200,00
Total da Ação:			**R$ 5.200,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 5.200,00**

Valor total Reduzido: R$ 10.300,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:4010D304

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA Z NORTE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. A**NTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **Z NORTE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 46.027.640/0001-96, sediada na Rua Santos, 112, Central Parque Clube, Extremoz/RN – CEP: 59.575-000, neste ato representada pelo Sr.**WAGNER AZEVEDO SILVA**, inscrito no CPF n.º 104.897.214-35, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no **Termo da Ata de Registro de Preços n.º 008/2025, originário do Processo n.º 98/2025, Pregão Eletrônico n.º 008/2025** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 008/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 25 de agosto de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
4	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO: PESO: 420-445G; CIRCUNFERÊNCIA: 68,5 - 69,5 CM; GOMOS: 14 GOMOS TERMOSSOLDADOS E PROCESSO DE DUPLA COLAGEM ENTRE OS GOMOS, COM TERMO FUSÃO E 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA; LAMINADO: ECOKNIT; COMPOSIÇÃO: PU GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO 100% NACIONAL; NAS CORES BRANCA, VERMELHA E AZUL; BOLA COM SELO DE APROVAÇÃO FIFA.	KAGIVA	UNID	10	R$ 99,00	R$ 990,00
5	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO,TAMANHO N°5, COSTURADA À MÃO,COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU. SUPERFÍCIE TEXTURIZADA PARA MELHOR GRIP E MAIOR RESISTÊNCIA.TAMANHO: 61 – 64 CM DE DIÂMETRO.PESO:350 – 380G	KAGIVA	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1.920,00
9	CESTA COM REDE DE BASQUETE: CESTA DE BASQUETE EM AÇO; MEDIDA: 45 CM DE DIÂMETRO; REDE: EM MALHA TRANÇADA DE 7 X 7 CM; FIO: 4 MM EM POLIPROPILENO COM PROTEÇÃO UV; DIMENSÕES (L X A): 45 X 40 CM.	PANGUE	PAR	12	R$ 165,00	R$ 1.980,00
11	COLETES: OS COLETES MEDEM: 47CM ALTURA X 30CM LARGURA; COLETE DUPLA FACE. FABRICADO COM TECIDO MACIO EM DRY FIT; AS LATERAIS ELÁSTICAS QUE GARANTAM UM AJUSTE PRECISO COM VERSATILIDADE, CADA LADO DEVE POSSUIR UMA COR DIFERENTE, PERMITINDO QUE SE ESCOLHA A MELHOR OPÇÃO PARA CADA SESSÃO DE TREINAMENTO; 100% POLIÉSTER; TAMANHO: JUVENIL.	LUCAS SPORT	UNIDADE	200	R$ 12,00	R$ 2.400,00
12	CONE: MATERIAL EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; TAMANHO 50 CM; BASE HEXAGONAL	PANGUE	UNID	50	R$ 17,00	R$ 850,00
14	CORDA PARA PULA-CORDA: COMPRIMENTO DE 2 METROS, ROLAMENTO DUPLO, MODELO SPEED ROPE AJUSTÁVEL.	PANGUE	UNID	150	R$ 12,00	R$ 1.800,00
15	CRONÔMETRO: EM PLÁSTICO ABS DE ALTA QUALIDADE, COM PRECISÃO DE 1/100 SEGUNDOS COM CORDÃO PARA TRANSPORTE.	BMX	UNID	12	R$ 19,00	R$ 228,00
16	JOGO DE DOMINÓ OSSO COM CAIXA DE ACRÍLICO	BMX	UNID	60	R$ 23,00	R$ 1.380,00
17	JOGO DE TRILHA 40X40 CM CAIXA DE MADEIRA E PEÇAS EM MADEIRA	PANGUE	UNID	60	R$ 24,00	R$ 1.440,00
18	JOGO DE XADREZ E DAMAS 40X40 CM TABULEIRO DE MADEIRA E PEÇAS PLÁSTICAS.	PANGUE	UNID	60	R$ 60,00	R$ 3.600,00
19	MARCADORES DE CAMPO: EM MDF, COM OS CABOS EM MADEIRA MACIÇA E COM PINTURA AUTOMOTIVA; APERTOS FÁCEIS COM PARAFUSOS TIPO BORBOLETAS; MEDIDAS CAIXA: 62 CM COMPRIMENTO X 15 CM LARGURA X 22 CM ALTURA; MEDIDA CABO: 90 CM.	GISMAREDES	UNID	2	R$ 1.700,00	R$ 3.400,00
20	QUIMONO: SARJA MÉDIA 100% ALGODÃO; GRAMATURA: 234G/M²; REFORÇO DO MESMO TECIDO NO PEITO, COSTAS E JOELHOS; CALÇA COM ELÁSTICO; COR AZUL; TINGIMENTO REATIVO "HIDANTRENE"; FAIXA BRANCA SEM PONTEIRA.	CHIROI	UNID	100	R$ 128,00	R$ 12.800,00
21	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO, PAR COM FIO 4MM EM NYLON, 100% POLIETILENO, TAMANHO APROXIMADO 7,55M C X 2,50M A X 1,50M F.	PANGUE	PAR	2	R$ 308,00	R$ 616,00
22	REDE DE FUTSAL: PAR DE REDE PARA TRAVE DE GOL FUTSAL FIO 4MM NYLON FUTEBOL DE SALÃO; DIMENSÕES: 3,20M NA LARGURA, 2,10M DE ALTURA, 0,40M DE RECUO SUPERIOR E 1,00M DE RECUO INFERIOR; MALHA (DISTÂNCIA ENTRE NÓS):12X12CM; FIO: CONFECCIONADO NO FIO 4MM DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - 100% VIRGEM, COM TRATAMENTO CONTRA AS AÇÕES DO TEMPO (U.V); COR: BRANCA.	PANGUE	PAR	4	R$ 178,00	R$ 712,00
23	REDE PARA FUTSAL, PAR COM FIO 8MM A 10MM EM NYLON, 100% POLIETILENO, TAMANHO APROXIMADO 3,00M C X 2,00M A X 1.00M F.	PANGUE	PAR	4	R$ 440,00	R$ 1.760,00
24	REDE OFICIAL PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL, CONFECCIONADAS EM POLIETILENO. A REDE DEVERA TER 1,00M DE LARGURA E ENTRE 9,50 E 10M DE COMPRIMENTO (COM 0,25 A 0,50M EM CADA LADO DAS BANDAS LATERAIS	PANGUE	UNID	7	R$ 159,00	R$ 1.113,00
25	COLCHONETE PARA ATIVIDADE RECREATIVA: ESPECIFICAÇÕES: 95CM X 55CM X 3CM; REVESTIMENTO: NAPA; ESPUMA: DENSIDADE 70.	PANGUE	UNID	250	R$ 28,00	R$ 7.000,00
26	TABELA DE BASQUETE PRO 54 - DETALHAMENTO: TAMANHO DO QUADRO - 54 - 137.2 X 81.3CM. MATERIAL DO QUADRO: VIDRO COM MOLDURAS EM AÇO. FOCO - JOGO PROFISSIONAL. AJUSTE DE ALTURA: 2.3 ATÉ 3.5M. TIPO DE AJUSTE DE ALTURA: SCREW JACK (AJUSTÁVEL PARA QUALQUER ALTURA ATRAVÉS DE MOVIMENTOS GIRATÓRIOS). TIPO DE ARO - ARENA SLAM RETRÁTIL. POSTE - DIÂMETRO 10.2 CM, 3 PEÇAS, CIRCULAR. ANGULAÇÃO POSTE - 20º. DISTÂNCIA DA BASE ATÉ O CENTRO DO ARO - 40.64 CM. BASE - 113.4 KG DE AREIA / 72 LITROS DE ÁGUA. RODAS NA BASE - 2 NA PARTE FRONTAL. TAMANHO 54 E ALTURA OFICIAL: PESO 92 KG	PANGUE	PAR	1	R$ 4.584,00	R$ 4.584,00
27	TROFÉU ACRILICO: MEDIDAS TROFÉUS: MÉDIO: ALTURA: 34 CM; LARGURA: 22 CM; PLACA: ALTURA DE 5,5 CM; LARGURA DE 4,0 CM.	ARTE PERFEITA	UNID	200	R$ 39,00	R$ 7.800,00
28	UNIFORMES ESPORTIVOS: CONJUNTO DE 15 UNIDADES EM TECIDO DRY FIT COM PROTEÇÃO UV+; CAMISA PERSONALIZADO COM ARTE DA SEMED E GOVERNO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN; CALÇÃO E MEIÕES PADRONIZADOS; TAMANHOS: INFANTIL E JUVENIL MASCULINO E FEMININO, DE ACORDO COM PADRÕES DA CNE – CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE.	LUCASPORT	KIT	10	R$ 699,00	R$ 6.990,00
29	BANDEIRA DO BRASIL: BANDEIRA CONFECCIONADA EM NYLON POLIAMIDA. DUPLA-FACE COM LETRAS E ESTRELAS BORDADAS. MODELO BORDADO/APLICADO. TARJA, ACABADA COM CETIM E COM CORDÕES NAS PONTAS PARA AMARRAÇÃO. TAMANHO 0,85 X 1,30 M.	BMX	UNID	10	R$ 148,00	R$ 1.480,00

30	BANDEIRA DO RIO GRANDE DO NORTE: BANDEIRA CONFECCIONADA EM NYLON POLIAMIDA. DUPLA-FACE COM LETRAS E ESTRELAS BORDADAS. MODELO BORDADO/APLICADO. TARJA NA COR VERDE, ACABADA COM CETIM E COM CORDÕES NAS PONTAS PARA AMARRAÇÃO. TAMANHO 0,85 X 1,30 M	BMX	UNID	10	R$ 148,00	R$ 1.480,00
31	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN: BANDEIRA CONFECCIONADA EM NYLON POLIAMIDA. DUPLA-FACE COM LETRAS BORDADAS. MODELO BORDADO/APLICADO. TARJA, ACABADA COM CETIM E COM CORDÕES NAS PONTAS PARA AMARRAÇÃO. TAMANHO 0,85 X 1,30 M.	BMX	UNID	10	R$ 188,00	R$ 1.880,00
32	TROFÉUS BASE DE MDF EM FORMATO QUADRADO MEDINDO 25X25CM, NA COR PRETO LISO ENVERNIZADO, CONTRA BASE SUPERIOR EM FORMATO QUADRADO COM AS LATERAIS ABAULADAS COM 20CM DE ALTURA, CANOPLAS DOURADAS COM CINCO COLUNAS DOURADAS FRISADAS, BASE SUPERIOR EM FORMATO REDONDO CONTENDO UM CONE DE METAL, TAÇA DE METAL DOURADAS COM UMA ESTATUETA ACIMA. MOLDURA ESPELHADA CONTENDO A GRAVAÇÃO E LOGOTIPOS. ALTURA 50CM.	BMX	UNID	40	R$ 77,00	R$ 3.080,00
33	TROFÉUS BASE DE MDF EM FORMATO QUADRADO MEDINDO 25X25CM, NA COR PRETO LISO ENVERNIZADO, CONTRA BASE SUPERIOR EM FORMATO QUADRADO COM AS LATERAIS ABAULADAS COM 20CM DE ALTURA, CANOPLAS DOURADAS COM CINCO COLUNAS DOURADAS FRISADAS, BASE SUPERIOR EM FORMATO REDONDO CONTENDO UM CONE DE METAL, TAÇA DE METAL DOURADAS COM UMA ESTATUETA ACIMA. MOLDURA ESPELHADA CONTENDO A GRAVAÇÃO E LOGOTIPOS. ALTURA 30CM	BMX	UNID	15	R$ 49,00	R$ 735,00
34	MEDALHA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAK, COM O TAMANHO DE 80 MM DE DIÂMETRO, COM 35 MM DE DIÂMETRO. AO REDOR DA MEDALHA UMA COROA DE LOUROS EM ALTO RELEVO. ESPESSURA DE 3 MM. METALIZADA NA COR OURO , PRATA E BRONZE SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. COM APLICAÇÃO DE ADESIVO PERSONALIZADO MEDALHA COM DE FITA DE CETIM	MEDASUL	UNID	740	R$ 9,00	R$ 6.660,00
35	KIT ESPORTIVO DE FUTEBOL ADULTO - COMPOSTO DE 23 CAMISAS E 22 CALÇÕES EM MALHA DRY FIT, 100% POLIAMIDA MULTIFILAMENTO – GRAMATURA 145G/M2 COM IMPRESSÃO MODELO TRANSFER 100% SUBLIMAÇÃO DIGITAL HD COM GOLA E DETALHE INTERNO MODELO SELEÇÃO BRASILEIRA, COM COMBINAÇÃO DE CORES VARIADAS. NUMERAÇÃO NA FRENTE E TRÁS, NOME DA MODALIDADE COSTAS E LOGOMARCA DA PMSGA EM BRANCO NA MANGA LADO ESQUERDO EM TRANSFER, COM O NOME DA MODALIDADE NA PARTE INFERIOR. 22 CALÇÕES COM DETALHES (FRISOS) E ABERTURA LATERAL COM COMBINAÇÃO DE TECIDO. 23 MEÕES COM DETALHES E CONTRASTES DE CORES E BORDA DE 8 A 10 CENTÍMETROS COM PUNHO. APRESENTE CALCANHAR VERDADEIRO, AJUSTE NOS PÉS, SOLA ATOALHADA PROTEÇÃO CONTRA BOLHAS COMPOSTO POR 37,7% POLIPROPILENO, 35,9% ALGODÃO, 22,6% POLIAMIDA E 3,8% ELASTODIENO RESISTENTE COM AÇÃO BACTERIOSTÁTICA. 1(UMA) CALÇA PARA GOLEIRO COM: PROTEÇÃO ACOLCHOADA COM ESPUMA ESPECIAL DE ALTA DENSIDADE, A ESPUMA É APLICADA ERGONOMICAMENTE NOS JOELHOS E QUADRIL, PERMITINDO MÁXIMA PROTEÇÃO E ALTA PERFORMANCE. CINTURA COM ELÁSTICO NO QUADRIL. BARRA DA CALÇA - ELÁSTICO PARA PRENDER JUNTO AOS PÉS, AJUDANDO NAS SAÍDAS	LUCAS SPORT	KIT	20	R$ 999,00	R$ 19.980,00
36	MEDALHA EM ACRILICO, 7CM COM ESPACO PARA APLICACAO DE ETIQUETA RESINA EPOXI PERSONALIZADA COM A ARTE DO EVENTO E A COLOCACAO	MEDASUL	UNID	850	R$ 4,00	R$ 3.400,00
37	TROFEU DE HONRA AO MERITO , TAMANHO DE 39 CM, BASE EM MDF PRETA, COM 1 CANO CROMADO DE 15 MM DE DIAMETRO	VITORIA	UNID	50	R$ 57,00	R$ 2.850,00
38	TROFEU DE HONRA AO MERITO TAMANHO DE 1,20 M, BASE EM MDF PRETA, COM 4 CANOS CROMADOS DE 30 MM DE DIAMETRO	VITORIA	UNID	6	R$ 199,00	R$ 1.194,00
39	BOLA SUIÇA (DIVERSOS TAMANHOS) 45 CM, 55 CM , 65 CM, 75CM E 85 CM; FUNÇÃO ANTIESTOURO ; SUPORTA ATÉ 300KG ACOMPANHA BOMBA E PINO	BMX	KIT	2	R$ 299,00	R$ 598,00
40	FAIXA ELÁSTICA - EXERCITADOR ELÁSTICO KIT MINI BAND TRÊS INTENSIDADES; DE ACORDO COM A COR : AMARELO: LEVE ,VERMELHO: MÉDIA AZUL: FORTE VERDE: SUPER FORTE PRETO: EXTRA FORTE MATERIAL LATEX GARANTIA 3 MESES DIMENÇÕES DO PRODUTO: 25X5 (CXL).	BMX	KIT	1	R$ 15,00	R$ 15,00
41	HALTER FISIOTERAPIA 0,5 KG MATERIAL: FERRO COM REVESTIMENTO MATERIAL DE REVESTIMENTO: BORRACHA FORMA: REDONDA	BMX	PAR	2	R$ 22,00	R$ 44,00
42	HALTER FISIOTERAPIA 1KG MATERIAL: FERRO COM REVESTIMENTO MATERIAL DE REVESTIMENTO: BORRACHA FORMA: REDONDA	BMX	PAR	2	R$ 39,00	R$ 78,00
43	HALTER FISIOTERAPIA 2KG MATERIAL: FERRO COM REVESTIMENTO MATERIAL DE REVESTIMENTO: BORRACHA FORMA: REDONDA	BMX	PAR	2	R$ 53,00	R$ 106,00
44	CANELEIRA FISIOTERAPIA 0,5 KG	BMX	PAR	1	R$ 36,00	R$ 36,00
45	CANELEIRA FISIOTERAPIA 1KG	BMX	PAR	1	R$ 47,00	R$ 47,00
46	CANELEIRA FISIOTERAPIA 2KG	BMX	PAR	1	R$ 53,00	R$ 53,00
VALOR TOTAL					**R$ 107.079,00**	

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 008/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 25 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

WAGNER AZEVEDO SILVA
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:E3925232

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA FISIC SPORTS EMPREENDIMENTOS LTDA.

O **município de Montanhas/RN,** através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. A**NTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **FISIC SPORTS EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 33.519.601/0001-64, sediada na Rua Floriano Peixoto, 58, Centro, Trindade/PE - CEP: 56250-000, neste ato representada pelo Sr.**JEFFERSON MIQUEIAS DOS SANTOS NASCIMENTO**, inscrito no CPF n.º ***.845.804-**, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no Termo da Ata de Registro de Preços n.º 009/2025, originário do Processo n.º 98/2025, Pregão Eletrônico n.º 008/2025 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 009/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 25 de agosto de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT.	V. UNT	V. TOTAL
6	BOLA DE HANDEBOL: CONFECCIONADA EM COURO OU MATERIAL SINTÉTICO; ESFÉRICA E COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 54 E 56 CM; PESO ENTRE 325 E 375 GRAMAS.	PRO FIGHT	UNID	6	R$ 69,00	R$ 414,00
7	BOLA DE VOLEIBOL: MATERIAL MICROFIBRA, PU SUPER SOFT, LAMINADO DE PU / MICROFIBRA; PESO 260 A 280 G, 290 A 310 G; CIRCUNFERÊNCIA 65 A 67 CM, 68 A 70 CM; COR COLORIDA; PRESSÃO 03 - 04 LB; GOMOS: 12; CONSTRUÇÃO: ULTRA FUSION; CÂMARA: 6D; SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO; PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM; MIOLO: CÁPSULA SIS.	VP5000	UNID	14	R$ 69,00	R$ 966,00
VALOR TOTAL						**R$ 1.380,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 009/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 25 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

JEFFERSON MIQUEIAS DOS SANTOS NASCIMENTO
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:B02880E3

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 11/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 11/2025, QUE FAZ ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA TREVENZA SOLUCOES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN**, através da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede na Rua São José, nº 04, centro - Montanhas/RN, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, o Sr. A**NTONIO MARCOLINO NETO**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171907 – ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RNN – CEP: 59.198-000, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **TREVENZA SOLUCOES LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 58.613.526/0001-27, sediada na Av. Sete de Setembro, nº 2775, Rebouças, Curitiba/PR - CEP 80.230-010, neste ato representada pela Sra.**PAULA BUSATO CARDOSO**, inscrita no CPF n.º ***.004.259-**, doravante designada **ORGÃO PARTICIPANTE**, tendo em vista o que consta no **Termo da Ata de Registro de Preços n.º 11/2025, originário do Processo n.º 98/2025, Pregão Eletrônico n.º 008/2025** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços n.º 11/2025 por mais 12 (doze) meses, a partir de 26 de agosto de 2026, na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
10	CHAPÉU CHINÊS, POSSUI TAMBÉM UM TEOR FLEXÍVEL QUE O TORNA DURÁVEL MESMO SE FOR PISADO, 5 CM DE ALTURA, 19 CM DE DIÂMETRO E CORES VARIADAS	VELDEN	UNID	60	R$ 2,19	R$ 131,40
13	CONES DEMARCATÓRIOS FURADOS EM 3 NÍVEIS, DE PLÁSTICO COM 24 CM DE ALTURA, 14 CM DE DIÂMETRO COM CORES VARIADAS	PLASTSUL	UNID	150	R$ 5,69	R$ 853,50
VALOR TOTAL						**R$ 984,90**

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 11/2025 foilavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, após lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
P/ Contratante

PAULA BUSATO CARDOSO
P/ Contratada

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:75894F66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 72, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 271.395,67(duzentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos), para fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Nisia Floresta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de ***R$ 271.395,67(duzentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos),*** às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º -O Crédito de que trata o artigo anterior, encontra arrimo no art. 41, inciso I da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º -Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, Superávit Financeiro, nos termos do art. 43, § 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Nisia Floresta/RN, 26 de agosto de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**271.395,67**
02 .201 Secretaria Municipal de Educação					**271.395,67**
	2198 Manutenção das Ações da Educação Integral				**271.395,67**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25690000	0001	271.395,67

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:9A1CB475

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 73, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 119.664,96(cento e dezenove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos*), para os fins que especifica e dá outras providências.*

O Prefeito MUNICIPAL DE Nisia Floresta/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º-Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de ***R$*** **119.664,96(cento e dezenove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos),** às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º- O Crédito de que trata o artigo anterior, encontra arrimo no art. 41, inciso I da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º- Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, nos termos do art. 43, § 1o, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Nisia Floresta/RN, 26 de agosto de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**119.664,96**
02 .201 Secretaria Municipal de Educação					**119.664,96**
	2198 Manutenção das Ações da Educação Integral				**119.664,96**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	119.664,96
Anexo II (Redução)					**119.664,96**
02 .201 Secretaria Municipal de Educação					**119.664,96**
	1025 Aquisição de Veículos para Ampliação do Transporte Escolar				**119.664,96**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	119.664,96

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:71332D0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 2026082702 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0723001/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 082602

EXTRATO DO CONTRATO N. 2026082702

PROCESSOADMINISTRATIVO Nº 0723001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 082602

PARTES: MUNICÍPIO DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES/RN E EMPRESA **TINUS INFORMATICA LTDA,** INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 35.408.525/0001-45.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DO SIAT - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, COMPOSTO DOS APLICATIVOS ABAIXO RELACIONADOS, NA VERSÃO INTERFACE WEB, INCLUINDO OS MÓDULOS PORTAL DO CONTRIBUINTE VIA INTERNET, DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS PRESTADOS ON-LINE (QUE INCLUI A DECLARAÇÃO DOS BANCOS), NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA-NFSE E DE GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES/RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Locação e manutenção do SIAT - Sistema Integrado de Administração Tributária com Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.	12 MESES	R$ 1.800,00	R$21.600,00

PODER: 2 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS - SMPAF
DOTAÇÃO: 04.122.0002.2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SMPAF
DESPESA: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Valor: R$21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

Amparo Legal: Art. 75, II, Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores alterações

Vigência: da data da assinatura até 26 de agosto de 2027

Data da Assinatura: 27 de julho de 2026.

Assinam: ANTONIMAR AMORIM CARLOS, PREFEITO MUNICIPAL E **TINUS INFORMATICA LTDA,** INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 35.408.525/0001-45.

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:04BEDADE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 114/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº ***.***.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº ***.***.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **38/2026**, processo administrativo n.º 2247/2026 e a empresa **MAYARA MADJA AZEVEDO FERREIRA DE MACEDO 08116469479,** com sede a AV ZEZE APRIGIO, Nº 101, CENTRO, Santana do Serido/RN, CEP: 59350-000, inscrito no CNPJ sob o nº 12.402.592/0001-57, neste ato representado pela sua representante a Sra. Mayara Madja Azevedo F. de M***.***69479, portadora do CPF nº***.***.694-79, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de lanches e refeições, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **MAYARA MADJA AZEVEDO FERREIRA DE MACEDO 08116469479**		
CNPJ: **12.402.592/0001-57**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV ZEZE APRIGIO, 101 , CENTRO, Santana do Serido/RN, CEP: 59350-000**		
Representante: **Mayara Madja Azevedo F. de M 08116469479** - CPF:***.***.**694-79**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0006782 - CAFÉ DA MANHÃ. Especificação: BEBIDAS: Café preto com ou sem açúcar - mínimo 100 ml por pessoa; Suco (1 tipo) Natural ou polpa - mínimo de 200 ml por pessoa (Laranja, caju, cajá, abacaxi, goiaba, acerola, graviola, uva, maracujá). FRIOS (a escolha do contratante): 02 tipos dentro das opções seguintes - mínimo de 50g por pessoa. (Queijo Muçarela, Queijo Coalho, Presunto tipo cozido, Presunto de Peito de peru). FRUTAS (a escolha do contratante): 02 porções dentro das opções seguintes - mínimo 120g por pessoa. (Mamão, melão, melancia, abacaxi, manga, maçã vermelha, uva, tangerina). BOLO (a escolha do contratante): 02 Tipos dentro das opções seguintes - mínimo de 100g por pessoa. (Bolo de chocolate, Bolo de cenoura com calda de chocolate, Bolo Mesclado, Bolo formigueiro, Bolo de ovos, Bolo de ameixa, Bolo de laranja, Bolo de maçã, Bolo de milho, Bolo de macaxeira, Bolo preto, Bolo da moça, Bolo de rolo). PÃES (a escolha do contratante): 01 tipo dentro das opções seguintes - mínimo de 50g por pessoa (Pão tipo francesinho, Pão tipo francesinho integral, Pão de queijo, torradas, torradinhas temperadas, Mini pão doce).	UND	1.030	15,00	15.450,00
2	0006783 - LANCHE TIPICO. Especificação: BOLO (a escolha do contratante): 2 Tipos dentro das opções seguintes - mínimo de 150g por pessoa (Bolo de milho, Bolo de Batata). COMIDA REGIONAL (03 tipos dentro das opções a seguir) - Mínimo de 200g por pessoa (Mungunzá, Canjica, Pamonha, Milho cozido - 01 espiga por pessoa). SANDUICHE QUENTE (a escolha do contratante): 01 tipo dentro das opções seguintes - mínimo de 200g por pessoa (Cachorro Quente - Pão de 50g, contendo carne moída e salsicha). BEBIDAS: Café preto com ou sem açúcar - mínimo 100 ml por pessoa; Suco (1 tipo) Natural ou polpa - mínimo de 200 ml por pessoa (Laranja, caju, cajá, abacaxi, goiaba, acerola, graviola, uva, maracujá).	UND	1.370	17,00	23.290,00
3	0006784 - REFEIÇÃO ALMOÇO. Especificação: 02 tipo de Salada - mínimo de 100g por pessoa (a combinar); 01 tipo de Arroz (a combinar) - mínimo de 150g por pessoa; 01 tipo de feijão (a combinar) - mínimo de 200g por pessoa; 01 tipo de carne vermelha bovina de 1º qualidade (a combinar) - mínimo de 100g por pessoa; 01 tipo de carne branca peixe ou frango (a combinar) - mínimo de 100g por pessoa; 02 tipos de acompanhamento (ex: farofa, purê de batatas, macarrão ao molho, creme de milho, macaxeira amanteigada - a combinar); 01 tipo de suco natural ou polpa (goiaba, acerola, cajá, caju, maracujá, uva, limão) Obs.: Sachê de açúcar adoçante em quantidade proporcional ao número de pessoas. O suco deverá vir sem açúcar, salvo sob recomendação do contratante; as preparações devem ser acertadas com o contratante.	UND	1.480	25,00	37.000,00
VALOR GLOBAL					75.740,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

SANTANA DO SERIDÓ/RN, 18 de agosto de 2026**.**

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Mayara Madja Azevedo Ferreira De Macedo 08116469479
12.402.592/0001-57
MAYARA MADJA AZEVEDO F. DE M
08116469479

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:72AC34F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 115/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da

Carteira de Identidade nº ***.***.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº ***.***.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **38/2026**, processo administrativo n.º 2247/2026 e a empresa **MEIRY LUCIA DE AZEVEDO MACEDO CABRAL*****.*****53483,** com sede a R PROFESSOR OZIRES BORGES VILAR, Nº 49, Centro, Santana do Serido/RN, CEP: 59.350-000, inscrito no CNPJ sob o nº 21.770.874/0001-06, neste ato representado pela sua representante a Sra. Meiry Lúcia de Azevedo Macedo Cabral, portadora do CPF nº***.***.534-83, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de lanches e refeições, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **MEIRY LUCIA DE AZEVEDO MACEDO CABRAL*****.*****53483**		
CNPJ: **21.770.874/0001-06**	Telefone: (84)	Email:
Endereço: **R PROFESSOR OZIRES BORGES VILAR, 49 , Centro, Santana do Serido/RN, CEP: 00000-000**		
Representante: **Meiry Lúcia de Azevedo Macedo Cabral** - CPF:***.***.**534-83**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
4	0006785 - REFEIÇÃO – JANTAR. Especificação: 02 tipo de Salada - mínimo de 100g por pessoa (a combinar); 01 tipo de Arroz ou macarrão com molho (a combinar) - mínimo de 200g por pessoa; 01 tipo de carne vermelha bovina ou branca (frango ou peixe) de 1º qualidade (a combinar) - mínimo de 200g por pessoa; 01 tipo de acompanhamento (ex: creme de milho, macaxeira, batata doce - a combinar); 01 tipo de suco natural ou polpa (goiaba, acerola, cajá, caju, maracujá, uva, limão). O suco deverá vir sem açúcar adoçado, salvo sob recomendação do contratante; Sachê de açúcar adoçante em quantidade proporcional ao número de pessoas; As preparações devem ser acertadas com o contratante.	UND	960	25,50	24.480,00
5	0006786 - LANCHE SIMPLES. Especificação: BEBIDAS: Suco (1 tipo) Natural ou polpa - mínimo de 200ml por pessoa (Laranja, caju, cajá, abacaxi, goiaba, acerola, graviola, uva, maracujá, morango) ou refrigerante; SANDUICHE FRIO OU QUENTE (a escolha do contratante): 1 tipo dentro das opções seguintes - mínimo de 200g por pessoa (Pão Integral ou baguete ou baguete com gergelim - queijo muçarela ou queijo branco - presunto de peru ou frango desfiado - vegetais - alface, tomate) OU cachorro quente (pão com carne moída);	UND	1.495	15,00	22.425,00
VALOR GLOBAL					46.905,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

SANTANA DO SERIDÓ/RN, 18 de agosto de 2026**.**

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Meiry Lucia De Azevedo Macedo Cabral 03690353483
21.770.874/0001-06
MEIRY LÚCIA DE AZEVEDO MACEDO CABRAL

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:16962062

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 118/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA,** com sede a R PARA, Nº 261, NEOPOLIS, NATAL/RN, CEP: 59080-160, inscrito no CNPJ sob o nº 42.591.738/0001-10, neste ato representado pelo seu representante o Sr. ELISON ANTONIO DE AZEVEDO, portador do CPF nº 010.***.***-**, denominado FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**		
CNPJ: **42.591.738/0001-10**	Telefone: **(84) 98146-8081**	Email: **distribuidoracactos@gmail.com**
Endereço: **R PARA, 261 ********, NEOPOLIS, NATAL/RN, CEP: 59080-160**		
Representante: **ELISON ANTONIO DE AZEVEDO** - CPF: **010.***.***-**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	ADENOSINA 3MG/3ML 2ML ESPECIFICAÇÃO: ADENOSINA 3MG/3ML 2ML	HIPOLABOR	Ampola	200	10,10	2.020,00
6	ADRENALINA (EPINEFRINA) 1 MG/ML 1ML.	HYPOFARMA	Ampola	300	1,12	336,00
7	AGUA PARA INJEÇÃO DE 10ML ESPECIFICAÇÃO: AGUA PARA INJEÇÃO DE 10ML	EQUIPLEX	Ampola	10000	0,17	1.700,00
8	ÁGUA PARA INJEÇÃO 250ML	EQUIPLEX	FRASCO	300	4,30	1.290,00
9	AMICACINA 100MG 2ML	TEUTO	Ampola	200	1,40	280,00
11	AMINOFILINA 240MG DE 10ML	FARMACE	Ampola	240	2,40	576,00
13	AMPICILINA 1G 3ML	BLAU	Ampola	200	3,50	700,00
14	AMOXILINA + CLAVULANATO INJETÁVEL 1G + 200MG	BLAU	Ampola	200	12,75	2.550,00
15	AMPICILINA + SULBACTAM SÓDICO (1G+0,5G)	EUGIA PHARMA	Ampola	400	10,00	4.000,00
17	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% AP 10ML	SAMTEC	Ampola	200	1,07	214,00
18	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% INJ 250ML	HYPOFARMA	Ampola	100	19,00	1.900,00
19	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA INJETÁVEL 10ML	HYPOFARMA	Ampola	300	1,10	330,00
20	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA 5ML	HIPOLABOR	Ampola	2000	1,44	2.880,00
21	BROMOPRIDA 10MG 2ML	UNIÃO QUIMICA	Ampola	500	1,15	575,00
25	CETOPROFENO 100MG IM ESPECIFICAÇÃO: CETOPROFENO, CONCENTRAÇAO: 100 MG, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL – FRASCO/AMPOLA	TEUTO	Ampola	1000	1,30	1.300,00
26	CIMETIDINA 150MG/ML INJETÁVEL	HYCIMET	Ampola	200	0,97	194,00
28	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML INJETÁVEL C. 2ML	UNIÃO QUIMICA	Ampola	100	2,50	250,00
29	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML 100ML	FRESENIUS	FRASCO	200	6,30	1.260,00
30	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML 200ML	FRESENIUS	FRASCO	300	18,50	5.550,00
32	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% 10ML	SAMTEC	Ampola	200	0,48	96,00
33	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 10ML	SAMTEC	Ampola	200	0,44	88,00
35	CLORETO DE SÓDIO 10% 10ML	SAMTEC	Ampola	200	0,39	78,00
36	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML	SAMTEC	Ampola	200	0,58	116,00
37	COMPLEXO B 2ML	HYPOFARMA	Ampola	1500	1,10	1.650,00
38	DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML 2ML	UNIÃO QUIMICA	Ampola	100	3,30	330,00
39	DEXAMETASONA 2 MG/ML 1 ML	HYPOFARMA	Ampola	1500	0,70	1.050,00
40	DEXAMETASONA 4 MG/ML 2,5 ML	FARMACE	Ampola	5000	0,75	3.750,00
43	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50/50MG 1ML	UNIÃO QUIMICA	Ampola	200	3,79	758,00
44	DIPIRONA SÓDICA 1G	HYPOFARMA	Ampola	5000	0,43	2.150,00
45	DOBUTAMINA 250MG/20ML 20ML	HYPOFARMA	Ampola	100	5,90	590,00
47	EFEDRINA 50MG 1ML	HIPOLABOR	Ampola	100	5,20	520,00
48	ENOXAPARINA 20MG IV + SERINGA 0,2ML ESPECIFICAÇÃO: VIA SUBCUTÂNEA E VIA IV	CRISTALIA	Ampola	50	14,00	700,00
51	ENOXAPARINA 80MG IV + SERINGA 0,8ML ESPECIFICAÇÃO: VIA SUBCUTÂNEA E VIA IV	VIATRIS	Ampola	100	23,90	2.390,00
53	FENITOÍNA 50MG/ML INJETÁVEL	TEUTO	Ampola	200	2,40	480,00
54	FENOBARBITAL INJ ESPECIFICAÇÃO: 100MG/ML INJETÁVEL.	CRISTALIA	Ampola	200	5,14	1.028,00
55	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML ESPECIFICAÇÃO: (VITAMINA K)	HYPOFARMA	Ampola	200	2,00	400,00
57	FUROSEMIDA 10MG 2ML	HYPOFARMA	Ampola	1000	0,72	720,00
60	GLICOSE 50% 10ML	SAMTEC	Ampola	2000	0,44	880,00
62	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 8MG / 4ML	HIPOLABOR	Ampola	300	1,30	390,00
63	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML 0,25ML.	HIPOLABOR	Ampola	100	9,80	980,00
64	HIDRALAZINA 20MG/ML 1ML	CRISTALIA	Ampola	300	9,00	2.700,00
67	HIDROXIDO FÉRRICO (NORIPURUM) INJETÁVEL	BLAU	FRASCO	200	11,00	2.200,00
68	ISOSSORBIDA 10MG/ML 1ML	BIOLAB	Ampola	100	9,00	900,00
69	LEVOFLOXACINO 5MG/ML BOLSA DE 100ML	CRISTALIA	FRASCO	400	8,05	3.220,00
70	LINEZOLIDA 2MG/ML (EV) INJETÁVEL	ABL	Ampola	100	27,00	2.700,00
71	MANITOL 20%.	HALEX ISTAR	FRASCO	20	8,18	163,60
72	METILLERGOMETRINA 0,2MG 1ML	UNIÃO QUIMICA	Ampola	100	3,15	315,00
73	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML	HALEX ISTAR	Ampola	400	0,63	252,00
76	MEROPENEM 500MG INJETÁVEL	BIOCHIMICO	Ampola	400	11,50	4.600,00
78	MELOXICAM 15MG/1,5ML INJETÁVEL	EUROFARMA	Ampola	800	10,25	8.200,00
81	NALOXONA 0,4MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	Ampola	100	9,80	980,00
84	OMEPRAZOL SÓDICO 40MG FA+DI	BLAU	FRASCO	800	7,79	6.232,00
87	OXACILINA 500MG IV	BLAU	FRASCO	200	4,39	878,00
88	OXITOCINA 5UI/ML 1ML	UNIÃO QUIMICA	Ampola	100	3,20	320,00
89	PENICILINA BENZATINA 600.000 UI	TEUTO	FRASCO	200	6,20	1.240,00
90	PENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	TEUTO	FRASCO	600	5,30	3.180,00
91	PIPERACILINA + TAZOBACTAM INJETÁVEL	TEUTO	Ampola	500	14,50	7.250,00
92	PROMETAZINA 50MG 2ML	CRISTALIA	Ampola	800	3,70	2.960,00
94	SOLUÇÃO RINGER SIMPLES 500ML	HALEX ISTAR	Ampola	1500	6,10	9.150,00
96	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML	FARMAX	Ampola	3000	2,85	8.550,00
97	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML	FARMAX	Ampola	2000	3,30	6.600,00
98	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML.	FARMAX	Ampola	2000	3,95	7.900,00
100	SORO GLICOSADO 5% 250ML	EQUIPLEX	Ampola	200	4,25	850,00
101	SORO GLICOSADO 5% 500ML	EQUIPLEX	Ampola	800	5,70	4.560,00
102	SORO RINGER COM LACTATO 500ML	EQUIPLEX	Ampola	3000	6,20	18.600,00
103	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% 10ML	SAMTEC	Ampola	200	1,00	200,00
104	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10ML	HALEX ISTAR	Ampola	200	2,04	408,00
105	TENOXICAN 40MG IM/IV PÓ	UNIÃO QUIMICA	FRASCO	2000	8,10	16.200,00
106	TERBUTALINA 0,5MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	FRASCO	300	1,35	405,00
107	SUCCINIL COLIN (CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG)	UNIÃO QUIMICA	FRASCO	100	15,80	1.580,00
108	SUCCINIL COLIN (CLORETO DE SUXAMETÔNIO 500 MG)	BLAU	FRASCO	50	19,50	975,00
110	TROMETAMOL CETOROLACO 30mg/ml	HIPOLABOR	Ampola	200	3,90	780,00
111	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% (COM HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1:200.00 EM EPINEFRINA)	HYPOFARMA	Ampola	100	6,50	650,00
115	MIDAZOLAM 5MG/ML C/10ML - IV	TEUTO	Ampola	200	2,22	444,00
118	AEROLIN SPRAY 100MCG	PHARMASCIENCE	FRASCOS	400	12,20	4.880,00
119	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG COMP.	SANDOZ	COMP	1500	0,42	630,00
121	CARVÃO ATIVADO - POTE C/250G	METAL	UND	10	3,87	38,70
123	CLORIDRATO LIDOCAÍNA GEL 2% - URETRAL	PHARLAB	Unid	400	4,10	1.640,00

127	DIPIRONA XAROPE	GEOLAB	UNID	200	5,70	1.140,00
129	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 6,67 + 333MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	BELFAR	FRASCOS	500	5,90	2.950,00
130	KOLLAGENASE COM CLORAFENICOL	ABBOTT	Unidade	200	18,50	3.700,00
131	LACTULOSE SOLUÇÃO ORAL	MAYBEN	Unidade	200	5,98	1.196,00
132	ÓLEO MINERAL FRASCO 100 ML	IMEC	Unidade	100	3,64	364,00
135	SUCCINATO DE METOPROLOL COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA 50 MG	CIMED	COMP	600	0,51	306,00
136	SULFADIAZINA DE PRATA 50G	UNIÃO QUIMICA	Unidade	300	7,00	2.100,00
137	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA INFANTIL	GLOBO	Unidade	100	1,30	130,00
138	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA ADULTO	BRASTERAPICA	Unidade	100	1,01	101,00
139	Acetilcisteína 100mg/ml AMPOLA COM 3ML	UNIÃO QUIMICA	Ampola	500	3,89	1.945,00
VALOR TOTAL					**R$ 194.312,30**	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Cactos Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalar LTDA
42.591.738/0001-10
ELISON ANTONIO DE AZEVEDO

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:525EDA80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 119/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 173 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA,** com sede a R PRESIDENTE QUARESMA, Nº 1105, ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59031-150, inscrito no CNPJ sob o nº 40.787.152/0001-09, neste ato representado pelo seu representante o Sr. VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO, portador do CPF nº 105.***.***-**, denominado FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **40.787.152/0001-09**	Telefone: **(84) 3213-6910**	Email: **cirufarmalicitacoes@hotmail.com**
Endereço: **R PRESIDENTE QUARESMA, 1105 ANEXO 1001, ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59031-150**		
Representante: **VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO** - CPF: **105.***.***-**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
12	AMIODARONA 150MG 3ML	HIPOLABOR	Ampola	300	3,08	924,00
126	DINITRATO DE ISOSSORBIDA COMPRIMIDO 5MG (SUBLINGUAL)	E.M.S	COMP	300	0,29	87,00
VALOR TOTAL					**R$ 1.011,00**	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou

A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Cirufarma Comercial LTDA
40.787.152/0001-09
VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:1318CDC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 120/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 173 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** com sede a Rua Jacinto Godoy, Nº 390, Centro, Erechim/RS, CEP: 99700-384, inscrito no CNPJ sob o nº 40.274.237/0001-85, neste ato representado pela sua representante a Sra. CARLA EVA PRICHOA, portadora do CPF nº 997.***.***-**, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**		
CNPJ: **40.274.237/0001-85**	Telefone: **(54) 99627-6865**	Email: **pregao@clmfarma.com.br**
Endereço: **Rua Jacinto Godoy, Nº 390, Centro, Erechim/RS, CEP: 99700-384**		
Representante: **Carla Eva Prichoa** - CPF: **997.***.***-****		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
80	MORFINA 10MG/ML	UNIAO QUIMICA	Ampola	300	2,03	609,00
116	ACETILCISTEINA 600MG PÓ ORAL CAIXA C/ 16 SACHÊS	LAPON	Caixa	50	0,87	43,50
VALOR TOTAL					**R$ 652,50**	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

CLM Farma Comercio E Distribuidora De Medicamentos LTDA
40.274.237/0001-85
CARLA EVA PRICHOA

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:17B7D5C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 121/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 173 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** com sede a AV.

PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2103, Nº 2103, ZACARIAS, Caratinga/MG, CEP: 35300-571, inscrito no CNPJ sob o nº 01.417.694/0001-20, neste ato representado pelo seu representante o Sr. FAGNER GENELHU FERREIRA PENNA, portador do CPF nº 013.***.***-**, denominado FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**		
CNPJ: **01.417.694/0001-20**	Telefone: **(33) 4042-1550**	Email: **distrimix.licita@hotmail.com**
Endereço: **AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2103, 2103, ZACARIAS, Caratinga/MG, CEP: 35300-571**		
Representante: **FAGNER GENELHU FERREIRA PENNA** - CPF: **013.***.***-**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
31	CLINDAMICINA 600MG/ML IM/IV 4ML	HIPOLABOR	Ampola	500	2,80	1.400,00
34	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10ML	FARMACE	Ampola	200	0,19	38,00
46	DOPAMINA 5MG/ML 10ML	TEUTO	Ampola	100	2,86	286,00
61	HALOPERIDOL 5MG INJETÁVEL	UNIAO QUIMICA	Ampola	200	1,37	274,00
66	HIDROCORTISONA 500MG INJ	TEUTO	FRASCO	1000	4,93	4.930,00
79	MIDAZOLAM 5MG/ML C/3ML	HIPOLABOR	Ampola	200	2,16	432,00
93	PROPORFOL 10MG/ML IINJETÁVEL C/ 20ML	TEUTO	Ampola	50	8,22	411,00
120	BROMETO DE IPRATRÓPIO SOLUÇÃO INALANTE 0,25 MG/ML	PRATI	Unid	200	1,25	250,00
133	SUCCINATO DE METOPROLOL COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA 100 MG	CIMED	COMP	600	0,64	384,00
134	SUCCINATO DE METOPROLOL COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA 25 MG	CIMED	COMP	600	0,30	180,00
VALOR TOTAL					**R$ 8.585,00**	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:
Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Distrimix Distribuidora De Medicamentos LTDA
01.417.694/0001-20
FAGNER GENELHU FERREIRA PENNA

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:0305A8C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 122/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 173 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA,** com sede a R JOSÉ ALVES DE AQUINO, Nº 139, NOVA BETÂNIA, MOSSORO/RN, CEP: 59612-097, inscrito no CNPJ sob o nº 57.692.992/0001-82, neste ato representado pela sua representante a Sra. CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA, portadora do CPF nº 016.***.***-**, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **57.692.992/0001-82**	Telefone: **(84) 98111-4311**	Email: **levimeddistribuidora@outlook.com**
Endereço: **R JOSÉ ALVES DE AQUINO, 139 ********, NOVA BETÂNIA, MOSSORO/RN, CEP: 59612-097**		
Representante: **CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA** - CPF: **016.***.***-**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	ÁCIDO TRANEXAMICO 50 MG/ML 5ML ESPECIFICAÇÃO	BLAU	Ampola	500	3,890	1.945,00
2	ACIDO ASCORBICO 100MG/ML	FARMACE	Ampola	1500	0,890	1.335,00
10	AMICACINA 500MG 2ML	TEUTO	Ampola	200	3,740	748,00
24	CEFTRIAXONA 1G IV	BLAU	FRASCO	5000	3,380	16.900,00
27	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML INJETÁVEL C. 10ML	TEUTO	Ampola	100	3,390	339,00
41	DIAZEPAM INJ. CX C/100 AMPOLAS	SANTISA	Ampola	300	0,790	237,00
42	DICLOFENACO SÓDICO 75MG 3ML	FARMACE	Ampola	3000	0,780	2.340,00
49	ENOXAPARINA 40MG IV + SERINGA 0,4ML ESPECIFICAÇÃO: VIA SUBCUTÂNEA E VIA IV	BLAU	Ampola	300	13,190	3.957,00
50	ENOXAPARINA 60MG IV + SERINGA 0,6ML ESPECIFICAÇÃO: VIA SUBCUTÂNEA E VIA IV	BLAU	Ampola	100	18,490	1.849,00
58	GENTAMICINA 40MG 1ML	SANTISA	Ampola	300	0,960	288,00
59	GENTAMICINA 80MG 2ML	SANTISA	Ampola	200	0,960	192,00
65	HIDROCORTISONA 100MG INJ	BLAU	FRASCO	2000	3,180	6.360,00
75	METOPROLOL 1MG/ML INJETÁVEL	TEUTO	FRASCO	100	13,500	1.350,00
85	ONDANSETRONA 2MG/ML 2ML	HIPOLABOR	Ampola	500	1,290	645,00
86	ONDANSETRONA 4MG/ML 2ML	HIPOLABOR	Ampola	3000	1,290	3.870,00
VALOR TOTAL					**R$ 42.355,00**	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Levi Med Distribuidora LTDA
57.692.992/0001-82
CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:ABFB68EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 123/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 173 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA PANORAMA,** com sede a AV PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 2382, MONDUBIM, FORTALEZA/CE, CEP: 60.752-694, inscrito no CNPJ sob o nº 01.722.296/0001-17, neste ato representado pelo seu representante o Sr. JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA, portador do CPF nº 619.***.***-**, denominado FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA PANORAMA**		
CNPJ: **01.722.296/0001-17**	Telefone: **(85) 3256-8005**	Email: **licitacao@panoramamed.com.br**
Endereço: **AV PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 2382, MONDUBIM, FORTALEZA/CE, CEP: 60.752-694**		
Representante: **JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA** - CPF: **619.***.***-****		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
52	ETOMIDATO 2MG/ML INJETÁVEL COM 10ML	BLAU	Ampola	200	11,66	2.332,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio de Santana do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Panorama Comercio de Produtos Medicos e Farmaceuticos LTDA Panorama
01.722.296/0001-17
JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:806654A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 124/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 173 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **PHARMAPLUS LTDA,** com sede a R JOAO DOMINGOS SOBRINHO, Nº 91, MANOELA VALADARES, AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE, CEP: 56.804-644, inscrito no CNPJ sob o nº 03.817.043/0001-52, neste ato representado pelo seu representante o Sr. JOSEPH DOMINGOS DA SILVA, portador do CPF nº 125.***.***-**, denominado FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **PHARMAPLUS LTDA**		
CNPJ: **03.817.043/0001-52**	Telefone: **(87) 99618-1513**	Email: **licitacaoecontrato@pharmaplusdistribuidora.com.br**
Endereço: **R JOAO DOMINGOS SOBRINHO, Nº 91, MANOELA VALADARES, AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE, CEP: 56.804-644**		
Representante: **JOSEPH DOMINGOS DA SILVA** - CPF: **125.***.***-**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
22	CEFALOTINA SODICA 1G	ABL	FRASCO	200	4,75	950,00
56	FLUMAZENIL 0,1MG/ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	Ampola	200	5,36	1.072,00
77	MEROPENEM 1G INJETÁVEL	BLAU	Ampola	800	14,06	11.248,00
99	SORO GLICO-FISIOLÓGICO 500ML	FRESENIUS KABI	Ampola	200	6,09	1.218,00
VALOR TOTAL					**R$ 14.488,00**	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Pharmaplus LTDA
03.817.043/0001-52
JOSEPH DOMINGOS DA SILVA

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:593058E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 125/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 173 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 001.***.***, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.***.***-**, PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **34/2026**, processo administrativo n.º 1555/2026 e a empresa **PHOSPODONT LTDA,** com sede a AV AYRTON SENNA, Nº 526, CAPIM MACIO, NATAL/RN, CEP: 59080-100, inscrito no CNPJ sob o nº 04.451.626/0001-75, neste ato representado pela sua representante a Sra. ANA MARIA PINHEIRO, portadora do CPF nº 413.***.***-**, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de medicamentos essenciais, incluindo formas farmacêuticas injetáveis, orais, retais, tópicos e inalatórias, destinados a suprir as necessidades de assistência farmacêutica das Unidades de Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **PHOSPODONT LTDA**		
CNPJ: **04.451.626/0001-75**	Telefone: **(84) 3217-5960**	Email: **licitacao@phospodont.com.br**
Endereço: **AV AYRTON SENNA, 526 ********, CAPIM MACIO, NATAL/RN, CEP: 59080-100**		
Representante: **Ana Maria Pinheiro** - CPF: **413.***.***-****		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	ÁCIDO ÉPSILON-AMINOCAPROICO 1G	ZYDUS NIKKHO	Ampola	50	29,05	1.452,50
4	ÁCIDO ÉPSILON-AMINOCAPROICO 4G	ZYDUS NIKKHO	Ampola	50	32,14	1.607,00
16	ATROPINA 0,25MG 1ML	SANTISA S A	Ampola	200	0,81	162,00
23	CEFEPIMA 1G ESPECIFICAÇÃO: CEFEPIMA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:1G, FORMA FARMACEUTICA: PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL – FRASCO/AMPOLA	TEUTO	FRASCO	200	7,40	1.480,00
74	METRONIDAZOL 5MG/ML BOLSA DE 100ML	ISOFARMA	FRASCO	500	3,96	1.980,00
82	NIPRIDE 50MG INJETÁVEL	CRISTALIA	Ampola	100	31,52	3.152,00
83	NITROGLICERINA 5MG/ML SOL 10ML	CRISTALIA	Ampola	100	64,28	6.428,00
95	SORO FISIOLÓGICO COM TAMPA ESPECIFICAÇÃO: 500ML COM TAMPA P/ CURATIVO	SANDOM	FRASCO	2000	3,40	6.800,00
109	VANCOMICINA 500MG INJETÁVEL	BLAU FARMACEUTICA	FRASCO	600	5,26	3.156,00
112	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/2ML	TEUTO	Ampola	500	1,15	575,00
113	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML	TEUTO	Ampola	200	1,06	212,00
114	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 10ML	ISOFARMA	Ampola	200	1,80	360,00
117	AEROLIN GOTAS PARA INALAÇÃO 5MG/ML	GLAXOSMITHKLINE	FRASCOS	50	22,88	1.144,00
122	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA COMPRIMIDO 25MG	UNIAO QUIMICA	COMP	300	0,47	141,00
125	DEXAMETASONA COLIRIO 5ML	ALCON	Unidade	30	11,12	333,60
128	ENEMA RETAL 0,16G/, L + 0,06G/ML	NATULAB	FRASCOS	100	7,85	785,00
VALOR TOTAL					**R$ 29.768,10**	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio de Santana do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO

Phospodont LTDA
04.451.626/0001-75
ANA MARIA PINHEIRO

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:186C5436

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 127/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **35/2026**, processo administrativo n.º 1795/2026 e a empresa **CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA,** com sede a R PARA, Nº 261, NEOPOLIS, NATAL/RN, CEP: 59080-160, inscrito no CNPJ sob o nº 42.591.738/0001-10, neste ato representado pelo seu representante o Sr. Elison Antonio de Azevedo, portadora do CPF nº 010.238.214-00, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada a aquisição de medicamentos de farmácia básica, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde,

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA		
CNPJ: 42.591.738/0001-10	**Telefone: (84) 98146-8081**	**Email: distribuidoracactos@gmail.com**
Endereço: R PARA, 261, NEOPOLIS, NATAL/RN, CEP: 59080-160		
Representante: Elison Antonio de Azevedo - CPF: 010.238.214-00		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0000764 - ACICLOVIR COMPRIMIDO 200MG	CIMED	COMP	2.000	0,22	440,00
6	0000767 - ÁCIDO ASCÓRBICO COMPRIMIDO 500MG	AIRELA	COMP	2.000	0,13	260,00
11	0000772 - ALOPURINOL COMPRIMIDO 100MG	PRATI	COMP	1.000	0,12	120,00
12	0000773 - AMBROXOL XAROPE ADULTO 30MG/5ML	FARMACE	FRASCOS	1.000	2,40	2.400,00
13	0000774 - AMBROXOL XAROPE INFANTIL 15MG/5ML	FARMACE	FRASCOS	1.000	2,10	2.100,00
15	0000776 - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO SUSP ORAL 50 MG + 12,5 MG/ML	SANDOZ	FRASCOS	500.	4,67	2.335,00
16	0000777 - AMOXICILINA COMPRIMIDO 500 MG	UNICHEM	COMP	10.000	0,22	2.200,00
17	0000778 - AMOXICILINA PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML c/ 150ml	CIMED	FRASCOS	2.000	5,99	11.980,00
19	0000780 - ATENOLOL COMPRIMIDO 50 MG	EMS	COMP	10.000	0,05	500,00
20	0000781 - AZITROMICINA COMPRIMIDO 500 MG	CIMED	COMP	5.000	0,25	1.250,00
22	0000783 - BENZOILMETRONIDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML	BELFAR	FRASCOS	100	5,48	548,00
24	0000786 - BESILATO DE ANLODIPINO COMPRIMIDO 5 MG	GEOLAB	COMP	30.000	0,03	900,00
26	0000790 - CAPTOPRIL COMPRIMIDO 25 MG	CIMED	COMP	9.000	0,03	270,00
28	0000792 - CARVEDILOL COMPRIMIDO 12,5 MG	EMS	COMP	6.000	0,09	540,00
37	0000802 - CINARIZINA COMPRIMIDO 75MG	RANBAXY	COMP	500	0,62	310,00
38	0000803 - CIPROFIBRATO COMPRIMIDO 100MG	CIMED	COMP	5.000	0,29	1.450,00
39	0000804 - CLORIDRATO DE AMIODARONA COMPRIMIDO 200 MG	GEOLAB	COMP	3.000	0,35	1.050,00
44	0000809 - CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO ORAL 4 MG/M	BELFAR	UNID	100	1,46	146,00
50	0000819 - DICLOFENACO DE POTÁSSIO COMPRIMIDO 50MG	GEOLAB	COMP	3.000	0,08	240,00
51	0000820 - DICLOFENACO DE SÓDIO COMPRIMIDO 50MG	BRAINFARMA/ NEO QUIMICA	COMP	5.000	0,05	250,00
52	0000821 - DICLOFENACO RESINATO GOTAS	CIMED	UNID	50	11,20	560,00
53	0000822 - DIGOXINA COMPRIMIDO 0,25 MG	TEUTO	COMP	1.000	0,18	180,00
55	0000825 - DIPIRONA SÓDICA COMPRIMIDO 500MG	GREENPHARMA	COMP	40.000	0,13	5.200,00
58	0003296 - ESTRIOL CREME VAGINAL 1 MG/G	HIPOLABOR	Unid	200	16,50	3.300,00
63	0003301 - GLIBENCLAMIDA COMPRIMIDO 5 MG	MEDQUIMICA	COMP	20.000	0,04	800,00
64	0003302 - HIDROCLOROTIAZIDA COMPRIMIDO 25 MG	CIMED	COMP	60.000	0,03	1.800,00
65	0003303 - HIDROCLOROTIAZIDA COMPRIMIDO 50 MG	BRAINFARMA	COMP	10.000	0,18	1.800,00
67	0003305 - IBUPROFENO COMPRIMIDO 600 MG	BRAINFARMA	COMP	40.000	0,13	5.200,00
68	0003306 - IBUPROFENO SOLUÇÃO ORAL 50 MG/ML	NATULAB	FRASCOS	1.000	2,10	2.100,00
69	0003307 - IBUPROFENO SOLUÇÃO ORAL 100 MG/ML	CIMED	FRASCOS	2.000	2,10	4.200,00
74	0003314 - LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG	MERCK	COMP	4.500	0,52	2.340,00
75	0003315 - LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG	MERCK	COMP	5.000	0,44	2.200,00
76	0003316 - LEVOTIROXINA SÓDICA 75MG	MERCK	COMP	5.000	0,44	2.200,00
77	0003317 - LORATADINA COMPRIMIDO 10 MG	CIMED	COMP	7.000	0,08	560,00
80	0003320 - MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA COMPRIMIDO 2 MG	GEOLAB	COMP	3.000	0,05	150,00
81	0003321 - MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 0,4 MG/ML	NATULAB	FRASCOS	2.500	1,90	4.750,00
82	0003322 - MALEATO DE ENALAPRIL COMPRIMIDO 10 MG	CIMED	COMP	20.000	0,04	800,00
83	0003323 - MALEATO DE ENALAPRIL COMPRIMIDO 20 MG	CIMED	COMP	15.000	0,06	900,00
84	0003324 - MALEATO DE ENALAPRIL COMPRIMIDO 5 MG	CIMED	COMP	3.000	0,05	150,00
87	0003327 - MELOXICAM COMPRIMIDO 15MG	PHARLAB	COMP	2.000	0,13	260,00
88	0003328 - METILDOPA COMPRIMIDO 250 MG	EMS	COMP	3.600	0,64	2.304,00
89	0003329 - METILDOPA COMPRIMIDO 500 MG	EMS	COMP	3.000	1,05	3.150,00
90	0003330 - METRONIDAZOL + NISTATINA CREME VAGINAL 50G	TEUTO	Unid	200	13,90	2.780,00
93	0003333 - NEOMICINA + BACITRACINA 5MG + 250UI BIS 10G	BELFAR	Unid	2.000	2,21	4.420,00
94	0003334 - NIFEDIPINO COMPRIMIDO 10MG	BRAINFARMA	COMP	3.000	0,07	210,00
95	0003335 - NIFEDIPINO COMPRIMIDO 20MG	BRAINFARMA	COMP	3.000	0,12	360,00
96	0003336 - NIMESULIDA 100MG	CIMED	COMP	5.000	0,07	350,00
100	0003340 - NORFLOXACINO COMPRIMIDO 400MG	MEDQUIMICA	COMP	200	0,41	82,00
102	0003342 - OMEPRAZOL COMPRIMIDO 20MG	PRATI	COMP	15.000	0,08	1.200,00
109	0003349 - PREDNISONA COMPRIMIDO 20 MG	BRAINFARMA	COMP	10.000	0,18	1.800,00
112	0003353 - SECNIDAZOL COMPRIMIDO 1G	GLOBO	COMP	400	1,05	420,00
113	0003354 - SIMETICONA COMPRIMIDO 40MG	PHARMASCIENCE	COMP	2.000	0,09	180,00
121	0003366 - COMPLEXO B GOTAS	NTS	Unid	200	2,49	498,00
122	0003367 - COMPLEXO B COMPRIMIDO	IDEATON	COMP	2.000	0,05	100,00
126	0003381 - NITROFURANTOÍNA CAPSULAS 100 MG	TEUTO	CAPSULAS	3.000	0,45	1.350,00

VALOR GLOBAL	R$ 87.943,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio de Santana do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Cactos Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalar LTDA
42.591.738/0001-10
ELISON ANTONIO DE AZEVEDO

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:86CDFFDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 128/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **35/2026**, processo administrativo n.º 1795/2026 e a empresa **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA,** com sede a R PRESIDENTE QUARESMA, Nº 1105, LAGOA SECA, NATAL/RN, CEP: 59031-150, inscrito no CNPJ sob o nº 40.787.152/0001-09, neste ato representado pelo seu representante o Sr. VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO, portadora do CPF nº 105.939.694-72, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada a aquisição de medicamentos de farmácia básica, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde,

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CIRUFARMA COMERCIAL LTDA		
CNPJ: 40.787.152/0001-09	**Telefone: (84) 3213-6146/3213-649**	**Email: cirufarmalicitacoes@hotmail.com**
Endereço: R PRESIDENTE QUARESMA, 1105 ANEXO 1001, LAGOA SECA, NATAL/RN, CEP: 59031-150		
Representante: VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO - CPF: 105.939.694-72		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0000766 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO COMPRIMIDO 100MG	E.M.S	COMP	8.000	0,04	320,00
14	0000775 - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO COMPRIMIDO 500 MG + 125 MG	E.M.S	COMP	5.000	0,89	4.450,00
27	0000791 - CAPTOPRIL COMPRIMIDO 50 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	5.000	0,10	500,00
31	0000795 - CARVEDILOL COMPRIMIDO 6,25 MG	E.M.S	COMP	6.000	0,07	420,00
35	0000799 - CILOSTAZOL 100MG CX C/30 COMP.	E.M.S	COMP	5.000	0,46	2.300,00
36	0000800 - CILOSTAZOL 50MG CX C/30 COMP.	E.M.S	COMP	1.500	0,27	405,00
66	0003304 - HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO SUSPENSÃO ORAL (60 MG + 40 MG)/ML 100ML	NATULAB	Unid	300	3,32	996,00
70	0003308 - ITRACONAZOL CÁPSULA 100 MG	E.M.S	COMP	3.000	0,85	2.550,00
71	0003309 - IVERMECTINA COMPRIMIDO 6 MG	E.M.S	COMP	1.500	0,27	405,00
118	0003363 - SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA SUSPENSÃO ORAL (40 MG + 8 MG)/ML	E.M.S	FRASCOS	200	3,19	638,00
124	0003377 - CLORIDRATO DE ONDANSETRONA COMPRIMIDO ORODISPERSÍVEL 8MG	LEGRAND-E.M.S	COMP	3.000	0,27	810,00
125	0003378 - CLORIDRATO DE ONDANSETRONA COMPRIMIDO 4MG	LEGRAND-E.M.S	COMP	3.000	0,23	690,00
VALOR GLOBAL						R$14.484,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Cirufarma Comercial LTDA
40.787.152/0001-09
VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:A7BB34A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 130/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **35/2026**, processo administrativo n.º 1795/2026 e a empresa **LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA,** com sede a R JOSÉ ALVES DE AQUINO, Nº 139, BELA VISTA, MOSSORÓ/RN, CEP: 59612-097, inscrito no CNPJ sob o nº 57.692.992/0001-82, neste ato representado pela sua representante a Sra. Caroline Germano de Queiroz Saldanha, portadora do CPF nº 016.468.414-09, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada a aquisição de medicamentos de farmácia básica, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde,

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: LEVI MED DISTRIBUIDORA LTDA		
CNPJ: 57.692.992/0001-82	**Telefone: (84) 98111-4311**	**Email: levimeddistribuidora@outlook.com**
Endereço: R JOSÉ ALVES DE AQUINO, 139, BELA VISTA, MOSSORO/RN, CEP: 59612-097		
Representante: Caroline Germano de Queiroz Saldanha - CPF: 016.468.414-09		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
8	0000769 - ÁCIDO FÓLICO COMPRIMIDO 5MG	HIPOLABOR	COMP	2.000	0,05	100,00
18	0000779 - ATENOLOL COMPRIMIDO 25 MG	GEOLAB	COMP	20.000	0,04	800,00
23	0000785 - BESILATO DE ANLODIPINO COMPRIMIDO 10 MG	GEOLAB	COMP	15.000	0,06	900,00
29	0000793 - CARVEDILOL COMPRIMIDO 25 MG	ACHE	COMP	15.000	0,13	1.950,00
30	0000794 - CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125 MG	ACHE	COMP	4.000	0,09	360,00
33	0000797 - CEFALEXINA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML	TEUTO	FRASCOS	400	5,85	2.340,00
45	0000810 - CLORIDRATO DE PROMETAZINA COMPRIMIDO 25MG	TEUTO	COMP	5.000	0,14	700,00
47	0000816 - DEXAMETASONA COMPRIMIDO 4MG	TEUTO	COMP	4.000	0,18	720,00
48	0000817 - DEXAMETASONA CREME 0,1% 10G	HIPOLABOR	UNID	1.500	1,78	2.670,00
49	0000818 - DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML 100ML	FARMACE	FRASCOS	1.500	2,14	3.210,00
57	0003295 - ESPIRONOLACTONA COMPRIMIDO 25 MG	E.M.S	COMP	20.000	0,18	3.600,00
72	0003312 - LEVOFLOXACINO COMPRIMIDO 500MG	EUROFARMA	COMP	2.000	0,79	1.580,00
92	0003332 - METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100 MG/G	TEUTO	Unid	300	5,25	1.575,00
97	0003337 - NISTATINA CREME VAGINAL	PRATI	unidades	300	6,40	1.920,00
101	0003341 - ÓLEO MINERAL FRASCO 100 ML	AIRELA	Unid	100	3,59	359,00
104	0003344 - PANTOPRAZOL COMPRIMIDO 40MG	MEDQUIMICA	COMP	15.000	0,17	2.550,00
105	0003345 - PARACETAMOL COMPRIMIDO 500 MG	HIPOLABOR	COMP	3.000	0,07	210,00
106	0003346 - PARACETAMOL COMPRIMIDO 750MG	BRASTERAPICA	COMP	3.000	0,12	360,00
116	0003357 - SINVASTATINA COMPRIMIDO 40 MG	CIMED	COMP	15.000	0,15	2.250,00
119	0003364 - SULFATO FERROSO 25MG/ML GOTAS	NATULAB	Unid	500	1,03	515,00
120	0003365 - SULFATO FERROSO COMPRIMIDO 40MG	LAPON	COMP	15.000	0,05	750,00
123	0003371 - BETAMETASONA+GENTAMICINA CREME	GEOLAB	Unid	200	7,90	1.580,00
VALOR GLOBAL						R$30.999,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio de Santana do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Levi Med Distribuidora LTDA
57.692.992/0001-82
CAROLINE GERMANO DE QUEIROZ SALDANHA

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:7D2C36E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 131/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 001.730.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº 038.290.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **35/2026**, processo administrativo n.º 1795/2026 e a empresa **PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA PANORAMA,** com sede Av. Presidente Costa e Silva 2382 - Mondubim - CEP 60.752-694, inscrito no CNPJ sob o nº 01.722.296/0001-17, neste ato representado pelo seu representante o Sr. JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA, portadora do CPF nº 619.235.833-87, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada a aquisição de medicamentos de farmácia básica, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde,

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA PANORAMA		
CNPJ: 01.722.296/0001-17	**Telefone: (85) 3256.8005**	**Email: licitacao@panoramamed.com.br**
Endereço: Av. Presidente Costa e Silva 2382 - Mondubim - CEP 60.752-694		
Representante: JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA - CPF: 619.235.833-87		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
56	0003294 - ESPIRONOLACTONA COMPRIMIDO 100 MG	EMS - MATRIZ	COMP	1.500	0,67	1.005,00
79	0003319 - LOSARTANA POTÁSSICA COMPRIMIDO 50 MG	NEO QUIMICA	COMP	75.000	0,05	3.750,00
VALOR GLOBAL						4.755,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio De Santana Do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Panorama Comercio De Produtos Medicos E Farmaceuticos LTDA Panorama
01.722.296/0001-17
JOSÉ SALES SILVEIRA D'ALMEIDA

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:549CB1EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (05) cinco dias úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL. TOTAL
1	BATEDEIRA ELÉTRICA Especificação: com no mínimo 01 par de batedores de aço inox inclusos, capacidade total de no mínimo 4 litros, quatro velocidades e também função turbo, tigela com material de polipropileno e potência de no mínimo 500W, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
2	LIQUIDIFICADOR TURBO. Especificação: potência de no mínimo 900W, copo com capacidade de no mínimo 2,6 litros, quatro velocidades, facas integradas ao copo que impede vazamentos, tampa com sobre tampa e base antiderrapante e porta fio, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	20	UNIDADE	R$ -	R$ -
3	VENTILADOR DE COLUNA Especificação: com no mínimo 6 pás na hélice, 40 cm de diâmetro, 3 velocidades, grades aerodinâmicas e seguras, oscilação horizontal de 80 graus, inclinação vertical regulável, coluna desmontável, eficiência energética no mínimo A, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	18	UNIDADE	R$ -	R$ -
4	GRILL/SANDUICHEIRA RETANGULAR. Especificação: com no mínimo grelhas duplas onduladas e antiaderentes que aqueça rapidamente e possa grelhar os alimentos dos dois lados sem adição de óleo ou manteiga, alça isotérmica com trava de fechamento e lâmpada piloto, no mínimo 750W de potência, controle de temperatura automático, pés antiaderentes, roteção lateral, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	11	UNIDADE	R$ -	R$ -
5	CADEIRA TIPO SECRETÁRIA SEM BRAÇOS Especificação: giratória, com regulagem de	37	UNIDADE	R$ -	R$ -

	altura, sem braço, com rodinhas, em tecido preto, espuma injetável para assento e encosto, peso médio suportado de no mínimo 110 kg, na cor preta, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.				
6	CADEIRA GIRATÓRIA TIPO PRESIDENTE COM BRAÇOS Especificação: estrutura no mínimo em aço cromado, estofado revestido em no mínimo em PU e a espuma de alta densidade no assento, apoio alto, encosto prolongado para melhor apoio da cabeça, assento amplo, estofado revestido em no mínimo em PU, assento macio com espuma de alta densidade que oferece mais durabilidade e comodidade, regulagem de altura à gás, com regulagem e trava, base giratória, apoio para braços, peso médio suportado de no mínimo 120 kg, na cor preta, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	22	UNIDADE	R$ -	R$ -
7	LONGARINA DE 3 LUGARES Especificação: cadeira de espera tipo longarina com assentos em no mínimo polipropileno e base fixa, sendo a base fixa no mínimo duplo aço carbono, encosto e assentos em PP, estrutura em aço carbono, formato anatômico, peso recomendado de 130kg por assento, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	18	UNIDADE	R$ -	R$ -
8	CADEIRA SECRETÁRIA PÉ PALITO FIXA TECIDO Especificação: assento e encosto com espuma injetada de no mínimo 34 mm, revestido em material de alta qualidade, estrutura em aço carbono com pintura eletrostática a pó, garantindo maior durabilidade e qualidade, peso recomendado de 110 kg. Dimensões aproximadas mínimas de altura: 85 cm, altura encosto: 36 cm, largura assento: 43 cm, profundidade assento: 39 cm, peso líquido aproximado do produto de 4 kg, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	60	UNIDADE	R$ -	R$ -
9	PROCESSADOR DE ALIMENTOS ELÉTRICO Especificação: capacidade de no mínimo 500ml, potência mínima de 250W, design vertical que ocupe menos espaço nas cozinhas, todos os acessórios inclusos, pés antiderrapantes, funções: processar, cortar, misturar, picar, triturar, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
10	BEBEDOURO TIPO COLUNA GARRAFÃO Especificação: Refrigeração por compressor, termostato frontal com controle gradual de temperatura que controla a temperatura da água gelada, com no mínimo incluso o sistema Easy Open removível fazendo a abertura automática do lacre do garrafão, alças laterais que facilitem o transporte e deslocamento para limpeza, aparador de água removível, facilitando a limpeza do aparador e a retirada do excesso de água, reservatório de água vedado, garantindo a qualidade da água do garrafão. Reservatório de água gelada no mínimo de 1,8 L, suportando galões de até 20 litros, com voltagem de 220v ou bivolt, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	27	UNIDADE	R$ -	R$ -
11	FOGÃO DE PISO COM 4 BOCAS Especificação: a gás e acendimento automático, capacidade do forno mínima de 47L, com no mínimo prateleiras, trava de segurança, painel aprovado pelo inmetro e selo procel inclusos, com voltagem de 220v ou bivolt, no mínimo mesa em aço inox e botões removíveis, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
12	ARMÁRIO DE AÇO Especificação: medindo no mínimo 1,98 x 0,90 x 0,40 (altura, largura e profundidade), com no mínimo 02 portas, com chave e 04 prateleiras, capacidade por prateleira no mínimo de 35 kg (bem distribuídos), sistema de fechamento através de fechadura tipo Yale, 2 portas com 1 veneziana para ventilação e 1 reforço interno por porta, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	27	UNIDADE	R$ -	R$ -
13	ARQUIVO DE AÇO Especificação: com no mínimo 4 gavetas para pasta suspensa, gavetas que deslizam sobre patim de nylon, fechamento por chave, espessura de no mínimo chapa 26 (0,40mm) ou similar, puxador de plástico poliuretano. Cada gaveta suporta até no mínimo 18 kg, produto com fosfatização a ferro e pintura eletrostática a pó, acompanha pés reguláveis de plástico, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	7	UNIDADE	R$ -	R$ -
14	REFRIGERADOR DUPLEX HORIZONTAL 375L Especificação: com capacidade liquida de armazenamento de no mínimo 375 l, contendo no mínimo internamente descongelamento automático, prateleiras na porta do freezer, prateleiras da porta removíveis e reguláveis, porta-laticínios, porta-ovos, removíveis e empilháveis, gaveta de legumes, iluminação interna, dreno para descongelamento, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	7	UNIDADE	R$ -	R$ -
15	SMART TV LED 32 POLEGADAS Especificação: com tela LED de no mínimo 32 polegadas e resolução HD, com no mínimo conectividade Wi-Fi Direct, 2 Entradas HDMI - 1 Entrada USB - 1 Ethernet – 1 Saída de Áudio Digital - 1 Entrada de RF, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	15	UNIDADE	R$ -	R$ -
16	MICROONDAS DE MESA Especificação: com no mínimo 30L de capacidade e 10 potências, com timer, display digital, relógio, luz interna, prato giratório, teclas pré-programadas, trava de segurança, material em aço, vidro e plástico, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
17	VENTILADOR DE PAREDE Especificação: com no mínimo 60 cm de diâmetro, 03 hélices, oscilante de parede, grade aço, bivolt, silencioso e econômico, protetor térmico, motor com 2 rolamentos, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
18	CAIXA DE SOM TORRE Especificação: com no mínimo RMS de 1000w, função karaokê, regulagem de graves e agudos, função Bluetooth, com voltagem de 220v ou bivolt, amplificador digital, com controle remoto, material da caixa em madeira, controle de eco, microfone prioridade, ajuste de delay do microfone, entrada e saída RCA, leitura de arquivos por pasta, formatos de áudio suportados de no mínimo MP3, WAVE e WMA. Com no mínimo inclusas as referidas conexões e entradas: Conexões: 01 x entrada RCA (mínimo ou similar), 01 x Saída RCA (mínimo ou similar), 02 x Entrada microfone ou Guitarra (P10) (mínimo ou similar), 01 x Entrada USB - Reprodução MP3 (mínimo ou similar), 01 x Entrada Cartão de Memória (mínimo ou similar) Itens Inclusos: 01 Caixa de Som, 01 Controle Remoto, 01 Cabo Carregador, 01 Manual do utilizador e 02 Microfone com fio (mínimo), com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
19	CADEIRA CAIXA ALTA. Especificação: estrutura giratória em aço, pintado na cor preto, com capacidade de no mínimo 100 quilos, revestimento em no mínimo corano, com espuma injetada de alta densidade, contra capa em no mínimo tecido polipropileno no assento e encosto, dimensões de no mínimo: altura do assento 760mm.	9	UND	R$ -	R$ -
20	MESA DOBRÁVEL 1,80M. Especificação: confeccionada em no mínimo material polietileno de alta densidade, super resistente com travamento central e lateral, com alça para transporte, forma retangular, pés em ferro, comprimento de no mínimo 1,80 metros.	8	UND	R$ -	R$ -
21	MESA REDONDA. Especificação: medindo no mínimo 1,20M, confeccionado em madeira mdp bp com no mínimo 15mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor cc-cinza cristal, com o acabamento das bordas, com perfil de pvc flexível arredondado a 180 graus na cor cinza, pés confeccionados em ni mínimo aço com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática na cor cinza, com almofadas de madeira mdp bp na cor cinza entre as colunas dos pés.	7	UND	R$ -	R$ -
22	MESA DE REUNIÃO EM MDP. Especificação:confeccionado em no mínimo MDP 40 mm, com acabamento de bordas em no mínimo ABS de 1mm, com dimensões de no mínimo: 78 cm de altura x 360 cm de largura x 110 cm de profundidade, na cor cinza.	3	UND	R$ -	R$ -
23	MESA PARA ESCRITÓRIO RETANGULAR. Especificação: com no mínimo 02 gavetas e tampo reto, confeccionado em no mínimo madeira mdp bp de 15mm de espessura, com no mínimo 1,20 metros de comprimento, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor cinza, com o acabamento das bordas com perfil de PVC flexível arredondado a no mínimo 180 graus, na cor cinza, com no mínimo 01 gaveteiro fixo, no mínimo 02 gavetas com puxadores e chaves com tranca simultâneas, com os pés confeccionados em no mínimo aço, com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática na cor cinza, com almofadas de madeira em no mínimo mdp bp.	22	UND	R$ -	R$ -
24	MESA PARA ESCRITÓRIO, MODELO DELTA EM L. Especificação: estação de trabalho com no mínimo 02 gavetas, com puxadores e chaves com tranca simultânea, com dimensões de no mínimo 1,20m x1,20m com 60cm de profundidade nas laterais, confeccionada em no mínimo madeira MDP 15 mm, acabamento em perfil PVC, com no mínimo duas abas 16mm a volta toda	10	UND	R$ -	R$ -

	do tampo, pés em tubo de no mínimo 50x30, com pintura epóxi com no mínimo 02 colunas, pé de canto tipo tubo, com pintura epóxi, pés niveladores, cor cinza.				
25	Microfone de mão duplo sem fio (especificações mínimas) — Sistema de microfone sem fio duplo, composto por 2 (dois) transmissores de mão e 1 (um) receptor de mesa, para uso em apresentações, locuções, palestras e eventos, com as seguintes características mínimas: Tecnologia de transmissão: UHF (Ultra High Frequency), com sintonia digital/programável e seleção automática de canal livre de interferência (scan de frequências), permitindo operação simultânea de múltiplos sistemas na mesma região sem conflito de sinal, Recepção em diversidade (dupla antena) no receptor, para maior estabilidade de sinal e redução de quedas/ruídos, Cápsula: dinâmica, padrão polar cardioide ou supercardioide, para melhor rejeição de ruído ambiente e feedback, Resposta de frequência: mínima de 50 Hz a 16 kHz, Relação sinal-ruído (SNR): igual ou superior a 100 dB, Alcance de operação: mínimo de 60 metros em linha de visão direta, sem obstáculos, Receptor: gabinete em material resistente (metal ou similar de alta durabilidade), com display (LED ou LCD) indicando canal, frequência de operação e nível de bateria dos transmissores, além de indicador de nível de sinal de RF e áudio, Controles de volume independentes para cada canal no painel do receptor, Saídas de áudio: XLR balanceada e P10 (1/4"), simultâneas, Alimentação dos transmissores: por pilhas AA ou bateria recarregável, com autonomia mínima de 8 (oito) horas de uso contínuo, Cor: preta, Itens inclusos: 2 microfones de mão, 1 receptor, cabos de conexão (áudio e alimentação), fonte de alimentação bivolt automática, e capa/case rígido ou maleta para transporte e proteção do conjunto, Garantia mínima: 12 (doze) meses, com assistência técnica autorizada em território nacional, Homologação obrigatória junto à ANATEL, conforme legislação vigente, devendo o licitante apresentar o número de certificação do produto.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
26	Microfone de lapela sem fio duplo (especificações mínimas) — Sistema de microfone de lapela sem fio, composto por 2 (dois) transmissores clip-on e 1 (um) receptor, para uso em gravação de vídeo, entrevistas, streaming e produção de conteúdo com câmera ou smartphone, com as seguintes características mínimas: Tecnologia de transmissão: digital, banda de 2,4 GHz, com salto adaptativo de frequência (AFH ou tecnologia equivalente) para evitar interferências e quedas de sinal, Padrão polar: omnidirecional, Resposta de frequência: mínima de 20 Hz a 20 kHz (ou 35 Hz a 18 kHz), Relação sinal-ruído (SNR): igual ou superior a 70 dB, Nível de pressão sonora (SPL) máximo: igual ou superior a 110 dB SPL, Profundidade de bits e taxa de amostragem: gravação em áudio digital de no mínimo 24 bits / 48 kHz, Alcance de transmissão: mínimo de 100 metros em linha de visão (sem obstáculos), Cancelamento/redução de ruído ambiental (ENC ou tecnologia equivalente): obrigatório, com possibilidade de ativação/desativação, Conectividade: receptor com saída analógica de 3,5 mm (TRS/TRRS) e/ou USB-C, compatível com câmeras, smartphones (Android e iOS) e computadores, em modo plug & play, sem necessidade de aplicativo obrigatório para funcionamento básico, Carregamento: via USB-C, com autonomia mínima de 6 (seis) horas de gravação contínua por carga dos transmissores, Estojo de carregamento portátil incluso, com capacidade de, no mínimo, 2 (duas) recargas completas adicionais dos transmissores, funcionando também como case de proteção e transporte, Peso do transmissor: máximo de 15 g (leveza compatível com fixação discreta em roupas), Indicação de status: LED ou display no transmissor e/ou receptor, indicando pareamento, nível de bateria e funcionamento, Itens inclusos: 2 transmissores, 1 receptor, cabos de conexão (USB-C/Lightning/TRS conforme aplicável), espuma/proteção de vento (windscreen), clipes de fixação e estojo de carregamento, Garantia mínima: 12 (doze) meses, com assistência técnica no território nacional, Homologação obrigatória junto à ANATEL, devendo o licitante apresentar o número de certificação do produto.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
27	VENTILADOR DE MESA TURBO Especificação: com no mínimo 6 pás na hélice, 3 velocidades oscilação na horizontal e na vertical, 40cm de diâmetro e uma oscilação horizontal de 80 graus, grades aerodinâmicas e seguras, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	11	UNIDADE	R$ -	R$ -
28	REFRIGERADOR 240 LITROS HORIZONTAL UMA PORTA Especificação: com no mínimo tipo de degelo cycle defrost, capacidade mínima de 240 litros, uma porta, possuir freezer superior, no mínimo eficiência energética A, contando com no mínimo iluminação interior, porta-latas, porta-ovos, gaveta multiuso, gaveta de vegetais e prateleiras, capacidade do freezer de no mínimo 25 litros, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	3	UNIDADE	R$ -	R$ -
29	BEBEDOURO INDUSTRIAL 04 TORNEIRAS Especificação: com no mínimo corpo e estrutura em aço inox, 04 torneiras plásticas de alta vazão geladas, aparador de água (pingadeira) em plástico de alta resistência, serpentina em aço inox (interna), reservatório em polipropileno atóxico, isolamento térmico em EPS, boia controladora do nível de água, certificado pelo INMETRO, baixo consumo de energia, termostato com 7 níveis para controle de temperatura, gás ecológico R134A, refrigeração por compressor que garante maior eficiência, capacidade de armazenamento de no mínimo 200 litros de água, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
30	MESA DE APOIO EM POLIPROPILENO (PLÁSTICA) Especificação: resistente, certificada pelo Inmetro, empilhamento fácil após uso, quadrada, em média 70x70 cm, pesando em média 4 kg, na cor branca, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	80	UNIDADE	R$ -	R$ -
31	CADEIRAS EM POLIPROPILENO (PLÁSTICAS) Especificação: sem braço, na cor branca, uso adulto, suporte mínimo de 140kg, certificada pelo Inmetro, empilhamento fácil após uso, facilidade de limpeza e resistência a condições climáticas adversas, na cor branca, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	340	UNIDADE	R$ -	R$ -
32	FOGÃO DE PISO COM 06 BOCAS Especificação: a gás e acendimento automático, capacidade do forno mínima de 95L, com no mínimo prateleiras, trava de segurança, painel aprovado pelo inmetro e selo procel inclusos, com voltagem de 220v ou bivolt, , no mínimo mesa em aço inox e botões removíveis, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
33	BEBEDOURO INDUSTRIAL 02 TORNEIRAS Especificação: Bebedouro industrial, corpo e estrutura em aço inox, pés reguláveis, 02 torneiras, aparador de água (pingadeira em aço inox), serpentina em aço inox, reservatório em polipropileno atóxico, isolamento térmico em EPS, boia controladora do nível de água, tomada de 03 pinos conforme norma da ABNT, certificado pelo INMETRO, termostato com 07 níveis para controle de temperatura, gás ecológico R134A, refrigeração por compressor, capacidade de armazenamento de no mínimo 50 litros de água gelada, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
34	BEBEDOURO TIPO BANCADA GARRAFÃO Especificação: Refrigeração por compressor, termostato frontal com controle gradual de temperatura que controla a temperatura da água gelada, com no mínimo incluso o sistema Easy Open removível fazendo a abertura automática do lacre do garrafão, alças laterais que facilitem o transporte e deslocamento para limpeza, aparador de água removível, facilitando a limpeza do aparador e a retirada do excesso de água, reservatório de água vedado, garantindo a qualidade da água do garrafão. Reservatório de água gelada no mínimo de 1,8 L, suportando galões de até 20 litros, com voltagem de 220v ou bivolt, cor a definir com a contratante, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	2	UND	R$ -	R$ -
35	CAIXA DE SOM PORTATIL. Especificação: com no mínimo conexão bluetooth, bivolt, cor preto, em polipropileno, no mínimo 150w de potência, com certificado da anatel, que seja no mínimo compatível com notebook, tablete e smartphone, tenha porta usb, amplificação alto-falante, que acompanhe manual e carregador.	6	UND	R$ -	R$ -
36	CAIXA DE SOM ATIVA AMPLIFICADOR. Especificação: no mínimo 480W, Usb, com no mínimo sistema multimídia MP3, conexão via cabo USB, equalização de duas bandas (bass e treble) para sistema multimídia, regulador de Line Level, regulador Input Level, Bi-volt 110/220v, botão Power, entrada de cartão SD, recursos em MP3, visor LCD, refrigeração no dissipador com cooler externo, controle remoto frontal, gabinete em plástico reforçado, no mínimo sistema full range ativo de duas vias, Potência RMS de no mínimo 480W.	6	UND	R$ -	R$ -
37	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL. Especificação: no mínimo potência de 368w, com baixa rotação, fecho de segurança, capacidade para no mínimo 08 litros, voltagem de 220v ou bivolt, confeccionado em no mínimo alumínio.	7	UNIDADE	R$ -	R$ -
38	FRITADEIRA SEM ÓLEO AIR FRYER 5L. Especificação: com capacidade para no mínimo 5 litros, na cor preto, confeccionada em no mínimo material inox, no mínimo 1.900W de potência,	7	UND	R$ -	R$ -

	com voltagem 220V ou bivolt, controlo de temperatura, desligamento automático e garantia de 12 meses.				
39	FREEZER HORIZONTAL - ESPERCIFICAÇÕES MÍNIMAS: 500 litros, degelo manual, 02 (duas) portas, classificação energética A, sistema de rodízio com 4 pés, cor branco e garantia de 12 meses, com voltagem de 220v ou bivolt.	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
40	FERRO ELÉTRICO A SECO Especificação: com no mínimo poupa botões em toda lateral do ferro, controle de temperatura frontal, cabo anatômico com giro de 360°, base em alumínio polido, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
41	FERRO ELÉTRICO A VAPOR Especificação: com no mínimo base em alumínio antiaderente, sistema autolimpante, poupa botões em toda a lateral do ferro, cabo anatômico com giro 360°, ajuste de intensidade de vapor, reservatório de no mínimo125Ml, cor a definir com a contratante, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	5	UNIDADE	R$ -	R$ -
42	BEBEDOURO COLUNA PRESSÃO AÇO INOX Especificação: modelo tradicional de bebedouro de pressão, confeccionado no mínimo em aço inox, permitindo a fácil adaptação em ambientes onde há grande circulação de pessoas- torneira (copo e jato) em latão cromado, com regulagem de jato d`água, ralo sifonado, barra o mau cheiro, tampa no mínimo em aço inox polido e base em material injetados, controle manual da temperatura da água com regulagem externa, com no mínimo filtro de água com carvão ativado impregnado com prata, impedindo a proliferação de microorganismos, eliminando sabor e odor de cloro e reduzindo a quantidade de cloro, grau de proteção no mínimo ipx4, peso mínimo de 30 kg, com voltagem de 220v ou bivolt, com garantia mínima estipulada pelo fabricante inclusa.	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
43	FREEZER VERTICAL 230 LITROS. Especificação: no mínimo degelo manual, com no mínimo 01 (uma) porta, classificação energética A+, no mínimo frequência 60 Hz, contendo no mínimo 04 Cestos e 01 Gaveta, com pés ajustáveis, cor branco e garantia de 12 meses, com voltagem de 220v ou bivolt.	3	UND	R$ -	R$ -
44	Climatizador de ar evaporativo portátil (especificações mínimas) – climatizador de ar evaporativo com capacidade mínima de 75 litros, potência mínima de 150 W, vazão de ar mínima de 4.000 m³/h, nível de ruído máximo de 60 dB, 3 velocidades de ventilação, reservatório para abastecimento manual de água, sistema de resfriamento evaporativo com possibilidade de utilização de gelo, direcionamento de ar vertical automático e horizontal manual, dotado de rodízios e puxadores para facilitar a movimentação.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
45	Fogão industrial 4 bocas com forno (especificações mínimas) – fogão industrial de piso, com 4 queimadores, sendo 2 queimadores com chama tripla e 2 queimadores chama dupla, alimentação a gás GLP, estrutura resistente, grelhas e queimadores em ferro fundido, mesa de fácil higienização, registros individuais para controle das chamas e forno incorporado com capacidade mínima de 80 litros, com porta dotada de visor, isolamento térmico, acabamento interno de fácil limpeza e, no mínimo, 1 grelha interna removível.	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
46	Cadeira de rodas em alumínio (especificações mínimas) – cadeira de rodas dobrável, com estrutura em alumínio tipo duplo X, leve e resistente, capacidade mínima de 120 kg, chassi tubular com pintura epóxi, encosto e assento em material impermeável, apoio de braços almofadados e escamoteáveis, apoios de pernas removíveis e rebatíveis tipo swing away, apoio de pés regulável em altura com suporte para calcanhar, rodas com aros em alumínio e raios em aço inox, sistema de liberação rápida das rodas, freios bilaterais reguláveis, protetor lateral de roupas, almofada com espuma de alta densidade e capa em nylon, bolsa traseira para objetos e dispositivo de auxílio para transposição de desníveis, adequada para uso hospitalar e domiciliar.	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
47	Batedeira planetária industrial (especificações mínimas) – batedeira planetária de uso industrial, com capacidade mínima de 20 litros, potência mínima de 1.200 W, controle eletrônico de velocidade com no mínimo 10 níveis de regulagem, cuba em aço inoxidável, sistema de proteção térmica contra superaquecimento, estrutura resistente, pés emborrachados com regulagem para estabilidade e grade de proteção. Deverá acompanhar, no mínimo, 3 batedores adequados para diferentes preparações, incluindo modelos tipo globo, raquete e gancho, sendo compatível com a preparação de massas leves e cremosas. Deverá possuir sistema de segurança conforme as normas aplicáveis.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
				TOTAL	R$ -

Santana do Seridó/RN, 27 de agosto de 2026.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:367B2D54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01078/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 264.782,10 (duzentos e sessenta e quatro mil e setecentos e oitenta e dois reais e dez centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa	
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando	
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana	
2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos	

		876 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:				**R$ 1.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 1.000,00**
	19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
	2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%			
		924 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15021001	R$ 176.212,16
Total da Ação:				**R$ 176.212,16**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 176.212,16**
	19002 - Secretaria Municipal de Educação-FUNDEB			
	2.19 - Manut. Ens. Fundamental - 30% FUNDEB			
		1033 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15400000	R$ 42.918,71
Total da Ação:				**R$ 42.918,71**
	2.31 - Manut. Ensino Infantil/ CRECHE 30 % FUNDEB			
		1059 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15400000	R$ 21.631,59
Total da Ação:				**R$ 21.631,59**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 64.550,30**
	20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.			
	2.136 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
		1161 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:				**R$ 2.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 2.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde de São Fernando				
	17001 - Fundo Municipal de Saúde			
	2.105 - Prog. Ag. Comun. Saúde - PACS - BL. AT/ FMS			
		1384 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15021002	R$ 16.019,64
Total da Ação:				**R$ 16.019,64**
	2.9 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde			
		1401 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15021002	R$ 5.000,00
Total da Ação:				**R$ 5.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 21.019,64**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

2 - Prefeitura Municipal de São Fernando				
	2001 - Gabinete do Prefeito			
	1.25 - Aquis. de Equip./Controladoria Geral			
		753 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 500,00
Total da Ação:				**R$ 500,00**
	2.2 - Manutenção do Serv. do Gabinete do Prefeito			
		761 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
		765 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:				**R$ 15.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 15.500,00**
	5001 - Sec. Mun. de Finanças			
	1.4 - Aquis. Maqui. Equip. Sec. Finanças			
		812 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
Total da Ação:				**R$ 3.000,00**
	2.8 - Manut. Serv. Secretaria de Finanças			
		817 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
		820 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:				**R$ 20.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 23.000,00**
	18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana			
	1.17 - Aquisição Máquinas Equipamentos			
		872 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 8.000,00
Total da Ação:				**R$ 8.000,00**
	1.18 - Aquisição de Veículos			
		874 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:				**R$ 1.000,00**
	2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos			
		880 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:				**R$ 5.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 14.000,00**
	19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
	1.115 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS.			
		911 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15021001	R$ 5.000,00
Total da Ação:				**R$ 5.000,00**
	2.117 - MAnut. Ens. Infantil/ PRE-ESCOLA- Educação 25%			
		977 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15021001	R$ 500,00
		982 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	Fonte: 15021001	R$ 500,00
		986 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15021001	R$ 500,00
		987 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021001	R$ 500,00
Total da Ação:				**R$ 2.000,00**
	2.22 - Manut. Sev. Culturais, Artísticos e Turis			
		1017 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
		1022 - 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:				**R$ 10.000,00**
	2.40 - Prog. Educ. Jovens Adultos - EJA 5%			
		1000 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021001	R$ 1.500,00
Total da Ação:				**R$ 1.500,00**
	2.7 - Manut. Ens. Infantil/ CRECHE - Educação 25%			
		969 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15021001	R$ 1.000,00
Total da Ação:				**R$ 1.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 19.500,00**
	19002 - Secretaria Municipal de Educação-FUNDEB			
	2.118 - Manut .Ens . Infant i l/ PRE - ESCOLA - 30 % FUNDEB			
		1074 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15400000	R$ 1.117,87
Total da Ação:				**R$ 1.117,87**

2.19 - Manut. Ens. Fundamental - 30% FUNDEB			
	1031 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15400000	R$ 3.401,61
	1033 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15400000	R$ 3.401,61
	1035 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15400000	R$ 908,43
Total da Ação:			**R$ 7.711,65**
2.31 - Manut. Ensino Infantil/ CRECHE 30 % FUNDEB			
	1060 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15400000	R$ 55.720,78
Total da Ação:			**R$ 55.720,78**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 64.550,30**
20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.			
1.112 - Construção de Pocilga			
	1179 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:			**R$ 1.000,00**
1.113 - PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS			
	1138 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:			**R$ 2.000,00**
2.132 - Programa Público Forragem Nutritiva			
	1180 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
	1181 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:			**R$ 5.000,00**
2.134 - Programa Público Semear			
	1158 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
	1159 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:			**R$ 3.000,00**
2.136 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
	1160 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15000000	R$ 500,00
	1163 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Fonte: 15000000	R$ 500,00
	1173 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:			**R$ 6.000,00**
2.39 - P r o g . In c e n t i v o A g r i c u l t u r a - C o r t e d e T e r r			
	1134 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
Total da Ação:			**R$ 3.000,00**
2.74 - Prog . Melhor. Genetico do Rebanho Bovino			
	1147 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
	1148 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
Total da Ação:			**R$ 6.000,00**
2.75 - Prog . Abast .Dágua Zona Rural / u rb ana			
	1150 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 20.000,00
	1465 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 8.000,00
Total da Ação:			**R$ 28.000,00**
2.81 - Prog. Incentivo a Agricult. Familiar			
	1175 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:			**R$ 1.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 55.000,00**
22001 - Secretaria Municipal do Idoso e da Pessoa com Deficiência			
2.148 - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Idoso e da Pessoa com Deficiência			
	1193 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
	1194 - 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
	1468 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:			**R$ 8.000,00**
2.55 - Programa Acessibilidade			
	1202 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 500,00
Total da Ação:			**R$ 500,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 8.500,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde de São Fernando			
17001 - Fundo Municipal de Saúde			
2.9 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde			
	1411 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021002	R$ 28.000,00
	1412 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 15021002	R$ 10.712,16
	1415 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021002	R$ 26.019,64
Total da Ação:			**R$ 64.731,80**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 64.731,80**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 27 de agosto de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:8027A82C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1388 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1388 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e **CONSIDERANDO** que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;

CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	26 DE AGOSTO DE 2026		
Datas de afastamento	26 DE AGOSTO DE 2026	Saída/origem	**04HS DO DIA 26 DE AGOSTO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**00:50 H DO 27 DE AGOSTO DE 2026**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE EDUARDA GARCIA DE ARAUJO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL ONOFRE LOPES, LOCALIZADO AV. NILO PEÇANHA 620 – PETROPOLES / NATAL - RN, NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 26 DE AGOSTO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:A89685A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1389 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1389 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	70,00 (SETENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN		
Data da concessão	27 DE AGOSTO DE 2026		
Datas de afastamento	27 DE AGOSTO 2026	Saída/origem	09HS DO DIA 27 DE AGOSTO 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	19:50 hs DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2026
Beneficiário	GARRIDO FERNANDES DANTAS DE ARAÚJO		
CPF n.°	053.795.234-98		
Cargo e/ou Função	SUBCOORDENADOR VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE JESSYCA MAYARA SILVA BATISTA PARA CONSULTA MÉDICA NA CLINICA HUMANITARE DE CURRAIS NOVOS, LOCALIZADO R. CIPRIANO PINHEIRO GALVÃO, 212 - MANOEL SALUSTINO, CURRAIS NOVOS - RN, NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 27 DE AGOSTO 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:6BC07E2A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO PE N.º 022/2026 ATO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PORTAS DE MADEIRAS E SEUS ALIZAIS PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DA NOVA SEDE DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
MODALIDADE PE: 022/2026
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: JOSEAN CIPRIANO DOS SANTOS04319237447							
CNPJ: 13064807000130							
Endereço: RUA ABDIAS BEZERRA 155, Nº , BEIRA RIO, SAO JOSE DO SERIDO/RN							
Representante: JOSEAN CIPRIANO DOS SANTOS							
Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
1	13070	Porta de madeira maciça, confeccionada em jatobá, cumaru ou andiroba, medindo 0,90 m x 2,10 m, espessura mínima de 35 mm, com acabamento lixado, pronta para pintura ou verniz, isenta de rachaduras, empenamentos e outros defeitos que comprometam sua qualidade.	UND	N/C	40,00	950,0000	38.000,00
2	13071	Alizar para porta, confeccionado em madeira maciça, medindo 5,0 cm de largura, com acabamento lixado, isento de rachaduras, empenamentos e demais defeitos que comprometam sua qualidade, destinado ao acabamento de batentes de portas.	MT	N/C	500,00	20,0000	10.000,00
3	13131	Kit de dobradiças para porta de madeira, composto por 03 (três) dobradiças em latão cromado ou aço com acabamento cromado, medindo 3½ x 3 (89 x 76 mm) ou compatível com portas de madeira de 35 mm de espessura, dotadas de anel (arruela) de nylon, latão ou material equivalente de alta resistência entre as abas. As dobradiças deverão apresentar elevada resistência mecânica, proteção contra corrosão e desgaste, acompanhadas dos respectivos parafusos para fixação.	KIT	ALIANÇA	40,00	35,0000	1.400,00
						Total	49.400,00

Valor total da contratação 49.400,00

São José do Seridó/RN, 27/08/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:2AE6FCEE

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO PE N.º 022/2026 ATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO:AQUISIÇÃO DE PORTAS DE MADEIRAS E SEUS ALIZAIS PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DA NOVA SEDE DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN
MODALIDADE PE: 022/2026
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
HOMOLOGO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: JOSEAN CIPRIANO DOS SANTOS04319237447							
CNPJ: 13064807000130							
Endereço: RUA ABDIAS BEZERRA 155, Nº , BEIRA RIO, SAO JOSE DO SERIDO/RN							
Representante: JOSEAN CIPRIANO DOS SANTOS							
Item	Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT	Preço	Total
1	13070	Porta de madeira maciça, confeccionada em jatobá, cumaru ou andiroba, medindo 0,90 m x 2,10 m, espessura mínima de 35 mm, com acabamento lixado, pronta para pintura ou verniz, isenta de rachaduras, empenamentos e outros defeitos que comprometam sua qualidade.	UND	N/C	40,00	950,0000	38.000,00
2	13071	Alizar para porta, confeccionado em madeira maciça, medindo 5,0 cm de largura, com acabamento lixado, isento de rachaduras, empenamentos e demais defeitos que comprometam sua qualidade, destinado ao acabamento de batentes de portas.	MT	N/C	500,00	20,0000	10.000,00
3	13131	Kit de dobradiças para porta de madeira, composto por 03 (três) dobradiças em latão cromado ou aço com acabamento cromado, medindo 3½ x 3 (89 x 76 mm) ou compatível com portas de madeira de 35 mm de espessura, dotadas de anel (arruela) de nylon, latão ou material equivalente de alta resistência entre as abas. As dobradiças deverão apresentar elevada resistência mecânica, proteção contra corrosão e desgaste, acompanhadas dos respectivos parafusos para fixação.	KIT	ALIANÇA	40,00	35,0000	1.400,00
						Total	49.400,00

Valor total da contratação 49.400,00

São José do Seridó/RN, 27/08/2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:34C65F14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 378 / 2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 779, de 16 de junho de 2017, que dispõe sobre a redução da carga horária semanal dos profissionais de saúde de nível superior e médio vinculados às equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, estabelecendo critérios de compatibilidade entre a formação e o cargo, fluxo procedimental de análise prévia, exigência de contrapartida ao serviço público municipal e mecanismos de controle e responsabilização, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71 e demais dispositivos da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 779, de 16 de junho de 2017;
CONSIDERANDO que a redução da carga horária semanal prevista na Lei Municipal nº 779/2017 constitui benefício de caráter excepcional, condicionado à efetiva dedicação do servidor a atividade de formação continuada, e não direito automático ou incondicionado;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar estrita compatibilidade entre a formação pleiteada e as atribuições do cargo efetivo ou da função exercida pelo profissional, de modo que o benefício resulte em ganho técnico e assistencial mensurável para a rede municipal de saúde;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, especialmente, da eficiência, insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal, aplicáveis a toda a Administração Pública Direta;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir fluxo procedimental único, simples, documentado e de responsabilidade definida, capaz de conferir segurança jurídica tanto ao servidor requerente quanto à Administração, sem sobrecarregar as rotinas administrativas da Secretaria Municipal de Saúde; e
CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Lei Municipal nº 779/2017, que atribui à Secretaria Municipal de Saúde a competência para analisar e deferir os requerimentos de redução de carga horária,
D E C R E T A:
CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais, Finalidade e Definições
Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Município de São Miguel/RN, a aplicação da Lei Municipal nº 779, de 16 de junho de 2017, estabelecendo critérios objetivos, procedimento administrativo, exigência de contrapartida e mecanismos de controle para a concessão da redução de carga horária semanal aos profissionais de saúde de nível superior e médio vinculados às equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal.
Parágrafo único. A redução de carga horária de que trata este Decreto é benefício condicionado, de natureza excepcional e temporária, vinculado exclusivamente à realização de atividade de formação com nexo direto e comprovado com o cargo, a função e o serviço prestado, não configurando direito subjetivo automático do servidor.
Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – Redução de carga horária: diminuição da jornada de trabalho do servidor de 40 (quarenta) horas semanais, em até 8 (oito) horas semanais para os cursos e residências de que trata o art. 3º, II, ou em até 4 (quatro) horas semanais para os cursos de curta duração de que tratam o parágrafo único do art. 3º e o inciso II do art. 4º, todos da Lei Municipal nº 779/2017, sem prejuízo de sua remuneração;
II – Formação: curso de aperfeiçoamento, curso de pós-graduação lato ou stricto sensu, residência multiprofissional em saúde ou residência em medicina de família e comunidade, nos termos dos §§ 1º a 4º do art. 2º da Lei Municipal nº 779/2017;
III – Compatibilidade estrita: correlação direta, objetiva e demonstrável entre o conteúdo programático da formação e as atribuições do cargo efetivo, da função exercida ou da equipe de saúde da família ou saúde bucal à qual o servidor está vinculado;
IV – Contrapartida: conjunto de obrigações assumidas pelo servidor beneficiário perante o Município, consistentes na aplicação e disseminação do conhecimento adquirido em favor da rede municipal de saúde, nos termos do Capítulo VI deste Decreto;
V – Requerimento: petição escrita, protocolada previamente ao início da formação, instruída com os documentos exigidos no art. 7º deste Decreto.
CAPÍTULO II
Da Compatibilidade entre a Formação e o Cargo
Art. 3º A concessão do benefício depende, sob pena de indeferimento sumário, de compatibilidade estrita entre a formação pleiteada e o cargo efetivo, a função ou a área de atuação do servidor na equipe de Saúde da Família ou Saúde Bucal.
Art. 4º Para aferição da compatibilidade estrita, serão considerados, cumulativamente:
I – a correlação entre a ementa, o conteúdo programático e a carga horária do curso e as atribuições legais e regimentais do cargo ou função do servidor;
II – a existência de necessidade formal de capacitação identificada pela gestão da unidade de saúde ou pela própria Secretaria Municipal de Saúde, em plano de capacitação, diagnóstico situacional ou manifestação técnica equivalente;
III – o potencial de aplicação prática, direta e imediata do conhecimento adquirido na rotina assistencial ou de gestão da unidade de lotação do servidor; e
IV – a compatibilidade entre os dias, horários e local de realização do curso e a escala de trabalho da unidade, de modo a não comprometer a assistência mínima à população.
Art. 5º Não será reconhecida a compatibilidade, sendo o requerimento indeferido de plano, quando a formação:
I – não guardar relação temática com a saúde da família, a saúde bucal, a atenção básica ou a área específica de atuação do cargo;
II – tiver caráter genérico, de cultura geral, de desenvolvimento pessoal ou gerencial não aplicado à saúde pública, sem nexo técnico direto com o cargo;
III – constituir graduação em curso diverso do já exigido para o cargo ocupado, ressalvadas as hipóteses de residência médica multiprofissional expressamente previstas na Lei Municipal nº 779/2017; ou

IV – não atender aos requisitos mínimos de carga horária estabelecidos no art. 3º da Lei Municipal nº 779/2017, ressalvadas as hipóteses de curso de curta duração previstas no parágrafo único do referido artigo.

CAPÍTULO III

Do Procedimento — Requerimento e Instrução

Art. 6º O requerimento de redução de carga horária deverá ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos do início da formação, salvo justificativa expressa de força maior, aceita a critério da Secretaria.

Parágrafo único. Requerimentos protocolados fora do prazo estabelecido no caput, sem justificativa aceita, serão indeferidos liminarmente, sem prejuízo de nova solicitação para formação futura.

Art. 7º O requerimento, conforme modelo de requerimento padrão disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, será instruído, obrigatoriamente, com:

I – qualificação completa do servidor, cargo, função, unidade e equipe de lotação;

II – identificação da instituição de ensino, modalidade (presencial, semipresencial ou EAD), carga horária total, período, dias e horários das aulas;

III – ementa ou conteúdo programático detalhado do curso;

IV – comprovante de inscrição, matrícula ou pré-matrícula na atividade de formação;

V – justificativa escrita do servidor demonstrando o nexo entre a formação e suas atribuições;

VI – declaração de que não usufrui, cumulativamente, de outro benefício de redução de carga horária ou afastamento remunerado para a mesma finalidade; e

VII – anuência prévia da chefia imediata quanto à compatibilidade de horários com a escala da unidade.

Art. 8º O processamento do requerimento observará o seguinte fluxo procedimental, sistematizado no Anexo I deste Decreto:

I – Protocolo do requerimento pelo servidor junto ao setor de protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, com a documentação do art. 7º;

II – Encaminhamento do processo ao setor técnico/Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde, para análise da compatibilidade e verificação de regularidade formal, funcional e de escala, no prazo do art. 9º deste Decreto;

III – Encaminhamento do processo, com a análise técnica, à Procuradoria-Geral do Município, para exame da legalidade do procedimento, no prazo do art. 10 deste Decreto;

IV – Decisão final do Secretário Municipal de Saúde, deferindo ou indeferindo motivadamente o requerimento, no prazo do art. 11 deste Decreto; e

V – Em caso de deferimento, formalização mediante Portaria individual de concessão, com a correspondente averbação no sistema de registro de ponto e comunicação formal à chefia imediata e ao setor de folha de pagamento, nos termos do Capítulo V.

CAPÍTULO IV

Da Análise Técnica, Jurídica e dos Prazos

Art. 9º A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu setor de Recursos Humanos ou do setor técnico responsável pela Atenção Básica, procederá à análise do requerimento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, formalizada em parecer técnico sucinto juntado aos autos, manifestando-se expressamente sobre:

I – a regularidade formal, funcional e de escala da documentação apresentada;

II – a compatibilidade estrita entre a formação e o cargo/função, nos termos dos arts. 4º e 5º deste Decreto;

III – o benefício técnico e assistencial esperado para o serviço de saúde; e

Art. 10. Recebido o processo instruído com a análise técnica de que trata o art. 9º, a Secretaria Municipal de Saúde o encaminhará à Procuradoria-Geral do Município, que emitirá parecer jurídico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, manifestando-se sobre a legalidade do procedimento, notadamente quanto a:

I – a regularidade formal da instrução processual, à luz da Lei Municipal nº 779/2017 e deste Decreto;

II – a observância do procedimento e dos prazos estabelecidos neste Decreto; e

III – a existência de vícios de legalidade capazes de comprometer a concessão do benefício.

§ 1º O parecer jurídico não substitui a análise técnica de que trata o art. 9º, limitando-se ao exame da legalidade do processo.

§ 2º Constatada irregularidade sanável, a Procuradoria-Geral do Município poderá recomendar diligência de saneamento do processo, previamente à decisão final.

Art. 11. Recebidos a análise técnica de que trata o art. 9º e o parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município, o Secretário Municipal de Saúde decidirá o requerimento no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante decisão motivada, que será juntada aos autos e cientificada ao servidor.

§ 1º O indeferimento será sempre motivado, com indicação expressa do dispositivo legal ou regulamentar em que se fundamenta.

§ 2º Da decisão de indeferimento caberá recurso, sem efeito suspensivo, dirigido ao Secretário Municipal de Saúde, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência, o qual deverá ser decidido em igual prazo.

CAPÍTULO V

Da Formalização, Concessão e Registro

Art. 12. Deferido o requerimento, a concessão será formalizada mediante publicação de Portaria individual, da qual constarão o período de vigência, a carga horária reduzida, a contrapartida assumida pelo servidor e a data de início da formação comprovada, produzindo efeitos a partir desta última.

Art. 13. A redução somente produzirá efeitos após a publicação da Portaria individual de concessão e a averbação no sistema de registro de ponto pelo setor competente, sendo vedada a fruição do benefício de fato antes da formalização.

CAPÍTULO VI

Do Controle de Frequência

Art. 14. Ao final da formação, o servidor apresentará, no prazo de até 30 (trinta) dias da conclusão, o Certificado de Conclusão correspondente, sob pena de os horários em que se ausentou do serviço sob amparo da redução serem computados como falta, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei Municipal nº 779/2017, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

CAPÍTULO VII

Da Suspensão, do Cancelamento e da Restituição

Art. 15. O benefício será suspenso ou cancelado, mediante decisão motivada do Secretário Municipal de Saúde, nas seguintes hipóteses:

I – trancamento, abandono, reprovação ou não comprovação da conclusão exigida pela instituição de ensino;

II – incompatibilidade superveniente entre os horários da formação e a escala de trabalho, não sanada em prazo razoável;

III – constatação de informação falsa ou omissão relevante prestada no requerimento; ou

IV – necessidade de serviço devidamente justificada pela Administração, que inviabilize a continuidade da redução.

Art. 16. Constatada a fruição indevida do benefício, inclusive por descumprimento da contrapartida ou por informação falsa, o Município adotará, sem prejuízo da responsabilização administrativa cabível:

I – a compensação, pelo servidor, das horas correspondentes ao período de redução irregularmente usufruído, mediante banco de horas ou desconto em folha, na forma da legislação aplicável; e

II – a instauração de procedimento administrativo disciplinar, quando evidenciada má-fé ou fraude.

CAPÍTULO IX

Das Responsabilidades

Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu setor de Recursos Humanos, manter registro centralizado e atualizado dos benefícios concedidos, com indicação de servidor, unidade, formação, período de vigência e contrapartida.

Art. 18. Compete à chefia imediata do servidor beneficiário comunicar, de imediato, à Secretaria Municipal de Saúde eventual descumprimento de frequência, de escala ou de contrapartida observado na rotina da unidade.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 19. Os requerimentos de redução de carga horária já deferidos e em curso na data de publicação deste Decreto permanecerão regidos pelas condições da concessão original até o seu termo final, devendo, contudo, a comprovação da contrapartida devida ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento do benefício remanescente.

Art. 20. Os casos omissos serão decididos pelo Secretário Municipal de Saúde, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Fluxograma do Processo de Redução de Carga Horária para Formação

Etapa	Descrição	Responsável	Prazo
1	Protocolo do requerimento e documentação	Servidor requerente	Até 30 dias antes do início do curso
2	Análise técnica e verificação de regularidade formal, funcional e de escala	Secretaria Municipal de Saúde (RH/Setor Técnico)	Até 5 dias úteis
3	Análise da legalidade do procedimento	Procuradoria-Geral do Município	Até 5 dias úteis
4	Decisão final motivada (deferimento ou indeferimento)	Secretário Municipal de Saúde	Até 10 dias úteis
5	Se deferido: publicação da Portaria individual de concessão	SEMS	Antes do início da redução
6	Se indeferido: cientificação do servidor e prazo recursal	SEMS	5 dias úteis para recurso
7	Apresentação do Certificado de Conclusão e comprovação da contrapartida	Servidor beneficiário	Até 30 dias após o término

Observação: o indeferimento em qualquer etapa interrompe o fluxo, cabendo recurso nos termos do art. 11, § 2º, deste Decreto. A ausência de manifestação do servidor no prazo recursal implica preclusão.

REQUERIMENTO DE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA FORMAÇÃO

Lei Municipal nº 779/2017 e Decreto nº _____/2026

1. SERVIDOR			
Nome			
Matrícula		**Cargo**	
Função		**Equipe**	
Unidade de lotação		**Carga horária atual**	
Redução pleiteada	_____ horas semanais		
2. FORMAÇÃO			
Instituição		**Curso pretendido**	
Tipo	( ) Aperfeiçoamento ( ) Pós-graduação ( ) Residência multiprofissional ( ) Residência em medicina de família		
Modalidade	( ) Presencial ( ) Semipresencial ( ) EAD		
Carga horária do curso		**Período**	___/___/____ a ___/___/____
Dias e horários das aulas			
3. JUSTIFICATIVA (nexo entre o curso e o cargo/função)			
4. ANEXOS			
( ) Comprovante de inscrição/matrícula ( ) Ementa do curso ( ) Anuência da chefia			

Declaro, sob as penas da lei, que não usufruo de outro benefício de redução de carga horária ou afastamento remunerado para a mesma finalidade e que estou ciente dos termos da Lei Municipal nº 779/2017 e do Decreto regulamentador.

São Miguel/RN, ____ / ____ / ____

_____
Assinatura do servidor requerente

_____
Assinatura da chefia imediata

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:C0101F76

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO Nº 05/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 46967295-2026

A Prefeitura de São Tomé/RN **TORNA PÚBLICA** a adesão a Ata de Registro de Preços da Prefeitura de Serra Caiada/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 141/2023, e suas alterações posteriores e demais normas em vigor, conforme especificado abaixo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024
PROCESSO Nº 1.108.037/2024
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN.**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN – inscrita no CNPJ Nº 08.078.412/0001-56

ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE – (CARONA): PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, inscrita no CNPJ: 08.080.210/0001-49.

FORNECEDOR REGISTRADO: PAULO EDUARDO DE MEDEIROS DANTAS – CNPJ Nº 40.779.142/0001-13.

EMPRESA: PAULO EDUARDO DE MEDEIROS DANTAS	
CNPJ/MF N° 40.779.142/0001-13	TELEFONE: (84) 3251-2286 / 99108-1746
E-MAIL: paulo.autopecas@bol.com.br	
ENDEREÇO: RUA VICENTE GOMES DA ROCHA, 228, N SRA APARECIDA, SÃO PAULO DO POTENGI – RN, CEP: 59460-000.	
REPRESENTANTE LEGAL: PAULO EDUARDO DE MEDEIROS DANTAS FILHO	
RG N°: 1.763.261	CPF/MF Nº: 045.677.625-95

LOTE 01 - VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE - CAMINHONTES E VANS					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID. MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR HORA/SERV.**	**DESCONTO SOBRE A VALOR HR/SERV**
1	**SERVIÇO/MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA / PREVENTIVA EM VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE - CAMINHONTES E VANS.** Abrangendo os veículos pertencentes a frota municipal que: Sejam movidos a etanol/gasolina. Incluindo: Serviço mecânico em geral, elétrico e eletrônico, motor, suspensão, sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviço de tapeçaria, estofamento, vidraçaria, lanternagem e pintura / funilaria em geral.	Hora	500	160,83	33,50 %
	DESCRIÇÃO	**UND**	**(R$) EM PEÇAS**	**DESCONTO SOBRE A TABELA DA FABRICANTE**	
2	**PEÇAS PARA OS VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE - CAMINHONTES E VANS**	Unidade	150.000,00	33,50 %	

LOTE 02 - VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE/GRANDE PORTE MICRO ONIBUS, ONBIUS E CAMINHOES					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID. MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR HORA/SERV.**	**DESCONTO SOBRE A VALOR HR/SERV**
1	**SERVIÇO/MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA/PREVENTIVA EM VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE/GRANDE PORTE MICRO ONIBUS, ONBIUS E CAMINHOES** Abrangendo os veículos pertencentes a frota municipal que: Sejam movidos a etanol/gasolina/diesel s500/diesel s10. Incluindo: Serviço mecânico em geral, elétrico e eletrônico, motor, suspensão, sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviço de tapeçaria, estofamento, vidraçaria, lanternagem e pintura / funilaria em geral.	Hora	1.000	257,00	31,50 %
	DESCRIÇÃO	**UND**	**(R$) EM PEÇAS**	**DESCONTO SOBRE A TABELA DA FABRICANTE**	
2	**PEÇAS PARA OS VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE/GRANDE PORTE MICRO ONIBUS, ONBIUS E CAMINHOES.**	Peça	250.000,00	31,50 %	

LOTE 03 – MAQUINAS PESADAS, TRATORES E IMPLEMENTOS					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID. MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR HORA/SERV.**	**DESCONTO SOBRE A VALOR HR/SERV**
1	**SERVIÇO/MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA / PREVENTIVA EM MAQUINAS PESADAS, TRATORES E IMPLEMENTOS.** Abrangendo os veículos pertencentes a frota municipal que: Sejam movidos a diesel s500/diesel s10. Incluindo: Serviço mecânico em geral, elétrico e eletrônico, motor, suspensão, sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviço de tapeçaria, estofamento, vidraçaria, lanternagem e pintura / funilaria em geral.	Hora	1.000	228,00	31,50 %
	DESCRIÇÃO	**UND**	**(R$) EM PEÇAS**	**DESCONTO SOBRE A TABELA DA FABRICANTE**	
2	**PEÇAS PARA AS MAQUINAS PESADAS, TRATORES E IMPLEMENTOS.**	Peça	300.000,00	31,50 %	

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente consumidos.

VIGÊNCIA DA ARP (Órgão Gerenciador): 03/02/2025 a 03/02/2026.

VIGÊNCIA COM PRORROGAÇÃO DO ADITIVO 03/02/2026 a 03/02/2027.

VIGÊNCIA DE ADESÃO A ARP (Órgão não Participante-CARONA): 27/08/2026 à 03/02/2027.

São Tomé/RN, 27 de agosto de 2026.

Prefeitura De São Tomé/RN
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito
Pela/Contratante

Paulo Eduardo De Medeiros Dantas
CNPJ Nº 40.779.142/0001-13
PAULO EDUARDO DE MEDEIROS DANTAS FILHO
CPF: 045.677.625-95
Pela/Contratada

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:C18537D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 130/2026 - SMARH/RH

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE ADICIONAL NOTURNO, AOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, MOTORISTAS E VIGILANTE LOTADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a lei nº 547/2015 que concede a gratificação de Adicional Noturno.
RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedido a gratificação de adicional noturno aos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, motoristas e vigilante, lotados na Unidade Mista de Saúde, referente a escala do mês de Agosto/2026:

RELAÇÃO DE SERVIDORES				
Nº DE ORDEM	**MAT**	**SERVIDOR**	**CARGO**	**ADICIONAL NOTURNO**
001	0000868	Ana Gabriella Medeiros de Araújo	Enfermeira	48h
002	0000058	Ana Neilma Pinheiro das Neves	Enfermeira	40h
003	0000468	Carlito Grazianne de Medeiros	Motorista	08h
004	0000338	Carlos Daniel Rodrigues dos Santos	Coveiro	56h
005	0000792	Dídia de Oliveira Pereira	Enfermeira	08h
006	0000239	Gedson Michael dos Anjos Ribeiro	Motorista	48h
007	0000886	Igor Fagner Alves dos Santos	Motorista	48h
008	0000899	Johnny Everthon Fernandes Costa	Motorista	24h
009	0000258	José Carlos Dantas	Motorista	48h
010	0000787	José Medeiros Lima	Motorista	48h
011	0000021	José Nilton da Silva	Vigilante	120h
012	0000301	Josenilson Soares Vicente	Motorista	48h
013	0000784	Josué Arnoud da Silva Oliveira	Motorista	56h
014	0000809	Lindembergue Miele de Oliveira Lucas	Motorista	48h
015	0000782	Luciano José Apolinário Xavier	Motorista	48h
016	0060443	Maria Franselma dos Santos Medeiros	Téc. de Enfermagem	48h
017	0000853	Natália Neri de Azevêdo	Enfermeira	48h
018	0000397	Otília Cristina de Souza	Aux. de Enfermagem	48h
019	0000786	Pedro Julião da Silva	Motorista	48h
020	0000785	Ronaldo Salviano Silva	Motorista	48h
021	0000887	Sebastião José de Lima Neto	Motorista	48h
022	0000842	Silvino Araújo Neto	Motorista	40h
023	0000740	Terezinha Neta dos Santos Rodrigues	Téc. de Enfermagem	48h
024	0000770	Thaise Soares Dantas de Araújo	Enfermeira	40h

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor em 11 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 11 de agosto de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:EABA9A0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0186/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0186/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA NO VALOR DE R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.
CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 11 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Agricultura**, no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.013	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				
Função	20	AGRICULTURA				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0002	GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU				
Ação	2061	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais de Servidores da Secretaria de Agricultura				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Modalidade de Aplicação	3190	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte de Recurso	15000000	R$	25.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**25.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**25.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Anulação de dotação orçamentária parcial ou total"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.011	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos				
Função	15	URBANISMO				
Subfunção	452	SERVIÇOS URBANOS				
Programa	0006	TIBAU SUSTENTÁVEL - INFRAESTRUTURA PARA O FUTURO				
Ação	2051	Manutenção de Ações e Serviços de Limpeza Pública				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	10.000,00
Valor da Anulação (R$)						**10.000,00**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.011	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos				
Função	15	URBANISMO				
Subfunção	452	SERVIÇOS URBANOS				
Programa	0006	TIBAU SUSTENTÁVEL - INFRAESTRUTURA PARA O FUTURO				
Ação	2058	Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Tibau				
Natureza da Despesa	4	DESPESAS DE CAPITAL				
Grupo de Natureza de Despesa	44	INVESTIMENTOS				
Modalidade de Aplicação	4490	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	15.000,00
Valor da Anulação (R$)						**15.000,00**
Total das Anulações (R$)						**25.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:D452046B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0187/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0187/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DO FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor do **Fundo M. de Assistência Social**, no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0007	Tibau Mais Justo – Assistência Social e Inclusão				
Ação	2208	GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339032	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	20.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**20.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**20.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0007	TIBAU MAIS JUSTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO				
Ação	2205	GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339036	OUTROS SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	3.000,00
Elemento de Despesa	339040	SERVIÇOS	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Total da Anulação (R$)						**5.000,00**

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0007	TIBAU MAIS JUSTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO				
Ação	2206	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339036	OUTROS SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	4.000,00
Total da Anulação (R$)						**4.000,00**

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0007	TIBAU MAIS JUSTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO				
Ação	2206	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Natureza da Despesa	4	DESPESAS DE CAPITAL				
Grupo de Natureza de Despesa	44	INVESTIMENTOS				
Modalidade de Aplicação	4490	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fonte de Recurso	15000000	R$	5.000,00
Total da Anulação (R$)						**5.000,00**

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0007	TIBAU MAIS JUSTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO				
Ação	2207	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339014	DIÁRIAS - CIVIL	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Elemento de Despesa	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. FÍSICA	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Total da Anulação (R$)						**4.000,00**

4000 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social

Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Subfunção	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
Programa	0007	TIBAU MAIS JUSTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO				
Ação	2207	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇAO	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Total da Anulação (R$)						**2.000,00**
Total das Anulações (R$)						**20.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:10BF4DA9

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0188/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0188/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DO FUNDO M. DE SAÚDE, NO VALOR DE R$ 139.000,00 (CENTO E TRINTA E NOVE MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 11 de dezembro de 2025), a favor do **Fundo M. de Saúde**, no valor de R$ 139.000,00 (Cento e trinta e nove reais), termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

3000 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Saúde Mais Perto – Fortalecimento da Atenção Básica em Tibau				
Ação	2094	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - ESF				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Modalidade de Aplicação	3190	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte de Recurso	16000000	R$	84.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**84.000,00**

3000 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Saúde Mais Perto – Fortalecimento da Atenção Básica em Tibau				
Ação	2095	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Saúde Bucal				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Modalidade de Aplicação	3190	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte de Recurso	16000000	R$	50.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**50.000,00**

3000 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	0001	Saúde Mais Perto – Fortalecimento da Atenção Básica em Tibau
Ação	2097	Manutenção das Atividades de Postos e Unidades Básicas de Saúde
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa	31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação	3190	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte de Recurso	16000000	R$	5.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**5.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**139.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Anulação de dotação orçamentária parcial ou total"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

3000 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU				
Ação	2210	Gestão e Manutenção de Contrato de Gestão				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3350	Transferências a entidades privadas sem fins lucrativos.				
Elemento de Despesa	335085	CONTRATO DE GESTÃO	Fonte de Recurso	16000000	R$	139.000,00
Valor da Anulação (R$)						**139.000,00**
Total da Anulação (R$)						**139.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:1CA0A097

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0189/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0189/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DO FUNDO M. DE SAÚDE, NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 11 de dezembro de 2025), a favor do **Fundo M. de Saúde**, no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

3000 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Saúde Mais Perto – Fortalecimento da Atenção Básica em Tibau				
Ação	2093	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária – Vigilância em Saúde				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Modalidade de Aplicação	3190	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte de Recurso	16040000	R$	20.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**20.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**20.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Anulação de dotação orçamentária parcial ou total"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

3000 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária	03.002	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	SAÚDE
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA
Programa	0001	SAÚDE MAIS PERTO – FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU

Ação	2092	Manutenção de Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - ACS				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Modalidade de Aplicação	3190	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – P. CIVIL	Fonte de Recurso	16040000	R$	20.000,00
Valor da Anulação (R$)						**20.000,00**
Total da Anulação (R$)						**20.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:E5E4E12C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0193/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0193/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Obras**, no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.011	SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
Função	04	ADMINISTRAÇÃO				
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa	0002	GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU				
Ação	2050	Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Obras e Serviços Públicos				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339030	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte de Recurso	15000000	R$	30.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**30.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Excesso de Arrecadação"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:
2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

	Excesso de Arrecadação – Conta Corrente nº 75.606-7 – Agência: 4687-6 – Banco do Brasil	Fonte de Recurso	15000000	R$	30.000,00
Total do Excesso de Arrecadação R$				**30.000,00**	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:59DD180B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 190/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 190/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, NO VALOR DE R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.013	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				
Função	20	AGRICULTURA				
Subfunção	605	ABASTECIMENTO				
Programa	0008	AgroTibau – Desenvolvimento Sustentável no Campo				
Ação	2067	Manutenção de Ações de Abastecimento Móvel de Água Potável no Município de Tibau				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	40.000,00
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	20.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**60.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Excesso de Arrecadação"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:
2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

	Excesso de Arrecadação – Conta Corrente nº 75.606-7 – Agência: 4687-6 – Banco do Brasil	Fonte de Recurso	15000000	R$	60.000,00
Total do Excesso de Arrecadação R$				**60.000,00**	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:AB584973

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 191/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 191/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Educação** no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.005	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função	12	EDUCAÇÃO
Subfunção	365	EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa	0005	EDUCA TIBAU - SABER QUE TRANSFORMA

Ação	2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte de Recurso	15001001	R$	5.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**5.000,00**
Total do Crédito Suplementar (R$)						**5.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de "**Anulação parcial ou total de dotação orçamentária"**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.001	SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	365	EDUCAÇÃO INFANTIL				
Programa	0005	EDUCA TIBAU - SABER QUE TRANSFORMA				
Ação	2039	Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino				
Natureza da Despesa	3	DESPESAS CORRENTES				
Grupo de Natureza de Despesa	33	OUTRAS DESPESAS				
Modalidade de Aplicação	3390	APLICAÇÕES DIRETAS				
Elemento de Despesa	339030	MATERIAL DE CONSUMO	Fonte de Recurso	15001001	R$	5.000,00
Valor da Anulação (R$)						**5.000,00**
Total das Anulações (R$)						**5.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:97B7A9E7

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 192/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 192/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU, A FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA Nº 00742/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Tibau – Lidiane Marques da Costa, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 55, XIV, da Lei Orgânica do Município de Tibau.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais, concedida pelos artigos 7º, da Lei Municipal nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3686, de 11 de dezembro de 2025, e

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau (Lei nº 00742/2025, de 08 de dezembro de 2025), a favor da **Secretaria Municipal de Finanças**, no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.002	Secretaria Municipal de Finanças				
Função	04	Administração				
Subfunção	123	Administração Financeira				
Programa	0003	Gestão Financeira e Administração Tributária				
Ação	2013	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Municipal de Finanças				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	3	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	5.000,00
Valor do Crédito Suplementar (R$)						**5.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.002	Secretaria Municipal de Finanças

Função	04	Administração				
Subfunção	123	Administração Financeira				
Programa	0003	Gestão Financeira e Administração Tributária				
Ação	2013	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Municipal de Finanças				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339033	Passagens e Despesas c/ Locomoção	Fonte de Recurso	15000000	R$	5.000,00
Total da Anulação (R$)						**5.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:19CFF468

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 3/2026

PROCESSO: 416132/2026
MODALIDADE: Credenciamento nº 3/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU
CNPJ: 01.622.882/0001-90
CONTRATADA: L R S M DE PAIVA LTDA
CNPJ: 52.306.779/0001-71
ENDEREÇO: Av. Governador Tarcísio Maia, nº 112, Centro, Tibau/RN
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de coffee break, sob demanda, para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Tibau/RN, compreendendo o preparo, fornecimento e entrega de alimentos e bebidas destinados à realização de reuniões, capacitações, treinamentos, palestras, seminários, conferências, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 143.749,20 (cento e quarenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO: 24 de agosto de 2026
VIGENCIA: 24 de agosto de 2026 a 23 de agosto de 2027
As despesas decorrentes da execução deste contrato no presente exercício, serão consignadas no Orçamento do Município do exercício 2026

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
01	MINI SALGADO FRITO, COXINHA DE FRANGO,	CENTOS	100,000000	45,09	4.509,00
02	MINI SALGADO FRITO, BOLINHA DE QUEIJO	CENTOS	80,000000	44,89	3.591,20
03	SALGADO TIPO RISOLE DE CARNE MINI	CENTOS	50,000000	45,65	2.282,50
04	SALGADO TIPO PASTELZINHO DE FRANGO MINI	CENTOS	50,000000	44,05	2.202,50
05	PIZZA GG SABORES DIVERSOS	Unidades	200,000000	50,87	10.174,00
06	SANDUÍCHE NATURAL: SANDUÍCHE NATURAL EM PÃO DE FORMA COM GRAMATURA MÍNIMA DE 80G. Especificação: Sanduíche natural com sabor variado de frango ou atum, peso mínimo de 80g.	Unidades	400,000000	9,13	3.652,00
07	SANDUICHE: PÃO BOLA, HAMBURGER, OVO, ALFACE, TOMATE, MILHO, PRESUNTO E MUSSARELA E MOLHO.	Unidades	1.500,000000	12,28	18.420,00
08	SANDUICHE: PÃO BOLA, FRANGO CREMOSO, ALFACE, TOMATE, MILHO, PRESUNTO E MUSSARELA E MOLHO.	Unidades	1.500,000000	14,30	21.450,00
09	BOLO VULCÃO (LEITE, FOFO, MILHO)	Unidades	200,000000	25,04	5.008,00
10	REFRIGERANTE SABORES DIVERSOS (200ML)	Unidades	3.300,000000	2,00	6.600,00
11	ÁGUA MINERAL 500ML S GÁS	Unidades	5.000,000000	2,04	10.200,00
12	SUCOS SABORES DIVERSOS 1L CAIXA	Unidades	80,000000	10,05	804,00
13	GELO EM CUBOS 3KG	Unidades	1.500,000000	8,23	12.345,00
14	GELO 5KG CUBOS 5KG	Unidades	1.500,000000	10,54	15.810,00
15	GELO ESCAMA EMB 25KG	Unidades	500,000000	30,54	15.270,00
16	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DV	Unidades	100,000000	7,40	740,00
17	REFRIGERANTES 2L	Unidades	400,000000	10,78	4.312,00
18	REFRIGERANTE LATA 350ML	Unidades	500,000000	4,55	2.275,00
19	PÃO DE QUEIJO 50G	Unidades	300,000000	1,50	450,00
20	ÁGUA MINERAL COPO 200ML	Unidades	2.900,000000	1,26	3.654,00
	VALOR TOTAL				**143.749,20**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Art. 79, I (PNCP).

Tibau/RN, 24 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

LETICIA RAQUEL SOARES MOURA DE PAIVA
L R S M De Paiva LTDA

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:53F67481

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 6/2025

PROCESSO:806045/2025
MODALIDADE:Credenciamento nº6/2025
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIBAU
CNPJ:01.622.882/0001-90
CONTRATADA:61.357.428 MARIA NAIARA DE SOUZA
CNPJ: 61.357.428/0001-80
ENDEREÇO:Av. Padre João Venturelli, nº 50, Centro, Tibau/RN, CEP: 59.678-000
OBJETO:CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS DESTINADAS ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU
VALOR TOTAL: R$ 462.777,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil setecentos e setenta e sete reais)
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO: 24 de agosto de 2026
VIGENCIA:24 de agosto de 2026 a 23 de agosto de 2027

As despesas decorrentes da execução deste contrato no presente exercício, serão consignadas no Orçamento do Município do exercício 2026

Item - Código - Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unit. Máximo	Vlr. Total
1 - 0026473 - REFEIÇÕES PRONTAS (CAFÉ DA MANHÃ): COMPORTO DE SUCO NATURAL OU CAFÉ COM LEITE, SANDUÍCHE DE PRESUNTO E QUEIJO, BOLO COM SABORES VARIADOS, CUSCUZ DE MILHO, OVOS, TAPIOCA E FRUTAS VARIADAS. 600g	Unidades	5.400	16,89	91.206,00
2 - 0026474 - REFEIÇÃO PRONTA (ALMOÇO): DOIS TIPOS DE CARNES (CARNE BOVINA, FRANGO, LINGUIÇA OU PESCADOS). SALADA CRUA OU COZIDA, ARROZ BRANCO OU PARBOLIZADO, FEIJÃO, MACARRÃO, FAROFA, SUCOS OU REFRIGERANTES. 600g	Unidades	7.800	23,08	180.024,00
3 - 0026475 - REFEIÇÕES PRONTAS (JANTAR): SOPA OU CUSCUZ COM CARNE OU ARROZ DE LEITE, FRANGO, LINGUIÇA OU SALSICHA, PÃO, QUEIJO, OVOS CAFÉ COM LEITE, REFRIGERANTE OU SUCOS VARIADOS. 600G	Unidades	5.400	22,58	121.932,00
4 - 0022363 - REFEIÇÕES PRONTAS (SERVIÇO DE BUFFET): ENTRADA: SALGADOS DE FORNO, FOLHADOS E FRITOS E REFRIGERANTES OU SUCOS. NO JANTAR: 2 TIPOS DE SALADA, 2 TIPOS DE ARROZ (BRANCO, A GREGA, PARBOLIZADO), 2 TIPOS DE CARNE DE 1° (CARNE VERMELHA, BRANCA OU PEIXE), 2 TIPOS DE MASSAS RECHEADAS, FAROFA, 2 TIPOS DE SOBREMESA (MOUSSE, FLAN, SORVETE, PAVÊ, CREME, DOCE TÍPICO, TORTA DOCE) REFRIGERANTES VARIADOS, SUCOS VARIADOS, ÁGUA MINERAL SEM GÁS. O SERVIÇO DE BUFFET SERÁ DO TIPO AMARICANO (SELF-SERVICE). AS BEBIDAS SERÃO SERVIDAS PELOS GAÇONS ASSIM COMO OS SALGADOS DE ENTRADA.	Unidades	1.500	46,41	69.615,00
VALOR TOTAL				**462.777,00**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 79, I (PNCP).
Tibau/RN, 24 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

MARIA NAIARA DE SOUZA
61.357.428 Maria Naiara De Souza

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:F7EAE4F2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 3/2026

PROCESSO:416132/2026
MODALIDADE:Credenciamento nº3/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU
CNPJ:01.622.882/0001-90
CONTRATADA:60.682.090 RODOLFO DO NASCIMENTO ARAUJO
CNPJ: 60.682.090/0001-70
ENDEREÇO:Rua C, Praia das Emanoelas, nº 58, Tibau/RN
OBJETO:Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de coffee break, sob demanda, para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Tibau/RN, compreendendo o preparo, fornecimento e entrega de alimentos e bebidas destinados à realização de reuniões, capacitações, treinamentos, palestras, seminários, conferências, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 143.749,20 (cento e quarenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO:27 de agosto de 2026
VIGENCIA:27 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027
As despesas decorrentes da execução deste contrato no presente exercício, serão consignadas no Orçamento do Município do exercício 2026

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
01	MINI SALGADO FRITO, COXINHA DE FRANGO,	CENTOS	100,000000	45,09	4.509,00
02	MINI SALGADO FRITO, BOLINHA DE QUEIJO	CENTOS	80,000000	44,89	3.591,20
03	SALGADO TIPO RISOLE DE CARNE MINI	CENTOS	50,000000	45,65	2.282,50
04	SALGADO TIPO PASTELZINHO DE FRANGO MINI	CENTOS	50,000000	44,05	2.202,50
05	PIZZA GG SABORES DIVERSOS	Unidades	200,000000	50,87	10.174,00
06	SANDUÍCHE NATURAL: SANDUÍCHE NATURAL EM PÃO DE FORMA COM GRAMATURA MÍNIMA DE 80G. Especificação: Sanduíche natural com sabor variado de frango ou atum, peso mínimo de 80g.	Unidades	400,000000	9,13	3.652,00
07	SANDUICHE: PÃO BOLA, HAMBURGER, OVO, ALFACE, TOMATE, MILHO, PRESUNTO E MUSSARELA E MOLHO.	Unidades	1.500,000000	12,28	18.420,00
08	SANDUICHE: PÃO BOLA, FRANGO CREMOSO, ALFACE, TOMATE, MILHO, PRESUNTO E MUSSARELA E MOLHO.	Unidades	1.500,000000	14,30	21.450,00
09	BOLO VULCÃO (LEITE, FOFO, MILHO)	Unidades	200,000000	25,04	5.008,00

10	REFRIGERANTE SABORES DIVERSOS (200ML)	Unidades	3.300,000000	2,00	6.600,00
11	ÁGUA MINERAL 500ML S GÁS	Unidades	5.000,000000	2,04	10.200,00
12	SUCOS SABORES DIVERSOS 1L CAIXA	Unidades	80,000000	10,05	804,00
13	GELO EM CUBOS 3KG	Unidades	1.500,000000	8,23	12.345,00
14	GELO 5KG CUBOS 5KG	Unidades	1.500,000000	10,54	15.810,00
15	GELO ESCAMA EMB 25KG	Unidades	500,000000	30,54	15.270,00
16	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DV	Unidades	100,000000	7,40	740,00
17	REFRIGERANTES 2L	Unidades	400,000000	10,78	4.312,00
18	REFRIGERANTE LATA 350ML	Unidades	500,000000	4,55	2.275,00
19	PÃO DE QUEIJO 50G	Unidades	300,000000	1,50	450,00
20	ÁGUA MINERAL COPO 200ML	Unidades	2.900,000000	1,26	3.654,00
	VALOR TOTAL				**143.749,20**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Art. 79, I (PNCP).

Tibau/RN, 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

RODOLFO DO NASCIMENTO ARAÚJO
60.682.090 Rodolfo Do Nascimento Araujo

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:CD1EADBA

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 3/2026

PROCESSO: 416132/2026
MODALIDADE: Credenciamento nº 3/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU
CNPJ: 01.622.882/0001-90
CONTRATADA: GERCINO LUIZ DANTAS JUNIOR
CNPJ: 15.683.814/0001-45
ENDEREÇO: Rua do Tubarão, Centro, nº 47, Tibau/RN
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de coffee break, sob demanda, para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Tibau/RN, compreendendo o preparo, fornecimento e entrega de alimentos e bebidas destinados à realização de reuniões, capacitações, treinamentos, palestras, seminários, conferências, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 72.010,00 (setenta e dois mil e dez reais)
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO: 27 de agosto de 2026
VIGENCIA: 27 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027
As despesas decorrentes da execução deste contrato no presente exercício, serão consignadas no Orçamento do Município do exercício 2026

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
10	REFRIGERANTE SABORES DIVERSOS (200ML)	Unidades	3.300,000000	2,00	6.600,00
11	ÁGUA MINERAL 500ML S GÁS	Unidades	5.000,000000	2,04	10.200,00
12	SUCOS SABORES DIVERSOS 1L CAIXA	Unidades	80,000000	10,05	804,00
13	GELO EM CUBOS 3KG	Unidades	1.500,000000	8,23	12.345,00
14	GELO 5KG CUBOS 5KG	Unidades	1.500,000000	10,54	15.810,00
15	GELO ESCAMA EMB 25KG	Unidades	500,000000	30,54	15.270,00
16	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DV	Unidades	100,000000	7,40	740,00
17	REFRIGERANTES 2L	Unidades	400,000000	10,78	4.312,00
18	REFRIGERANTE LATA 350ML	Unidades	500,000000	4,55	2.275,00
20	ÁGUA MINERAL COPO 200ML	Unidades	2.900,000000	1,26	3.654,00
	VALOR TOTAL				**72.010,00**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Art. 79, I (PNCP).

Tibau/RN, 27 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

GERCINO LUIZ DANTAS JUNIOR
Gercino Luiz Dantas Junior

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:1479B1F2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

PREMIAÇÃO DE MÚSICO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes no**MUNICÍPIO DE VÁRZEA**.

Deste modo,**A PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN**torna público o presente edital elaborado com base naLei nº 14.399/2022(Lei PNAB), naLei nº 14.903/2024(Marco regulatório do fomento à cultura), noDecreto nº 11.740/2023(Decreto PNAB), noDecreto nº 11.453/2023(Decreto de Fomento) e naInstrução Normativa MINC nº 10/2023(IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. Objeto do Edital

O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do**MUNICÍPIO DE VÁRZEA**, observadas as categorias descritas no**Anexo I**deste Edital.

Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural ao**MUNICÍPIO DE VÁRZEA**.

O prêmio possui natureza jurídica de**doação sem encargo**, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.

2.2. Quantidade de agentes culturais a serem premiados

Serão premiados**1 (um) agente cultural**, sendo**1 (um) músico**.

Atenção!Caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas poderão ser ampliadas.

2.3. Valor da premiação

Cada agente cultural selecionado receberá a premiação conforme as categorias previstas no Anexo I deste Edital.

O valor recebido pelas pessoas físicas é**isento de Imposto de Renda**, ou seja, o agente cultural pessoa física não terá desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.

O valor total deste edital é de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Especificação	Detalhamento
Unidade	12.001 - Secretaria Municipal de Cultura e Eventos
Função	13 – Cultura
Sub-função	392 - Difusão Cultural
Atividade/projeto	22080 – Manutenção do Setor da Cultural - Lei Aldir Blanc
Elemento	3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas e Científicas, Desportivas e Outras
Valor	R$ 5.400,00
Fonte de recurso	1.719 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022

2.4. Cronograma

PUBLICAÇÃO E SELEÇÃO PÚBLICA/ETAPAS	DATAS
Publicação do Edital	28/08/2026
Período de Inscrição	31/08/2026 a 04/09/2026
Resultado Provisório da Etapa de Seleção	08/09/2026
Recursos da Etapa de Seleção	09/09/2026 a 11/09/2026
Contrarrazões ao Recurso de Seleção (se houver recurso)	14/09/2026 a 15/09/2026
Resultado Final da Seleção e Convocação para Habilitação	16/09/2026
Envio da Documentação de Habilitação	17/09/2026 a 18/09/2026
Resultado Provisório da Etapa de Habilitação	21/09/2026
Recurso do Resultado Provisório da Etapa de Habilitação	22/09/2026 a 24/09/2026
Resultado Final da Habilitação	25/09/2026

3. QUEM PODE PARTICIPAR

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural,**pessoa física**, com contribuição artística ou cultural no Município de Várzea há pelo menos**1 (um) ano**.

Agente Culturalé toda pessoa responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

3.1. Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I- tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;

II- sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III- Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador).

Atenção!O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer nesse Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 3.1.

Atenção!A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

3.2. Em quantas categorias cada agente cultural pode se inscrever neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital em, no máximo,**1 (uma) categoria**, e poderá ser contemplado com no máximo**1 (uma) premiação**.

Categorias	Ampla Concorrência	Cotas Negras	Cotas PCDs	Vagas Totais	Valor	Valor Total
Músicos	1	-	-	1	R$ 5.400,00	R$ 5.400,00
Total						**R$ 5.400,00**

4. ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições– etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;

Seleção– etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;

Habilitação– etapa em que a comissão avalia os documentos dos selecionados;

Assinatura do Termo de Premiação Cultural– etapa em que o agente cultural habilitado será convocado para assinar o Termo de Premiação Cultural.

5. INSCRIÇÕES

5.1. Como se inscrever

O agente cultural deve se dirigir à sede da Secretaria Municipal de Cultura e Eventos e apresentar a seguinte documentação:

a) Formulário de inscrição**(Anexo II)**;

b) Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de Várzea, de qualquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição.

Atenção!O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.

Atenção!Ao se inscrever, o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

6. COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

6.1. Da reserva de vagas

Em virtude da existência de apenas**1 (uma) vaga**neste edital e da regra de arredondamento prevista na Instrução Normativa MINC nº 10/2023, a referida vaga será destinada à**ampla concorrência**.

6.2. Das ações afirmativas complementares

Para garantir a política de fomento à diversidade, as ações afirmativas destinadas a pessoas negras (pretas e pardas), pessoas indígenas, mulheres e pessoas com deficiência serão aplicadas exclusivamente por meio de**bônus de pontuação**, conforme detalhado no**Anexo III**.

Para ter direito à pontuação bônus, os agentes culturais deverão preencher a autodeclaração constante no**Anexo II**.

A autodeclaração goza de presunção de veracidade, sujeitando-se o declarante a procedimentos de diligência em caso de indícios de fraude. A falsidade acarretará desclassificação e sanções cabíveis.

7. ETAPA DE SELEÇÃO

7.1. Quem analisa as candidaturas

Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas. Todas as atividades serão registradas em ata.

Farão parte desta comissão julgadora o CAC do Município de Várzea.

7.2. Quem não pode fazer parte da comissão de seleção

Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:

I– tiverem interesse direto na matéria;

II– sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente cultural inscrito; e

III- sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão e deixar de atuar imediatamente, caso contrário, todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção!Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3. Análise das candidaturas

A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Várzea, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios.

Atenção!Os agentes culturais que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.

7.4. Recursos na etapa de Seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município de Várzea e no site oficial da FEMURN.

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E EVENTOS – SECEM**.

Os recursos deverão ser encaminhados à sede da SECEM de Várzea/RN, conforme o prazo supramencionado a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município.

8. ETAPA DE HABILITAÇÃO

8.1. Prazo para apresentação de documentos de habilitação

O agente cultural selecionado deverá encaminhar os seguintes documentos**no período de 17/09/2026 a 18/09/2026**, conforme cronograma do item 2.4:

Se o agente cultural for**pessoa física**:

I.Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);

II. Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção!A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I.pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II.pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

III.que se encontrem em situação de rua.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

8.2. Recursos da etapa de Habilitação

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Cultura e Eventos do Município de Várzea, que deve ser apresentado por meio do formulário constante no**Anexo V**, no prazo de**3 (três) dias úteis**a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site da FEMURN.

Após essa etapa, não caberá mais recurso na via administrativa, ressalvado o direito de petição, a correção de erro material, a apuração de fraude e o controle externo ou judicial.

9. ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme**Anexo IV**deste Edital, e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição, que constituirá doação sem encargo.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Várzea.

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no Diário Oficial e nas mídias sociais oficiais.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.

10.2. Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Eventos de Várzea.

Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e Eventos de Várzea.

10.3. Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até**6 (seis) meses**após a publicação do resultado final.

11. ANEXOS DO EDITAL

Este Edital é composto pelos seguintes anexos:

Anexo I– Categorias

Anexo II– Formulário de Inscrição

Anexo III– Critérios de Seleção e Bônus de Pontuação

Anexo IV– Termo de Premiação Cultural

Anexo V– Formulário de Recursos

Várzea/RN, 27 de agosto de 2026.

PEDRO MOREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Cultura e Eventos

ANEXO I – CATEGORIAS

O presente edital possui valor total de**R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**.

Será disponibilizada**1 (uma) vaga**.

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS INDÍGENAS	COTAS PARA PCD	VALOR POR CATEGORIA	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
MÚSICO	1	-	-	-	R$ 5.400,00	1	R$ 5.400,00
Total							**R$ 5.400,00**

ANEXO II – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA

DADOS DA PROPOSTA DE PREMIAÇÃO

O agente cultural se autodeclara pertencente a grupo minorizado para fins de bônus de pontuação? (conforme Anexo III)

( ) Sim ( ) Não

Se sim, assinale a(s) opção(ões) aplicável(eis):

( ) Mulher

( ) Pessoa negra (preta ou parda)

( ) Pessoa indígena

( ) Pessoa com deficiência

Qual o principal segmento de atuação do agente premiado?

( ) Acervos

( ) Arquivos

( ) Artes Visuais

( ) Artesanato

( ) Audiovisual

( ) Capoeira

( ) Circo

( ) Cultura de Matriz Africana

( ) Cultura dos Povos Originários

( ) Culturas Tradicionais e Populares

( ) Dança

( ) Design

( ) Edição e produção editorial

( ) Festas e Celebrações

( ) Hip Hop

( ) Jogos eletrônicos

( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

O agente premiado trabalha prioritariamente com alguma pauta temática? Qual?
( ) Não se relaciona a nenhuma pauta temática
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

O agente premiado atua em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( ) Sítios arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

I - IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE CULTURAL
Tipo de agente cultural individual:
( ) Pessoa física
Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]
Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]
CPF:
[14 dígitos, apenas números]
Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]
E-mail:
[campo de e-mail validado]

Telefone:
[apenas números]
Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]
Cidade:
[lista municípios IBGE]
Estado:
[lista estados IBGE]
CEP:
[campo CEP validado]

II - DADOS COMPLEMENTARES
Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( ) Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual: _____
É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?
( ) Sim
( ) Não
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro
Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual

( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual): _____

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto
( ) Pós-Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2026, o salário mínimo é de R$ 1.518,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00

Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

DECLARAÇÃO

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).
Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a falsidade acarretará minha desclassificação e a aplicação das sanções administrativas e criminais cabíveis.

Local, data.

Assinatura do Agente Cultural

ANEXO III – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E BÔNUS DE PONTUAÇÃO

A avaliação das candidaturas será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
Grau pleno de atendimento do critério -**10 pontos**;
Grau satisfatório de atendimento do critério –**6 pontos**;
Grau insatisfatório de atendimento do critério –**2 pontos**;
Não atendimento do critério –**0 pontos**.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS

Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Reconhecida atuação na categoria cultural inscrito(a)	10
B	Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente, etc.	10
C	Obras com temáticas voltadas para manutenção do patrimônio cultural histórico, literário, artístico de Várzea.	10
D	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, etc.	10
E	Atuação no Município de Várzea comprovada há mais de 1 ano	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		**50 PONTOS**

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA AGENTES CULTURAIS

Identificação do Ponto Extra	Pontuação
Agente cultural do gênero feminino	5
Agente cultural negro ou indígena	5
Agente cultural com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL	**15 PONTOS**

A pontuação final de cada candidatura será**POR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO**da comissão de seleção.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos critérios**não desclassifica**o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida:**E, A, B, C e D**, respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir:**AGENTE CULTURAL COM MAIOR IDADE**.

Serão considerados aptos os agentes culturais que receberem nota final igual ou superior a**30 pontos**.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV – TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL – EDITAL Nº 006/2026
NOME DO AGENTE CULTURAL:_____
Nº DO CPF:_____
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:
Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____
Tipo: ( ) Conta Corrente ( ) Conta Poupança ( ) Conta Salário

ANEXO V

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:

CPF/CNPJ:

CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 006/2026, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:0B4C5B0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO PARA DIRETORES E VICE-DIRETORES ESCOLARES

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo para Diretores e Vice-Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino de Várzea/RN, no uso de suas atribuições e após a análise da documentação apresentada pelos candidatos, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, conforme relação a seguir:

Nº	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	CARGO	UNIDADE ESCOLAR
1	Ariane Rosa da Fonseca	Diretor(a)	Escola Municipal Padre João Maria
2	Carlos Adriano Ribeiro da Silva	Diretor(a)	Escola Municipal Plácido Tomaz de Lima
3	Daiana Darllen da Silva Souza	Vice-Diretor(a)	Escola Municipal Plácido Tomaz de Lima
4	Maria José Cacciano dos Santos	Diretor(a)	Escola Municipal Senador Dinarte Mariz
5	Maria Jucilene Rodrigues Oliveira	Vice-Diretor(a)	Escola Municipal Padre João Maria
6	Maria Khrisleine Oliveira Silva	Vice-Diretor(a)	Escola Municipal Plácido Tomaz de Lima
7	Natália Cristina de Medeiros Araújo Cruz	Vice-Diretor(a)	Escola Municipal Senador Dinarte Mariz

Ficam, portanto, homologadas as inscrições acima relacionadas, estando os(as) candidatos(as) aptos(as) a participar das etapas subsequentes do processo seletivo, nos termos e prazos estabelecidos no edital.
Publique-se e cumpra-se.
Várzea/RN, 28 de agosto de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO

VÂNIA PEREIRA DE LIMA

JOSÉ ROBERTO BELO DA SILVA

MARIA EDUARDA AGUSTO DA SILVA ALVES

EDIVANIO BELO DA SILVA

ROSENILDA MENDES GONZAGA CLEMENTE

Publicado por:
Norádia Faustino de Almeida Oliveira
Código Identificador:E34A103A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS LDO 2027 - LEI 503/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
1000000000 - RECEITAS CORRENTES.	**29.689.081,86**	**28.697.002,96**	**30.640.772,78**	**39.563.143,96**	**40.354.406,83**
1100000000 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**570.130,09**	**696.656,81**	**898.250,80**	**853.335,46**	**870.402,17**
1110000000 - IMPOSTOS	440.279,85	573.171,62	698.741,56	797.454,08	813.403,16
1112000000 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	29.686,14	15.779,63	44.286,44	68.055,08	69.416,18
1112500000 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	10.842,68	12.244,32	30.389,52	46.955,71	47.894,82
1112500100 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	10.842,68	12.244,32	30.389,52	46.955,71	47.894,82
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.275,11	8.661,20	11.332,21	28.173,42	28.736,89
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	5.979,70	2.711,74	14.422,89	11.738,93	11.973,71
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.587,87	871,38	4.634,42	7.043,36	7.184,23
1112530000 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	18.843,46	3.535,31	13.896,92	21.099,37	21.521,36
1112530100 - Imposto sobre Transmissão "Inter vivos" de Bens Imoveis e de Direitos sobre Imoveis - Principal	18.843,46	3.535,31	13.896,92	21.099,37	21.521,36
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	11.306,08	2.874,86	8.338,16	12.659,62	12.912,81
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.710,86	412,78	3.474,23	5.274,59	5.380,08
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.826,52	247,67	2.084,53	3.165,16	3.228,46
1113000000 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	343.080,19	440.811,27	577.869,93	647.559,00	660.510,18
1113030000 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	343.080,19	440.811,27	577.869,93	647.559,00	660.510,18
1113031100 - Imposto sobre a REnda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	325.536,08	352.062,33	550.420,71	613.800,00	626.076,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	38.282,79	41.402,43	64.729,56	368.280,00	375.645,60
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	179.533,30	194.162,46	303.556,80	153.450,00	156.519,00
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	107.719,99	116.497,44	182.134,35	92.070,00	93.911,40
1113034100 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	17.544,11	88.748,94	27.449,22	33.759,00	34.434,18
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	17.544,11	88.748,94	27.449,22	20.255,40	20.660,51
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	0,00	0,00	0,00	8.439,75	8.608,55
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	0,00	0,00	5.063,85	5.165,13
1114000000 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	67.513,52	116.580,72	76.585,19	81.840,00	83.476,80
1114510000 - IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	67.513,52	116.580,72	76.585,19	81.840,00	83.476,80
1114511100 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	67.513,52	116.580,72	76.585,19	81.840,00	83.476,80
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	14.211,70	46.538,80	21.219,57	49.104,00	50.086,08
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	33.311,26	35.025,05	27.685,96	20.460,00	20.869,20
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	19.990,56	35.016,87	27.679,66	12.276,00	12.521,52
1120000000 - TAXAS	14.288,42	9.171,30	27.872,97	55.881,38	56.999,01
1121000000 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.731,46	7.511,60	27.742,97	9.846,38	10.043,31
1121010000 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	6.731,46	7.511,60	27.742,97	9.846,38	10.043,31
1121010100 - Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização (Principal)	6.731,46	7.511,60	27.742,97	9.846,38	10.043,31
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.731,46	7.511,60	27.742,97	9.846,38	10.043,31
1122000000 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.556,96	1.659,70	130,00	46.035,00	46.955,70
1122010000 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	7.556,96	1.659,70	130,00	46.035,00	46.955,70
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
1122010100 - Taxa pela Prestação de Serviços em Geral (Principal)	7.556,96	1.659,70	130,00	46.035,00	46.955,70
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.556,96	1.659,70	130,00	46.035,00	46.955,70

1130000000 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	115.561,82	114.313,89	171.636,27	0,00	0,00
1131000000 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	115.561,82	114.313,89	171.636,27	0,00	0,00
1131510000 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE	115.561,82	114.313,89	171.636,27	0,00	0,00
1131510100 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Principal	115.561,82	114.313,89	171.636,27	0,00	0,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	115.561,82	114.313,89	171.636,27	0,00	0,00
1200000000 - CONTRIBUIÇÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**198.462,00**	**202.431,24**
1240000000 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	198.462,00	202.431,24
1241000000 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	198.462,00	202.431,24
1241500000 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	198.462,00	202.431,24
1241500100 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	0,00	0,00	0,00	198.462,00	202.431,24
1241500101 - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00	0,00	198.462,00	202.431,24
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00	0,00	198.462,00	202.431,24
1300000000 - RECEITA PATRIMONIAL	**239.919,90**	**136.416,65**	**216.822,48**	**219.945,00**	**224.343,90**
1310000000 - EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	180,00	0,00	204,60	208,69
1311000000 - EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	180,00	0,00	204,60	208,69
1311990000 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	180,00	0,00	204,60	208,69
1311990100 - Outras Receitas Imobiliárias - Principal	0,00	180,00	0,00	204,60	208,69
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	180,00	0,00	204,60	208,69
1320000000 - VALORES MOBILIÁRIOS	239.919,90	136.236,65	216.822,48	218.333,78	222.700,46
1321000000 - JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	239.919,90	136.236,65	216.822,48	218.333,78	222.700,46
1321010000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	239.919,90	136.236,65	216.822,48	218.333,78	222.700,46
1321010100 - Rendimentos - Emenda Individual	239.919,90	136.236,65	216.822,48	218.333,78	222.700,46
1321010101 - Rendimentos - FUNDEB	18.739,51	9.445,91	14.247,62	10.230,00	10.434,60
15400001 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	18.739,51	9.445,91	14.247,62	3.069,00	3.130,38
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	0,00	0,00	0,00	7.161,00	7.304,22
1321010102 - Rendimentos - PNAE	1.124,29	1.059,19	1.034,39	1.125,30	1.147,81
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1.124,29	1.059,19	1.034,39	1.125,30	1.147,81
1321010103 - Rendimentos - PNATE	536,88	170,05	102,73	204,60	208,69
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	536,88	170,05	102,73	204,60	208,69
1321010104 - Rendimentos - MDE	2,05	2.113,17	7,93	2.813,25	2.869,52
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2,05	2.113,17	7,93	2.813,25	2.869,52
1321010105 - Rendimentos - ROYALTIES	694,60	637,00	872,45	1.329,90	1.356,50
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	694,60	179,12	616,22	204,60	208,69
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	0,00	97,36	54,03	716,10	730,42
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	0,00	360,52	202,20	409,20	417,38
1321010106 - Rendimentos - CIDE	1.188,30	138,01	112,33	153,45	156,52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Demonstrativo da Receita

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	Demonstrativo da Execução da Receita			Projetado	
	2023	2024	2025	2027	2028
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.188,30	138,01	112,33	153,45	156,52
1321010107 - Rendimentos - CONVÊNIOS	93.883,39	15.014,63	103.766,86	70.587,00	71.998,74
16003110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	755,35	51.150,00	52.173,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	93.883,39	3.233,42	173,74	5.115,00	5.217,30
17060000 - Transferência Especial da União	0,00	6.357,30	6.254,41	7.161,00	7.304,22
17063110 - Transferência Especial da União	0,00	3.327,50	96.362,57	5.115,00	5.217,30
17063220 - Transferência Especial da União	0,00	0,00	80,06	1.023,00	1.043,46
17103210 - Transferência Especial dos Estados	0,00	0,00	140,73	1.023,00	1.043,46
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	458,48	0,00	0,00	0,00
17160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	179,65	0,00	0,00	0,00
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202	0,00	870,83	0,00	0,00	0,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	587,45	0,00	0,00	0,00
1321010108 - Rendimentos - NÃO VINCULADOS	32.183,70	37.623,31	14.629,09	71.610,00	73.042,20
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	32.183,70	37.623,31	14.629,09	71.610,00	73.042,20
1321010109 - Rendimentos - PDDE	121,33	128,71	111,22	153,45	156,52
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	121,33	128,71	111,22	153,45	156,52
1321010110 - Rendimentos - QSE	1.449,23	676,26	2.556,02	1.534,50	1.565,19
15500000 - Transferência do Salário-Educação	1.449,23	676,26	2.556,02	1.534,50	1.565,19

1321010111 - Rendimentos - Saúde Livre	9.958,04	4.680,40	3.924,28	4.219,88	4.304,28
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	9.958,04	4.680,40	3.924,28	4.219,88	4.304,28
1321010112 - Rendimentos - Custeio	61.691,17	54.797,00	71.578,27	51.150,00	52.173,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	61.691,17	54.797,00	34.100,09	51.150,00	52.173,00
16003110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	14.248,06	0,00	0,00
16003120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	0,00	0,00	11.574,55	0,00	0,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	479,40	0,00	0,00
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	0,00	0,00	6.508,63	0,00	0,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	0,00	4.667,54	0,00	0,00
1321010113 - Rendimentos - FNAS Livre	32,34	329,63	303,73	409,20	417,38
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	32,34	329,63	303,73	409,20	417,38
1321010114 - Rendimentos - FNAS Vinculado	14.671,86	5.664,28	1.650,44	2.813,25	2.869,52
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	14.671,86	5.664,28	1.650,44	2.813,25	2.869,52
16603110 - Transferências da união decorrentes de emendas parlamentares individuais - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010115 - RENDIMENTO - PETERN	0,00	0,00	146,07	0,00	0,00
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
15760000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	0,00	0,00	146,07	0,00	0,00
1321010116 - Rendimentos - CIP	393,89	0,00	1.226,45	0,00	0,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	393,89	0,00	1.226,45	0,00	0,00
1321010117 - Rendimentos - FEP	1.209,05	0,00	419,32	0,00	0,00
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	1.209,05	0,00	0,00	0,00	0,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	0,00	0,00	419,32	0,00	0,00
1321010118 - RENDIMENTO- PISO DE ENFERMAGEM	0,00	3.759,10	0,00	0,00	0,00
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	0,00	3.759,10	0,00	0,00	0,00
1321010119 - Rendimentos - FNAS Vinculados Estado	0,00	0,00	133,28	0,00	0,00
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	0,00	0,00	133,28	0,00	0,00
1321010120 - Rendimentos - ETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010121 - Rendimentos - PNAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1321010190 - RENDIMENTO - DA LEI PAULO GUSTAVO	2.040,27	0,00	0,00	0,00	0,00
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	2.040,27	0,00	0,00	0,00	0,00
1390000000 - DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.406,62	1.434,75
1399000000 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.406,62	1.434,75
1399990000 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.406,62	1.434,75
1399990100 - Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	1.406,62	1.434,75
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	1.406,62	1.434,75
1600000000 - RECEITA DE SERVIÇOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.517,07**	**3.587,41**
1610000000 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	0,00	0,00	3.517,07	3.587,41
1611000000 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	0,00	0,00	3.517,07	3.587,41
1611010000 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL	0,00	0,00	0,00	3.517,07	3.587,41
1611010100 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	0,00	0,00	0,00	3.517,07	3.587,41
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	3.517,07	3.587,41
1700000000 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**28.834.481,49**	**27.833.329,75**	**29.519.960,46**	**38.206.044,43**	**38.970.165,31**
1710000000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	20.439.387,14	20.077.678,89	21.119.630,83	27.871.788,45	28.429.224,21
1711000000 - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	15.730.049,92	14.967.367,62	16.630.401,80	22.507.534,50	22.957.685,18
1711510000 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	15.727.904,95	14.965.542,77	16.628.388,26	22.506.000,00	22.956.120,00
1711511100 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	14.336.463,01	14.284.606,71	14.411.348,78	20.971.500,00	21.390.930,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	8.494.354,32	11.339.607,03	9.070.625,08	16.777.200,00	17.112.744,00
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.656.546,61	1.056.919,32	2.513.103,87	1.048.575,00	1.069.546,50
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.185.562,08	1.849.172,10	2.749.940,90	3.145.725,00	3.208.639,50
1711511102 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Acréscimo FPM	0,00	38.908,26	77.678,93	0,00	0,00
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Demonstrativo da Receita

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	Demonstrativo da Execução da Receita			Projetado	
	2023	2024	2025	2027	2028
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	38.908,26	77.678,93	0,00	0,00
1711512100 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	1.391.441,94	680.936,06	2.217.039,48	1.534.500,00	1.565.190,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	834.865,16	408.561,63	0,00	1.150.875,00	1.173.892,50
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	347.860,49	170.234,02	0,00	383.625,00	391.297,50
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	208.716,29	102.140,41	0,00	0,00	0,00
1711512101 - Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Extraordinária	0,00	0,00	2.217.039,48	0,00	0,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	1.330.223,70	0,00	0,00
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	0,00	0,00	554.259,87	0,00	0,00
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	0,00	332.555,91	0,00	0,00
1711520000 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	2.144,97	1.824,85	2.013,54	1.534,50	1.565,18
1711520100 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	2.144,97	1.824,85	2.013,54	1.534,50	1.565,18
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.394,26	1.217,72	1.237,96	1.227,60	1.252,15
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	428,98	346,93	443,19	76,72	78,25
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	321,73	260,20	332,39	230,18	234,78
1712000000 - TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	350.578,21	381.562,25	387.816,26	409.200,00	417.384,00
1712510000 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	0,00	0,00	959,15	0,00	0,00
1712510100 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	0,00	0,00	959,15	0,00	0,00
17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	0,00	0,00	959,15	0,00	0,00
1712520000 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	350.578,21	381.562,25	386.857,11	409.200,00	417.384,00
1712521100 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal	45.098,38	36.061,45	39.740,04	46.035,00	46.955,70
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	45.098,38	16.229,20	39.740,04	46.035,00	46.955,70
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	0,00	19.832,25	0,00	0,00	0,00
1712523100 - Cota-parte pela Participação Especial – Lei nº 9.478/97, artigo 50 - Principal	0,00	17.202,22	0,00	5.115,00	5.217,30
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	0,00	17.202,22	0,00	5.115,00	5.217,30
1712524100 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	305.479,83	328.298,58	347.117,07	358.050,00	365.211,00
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	305.479,83	223.371,59	288.792,78	0,00	0,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	0,00	104.926,99	58.324,29	358.050,00	365.211,00
1713000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	2.648.828,35	3.599.800,92	3.235.849,99	3.503.775,00	3.573.850,50
1713500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES	2.648.828,35	3.599.800,92	3.235.849,99	3.503.775,00	3.573.850,50
1713501100 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Pri	1.878.976,70	2.630.513,42	2.110.205,92	1.953.930,00	1.993.008,60
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	57.991,71	0,00	0,00	0,00
1713501101 - Atenção Primária	1.537.216,70	1.785.156,99	1.461.150,25	1.017.885,00	1.038.242,70
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.537.216,70	1.285.156,99	710.928,25	710.985,00	725.204,70
16003110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	0,00	500.000,00	500.000,00	306.900,00	313.038,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Demonstrativo da Receita

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	Demonstrativo da Execução da Receita			Projetado	
	2023	2024	2025	2027	2028
16003120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	0,00	0,00	250.222,00	0,00	0,00
1713501102 - ACS - Agentes Comunitários de Saúde	341.760,00	118.320,54	364.320,00	460.350,00	469.557,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	82.295,80	8.091,02	64.423,92	102.300,00	104.346,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	259.464,20	110.229,52	299.896,08	358.050,00	365.211,00
1713501103 - ESF - Estratégia Saúde da Família	0,00	87.227,00	106.067,50	286.440,00	292.168,80
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	87.227,00	106.067,50	286.440,00	292.168,80
1713501104 - Saúde Bucal	0,00	266.212,30	178.323,82	92.070,00	93.911,40
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	266.212,30	178.323,82	92.070,00	93.911,40

1713501105 - Outras Transferências - Atenção Primária	0,00	0,00	344,35	97.185,00	99.128,70
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	344,35	40.920,00	41.738,40
16003120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	0,00	0,00	0,00	56.265,00	57.390,30
1713501107 - Agentes Comunitários de Saúde – PACS	0,00	315.604,88	0,00	0,00	0,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	0,00	315.604,88	0,00	0,00	0,00
1713502100 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	334.922,02	399.194,64	376.496,96	317.130,00	323.472,60
1713502101 - MAC - Média e Alta Complexidade	334.922,02	399.194,64	376.496,96	317.130,00	323.472,60
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	334.922,02	399.194,64	176.284,96	214.830,00	219.126,60
16003110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
16003120 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	0,00	0,00	200.212,00	0,00	0,00
1713502102 - COVID 19 - Atenção Especializada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16020000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1713503100 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde -	63.336,00	80.862,35	174.465,28	122.760,00	125.215,20
1713503101 - Vigilância Epidemiológica	63.336,00	44.871,45	174.465,28	122.760,00	125.215,20
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	63.336,00	0,00	103.442,20	122.760,00	125.215,20
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	0,00	44.871,45	71.023,08	0,00	0,00
1713503102 - Vigilância Sanitária	0,00	35.990,90	0,00	0,00	0,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	35.990,90	0,00	0,00	0,00
1713504100 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêuti	47.988,00	39.016,70	56.486,30	86.955,00	88.694,10
1713504101 - Assistência Farmacêurtica	47.988,00	39.016,70	56.486,30	86.955,00	88.694,10
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	47.988,00	39.016,70	43.434,47	61.380,00	62.607,60
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	0,00	13.051,83	25.575,00	26.086,50
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
1713505100 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Princi	323.605,63	450.213,81	518.195,53	511.500,00	521.730,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	22.060,50	0,00	0,00	0,00
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	323.605,63	428.153,31	518.195,53	511.500,00	521.730,00
1713509100 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas - Pri	0,00	0,00	0,00	511.500,00	521.730,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	511.500,00	521.730,00
1714000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE?	449.239,82	688.421,12	599.543,46	854.205,00	871.289,10
1714500000 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	132.275,83	387.058,84	428.315,79	491.040,00	500.860,80
1714500100 - Transferências do Salário-Educação - Principal	132.275,83	387.058,84	428.315,79	491.040,00	500.860,80
15500000 - Transferência do Salário-Educação	132.275,83	387.058,84	428.315,79	491.040,00	500.860,80
1714510000 - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE	4.920,00	6.300,00	6.360,00	7.161,00	7.304,22
1714510100 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal	4.920,00	6.300,00	6.360,00	7.161,00	7.304,22
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	4.920,00	6.300,00	6.360,00	7.161,00	7.304,22
1714520000 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	132.706,60	122.670,00	111.632,00	151.404,00	154.432,08
1714520100 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	132.706,60	122.670,00	111.632,00	151.404,00	154.432,08
1714520101 - Transferencias referentes ao Programa Nacional de Alimentação - PNAE Creche	31.597,40	34.230,00	29.044,00	40.920,00	41.738,40
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	31.597,40	34.230,00	29.044,00	40.920,00	41.738,40
1714520102 - PNAE PRE ESCOLA	12.705,80	12.816,00	13.248,00	18.414,00	18.782,28
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	12.705,80	12.816,00	13.248,00	18.414,00	18.782,28
1714520103 - PNAE - EJA	19.649,00	13.202,00	10.414,00	15.345,00	15.651,90
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	19.649,00	13.202,00	10.414,00	15.345,00	15.651,90
1714520104 - PNAE - FUNDAMENTAL	68.754,40	62.422,00	58.926,00	76.725,00	78.259,50
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	68.754,40	62.422,00	58.926,00	76.725,00	78.259,50
1714530000 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE	77.744,05	70.798,92	53.235,67	81.840,00	83.476,80

1714530100 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	77.744,05	70.798,92	53.235,67	81.840,00	83.476,80
1714530101 - PNATE - Transporte Escolar	77.744,05	70.798,92	53.235,67	81.840,00	83.476,80
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	77.744,05	70.798,92	53.235,67	81.840,00	83.476,80
1714990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	101.593,34	101.593,36	0,00	122.760,00	125.215,20
1714990100 - Outras Transferencias Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação -FNDE (Principal)	101.593,34	101.593,36	0,00	122.760,00	125.215,20
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	101.593,34	101.593,36	0,00	122.760,00	125.215,20
1715000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E	456.906,08	122.556,51	76.292,23	138.105,00	140.867,10
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E D					
1715500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAT	429.592,45	122.556,51	76.292,23	127.875,00	130.432,50
1715500100 - Transferencias de Recursos de complementação da UNião ao Fundeb - VAAT (PRINCIPAL)	429.592,45	122.556,51	76.292,23	127.875,00	130.432,50
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	397.244,18	59.223,48	76.292,23	38.362,50	39.129,75
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	32.348,27	63.333,03	0,00	89.512,50	91.302,75
1715510000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAF	27.313,63	0,00	0,00	10.230,00	10.434,60
1715510100 - Transferencias de Recursos de complementação da UNião ao Fundeb - VAAF (PRINCIPAL)	27.313,63	0,00	0,00	10.230,00	10.434,60
15410000 - Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAF	6.069,11	0,00	0,00	3.069,00	3.130,38
15411070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	21.244,52	0,00	0,00	7.161,00	7.304,22
1716000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	299.349,08	266.529,04	187.034,89	341.323,95	348.150,43
1716500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	299.349,08	266.529,04	187.034,89	341.323,95	348.150,43
1716500100 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	299.349,08	266.529,04	187.034,89	341.323,95	348.150,43
1716500101 - Bloco Proteção Social Básica	265.927,68	120.179,04	134.074,89	102.300,00	104.346,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	265.927,68	120.179,04	134.074,89	102.300,00	104.346,00
16603110 - Transferências da união decorrentes de emendas parlamentares individuais - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1716500102 - Bloco Bolsa Família	33.421,40	46.350,00	40.000,00	51.150,00	52.173,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	33.421,40	46.350,00	40.000,00	51.150,00	52.173,00
1716500103 - Bloco Primeira Infância no SUAS	0,00	0,00	0,00	5.115,00	5.217,30
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	5.115,00	5.217,30
1716500104 - Bloco Sistema Único de Assistência Social	0,00	100.000,00	0,00	102.300,00	104.346,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	100.000,00	0,00	102.300,00	104.346,00
1716500105 - Outras Transferências - FNAS	0,00	0,00	12.960,00	80.458,95	82.068,13
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00	12.960,00	80.458,95	82.068,13
1717000000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	35.805,00	36.521,10
1717510000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	15.345,00	15.651,90
1717510100 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	0,00	0,00	0,00	15.345,00	15.651,90
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	15.345,00	15.651,90
1717540000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
1717540100 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
1719000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	504.435,68	51.441,43	2.692,20	81.840,00	83.476,80
1719600000 - TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14.399/2022	0,00	48.769,13	0,00	0,00	0,00
1719600100 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal	0,00	48.769,13	0,00	0,00	0,00
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202	0,00	48.769,13	0,00	0,00	0,00
1719610000 - AUXILIO FINANCEIRO	1.035,21	0,00	0,00	0,00	0,00
17180000 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	1.035,21	0,00	0,00	0,00	0,00
1719990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	503.400,47	2.672,30	2.692,20	81.840,00	83.476,80
1719990100 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	503.400,47	2.672,30	2.692,20	81.840,00	83.476,80
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	62.288,10	1.336,15	2.168,70	10.230,00	10.434,60
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	926,90	299,10	40.920,00	41.738,40
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**

17160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	409,25	224,40	30.690,00	31.303,80
1719990101 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	441.112,37	0,00	0,00	0,00	0,00
27063110 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	441.112,37	0,00	0,00	0,00	0,00
1720000000 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	2.796.526,01	2.171.827,28	2.345.007,70	3.173.255,98	3.236.721,10
1721000000 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	2.606.860,61	2.028.605,48	2.032.167,38	2.794.745,98	2.850.640,90
1721500000 - COTA-PARTE DO ICMS	2.441.888,17	1.955.380,98	1.957.810,47	2.680.260,00	2.733.865,20
1721500100 - Cota-Parte do ICMS - Principal	2.441.888,17	1.955.380,98	1.957.810,47	2.680.260,00	2.733.865,20
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.523.249,87	1.443.007,99	1.067.066,96	2.144.208,00	2.187.092,16
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	525.005,92	320.233,11	556.714,71	134.013,00	136.693,26
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	393.632,38	192.139,88	334.028,80	402.039,00	410.079,78
1721510000 - COTA-PARTE DO IPVA	158.459,66	59.276,67	56.598,29	85.932,00	87.650,64
1721510100 - Cota-Parte do IPVA - Principal	158.459,66	59.276,67	56.598,29	85.932,00	87.650,64
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	95.677,92	45.083,83	37.538,84	68.745,60	70.120,51
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	35.875,26	8.870,51	11.912,16	4.296,60	4.382,53
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	26.906,48	5.322,33	7.147,29	12.889,80	13.147,60
1721520000 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	5.075,48	3.888,42	8.358,05	10.332,30	10.538,95
1721520100 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	5.075,48	3.888,42	8.358,05	10.332,30	10.538,95
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	3.299,11	2.930,68	5.116,73	8.265,84	8.431,16
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.015,08	547,29	1.852,18	516,62	526,95
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	761,29	410,45	1.389,14	1.549,84	1.580,84
1721530000 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.437,30	10.059,41	9.400,57	18.221,68	18.586,11
1721530100 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	1.437,30	10.059,41	9.400,57	18.221,68	18.586,11
1721530101 - Cota Parte - CIDE	1.437,30	10.059,41	9.400,57	18.221,68	18.586,11
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.437,30	10.059,41	9.400,57	18.221,68	18.586,11
1723000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
1723500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
1723500100 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
1724000000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	12.000,00	15.345,00	15.651,90
1724510000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	15.345,00	15.651,90
1724510100 - Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	0,00	0,00	0,00	15.345,00	15.651,90
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00	15.345,00	15.651,90
1724990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
1724990100 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
1729000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	189.665,40	143.221,80	300.840,32	260.865,00	266.082,30
1729520000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	69.665,40	23.221,80	137.894,40	158.565,00	161.736,30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Demonstrativo da Receita

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	Demonstrativo da Execução da Receita			Projetado	
	2023	2024	2025	2027	2028
1729520100 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	69.665,40	23.221,80	137.894,40	158.565,00	161.736,30
1729520101 - PETERN	69.665,40	23.221,80	137.894,40	158.565,00	161.736,30
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	20.126,33	6.708,78	7.086,24	10.230,00	10.434,60
15760000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	41.938,57	13.979,52	127.265,04	143.220,00	146.084,40
15990000 - Outros Recursos Vinculados à Educação	7.600,50	2.533,50	3.543,12	5.115,00	5.217,30
1729990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	120.000,00	120.000,00	162.945,92	102.300,00	104.346,00
1729990100 - Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	120.000,00	120.000,00	162.945,92	102.300,00	104.346,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	120.000,00	100.000,00	12.945,92	102.300,00	104.346,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
17103210 - Transferência Especial dos Estados	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1750000000 - TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	5.598.568,34	5.583.823,58	6.055.117,82	7.161.000,00	7.304.220,00
1751000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIO	5.598.568,34	5.583.823,58	6.055.117,82	7.161.000,00	7.304.220,00
1751500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISS	5.598.568,34	5.583.823,58	6.055.117,82	7.161.000,00	7.304.220,00
1751500100 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profi	5.598.568,34	5.583.823,58	6.055.117,82	7.161.000,00	7.304.220,00
1751500101 - FUNDEB	5.598.568,34	5.583.823,58	6.055.117,82	7.161.000,00	7.304.220,00

15400001 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.607.908,79	1.633.731,32	2.154.068,93	2.148.300,00	2.191.266,00
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	3.990.659,55	3.950.092,26	3.901.048,89	5.012.700,00	5.112.954,00
1790000000 - DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	204,11	0,00	0,00
1799000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	204,11	0,00	0,00
1799990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	204,11	0,00	0,00
1799990100 - Outras Transferências Correntes - Principal	0,00	0,00	204,11	0,00	0,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	204,11	0,00	0,00
1900000000 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**44.550,38**	**30.599,75**	**5.739,04**	**81.840,00**	**83.476,80**
1920000000 - INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	44.550,38	30.599,75	5.739,04	81.840,00	83.476,80
1921000000 - INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
1921990000 - OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
1921990100 - Outras Indenizações (Principal)	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
1922000000 - RESTITUIÇÕES	44.550,38	30.599,75	5.739,04	30.690,00	31.303,80
1922990000 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	44.550,38	30.599,75	5.739,04	30.690,00	31.303,80
1922990100 - Outras Restituições - (Principal)	44.550,38	30.599,75	5.739,04	30.690,00	31.303,80
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	44.550,38	30.599,75	3.855,24	30.690,00	31.303,80
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	1.883,80	0,00	0,00
1922991100 - Outras Restituições - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000000000 - RECEITAS DE CAPITAL	**1.521.080,51**	**1.400.000,00**	**947.732,94**	**2.154.796,05**	**2.197.891,97**
2400000000 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**1.521.080,51**	**1.400.000,00**	**947.732,94**	**1.950.196,05**	**1.989.199,97**
2410000000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.517.158,00	1.400.000,00	947.732,94	1.489.846,05	1.519.642,97
2411000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	0,00	81.840,00	83.476,80
2411500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇ	0,00	0,00	0,00	81.840,00	83.476,80
2411501100 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Pri	0,00	0,00	0,00	81.840,00	83.476,80
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	81.840,00	83.476,80
2412000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
2412500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
2412501100 - Transferências para o Programa de Apoio ao Transporte Escolar para Educação Básica - CAMINHO DA ESCOLA - Principa	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
2413000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	90.000,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2413500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	90.000,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2413500100 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	90.000,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	90.000,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2414000000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	746.790,00	761.725,80
2414500000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2414500100 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2414520000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2414520100 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2414530000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2414530100 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2414540000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
TRANSPORTE					
2414540100 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
2414990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	286.440,00	292.168,80

2414990100 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	0,00	0,00	0,00	286.440,00	292.168,80
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	286.440,00	292.168,80
2419000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.427.158,00	1.400.000,00	947.732,94	589.606,05	601.398,17
2419510000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	1.427.158,00	0,00	947.732,94	204.600,00	208.692,00
2419510100 - Transferência Especial da União - Principal	1.427.158,00	0,00	947.732,94	204.600,00	208.692,00
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
17060000 - Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17063110 - Transferência Especial da União	1.427.158,00	0,00	947.732,94	0,00	0,00
2419510101 - Transferências Especiais da União	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
17060000 - Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
2419990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	1.400.000,00	0,00	385.006,05	392.706,17
2419990100 - Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades - Principal	0,00	1.400.000,00	0,00	385.006,05	392.706,17
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	1.400.000,00	0,00	385.006,05	392.706,17
2420000000 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	3.922,51	0,00	0,00	460.350,00	469.557,00
2421000000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DOS ESTADOS E DF	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2421500000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2421500100 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2422000000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	3.922,51	0,00	0,00	306.900,00	313.038,00
2422500000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	3.922,51	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
2422500100 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	3.922,51	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	3.922,51	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
2422510000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
2422510100 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00	20.460,00	20.869,20
2422520000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2422520100 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00	51.150,00	52.173,00
2422530000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2422530100 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2422540000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	40.920,00	41.738,40
2422540100 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	0,00	0,00	0,00	40.920,00	41.738,40
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00	40.920,00	41.738,40
2422990000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	71.610,00	73.042,20
2422990100 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	0,00	0,00	0,00	71.610,00	73.042,20
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00	71.610,00	73.042,20
2429000000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2429510000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2429510100 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	102.300,00	104.346,00
2900000000 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**204.600,00**	**208.692,00**
2990000000 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA					
Demonstrativo da Receita					
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027					
					R$ 1
ESPECIFICAÇÃO	**Demonstrativo da Execução da Receita**			**Projetado**	
	2023	**2024**	**2025**	**2027**	**2028**
2999000000 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
2999990000 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
2999990100 - Outras Receitas de Capital - Principal	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00

17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	204.600,00	208.692,00
1000000000 - Dedução para o FUNDEB -RECEITAS CORRENTES.	**-3.388.805,96**	**-3.253.213,89**	**-3.271.740,05**	**-4.749.911,76**	**-4.844.910,00**
1700000000 - Dedução para o FUNDEB - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**-3.388.805,96**	**-3.253.213,89**	**-3.271.740,05**	**-4.749.911,76**	**-4.844.910,00**
1710000000 - Dedução para o FUNDEB - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-2.867.721,30	-2.849.504,66	-2.867.186,68	-4.194.606,90	-4.278.499,04
1711000000 - Dedução para o FUNDEB - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-2.867.721,30	-2.849.504,66	-2.867.186,68	-4.194.606,90	-4.278.499,04
1711510000 - Dedução para o FUNDEB - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	-2.867.292,30	-2.849.139,69	-2.866.783,97	-4.194.300,00	-4.278.186,00
1711511100 - Dedução para o FUNDEB - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-2.867.292,30	-2.849.139,69	-2.866.783,97	-4.194.300,00	-4.278.186,00
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-637.112,42	-369.834,42	-549.988,18	-629.145,00	-641.727,90
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-531.309,02	-211.383,86	-502.670,77	-209.715,00	-213.909,30
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-1.698.870,86	-2.267.921,41	-1.814.125,02	-3.355.440,00	-3.422.548,80
1711520000 - Dedução para o FUNDEB - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-429,00	-364,97	-402,71	-306,90	-313,04
1711520100 - Dedução para o FUNDEB - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-429,00	-364,97	-402,71	-306,90	-313,04
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-278,85	-243,54	-247,59	-245,52	-250,43
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-64,35	-52,04	-66,48	-46,04	-46,96
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-85,80	-69,39	-88,64	-15,34	-15,65
1720000000 - Dedução para o FUNDEB - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	-521.084,66	-403.709,23	-404.553,37	-555.304,86	-566.410,96
1721000000 - Dedução para o FUNDEB - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	-521.084,66	-403.709,23	-404.553,37	-555.304,86	-566.410,96
1721500000 - Dedução para o FUNDEB - COTA-PARTE DO ICMS	-488.377,63	-391.076,20	-391.562,09	-536.052,00	-546.773,04
1721500100 - Dedução para o FUNDEB - Cota-Parte do ICMS - Principal	-488.377,63	-391.076,20	-391.562,09	-536.052,00	-546.773,04
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-78.726,48	-38.427,98	-66.805,76	-80.407,80	-82.015,96
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-105.001,18	-64.046,62	-111.342,94	-26.802,60	-27.338,65
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-304.649,97	-288.601,60	-213.413,39	-428.841,60	-437.418,43
1721510000 - Dedução para o FUNDEB - COTA-PARTE DO IPVA	-31.691,93	-11.855,34	-11.319,66	-17.186,40	-17.530,13
1721510100 - Dedução para o FUNDEB - Cota-Parte do IPVA - Principal	-31.691,93	-11.855,34	-11.319,66	-17.186,40	-17.530,13
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-5.381,30	-1.064,47	-1.429,46	-2.577,96	-2.629,52
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-7.175,05	-1.774,10	-2.382,43	-859,32	-876,51
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-19.135,58	-9.016,77	-7.507,77	-13.749,12	-14.024,10
1721520000 - Dedução para o FUNDEB - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	-1.015,10	-777,69	-1.671,62	-2.066,46	-2.107,79
1721520100 - Dedução para o FUNDEB - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-1.015,10	-777,69	-1.671,62	-2.066,46	-2.107,79
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	-152,26	-82,09	-277,83	-309,97	-316,17
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-203,02	-109,46	-370,44	-103,32	-105,39
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	-659,82	-586,14	-1.023,35	-1.653,17	-1.686,23

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Demonstrativo da Receita

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	Demonstrativo da Execução da Receita			Projetado	
	2023	2024	2025	2027	2028
Total:	**27.821.356,41**	**26.843.789,07**	**28.316.765,67**	**36.968.028,25**	**37.707.388,80**
Receita Corrente Líquida:	24.965.867,12	27.735.797,17	30.640.772,78	38.504.451,35	43.163.489,96

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Metas Anuais

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

METAS ANUAIS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x100	% RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100	% RCL (c/RCL) x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.968.028,25	38.450.446,18	0,030	125,480	37.707.388,80	39.083.708,50	0,030	113,780	38.461.536,57	39.807.690,35	0,030	103,380
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.749.694,47	38.223.357,22	0,030	124,740	37.484.688,35	38.852.879,47	0,030	113,110	38.234.382,10	39.572.585,47	0,030	102,770
Despesas Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.956.408,54	38.438.360,52	0,030	125,440	37.695.536,71	39.071.423,80	0,030	113,750	38.909.620,04	40.271.456,74	0,030	104,580
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	36.506.408,54	37.970.315,52	0,030	123,920	37.236.536,71	38.595.670,30	0,030	112,360	38.441.440,04	39.786.890,44	0,030	103,330

Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	243.285,93	253.041,70	0,000	0,820	248.151,64	257.209,17	0,000	0,740	-207.057,94	-214.304,97	0,000	-0,550
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	243.285,93	253.041,70	0,000	0,820	248.151,64	257.209,17	0,000	0,740	-207.057,94	-214.304,97	0,000	-0,550
Dívida Pública Consolidada	4.499.296,51	4.679.718,30	0,000	15,270	4.500.196,37	4.664.453,54	0,000	13,570	4.501.096,41	4.658.634,78	0,000	12,090
Dívida Consolidada Líquida	4.499.296,51	4.679.718,30	0,000	15,270	4.500.196,37	4.664.453,54	0,000	13,570	4.501.096,41	4.658.634,78	0,000	12,090
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-764,75	45.539,46	0,000	0,140	-899,86	15.264,76	0,000	0,040	-900,04	5.818,76	0,000	0,010

VARIÁVEIS	**2027**	**2028**	**2029**
PIB (crescimento % anual)	2,30	2,00	2,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,01	3,65	3,50
Receita Corrente Líquida	38.504.451,35	43.163.489,96	48.386.272,25
Projeção do PIB do Estado	114.000.000.000,00	116.000.000.000,00	118.000.000.000,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA	
Metas Anuais	
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027	
R$ 1	
FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA	
Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027	
R$ 1	

ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2025 (a)**	**% PIB**	**Metas Realizadas em 2025 (b)**	**% PIB**	**Variação**	
					Valor (c) = (b-a)	**% (c/a)*100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	38.259.788,51	0,030%	28.316.765,67	0,020%	-9.943.022,84	-25,980%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	38.259.788,51	0,030%	28.316.765,67	0,020%	-9.943.022,84	-25,980%
Despesas Total (EXCETO FONTES RPPS)	34.721.500,00	0,030%	31.410.431,59	0,020%	-3.311.068,41	-9,530%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	34.249.500,00	0,030%	30.711.295,83	0,020%	-3.538.204,17	-10,330%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Despesas Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	4.010.288,51	0,000%	-2.394.530,16	0,000%	-6.404.818,67	-159,700%
Resultado Primário (COM RPPS)	-			0,000%		
Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	4.010.288,51	0,000%	-2.394.530,16		-6.404.818,67	-159,700%
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000%	5.548.158,97	0,000%	5.548.158,97	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000%	3.312.313,91	0,000%	3.312.313,91	0,000%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,000%	8.464.082,07	0,000%	8.464.082,07	0,000%

VARIÁVEIS	**2025**
PIB (crescimento % anual)	2,30
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,26
Projeção do PIB do Estado	110.000.000.000,00

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º , § 2º, inciso II)
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA	

Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	26.843.789,07	28.316.765,67	5,210%	36.136.880,00	21,650%	36.968.028,25	2,250%	37.707.388,80	1,960%	38.461.536,57	1,960%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	26.707.552,42	28.099.943,19	4,960%	35.923.455,00	21,780%	36.749.694,47	2,250%	37.484.688,35	1,960%	38.234.382,10	1,960%
Despesas Total (EXCETO FONTES RPPS)	31.782.429,40	31.410.431,59	-1,180%	36.136.880,00	13,080%	36.956.408,54	2,220%	37.695.536,71	1,960%	38.909.620,04	3,120%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	31.272.932,11	30.711.295,83	-1,820%	34.466.880,00	10,900%	35.996.708,54	4,250%	36.716.642,71	1,960%	37.450.975,57	1,960%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Despesas Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-4.565.379,69	-2.611.352,64	-74,820%	1.456.575,00	279,280%	752.985,93	-93,430%	768.045,64	1,970%	783.406,53	1,970%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-4.565.379,69	-2.611.352,64	-74,820%	1.456.575,00	279,280%	752.985,93	-93,430%	768.045,64	1,970%	783.406,53	1,970%
Dívida Pública Consolidada	11.096.281,36	5.548.158,97	-99,990%	4.498.531,76	-23,330%	4.499.296,51	0,020%	4.500.196,37	0,020%	4.501.096,41	0,020%
Dívida Consolidada Líquida	11.776.395,98	3.312.313,91	-255,530%	4.498.531,76	26,370%	4.499.296,51	0,020%	4.500.196,37	0,020%	4.501.096,41	0,020%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-126.909,98	8.464.082,07	101,490%	-1.186.217,85	813,530%	-764,75	- 155.011,42 0%	-899,86	15,020%	-900,04	0,020%
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	30.819.354,23	31.009.690,09	0,620%	37.958.178,75	18,310%	38.450.446,18	1,280%	39.083.708,50	1,620%	39.807.690,35	1,820%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	30.662.940,93	30.772.247,79	0,360%	37.733.997,13	18,450%	38.223.357,22	1,280%	38.852.879,47	1,620%	39.572.585,47	1,820%
Despesas Total (EXCETO FONTES RPPS)	36.489.407,19	34.397.563,63	-6,080%	37.958.178,75	9,390%	38.438.360,52	1,250%	39.071.423,80	1,620%	40.271.456,74	2,980%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.904.453,36	33.631.940,06	-6,750%	36.204.010,75	7,110%	37.440.176,55	3,300%	38.056.800,17	1,620%	38.761.759,72	1,820%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Despesas Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º , § 2º, inciso II)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

R$ 1

Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-5.241.512,42	-2.859.692,28	-83,280%	1.529.986,38	286,900%	783.180,67	-95,350%	796.079,30	1,630%	810.825,76	1,820%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-5.241.512,42	-2.859.692,28	-83,280%	1.529.986,38	286,900%	783.180,67	-95,350%	796.079,30	1,630%	810.825,76	1,820%
Dívida Pública Consolidada	12.739.640,63	6.075.788,89	-109,670%	4.725.257,76	-28,580%	4.679.718,30	-0,970%	4.664.453,54	-0,330%	4.658.634,78	-0,120%
Dívida Consolidada Líquida	13.520.480,22	3.627.314,96	-272,740%	4.725.257,76	23,240%	4.679.718,30	-0,970%	4.664.453,54	-0,330%	4.658.634,78	-0,120%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.283.860,13	9.893.165,26	112,970%	-1.097.942,80	1.001,060 %	45.539,46	2.510,970 %	15.264,76	-198,330%	5.818,75	-162,330%

VARIÁVEIS	2024	2025	2026	2027	2028	2029
PIB (crescimento % anual)	3,40	2,30	1,89	2,30	2,00	2,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,83	4,26	5,04	4,01	3,65	3,50
Projeção do PIB do Estado	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00	112.000.000.000,00	114.000.000.000,00	116.000.000.000,00	118.000.000.000,00

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Órgão	Manutenção (Atividades)	Ampliação (Projetos)	Total
02	MUNICIPIO DE BARCELONA	20.672.711,92	3.221.027,92	23.893.739,84
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARCELONA	8.650.089,60	793.433,00	9.443.522,60
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARCELONA	1.863.605,92	59.465,00	1.923.070,92
05	CAMARA MUNICIPAL DE BARCELONA	1.538.917,68	157.157,50	1.696.075,18
		32.725.325,12	**4.231.083,42**	**36.956.408,54**

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA				
Demonstrativo da Despesa por Subfunções				
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027				
Código	**Sub-Função**	**Manutenção (Atividades)**	**Ampliação (Projetos)**	**Total**
031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.538.917,68	157.157,50	1.696.075,18
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.761.243,53	33.980,00	12.795.223,53
241	ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	12.130,86	0,00	12.130,86
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	8.664,90	0,00	8.664,90
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.279.591,66	59.465,00	1.339.056,66
301	ATENÇÃO BÁSICA	4.172.549,24	505.452,50	4.678.001,74
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.884.430,56	287.980,50	2.172.411,06
303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	346.451,59	0,00	346.451,59
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	140.167,50	0,00	140.167,50
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	353.357,17	0,00	353.357,17
361	ENSINO FUNDAMENTAL	7.252.521,30	312.552,29	7.565.073,59
362	ENSINO MEDIO	12.997,35	0,00	12.997,35
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.211.136,40	84.950,00	1.296.086,40
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	219.481,92	0,00	219.481,92
392	DIFUSÃO CULTURAL	110.944,72	8.495,00	119.439,72
451	INFRAESTRUTURA URBANA	0,00	216.622,50	216.622,50
452	SERVIÇOS URBANOS	398.585,40	1.325.220,00	1.723.805,40
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	4.247,50	0,00	4.247,50
605	ABASTECIMENTO	25.485,00	134.858,13	160.343,13
606	EXTENSÃO RURAL	229.365,00	0,00	229.365,00
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	24.104,59	127.425,00	151.529,59
695	TURISMO	0,00	662.610,00	662.610,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	55.953,25	314.315,00	370.268,25
843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	173.298,00	0,00	173.298,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	509.700,00	0,00	509.700,00
		32.725.325,12	**4.231.083,42**	**36.956.408,54**

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º , § 2º, inciso III)	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA			
Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com Alienação de Ativos			
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027			
R$ 1			
RECEITAS REALIZADAS	**2025 (a)**	**2024 (b)**	**2023 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS REALIZADAS	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previsência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2025 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2023 (i) = (Ic - IIf)**
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA	
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027	
R$ 1	
EVENTOS	**VALOR PREVISTO PARA 2027**
Aumento Permanente da Receita	889.493,96
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-)Transferências ao FUNDEB	106.791,76
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	782.702,20
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I +II)	**782.702,20**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	**782.702,20**

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE				AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)		
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA						
Evolução do Patrimônio Líquido						
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027						
R$ 1						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	2.178.169,05	100,00%	5.407.559,44	100,00%	-3.261.724,42	100,00%
TOTAL	2.178.169,05	100,00%	5.407.559,44	100,00%	-3.261.724,42	100,00%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%
TOTAL	0,00	100,00%	0,00	100,00%	0,00	100,00%
FABIANO LOPES PEREIRA				***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***		
Prefeito - Ordenador De Despesa				Secretário De Administração		
Mat.0000000015				Mat.17000801		

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA
Prioridades e Metas
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
				Física	Financeira
Programa: 0001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO PODER LEGISLATIVO					
Ações					
1001 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O PODER LEGISLATIVO		Veículo Adquirido	UNIDADE	1	67.960,00
1049 - REFORMA/AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		Reforma	UNIDADE	1	89.197,50
2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL		Manutenção dos serviços do poder legislativo	%	100	1.538.917,68
					1.696.075,18
			Total de Registros: 3		
Programa: 0002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO					
Ações					
1024 - ELABORACAO DO PLANO DE SANEAMENTO MUNICIPAL		Plano Elaborado	UNIDADE	1	33.980,00
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA MUNICIPAL		Unidade de Controladoria Interna Mantida	%	100	82.316,55
2006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		Unidade Mantida	%	100	779.841,00
2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO		Unidade Mantida	%	100	1.039.788,00
2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE COMUNICAÇÃO		Unidade Mantida	%	100	21.662,25
2024 - MANUTENCAO DAS ATIV. DA SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		Unidade Administrativa Mantida	%	100	2.399.470,00
2030 - PAGAMENTO DE PARCELAMENTO TRABALHISTAS E PRECATORIOS JUDICIAIS		Precatório Pago	POR ANO	12	173.298,00
2031 - PAGAMENTO DE PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS - INSS		Parcela Paga	POR ANO	12	445.987,50
2032 - PAGAMENTO DE PARCELAMENTOS - COSERN		Parcela Paga	POR ANO	12	89.197,50
2033 - PAGAMENTO PARCELAMENTO - CAERN		Parcela Paga	POR ANO	12	62.438,25
2046 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E PECUÁRIA		Unidade Administrativa Mantida	%	100	606.543,00
2047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA		Unidade Administrativa Mantida	%	100	187.314,75
2072 - MANUTENCAO DAS ATIV. DA SEC. DE EDUCACAO		Unidade Administrativa Mantida	%	100	1.732.980,00
2075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ESPORTES		Unidade Admonistrativa Mantida	%	100	309.024,99
2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO		Unidade Administrativa Mantida	%	100	363.925,80
2084 - CAPACITACAO DE SERVIDORES		Servidores Capacitados	%	100	4.247,50
2092 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO		Unidade Administrativa Mantida	%	100	95.313,90
2113 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Unidade administrativa mantida	%	100	1.744.042,19
2123 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR		Unidade Mantida	%	100	216.622,50
2134 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		Contribuição Paga	POR ANO	12	231.913,50
2138 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		Unidade Mantida	%	100	12.130,86

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Prioridades e Metas

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
				Física	Financeira
2141 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLECENTE		Unidade Mantida	%	100	8.664,90
2152 - MANUTENÇÃO SEC. MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO		Unidade Administrativa Mantida	%	100	73.651,65
					10.714.354,59
			Total de Registros: 23		
Programa: 0003 - MEIO AMBIENTE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO					
Ações					
2150 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO		Unidade administrativa mantida	%	100	43.324,50
2151 - PROMOÇÃO DE EVENTOS E PALESTRAS DE CONCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL		Eventos sobre meio ambiente realizados	%	100	4.247,50
					47.572,00
			Total de Registros: 2		
Programa: 0004 - SAÚDE AO ALCANCE DE TODOS					
Ações					
1043 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MANUT. E REPARELHAMENTO DE ESTAB. DE SAÚDE		Equipamentos adquiridos	UNIDADE	5	59.465,00
1055 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE		Estabelecimentos de Saúde estruturados	UNIDADE	1	84.950,00
1057 - AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA		Ambulância Adquirida	UNIDADE	1	110.435,00
1058 - REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE		Unidade Básica Reformada ou Ampliada	POR ANO	1	97.692,50
1059 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PEQUENO PORTE		Veículo Adquirido	UNIDADE	1	67.960,00
1060 - REFORMA/AMPLIAÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE		Unidade Mista Reformada ou Ampliada	POR ANO	1	84.950,00
1072 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES		Equipamentos Adquiridos	UNIDADE	5	21.237,50
1073 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SALA DE FISIOTERAPIA		Equipamentos Adquiridos	POR ANO	1	33.980,00
1074 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS		Equipamentos Adquiridos	UNIDADE	4	20.388,00
1075 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE DE MÉDIO PORTE (ATÉ 20 LUGARES)		Transporte Adquirido	UNIDADE	1	212.375,00

2099 - MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL	Ações de Saúde Bucal mantidos	%	100	212.375,00
2100 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DEMAIS DESPESAS	Vigilância em Saúde Mantida	%	100	129.973,50
2101 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO À SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	Serviços de Alta e Média complexidades mantidos	%	100	1.697.540,56
2103 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Serviços de Vigilância Sanitária Mantidos	%	100	10.194,00
2105 - CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Profissionais Capacitados	%	100	2.726,90
2108 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BLOCO ASSITÊNCIA FARMACÊUTICA	Assistência Farmacêutica Mantida	%	100	236.016,59
2110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA	Vigilância Epidemiológica Mantida	%	100	291.459,20

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Prioridades e Metas

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
				Física	Financeira
2112 - FORTALECIMENTO DA PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE		Educação em Saúde Promovida	%	100	9.091,35
2119 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS		Manutenção dos Serviços dos ACS	%	100	335.280,66
2121 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA APS - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP		Servoços de Atenção Primárias Mantidas	UNIDADE	100	1.126.437,00
2131 - MANUTENÇÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SMS/SPP		Cooperação Tecnica Mantida	%	100	26.184,99
2140 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE		Conselho de saúde mantido	%	100	9.091,35
2143 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR PARA PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM		Piso Salarial pago	%	100	387.140,60
2159 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL		Manutenção da Saúde Bucal	%	100	293.610,24
2160 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - E-MULTI		Manutenção das equipes do e-multi	%	100	145.264,50
2161 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - CONVÊNIO DA UNIÃO E ESTADO		Medicamentos adquiridos através de convênios	%	100	110.435,00
2162 - MANUTENÇÃO DOS REC. FINANCEIROS PARA ASSIS, FARMACÊUTICA - QUALIFARSUS		Unidades de Assistência Farmacêutica devidamente estruturada	%	100	20.388,00
2163 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS		Metas da assistência ambulatorial atingida	%	100	186.890,00
2164 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS		Metas da Atenção Primária atingidas	%	100	1.614.050,00
2165 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		Serviço dos Agentes de Endamias devidamente mantidos	%	100	61.897,97
					7.699.480,41
			Total de Registros: 30		
Programa: 0005 - RENDA SOLIDÁRIA MUNICIPAL					
Ações					
2166 - CESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A PESSOAS VULNERÁVEIS		Beneficiário Atendido	UNIDADE	50	152.910,00
					152.910,00
			Total de Registros: 1		
Programa: 0006 - ACESSO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO					
Ações					
1017 - AMPL. / REFORMA DE UNID. ENS. FUNDAMENTAL		Unidade de Ensino Ampliada ou Reformada	UNIDADE	1	169.900,00
1018 - AMPL/REFORMA ENSINO INFANTIL		Unidade de ensino infantil ampliada ou reformada	UNIDADE	1	84.950,00
1047 - AQUISICAO DE ONIBUS ESCOLAR PAR/FNDE		Ônibus escolar adiquirido	UNIDADE	1	84.950,00
1066 - PTA FNDE EDUCACAO - TCOMPROMISSO 201804142		PTA FNDE EDUCACAO - TCOMPROMISSO 201804142	%	100	15.227,29
1071 - AQUISICAO DE MOBILIARIO ESCOLAR		Mobiliário Escolar Adquirido	UNIDADE	75	42.475,00
2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - EJA		Unidade Mantida	%	100	63.513,72
2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA		Unidade Mantida	%	100	129.973,50

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Prioridades e Metas

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
				Física	Financeira
2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - FUNDAMENTAL		Unidade Mantida	%	100	5.198.940,00
2058 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - PRÉ ESCOLA		Unidade Mantida	%	100	433.245,00
2059 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - EJA		Unidade Mantida	%	100	129.973,50
2060 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL		Programa de merenda escolar mantido	%	100	346.596,00
2061 - MANUTENCAO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE EJA		Programa Mantido	%	100	25.994,70
2062 - MANUTENCAO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE CRECHE		Programa Mantido	%	100	43.324,50

2063 - MANUTENCAO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE - PRE-ESCOLA	Programa Mantido	%	100	30.977,02
2064 - MANUTENCAO DO PDDE	Programa Mantido	%	100	17.329,80
2065 - MANUTENCAO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL	Programa de Transporte escolar mantido	%	100	216.622,50
2066 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PETERN	Programa Mantido	%	100	69.319,20
2067 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - AEE	Unidade Mantida	%	100	216.622,50
2068 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB - CRECHE	Unidade Mantida	%	100	207.957,60
2069 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	Unidade Mantida	%	100	129.973,50
2070 - MANUTENCAO DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO	Programa Salário Educação Mantido	%	100	277.276,80
2117 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE PRÉ-ESCOLA	Programa Mantido	%	100	222.687,93
2125 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Mantida	%	100	823.165,50
2153 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - AEE	Unidade Mantida	%	100	69.319,20
2154 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE AEE	Programa de merenda escolar mantido	%	100	17.329,80
2155 - MANUTENCAO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE CRECHE	Programa de transporte escolar mantido	%	100	12.997,35
2156 - MANUTENCAO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE ENSINO MÉDIO	Programa de Transporte Escolar Mantido	%	100	12.997,35
				9.093.639,26
		Total de Registros: 27		
Programa: 0007 - ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO E SUSTENTÁVEL				
Ações				
1026 - AMPLIAÇÃO/REVITALIZACAO DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL	Mercado Público Ampliado ou Revitalizado	UNIDADE	1	127.425,00
1027 - CONSTRUÇÃO/REVITALIZAO DA FEIRA LIVRE	Feira Livre Construida/Revitalizada.	UNIDADE	1	84.950,00
1029 - CONSTRUÇÃO/REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER	Praças Construídas	UNIDADE	1	67.960,00
1031 - PAVIMENTACAO E DRENAGEM DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PUBLICOS	Ruas Pavimentadas	UNIDADE	4	679.600,00
1037 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Adutoras Construídas	UNIDADE	1	42.475,00
1048 - CONSTRUÇÃO/REVITALIZAÇÃO DE CANTEIROS PÚBLICOS	Canteiros Construídos	UNIDADE	5	76.455,00
1054 - CONSTRUÇÃO DE CALCAÇÃO/CAMINHODROMO MUNICIPAL	Calçadão Construpido	UNIDADE	1	110.435,00
1063 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Equipamentos Adquiridos	POR ANO	1	67.960,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

Prioridades e Metas

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
				Física	Financeira
1067 - CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO DE PAINEL LETREIRO		Letreito Construído ou Instalado	UNIDADE	1	29.732,50
1068 - AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO DE OBRAS/LIMPEZA		Máquinas Adquiridas	UNIDADE	1	169.900,00
1070 - RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS		Prédios Públicos Recuperados e Conservados.	UNIDADE	5	84.950,00
1076 - CONSTRUÇAO/REVITALIZAÇÃO DE ACADEMIAS PÚBLICAS		Academias Construídas ou revitalizadas	UNIDADE	2	67.960,00
2088 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		Iluminação Pública Mantida	%	100	346.596,00
2089 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA PÚBLICA		Limpeza Pública Mantida	%	100	34.659,60
2090 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E CARROCAVEIS		Estradas Vicinais Mantidas e Conservadas	%	100	17.329,80
2091 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE SEC. DE SERVICOS URBANOS, OBRAS E VIACAO		Unidade Administrativa Mantida	UNIDADE	100	2.426.172,00
2132 - MANUTENCAO DO SETOR DE TRANSPORTE E VIAÇÃO		Unidade Administrativa Mantida	UNIDADE	100	12.997,35
					4.447.557,25
			Total de Registros: 17		
Programa: 0008 - HABITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL					
Ações					
1061 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PEQUENO PORTE		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PEQUENO PORTE	UNIDADE	1	59.465,00
2008 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA		Programa Mantido	%	100	125.502,41
2009 - PROGRAMA MORAR MELHOR		Programa Mantido	%	100	13.379,63
2011 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS		Programa Mantido	%	100	231.404,82
2013 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS-PROGRAMA CRIANÇA FELIZ		Programa Mantido	%	100	33.895,05
2017 - GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS IGD- SUAS		Unidade Mantida	%	100	25.994,70
2019 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS E DEMAIS CONSELHOS)		Conselhos Municipais Mantidos	%	100	8.664,90
2116 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA		Unidade Mantida	%	100	398.585,40
2142 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		Unidade Mantida	%	100	8.664,90
2157 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA O SUAS		Emendas Parlamentares Executadas	%	100	50.970,00
2158 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROCAD SUAS		Programa Mantido	%	100	12.997,35
					969.524,16
			Total de Registros: 11		
Programa: 0009 - FORTALECIMENTO DO HOMEM DO CAMPO					
Ações					

1007 - LEVANTAMENTO/PERFURAÇÃO/INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES	Poços Tubulares Perfurados	UNIDADE	20	66.898,13
1009 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRICOLAS DE PQ. PORTE E IMPLEMENTOS	Implementos Agrículas Adquiridos	UNIDADE	1	127.425,00
1012 - AQUISIÇÃO/CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS	Cisternas Adquiridas ou Construídas	UNIDADE	10	67.960,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA
Prioridades e Metas
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
				Física	Financeira
2037 - CORTE DE TERRA DE PEQUENOS E MEDIOS AGRICULTORES		CORTE DE TERRA DE PEQUENOS E MEDIOS AGRICULTORES	UNIDADE	450	186.890,00
2038 - APOIO E PROMOÇÃO AO AGRONEGÓCIO		Agronegócio Promovido	%	100	4.884,63
2039 - ASSISTENCIA TECNICA E APOIO AO PEQUENO PRODUTOR		Pequeno Produror Assistido	UNIDADE	100	42.475,00
2040 - APOIO AO PROGRAMA PRONAF		Programa Pronaf Mantido	%	100	3.504,19
2041 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE BARREIROS		Barreiros Limpos	UNIDADE	25	25.485,00
2042 - APOIO A PSICULTURA		Psicultura Mantida	%	100	3.185,63
2043 - APOIO A APICULTURA		Apicultura Mantida	%	100	1.911,38
2044 - APOIO A OUVINO/CAPRINOCULTURA		Ovino/Caprinocultura Mantidos	%	100	3.610,38
2045 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS AGROPECUÁRIAS		Feiras Agropecuárias Realizadas	%	100	7.008,38
					541.237,72
			Total de Registros: 12		
Programa: 0010 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISTICO					
Ações					
1062 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO TURÍSTICO "PEDRA DA FÉ"		Centro Turístico Pedra da Fé Construído.	UNIDADE	1	637.125,00
1064 - CONSTRUÇÃO DE MONUMENTO RELIGIOSO		Monumento Religioso Construido	UNIDADE	1	25.485,00
					662.610,00
			Total de Registros: 2		
Programa: 0011 - ESPORTE, INCLUSÃO E CIDADANIA					
Ações					
1051 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTE		Quadas de Esportes Construídas ou Reformadas	UNIDADE	2	118.930,00
1053 - CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL		Campo de Futebol Construído, Reformado ou Ampliado	UNIDADE	1	127.425,00
2076 - REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS		Campeonatos Realizados para a População	UNIDADE	4	42.475,00
2104 - MANUTENÇÃO DO PROJETO NOTA 10 (BOM DE BOLA BOM NA ESCOLA)		Projeto Bom de Bola devidamente Mantido	%	100	13.478,25
					302.308,25
			Total de Registros: 4		
Programa: 0012 - FORTALECIMENTO DA CULTURA E DO LAZER					
Ações					
1065 - AQUISIÇÃO DE BENS CULTURAIS – PNAB		Bem cultural adquirido	UNIDADE	1	8.495,00
2050 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E RELIGIOSOS		Eventos Culturais Realizados	UNIDADE	8	21.237,50
2144 - APOIO AO SETOR AUDIOVISUAL		Setor Audiovisual apoiado	%	100	38.643,76
2145 - APOIO AS DEMAIS AÇÕES CULTURAIS		Demais Ações Culturais Apoiadas	%	100	14.025,25
2146 - APOIO AO SETOR CULTURAL (LEI DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC PNAB)		Agente ou grupo cultural apoiado	%	100	31.898,73

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA
Prioridades e Metas
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027

Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta	
				Física	Financeira
2147 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES PARA O SETOR CULTURAL – PNAB		Projeto cultural elaborado	%	100	382,28
2149 - CUSTEIO OPERACIONAL PARA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA – PNAB		Apoio administrativo e logístico	%	100	4.757,20
					119.439,72
			Total de Registros: 7		
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA					
Ações					
2124 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	UNIDADE	1	509.700,00
					509.700,00
			Total de Registros: 1		
					36.956.408,54
			Total de Registros: 140		

FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA						
Cálculo do Resultado Primário e Resultado Nominal						
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027						
R$ 1						
VALORES CORRENTES ESPECIFICAÇÃO	**EXECUTADO**		**PREVISTO**			
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Receita Total	30.819.354,23	31.029.978,08	37.958.178,75	38.450.446,18	39.083.708,50	39.807.690,35
Receitas Primárias (I)	30.662.940,93	30.792.535,79	37.733.997,13	38.223.357,22	38.852.879,47	39.572.585,48
Despesas Total	36.489.407,19	34.397.563,63	37.958.178,75	38.438.360,52	39.071.423,80	40.271.456,74
Despesas Primárias (II)	35.904.453,36	33.631.940,06	37.149.370,75	37.970.315,52	38.595.670,30	39.786.890,44
Resultado Primário (III) = (I - II)	-5.241.512,42	-2.839.404,28	584.626,38	253.041,70	257.209,17	-214.304,97
Resultado Nominal	0,00	-8.424.539,79	2.279.773,75	-45.539,46	-15.264,76	-5.818,75
Dívida Pública Consolidada	12.739.640,63	6.075.788,89	4.725.257,76	4.679.718,30	4.664.453,54	4.658.634,78
Dívida Consolidada Líquida	10.870.023,80	2.445.484,01	4.725.257,76	4.679.718,30	4.664.453,54	4.658.634,78

Resultado Primário para o Exercício de 2027						
	1º Bimestre	**2º Bimestre**	**3º Bimestre**	**4º Bimestre**	**5º Bimestre**	**6º Bimestre**
No Bimestre	42.173,62	42.173,62	42.173,62	42.173,62	42.173,62	42.173,62
Acumulado	42.173,62	84.347,24	126.520,86	168.694,48	210.868,10	253.041,72
Resultado Nominal para o Exercício de 2027						
	1º Bimestre	**2º Bimestre**	**3º Bimestre**	**4º Bimestre**	**5º Bimestre**	**6º Bimestre**
No Bimestre	-7.589,91	-7.589,91	-7.589,91	-7.589,91	-7.589,91	-7.589,91
Acumulado	-7.589,91	-15.179,82	-22.769,73	-30.359,64	-37.949,55	-45.539,46

VARIÁVEIS	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
PIB (crescimento % anual)	3,40	2,30	1,89	2,30	2,00	2,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,83	4,26	5,04	4,01	3,65	3,50
Projeção do PIB do Estado	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00	112.000.000.000,00	114.000.000.000,00	116.000.000.000,00	118.000.000.000,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA	
Cálculo do Resultado Primário e Resultado Nominal	**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2027**
R$ 1	
FABIANO LOPES PEREIRA	***ROCIENO JATEÔNIO NEVES***
Prefeito - Ordenador De Despesa	Secretário De Administração
Mat.0000000015	Mat.17000801

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:4C1A8694